



**Lucília
do Carmo Sousa
da Fonseca Pires**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS VALORES DOS
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS PORTUGUESES**



**Lucília
do Carmo Sousa
da Fonseca Pires**

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS VALORES DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS PORTUGUESES

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Doutor Ana Paula da Silveira Simões Pedro, Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho ao meu marido, Pedro, e aos meus filhos, João Pedro e Duarte Pedro, pelo incansável apoio e paciência e pelos braços sempre prontos a receber-me num *awesome power grip*.

O júri

Presidente

Prof. Doutor José Abrunheiro da Silva Cavaleiro
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Vogais

Prof. Doutora Maria Suzana De Stefano Menin
Professora Titular da Universidade Estadual Paulista

Prof. Doutor Jorge Correia Jesuíno,
Professor Catedrático Convidado Aposentado do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Prof. Doutor Jorge Adelino Rodrigues da Costa
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Joaquim Manuel Pires Valentim
Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Prof. Doutora Ana Paula da Silveira Simões Pedro
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro. (Orientadora)

Agradecimentos

Ao terminar este trabalho manifesto o meu agradecimento sincero pelo apoio concedido, pelas palavras de encorajamento, pelas críticas e sugestões que me ajudaram a construí-lo.

Agradeço à Professora Ana Paula Pedro a sua orientação, a sua extraordinária disponibilidade, a sua postura crítica que me impelia sempre à reflexão e a sua simpatia franca que, a cada encontro, renovaram em mim a confiança e a vontade de continuar, apesar dos inúmeros percalços.

Agradeço aos estudantes universitários das Universidades de Aveiro, Lisboa, Católica Portuguesa (polos de Lisboa e Porto) e Lusófona que participaram no estudo, bem como aos seus professores que cederam parte do seu tempo letivo para que pudesse realizar a minha investigação, e muito especialmente à Prof^a Lurdes Veríssimo Lisboa, da UCP, pela amizade, e ao Prof. Gueorgui Hristovski, da UL, pela lembrança.

Agradeço ainda e em especial aos 20 estudantes que disponibilizaram o seu tempo para participar nas entrevistas.

Agradeço à minha família e aos meus amigos que desde o primeiro momento me encorajaram e me deram alento nos momentos mais difíceis. E especialmente aos meus sogros pelas inúmeras horas de babysitting, sem as quais este trabalho não veria a sua conclusão.

Aos meus filhos, João Pedro e Duarte, que, apesar de ainda não compreenderem o que estou a fazer, pacientemente esperaram que concluísse para poder reservar-lhes mais tempo.

Ao Pedro, pelo apoio constante, pelo incentivo quando tantas vezes pensei desistir, mas acima de tudo por partilhar a vida comigo e compreender os meus sonhos e aspirações.

palavras-chave Estudantes universitários, valores, representações sociais, variáveis sociodemográficas.

resumo

O trabalho de investigação que desenvolvemos situa-se no âmbito das representações sociais dos valores dos estudantes universitários em Portugal. Os estudantes universitários espelham os valores e as representações sociais da sociedade a que pertencem mas de uma forma filtrada por valores individuais próprios de indivíduos com um nível educacional mais elevado, a autonomia de pensamento em detrimento da conformidade, e a flexibilidade intelectual. E no caso português, são a primeira geração que nasceu e cresceu num período de prosperidade económica fruto da entrada na União Europeia.

Considerando que procurámos situar-nos nos níveis de análise posicional e ideológico, ou seja, partir de um grupo concreto e definido e estudar as atitudes e valores desse grupo, procurámos seguir uma metodologia com referenciais teóricos no âmbito da investigação em Ciências Sociais, utilizando instrumentos típicos da abordagem sociológica e da psicologia social, pois procurámos caracterizar uma realidade de cariz sociocultural, a questão das representações sociais dos valores. Nesse sentido, procedemos à preparação de um questionário, baseado no European Values Survey (EVS), que visava revelar quais os valores dos estudantes universitários em Portugal onde procurámos saber como se posicionam os jovens universitários nas questões relacionadas com a família, o trabalho, a política, a sociedade e a religião, verificando se as variações valorativas no interior da amostra dependem de determinadas variáveis sociodemográficas (género, estrato social, etc.) e utilizando os resultados da amostra portuguesa da vaga do EVS 2008 para identificar possíveis variações entre os estudantes e a população portuguesa em geral.

As entrevistas que realizámos complementarmente forneceram informações interessantes sobre as representações sociais dos estudantes sobre esta problemática.

keywords

University students, values, social representations, sociodemographic variables

abstract

In this research project we were aiming at identifying the values and social representations of values of the Portuguese university students. These students reflect the values and social representations of the society they belong to, but filtered by individual values typical of those with a tertiary education: intellectual autonomy, rather than conformity and intellectual flexibility. These Portuguese students are the first ever generation to live in a time of plenty consequence of our joining in the European Union.

As such, we followed a methodology consistent with the theoretic referential of the Social Sciences, using research tools drawn from sociology and social psychology. We prepared a questionnaire based on the European Values Survey (EVS), in order to identify the position of university students in Portugal regarding family, work, politics, society and religion. Additionally we verified if there were value variations according to specific demographic variables (gender, income, etc.) and, by comparing the results to those of the EVS 2008 for the Portuguese population, determine possible variations between said population and the students.

The interviews also revealed interesting data on the social representations of students regarding values.

Índice de Figuras

Capítulo I

Figura 1: Rokeach Value Survey, 1973, os sujeitos devem hierarquizar primeiro os valores finais e de seguida os instrumentais por ordem de importância para SI, como princípios orientadores da SUA vida.....	42
Figura 2: Modelo teórico das relações entre os dez tipos motivacionais de valores, organizado por semelhanças e diferenças motivacionais. (Schwartz, 2008)	45
Figura 3: Localização dos três eixos culturais no mapa cultural do mundo segundo Schwartz (2009)	49
Figura 4: Mapa das zonas culturais de Huntington, 1996	49
Figura 5: Localização de Portugal quanto aos três eixos culturais segundo Schwartz (2009) ...	50
Figura 6: Quadro-sumário do processo de desenvolvimento humano proposto por Inglehart & Welzel, 2005.....	65
Figura 7: Impacto da Sociedade Pós-Industrial nos Valores em Portugal, segundo Inglehart & Welzel, 2005, partindo de dados de 2001.	65
Figura 8: Mapa dos valores mundiais, segundo Inglehart & Welzel, 2005, partindo de dados de 2001.	66
Figura 9: O espaço de estudo das representações sociais, ou a tentativa esquemática de sistematizar a teoria das representações sociais, pela sintetização das problemáticas e dos seus eixos de desenvolvimento	75
Figura 10: Exemplo de uma árvore máxima de similitude para os 10 valores universais de Schwartz, proposto por Vergés, 2001, p.21.	90

Capítulo II

Figura 11: Quadro dos Países Participantes do EVS 1981-2008	97
Figura 12: Distribuição dos Universitários por área de estudos e por idade	105
Figura 13: Distribuição dos Universitários por área de estudos e por rendimento	106
Figura 14: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino e por rendimento	107
Figura 15: Distribuição dos Universitários por posição ideológica e por rendimento	107
Figura 16: Importância média atribuída pelos universitários aos diferentes fatores que contribuem para a felicidade conjugal.....	112
Figura 17: Importância média atribuída pelos universitários aos diferentes fatores que contribuem para a felicidade conjugal, por tipo de ensino.....	113

Figura 18: Distribuição dos Universitários por posição ideológica, em questões relacionadas com a parentalidade	116
Figura 19: Distribuição dos Universitários por género, quanto à monoparentalidade por opção.	116
Figura 20: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto à incondicionalidade do amor para com os pais.....	117
Figura 21: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto aos deveres dos pais.....	118
Figura 22: Distribuição dos Universitários por género, quanto aos papéis de género.....	121
Figura 23: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto à interrupção voluntária da gravidez	122
Figura 24: Distribuição dos Universitários por género, quanto às condições para a existência de relações sexuais	123
Figura 25: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto às condições para a existência de relações sexuais	124
Figura 26: Distribuição dos Universitários por género e por área geográfica, quanto à frequência de relações sexuais com o parceiro e com parceiros ocasionais.....	124
Figura 27: Distribuição dos Universitários por posicionamento político, quanto à frequência de relações sexuais com o parceiro e com parceiros ocasionais	125
Figura 28: Distribuição dos Universitários por tipo de universidade, quanto ao tipo de emprego que preferem após conclusão dos estudos	128
Figura 29: Distribuição dos Universitários por área de estudos, quanto às estratégias de inserção no mercado de trabalho	129
Figura 30: Distribuição dos Universitários por género, quanto aos aspetos que mais valorizam no trabalho	130
Figura 31: Distribuição dos Universitários quanto às suas opiniões sobre trabalho	131
Figura 32: Distribuição dos Universitários quanto à importância da política	132
Figura 33: Distribuição dos Universitários quanto à frequência com que seguem acontecimentos políticos nos media	133
Figura 34: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino quanto às perceções sobre democracia	134
Figura 35: Distribuição dos Universitários quanto ao tipo de governo que preferem para Portugal	135
Figura 36: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto ao auto-posicionamento político	138

Figura 37: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto às intenções de voto	139
Figura 38: Distribuição dos Universitários por ideologia política, quanto às intenções de voto	140
Figura 39: Distribuição dos Universitários quanto à opção entre liberdade e igualdade	140
Figura 40: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à opção entre liberdade e igualdade	141
Figura 41: Distribuição dos Universitários quanto à opinião sobre questões político-ideológicas	141
Figura 42: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à opinião sobre questões político-ideológicas	142
Figura 43: Distribuição dos Universitários quanto à opinião sobre mudanças a ocorrer na sociedade portuguesa	143
Figura 44: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à opinião sobre mudanças a ocorrer na sociedade portuguesa	143
Figura 45: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto aos objetivos mais importantes para Portugal	145
Figura 46: Distribuição dos Universitários quanto aos comportamentos e atitudes sociais que consideram justificáveis ou não justificáveis	146
Figura 47: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto aos comportamentos e atitudes sociais que consideram justificáveis ou não justificáveis	147
Figura 48: Distribuição dos Universitários, quanto aos portugueses que consideram estar envolvidos em comportamentos e atitudes sociais não justificáveis	148
Figura 49: Distribuição dos Universitários, quanto ao grau de liberdade de escolha e capacidade de controlo sobre a sua vida	148
Figura 50: Distribuição dos Universitários, quanto à posição face às desigualdades sociais ..	151
Figura 51: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto à posição face às desigualdades sociais	151
Figura 52: Distribuição dos Universitários, quanto à preocupação com os outros	153
Figura 53: Distribuição dos Universitários, quanto à intenção de ajudar os outros	153
Figura 54: Distribuição dos Universitários por área geográfica, quanto à prática do voluntariado	154
Figura 55: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à importância dos ritos de passagem religiosos	156
Figura 56: Distribuição dos Universitários, quanto à crença no transcendente	157

Figura 57: Distribuição dos Universitários, quanto à importância de Deus.....	158
Figura 58: Representação social do conceito «cabeça» - esquema modelo	160
Figura 59: Representação social do conceito «valor»	162
Figura 60: Representação social sumária do conceito «Família»	163
Figura 61: Representação social imediata do conceito «Família»	164
Figura 62: Representação social do conceito «Família - espaço de abrigo»	165
Figura 63: Representação social do conceito «Família – base social»	167
Figura 64: Representação social do conceito «Família – compromisso»	169
Figura 65: Representação social do conceito «Família – relação »	172
Figura 66: Representação social do conceito «Família – relação humana»	174
Figura 67: Representação social do conceito «Dinheiro»	177
Figura 68: Representação social sumária do conceito «Sociedade»	180
Figura 69: Representação social do conceito «Sociedade - Instituições».....	182
Figura 70: Representação social do conceito «Sociedade – Relação Social»	185
Figura 71: Representação social do conceito «Sociedade – Comunidade»	189
Figura 72: Representação social do conceito «Sociedade – Sofrimento»	194
Figura 73: Representação social do conceito «Sociedade – Mudança»	197
Figura 74: Representação social do conceito «Política»	201
Figura 75: Representação social do conceito «Religião»	204
Figura 76: Representação social do conceito «Moral»	206
Figura 77: Representação social do conceito «Natureza»	208
Figura 78: Conceitos com valoração unânime por parte dos entrevistados	210
Figura 79: Conceitos com valoração positiva mais frequente	211
Figura 80: Conceitos com valoração negativa mais frequente	212
Figura 81: Conceitos que apresentaram valorações com variação pertinente face ao género... 212	
Figura 82: Conceitos que apresentaram valorações insólitas	213
Figura 83: Conceitos que apresentaram valorações que indicam mudanças de percepção	214
Figura 84: Mapa conceitual elaborado a partir dos mapas individuais dos entrevistados, captando a frequência das ocorrências	217
Figura 85: Mapa conceitual elaborado por um dos entrevistados, que procura definir o conceito «valor»	218
Figura 86: Mapa conceitual elaborado por um dos entrevistados, que procura explicitar o mapa de valores pessoais.	219
Figura 87: Distribuição dos respondentes (18-25) do EVS 2008 por nível de ensino	222

Figura 88: Dados da DGS (2011) quanto às Interrupções da Gravidez, praticadas em Portugal desde a promulgação da Lei nº 16/2007 de 17 de Abril, que legaliza o aborto.	248
Figura 89: Comparação dos Estudantes com os Portugueses em geral, quanto aos valores do trabalho	258
Figura 90: Comparação dos universitários com os Portugueses em geral, quanto à confiança nas instituições	269
Figura 91: Comparação dos universitários com os Portugueses em geral, quanto ao posicionamento político.....	276
Figura 92: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto às questões político-ideológicas	281
Figura 93: Comparação dos universitários com os Portugueses em geral, quanto ao tipo de valores sociais.....	283
Figura 94: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto aos que consideram que muitos ou quase todos os portugueses têm comportamentos não aceitáveis..	289
Figura 95: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto às razões pelas quais as pessoas vivem com dificuldades económicas.	290
Figura 96: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto à intolerância face aos grupos minoritários	296
Figura 97: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto à preocupação com os outros.....	309

ÍNDICE GERAL

Introdução	19
1. Natureza, Objetivos e Organização do Trabalho	21
2. Limitações do nosso estudo e potencialidades para futuro	29
 CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL	 31
1. Valores	33
1.1. Múltiplos significados de valor	34
1.2. Definição de Valor	35
1.2.1. O valor na Filosofia	35
1.2.2. O valor nas Ciências Sociais	38
1.2.2.1. Características dos valores sociais	39
1.3. Valores humanos básicos	44
1.4. Crise de valores ou mudança de valores?	52
1.4.1. A Teoria da Modernização de Inglehart	60
1.5. Operacionalização do conceito	66
2. Representações Sociais	69
2.1. Evolução do conceito e sua aplicação na investigação em Ciências Sociais	71
2.1.1. Teoria das Representações sociais	72
2.2. Definição(ões) de Representação Social	76
2.3. Processos de construção, consolidação e mudança das representações sociais	77
2.3.1. A Ancoragem	78
2.3.2. A Objetivação	80
2.3.3. Processos de mudança das representações sociais	81
2.4. Estereótipos e representação social	82
2.5. Conceito Operativo de Representação Social	85
2.5.1. Metodologias de recolha e análise das representações sociais	85
2.5.1.1. A teoria do Núcleo Central	87
2.5.1.2. Representações gráficas da árvore máxima do sistema de similitude	89
 CAPÍTULO II - PESQUISA EMPÍRICA	 91
1. Metodologia de investigação	93
1.1. Questões de partida e objetivos do estudo.....	93
1.2. Questões de Investigação	94
	14

1.3. Desenho da pesquisa empírica	94
1.4. Pré-questionário exploratório e pesquisa inicial	95
1.5. Instrumentos de recolha de informação	97
1.5.1. Questionário	98
1.5.2. Entrevistas	99
1.6. Procedimento	101
1.6.1. População e amostras	102
1.6.1.1. Distribuição sociodemográfica da amostra	103
1.6.2. Realização das Entrevistas	108
2. Apresentação e análise dos dados	111
2.1. Relatório do Questionário	111
2.1.1. Representações sobre Família	
2.1.1.1. Representações sobre casamento.	111
2.1.1.2. Representações sobre a União de Facto	114
2.1.1.3. Representações sobre a Parentalidade	115
2.1.1.3.1. Representações sobre relações pais-filhos e socialização das crianças	117
2.1.1.4. Representações sobre os papéis de género	120
2.1.1.5. Representações sobre a interrupção voluntária da gravidez	121
2.1.1.6. Representações sobre Relacionamentos e Relações Sexuais	122
2.1.2. Representações sobre Ensino e Trabalho	
2.1.2.1. Representações sobre o Ensino.....	125
2.1.2.2. Representações sobre o Trabalho	127
2.1.2.2.1. Representações sobre os Valores do Trabalho.....	130
2.1.3. Representações sobre Política e Sociedade	
2.1.3.1. Representações sobre a ideia de Política	132
2.1.3.2. Representações sobre o conceito de Democracia.....	134
2.1.3.3. Representações sobre Cidadania Democrática.....	136
2.1.3.4. Representações sobre o Posicionamento Político	138
2.1.4. Representações sobre Moral, Sociedade e Religião	
2.1.4.1. Representações sobre os Valores Morais e Sociais.....	145
2.1.4.1.2. Representações sobre Confiança Interpessoal	147
2.1.4.1.3. Representações sobre Tolerância e Preconceito.....	149
2.1.4.1.4. Representações sobre Justiça Social.....	150
2.1.4.1.5. Representações sobre a Solidariedade	152

2.1.4.1.6. Representações sobre a prática do Voluntariado	154
2.1.4.2. Representações sobre Religião	155
2.1.4.2.1. Representações sobre a Transcendência	157
2.2. Relatório das Entrevistas	159
2.2.1. Questionário de associação livre	159
2.2.1.1. Representação social do conceito «Valor»	161
2.2.1.2. Representação social do conceito «Família»	162
2.2.1.2.1. A família em processo de desintegração	163
2.2.1.2.2. A família enquanto espaço de abrigo	165
2.2.1.2.3. A família enquanto base social	167
2.2.1.2.4. A família enquanto espaço de fidelidade	168
2.2.1.2.5. A família enquanto relação humana	173
2.2.1.3. Representação social do conceito «Dinheiro»	176
2.2.1.4. Representação social do conceito «Sociedade»	180
2.2.1.4.1. Sociedade enquanto espaço de instituições	181
2.2.1.4.2. Sociedade enquanto espaço de relação social	184
2.2.1.4.3. Sociedade enquanto espaço de comunidade	187
2.2.1.4.4. Sociedade enquanto espaço de sofrimento	191
2.2.1.4.5. Sociedade enquanto espaço de mudança	195
2.2.1.5. Representação social do conceito «Política»	200
2.2.1.6. Representação social do conceito «Religião»	202
2.2.1.7. Representação social do conceito «Moral»	204
2.2.1.7. Representação social do conceito «Natureza»	207
2.2.2. Questionário de Atribuição de Valoração a Conceitos-Estímulo	210
2.2.3. Variação cultural dos valores	215
2.2.4. Mapas Conceituais	217
2.3. Discussão dos Resultados	221
2.3.1. Distribuição sociodemográfica da amostra	222
2.3.2. Representações sobre Família	226
2.3.2.1. Representações sobre Casamento, Compromisso e Fidelidade	229
2.3.2.2. Representações sobre Parentalidade e Papéis de Género	232
2.3.2.3. Representações sobre Relacionamentos e Relações Sexuais	243
2.3.2.4. Representações sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez	248
2.3.3. Representações sobre Trabalho, Emprego e Empregabilidade	253
2.3.3.1. Representações sobre os Valores do Trabalho	257

3.4. Representações sobre Política e Sociedade	
3.4.1. Representações sobre a ideia de Política	263
3.4.2. Representações sobre a Democracia e a Cidadania Democrática	267
3.4.3. Representações sobre o posicionamento político	276
3.4.4. Representações sobre Confiança Interpessoal e Justiça Social	285
3.4.5. Representações sobre tolerância e preconceito	295
3.4.6. Representações sobre Solidariedade e a prática do Voluntariado	306
3.5. Representações sobre Moral e Religião	312
3.4.1. Representações sobre os Valores Morais: O Bem e o Mal, o Certo e o Errado..	313
3.4.2. Representações sobre Religião – Crença e Prática	317
3.4.3. Representações sobre a Transcendência	321
4. Conclusões	323

Bibliografia

ANEXOS

1. Questionário
2. Fichas de Entrevista

INTRODUÇÃO

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,”

(Camões)

Falar sobre valores é sempre uma tarefa complicada, dada a polissemia do conceito, mas mais do que nunca nos dias de hoje, quando somos bombardeados quase diariamente com a ideia do que os valores estão em crise. As transformações geradas pela passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação estão longe de ser meramente económicas: são eminentemente socio-relacionais e culturais, e denotam um claro decréscimo no capital social do ocidente, que se mede pelo aumento da criminalidade, pela menor coesão da família e pela menor confiança interpessoal, refletindo claramente “um enfraquecimento dos laços sociais e dos valores comuns que são o cimento das sociedades ocidentais” (Fukuyama, 1999, p.20). Em detrimento de valores comunitários, os valores vigentes colocam-se agora na esteira do individual: são a liberdade individual, a autoexpressão e a melhoria da sua qualidade de vida pessoal. Neste mundo cada vez mais individualizado, os valores são considerados importantes enquanto conceitos abstratos, mas descartáveis enquanto normas de conduta social e de vida. É necessário haver justiça social, mas é-se justo apenas quando nos convém. É necessário agir com verdade, mas usa-se a falsidade e a mentira quando pretendemos tirar partido de alguma situação. Inventou-se inclusivamente o termo «não-verdade» para melhor descrever um fato que não corresponde exatamente à verdade total, mas serve os desígnios da nossa verdade individual.

Sentimos que os valores estão em crise, pois não conseguimos acompanhar a sua constante transmutação. Encontramo-nos, desde há algumas décadas e ainda hoje, num período prenhe de mudança. As transformações de cariz social, político, cultural e económico, que sentimos sucederem-se a um ritmo galopante mercê dos avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas, alteraram o perfil da civilização ocidental, e muito particularmente da sociedade portuguesa. Nos últimos 40 anos verificaram-se mudanças extraordinárias em Portugal, fruto de um processo de democratização e modernização das estruturas nacionais. As distâncias que nos separavam do mundo encurtaram-se mercê da nossa adesão à Europa Comunitária e da introdução da *World Wide Web*. Vivemos, agora, num mundo globalizado onde um acontecimento isolado em qualquer ponto do planeta causa ondas de choque que se espalham pelos cinco continentes.

A universidade, pedra de toque e motor desta mutação, não poderia sair incólume deste processo. Verificou-se uma maciça democratização do acesso ao ensino superior nos últimos 30 anos, e a universidade deixou de ser território exclusivo da elite cultural e social do país para passar a ser uma instituição acessível a qualquer indivíduo proveniente de qualquer estrato social, conquanto tenha o intelecto e as competências de estudo – a pá de joeirar que separa hoje o trigo do joio.

Contudo apesar de verificamos o aumento do número de licenciados por grupo etário, este aumento não reflete capazmente este esforço de democratização, pois a percentagem de indivíduos com educação terciária em Portugal continua sendo das mais baixas da Europa. Se atentarmos aos números gerais da população (OCDE 2010), verificamos que cerca de 70% da população ativa em Portugal (idades 15 a 65) não vai além do ensino básico e apenas 30% da população conseguiu atingir o nível secundário e terciário em termos de educação. Apesar do aumento exponencial das vagas de acesso e consequente número de alunos a frequentar o ensino superior, ainda permanecemos na cauda da Europa em termos de grau de escolaridade atingido com apenas cerca de 15% da população licenciada. Se compararmos estes números com a situação em países como a Dinamarca, a Suécia ou o Reino Unido com mais de 30% da população total com educação superior, ou mesmo a Espanha, com 28%, verificamos que ainda temos um longo caminho a percorrer no sentido da democratização efetiva da formação e educação da população.

É certo que estes países encetaram o seu processo de democratização do acesso à educação de nível superior mais cedo, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, mas, o seu processo será tendencialmente mais lento na medida em que não resultou de um processo revolucionário, como é o caso português, mas de uma afirmação precoce de uma classe média forte e influente e de um despertar da sociedade para as necessidades de qualificação profissional de camadas crescentes da população no sentido de responder às exigências do mercado de trabalho.

Uma população bem educada e bem treinada é essencial para o bem-estar social e económico dos países e dos indivíduos. A educação tem um papel primordial ao permitir que os indivíduos adquiram o conhecimento, as competências e o know-how necessário para participar na sociedade e na economia de forma eficaz. A educação contribui igualmente para a expansão do conhecimento científico e cultural. Inclusivamente o nível educacional de uma população é comumente usado como medida de «capital humano», i.e., as competências disponíveis a essa população e ao seu mercado de trabalho (OCDE, 2007, p. 26). Ao ser país signatário da Declaração de Bolonha, Portugal compromete-se a procurar reorganizar o seu sistema educativo por forma a enquadrar-se no Espaço Europeu do Ensino Superior, e vai competir com países

que há muito se aperceberam da necessidade de dotar os seus cidadãos com a mais vasta qualificação escolar possível.

Como sabemos, os indivíduos não se situam da mesma maneira perante uma determinada realidade social, neste caso os valores e a sociedade, pelo que importa refletir sobre os esquemas mentais de representação que os levam a tomar esta ou aquela decisão, a assumir esta ou outra posição, a agir desta ou de outra forma quando confrontados com a mesma situação. O trabalho de investigação que estamos a desenvolver situa-se no âmbito das representações sociais dos valores dos estudantes universitários em Portugal. A importância dos estudantes universitários enquanto sujeitos de um estudo sobre valores e representações sociais é por demais evidente, uma vez que de certa forma estes espelham os valores e as representações sociais da sociedade que os enforma mas de uma forma filtrada por valores individuais próprios de indivíduos com um nível educacional mais elevado, especialmente a autonomia de pensamento, em detrimento da conformidade, e a flexibilidade intelectual. (Michener et al, 1990, p. 503). Pelo que a escolha destes sujeitos não foi adventícia, prendendo-se antes com o facto de que “Nas sociedades contemporâneas, os estudantes do ensino superior constituem um segmento da população particularmente decisivo, pelo seu protagonismo social específico, enquanto jovens estudantes e nos seus destinos sociais potenciais, e pelo facto de nele confluírem muitas das dinâmicas de mudança social mais significativas da actualidade.”(Almeida et al., 2003, p.2)

1. Natureza, Objetivos e Organização do Trabalho

Este trabalho visa fundamentalmente clarificar se existe um quadro de referência homótono em termos de uma representação social dos valores nos estudantes universitários em Portugal que subjazem às escolhas e atitudes perante a vida desta população. Ou se, pelo contrário, perceber se se vai detetar variações dentro desse quadro de referência ao introduzirmos as variáveis género, local de proveniência, classe social, área de estudos (ciências humanas ou ciências exatas), religião, etc. As questões a que nos propomos responder neste texto são de vária ordem: como se caracterizam os estudantes universitários portugueses em termos de valores? Que valores norteiam as suas relações com o mundo e com os outros e que representações sociais fazem os estudantes deles? Os valores e representações sociais dos estudantes universitários portugueses diferem dos valores e representações sociais da população portuguesa em geral? Haverá uma matriz comum a todos os universitários portugueses em termos de valores e representações sociais, ou a pertença a uma determinada universidade, pública ou privada, determina quais os valores e as representações dominantes? Poderemos

colocar a questão da diferenciação geográfica, ou seja, o fato de se ser oriundo do norte, tendencialmente mais rural, ou do sul, mais urbano, determina o tipo de valores a que se adere? Os valores e representações sociais dominantes variam de acordo com a área de estudos que os alunos escolheram? Haverá diferenciações de valores preferenciais consoante o género, ou notar-se-á uma maior propensão para a igualdade? E o que sucede quanto às origens sociais dos estudantes?

O acesso ao ensino superior, tradicionalmente reservado às camadas mais afluentes da população, como verificamos democratizou-se pelo que a base social de recrutamento é hoje muito mais alargada, pelo que a questão das origens sociais se coloca com extrema pertinência no momento em que queremos analisar os valores e as representações sociais que enformam o pensamento destes mesmos estudantes universitários, e será objeto de reflexão mais aprofundada no decorrer do projeto, pois como refere Giddens (1984) “os actores sociais têm incorporado nos seus quadros de valores e representações as próprias condições estruturais em que vivem, e por isso, esses quadros não são arbitrários na sua configuração; mas ao mesmo tempo, as condições estruturais incorporadas não são senão o resultado da própria acção social e do sentido que nela investem os seus protagonistas, portadores de uma ‘auto-reflexividade’ sempre potencialmente inovadora.” (cit. por Almeida et al., 2003, p. 92)

Isto significa que o nosso trabalho tem um duplo objetivo: por um lado procura identificar os valores sociais que os estudantes assumem como próprios ou reconhecem, pela presença ou pela ausência, na sociedade portuguesa; por outro lado, a forma como os estudantes se relacionam com esses mesmos valores, através do estudo das suas representações sociais sobre o tema. Para procurar identificar os processos de construção e apropriação de valores, iremos socorrer-nos do conceito das representações sociais, apresentado por Moscovici (1967), partindo da perspectiva psicossocial. “A psicologia social aborda as representações sociais no âmbito do seu campo, do seu objeto de estudo, a relação indivíduo-sociedade, e de um interesse pela cognição, embora não situado no paradigma clássico da psicologia: ela reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos.” (Arruda, 2002, p.128)

Para isso procedemos à preparação de um questionário que visa revelar quais os valores, ou seja, quais os princípios abstratos que guiam ou justificam as atitudes, as opiniões e os comportamentos, dos estudantes universitários em Portugal. Baseamos o nosso questionário no European Values Survey, EVS, realizado desde 1990 em 32 países da Europa. O EVS foi desenhado para permitir a análise empírica dos padrões de valores nos países europeus e foi recentemente (2008) aplicado a amostras da população dos 32 países participantes.

Em Portugal, o questionário do EVS está integrado num programa específico chamado European Social Survey (ESS), que por sua vez está integrado no programa Atitudes Sociais dos Portugueses do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, coordenado pelo Professor Doutor Jorge Vala e pelo Professor Doutor Manuel Villaverde Cabral. Portugal participou pela primeira vez neste estudo em 1990, e tem participado nas sucessivas recolhas de dados a cada 10 anos para avaliar a mudança em termos de valores.

A utilização do EVS como base para a construção do nosso questionário deve-se ao facto de este ser não só um instrumento de pesquisa empírica de valores validado ao longo do tempo, mas também ao facto de os valores não serem avaliados de forma direta, a partir de escalas de julgamento em que se solicita aos respondentes que hierarquizem preposições ou palavras que são indicadores de valores (e.g. escala de valores de Rokeach), ou que optem por um valor num dado conjunto de valores (e.g. escala de valores sociopolíticos de Inglehart), ou ainda que avaliem o grau de importância ou rejeição de determinado valor (e.g. escala de valores pessoais de Schwartz).

No EVS, e consequentemente no questionário que elaborámos, os valores são inferidos das respostas a preposições atitudinais, a perguntas de opinião e a perguntas sobre intenções comportamentais. O estudo que realizamos, à semelhança do EVS, cobre diversos contextos da vida dos estudantes universitários: família, religião, trabalho, política, e também procura igualmente determinar os valores transversais da moral e da solidariedade. Posteriormente, e partindo dos dados obtidos nas respostas ao questionário, procuramos aprofundar a temática dos valores e especialmente a sua representação social através de entrevistas a informantes qualificados.

A amostra é constituída por 405 alunos, de três Universidades Portuguesas, uma universidade privada, a Universidade Católica Portuguesa (UCP) e duas universidades estatais, a Universidade de Aveiro (UA) e a Universidade de Lisboa (UL). Estas universidades foram escolhidas dada a sua boa reputação, o número de alunos e os cursos de que dispunham. A escolha da Universidade de Lisboa prendeu-se ainda com a questão geográfica, ou seja, procurar uma universidade que se situasse no sul do país e que fosse semelhante em termos de reputação à Universidade de Aveiro. Considerámos ainda incluir a Universidade Lusófona, que apesar de ter uma reputação bastante inferior em termos de ranking das universidades, tinha uma dimensão considerável em termos de número de alunos, sendo a segunda maior Universidade privada portuguesa. Contudo após uma recolha de cerca de 80 questionários nesta universidade apercebemo-nos que as características sociodemográficas destes estudantes eram francamente diferentes (como explicamos no capítulo sobre a metodologia 2.1), pelo que resolvemos excluí-la do estudo.

Considerou-se que a Universidade de Aveiro representaria a região norte do país, visto que a maioria dos seus alunos residem no concelho, ou são residentes em concelhos próximos, especialmente no Porto. Por outro lado, a Universidade de Lisboa representaria a região sul do país, uma vez que a maioria dos seus alunos reside na chamada área da Grande Lisboa, que inclui concelhos limítrofes, nomeadamente Sintra, Oeiras, Loures, Almada e Setúbal.

Procedemos a uma análise comparativa colocando diferentes variáveis em contraposição procurando assim atingir alguns dos objetivos que traçámos. Nomeadamente comparámos as respostas dadas pelos alunos da Universidade privada (Católica) com as respostas dadas pelos alunos das Universidades públicas (Lisboa e Aveiro) procurámos perceber se existem variações por fatores intrínsecos (valores veiculados pela instituição e seu corpo docente) ou extrínsecos (rendimento do agregado, posicionamento ideológico, etc.) a esta pertença universitária, tendo no entanto verificado uma estreita correlação entre a pertença a esta universidade privada e afluência média do agregado familiar, pelo que tendemos a considerar que, mais do que a pertença universitária, poderão ser fatores de classe socioeconómica os responsáveis pelas divergências encontradas. A análise de inferência estatística, que efetuámos para estudar a relação entre a pertença social (questão 15 - rendimento do agregado e questão 72 - posicionamento político) com as restantes questões, afigurou-se extremamente pertinente neste caso.

Comparámos também os alunos da Universidade Pública do Norte (Aveiro) com a Universidade Pública do Sul (Lisboa), procurando assim detetar se a variação geográfica de origem poderia explicar algumas das divergências de resposta. Notámos que o norte é mais conservador que o sul em termos, por exemplo, dos papéis de género e emprego no feminino, contudo a maioria dos itens revelou grande paridade.

O género, e a sua influência nas respostas, foi também objeto do nosso estudo comparativo, tendo encontrado alguns dados interessantes, que inclusivamente põem em causa algumas conclusões retiradas pelo grupo de trabalho do EVS em Portugal (Vala, Cabral & Ramos, 2003), como é o caso dos apoiantes do aborto.

Procedemos também à comparação entre os alunos das diferentes áreas de estudos para estudar a influência da área de estudos (questão 31) escolhida nas respostas dadas ao questionário, para a amostra global. Contudo, e retirando as questões mais óbvias das expectativas profissionais mais favoráveis dos estudantes de Engenharia, face aos demais, que aliás já tinha sido focado por Almeida et al (2003), não cremos que as restantes diferenças possam ser atribuídas à área de estudos, mas antes a questões de ordem sociodemográfica que distinguem estes alunos, como por exemplo, a maior taxa de masculinização das Engenharias e de feminização dos cursos de Educação e Ciências Sociais.

Comparámos ainda os resultados obtidos na amostra global dos estudantes universitários com os resultados apresentados pelo EVS 2008 referentes a Portugal. De referir que no EVS 2008, num universo de 1549 inquiridos, o número total de respondentes com educação de nível terciário é de 140, ou seja, abaixo dos 10 %, e, da amostra total, apenas 119 são indivíduos com idades entre os 18 e os 25 anos e desses apenas 19 apresentam um nível de educação terciário. Contudo gostaríamos de acreditar que pelo menos metade (40%-50%) destes 119 são indivíduos que ainda não completaram os seus estudos terciários, dada a tendência atual, pelo que falamos de 19 indivíduos afirmados e de cerca de 50-60 indivíduos que potencialmente poderão ser caracterizados de forma semelhante à nossa amostra em termos sociodemográficos.

A nossa comparação com os dados do EVS 2008 confirmou algumas das nossas questões de investigação, nomeadamente, o fato da educação de nível terciário, mais do que a idade, se correlacionar positivamente com valores do pós-materialismo: tolerância, liberdade, autonomia, individualização (Inglehart & Welzel, 2005). Trata-se ainda de uma “elite” com acesso à educação terciária, e a todo um universo de conhecimento e abertura ao mundo, vedado a quase 85% da população portuguesa, pelo que “É legítimo pensar que a mera inserção no meio académico proporciona aos estudantes, independentemente das suas origens sociais, a inculcação de novas dimensões simbólicas e ideológicas, facultando ainda a renovação das suas expectativas, com o alargamento potencial de oportunidades de inserção na vida social e profissional” (Almeida et al, 2003, p.96), e consequentemente a apropriação de novos valores, distintos dos valores da classe social de origem.

Simultaneamente permitiu-nos observar diferenças substanciais entre as duas amostras sobre a forma de pensar as questões de género e do emprego no feminino, a importância dos grupos relacionais (família e amigos) e muito especialmente a questão do mérito. Serviu ainda para desmistificar e mesmo infirmar, algumas ideias-feitas face a questões como o aborto, o casamento, a fidelidade, os relacionamentos sexuais ocasionais, onde os jovens universitários revelaram uma postura bastante mais conservadora do que seria de esperar, por vezes mais conservadora que a média da população.

Existem alguns estudos que tratam destes sujeitos em particular, e cujos dados, sempre que tal for pertinente, serão utilizados na discussão do trabalho (Capítulo 2, Ponto 2.3.). Salientamos os de Almeida et al (2003) e Martins, Mauritti & Costa (2008) efetuados no âmbito do Programa de Investigação sobre Estudantes Universitários (PIEU/CIES/ISCTE), procuram por traçar o perfil socioeconómico dos estudantes e no caso do primeiro estudo, realizado em 1999, analisar concomitantemente os sistemas de valores dos universitários, especialmente no que concerne aos valores do trabalho (inserção profissional); às representações de clivagens

sociais; à concepção de justiça social, com especial ênfase para a meritocracia, ao posicionamento social e o *status*, percebido ou esperado; aos modelos de orientação de vida, enfatizando a questão da hierarquia de valores; e às opiniões sobre a vida política e científica.

Similarmente, Almeida & Tavares (2009) realizaram um estudo que visava caracterizar o sistema de valores de um grupo de estudantes universitários e fazer o estudo das diferenças entre grupos com base nas variáveis: área de formação (Área de Humanidades vs. Área das Tecnologias), género, localização geográfica (Lisboa vs. Interior) e tipo de ensino (público vs. privado). Para operacionalizar a variável valores foi utilizado o Inventário dos Valores de Vida do Life Values Inventory (LVI) de Crace & Brown, (1996) na versão revista de Almeida (2006) assentando na Teoria Holística dos Valores de Base (Brown, 1996; Brown & Crace, 1995). Os valores que obtiveram médias mais elevadas foram a Responsabilidade (12,80), a Independência (11,65), a Realização (11,64), a Preocupação com o Ambiente (11,61), a Preocupação com os Outros (11,49) e a Lealdade à Família e ao Grupo (11,45).

Encontramos ainda o estudo de Menezes, Costa & Campos (1989) que se refere concretamente aos valores dos estudantes universitários partindo do modelo empírico de categorização de valores em dez domínios motivacionais proposto por Schwartz & Bilsky (1988). Este estudo realizou-se em 1988, junto de estudantes de licenciatura da Universidade do Porto. Os estudantes hierarquizaram os valores do seguinte modo: maturidade, social, relacional, hedonismo, sucesso conformista e manutenção da tradição. Contudo, e visto terem passado mais de 20 anos desde a realização deste estudo com as consequentes mudanças sociais e culturais que estas duas últimas décadas viram surgir (disseminação da Internet e das comunicações moveis, por exemplo), bem como a limitação geográfica ao norte do país, consideramos que os resultados poderão já não corresponder à realidade atual, pelo que este fato será tomado em consideração aquando da discussão dos dados. Existem ainda outros trabalhos que caracterizam os estudantes universitários mas cujo escopo se confina à análise sociodemográfica e outros ainda que procuram analisar as trajetórias académicas e de inserção profissional dos licenciados pela Universidade de Lisboa (Alves, 2001) e pela Universidade de Coimbra (Estanque e Nunes, 2002).

Quanto à organização, propriamente dita, do presente trabalho começaremos por explicar, no Capítulo I, Ponto 1, do que realmente falamos quando falamos de valores. Esboçaremos uma definição tentativa de valor para diferentes áreas do saber e centrar-nos-emos nas características do valor para a filosofia e para as ciências sociais. No campo filosófico, não nos deteremos em questões de axiologia abstrata, antes concentraremos a nossa atenção nos filósofos que exploraram a vertente mais ligada à sua aplicação na prática social (Kant e Nietzsche em Resweber, 2002 e Scheller 1973), por referirem o valor enquanto figura do

socialmente desejável, que se relativiza pela intervenção do sujeito que, partindo das suas crenças emocionais, atribui um valor a um determinado objeto. Contudo, e uma vez que o que constitui o objeto do nosso estudo é a representação social que os universitários fazem destes mesmos valores, iremos recorrer à Psicologia Social, e falaremos do conceito de valores sociais, apoiando-nos primeiramente em Rokeach (1968, 1973, 1979), o precursor do estudo dos valores na sociedade dentro desta perspetiva. Seguidamente apresentaremos a teoria de Schwartz (1987) que apresenta os dez valores humanos básicos e de seguida refletiremos sobre a tão apregoada crise de valores atual. Isto leva-nos a Inglehart (1977), e à sua teoria da modernização, que utilizaremos para descrever a situação atual como um momento de mudança de paradigma em termos de valores sociais. Finalmente exporemos a definição de valor que utilizaremos como guia para o nosso estudo.

No Ponto 2. deste primeiro Capítulo, iremos centrar-nos sobre o conceito de representação social, explicitando a sua evolução e a sua aplicação nas ciências sociais, e especialmente no campo da psicologia social. Para isso teremos impreterivelmente de socorrer-nos da teoria das representações sociais, proposta por Moscovici há mais de cinquenta anos. Esta teoria tem vindo a ganhar terreno no panorama das Ciências Humanas e Sociais em Portugal e no mundo, como pudemos constatar dada a excecional profusão de intervenientes no 11º Congresso Internacional das Representações Sociais que se realizou este ano, 2012, em Évora, no qual em boa hora lográmos participar. Esboçaremos então uma definição de representação social servindo-nos dos aportes de diferentes escolas que têm vindo a debruçar-se sobre esta temática. Seguidamente focaremos os processos de construção, consolidação e mudança das representações sociais, procurando assim perceber a dinâmica deste processo no seio da sociedade. Faremos ainda uma incursão pela questão dos estereótipos sociais, uma forma de representação centrada nos grupos humanos e nas suas características, que poderá lançar alguma luz sobre a questão do preconceito que trataremos mais tarde, aquando da discussão dos resultados da pesquisa empírica. Finalmente apresentaremos o conceito operativo de representação social, tentando clarificar a sua utilização no nosso estudo, que, não seguindo nenhuma abordagem específica antes, retira aportes das diferentes metodologias de recolha e análise, utilizando teorias e metodologias tão diversas como a teoria do núcleo central da perspetiva estruturalista e a representação gráfica em árvores, introduzida Flament (Abric, 2003).

Findo o enquadramento teórico e concetual, iniciaremos o nosso Capítulo II, onde nos debruçaremos sobre a pesquisa empírica propriamente dita, começando por explicitar, no Ponto 1, a metodologia de investigação seguida que, visto pretendermos caracterizar uma realidade de cariz sociocultural, as representações sociais dos valores, utiliza referenciais teóricos no âmbito

das Ciências Sociais, utilizando instrumentos típicos da abordagem sociológica e da psicologia social.

Esta investigação desenrolou-se em duas fases. Na primeira fase, cujos resultados apresentamos no Ponto 2.1. do Capítulo II, passámos um questionário a uma amostra de 404 estudantes de três universidades portuguesas, duas públicas (UA e UL) e uma privada (UCP). O nosso questionário baseia-se no European Values Survey, da responsabilidade de uma equipa internacional liderada por Inglehart, cobrindo todos os países da Europa com mais de 100.000 habitantes. Este estudo visa perceber quais os valores sociais dos Europeus, avaliados através de um conjunto vasto de questões sobre os valores familiares, laborais, religiosos, políticos e societais. Ao usarmos este questionário podemos tirar partido de um instrumento validado no tempo e no espaço, e simultaneamente utilizar os dados recolhidos pela equipa do EVS em Portugal, para perceber a especificidade do nosso público-alvo, que apresenta claras diferenças face à generalidade da população.

As respostas ao inquérito serviram como auxiliar à criação das fichas de entrevista sobre representações sociais, que utilizámos na segunda fase do estudo. Nas entrevistas que realizámos com 20 estudantes, utilizámos a associação livre de palavras, a atribuição de valorização a conceitos e a construção de mapas mentais, que são algumas das técnicas mais comumente utilizadas no estudo das representações sociais (Abric, 2003). Os resultados obtidos nesta fase da investigação obtidos nas associações livres aos diversos conceitos-estímulo são apresentados no Ponto 2.2. deste capítulo, utilizando a representação gráfica proposta por Flament (1986) da árvore máxima de similitude uma vez que possibilita visualizar a frequência e a organização das associações recolhidas. Pressupõe-se que os vocábulos mais frequentes sejam os mais importantes para a representação e consequentemente sejam os mais centrais, e que as associações conceituais mais fortes (as que ocorrem repetidamente) signifiquem que os conceitos estão interligados dentro de uma mesma representação.

Após apresentação dos resultados das duas fases da investigação, procedemos à discussão dos resultados obtidos, no Ponto 3, e sempre que possível e pertinente socorremo-nos dos dados do EVS 2008 relativos a Portugal para comparar os resultados da nossa amostra com os dados recolhidos pelo estudo do EVS sobre a totalidade da população portuguesa e simultaneamente para fazer algumas inferências usando dos dados do EVS 2008 no sentido de corroborar algumas das questões de investigação propostas. Finalmente apresentamos as conclusões (Ponto 4) do nosso estudo.

2. Limitações do nosso estudo e potencialidades para futuro

Como todos os estudos sobre realidades sociais, o nosso encontra-se já datado, pois a sociedade encontra-se em permanente mudança, e o que poderia ser válido para 2008/2009 poderá já não ser realidade em 2012. Mais, considerando que possivelmente a maioria dos estudantes, que se encontravam então no 3º ano dos seus estudos, estarão neste momento a concluir o seu mestrado e a sair para o mercado de trabalho, é natural que dentro de um ou dois anos, ou mesmo já, quando confrontados com novas realidades sociais, como a vida laboral, ou uma situação de desemprego, o início de um projeto de vida familiar próprio, ou a decisão de emigrar, revejam o seu sistema de valores à luz das novas necessidades então sentidas. Contudo gostaria de pensar que os seus valores-core não serão alterados, e que continuarão a encarar o respeito e a integridade como valores-base para a vida em sociedade. Seria sem dúvida interessante rever estes estudantes passados 5 ou 10 anos e verificar que mudanças em termos de valores e das suas representações brotam dos seus novos posicionamentos sociais.

Uma outra questão que se nos coloca é a questão da representatividade da Universidade Católica Portuguesa enquanto paradigma das universidades privadas portuguesas. Verificamos que a realidade sociodemográfica dos estudantes da UCP não é comparável à dos estudantes das restantes universidades, que são tendencialmente mais velhos, menos afluentes, maioritariamente trabalhadores-estudantes, e especialmente jovens com percursos escolares marcados por menor sucesso, pois as demais universidades privadas são consideradas o último recurso do estudante que não conseguiu obter classificações suficientes para entrar na universidade pública, ou cooperativa, que oferecia o curso que ele ambicionava. Contudo, e considerando que a cotação atribuída às três universidades quer pela academia quer pelo mercado de trabalho é semelhante, e que o perfil dos estudantes é mais aproximado, pareceu-nos na altura e continua a parecer a melhor opção, especialmente se quisermos encarar os resultados dos estudantes como um todo. Quem sabe, haverá a oportunidade futura de comparar estes resultados com resultados recolhidos noutras universidades privadas, no sentido de perceber efetivamente as diferenças que este tipo de ensino menos considerado em termos sociais poderá aportar para esta investigação.

Adicionalmente, e com muita pena nossa, não foi possível seguir o percurso inicialmente traçado de comparar os valores e representações sociais de estudantes universitários de nacionalidades diferentes, aproveitando também os dados do EVS para comparar com a generalidade da população e assim poder observar tendências que poderiam ou não ocorrer nas diferentes populações. Considerando inclusivamente o país onde atualmente a investigadora se encontra a residir (Arábia Saudita), seria francamente interessante procurar

comparar os resultados do nosso estudo com resultados de estudantes sauditas e assim perceber o escopo de influência das orientações culturais, de que nos fala Schwartz, sobre os valores e as representações sociais.

Como última nota, podemos acrescentar que dada a natureza abrangente do nosso trabalho, não nos foi possível dar o relevo necessário a todos as vertentes dos valores sociais tratados. Seria interessante *a posteriori*, e partindo dos dados recolhidos, aprofundar estas temáticas e quiçá estudá-las isoladamente, o que permitiria obter dados mais conclusivos e simultaneamente colocar alguma substância no «esqueleto» que aqui procuramos descrever.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL

1. VALORES

“Desde que el hombre es hombre siempre ha deseado el valor y ha rechazado el contravalor o antivalor. [...] La literatura de todos los tiempos, las leyes, las costumbres, el arte, las canciones, etc. han fomentado o rechazado unos o otros valores o antivalores. La razón es bien sencilla: es imposible una vida humana al margen de los valores”

(Gervilla Castilho, 1998, p.399)

A vida humana não é possível à margem dos valores, ou seja, é impensável ao ser humano viver sem valores. Em todos os tempos, em todas as culturas, em todas as sociedades há sempre realidades a que se atribui uma maior carga valorativa, e consequentemente há outras a que se atribui uma menor ou uma nula carga valorativa – os valores e os contravalores. A dicotomia valor/contravalor surge sempre que referimos a vida humana, pois quando emerge um valor, emerge sempre o contravalor correspondente: é impossível falarmos de bem sem o compararmos ao mal, a paz só é valorizada porque há guerra, anseia-se pela justiça porque há injustiça. Logo os valores são realidades que valem, e por isso não podemos ficar indiferentes perante eles: ou os aceitamos porque estão conformes com a nossa realidade enquanto pessoas, ou os rejeitamos por serem contrários a essa realidade. No entanto, os valores valem de forma diferente quanto ao seu ponto de referência que pode ser de ordem material, intelectual, emocional, volitiva, estética, moral, social, ecológica, instrumental ou religiosa, e por isso há valores que são mais importantes para uns que para outros.

Todavia, há valores que radicam no mais profundo do ser e são imprescindíveis à nossa construção enquanto pessoas e há outros que embora beneficiem este processo de construção pessoal, não são de todo indispensáveis, na medida em que podemos viver mantendo a dignidade de seres humanos sem eles. Referimo-nos aqui em especial aos valores morais. Os valores morais são aqueles que, se os temos, favorecem o processo de humanização, e se nos faltam, tornam-se um prejuízo intrínseco para essa humanização, por isso os valores morais são prescritivos ou obrigatórios para todos (AAVV, 1998, p.308) ¹

Escusado será dizer que nem todas as épocas, nem todos os povos, nem todos os indivíduos valorizam ou desvalorizam de forma igual os mesmos valores e contravalores. Contudo podemos afirmar que desde os primórdios da humanidade há relações opostas de

¹ “los valores morales son aquéllos que, si se tienen, favorecen el proceso de humanización y, si se carece de ellos, deviene un prejuicio intrínseco para dicha humanización; por lo tanto, los valores morales son prescritivos u obligatorios para todos.” (p.308)

valores e contravalores que permanecem, por exemplo, a dicotomia bem/mal, ou a dicotomia verdade/mentira. Poderá haver mudança no grau de valorização que é dado a um ou outro conceito, ou mesmo mudança no conteúdo do próprio conceito, mas, nestes casos, a relação de oposição permanece.

1.1.Os múltiplos significados de valor

Este vocábulo não tem uma definição única e não se aplica exclusivamente para designar uma realidade concreta, pelo contrário tem aceções várias provenientes de origens muito distintas. Em linguagem comum ou popular, o valor pode significar uma qualidade desejada, importância, força ou dignidade de um indivíduo (“uma pessoa de valor”), em suma, valor é tudo aquilo que não nos deixa indiferentes, algo a que atribuímos sempre um cunho positivo, algo que nos “parece bem”. Em Economia, ao falarmos de valor falamos de uma quantidade material ou monetária que se considera justa para ser trocada por um bem ou serviço. Na Banca fala-se da Bolsa de Valores, e chamamos valor a qualquer documento que dê conta de uma obrigação que uma pessoa física ou jurídica tem face ao seu devedor. Na Matemática fala-se do valor de «x» em função de «y», ou seja, qualquer das determinações possíveis de uma quantidade variável, grandeza ou função. Na Música, o valor é a duração do som a que corresponde uma determinada notação: mínima, colcheia, breve, etc. Nas Artes Visuais, o valor refere a gradação do tom do mais claro para o mais escuro e também a relação que um qualquer elemento do quadro com outro ou com todo o conjunto. Em Fonética, o valor expressa a qualidade de um som relacionado com o carácter escrito que o representa: o “s” tem valor de /z/ quando entre vogais. No campo das ciências humanas, e mais concretamente na Filosofia, a Axiologia (do grego *áxios* = valioso), uma disciplina filosófica, também chamada «teoria dos valores», procura descrever e captar a essência do valor e a Ética ocupa-se dos valores humanos e da sua prática. Por seu lado, a Psicologia relaciona valor com atitudes, crenças e normas; e a Antropologia, e mais especificamente a Antropologia Cultural, diz-nos que o valor denota a cultura da sociedade em que o indivíduo se encerra, ou seja, os valores são eminentemente produtos culturais.

Dada a multiplicidade de significados atribuídos a esta palavra, torna-se necessário explicitar concretamente ao que nos referimos quando mencionamos «valor» no contexto deste trabalho. Iremos socorrer-nos para isso de duas disciplinas, a filosofia e a psicologia social.

1.2. Definição de Valor

1.2.1. O Valor na Filosofia

Segundo Ferrater Mora (1991) aos valores, em Filosofia, atribuem-se as seguintes características: 1) Valência: A característica do valor é ser *valente*, diferentemente do ser *ente*; 2) Objetividade: os valores não dependem de preferências individuais, mantendo a sua forma de realidade para além de toda a apreciação e valorização; 3) Não independência: os valores fazem sempre referência ao ser e são expressos como predicções do ser; 4) Polaridade: os valores são dicotómicos por natureza; 5) Qualidade: são totalmente independentes da quantidade pelo que é impossível estabelecer relações quantitativas entre coisas valiosas; 6) Hierarquia: os valores são oferecidos numa tabela hierárquica. (pp 410-411)

Que é como quem diz, os valores são realidades que valem por si só, de forma autónoma e não relativa, contudo são atributos de um determinado sujeito ou objeto. A bondade é um valor em si, contudo sem um sujeito que seja bom, a bondade é uma realidade vazia. Adicionalmente, são dicotómicos, i.e. funcionam sempre por um processo de oposição entre valor e contravalor, inquantificáveis, o que significa que um sujeito ou um objeto não vale mais que outro, mas os valores, esses sim, são hierarquizados, ou seja, uns valores valem mais que outros. Se pensarmos nos valores da bondade e da beleza, não podemos afirmar que o António é belo e portanto vale mais que o Bernardo que é bom, contudo podemos afirmar que a beleza se deve subordinar à bondade, pois é mais importante, do ponto de vista moral, ser bom que ser belo.

Esta definição filosófica centrando-se no valor enquanto construto absoluto não é suficientemente explicativa do conceito de valor que pretendemos adotar e operacionalizar para o nosso estudo, pois no mundo de hoje, “o que verificamos, factualmente, é que as atribuições valorativas do sujeito adquirem uma diversidade e uma pluralidade de carácter (relativismo axiológico) independentemente do objecto (universalismo) ” (Pedro, 2002, p.17). Pelo que relembramos aqui o que nos diz Resweber (2002) ao referir que “o valor é uma figura do desejável. Por isso e enquanto tal, envolve uma aspiração e uma representação [...] alicerçando-o na relação [desejo/necessidade], pois as representações de que se socorre, não são mais, afinal, do que símbolos fundadores do reconhecimento e da reciprocidade” (p.13). É pelo desejo que atingimos o valor do objeto, e quanto mais o desejamos ou dele necessitamos maior o valor que lhe atribuímos. Quando estamos em guerra, a paz torna-se um valor primordial, que rapidamente perde o seu estatuto se regressa a calma social e a prosperidade económica.

Torna-se no entanto necessário incluir uma outra dimensão, que Kant integra ao perpassar todo o desejo, enquanto fundamento do valor, pela ideia de um sentido último, uma direção – um ideal ético. O valor é aquilo que o indivíduo ou a sociedade procuram alcançar enquanto representação do dever-ser, ou “dito de outro modo, os valores são os símbolos de tarefas abertas a um crescimento indefinido: inscrições de um ideal inesgotável” (p.16) E exatamente por isso servem, ou devem servir, de medida-padrão, de critério ético-moral para guiar toda a ação e decisão humana.

Contudo coloca-se aqui novamente a questão já enunciada do relativismo axiológico, uma vez que os «fins últimos» para os quais estão dirigidos os valores variam com a época, a cultura, a localização social e geográfica, a idade, etc. Para Platão e Aristóteles, e todos os pensadores medievais que neles se basearam, o Ser era o valor supremo, o fim último para o qual tendiam todas as ações e decisões humanas. Durante séculos, e muito por influência da síntese entre estas ideias filosóficas e a teologia cristã, o fim último do homem era Deus, sendo este o valor supremo, na medida em que era fundamento e finalidade de todos os valores. Nietzsche² vem abrir caminho a esta relatividade, pulverizando a ideia de um valor supremo, absoluto, para atribuir o valor maior ao ser, mas ao ser enquanto sujeito agente de mudança, enquanto ser humano que procura superar a sua própria condição inferior. “O valor é o do sujeito, que se toma a seu cargo e testemunha uma coragem de viver, que desafia toda a norma” (Resweber, 2002, p. 19).

Ao dissolver a noção de valor absoluto e conseqüentemente ao atribuir a capacidade valorativa, ou seja a capacidade de criar valor, ao indivíduo, este filósofo enceta um processo de relativismo axiológico imparável. Simultaneamente, os estudos descritivos de Antropologia Cultural que se iniciaram em finais do século XIX com Lévi-Strauss, livres já da maioria das conotações etnocêntricas, provocaram um repensar sobre a ideia de valores humanos absolutos, visto que a diferentes culturas muitas vezes correspondiam diferentes conjuntos de valores e hierarquias de valores.

Scheller (1973, p.265) vem, pouco tempo depois, apresentar uma outra perspectiva, ligada já ao movimento da filosofia personalista, em que sublinha o papel da emoção na formação dos valores, referindo que os valores são os fenómenos mais básicos da intuição emotiva, visto serem irreduzíveis. O autor clarifica no entanto que os valores, apesar de provirem da intuição emotiva, não são emoções uma vez que, enquanto valores-fenómenos, não importa se da ordem da aparência ou da realidade, os valores são objetos reais e diferentes de

2 Cf. Resweber, 2002, pp. 57-59.

todos os estados emotivos.³ Surgem no indivíduo através do discernimento (“insight”) que deriva da evocação emotiva (“refeeling”) das experiências vivenciais, e que se manifesta como um sentimento visceral, primordial e prévio à própria emoção (“prefeeling”), ou seja, como nos diz Scheller, o valor é neste caso pressentido numa evocação emotiva⁴ e acrescenta que na esfera da intuição interior, ou melhor no direcionamento intuitivo para o interior (“intuitive inward directedness”), a nossa atitude primordial não é a de perceber uma realidade ou um objeto, mas antes a de valorar e experimentar sensorialmente esse valor.⁵

Verificamos também que o autor demonstra uma preocupação, comum na filosofia axiológica, com a hierarquia dos valores, uma vez que refere que todos os valores (incluindo os valores bem e mal) são qualidades não formais de conteúdos que possuem uma determinada hierarquia⁶, que se determina por uma questão de relatividade: quanto menor a relatividade, ou seja quanto mais absoluto for o valor mais elevada será a posição que assume na hierarquia e vice-versa.⁷

O autor faz depender os valores ou a atribuição de valor, o tal fenómeno básico da emoção intuitiva, do indivíduo, ou melhor da pessoa, que na perspetiva de Scheller, não significa exatamente todos os seres humanos, mas sim todos os indivíduos dotados de um conjunto de características que fazem deles seres capazes de discernir em liberdade, contudo não nos vamos alongar nesta questão visto tal circunlóquio, apesar de interessante, não trazer valor acrescentado para o objeto do nosso estudo. Para Scheller, a pessoa é a origem dos valores, visto ser o sujeito que realiza a atribuição dos valores, contudo o autor concede que o enraizamento dos valores na personalidade de um sujeito é resultado de uma inter-relação simpática e recíproca entre o indivíduo e a comunidade. Ou seja, é pelo contacto com os outros (a “life-community”) que a pessoa se apercebe das suas ações morais e se descobre a si mesmo, enquanto indivíduo e enquanto parte do coletivo, pois é colocado, e simultaneamente ator e expectador, num contexto rico de experiências relacionais, a que se chama história, em termos de extensão temporal, e unidade social, se considerarmos as experiências na sua extensão simultânea. A pessoa, enquanto expectador, observa o cenário à sua volta e as interações dos outros sujeitos, mas enquanto ator, na sua interação com os outros, como sujeito moral que é,

3 “As value-phenomena (no matter if in the order of appearance or reality), values are true objects and are different from all states of feeling.” (p.56).

4 “The value is in this case prefelt in a refeeling.” (p. 202).

5 “in the sphere of inner intuition, or better, “intuitive inward directedness,” our primordial attitude is neither exclusively nor primarily one of perceiving but one of value-ceiving and value-feeling as well.”(p. 198)

6 “All values (including the values “good” and “evil”) are non-formal qualities of contents possessing a determinate order of ranks with respect to “higher” and “lower.” (p.54)

7 “The essential (i.e., original) characteristic of a “higher value” is, then, its being less “relative”; of the “highest” value, its being an “absolute” value. All other essential interconnections among values are grounded in these criteria.” (p.100)

torna-se corresponsável por tudo o que é moralmente relevante nessa comunidade.⁸ Ou seja, a pertença a uma comunidade, que implica obviamente a aceitação dos preceitos e normas comunitárias instituídas, torna o indivíduo corresponsável por tudo o que acontece de moral e de imoral nessa mesma comunidade.

E o autor ressalva aqui que está apenas a referir-se à corresponsabilidade do indivíduo que pertence vivencialmente e emocionalmente a uma comunidade (“life-community”), pois numa perspectiva ética ou mesmo legal, na sociedade não existe a corresponsabilidade original da comunidade, mas antes o dever, o cumprir das obrigações, não existindo igualmente solidariedade verdadeira, nas apenas a partilha de interesses e consequentemente “classes” de pessoas com interesses comuns. A unidade social da sociedade, ao contrário do que acontecia com a comunidade, não está fundada numa vivência partilhada, pelo que não é mais que um conjunto de relações sociais fundadas em convenções, costumes ou contratos.

O valor ancora-se aqui no campo do social, pois é fundado em experiências partilhadas entre pessoas e na necessidade de representarmos e categorizarmos as realidades que continuamente surgem nas nossas interações e nas nossas vivências quotidianas.

1.2.2. O Valor nas Ciências Sociais

Contudo aquilo que pretendemos estudar não são os valores em si, enquanto constructos axiológicos, ou mesmo a sua hierarquia ou até mesmo discutir se há valores que são absolutos ou se todos os valores são meras construções sociais e consequentemente relativas a essa sociedade. Todas estas questões filosóficas são por demais pertinentes e merecedoras de estudo aprofundado, contudo o que constitui objeto do nosso estudo é a representação social que os universitários fazem destes mesmos valores, pelo que se torna necessário começar por definir claramente do que se entende por valor em termos sociais, e para isso iremos recorrer principalmente à noção retirada da Psicologia Social, pois vai dar-nos uma base sólida para podermos depois partir para a análise das representações sociais destes mesmos valores. Contudo e como iremos ver, essa noção encontra-se firmemente ancorada em conceitos filosóficos, pelo que iremos constantemente entrar e sair do campo da Filosofia, pois esta vai fornecer-nos as chaves para alguns dos termos utilizados pelos cientistas sociais que iremos fundamentalmente recorrer para a nossa abordagem, nomeadamente Rokeach (1968, 1973, 1979), Inglehart (1977, 1990, 1997, 2003, 2005) e Schwartz (1987, 1992, 1994, 1999, 2004, 2006, 2007, 2008).

⁸ Cf. Scheller, 1973, p.520.

Durante algum tempo os cientistas sociais utilizavam os conceitos de atitudes e valores algo indistintamente ao referirem motivações para o comportamento humano. Rokeach (1968, p.160) ensaia uma primeira clarificação conceptual entre atitude e valor, dizendo que enquanto uma atitude representa diversas crenças sobre um objeto ou situação específicos, o valor é uma crença única que guia as ações e os julgamentos, para além dos objetos e situações específicas, e dos objetivos imediatos, no sentido de atingir fins últimos existenciais. O valor é um imperativo moral que conduz à ação, e que não só nos revela o que é preferível fazer, mas revela também a nossa preferência pelo que é preferível. E finalmente, o valor, continua Rokeach, é a bitola que usamos para guiar as nossas ações, atitudes, comparações, avaliações e justificações próprias e dos outros. Encontramo-nos aqui perante uma definição complexa de valor que convém destrinçar: o valor é 1) uma crença particular que nos faz agir e/ou ajuizar de uma forma específica quando colocados perante diversos objetos ou situações e 2) simultaneamente faz-nos enfocar nos nossos objetivos existenciais e não em objetivos de curto-prazo. O valor é ainda 3) algo que nos compele a agir, pois 4) expressa uma preferência pelo que é preferível. Finalmente, o valor é 5) uma bitola, um padrão do desejável, contra a qual medimos as ações, atitudes, e juízos, nossos e dos outros.

Posteriormente Rokeach (1979, p. 2) clarifica o seu conceito inicial referindo que os valores são conceções básicas do desejável dentro de uma comunidade e dentro de cada indivíduo. Retomamos aqui a definição de Resweber (2002, p.13), que fala do valor enquanto figura do desejável, na medida em que engloba a aspiração e a representação que cada indivíduo faz de si e do objeto de desejo. E, acrescenta Rokeach, enquanto ideais, figuras do desejável, servem como critérios ou normas que guiam não só as ações mas também os juízos de valor, as escolhas, as atitudes, as avaliações, os argumentos, as exortações, as racionalizações e mesmo as atribuições de causalidade. Ou seja, tornam-se os princípios que norteiam as nossas escolhas e as nossas atitudes, as nossas perceções e atribuições, as nossas ações e as nossas palavras, em suma, a nossa vivência social.

1.2.2.1. Características dos Valores Sociais

Agora que traçámos uma definição tentativa de valores, torna-se necessário explicitar as suas características, o que de certa forma serve para explicitar alguns dos pontos enunciados anteriormente. A literatura no campo das ciências sociais, ao falar sobre valores (Rokeach, 1976, Schwartz & Bilsky 1987, Meneses, Costa & Campos, 1989) refere três fatores distintivos: o tipo de objetivo a que se referem, objetivos instrumentais ou finais, os interesses que expressam e o conteúdo.

Por valores objetivos instrumentais entenda-se valores que podem representar modos de comportamento percecionados como desejáveis numa determinada sociedade (ser tolerante, ser ambicioso, ser ecológico, etc.). Por valores objetivos finais referimos os que expressam estádios de existência percecionados como ideais dentro de uma sociedade, nomeadamente a democracia, a justiça social, o respeito, etc. Ou seja, é necessário atribuir valor aos comportamentos (meios ou instrumentos) para se atingir os valores que se referem a estados existenciais – valores finais.

No que diz respeito aos interesses que expressam podemos estar perante interesses individuais, como prazer, ambição, etc., ou interesses coletivos, como respeito, tolerância, paz no mundo, etc. Na distinção respeitante ao conteúdo, podemos considerar as dimensões psicológicas primárias de Rokeach (1973), os diferentes domínios motivacionais apresentados por Schwartz (1992), ou ainda a dicotomia valores materialistas/pós-materialistas apresentada por Inglehart (1997), que exporemos posteriormente.

Rokeach (1979, pp.2-3) sintetiza com precisão as características dos valores, a que o autor chama pressupostos, e que se encontram dispersas pela literatura e pelas diferentes teorizações, afirmando que 1) os valores humanos são poucos; 2) iguais para todo o mundo; contudo 3) capazes de se organizarem de forma estruturalmente diferente, visto serem resultado da procura societal e das necessidades psicológicas do indivíduo («figura do desejável»); 4) são aprendidos (não inatos) e determinados pela cultura, pela sociedade, pelas instituições sociais e pela experiência pessoal; e embora 5) sejam determinantes no que toca às atitudes, juízos de valor, escolhas, atribuições e ações; são eles mesmos 6) sujeitos a mudança como resultados de mudanças na sociedade, no contexto, nas auto-conceções, ou na auto-perceção. Contudo, adverte o autor, a mudança de valores conduz a mudanças centrais nos indivíduos e nas sociedades, quer no campo das perceções, quer nos comportamentos sociais.

Considerando então que dois indivíduos diferentes apresentarão dois sistemas hierárquicos de valores distintos, devemos ponderar a questão de estarmos perante uma multiplicidade imensa de sistemas valorativos, que grosso modo corresponderão um a cada indivíduo, sendo impossível encontrar valores, ou sistemas de valores, comuns. Ou se inversamente poderemos considerar que os valores comuns existem no seio de uma sociedade, o que varia é a forma como são hierarquizados subjetivamente, pois cada indivíduo irá atribuir diferente grau de importância a este ou aquele valor comum consoante as suas prioridades individuais, ou nas palavras de Resweber, consoante o seu «desejo» e a sua «necessidade». Isto é, os valores são exclusivamente individuais, ou são sociais e cada indivíduo apropria-se deles do seu modo?

Rokeach (1967,p.161) refere que os valores, e mais especificamente os sistemas organizadores dos valores, ou simplesmente sistemas de valores, são resultantes de dois fatores: as imposições da sociedade e as necessidades psicológicas do indivíduo. No campo das imposições sociais o autor inclui a questão da cultura, o sistema social, o género, a profissão, a educação, a religiosidade e a orientação política, ou seja, um conjunto de fatores sociais e institucionais que moldam a percepção do indivíduo e restringem o número de variações na hierarquia de valores de um indivíduo dentro de uma sociedade do teoricamente infinito para um número razoável. Pelo que será expectável que indivíduos que partilhem similitudes de cultura, de estatuto socioeconómico, de género, de ocupação, de educação, de formação religiosa, de posicionamento político apresentem valores, ou sistemas de valores semelhantes. E mesmo que os traços de personalidade de um indivíduo possam conduzir a algumas variações em termos de sistemas de valores individuais, os fatores culturais, institucionais e sociais irão restringir essas variações a um número razoável de dimensões.

Ao distinguir estes dois fatores, Rokeach coloca-nos perante duas perspetivas: a perspetiva individual e a perspetiva social, colocando-se aqui a pressuposição de podermos distinguir entre valores individuais e valores supraindividuais, na medida em que uns visam responder às necessidades psicológicas do indivíduo (prazer, expressão de si, ambição, autoimagem) e os outros visam integrar o indivíduo no todo social fazendo-o participar de algo superior (justiça social, paz no mundo, ordem social).

Rokeach, como vimos, era da opinião que todas as pessoas, independentemente da cultura ou da geografia, utilizavam um número relativamente pequeno de «valores humanos finais» como bitola para os seus comportamentos no dia-a-dia, e que medindo a hierarquia desses valores para um determinado indivíduo se podia prever as atitudes e opiniões desse sujeito perante um variado leque de situações. Pois para o autor, atitudes, opiniões e valores pertencem todos a um mesmo sistema de crenças, contudo encontram-se em posições distintas: ou seja, o valor é considerado, tal como a atitude, uma predisposição do indivíduo, contudo situa-se a um nível mais basilar. Rokeach (1969, p. 124) considera que o valor é um tipo de crença central, dentro do sistema de crenças total, que determina por exemplo, como devemos ou não devemos comportar-nos, ou que estágio final da existência vale ou não vale a pena atingir. Um adulto provavelmente tem dezenas, ou centenas de milhares de crenças, milhares de atitudes, mas apenas umas dezenas de valores, organizados hierarquicamente, por ordem de importância, num sistema de valores. Os valores de um indivíduo podem ser adotados conscientemente, ou pelo contrário, podem ser apoiados de forma inconsciente, pelo que devem inferir-se pelo que uma pessoa diz ou faz.

Tendo por objetivo chegar ao conhecimento dos sistemas de valores dos indivíduos e determinar se existem semelhanças ou afinidades dentro de um mesmo espaço cultural, o autor criou o Rokeach Values Survey (RVS), que consiste em duas listagens de valores: 18 valores finais por um lado, e 18 valores instrumentais por outro, que os sujeitos têm de hierarquizar primeiro os finais e de seguida os instrumentais por “ordem de importância para TI, como princípios orientadores da TUA vida” (Rokeach, 1973, p. 27), e que são os que podemos ver no quadro da página seguinte.

A aplicação desta escala de valores possibilitou ao autor a obtenção de dados muito interessantes que permitiam observar semelhanças e diferenças em grupos utilizando apenas as variáveis demográficas habituais, ou seja, a idade, o género, o nível educacional, a ocupação, a religião e a orientação política.

Terminal Values	Instrumental Values
1. True Friendship	1. Cheerfulness
2. Mature Love	2. Ambition
3. Self-Respect	3. Love
4. Happiness	4. Cleanliness
5. Inner Harmony	5. Self-Control
6. Equality	6. Capability
7. Freedom	7. Courage
8. Pleasure	8. Politeness
9. Social Recognition	9. Honesty
10. Wisdom	10. Imagination
11. Salvation	11. Independence
12. Family Security	12. Intellect
13. National Security	13. Broad-Mindedness
14. A Sense of Accomplishment	14. Logic
15. A World of Beauty	15. Obedience
16. A World at Peace	16. Helpfulness
17. A Comfortable Life	17. Responsibility
18. An Exciting Life	18. Forgiveness

Figura 1: Rokeach Values Survey, 1973, os sujeitos devem hierarquizar primeiro os valores finais e de seguida os instrumentais por ordem de importância para SI, como princípios orientadores da SUA vida.

Adicionalmente, esta escala permitiu ao autor medir relações entre atitudes e valores, por exemplo, diz-nos Rokeach (1969, p.169) que a hierarquização de apenas um valor terminal

– «salvação» – é suficiente para prever a prática religiosa, e que os que manifestam a sua simpatia e participaram em manifestações pró-direitos civis colocam em média a liberdade em primeiro e a igualdade em terceiro de entre 12 valores terminais, os que dizem simpatizar com a causa mas não participaram nas manifestações, colocam a liberdade em primeiro lugar e a igualdade na sexta posição, e ao que dizem não simpatizar com a causa colocam a liberdade na segunda posição e a igualdade em décima primeira. O autor inclusivamente refere que estes dois últimos valores “liberdade” e “igualdade” são suficientes para determinar a orientação política de um indivíduo, utilizando a seguinte analogia: imagine uma bússola: o norte representa os grupos que atribuem um valor elevado à liberdade e à igualdade, como os democratas liberais, os socialistas e os humanistas, o sul, por oposição, representa os grupos que atribuem pouco valor quer à liberdade quer à igualdade, como os fascistas, Nazis ou o Ku Klux Klan, a este, à direita, estão os grupos que atribuem um valor elevado à liberdade, mas baixo à igualdade, como os republicanos conservadores, e finalmente a oeste, à esquerda, encontram-se os grupos que atribuem um valor baixo à liberdade mas elevado à igualdade, como os comunistas estalinistas ou maoistas. (Rokeach, 1969, p.170)

A questão mais interessante é o facto de o autor considerar que apesar dos valores serem construtos sociais e na sua maioria imposições sociais, é o indivíduo que lhes atribui significado ao construir o seu próprio sistema de valores, uma vez que todos os valores que a sociedade veicula são eminentemente positivos em termos de expectativas sociais, contudo sua hierarquia atribuída por cada um em particular permite perceber que tipo de pessoa ele é, e essa descoberta pode ser muito pouco lisonjeira para o sujeito. Inclusivamente, e convém aqui não esquecer que Rokeach é um psicólogo social dos anos 50-70, altura em que se considerava perfeitamente lícito experimentar a intervenção dos investigadores sociais na mudança de atitudes e valores dos sujeitos, o autor usava estes dados para levar os sujeitos a encontrar discrepâncias e dissonâncias entre valores e a autoimagem dos sujeitos induzindo assim uma mudança de valores, pois como ele próprio refere (1969, p.172), a percepção pelo sujeito de um estado de inconsistência relacional entre dois valores, ou entre um valor e uma atitude, ou mesmo entre os valores pessoais e os valores do grupo de referência, conduz a um efeito de dissonância persistente no indivíduo, que este procurará mitigar através da reorganização cognitiva, e conseqüente mudança no sistema de valores.

Na esteira de Rokeach, outros cientistas sociais, que centraram as suas investigações na temática dos valores (Hofstede, 1980; Inglehart, 1997; Schwartz, 1999), são perentórios em afirmar que os valores derivam do social, da sociedade e da cultura de onde provêm, referindo mesmo que as ênfases colocadas sobre os valores numa sociedade, podem mesmo ser a característica cultural mais central, uma vez que a enfatização de determinados valores em

detrimento de outros expressa as concepções do que é bom e desejável nessa sociedade – os ideais culturais. (Schwartz, 2008, p.4).

1.3.Valores Humanos Básicos

Schwartz tem vindo a desenvolver ao longo do tempo (1992, 1994, 1999, 2004, 2006, 2007) a sua teoria das sete orientações de valores pela cultura. Com base em dados recolhidos em amostras de 75 países (2008), consegue identificar 10 valores que segundo o autor são os chamados “valores humanos básicos”, ou seja, os valores que todos os seres humanos sem exceção partilham, por oposição a valores complexos, sendo que os básicos são os valores humanos universais e os complexos os constructos valorativos societais, ou seja, aqueles que variam de sociedade para sociedade.

Schwartz, em 1992, apresenta uma teoria que identifica dez orientações valorativas distintas em termos de motivação humana. Esta teoria, a que o autor chama de “teoria dos valores humanos básicos”, pretende ser uma teoria unificadora no campo da motivação humana, ou seja, uma teoria que organize o que foi dito por outras teorias sobre as necessidades, motivações e objetivos que subjazem à atribuição de valor a um conjunto de realidades que todos os povos e todas as culturas reconhecem como valentes. A Teoria dos Valores, refere Schwartz (2008, p.1), define valores como objetivos desejáveis e trans-situacionais, variando em importância, que funcionam como princípios orientadores nas vidas das pessoas. O aspeto de conteúdo mais proeminente na distinção entre valores é o tipo de objetivo motivacional que expressam. Para o autor os valores universais humanos, ou seja, aquilo que todos os seres humanos valorizam na sua base, apesar de poderem fazê-lo em intensidades diferentes, são 1) a justiça social/igualdade, 2) a prestação de ajuda, 3) a obediência, 4) a humildade, 5) a ordem social, 6) a autoridade/riqueza, 7) o sucesso/ambição, 8) o prazer, 9) a vida excitante e 10) a criatividade/liberdade, sendo que cada um destes valores centrais pode ser caracterizado pelo objetivo motivacional que o enforma .

Como podemos constatar, na imagem seguinte, estas motivações organizam-se ao redor de quatro tendências opostas, ou seja, a abertura à mudança, que encontra como tendência contrária a conservação; e o autoengrandecimento, que tem no espetro oposto a autossuperação. Ligado à tendência da abertura à mudança surge a motivação do estímulo e da autodireção, que claramente se opõem às motivações do conformismo/tradição e segurança, que pertencem à tendência contrária da conservação. O autoengrandecimento, por seu lado, apresenta o poder e a realização como motivações, opondo-se à autossuperação que apresenta como motivações o universalismo e a benevolência. O hedonismo surge ainda como motivação valorativa sem

contudo se ligar diretamente a nenhuma das tendências. Verificamos ainda que as motivações apresentadas no lado esquerdo da figura se prendem mais com necessidades do indivíduo e as do lado direito da figura estão mais ligadas a necessidades do grupo, o que segundo o autor se prende com a origem dessas mesmas motivações que derivam dos três requisitos universais da condição humana: as necessidades biológicas dos indivíduos, as condicionantes da interação social e as necessidades de sobrevivência e bem-estar dos grupos.

Figure 1. Theoretical model of relations among ten motivational types of values

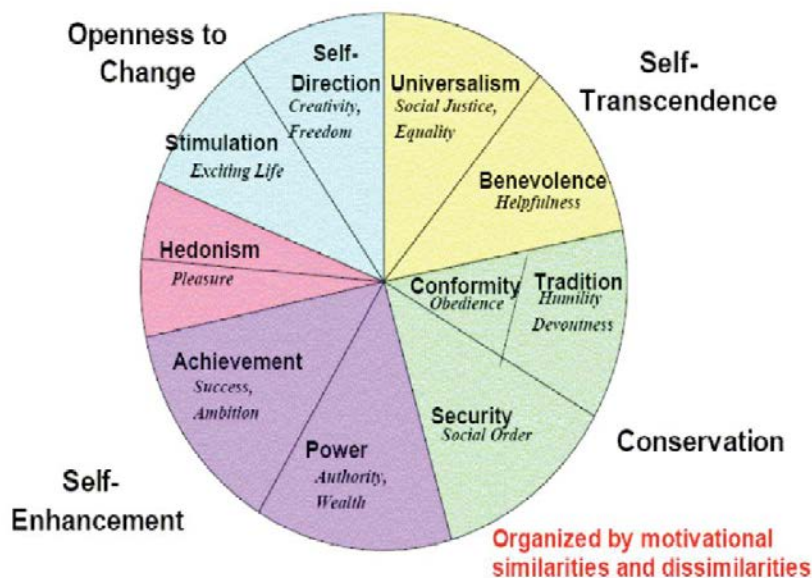


Figura 2: Modelo teórico das relações entre os dez tipos motivacionais de valores, organizado por semelhanças e diferenças motivacionais. (Schwartz, 2008)

As motivações poderão ser definidas da seguinte forma: 1. A autodireção revela-se no pensar e agir de forma independente, no escolher, criar e explorar; 2. A estimulação surge da necessidade de excitação, novidade e desafio na vida; 3. O hedonismo prende-se com a procura do prazer e da gratificação sensual para o próprio; 4. A realização que se centra na prossecução do sucesso pessoal pela demonstração de competências validadas por padrões sociais; 5. O poder que enfatiza o estatuto social e o prestígio bem como a necessidade de controlo e domínio sobre as pessoas e os recursos; 6. A segurança que procura a harmonia, a segurança material, a estabilidade social, relacional e pessoal; 7. O conformismo que procura reprimir ações, inclinações e impulsos passíveis de perturbar ou ferir os outros e de violar normas ou expectativas sociais; 8. A tradição que implica o respeito por, o compromisso com e a aceitação de costumes e ideias transmitidas pela cultura tradicional ou pela religião; 9. A benevolência revela-se na necessidade de preservar e melhorar o bem-estar dos que nos estão próximos (o

endogrupo); e finalmente 10. O universalismo, que enfatiza a compreensão, a valorização, a tolerância e a proteção do bem-estar de toda a humanidade e da natureza. (Schwartz, 1995, p. 93 e ss.)

O autor utilizou dados de amostras de 67 países (incluindo Portugal) para sustentar esta teoria, ou, utilizando a terminologia do autor, a estrutura teórica que refere as motivações gerais subjacentes que podem estar na base da organização de um qualquer sistema de valores. Obviamente, refere Schwartz (2008, p. 3) as pessoas podem variar substancialmente na importância que atribuem aos valores que relacionam com os dez valores básicos, contudo verifica-se que a estrutura de oposições e compatibilidades motivacionais que os organiza aparentemente se mantém inalterada, possibilitando assim o estudo de sistemas de valores como um todo, por oposição à tarefa hercúlea que seria o estudo de cada valor isoladamente.

Inclusivamente dentro de uma mesma cultura, e mesmo num único indivíduo a hierarquia de valores, ou seja, os valores que se priorizam e os que se minimizam, varia de acordo com as circunstâncias da vida. O que significa que a afluência ou a privação económica ou material determinam os valores predominantes, e o mesmo se passa com a cultura em que se está inserido (individualista ou coletivista; liberal ou conservadora; rural ou urbana, etc.).

Na generalidade, os seres humanos adaptam os seus valores às circunstâncias da sua vida, ou seja, as realidades que valorizam variam de importância tendo em conta a presença ou a escassez de uma determinada circunstância. Na maioria dos casos há uma tendência para atribuir mais importância a valores atingíveis e menosprezar os inatingíveis (Schwartz & Bardi, 2001), ou seja, porque colocadas numa situação de subalternização ou invisibilidade social inescapável, as mulheres árabes colocam maior ênfase na obediência, ou na devoção (conformismo/tradição) que na liberdade (autodireção), e similarmente a criatividade e a liberdade são mais valorizadas por pessoas cujas profissões ou funções profissionais implicam maior autodireção, e.g. um gestor ou um artista. Contudo, refere Schwartz (2008, p.5), acontece o contrário com os valores que se prendem com o bem-estar material, ou seja, o poder e a segurança. Quando somos privados desses valores, a sua importância aumenta e quando são facilmente adquiridos a sua importância decresce. Por exemplo pessoas que experimentaram dificuldades económicas e desordem social atribuem mais importância aos valores associados ao poder e à segurança do que aqueles que viveram toda a sua vida num certo conforto e segurança. Esta perceção está na base da clivagem entre valores materialistas e pós-materialistas (Inglehart, 1997) de que falaremos posteriormente.

Como já referira Rokeach (1969, 1973), a personalidade do indivíduo e as suas experiências de vida, bem como a sua matriz genética (Schwartz, 2008), fazem com que o indivíduo apresente diferenças em valores pessoais dentro de uma sociedade. Contudo, essas

diferenças podem refletir uma maior ou menor importância dada a um ou outro valor por um dado indivíduo, e inclusivamente fazer-se sentir num determinado momento da sua vida e não noutra, mas não abstraem da importância média conferida a esses valores pela totalidade da sociedade/cultura em que esse indivíduo se insere. (cf. Hofstede, 2001, Inglehart, 1997). Donde o autor apresentar um outro conceito como significativo para este estudo: as orientações culturais para os valores («cultural values orientations»).

Para Schwartz (2008) as orientações culturais para os valores não apontam para valores sociais concretos mas sim para abstrações dos valores defendidos pelos grupos culturais maioritários, ou seja, são a forma do grupo maioritário veicular a sua cultura valorativa. Num espaço social ocidentalizado, ou seja, com uma orientação cultural centrada na autonomia intelectual e na igualdade, como é o caso da Europa Ocidental, práticas sociais como o véu muçulmano, ou o nepotismo são consideradas erradas por violarem esses princípios basilares, contudo numa sociedade cuja orientação cultural esteja centrada no enraizamento (“embeddedness”) e na hierarquia, como é o caso, por exemplo no Irão ou na Arábia Saudita, estes procedimentos são não só aceites como promovidos.

As orientações culturais para os valores dentro de uma sociedade surgem ainda como resposta a problemas sociais concretos, nomeadamente a definição da natureza das relações e dos limites entre a pessoa e o grupo, a preservação da tessitura social promovendo o comportamento responsável dos indivíduos, e a regulação do tratamento pessoal dos recursos humanos e naturais (Schwartz, 2008, pp. 10-11), procurando assim dar resposta aos três requisitos universais da condição humana: as necessidades biológicas dos indivíduos, as condicionantes da interação social e as necessidades de sobrevivência e bem-estar dos grupos.

O autor traça um conjunto de orientações culturais baseadas em valores antagónicos que visam articular-se como resposta aos três problemas sociais enunciados anteriormente: o eixo autonomia versus enraizamento, que procura responder á questão da definição das relações sociais; o eixo igualdade versus hierarquia, que visa preservar a coesão social; e o eixo domínio versus harmonia, que procura a regulação dos recursos. De notar ainda que o autor aponta dois tipos distintos de autonomia, ou seja, a autonomia intelectual e a emocional (“affective”).

Conforme refere Schwartz (2008), numa cultura autónoma, as pessoas são encaradas como indivíduos autónomos e únicos e encorajados a expressar as suas ideias e sentimentos pessoais. No entanto, enquanto a autonomia intelectual encoraja a liberdade de pensamento, a criatividade e a curiosidade, a autonomia emocional, por seu lado, incentiva os indivíduos a perseguirem experiências emocionais positivas para eles próprios, pelo que o prazer e a vida excitante e variada são valores importantes para as sociedades que seguem esta orientação cultural. Contrariamente, as culturas que valorizam o enraizamento, encaram as pessoas como

parte do coletivo, e consequentemente o sentido de realização individual («meaning in life») provém dos relacionamentos sociais, da identificação com o grupo, da participação na sua forma de vida partilhada e da busca dos objetivos comuns. Estas sociedades com orientação cultural para o enraizamento valorizam a manutenção da ordem social, a tradição, a segurança, a obediência e a sabedoria.

No caso de uma cultura igualitária, as pessoas são reconhecidas como iguais na sua essência – ou seja, enquanto seres humanos. As sociedades que seguem esta orientação cultural valorizam a igualdade, a justiça social, a responsabilidade, a entreajuda e a honestidade. Nestas sociedades a tendência é para a cooperação e a preocupação com o bem-estar de todos e espera-se que os indivíduos ajam voluntariamente em benefício dos outros (altruísmo). Inversamente, uma cultura hierárquica depende de uma hierarquia de papéis claramente atribuídos para garantir um comportamento responsável e produtivo, pelo que as pessoas aceitam, sem questionar, a distribuição hierárquica dos papéis sociais e, claro, o seu próprio papel, bem como as obrigações e regras a ele adstrito. Espera-se ainda a deferência aos superiores pelos subordinados. As sociedades que promovem esta orientação cultural valorizam a riqueza, o poder social, a humildade e a autoridade.

No que diz respeito à resposta à regulação do tratamento dos recursos humanos e naturais, as culturas que enfatizam a harmonia preocupam-se com a manutenção e a fruição do mundo social e natural, e valorizam a paz no mundo, o ser um com a natureza, a proteção ambiental e o aceitar o que nos foi dado. No polo contrário, encontramos as culturas que enfatizam o domínio na medida em que encorajam uma autoafirmação ativa de cada indivíduo por forma a moldar e dominar o ambiente social e natural para atingir interesses pessoais ou do endogrupo. As culturas com esta orientação valorizam a ambição, o sucesso, a audácia, a autossuficiência e a competência. Numa conferência⁹ em Maio de 2009, no World Social Science Forum, o autor apresenta o seguinte mapa, onde estão representadas as três dimensões culturais, e a sua localização no mapa cultural do mundo:

9 Schwartz, S. (2009), “Power & Persistence of Differences in Cultural Value Priorities”, apresentação no World Social Science Forum, 12 de Maio de 2009., acedido em www.unesco.org/ngo/issc/

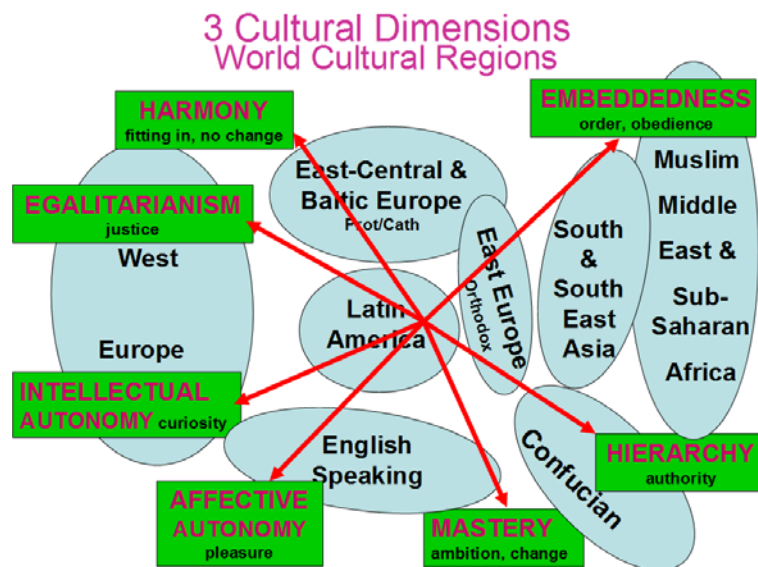


Figura 3: Localização dos três eixos culturais no mapa cultural do mundo (Schwartz,2009)

Schwartz (2008) justifica as suas conclusões referindo que as regiões culturais que determina com as suas orientações culturais são quase sobreposições das regiões culturais apresentadas por Inglehart e Baker (2000), usando as categorias do materialismo e pós-materialismo, como veremos posteriormente, e que existem muitos paralelos com as zonas culturais referidas por Huntington (1993) que divide o mundo em 9 áreas culturais, nomeadamente: Ocidental (azul), Latina (lilás), Japonesa (vermelho), Chinesa (bordeaux), Hindu (laranja), Islâmica (verde), Ortodoxa (turquesa), Africana (castanho) e Budista (amarelo).

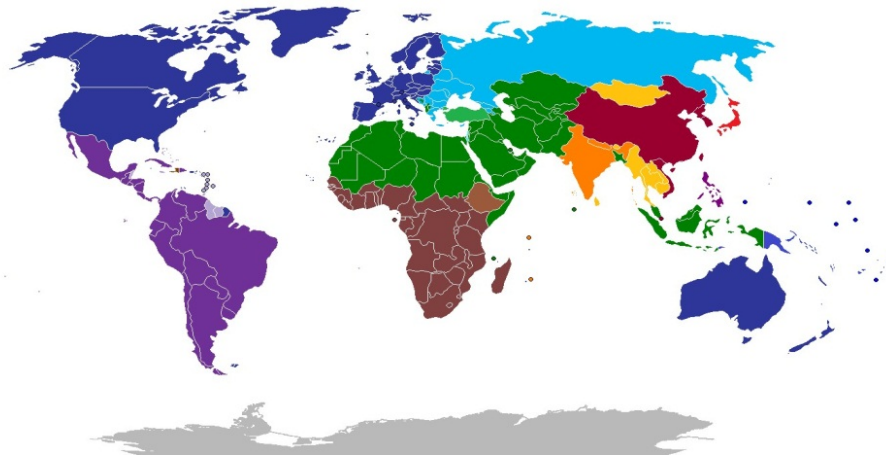


Figura 4: Mapa das zonas culturais de Huntington, 1993

Como podemos verificar as diferentes áreas geográficas surgem distribuídas de acordo com as orientações culturais. Verifica-se que a Europa Ocidental, onde obviamente se inclui Portugal, se encontra na confluência entre os eixos do Igualitarismo e da Autonomia Intelectual, contudo a análise por países coloca Portugal num triângulo entre os eixos da autonomia intelectual, da autonomia emocional e do igualitarismo, como podemos ver na figura seguinte, retirada, mais uma vez da apresentação que Schwartz fez no World Social Science Forum em 2009.

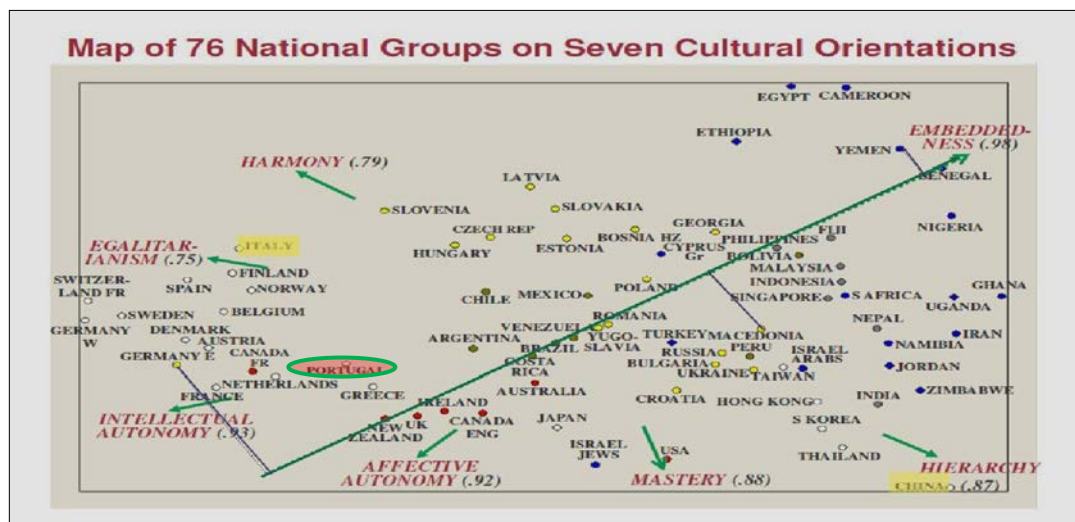


Figura 5: Localização de Portugal quanto aos três eixos culturais segundo Schwartz (2009)

Isto significa que, segundo o autor, Portugal é um país com orientação cultural para valores de autonomia, quer intelectual quer emocional, o que significa que os portugueses enfatizam a liberdade de pensamento, a criatividade e a curiosidade, por um lado, e o prazer e a vida excitante e variada, por outro. Nota-se ainda uma orientação para o igualitarismo, valorizando-se a igualdade, a justiça social, a responsabilidade, a entreaajuda e a honestidade. De salientar, no entanto, que Schwartz na sua investigação sobre orientações culturais, não usou amostras representativas da população, mas sim amostras de professores e estudantes universitários, o que poderá comprometer as inferências a extrair acerca da orientação cultural do país no seu todo. Contudo, e considerando os nossos sujeitos em estudo, os universitários portugueses, os dados recolhidos são perfeitamente pertinentes e permitem-nos inclusivamente comparar resultados e adicionalmente discutir se as orientações culturais encontradas são efetivamente válidas para a totalidade da população portuguesa.

As variáveis demográficas parecem também determinar as prioridades em termos de valores, nomeadamente a idade, o género e o nível educacional. Estas três variáveis, por si só, determinam claramente o tipo de vivências a que um indivíduo está exposto, visto que, por exemplo, diferentes gerações apresentam experiências de socialização diferenciada, e os papéis

sociais que se desempenham estão intimamente ligados ao género sexual. Verifica-se ainda que as expectativas e as barreiras socioprofissionais que se encontram e também as competências que se desenvolvem dependem largamente do nível educacional dos indivíduos.

A idade surge como fator demográfico determinante, pois à medida que as pessoas envelhecem, tendem a ficar mais imbricadas em redes sociais, mais resistentes à mudança dos seus hábitos e menos predispostas ao risco e consequentemente menos expostas a acontecimentos excitantes, o que leva Schwartz a colocar a hipótese que a idade correlaciona mais positivamente com valores de conservação (tradição, conformismo, segurança) e mais negativamente com valores de abertura à mudança (autodireção, estimulação) e com o hedonismo. O percurso familiar e profissional ao atingir uma certa estabilidade faz com que as pessoas se descentrem dos seus próprios interesses e comecem a ficar mais preocupados com o bem-estar dos outros (filhos, ascendentes, humanidade) o que parece igualmente indicar que existe uma correlação positiva entre a idade e os valores de autotranscendência (benevolência e universalismo) e uma negativa com os valores do autoengrandecimento (poder, ambição).

O género tem sido considerado como variável demográfica importante também na vertente dos valores, visto tendencialmente os homens apresentarem posições mais associadas ao autoengrandecimento e ao hedonismo, valorizando em maior escala o poder, a ambição e o prazer e as mulheres apresentarem uma tendência inversa para a autotranscendência, valorizando mais do que os homens a benevolência e a preocupação com os outros.

No que diz respeito ao nível educacional, e se como se considera as experiências educacionais, por um lado, promovem a abertura intelectual, a flexibilidade e o alargamento dos horizontes que conduzem à assunção de valores de autodireção (Kohn & Schooler 1983), e, por outro lado, aumentam a abertura de espírito a ideias e atividades não rotineiras, epicentro dos valores de estimulação, enquanto debilitam a importância dos valores associados ao conformismo e à tradição, visto questionarem a aceitação cega das normas, expectativas e tradições vigentes (Schwartz, 2008, p.279), podemos inferir que o nível educacional mais elevado se correlaciona positivamente com valores associados à autodireção e hedonismo e simultaneamente se correlaciona negativamente com valores associados à manutenção da tradição e ao conformismo.

A orientação política surge também como variável importante para determinar o sistema de valores do indivíduo, segundo Schwartz, sendo que as posições políticas mais à direita, mais conservadoras, tendem a apresentar uma correlação positiva com os valores da segurança, tradição e conformidade e as posições políticas mais à esquerda, mais liberais, tendem a enfatizar valores mais ligados à autodireção e ao universalismo (tolerância, direitos civis, liberdade individual, etc.).

Estas variáveis, nomeadamente, a idade, o género, o nível educacional e o posicionamento político, são referidas quase unanimemente pela literatura das ciências sociais como as mais relevantes no estudo dos valores e das representações sociais. Donde terem sido estas as escolhidas como base para a nossa análise comparativa dos dados obtidos, e que potencialmente indicarão que os estudantes universitários, dadas as suas características demográficas, apresentarão tendências claras para a abertura à mudança (autodireção e estimulação), para o hedonismo, para o autoengrandecimento (poder, ambição), e haverá uma correlação negativa com valores ligados ao conformismo e à tradição. Devemos ainda esperar maior hedonismo por parte dos estudantes do sexo masculino e maior benevolência por parte das estudantes. Quanto ao posicionamento político será de esperar que os estudantes sejam mais liberais, ou seja, se coloquem mais à esquerda, dadas as suas características demográficas.

1.4. Crise de valores ou Mudança de Valores?

Schwartz (2008) refere ainda que a cultura, ou a aculturação de um indivíduo, é exatamente o resultado da pressão a que os indivíduos estão sujeitos por viverem numa determinada sociedade. Em termos psicológicos esta pressão cultural refere-se aos estímulos que os indivíduos encontram consciente ou inconscientemente no seu dia-a-dia, e que podem levar o indivíduo a preocupar-se mais com o individual ou com o coletivo, ou mais com preocupações materiais, ou mais preocupações transcendentais. Em termos sociológicos, esta pressão refere-se às expectativas criadas pela atribuição de papéis sociais, por exemplo, as expectativas face às atitudes da mulher e do homem na educação dos filhos, ou as expectativas do sistema educativo quanto ao comportamento dos alunos mais recetor ou mais inquisitivo. O que verificamos é que estas expectativas se têm vindo a alterar mercê da alteração dos papéis sociais, e mesmo do paradigma cultural, e consequentemente os estímulos que o indivíduo encontra no seu quotidiano estão em constante transformação.

Durante a segunda metade do século XX os Estados Unidos e, de certa forma por arrastamento, a Europa encetaram e consolidaram uma mudança gigantesca em termos de estrutura e relações sociais. Da «sociedade industrial», que caracterizou o ocidente desde fins do século XVIII, passou-se para a «sociedade da informação», a «terceira vaga» de que nos falava, em 1980, Alvin Toffler, mas que continua hoje a ser tão atual como há 30 anos atrás: “Através de grande parte do mundo de hoje avança uma forte maré que cria um ambiente novo e frequentemente estranho para se trabalhar, divertir, casar, criar filhos ou reformar. Neste contexto desorientador, homens de negócios nadam contra correntes económicas altamente erráticas; os políticos veem as suas cotações oscilar à toa, para cima e para baixo; as

universidades, os hospitais e outras instituições batalham desesperadamente contra a inflação. Os sistemas de valores estoiram e desmoronam-se, enquanto os salva-vidas Família, Igreja e Estado são loucamente arremessados de um lado para o outro.” (Toffler, 1984, p.7)

Toffler, apesar da descrição apocalíptica que transcrevemos, considera que estas mudanças são benéficas para a prosperidade das pessoas em geral, para a liberdade e a democracia, pois a sociedade da informação caracteriza-se por isso mesmo: informação. O acesso à informação permite melhoria das condições socioeconómicas, aumenta a liberdade de expressão e de escolha e a proximidade entre o povo e os governantes, logo mais e melhor democracia. Basta vermos como a União Soviética, e com ela todo o Bloco de Leste, se desmantelou por pura incapacidade de controlar o acesso dos seus próprios cidadãos à informação. Mas terá toda esta mudança tido somente consequências positivas?

Neste período, verificamos também uma séria deterioração das condições sociais na maior parte do mundo desenvolvido. A criminalidade¹⁰ e a desordem social¹¹ começaram a crescer, tornando quase inabitável o centro das grandes cidades. O número de casamentos e nascimentos baixou e os índices de fertilidade na Europa desceram a níveis negativos. Por outro lado, o número de divórcios subiu em flecha, tendo igualmente aumentado o número de filhos nascidos fora do casamento e as famílias monoparentais. Instituições como o estado, o Igreja e a escola viram os seus índices de confiança junto dos cidadãos entrar em acentuado declínio. Simultaneamente a sociedade entra numa espiral de hiperconsumismo (Lipovetsky, 2004, 2006), em que, para escapar ao tédio do já feito e do já adquirido, se consume cada vez mais na esperança que esse outro objeto nos traga a felicidade.

Alheia a estas mudanças não está de forma alguma a mudança de paradigma cultural. Os anos 60 do século passado viram surgir no ocidente uma série de movimentos de emancipação que procuravam libertar os indivíduos das pressões de numerosas normas sociais tradicionais e regras morais. A emancipação da mulher, que lhes permitiu o acesso sem restrições à educação e ao mundo laboral, foi um dos movimentos percursores desta mudança de paradigma, que por arrastamento levou também a que outros cidadãos considerados de segunda classe, as minorias étnicas, tivessem também oportunidade para iniciar os seus movimentos civis de emancipação. Similarmente encontramos o movimento de emancipação sexual dos hippies, que abriu caminho para a desmistificação da sexualidade e para a progressiva aceitação de formas alternativas de expressão sexual, abrindo caminho a movimentos civis a favor dos

10 É interessante verificar que dos anos 90 até agora houve uma acentuada diminuição em termos de crimes contra o património, reduzindo substancialmente a taxa de criminalidade, mas por outro lado verificou-se um considerável aumento da exposição mediática dos crimes contra pessoas, o que contribui para o aumento do nível de desconfiança das pessoas. (Cf. FUKUYAMA, Francis, *A Grande Ruptura*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999, pp.56-59)

11 Por desordem social entenda-se a atividades que estão na fronteira da ilegalidade e que contribuem para criar um clima de insegurança: pintar «graffiti», viver na rua, mendigar, comportamento desordeiro sob influência de álcool ou drogas, etc. (Cf. FUKUYAMA, Francis, *A Grande Ruptura*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999, p. 60)

homossexuais. A emancipação que procuravam visava acabar com regras sociais, normas e leis que restringiam indevidamente as opções e oportunidades dos indivíduos.

Desde então temos observado o intensificar desta emancipação, de tal forma que agora o que encontramos não são mais grupos de pessoas que, por partilharem interesses e necessidades comuns se organizam e procuram alterar as regras sociais em seu favor. O que encontramos agora são indivíduos que procuram pela flexibilização das normas e regras sociais, encontrar resposta para os seus problemas concretos. Cada grupo, e em última análise cada indivíduo, procura agora normas e regras sociais feitas por medida, à sua «imagem e semelhança».

As transformações geradas pela passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação estão longe de ser meramente económicas: são eminentemente socio-relacionais e culturais, e denotam um claro decréscimo no capital social¹² do ocidente. Os indicadores negativos que Fukuyama (1999) utiliza para medir esse decréscimo, o aumento da criminalidade, a menor coesão da família e a menor confiança interpessoal, refletem claramente “um enfraquecimento dos laços sociais e dos valores comuns que são o cimento das sociedades ocidentais” (p.20). Em detrimento de valores comunitários, os valores vigentes colocam-se agora na esteira do individual: são a liberdade individual, a autoexpressão e a melhoria da sua qualidade de vida pessoal. “O individualismo, a virtude basilar das sociedades modernas, começa insensivelmente a deixar de ser a orgulhosa autossuficiência do indivíduo livre para transformar-se numa espécie de egoísmo fechado, em que maximizar a liberdade pessoal ignorando as responsabilidades assumidas para com os outros se torna um fim em si mesmo.” (Fukuyama, 1999, p.79)

Campos (1997), num estudo sobre estratégias de negociação interpessoal realizado numa escola secundária do Porto junto de uma amostra de jovens de 18 anos, observou que de forma geral as estratégias de negociação utilizadas pelos jovens se destinavam à satisfação de interesses pessoais e muito embora reconhecessem os interesses do outro, as estratégias de cooperação, que visam a satisfação mútua de interesses, eram algo que os jovens não utilizavam. Verifica-se atualmente uma clara prevalência dos valores individuais sobre os valores do coletivo, e especialmente junto dos jovens que “parecem mais centrados sobre a gratificação imediata do que sobre os seus projetos a longo prazo, mais focalizados sobre o seu espaço social próximo do que sobre o alargado.” (p. 116).

A crise de valores, inerente à sociedade pós-moderna, é, na realidade, resultado do nosso próprio processo de individualização. O individualismo excessivo, ou mesmo, o

12 Cf. FUKUYAMA (1999, p. 36.) “O capital social pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permite a cooperação entre essas pessoas.”, e poderá inclusivamente colocar-se no âmbito da “solidariedade” comunitária de que nos falava Scheller.

narcisismo galopante, que tomou de assalto a nossa sociedade ocidental torna-nos incapazes de refletir com discernimento sobre as nossas escolhas. Esperamos que a situação concreta chegue para podermos decidir ou agir por impulso, e assim, sem ponderar as consequências das nossas ações, sem discernir quanto à justeza, ou à adequação da resposta à situação, sem considerar as implicações dessa ação para nós e para os outros, vamos vivendo de improviso, inventando desculpas para os objetivos pessoais que não tivemos tempo de cumprir, e culpando a sorte ou o destino pelas nossas decisões inconsequentes. “De facto, é o processo de personalização que, esvaziando sistematicamente toda a posição transcendente, engendra uma existência puramente actual, uma subjectividade total sem finalidade nem sentido, entregue à vertigem da sua auto-sedução.” (Lipovetsky, 1989, p. 58)

Ao eliminarmos a componente comunitária e social do nosso quadro de valores, ao permitirmos que os valores deixem de ser realidades de valoração coletiva, para passarem a ser do âmbito exclusivo do indivíduo, criamos uma situação em que o valor depende do caso concreto, da disposição, do estado de espírito, da vontade, ou da necessidade de um indivíduo. Os valores perdem assim a sua característica de objetividade, pois passam a depender de preferências individuais, não mantendo a sua forma de realidade para além de toda a apreciação e valorização. Os valores deixam de ser absolutos e, porque dependem de inúmeras condicionantes, passam a ser eminentemente relativos. Encontramo-nos então no que Lipovetsky (1992, p. 16) chama de sociedade pós-moralista, ou seja, uma sociedade que repudia a retórica do dever austero, integral, maniqueísta, e que simultaneamente promove os direitos individuais à autonomia, ao desejo, à felicidade. Uma sociedade desembargada do seu substrato de prédicas maximalistas, que acredita apenas nas normas indolores da vida ética.

Contudo a questão que aqui se coloca é perceber se efetivamente nos encontramos, no dizer dos *media* e da opinião pública, perante uma crise de valores *tout court*, à semelhança do que afirmam Lipovetsky (1989) ou Fukuyama (1999) ou se estamos perante uma mudança de paradigma, o advento da “Terceira Vaga” de Toffler (1984), como advogam alguns cientistas sociais (Hofstede, 2001; Inglehart, 1997; Schwartz, 2005). Schwartz (2008) afirma que as orientações culturais vigentes para determinados valores representam ideais, e como tal, promovem a coerência entre os diversos aspetos da cultura. Contudo, as culturas não são completamente coerentes. Os aspetos culturais que são incompatíveis com estes ideais vão gerar tensões, promover a crítica e em última análise fazer pressão para que ocorra a mudança de valores. Os diferentes grupos minoritários dentro de uma sociedade vão defender valores irreconciliáveis entre si e com a cultura dominante. Consequentemente as orientações culturais dominantes vão dar conta das mudanças nas relações de poder entre estes grupos, visto que o grupo com maior poder irá procurar impor a sua orientação cultural à sociedade. E poder, hoje

em dia, não é sinónimo de maior dimensão, ou de maior capacidade económica, mas muitas vezes apenas maior acesso à informação e aos meios de difusão.

Contudo a mudança do paradigma cultural é normalmente lenta, e consequentemente a mudança de valores sociais é igualmente lenta, mas inexorável. As adaptações da sociedade aos diferentes contextos, nomeadamente, guerras e epidemias, avanços tecnológicos (televisão, Internet), contacto com outros povos e culturas, a incremento do bem-estar económico, etc. são fatores conducentes a mudanças de ênfase nos valores culturais, pois trazem consigo necessidades e desejos diferenciados e distintos dos do contexto anterior.

Nas sociedades agrárias, pré-industriais, existia uma economia de subsistência, e uma dependência absoluta da natureza, que podia ser propícia e garantir boas colheitas e consequentemente gerar abundância e saúde, ou adversa e consequentemente provocar, fome, doença e morte. E num contexto de incerteza em termos de subsistência, a crença num poder superior infalível que garantia uma recompensa, se não imediata, pelo menos a longo prazo (a salvação), é uma necessidade psicológica do indivíduo medieval. Uma das funções primárias da religião era exatamente fornecer este sentido de certeza num mundo repleto de incertezas. (Inglehart & Welzel, 2005)

O homem ocidental, para se tornar «moderno», viu-se forçado a abandonar não apenas a ignorância e a pequenez que caracterizavam o mundo medieval, e o faziam mais aberto à transcendência como explicação do inexplicável, mas igualmente a comunidade e os ritos comunitários que o integravam no seu ambiente e lhe proporcionavam um suporte vital. A industrialização não se limitou a mudar o local de trabalho das populações, ou seja, do campo para a fábrica, mas levou igualmente à mudança de local de residência. Os campos, as pequenas comunidades campesinas, foram abandonados em detrimento das cidades onde se concentrava a indústria, as comunidades de origem, os seus ritos, os seus costumes, os seus valores foram abandonados e substituídos por grupos socioprofissionais, com ritos e valores diversos. O rendimento não é mais uma incerteza mas um direito inalienável do trabalhador e pode não ser muito mas é garantido. Os avanços tecnológicos que possibilitaram a industrialização possibilitaram o maximizar da produção e consequentemente o crescimento populacional, pois o incremento da produtividade promove um crescimento económico sustentado e uma consequente melhoria das condições de vida; os avanços científicos na medicina e na nutrição, a descoberta dos micróbios e dos antibióticos, das vitaminas e dos nutrientes, não só tornam a doença um fator de somenos importância, mas acarretam um aumento exponencial da esperança de vida das populações. Obviamente, na medida em que aumenta o controlo tecnológico do ambiente, a importância da religião e de Deus enquanto fornecedores de certezas enfraqueceu. (Inglehart & Welzel, 2005)

Com o declínio das crenças religiosas tradicionais, o poder, que advém do conhecimento acima da média, desloca-se das autoridades religiosas tradicionais e concentra-se na ciência, na razão. O pensamento científico torna-se mestre e senhor, a ciência diviniza-se e substituem-se os dogmas religiosos de outrora por novos dogmas científicos – as teorias. A teoria da evolução das espécies de Darwin que obliterou a explicação religiosa da origem do homem, ou a teoria do Big Bang de Hawking, Ellis & Penrose ainda hoje é utilizada por muitos para negar a existência de Deus, são dois exemplos paradigmáticos.

A prosperidade económica e a melhoria das condições de vida possibilitaram também um acesso mais generalizado à educação. Inicialmente tratou-se de uma alfabetização em massa das populações, mas à medida que a industrialização progredia e se tornava necessário especializar conhecimentos e tarefas, foi-se incrementando o nível educacional dos trabalhadores. A automação das fábricas e os avanços tecnológicos na área da computação e da robótica, transformaram radicalmente o panorama da sociedade industrializada. Os trabalhadores foram gradualmente saindo das fábricas e foram engrossando as fileiras do terceiro sector – os serviços. A sociedade industrial deu lugar à sociedade pós-industrial. O homem moderno tornou-se pós-moderno.

Inglehart (2005), na sua caracterização da era pós-industrial, apresenta três fatores que contribuíram para a transformação da modernidade em pós-modernidade, visto contribuírem para a diminuição das barreiras objetivas que condicionam as escolhas humanas: 1) as sociedades pós-industriais atingiram níveis de prosperidade sem precedentes, e a segurança social institucionalizada, como é o caso nos países europeus, faz com que as necessidades básicas de toda a população sejam supridas, o que faz com que a sobrevivência e a segurança material não sejam mais uma preocupação vital; 2) o aumento dos níveis educacionais da população fruto das necessidades do mercado de trabalho pós-industrial que requer uma força de trabalho com competências cognitivas mais desenvolvidas e com mais conhecimento técnico e científico, o que conduz a uma maior independência intelectual; 3) a interação humana libertou-se de um conjunto de regras de conformidade social, as diferenças entre as classes sociais esbateram-se quer pela prosperidade relativa quer pelo acesso à educação, e mesmo a família perdeu o seu estatuto de garantia da sobrevivência, possibilitando uma maior individualização, uma maior independência pessoal.

O que se verifica, nesta fase pós-industrial, é que as dificuldades económicas continuam com tendência para diminuir, o que reforça a perceção de segurança existencial dos indivíduos. Adicionalmente a despadronização das atividades económicas e da vida social, que ocorre atualmente, diminui os condicionalismos sociais de forma sem precedentes, pelo que a perceção de segurança existencial significa claramente uma maior consciencialização do alargamento da

autonomia humana. E contrariamente ao que se esperava, os dogmas laicos que surgiram com grande força na era industrial perderam o seu vigor com a disseminação dos valores de autoexpressão. (Inglehart & Welzel, 2005)

A ciência, à qual deu estatuto de divindade durante a era moderna, falhou pois não conseguiu fornecer as respostas que o homem «pós-moderno» tanto procurava, e em compensação aumentou substancialmente as dúvidas que o assaltavam, pois ao conferir-lhe maior acesso ao conhecimento fez também aumentar a percepção da sua ignorância. Por outro lado, a produtividade, na sociedade do conhecimento, depende mais da criatividade, da imaginação, do que das condicionantes materiais, e isso cria um clima propício à introspeção, à procura de si. E embora consiga chegar à lua e tenha explorado todo o planeta, conheça o genoma e o corpo humano em pormenor, o homem ainda não consegue conhecer o mais íntimo de si e não consegue chegar às respostas essenciais sobre a sua própria existência. Incapaz de obter respostas na ciência, o homem «pós-moderno», fustigado pela mudança, procura agora outras vias de acesso ao conhecimento de si: inscreve-se em grupos de autoajuda; faz psicanálise ou meditação transcendental; faz «reiki», «tai-chi» e «yoga», multiplica-se em cursos e seminários de descoberta e desenvolvimento pessoal, numa ânsia desesperada de chegar ao conhecimento de si, de atingir um discernimento. Ou então procura, na prática de um culto religioso, redescobrir sinais de uma espiritualidade e de uma vivência comunitária que há muito julgava perdida. (Naisbitt & Aburdene, 2000)

E não há dúvida que o número de cultos e de seitas religiosas aumentou incrivelmente nos últimos anos. O que se julgava ser um fenómeno tipicamente americano, tomou proporções mundiais, e um pouco por todo o mundo ocidental observamos o retomar de ritos e de tradições religiosas que há muito se pensavam estarem extintas, o abraçar de novos credos e crenças, o fragmentar de um tronco religioso comum numa miríade de denominações, seitas, igrejas sectárias. O que importa às pessoas não é tanto a igreja que frequentam, ou o credo que professam, na realidade, “veem que as suas vidas são desordenadas, que os seus filhos precisam de valores e regras, ou que estão isoladas e desorientadas; voltam-se para uma determinada confissão não porque se tornaram verdadeiros crentes, mas porque essa é a fonte mais conveniente de regras, ordem e comunidade.” (Fukuyama, 1999, p. 352)

Por um lado, e só na Europa, estimam-se que existam cerca de dezasseis milhões de Muçulmanos, e um número aproximado de Hindus e de Budistas, devido essencialmente à imigração, quer do Norte de África, Turquia e Paquistão, no caso dos Islamitas, quer da Índia, China e Coreia no caso dos que professam religiões de matriz hindu, e a tendência é para os números continuarem a crescer, apesar das restrições à imigração, pois estas populações contrariamente às autóctones, apresentam taxas de fertilidade elevadas.

Por outro lado, e à semelhança do que acontecia no Ocidente pré-moderno, ou seja, antes da secularização da sociedade, nestas concepções religiosas a linha que separa o sagrado do profano, o religioso do social, o pensamento religioso do pensamento cultural é muito ténue, pois os textos sagrados destes povos traduzem igualmente as suas normas de conduta moral e social, pelo que, na medida em que regulamentam as interações humanas, contribuem de forma decisiva para a construção de um paradigma cultural. Estes diferentes paradigmas culturais vão coexistir, no Ocidente, com o paradigma cultural dominante de matriz judaico-cristã, enformado entretanto por todo o pensamento racionalista e científico da modernidade, contribuindo assim para a formação de um cadinho cultural, onde todas as mundividências, todas as normas de conduta social, todos os valores em presença, se entrecruzam e mutuamente se contagiam contribuindo para a formação de um paradigma «transcultural»¹³ mais abrangente e sincrético.

A grande questão que se coloca agora é perceber se nos encontramos neste período de pós-modernidade, se ainda não o atingimos, ou se pelo contrário já o ultrapassamos. Os valores sociais das sociedades desenvolvidas têm registado modificações graduais na medida em que uma nova geração substitui a anterior, e apesar das sociedades registarem ritmos de mudança diferenciados, as transformações verificadas nas últimas décadas nas áreas das tecnologias e da economia têm-nas impactado de forma similar (Inglehart, 1997, p.131). Consequentemente, nos anos 70 e 80 do século passado, teorizadores e futuristas, como Toffler (1983) e Inglehart (1970) nos EUA, ou Baudrillard (1970) e Lipovetsky (1983) na Europa, previam que esta mudança viesse a acontecer no dealbar do novo milénio, ou seja, a transformação da sociedade industrial, a sociedade da produção, marcada pela prioridade dada às necessidades de ordem material e à segurança, numa sociedade pós-moderna, a sociedade do consumo, que enfatiza o bem-estar, a expressão da individualidade, o reconhecimento. Efetivamente, e apesar dos avanços e retrocessos em matérias económicas, de a uma época de maior prosperidade nos finais do século passado se suceder uma época de maior sobressalto, marcada por fraudes económicas de larga escala, sobrendividamento das instituições e das pessoas, e mesmo a aparente falha na regulação dos mercados que conduziu a escândalos sucessivos, este processo de mudança prossegue o seu caminho, talvez a um ritmo mais lento, ou talvez, como defende Lipovetsky (2004,2006), a um momento de antítese, se tenha finalmente sucedido a síntese. O autor defende que nos encontramos agora nos tempos hipermodernos, ou ultramodernos. Se a pós-modernidade começou a ser preparada no período moderno com transformações nos métodos de produção industrial (produção em massa) e com o progresso dos meios de transportes e das comunicações (telefone, fax, etc.) que resultaram na crescente democratização do consumo (Ford advogava

13 Termo usado por Manuel Ferreira Patrício (2000) para designar o estágio ideal de síntese cultural dos diferentes paradigmas em presença.

que cada Americano teria um automóvel), o embrião da hipermodernidade surgiu do frenesim consumista da pós-modernidade e da necessidade de afirmação da individualidade num mundo cada vez mais novo, mas cada vez mais igual. Nos tempos hipermodernos em que nos encontramos, o prazer deriva do consumo, mas já com outros contornos. Já não é um prazer exibicionista, o querer ter, o querer consumir, para ser igual, para obter reconhecimento social, mas antes um prazer do foro íntimo, um prazer que nos traz gratificação pessoal – o hipernarcisismo (Lipovetsky, 2004, pp.27-28).

Significa isso que desapareceram ou desaparecerão a curto ou médio prazo todos os valores morais, uma vez que o indivíduo, agora ensimesmado, não procura nenhuma referência exterior (religião, ideologia, normas sociais) para os seus comportamentos e atitudes? Pelo contrário, aquilo que verificamos é que os indivíduos autoatribuem-se cada vez mais a responsabilidade pela criação das regras que regulamentam as suas próprias ações, internalizando e autoimpondo-se valores e condutas que em consciência consideram ser os corretos, numa lógica de moralidade pós-convencional onde, como afirmava Kohlberg (1984), o indivíduo age em conformidade com princípios éticos reversíveis e universais. Reversíveis porque o indivíduo tem de colocar em equação os diferentes pontos de vista e considerar pôr-se na pele do outro para poder tomar a sua decisão, ou seja, consciencializar-se das repercussões das suas decisões, e universais porque se aplicam a todas as situações e a todos os indivíduos, na medida em que transcendem as leis e normas sociais, procurando alcançar um maior bem para um maior número. Talvez ainda estejamos longe deste ideal kohlberguiano, contudo notamos já um “consenso em torno de valores humanistas democráticos e o desenvolvimento de uma reflexividade ética” (Lipovetsky, 2006, p.307), pelo que estaremos possivelmente em caminho.

1.4.1. A Teoria da Modernização de Inglehart

Ronald Inglehart é um professor de ciência política da Universidade de Michigan e, tendo sido um dos cofundadores das sondagens Eurobarometer, é atualmente o presidente da World Values Survey Association. E nomeadamente porque a World Values Survey, particularmente na sua versão europeia - a European Values Survey, esteve na base da construção do questionário para o trabalho de campo que realizámos, e possibilitou posteriormente a análise comparativa dos dados que recolhemos com os dados recolhidos pelo EVS em Portugal (trabalho coordenado pelo Prof. Jorge Vala do ISCTE), consideramos Inglehart uma figura inescapável quando falamos de valores, especialmente de mudança de valores.

A Teoria da Modernização, que tem vindo a descrever e a rever desde 1977, sucintamente afirma que o desenvolvimento socioeconómico de uma dada população acarreta grandes mudanças sociais, culturais e políticas, e os dados que foi recolhendo da WVS e analisando ao longo destes 30 anos demonstram que os valores e crenças básicos das populações de sociedades avançadas diferem radicalmente dos valores encontrados nas sociedades menos desenvolvidas, e mais, esses valores estão a mudar numa direção previsível à medida que se verifica o desenvolvimento socioeconómico. Adicionalmente, verifica-se que estes valores em mudança, por sua vez, impactam a forma como as sociedades são governadas, promovendo igualdade de género, liberdade democrática e boa gestão dos dinheiros públicos (“governance”). (Inglehart & Welzel, 2005, p.1)

Segundo o autor, o processo de modernização é bastante uniforme no seu desenvolvimento: as inovações tecnológicas iniciam o processo ao permitir o incremento da produtividade e a consequente redução do tempo gasto em atividades laborais não especializadas; esse incremento da produtividade vai conduzir à especialização do trabalho e consequentemente levar ao aumento dos níveis educacionais o que provoca obviamente um aumento dos níveis salariais. A educação e o aumento do rendimento vai evidentemente causar a diversificação das interações humanas, visto haver uma mudança de poder, o que altera a tipologia das relações, ou seja, de uma relação autoritária passa-se a uma relação de negociação. Com o passar do tempo estas alterações socioeconómicas promovem mudanças culturais, tais como mudanças nos papéis de género, nas atitudes perante a autoridade, nas normas sexuais, diminuição das taxas de fertilidade, participação política mais ampla e uma opinião pública mais crítica e consequentemente mais difícil de manipular. (p.19)

Esta teoria de Inglehart, referem Hansen & Tol (2003), não deixa no entanto de ser objeto de crítica por parte de alguns estudiosos (ver, entre outros, Witte, 1996; Klein, 1995; Davis and Davenport 1999; Clarke *et al.*, 1999), na medida em que consideram insuficiente que o índice de modernidade ou pós-modernidade seja calculado com base em duas respostas, uma sobre a atitude perante a inflação e a segunda sobre a atitude perante a lei e a ordem. Ou seja, as pessoas que consideram que a inflação e o crime devem ter pouca importância na agenda política, e que simultaneamente referem preferir a liberdade de expressão e a participação política, são consideradas pós-modernas, e obviamente a média de respostas dos respondentes determina a atitude face ao pós-materialismo de um determinado país. Hansen & Tol (2003) propõem que o índice seja refinado utilizando análise regressiva por forma a corrigir alguns vícios do sistema, contudo, e após uma análise aturada dos valores recolhidos e sua correção, concluem que efetivamente parece observar-se uma tendência genuína no sentido da pós-

modernidade, apesar de ser mais lenta e menos notória do que inicialmente postulado por Inglehart.

Não estamos, no entanto, num percurso de uniformização cultural mundial como foi defendido pelos que advogavam a globalização cultural como consequência da globalização económica (Meyer et al, 1997, Stevenson, 1997). O facto de vermos pessoas provenientes de meios culturais distintos a usar calças de ganga, a beber os mesmos refrigerantes e a usar uma rede global de comunicações, não significa que todas partilhem dos mesmos valores. Inclusivamente, como recorda Schwartz (2008, p. 273) as diferenças entre países no que concerne às orientações de valores culturais são bastante estáveis, verificando-se que as posições relativas dos países sobre essas orientações sofrem uma transformação muito lenta, e mais, não mostram qualquer sinal de convergência cultural. A convergência cultural exterior, ou seja, na forma de vestir, na comida, na música, não encontra réplica nos aspetos mais básicos da cultura – as tendências valorativas vigentes.

Inglehart (2005, p.19) refere ainda que o facto de todas as sociedades se encontrarem, melhor ou pior, neste percurso de desenvolvimento socioeconómico não faz com que os valores culturais tradicionais tenham sido pulverizados pela modernidade. Muito pelo contrário, os valores culturais tradicionais persistem e inclusivamente moldam o processo de modernização, ou seja, o fato da sociedade ser historicamente protestante ou ortodoxa, islâmica ou confucionista manifesta-se na existência de zonas culturais com sistemas de valores diversificados coerentes com a cultura historicamente presente, mesmo quando se toma em consideração os efeitos do desenvolvimento socioeconómico.

Portanto, já sabemos que a mudança na orientação cultural dos valores é inconstante, pois depende de inúmeros fatores de contexto, é condicionada pois continua a ser influenciada pelos valores tradicionais e é lenta pois demora muito tempo até atingir todas as camadas de uma população, contudo é um facto inegável. Os valores a que hoje se adere e mesmo transmite às gerações mais novas na família e na escola – a liberdade, a autonomia, a tolerância – são francamente diferentes dos que eram vigentes há um século, ou mesmo há 50 anos atrás. A questão da tolerância é inclusivamente muito interessante, pois permite que um conjunto de comportamentos que há 50 anos atrás, em Portugal, seriam considerados causa de repúdio e ostracismo social, nomeadamente, a orientação sexual homossexual, o divórcio, o casamento inter-racial, etc., sejam atualmente encarados com absoluta normalidade. Se na era industrial os valores de coesão social – a autoridade, a ordem social, a conformidade – se manifestam como prevaletentes, os comportamentos acima referidos são contrários à norma, pois, de certa forma, colidem com o sistema de valores vigente. Se fomentamos a autonomia e a liberdade, libertamos o indivíduo dos espartilhos sociais e ao promovermos a tolerância como norma de

interação social vamos retirar os fundamentos que sustentavam essa norma mais rígida, o que faz com que a rigidez vá desaparecendo do todo social e se instale a flexibilidade.

Contudo numa qualquer sociedade, e na portuguesa em particular, encontramos valores contraditórios em presença, na medida em que diferentes gerações vão apadrinhar diferentes valores. Se uma geração anterior defende a conformidade social, é natural que uma geração posterior vá apoiar a originalidade, o inconformismo, e vice-versa. Donde a idade surgir como fator distintivo no que toca à aceitação ou rejeição de valores, na medida em que as gerações mais novas possuem mais modelos sociais alternativos entre os quais podem escolher, acontecendo o mesmo com o nível educacional, que como vimos traz consigo o bónus da flexibilidade mental e do maior conhecimento do mundo. Poderá mesmo vir a acontecer que o género se torne despiciendo enquanto variável distintiva, quando a sociedade abraçar completamente a igualdade entre homem e mulher, que tem vindo gradualmente a afirmar-se.

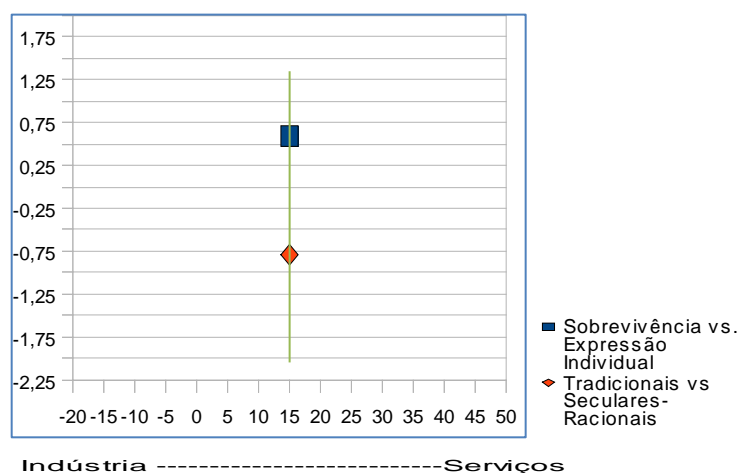
Em suma, a teoria da modernização, proposta por Inglehart (1977), refere o seguinte: o desenvolvimento socioeconómico acarreta mudanças sistémicas na vida política, social e cultural, contudo o autor (2005), considerando os dados recolhidos nos últimos 30 anos de WVS, faz as seguintes correções (p.46-7): 1) apesar de crucial o desenvolvimento socioeconómico por si só não é suficiente para transformar as sociedades, há outros fatores a ter em conta, como por exemplo a herança cultural; 2) a religião e outros valores mais tradicionais relacionados com a herança cultural não estão a desaparecer como se previa. A convergência cultural, contrariamente às expectativas, não está a verificar-se, 3) a modernização cultural não é irreversível em presença de fatores desintegradores da economia (caso da Ex-União Soviética); 4) o processo de mudança cultural não é linear, um mesmo fenómeno pode dar origem a percursos diversos: o desenvolvimento económico que a industrialização encetou e que promoveu valores de racionalidade e de conformidade, também conduziu à tendência oposta da autonomia individual e dos valores de expressão pessoal; 5) o processo de modernização não conduziu a um processo de “westernização” ou “americanização” como muitos supunham, e inclusivamente a sociedade americana continua a exibir mais valores tradicionais e religiosos que as outras sociedades afluentes; 6) a emergência dos valores de expressão individual transformou o processo de modernização num processo de desenvolvimento humano, fomentando um novo tipo de sociedade mais humanista que promove a emancipação humana em inúmeras vertentes, desde os direitos humanos em geral até aos direitos iguais para as mulheres, para os deficientes, para os homossexuais. Isto revela que o processo de modernização se tornou um processo de desenvolvimento “humano” porque enfatiza a competência humana mais distintiva: a capacidade de tomar decisões e agir baseado em escolhas autónomas.

The Process of Human Development			
	Socioeconomic Dimension	Cultural Dimension	Institutional Dimension
Processes advancing human development	Modernization	Value change	Democratization
Components of human development	Socioeconomic resources	Self-expression values	Civil and political liberties
Contributions to human development	Enhancing people's capabilities to act according to their choices	Increasing people's priority to act according to their choices	Broadening people's entitlement to act according to their choices
Underlying theme	The broadening of human choice (an increasingly humanistic society)		

(Source: Inglehart & Welzel, 2005, p. 3)

Figura 6: Quadro-sumário do processo de desenvolvimento humano proposto por Inglehart & Welzel, 2005.

Concretamente no caso português, e usando dados da penúltima vaga do EVS (1999-2000), Inglehart apresenta Portugal nas posições que podemos observar no gráfico seguinte, que foi por nós adaptado de um gráfico transnacional contendo dados de 43 países:



(Fonte: Inglehart 2005, p.61-2.)

Figura 7: Impacto da Sociedade Pós-Industrial nos Valores em Portugal, segundo Inglehart & Welzel, 2005, partindo de dados de 2001.

A medida que determina a fase de modernização pós-industrial baseia-se na percentagem de trabalhadores no sector terciário dos serviços, ou seja, já no escopo da sociedade do conhecimento, por oposição à percentagem de trabalhadores no sector secundário, ou seja, ainda ligados à indústria. Portugal apresenta aqui um valor na ordem dos 15% (eixo a verde), encontrando-se na mesma linha do Ghana ou da Jordânia, e ligeiramente abaixo de El Salvador, da República Dominicana e mesmo do Irão. No caso do impacto da sociedade pós-industrial sobre os valores de sobrevivência versus os de expressão individual (marcado a azul),

Portugal surge numa posição acima do ponto 0 (0,5), ou seja, indicando que os valores de expressão individual têm já supremacia face aos valores de sobrevivência, encontrando-se no mesmo plano da Alemanha, da Espanha, do México e do Uruguai. No caso da dicotomia valores tradicionais versus valores seculares-rationais (marcado a laranja), Portugal, com (0,9) surge ainda abaixo do ponto 0, em linha com países como a Turquia, a Argentina, a Irlanda e o Chile, o que parece indicar que os valores tradicionais têm ainda muita importância em Portugal, face aos valores seculares-rationais.

Ainda segundo os dados do EVS 1999-2000, Portugal surge no mapa publicado por Inglehart (2005, p.63) colocado na América Latina, contudo convém aqui ressaltar que este mapa também leva em linha de conta o desenvolvimento socioeconómico e Portugal surge como um país do grupo dos países com rendimento médio, onde se encontra a maioria dos países sul-americanos e grande parte dos países do Leste Europeu quando todos os outros países da Europa Católica se encontram no grupo de países com rendimentos elevados.

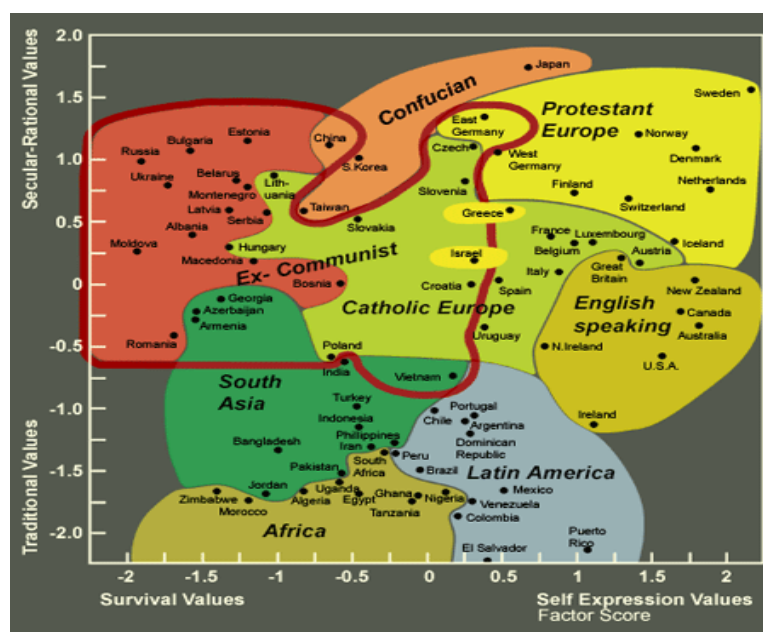


Figura 8: Mapa dos valores mundiais, segundo Inglehart & Welzel, 2005, partindo de dados de 2001.

Isto não quer no entanto dizer que pela assunção de valores pós-materialistas, as pessoas façam tábua rasa dos valores materiais. Só porque as suas necessidades materiais estão satisfeitas ao nível mais básico, ou seja a sobrevivência, não significa que não continuem a manifestar-se: por exemplo, as pessoas têm de comer para subsistir. É certo que agora já não há a incerteza de outrora sobre onde encontrar, ou mesmo quando será, a próxima refeição, mas ela continua a ser uma necessidade. Contudo agora podemos escolher o que vamos comer, quando vamos comer e mesmo optar por não comer para perder aquele quilito a mais. E o que se passa

com a comida, manifesta-se em todos os bens de consumo: não queremos apenas um vestido para não estarmos despidos, queremos um vestido de uma cor determinada, com um tecido determinado, da marca X, e se for feito num país que respeita os direitos dos trabalhadores, melhor. “Consumption is less and less a matter of sustenance and more and more a question of life-style – and choice.” (Inglehart & Welzel, 2005, p.33)

A maior importância atribuída aos valores de expressão individual (“self-expression values”) não significa que as pessoas tenham deixado de valorizar os bens materiais, apenas os encaram de outra maneira: para um trabalhador da sociedade do conhecimento, por exemplo, um salário elevado continua a ser importante, mas não tão importante como o desafio que o trabalho pode colocar, ou a possibilidade de fazer algo que acione as suas competências pessoais.

Para concluir, convém ainda frisar a questão enunciada por Inglehart da reversibilidade do processo de modernização cultural. Se em 2005, a Rússia se apresentava como exemplo quase exclusivo desta reversão, hoje em dia, dada a crise económica que se instalou um pouco por todo o mundo ocidental, e com forte incidência em Portugal, este recuo torna-se por demais evidente. Verifica-se novamente uma maior preocupação com as questões materiais, dado o aumento das taxas de desemprego, do congelamento dos salários e do agravamento do custo de vida. As pessoas perdem o seu emprego, a sua casa, e especialmente perdem a perceção de segurança económica que sentiram nos últimos anos. O atrofamento económico faz com que os valores que se prendem com o bem-estar material (poder e segurança) sejam novamente pertinentes, pois como referimos anteriormente, quando somos privados desses valores, a sua importância aumenta e quando são facilmente adquiridos a sua importância decresce. Será por isso de esperar um recrudescimento dos valores do materialismo face aos do pós-materialismo.

1.5. Operacionalização do Conceito

Considerando tudo o que referimos sobre valores, precisamos entretanto de encontrar um conceito operativo que funcione como referência para o nosso trabalho de investigação, uma vez que precisamos de clarificar o que efetivamente queremos dizer quando falamos de valores. O nosso objetivo não é referir preceitos ou normas morais, mas antes ater-nos ao «ethos» social, ou seja, encarar o valor enquanto realidade conducente a atitudes ou comportamentos sociais observáveis, quer pela sua presença, quer pela sua ausência.

Schwartz (2006) apresenta uma definição de valores que na realidade é um agregado de quase tudo o que foi dito sobre valores, por autores tão distintos como Kant ou Scheller, no

âmbito filosófico, e Rokeach, Inglehart ou Hofstede, no campo da psicologia social, e que nos parece concisa mas suficiente abrangente para dar conta de todas as cambiantes de sentido:

“(1) Values are beliefs. But they are beliefs tied inextricably to emotion, not objective, cold ideas. (2) Values are a motivational construct. They refer to the desirable goals people strive to attain. (3) Values transcend specific actions and situations. They are abstract goals. The abstract nature of values distinguishes them from concepts like norms and attitudes, which usually refer to specific actions, objects, or situations. (4) Values guide the selection or evaluation of actions, policies, people, and events. That is, values serve as standards or criteria. (5) Values are ordered by importance relative to one another. People’s values form an ordered system of value priorities that characterize them as individuals. This hierarchical feature of values also distinguishes them from norms and attitudes.” (p.1)

Os valores são crenças emocionais, visto que a atitude primordial do indivíduo, como nos dizia Scheller, é a de valorar e apreciar sensorialmente o valor de um determinado objeto, mesmo antes de o perceber cognitivamente. São construtos motivacionais na medida em que se referem a objetos do desejável, a concepções básicas do desejável, como referiam Rokeach e Resweber, sendo ainda perpassados pela ideia de um sentido último, do ideal ético de que falava Kant. E exatamente porque integram esta dimensão ideal, transcendem situações ou ações particulares, funcionando como critérios ou normas que guiam não só as nossas ações mas também os nossos juízos de valor, as nossas escolhas, as nossas atitudes, os nossos comportamentos, as nossas palavras, etc., ou seja, tornam-se os princípios que norteiam a nossa vivência social. Na medida em que procuram dar resposta ao desejável quer em termos sociais quer individuais, a sua organização, ou hierarquia, varia de sociedade para sociedade e mesmo de indivíduo para indivíduo. Rokeach, como vimos, refere que as imposições sociais a que o indivíduo é sujeito, nomeadamente a cultura, o sistema social, o género, a profissão, a educação, a religiosidade e a orientação política, moldam a perceção do indivíduo e restringem o número de variações na hierarquia de valores de um indivíduo dentro de uma sociedade do teoricamente infinito para um número razoável e consequentemente será de esperar que indivíduos que sejam sujeitos a imposições sociais semelhantes partilhem do mesmo conjunto de valores. Adicionalmente, e como vimos Schwartz e Inglehart partilham desta mesma opinião, as mudanças sociais, e consequentemente as transformações ao nível das imposições sociais (promoção de igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao trabalho, por exemplo) conduzem a mudanças nucleares nas perceções e nos comportamentos dos indivíduos e das

sociedades. Schwartz refere mesmo as orientações culturais para os valores, ou seja as abstrações dos valores defendidos pelos grupos culturais majoritários numa determinada sociedade, que surgem como resposta a problemas sociais concretos sentidos por essa mesma sociedade, e que por isso mesmo variam conforme as necessidades e as dificuldades percebidas. Uma sociedade que preze o individual em detrimento do coletivo, por exemplo, vai promover valores de autonomia como a curiosidade intelectual, o sucesso e o mérito, mas também os valores hedonistas do bem-estar pessoal e da procura do prazer e da excitação no quotidiano. Donde que a sociedade pós-moderna, ou pós-materialista, de que nos fala Inglehart, e que apresenta orientações culturais para determinados valores mais individualistas, mas simultaneamente mais igualitários e universalistas, seja um fenómeno mais localizado no ocidente, tradicionalmente mais individualista, que no entanto dá sinais de estar a expandir-se, na proporção da globalização do bem-estar económico-social, que segundo o autor é o principal responsável pela mudança do paradigma cultural.

Para resumir, podemos, então, dizer que os valores são 1) crenças emocionais baseadas no que percebemos como desejável; e que, por isso, 2) motivam o indivíduo a atingir determinados estádios de existência, sendo contudo 3) aplicáveis a um conjunto de situações, i.e., transcendem ações e situações concretas. São ainda 4) uma bitola de que o indivíduo se serve para avaliar o que o rodeia, encontram-se 5) hierarquicamente ordenados por prioridades individuais, ou seja, o sistema organizado de valores de um indivíduo é tendencialmente diferente do sistema de valores de outro indivíduo, mas no entanto 6) apresentam uma tendência cultural partilhada pelos diversos indivíduos presentes numa dada sociedade.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

«Nous avons toujours besoin de savoir à quoi nous en tenir avec le monde qui nous entoure. Il faut bien s'y ajuster, s'y conduire, le maîtriser physiquement ou intellectuellement, identifier et résoudre les problèmes qu'il pose. C'est pourquoi nous fabriquons des représentations.» (Jodelet, 1989)

Tudo o que existe dentro e fora de nós, tudo o que nos rodeia, objetos palpáveis, artefactos culturais, conceitos e conhecimentos, etc. só é passível de ser apreendido cognitivamente se for representado e se nos dermos ao trabalho de o representar através da linguagem. Pela linguagem, verbal e não-verbal, acedemos ao conhecimento das coisas e comunicamos esse conhecimento aos outros. A linguagem humana surge então como forma de representar o mundo, a realidade. Uma vez que a apreensão do mundo não se fica apenas pelo real físico dos objetos reais, nomear objetos não basta, porque se torna necessário produzir símbolos capazes de fornecer sentidos e significações ao mundo que não é captável pelos nossos sentidos. E é aqui que se desenvolve a representação, nesta produção de símbolos que revelam o conhecimento não só da realidade física, palpável mas também da realidade abstrata, intangível. A comunicação surge no momento em que dois indivíduos partilham representações significativas para ambos. A estas representações significativas, que dependem de inúmeros fatores, como a cultura, o contexto, a socialização, etc., chamamos representações sociais, pois expressam a forma como uma dada sociedade apreende o mundo.

As representações são sociais por serem partilhadas, por serem geradas na interação comunicativa e pelas funções que desempenham. Segundo Jodelet (1984, p.474-5) o social intervém de diversas maneiras na representação: no contexto onde estão situadas as pessoas e os grupos, na comunicação que se estabelece entre estes sujeitos, nos quadros de apreensão da realidade proporcionados pela sua bagagem cultural, nos códigos, valores e ideologias próprios dos posicionamentos ou grupos de pertença sociais específicos. Exatamente porque são geradas, mantidas e transformadas através de processos comunicativos, quer os da interação quotidiana, quer os da comunicação social, as representações são entendidas como modalidades do pensamento do senso comum («lay thinking», Moscovici, 2000), pelo que podemos afirmar que o objetivo da teoria das representações sociais é perceber e explicar o pensamento do senso comum, numa perspetiva social.

Para Moscovici (2000, p. 31) as representações sociais devem ser encaradas como uma forma específica de compreender e comunicar aquilo que já sabemos – o saber do senso comum. O autor acrescenta que as representações sociais ocupam uma posição muito curiosa,

sendo simultaneamente conceitos e preceitos. São conceitos porque procuram extrair o significado do mundo e torná-lo estruturado, categorizado, ordenado, e preceitos porque reproduzem o mundo de forma significativa. As representações sociais surgem como processos de apreensão do conhecimento pelo senso comum, mas simultaneamente como processos que regulam a comunicação e a atuação quotidiana, ou seja, é utilizando este conjunto mais ou menos impreciso de noções, conceitos, imagens, crenças, etc., que os agentes sociais formulam os seus juízos de valor e atuam em conformidade.

Segundo Moscovici (1989, p.101), nós somos implicados de cada vez que um saber (do senso comum) é gerado e comunicado, tornando-se parte da vida coletiva. Especialmente quando se trata de saberes que enquanto tal servem para solucionar um determinado problema social, ou para explicar um determinado acontecimento, por exemplo, a aparição de uma epidemia, como o SIDA nos dias de hoje, ou uma catástrofe como a de Tchernobil. Em suma, tudo o que provém da ideação coletiva afeta-nos de uma maneira ou de outra. O indivíduo, por ser um ser social, está, obviamente, sujeito à pressão das representações dominantes da sociedade a que pertence, e é neste contexto que pensa e/ou exprime os seus sentimentos. Refere ainda o autor (2000, p. 23) que ninguém está livre dos efeitos do condicionamento *a priori* que é imposto pelas representações, pela linguagem e pela cultura. Ao pensarmos usamos uma linguagem; ao organizarmos o nosso pensamento usamos um sistema cognitivo que é condicionado simultaneamente pelas nossas representações e pela nossa cultura. Pelo que só vemos aquilo que as convenções subjacentes nos permitem ver, e no enquanto continuamos ignorantes dessas mesmas convenções.

Ora as representações, tal como a linguagem e a cultura, diferem de acordo com a sociedade na qual os indivíduos nascem e são educados, por isso existem diferentes tipos de mentalidade que correspondem a um determinado tipo de sociedade, e a instituições e práticas diversas próprias dessa mesma realidade social. Há inclusivamente diferentes representações, linguagem e cultura no seio de uma mesma sociedade se atentarmos às diferentes convenções que subjazem a diferentes grupos sociais. Ao inserir-se num grupo um indivíduo vai assumir uma identidade grupal, ou seja, vai chamar a si as características do grupo e integrá-las quer na sua autoimagem, quer na imagem que projeta para fora do grupo. Consequentemente vai integrar na sua linguagem, no seu estilo de vida, na sua cosmovisão as representações sociais desse mesmo grupo.

Ao estudarmos as representações sociais dos universitários, no caso do nosso estudo, procuraremos perceber como esse grupo específico vê, interpreta, confere sentido a uma determinada realidade social, neste caso os valores sociais. Ao refletirmos sobre os esquemas mentais de representação dos valores sociais dos estudantes universitários portugueses vamos

não só perceber que valores valorizam, mas também perceber o que os leva a tomar esta ou aquela decisão, a assumir esta ou outra posição, a agir desta ou de outra forma quando confrontados com a mesma situação.

2.1. Evolução do conceito e sua aplicação na investigação em Ciências Sociais

Tendo raízes no século XIX, nos estudos sociológicos de Durkheim, o conceito de Representação Social apresenta-se hoje como um quadro teórico de referência transversal a um vasto conjunto de ciências sociais, ou seja, a antropologia, a sociologia, a psicologia e obviamente a psicologia social.

Durkheim toma de empréstimo o conceito de «representação» do vocabulário filosófico. Este termo foi cunhado por Aristóteles (Mora, 1991) para se referir a constructos intelectuais ou sensíveis que se opõem à realidade *per se*. Lefebvre (1980), no entanto, atribui a origem do termo representação a filósofos pré-socráticos. “Representação aparece como termo filosófico no momento em que os filósofos gregos, instalando o «desencanto» entre os homens, atacam os mitos e afirmam que os deuses (as presenças) eram apenas representação. Para os pré-socráticos, escreve Lefebvre, representação era a opinião comum, enganadora da maneira de se aproximar do real, dado que a percepção comum «vê» o mundo como se constituindo de uma diversidade infinita e, para além dessa diversidade existe o uno primordial, [invisível à percepção comum] unidade e totalidade, constituidor de todas as coisas.” (Penin & Silva, 2009, p.54)

O conceito foi sofrendo constantes atualizações ao longo do tempo de acordo com a escola de pensamento que o utilizou, contudo permaneceu a ideia da representação enquanto percepção, ou apreensão da realidade pelos sentidos, pelo senso comum, que fica aquém da verdade, e que se atinge pela razão, pela ciência. Apesar de controversa, a representação apresenta-se, no entanto, como um facto inegável, pois existe de facto na prática social, contudo é encarada como um falso conhecimento, visto não ser mais que uma opinião coletiva ou individual, sem fundamentação científica. O que nos conduz novamente à questão das representações sociais e a Durkheim.

Durkheim começa por referir-se a «representações coletivas» (1895) tendo posteriormente utilizado o termo «representações sociais» (1898) referindo que “a sociedade tem por substrato o conjunto dos indivíduos associados. O sistema que formam ao unir-se e que varia segundo a disposição na superfície do território, a natureza e o número das vias de comunicação, constitui a base sobre a qual se ergue a vida social. As representações que são a sua teia emanam das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou

entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total.” (Durkheim cit. por Neto, 1998, p. 430).

O autor refere que, ao contrário das representações individuais que têm por substrato a consciência individual de cada um, as representações coletivas têm por substrato toda a sociedade. São as representações coletivas que estão na origem das representações individuais e não o contrário. Ou seja, as representações coletivas refletem a maneira como a sociedade pensa nas coisas partindo da sua própria experiência (cf. Durkheim, 1968, p. 621). É por isso perfeitamente compreensível que uma determinada representação seja partilhada por todos os membros de um grupo, e se apresente como homogênea dentro desse determinado grupo, da mesma forma que todos os membros do grupo partilham uma língua. A função da representação coletiva é a de preservar a ligação entre os membros do grupo, de os preparar para pensar e agir de maneira uniforme, e exatamente por isso é que é coletiva e que perdura através das gerações, exercendo uma forte pressão sobre os indivíduos. (Jodelet 1989, p.81-2)

60 anos mais tarde o conceito é reutilizado, ou reciclado, pela psicologia social com Serge Moscovici, que, em 1961, inicia um estudo sobre o qual se tem debruçado nas últimas quatro décadas, pois para Moscovici (2000, p. 30) a representação social encontra-se em mudança permanente, e deve ser encarada como um fenómeno e não um conceito, pelo que a preocupação central no seu estudo deve ser quer a estrutura quer a dinâmica interna da representação. Contudo, e ao contrário de Durkheim, que focalizou o seu estudo em representações sociais arraigadas e largamente disseminadas (no campo da religião e da moral), Moscovici procurou adaptar-se à sociedade moderna e o seu estudo introdutório (*La psychanalyse, son image, son public*, 1961) procurava perceber de que forma o senso comum adotou conceitos, expressões e vocábulos da psicanálise e os integrou no discurso quotidiano, uma vez que as características dominantes da sociedade atual subvalorizam a religião e as práticas culturais tradicionais, enquanto fontes de conhecimento, em detrimento de «mitos» científicos e modas de pensamento menos cristalizados, mais dinâmicos, mas mais frequentemente contestados (Wagner et al, 1999)

2.1.1. Teoria das Representações sociais

A teoria das representações sociais surge, dentro da psicologia social, como uma estrutura de conceitos e ideias que visam estudar fenómenos psicossociais nas sociedades modernas. Para esta teoria os fenómenos e processos psicológico-sociais só podem ser integralmente apreendidos se forem observados num contexto histórico, cultural e macrosocial. Para Moscovici (1963), uma representação social é entendida como uma construção coletiva de

um objeto social pela comunidade tendo em vista o comportamento ou a comunicação. O objeto construído torna-se realidade social devido á representação do objeto que é pertença da comunidade. Posteriormente (1973) acrescenta que a representação social é um sistema de valores, ideias e praticas com uma função dual: primeiro, para estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos orientarem-se no seu mundo material e social e dominarem-no; e segundo, para permitir a comunicação ao fornecer um código partilhado para as trocas sociais e um código para nomear e classificar de forma clara os vários aspetos dos seus mundos e das suas histórias individuais e grupais.

Uma das novidades introduzidas pela teoria das representações sociais é exatamente o uso do conhecimento do senso comum ancorado num contexto cultural, histórico e social. E neste sentido o conhecimento do senso comum é entendido como conhecimento produzido por uma comunidade de pessoas, que através da interação social e da comunicação, expressam identidades, interesses, historia e cultura. A segunda novidade é que a teoria se preocupa com o significado e a interpretação das representações sociais, não se limitando a descrever ou enumerar, mas enquadrando as representações num contexto significativo.

Contudo, passados cinquenta anos desde a sua primeira formulação, coexistem hoje vários conceitos de representações sociais, varias teorias, ou sub-teorias em presença, que realizam os estudos empíricos diversificados usando métodos muito variados (Rodriguez & Curiel, 2007). De entre as diversas perspectivas e formulações teóricas, e para além da teorização que Moscovici tem vindo a desenvolver desde 1961, podemos identificar pelo menos cinco formulações relativamente definidas, nomeadamente, antropológica, interpretativa, dialógica, estrutural e de tomada de posição (Jodelet 2003a). Contudo esta área de estudos encontra-se em expansão e goza de grande flexibilidade, pelo que o leque de subteorias é mais alargado. Fala-se, por exemplo, da abordagem latino-americana (Rodriguez & Curiel, 2007), que apresenta caraterísticas ajustadas à área cultural a que diz respeito. As cinco perspectivas que apontamos de seguida são as mais usuais na Europa, e apesar de não seguirmos pormenorizadamente nenhuma delas, consideramos que todas trazem aportes interessantes.

Denise Jodelet caracteriza-se pela perspectiva antropológica, presente na sua monografia sobre a representação social da loucura e nos seus estudos sobre o corpo. Através da observação etnográfica, das entrevistas e da análise histórica, a compreensão do fenómeno investigado é mais profunda, contudo é uma abordagem morosa, dada a grande quantidade de tempo despendida na observação etnográfica e na classificação (análise / interpretação) dos dados recolhidos e complexa em termos metodológicos.

A perspectiva interpretativa é defendida, entre outros, por Wagner (Áustria) e Duveen & Jovchelovich (Reino Unido), sendo tendencialmente mais aberta a discussões interdisciplinares,

a estudos qualitativos e apresenta uma visão construcionista da realidade social. Estes autores trabalham fundamentalmente sobre a sociogénese das representações sociais, sobre as suas funções sociais, sobre a sua construção no discurso e enfatizam o caráter dinâmico do conceito.

A abordagem dialógica surge-nos com Marková, que procura estabelecer discussões interdisciplinares entre filosofia e literatura, ou história e ciência, por forma a revelar o caráter dinâmico do pensamento humano, da linguagem e das práticas sociais. O dinamismo é para Marková uma característica das representações sociais enquanto fenómenos em constante produção e transformação.

A abordagem estrutural, como o nome indica, preocupa-se com a estrutura das representações sociais. Abric (2001), um dos fundadores, explicita que uma representação social consiste num conjunto de dados, opiniões e atitudes sobre um determinado objeto. E estes elementos encontram-se organizados e estruturados por forma a constituírem um tipo particular de sistema de cognição social. (p. 43) O aporte mais relevante desta perspetiva é a teoria do núcleo central, de que falaremos mais adiante.

Um dos primeiros aportes da subteoria da tomada de posição é exatamente o questionar do caráter consensual das representações sociais. Para Doise (1991), mais do que opiniões consensuais no seio de uma sociedade, as representações sociais são princípios organizadores de posições que os sujeitos assumem perante referências comuns e que frequentemente permitem uma grande variação entre indivíduos. Mais recentemente, Clémence (2001, p.86) fala da representação enquanto uma rede de significados mais ou menos divergentes, por força das discussões estabelecidas em torno do objeto social, mais ou menos difundidos ao ponto de surgirem nas conversas quotidianas.

Todas as abordagens, ou subteorias, da teoria das representações sociais, denotam preocupações específicas para compreender determinadas características ou processos das representações sociais, ou seja, a abordagem interpretativa preocupa-se fundamentalmente com a sociogénese das representações, enquanto a abordagem estrutural se preocupa mais com o processo de objetivação e a abordagem de tomada de posição com o processo de ancoragem, etc. Foi neste sentido que Moscovici formulou e desenvolveu a sua teoria das representações sociais, que continua até hoje a ser a única tentativa para sistematizar a globalidade da questão, e que Jodelet (1989,p. 60-62) sistematizou no quadro que apresentamos na página seguinte.

No centro do quadro encontramos o esquema base que caracteriza a representação como uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto, uma vez que a representação social é sempre a representação de qualquer coisa (o objeto) e de alguém (o sujeito), e obviamente as características do sujeito e do objeto incidem sobre o que é essa representação. Entre a representação e o objeto estabelece-se uma relação dupla de «simbolização» e «interpretação»,

ou seja, pela simbolização substitui-se o objeto por um símbolo, e pela interpretação confere-se significado(s) a esse símbolo. Os símbolos e significados, por seu lado, resultam de uma atividade que faz da representação uma «construção» e uma «expressão» do sujeito. O sujeito para a representação social é encarado sob diferentes perspetivas, que procuram fornecer uma imagem integral, nomeadamente a perspetiva epistémica, a psicológica, a social e a coletiva, em que as duas primeiras identificam características individuais, e as últimas duas perspetivam os processos de participação social e cultural do sujeito.

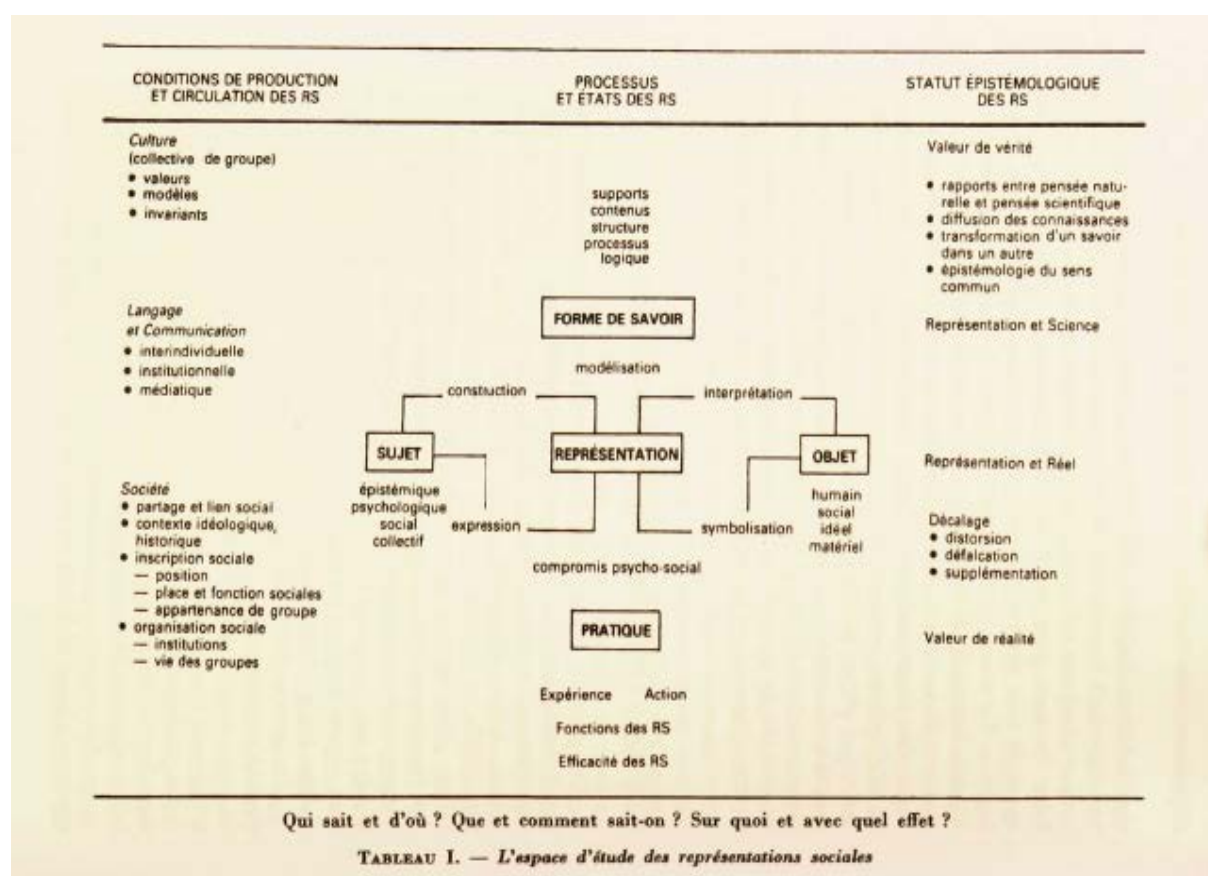


Figura 9: O espaço de estudo das representações sociais, ou a tentativa esquemática de sistematizar a teoria das representações sociais, pela sintetização das problemáticas e dos seus eixos de desenvolvimento

Por forma de saber, socialmente partilhado, entenda-se a «modelização» do objeto apreensível pela linguagem (oral, escrita, visual), ou inferido de comportamentos e materiais. Ao caracterizá-lo de prático, estamos a relacionar o saber com as experiências que o geram e as condições em que se manifesta, mas também a apontar para o seu caráter atuante sobre a realidade, que se prende às funções e eficácia das representações sociais. A posição que a representação ocupa no ajustamento prático do sujeito ao ambiente em que se encontra, leva ao epíteto de compromisso psicossocial.

As três colunas do esquema visam dar conta das várias problemáticas que os estudos sobre representações sociais (RP) normalmente tratam e das diferentes abordagens possíveis. A questão «Quem sabe e de onde vem este saber» refere-se às condições de produção e circulação das RP. A questão «O que se sabe e como se sabe» prende-se com o processo e os estádios das RP e a questão «Sobre o que é que se sabe e com que efeito» relaciona-se com o estatuto epistemológico das RP.

Para Moscovici, como verificamos, a transformação do conhecimento científico pelo senso comum é um dos pontos de interesse do estudo das representações sociais, pois permite perceber a forma como o pensamento do senso comum se organiza em torno de uma temática, num espaço de tempo relativamente curto. As divulgações científicas são muitas vezes motivo de conversa, mais ou menos séria, entre amigos ou colegas de trabalho (por exemplo, no campo da saúde, a celeuma provocada pela divulgação da clonagem ou pelo lançamento do Viagra.)

2.2. Definição(ões) de Representação Social

Moscovici (1961) define a representação social como um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objetos, aspetos ou dimensões do meio social que permite não só a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, mas constitui igualmente um instrumento de orientação e perceção das situações e de elaboração de respostas.

Doise (1989) refere que “em cada conjunto de relações sociais, princípios ou esquemas organizam as tomadas de posição simbólicas que estão ligadas às inserções específicas destas relações. E as representações sociais são os princípios organizadores destas relações simbólicas entre os atores sociais.” (cit. Neto, 1998, p. 439)

Denise Jodelet apresenta-nos a definição mais consensual junto de todos os que fazem trabalho de campo dizendo que a representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, que tem um objetivo prático e contribui para a construção de uma realidade comum a um determinado grupo social. (Jodelet, 1989, p. 53)

A polissemia do conceito não implica contradições irreparáveis, no entanto, revela a complexidade do fenómeno que procuramos limitar com o conceito e a enorme discussão teórica que lhe está subjacente. Moscovici (1988, p.233) clarifica referindo que apesar de envolverem significados partilhados e expressarem consensos grupais, as representações sociais não são uniformes, pelo que não se deve excluir a diversidade de representações, visto a representação assumir uma configuração tal que permite aos conceitos e às imagens uma coexistência sem pretensão de uniformidade, e onde a incerteza e os mal-entendidos são tolerados, pois só assim a discussão pode continuar e os pensamentos podem circular.

Moscovici (1988, p.220) procura sintetizar as diversas definições afirmando que a representação social é uma rede de conceitos e imagens interligados cujos conteúdos se desenvolveram continuamente ao longo do tempo e do espaço. A forma como a rede se desenvolve depende da complexidade e da velocidade das comunicações e dos meios de comunicação disponíveis, sendo as suas características determinados pelas interações sociais entre indivíduos e / ou grupos.

Para definir o carácter social de uma representação temos que considerar os três critérios enunciados por Vala & Monteiro (2004, pp. 461-2): a) o *critério quantitativo*, ou seja, “uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos” e não é apenas a representação idiossincrática de um dado indivíduo; b) o *critério genético*, i.e., “a representação é social no sentido em que coletivamente produzida: as representações sociais são um produto das interações e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias e as suas relações com outros grupos.” e c) o *critério da funcionalidade* na medida em que “oferecem programas para a comunicação e ação, relativamente aos objetos que constituem interrogações para o grupo. Dito de outra forma, as representações sociais são teorias sociais práticas.”

Neto (1998, p.440) sintetiza as características essenciais a considerar na definição de representação social: a) a referência a um objeto social; b) a existência de uma relação de simbolização e de interpretação com esse objeto; c) a construção de um modelo abstrato que se sobrepõe à perceção do objeto e finalmente d) o facto de ser uma forma de conhecimento prático, sem fundamentação científica.

Jodelet (1989, p. 65) lembra ainda que a representação social articula componentes afetivas, mentais e sociais, e simultaneamente integra as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e as ideias/conceitos sobre a qual elas vão intervir, utilizando como substrato três elementos essenciais: a cognição, a linguagem e a comunicação.

2.3. Processos de construção, consolidação e mudança das representações sociais

Para explicarmos os processos de construção das representações sociais devemos começar por explorar as causas, os motivos pelos quais precisamos de criar estas representações da realidade social. A linguística diz-nos que a linguagem atribui um significado a cada significante. Para melhor organizarmos o nosso pensamento, e o nosso pensamento é fundamentalmente linguagem, atribuímos um determinado significado a um objeto, ou seja, atribuímos um conjunto de características que fazem daquele objeto aquilo que ele é. Por

exemplo, um cão é um mamífero de quatro patas, que emite um som específico, o latido, e que se pensa ter sido o primeiro animal a ser domesticado pelo homem. O conceito «cão» é perfeitamente claro e torna-se uma categoria verbal na medida em que podemos encontramos sempre o significado certo mesmo quando o significante muda. Um cão rafeiro é categorizado como cão da mesma forma que um cão de uma determinada raça também o é. Sempre que encontramos um animal mamífero de quatro patas que emite latidos, mesmo que seja de uma raça invulgar, desconhecida ou de difícil caracterização a nossa primeira reação é procurar encaixá-lo na rede de categorias que possuímos na nossa mente, e chamar-lhe cão.

Um processo semelhante ocorre com as representações sociais, uma vez que o objetivo de todas as representações é tornar familiar o que é percebido como estranho, não familiar. A dinâmica das relações sociais é a dinâmica da familiarização, através da qual os objetos, indivíduos e acontecimentos são apreendidos e compreendidos pelo confronto mental com o que foi apreendido anteriormente e sistematizado em paradigmas cognitivos. (Moscovici, 2000, p. 37)

A representação social surge como resposta a várias condicionantes, das quais Moscovici (1984^a) destaca três: 1) a distribuição desigual e seletiva das informações que circulam na sociedade; 2) a focalização sobre os aspetos da realidade que correspondem aos interesses de cada indivíduo ou grupo; e 3) o imperativo inferencial do senso comum que retira consequências ou inferências da informação de que dispõe num determinado momento e que considera relevante. Onde a associação inicial com a construção ingénua do conhecimento científico, e igualmente com a construção simbólica de qualquer objeto social passível de discussão e controvérsia dentro de um grupo social. E uma vez que a linguagem é, em si mesma, polissémica e complexa, a sua análise deve implicar sempre uma leitura do contexto histórico de produção e circulação das ideias, crenças ou imagens relativas a um dado objeto social, pois só assim se consegue apreender a totalidade simbólica da representação. Ou seja, pensar na representação social do conceito «política» de forma abstrata e descontextualizada da realidade portuguesa, poderá ser muito interessante enquanto exercício de definição do conceito, contudo não será expressão do peso simbólico do conceito para a sociedade portuguesa, que forçosamente o ancorará no seu passado recente de revolução democrática antifascista, etc.

2.3.1. A Ancoragem

As representações sociais são então uma necessidade imposta pelo desejo intrínseco de segurança, de estarmos rodeados do que nos é familiar, pela reação instintiva de «encaixar» uma nova realidade na rede de categorias sociais que possuímos. A este processo Moscovici (2000,

p. 42) chamou ancoragem, ou seja, um processo que toma qualquer coisa estranha e desconhecida e a coloca em confronto com o nosso próprio sistema de categorias mentais e compara-a com o paradigma de uma categoria que consideramos ser a mais apropriada.

Dentro deste processo, encontramos duas ações complementares – categorizar e nomear – que ocorrem quando procuramos *ancorar* algo desconhecido ao nosso esquema mental prévio. Classificar um indivíduo ou um objeto significa que enquadramos essa entidade desconhecida num conjunto de regras e padrões de comportamento típicos da sua classe, tipificando-o, ou seja, atribuindo-lhe características comuns a todos os indivíduos que pertencem a essa dada classe. O ato de tipificar simplifica os nossos processos mentais na medida em que nos fornece um modelo, ou protótipo, que representa toda a classe e uma espécie de «retrato-robô» de todos os indivíduos nela inseridos. Adicionalmente, como refere Moscovici (2000, p. 43), categorizar alguém, ou algum objeto ou acontecimento (objeto social), significa escolher um paradigma de entre os que temos guardados na nossa memória e estabelecer com ele uma relação positiva ou negativa. Na medida em que a classe atribuída por nós ao indivíduo, ou ao objeto, é percebida positiva ou negativamente, assim o será o indivíduo ou objeto.

Por outro lado, é impossível classificar um indivíduo ou um objeto sem o nomear, sem lhe atribuir um nome que o distinga dos restantes indivíduos. Nomear é atribuir uma identidade, e neste caso ao nomearmos o que anteriormente era desconhecido estamos a atribuir-lhe uma identidade social, permitindo-lhe assim relacionar-se com as demais realidades sociais.

Moscovici (2000, p. 48), no entanto, alerta-nos para duas consequências da teoria das representações sociais, no que concerne à ancoragem: em primeiro lugar, exclui a possibilidade de existir uma ideia ou uma percepção que não esteja ancorada em conceitos pré-existentes, os preconceitos, uma vez que cada sistema de classificações e mesmo as relações entre sistemas implicam um posicionamento específico, um ponto de vista baseado no consenso. Pelo que é tão impossível ter um sistema de classificações geral e livre de preconceitos como procurar discernir qual o significado primário de um determinado objeto. Os preconceitos não devem, por isso, ser entendidos como limitações ou deficits cognitivos, mas antes como diferentes perspetivas perante a mesma realidade. A segunda consequência prende-se com a finalidade dos sistemas de classificação e nomeação, que servem para facilitar a interpretação das características, e a percepção das intenções e motivos que estão implícitos nas ações dos indivíduos, ou seja, para formar opiniões e efetuar juízos de valor perante indivíduos e objetos.

2.3.2. A Objetivação

Na sequência deste processo de ancoragem, e simultaneamente na sua precedência, surge um processo distinto a que Moscovici chamou objetivação, referindo-se “à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural” (Vala & Monteiro, 2004, p. 465).

O processo de objetivação começa pela descoberta da qualidade imagética de um conceito abstrato ou impreciso e pela sua consequente reprodução numa imagem. A transição entre o conceito e a imagem não é, no entanto, linear, antes passa por três fases distintas: 1) a construção seletiva, o momento em que as ideias e crenças associadas ao conceito são sujeitas a um processo de seleção e descontextualização que visa salientar exclusivamente os aspetos úteis para a construção de um todo relativamente coerente: por exemplo, a representação omnipresente do conceito abstrato “amor” pela imagem estilizada do coração trespassado por uma seta que se encontra hoje distanciado do seu contexto mitológico greco-latino.

Dá-se um processo de seleção da informação relevante que não é neutro ou aleatório, mas antes baseado nas normas e valores sociais vigentes, o que leva à acentuação de determinados fatores e ao apagamento de outros. “Neste sentido, as representações podem ser consideradas como uma expressão do que Piaget (1951) enunciou como pensamento sociocêntrico – elas exprimem e servem interesses e valores grupais” (Vala & Monteiro, 2004, p. 466). Dada a constante transformação de interesses e valores grupais e mesmo sociais, as representações encontra-se igualmente num ciclo de mudança contínua.

Esta informação relevante é esquematizada por forma a dar conta de um padrão de relações estruturadas, por isso o conceito torna-se lógico, perceptível e aparentemente óbvio para o comum dos mortais. A esta fase do processo Moscovici (2000, p. 51) chama 2) naturalização, ou seja, no momento em que a imagem ligada a uma palavra ou ideia se autonomiza e é deixada à solta numa sociedade, torna-se uma realidade concreta, material, um objeto, apesar de ser apenas uma convenção: por exemplo, a energia nuclear é para nós um facto inegável e muitos são contra ou a favor deste tipo de produção energética, apesar de nada entenderem de física nuclear ou terem sequer a perceção real do que é um átomo ou um neutrão.

Esta naturalização pode obter-se por personificação ou por metaforização. Quando materializamos um conceito num rosto ou numa figura, quer pela associação de uma determinada personalidade a esse conceito (ex. Lenine representa o comunismo, Hitler o nazismo) quer “pela construção de um protótipo que dá corpo, que materializa uma ideia abstrata” (Vala & Monteiro, 2004, p. 471), ou seja uma personagem / objeto que reúne as

características físicas, sociográficas, psicológicas do grupo que representa falamos de personificação ou figuração. Quando utilizamos metáforas para explicitar um conceito, facilitando assim a apreensão do seu significado, (ex. metáforas associadas ao conceito morte – passagem, luz ao fundo do túnel, etc.) de tal forma que a metáfora assume o significado do conceito, falamos de metaforização.

E finalmente encontramos o processo que referimos anteriormente como estando na base e sendo consequente deste processo de objetivação: 3) a ancoragem, na medida em que internalizamos o conceito enquadrando-o nos nossos esquemas mentais.

2.3.3. Processos de mudança das representações sociais

Conforme referimos anteriormente, na medida em que as normas e valores sociais de um determinado grupo variam, ou na medida em que o desconhecido se torna conhecido e o interdito passa a dito, as representações sociais vão-se modificando. Na medida em que a sociedade se vai modificando, assim se vão modificando as representações dessa mesma sociedade sobre a realidade e inclusivamente as representações que faz sobre si própria.

Conforme refere Jodelet (1989, p. 98) a revolução provocada pelos meios de comunicação social (e nos dias de hoje, especialmente pela Internet), a difusão dos saberes científicos e técnicos transforma os modos de pensar e cria novos conteúdos. Torna-se necessário ajustar a gramática, introduzir novos termos nos glossários e dicionários, redefinir o percurso lógico, entremear o discurso de imagens vivas, por forma a tornar o conhecimento mais compreensível, mais tangível. O senso comum torna-se cada vez mais pseudocientífico, uma vez que a divulgação científica, quer a propositada e quer a subliminar, aumenta, e cada vez mais termos que até há relativamente pouco tempo eram propriedade exclusiva de uns quantos iniciados (como por exemplo: questões de ciência forense tornados lugar-comum por séries televisivas como o CSI), fazem hoje parte integrante do discurso do mais comum dos mortais. Adicionalmente esse conhecimento partilhado pelas representações sociais tem ainda uma função vital: na medida em que é concebido para desenhar e condicionar a realidade em que nos encontramos inseridos, ele também, ao objetivar-se, passa a ser parte integrante das relações e dos comportamentos de cada um.

De referir que Moscovici (1976) iniciou o seu estudo das representações sociais, exatamente pelo estudo da forma como a psicanálise e todos os conceitos que lhe estão associados foram apropriados pelo senso comum. Ele refere que a distinção entre o conhecimento do leigo e do profissional se tornou mais ténue na medida em que os conceitos da psicanálise já extravasaram o círculo dos psicanalistas, ou seja, deixaram de ser uma gíria que

os caracterizava enquanto profissionais, e fazem atualmente parte da linguagem do cotidiano, tendo contudo sofrido alterações no processo de representação a que foram submetidos. Moscovici refere aqui um processo de socialização do conhecimento científico, que é utilizado, neste caso para condicionar os comportamentos sociais e guiar a comunicação na sociedade (p. 30). Moscovici apresenta uma posição nada crítica face a este processo, o que era claramente contrarrente num momento em que o conhecimento científico era ainda encarado como pertencendo a uma elite, a um grupo de iniciados. No seu estudo ficamos ainda a perceber que a ciência continua a ter um território exclusivo, uma vez que o senso comum não apreende a totalidade das teorias ou enunciados, mas apropria-se apenas dos que se lhe apresentam de utilidade. No caso dos conceitos da psicanálise de Freud que surgem na linguagem comum, encontram-se presentes a noção de consciente e inconsciente, do conflito interior do indivíduo, etc., contudo o conceito central e unificador – a libido – está ausente da linguagem do senso comum. O que quer dizer que há um processo de seleção dos elementos a apropriar e uma reorganização numa lógica utilitária, ou seja, apenas se retêm os conceitos que podem ter impacto ou utilidade na vida das pessoas. Quando falamos de energia nuclear ou de alimentos transgénicos, as pessoas pelo senso comum não se apropriam das questões técnicas da física ou da biologia molecular, mas apenas das noções que impactam diretamente nas suas vidas, ou seja, os perigos da radioatividade, ou as consequências do consumo desses alimentos nos seres humanos.

2.4. Estereótipos e representação social

Segundo Moscovici (2000, p.22-24) as representações sociais assumem dois papéis distintos. 1) Primeiro, convencionalizam os objetos, as pessoas e os acontecimentos com que nos deparamos diariamente, conferindo-lhes uma forma definida, encaixando-os numa determinada categoria e gradualmente estabelecendo-os como um modelo tipificado, distinto dos outros e partilhado por um grupo de pessoas. Como o autor afirma, dizemos que a terra é redonda, associamos o comunismo à cor vermelha, etc., sem nos interrogarmos da veracidade destas afirmações ou questionarmos a razão subjacente a estas convenções. Como vimos, construímos estas convenções, estas simplificações tipificadas para facilitar o nosso processo cognitivo de apreensão da realidade e simultaneamente para comunicar com os outros utilizando um mesmo código simbólico. 2) Segundo as representações são prescritivas, ou seja, as representações são impostas aos indivíduos de forma inelutável, quer pela nossa própria estrutura mental, que nos condiciona para este processo de simplificação, quer pela tradição, ou seja, todo o saber que pré-existe ao indivíduo e é passado pela envolvente sociocultural e o

influencia de tal forma que decreta inclusivamente o que deve e como deve pensar. Por exemplo, durante milénios e até Copérnico afirmar o contrário, considerava-se que o sol girava em torno da terra, e apesar da teoria heliocêntrica ser hoje perfeitamente aceite e ensinada nas escolas desde a mais tenra idade, ainda permanecem no nosso imaginário as representações associadas ao «movimento» do sol: vemos o nascer e o pôr-do-sol, falamos da posição do sol no céu para vermos as horas, etc.

No caso dos estereótipos ocorre um processo semelhante aos das representações, contudo o seu objeto é mais específico, na medida em que não procuram dar conta da realidade, mas de grupos humanos e categorias sociais. Ao procurar apreender a diversidade social, o indivíduo recorre à convencionalização, pois, como referem Garcia-Marques & Garcia Marques (2003, p.12), “se as pessoas que encontramos são muitas e muito variáveis, os papéis que assumem são inúmeros e muito diversos, as regras sociais que estabelecemos são muitas e muito complexas, só resta uma solução: generalizar. Quer dizer, ignorar as minúcias, omitir os detalhes ou reenquadrar o particular. O específico é um luxo cognitivo a que raramente podemos recorrer. Os estereótipos são generalizações sobre grupos humanos e categorias sociais, generalizações tornadas indispensáveis em virtude da terrível complexidade e variedade do nosso mundo social.”

Contudo, e mais uma vez à semelhança das representações sociais, os estereótipos são prescritivos, uma vez que o seu conteúdo é determinado pelos valores sociais vigentes. Os estereótipos culturais são adquiridos espontaneamente durante a infância aquando do processo de socialização e assimilação de valores sociais, (Fishman, 1956; Katz, 1968; Tajfel, 1969) e muito frequentemente utilizados, pois facilitam grandemente o processo mental através da generalização, o que faz com que sejam extremamente eficientes. Pelo contrário as crenças individuais sobre os mesmos grupos e categorias sociais adquirem-se durante a adolescência, aquando da socialização secundária, sendo muito raramente utilizadas, pois requerem um processo cognitivo mais elaborado de especificação.

Pode inclusivamente acontecer que as crenças individuais e os estereótipos culturais sejam divergentes, o que significa que poderão ser utilizados uns ou outros consoante as condições cognitivas. Se nos for solicitada uma tarefa específica que examine criticamente a questão dos estereótipos de forma clara, ou seja, em condições cognitivas ideais, é natural que as nossas crenças individuais se sobreponham aos estereótipos, a que normalmente atribuímos um valor ou associamos a uma emoção negativa no caso do preconceito, e consequentemente afirmemos, por exemplo, que não concordamos com o preconceito e que não o aplicamos na nossa interação quotidiana. Contudo no nosso dia-a-dia, ao sermos confrontados com a realização de diversas tarefas cognitivas simultâneas, ou seja, em condições cognitivas menos

ideais, os nossos estereótipos culturais vão funcionar como instrumentos que propiciam a generalização e consequentemente a eficiência do processo mental, mesmo por aqueles indivíduos que impugnam a sua validade. “Os estereótipos são tão preponderantes no nosso mundo porque são mentalmente úteis, cumprem funções cognitivas importantes, sobretudo, isto é, quando estão a ser usados como instrumento.” (Garcia-Marques & Garcia Marques, 2003, p.13)

Verificamos igualmente que, á semelhança do que acontece com as representações sociais, o conteúdo dos estereótipos não neutro, antes expressa valores sociais defendidos pelo grupo social a que pertencemos e a ideologia política que defendemos, justificando assim, em termos psicológicos, a hierarquia social vigente e as consequentes desigualdades sociais. Encontramos então “duas importantes funções dos estereótipos: a função heurística, que permite atalhar mentalmente os labirintos sociais em que vivemos, e a função defensiva, que permite justificar as desigualdades e injustiças sociais” (Garcia-Marques & Garcia Marques, 2003, p.11). O significa que, apesar de procurarmos contrariar conscientemente o preconceito que deriva dos estereótipos negativos que a nossa sociedade constrói perante a diferença (o exogrupo), quando confrontados com uma questão de preconceito mais subtil, ou seja, uma questão que não nos leve a examinar criticamente a nossa posição perante o preconceito, a tendência é recorrer aos estereótipos para defender a nossa posição de privilégio ou infortúnio. Se me considero uma pessoa bem-sucedida, pertencente a uma elite cultural, socioeconómica, etc., a minha tendência será para considerar que esse sucesso não é fortuito, antes resultado da determinação com que me dediquei ao meu percurso académico, das competências que desenvolvi que permitiram alcançar uma determina posição socioprofissional, etc. Consequentemente vou considerar que todos os que, partindo de uma posição inicial semelhante á minha, não alcançaram o mesmo grau de sucesso o fizeram por desmérito, fundamentando nesta racionalização o meu preconceito social face aos menos privilegiados. Inversamente, se não consegui realizar os meus objetivos em termos de sucesso social ou económico, vou tender a estereotipar os mais bem-sucedidos apelidando-os de *snobs*, ou desdenhando o seu mérito, ao implicar que obtiveram o seu sucesso de forma menos lícita (fuga aos impostos, fraude financeira, etc.)

Um fato interessante acerca dos estereótipos, que possivelmente poderá ser estendido às representações sociais que consideramos terem uma carga ambígua, e que Macrae, Bodenhausen, Milne, & Jetten (1994) investigaram, prende-se com a tentativa de reprimir mentalmente o uso de estereótipos. No nosso quotidiano somos confrontados com um sem número de situações em que as nossas crenças estereotipadas acerca dos outros surgem de forma não intencional, e se expressadas abertamente poderiam ser fonte de dissabores pessoais e

sociais, pelo que a inibição é o melhor remédio. De acordo com os autores, Wagner (1994) tinha apresentado o modelo do processo irónico, ou seja, se solicitamos que alguém iniba um determinado pensamento ou comportamento de forma consciente, esse pensamento ou comportamento ocorre com mais frequência do que aconteceria normalmente, pois o indivíduo tem de manter esse pensamento ou comportamento em mente por forma a inibi-lo, o que faz com que ele esteja mais presente.

Referem ainda os autores, na esteira de Bargh (1990), que poderão ser as características situacionais, ou seja, o contexto, que dita as normas para que haja maior permissividade ou maior inibição do estereótipo, e consequentemente maior ativação do controlo mental, o que levaria os sujeitos de um estudo de associação de palavras a mediar o seu tempo de resposta para permitir a realização deste processo, que segundo os autores pode ser consciente, mas pode igualmente ser rotineiro e automático, dependendo exatamente do estímulo proposto. “Assim a inibição do estereótipo pode ser iniciada por fatores, sobre os quais temos pouco controlo, e completada através de processos cognitivos que desconhecemos grandemente.” (p. 283)

2.5. Conceito operativo para o projeto em curso

Em suma, podemos afirmar que uma representação social é o conjunto de pensamentos e emoções expressos verbalmente ou não-verbalmente, através do comportamento explícito dos atores, que constitui um objeto social para um grupo no seio de uma sociedade (Wagner et al, 1999)

Referem ainda Moscovici & Marková (1998, p.153) que deste ponto de vista dinâmico, as representações sociais parecem uma «rede» de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos vinculadas e consequentemente mais móveis e fluidas que as teorias, mercê da «polifasia cognitiva» que utilizamos na nossa comunicação quotidiana, ou seja, da maneira como organizamos o nosso pensamento e a nossa expressão no dia-a-dia, mediante o uso de metáforas, comparações, oposições, silogismos, etc.

2.5.1. Metodologias de recolha e análise das representações sociais

Como referimos anteriormente existem diversas abordagens ao estudo das representações sociais, e cada uma das abordagens tende a preferir um ou outro método de investigação, o que faz com que ao estudo das representações sociais se associasse uma extensa discussão metodológica. Jodelet, por exemplo, ao abordar as representações sociais numa perspetiva antropológica, vai preferir utilizar metodologias mais próximas do estudo antropológico e consequentemente privilegia a observação etnográfica, as entrevistas e a análise

histórica. Wagner, Duveen e Jovchelovich, na sua perspectiva interpretativa, vão privilegiar os estudos qualitativos, utilizando as entrevistas e a análise textual, enquanto Abric e Doise vão utilizar metodologias mais quantitativas, para as suas abordagens estrutural e de tomada de posição, respetivamente, nomeadamente os questionários e as associações livres de palavras.

Concordamos com Wagner et al (1999) quando afirmam que as estratégias metodológicas para o estudo das representações sociais devem ter em consideração a complexidade dos fenómenos a estudar, enquanto prestam atenção ao contexto e à diversidade de vozes em presença. Pelo que, e considerando os objetivos no nosso estudo, vamos centrar-nos mais nestas duas últimas abordagens, que consideramos serem as mais adequadas para tratar os dados que recolhemos através do questionário e das entrevistas que realizámos, ou seja, utilizaremos algumas metodologias de análise pertencentes à abordagem estrutural, nomeadamente a questão do núcleo central da representação e a distinção entre elementos mais centrais e mais periféricos, que explicitaremos posteriormente. Quanto à abordagem da tomada de posição, parece-nos francamente pertinente considerando o objeto social em análise – os valores sociais, que num período caracterizado pela mudança de paradigma se apresenta longe da consensualidade. E a questão da falta de consenso nas representações sociais é efetivamente uma preocupação desta abordagem (Doise et al, 1992).

Por outro lado, é também conveniente explicitar o nível de análise que se pretende efetuar. Doise et al (1992) refere dois níveis de análise distintos: o nível individual e o nível social, cultural ou grupal. No primeiro nível o interesse da investigação são as características distributivas da representação social, e os resultados expressam a representação prototípica da segmentação individual. No segundo nível, aquele em que estamos mais interessados, o interesse da investigação são as características coletivas da representação social, pelo que os dados são recolhidos por questionários ou análise de documentos da comunicação social, e as variações encontradas para a explicação de um mesmo objeto social podem ser medidas e validadas de acordo com variáveis específicas, o que resulta numa representação global com elementos não comuns para todos os grupos, mas típica ou relevante para um ou outro grupo. No caso do nosso estudo, utilizámos numa primeira fase um questionário, que procurava dar conta das variâncias em termos de valores – o nosso objeto social – dentro do grupo dos estudantes universitários tendo em conta variáveis distintivas como o sexo, a proveniência socioeconómica e geográfica, a área de estudos, a ideologia política e a universidade de pertença.

Quanto à segunda parte do nosso estudo, centramo-nos nos materiais linguísticos recolhidos aquando das entrevistas, utilizando associações de palavras e mapas conceituais em que os dados foram analisados por forma a descobrir variações interindividuais. É relativamente

consensual junto dos investigadores, que a associação livre de palavras proporciona, na sua maioria, respostas relativamente espontâneas e irrefletidas. E a mediatização das respostas fará parte de um processo de repressão mentalmente de associações que consideramos menos apropriadas no contexto, à semelhança com o que acontece com a repressão do uso de estereótipos, como vimos anteriormente (Macrae, Bodenhausen, Milne, & Jetten, 1994). As características situacionais, ditando as normas para que haja maior permissividade ou maior inibição da resposta ao estímulo, e consequentemente maior ativação do controlo mental, levaria os sujeitos de um estudo de associação livre de palavras a mediar o seu tempo de resposta para permitir a realização deste processo.

No caso das associações de um conceito a um valor, usámos uma escala de medida de três posições (positivo, neutro e negativo), e neste caso os entrevistados tiveram de considerar o valor que atribuíam a cada um dos conceitos enunciados, pelo que as respostas obtidas serão tendencialmente mais reflexivas, usando a mediação temporal da resposta para perceber quais os conceitos mais polémicos, pois seriam aqueles cujo tempo de resposta seria mais mediato.

Segundo Clémence (2001, p.89) a forma adequada de estudar estes processos de tomada de posição contempla três fases metodológicas: na primeira fase identificam-se os conteúdos múltiplos que circulam em relação a um objeto específico; na segunda fase, tentam reconhecer-se os princípios que organizam as diferentes posições individuais, ou os grupos que se estudam; na terceira fase, procuram caracterizar-se os indivíduos ou grupos a partir dos dados obtidos, nomeadamente através da análise dos vínculos entre as posições e princípios e as características dos informantes.

Visto a associação livre de palavras produzir um universo semântico variado torna-se, inicialmente necessário utilizar diretamente os vocábulos recolhidos para identificar os universos comuns a diferentes estímulos. Em seguida esses mesmos vocábulos serão analisados para se perceber qual a sua organização, qual a sua estrutura mais profunda na representação. Para identificar o universo semântico da representação social, partindo de uma associação livre de palavras, teremos de começar por definir as ligações que se estabelecem entre as diferentes associações a um mesmo vocábulo, procurando discernir que as relações entre as ligações e entre as associações e o conceito-estímulo, quer se trate de relações de semelhança, diferença ou nexos de causalidade social (Doise et al, 1992, p. 26).

2.5.1.1. A Teoria do Núcleo Central

Ao recolhermos e analisarmos dados sobre representações sociais, apercebemo-nos que nem todas as associações ou imagens referidas pelos sujeitos do estudo podem ser colocadas no

mesmo nível, uma vez que umas parecem mais relevantes que outras, pois explicitam melhor o significado consensual do objeto social que pretendem representar, e outras apresentam um significado mais limitado ou secundário.

Abric (2001, p.43-46), um dos fundadores da abordagem estruturalista, refere que a representação social consiste num conjunto de elementos (fatos, opiniões e atitudes) sobre um determinado objeto, organizados e estruturados por forma a constituírem um tipo particular de sistema de cognição social. A estrutura organiza-se em torno de elementos mais relevantes, ou mais consensuais, a que Abric chama centrais, e elementos secundários, mais subjetivos, ou de significação mais pontualizada, a que o autor se refere como elementos periféricos. O autor aponta três características para distinguir a centralidade ou a periferia de certos elementos de uma representação social, nomeadamente 1) o seu valor simbólico, na medida em que o elemento central da representação não pode ser posto em causa, sem que isso afete o significado dessa mesma representação; 2) o seu valor associativo, uma vez que, enquanto elemento central significativo da representação, está forçosamente associado a um grande número de elementos constituintes da representação; e 3) o seu valor expressivo, que se manifesta na frequência de ocorrências de um termo/vocábulo, embora estes dados quantitativos tenham de ser complementados com outros de cariz qualitativo.

A teoria do núcleo central, enunciada por Abric (1993), sustenta então a hipótese de que existe um núcleo central da representação que é estável, coerente, consensual e consideravelmente influenciado pela cultura e pelo sistema de valores do grupo, e um sistema periférico que, dada a necessidade de constante contextualização e pragmatização das normas estabelecidas no núcleo central, se encontra numa dinâmica permanente, permitindo assim uma pluralidade de representações, quer grupais quer individuais.

Já Moscovici (1988), a propósito do consenso das representações sociais, distingue três classes de representações, nomeadamente, 1) as representações hegemónicas, uniformes ou coercitivas que tendem a prevalecer nas práticas simbólicas e afetivas; 2) as representações emancipadas, que derivam da circulação de conhecimentos e ideias pertencentes a subgrupos sociais; e 3) as representações polémicas, aquelas que se expressam como aceitação ou resistência e são fruto dos conflitos sociais.

Tendemos aqui a concordar com Rodriguez (2007, p.177) que considera que ao invés de falarmos de três tipos de representação, deveremos antes falar de níveis que coexistem dentro de uma representação social. O nível hegemónico da representação seria o núcleo central, ou seja o elemento, ou elementos, que possui grande força simbólica e forte aceitação e legitimidade social. O nível emancipado daria conta de elementos comuns dentro de um ou outro subgrupo da sociedade, possuindo uma força simbólica considerável e consequente hegemonia para esse

mesmo subgrupo, mas menos relevante para os outros grupos. E o nível polémico organizaria então os elementos mais periféricos, os que apresentam maior divergência de representação intergrupal e interindividual.

Rodrigues (2007 p.181) enuncia ainda um conjunto de indicadores discursivos que podem servir para identificar o carácter mais central ou mais periférico dos elementos constituintes da representação de que referiremos os que consideramos pertinentes para o nosso estudo, nomeadamente, 1) as repetições, quer se trate de um só indivíduo, quer de diferentes indivíduos dentro de uma amostra, podem considerar-se como indicadores do valor expressivo de uma ideia, crença ou imagem; 2) as associações emocionais que se estabelecem face a uma crença, um acontecimento ou uma ação funcionam como um indicador qualitativo da centralidade, ou seja, quanto maior a carga emocional manifestada maior a importância dos elementos; e 3) as associações conceituais que podem caracterizar-se por serem fortes ou débeis (fortes se ocorrem repetidamente e sem estímulo do entrevistador).

2.5.1.2. Representações gráficas da árvore máxima do sistema de similitude

A análise de similitude é uma outra maneira de tratar os dados recolhidos que se baseia sempre num coeficiente de similitude. Esta metodologia proposta por Flament (1986, p. 141) sugere que dois itens serão mais próximos ou mais distantes na representação consoante o número de sujeitos que os tratem da mesma maneira, ou seja, que os aceitem os dois, ou os rejeitem os dois, e que a partir desse pressuposto se calcule o coeficiente de contingência.

Esta análise da similitude a partir deste coeficiente de contingência, que segundo Vergés (2001) deve ser estabelecido pelo investigador partindo de um conjunto de casos e medidas pré-definidos (p.63 e ss), conduz-nos à construção das árvores máximas de similitude, que ilustra graficamente o cruzamento entre todos os elementos da representação entre si, explicitando que existe apenas um caminho para ir de um elemento a outro.

Vários investigadores utilizaram a análise de similitude para identificar os elementos centrais de um conjunto de variáveis a partir das propriedades gráficas de polarização, e da identificação de relações mais frequentes entre conceitos, ou do carácter imprescindível de um elemento para a conectividade do gráfico. (Vergés, 2001, p.53)

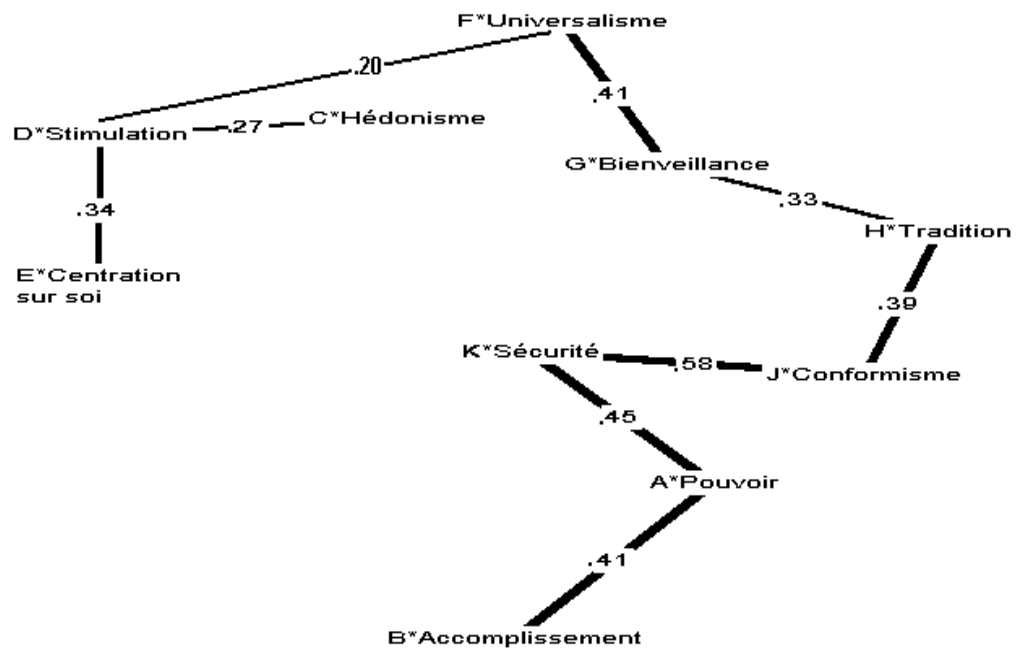


Figura 10: Exemplo de uma árvore máxima de similitude para os 10 valores universais de Schwartz, proposto por Vergés, 2001, p.21

Apesar do nosso objetivo não ser detetar similitudes nas relações entre os vocábulos recolhidos, e consequentemente não termos procedido a uma análise de similitude, considerámos que a representação gráfica proposta por Flamant (1986) da árvore máxima de similitude poderia ser utilizada para representar os resultados obtidos nas associações livres aos diversos conceitos-estímulo, uma vez que permitiria visualizar a frequência e a organização das associações recolhidas. Pressupõe-se que os vocábulos que ocorram com maior frequência sejam os que tenham maior importância para a representação e consequentemente sejam os mais centrais, e que as associações conceituais mais fortes (as que ocorrem repetidamente) signifiquem que os conceitos estão interligados dentro de uma mesma representação.

CAPÍTULO II

PESQUISA EMPÍRICA

1. METODOLOGIA

1.1. Questões de partida e objetivos do estudo

Como sabemos, os indivíduos não se situam da mesma maneira perante uma determinada realidade social, neste caso os valores e a sociedade, pelo que importa refletir sobre os esquemas mentais de representação que os levam a tomar esta ou aquela decisão, a assumir esta ou outra posição, a agir desta ou de outra forma quando confrontados com uma mesma situação. Por outro lado temos igualmente perceção que indivíduos com características semelhantes, quer sejam a idade, quer o nível de escolaridade, quer o grupo social de pertença, ou a região geográfica, tendem a partilhar as mesmas crenças, atitudes e valores, e consequentemente agir em conformidade. A grande questão que se coloca é: será possível encontrar traços comuns a um grupo específico, neste caso os alunos universitários, que os diferenciem da população em geral, ou pelo contrário, as suas crenças, atitudes e valores estão em completa sintonia com as crenças, atitudes e valores da população que os enforma?

Para procurar identificar os processos de construção e assimilação de valores, iremos, entre outras ferramentas teóricas, socorrer-nos do conceito das representações sociais, apresentado por Moscovici. Para estudar as representações sociais, diz-nos Jodelet (1989, p. 5) podemos recorrer a um vasto conjunto de metodologias, que vão desde a pesquisa experimental no laboratório e no terreno até à análise de documentos e atos de fala, passando obviamente por métodos mais correntes como os questionários e as entrevistas. Nestas entrevistas a ferramenta mais comum é a utilização de técnicas de associação livre de palavras e a construção de mapas mentais. Doise et al (1992) refere que um dos maiores problemas no estudo das representações sociais é exatamente o facto de a matéria-prima ser essencialmente as opiniões pessoais e as atitudes individuais, pelo que se torna necessário encontrar uma base comum organizadora do pensamento dos indivíduos. O que significa que a questão da metodologia a utilizar se prende essencialmente com a questão dos níveis de análise a realizar.

Doise (1982) refere a existência de quatro níveis de análise distintos no trabalho dos psicólogos sociais contemporâneos: 1) o nível intra-individual, que procura analisar a forma como cada indivíduo organiza a sua perceção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que está inserido; 2) o nível situacional, também chamado de interindividual, que se preocupa essencialmente em analisar os comportamentos de indivíduos em interação numa determinada situação, à exclusão de todo e qualquer comportamento fora dela; 3) o nível posicional, que parte das posições sociais ocupadas pelos indivíduos, aparentemente cristalizadas, para explicar as diferentes formas de interação e os comportamentos e atitudes expectáveis; e finalmente 4) o nível ideológico, que considera que os sistemas de crenças,

valores e ideologias próprios de uma dada sociedade enformam as representações sociais, as atitudes e os comportamentos dos indivíduos numa dada situação.

No caso concreto do nosso trabalho, pretendemos focalizar-nos no nível ideológico, visto pretendermos estudar os valores dos estudantes universitários e a maneira como enformam as suas representações sociais, contudo, e visto estarmos eminentemente interessados nos valores de um grupo social concreto, dentro da sociedade portuguesa, e não dos portugueses em geral, não podemos deixar de considerar também o nível posicional como pertinente para o nosso trabalho.

1.2. Questões de investigação

No sentido de procurarmos descrever os estudantes universitários em termos de valores, e perceber quais as representações sociais que norteiam as suas relações com o mundo e com os outros, colocámos algumas Questões de investigação à partida:

- a) Há uma matriz comum a todos os universitários portugueses em termos de valores, ou o tipo de universidade de pertença (pública ou privada) influencia as valorações dos estudantes e as suas representações sociais?
- b) Há variação geográfica norte-sul em termos de valores ou representações sociais dominantes?
- c) A área de estudos escolhida pelos estudantes será determinante para o tipo de valores e representações sociais predominantes?
- d) As variáveis sociodemográficas (género, categoria de rendimento e posicionamento ideológico) serão fatores que influenciam os valores e as representações sociais, e até que ponto exercem essa influência?
- e) Os valores e representações sociais dos estudantes universitários portugueses diferem dos valores e representações sociais da população portuguesa em geral, segundo os dados do EVS2008?

1.3. Desenho da pesquisa empírica

O trabalho de investigação que desenvolvemos, para procurar responder à questão inicial, situa-se no âmbito das representações sociais dos valores dos estudantes universitários em Portugal. Considerando que procurámos fundamentalmente situar-nos nos níveis de análise posicional e ideológico, ou seja, partir de um grupo concreto e definido e estudar as atitudes e valores desse grupo, procurámos seguir uma metodologia com referenciais teóricos no âmbito da investigação em Ciências Sociais, utilizando instrumentos típicos da abordagem sociológica

e da psicologia social, pois pretende caracterizar-se uma realidade de cariz sociocultural, nomeadamente a questão das representações sociais dos valores. Nesse sentido, procedemos à preparação de um questionário que visava revelar quais os valores, ou seja, quais os princípios abstractos que guiam ou justificam as atitudes, as opiniões e os comportamentos, dos estudantes universitários em Portugal. As respostas ao inquérito serviram também como auxiliar à criação das fichas de entrevista sobre representações sociais. Na entrevista as técnicas utilizadas foram as mais comumente utilizadas no estudo das representações sociais, seguindo a metodologia proposta por Abric (1994) para a recolha das representações sociais ou seja, a associação livre de palavras e a construção de mapas mentais.

Inicialmente o nosso estudo pretendia-se comparativo em termos internacionais, ou seja, iríamos comparar os dados dos universitários portugueses com os dados de universitários britânicos e checos, pelo que este questionário, uma vez que também é aplicado nestes países, serviria para estabelecer termos de comparação entre os universitários e a população em geral. Entretanto devido a contingências de vária ordem tivemos de alterar os nossos planos, como explicamos de seguida.

1.4. Pré-questionário exploratório e pesquisa inicial

Inicialmente foram efetuados alguns inquéritos exploratórios à população estudantil da Universidade de Aveiro através de um questionário *online* disponibilizado aos alunos, bem como à população estudantil de outros países, procurando trabalhar com universidades que apresentassem um perfil próximo do da universidade de Aveiro. Ou seja, universidades com um forte pendor tecnológico e investigativo, mas que oferecessem grande variedade de cursos nas diferentes áreas de estudos.

Dada a formação de base da investigadora ser também em Língua e Cultura Inglesa, e como é evidente, um trabalho desta natureza ter muito a ver com a língua e a cultura de um povo, optámos por estudar os Universitários britânicos. Considerámos ainda a possibilidade de estudar universitários provenientes de um país mais periférico, com uma dimensão geográfica e populacional semelhante à portuguesa (o que não é o caso do Reino Unido) e decidimos então experimentar a receptividade do questionário na Universidade de Birmingham (Reino Unido) e na Universidade de Ostrava (República Checa), das quais obtivemos alguns dados que revelavam já algumas divergências em termos de valores entre os estudantes portugueses e os estudantes destes países. Contudo, apercebemo-nos então que o nível de conhecimentos da língua inglesa revelada pelos estudantes checos não permitiria o posterior trabalho sobre representações sociais, e dado o nosso desconhecimento da língua checa, resolvemos não

prosseguir com a utilização destes sujeitos, limitando então o nosso estudo aos estudantes portugueses e britânicos.

Utilizando a rede de Universidades de que a Universidade de Aveiro faz parte, o European Consortium of Innovative Universities (ECIU), contactámos a University of Strathclyde em Glasgow, Escócia. A resposta foi bastante positiva, pelo que, marcámos viagem e estivemos uma semana, em Janeiro de 2010 – altura que nos foi apontada como a mais propícia, a fazer a recolha de dados na dita universidade junto de discentes das diferentes faculdades. Contudo, por motivos que nos foram completamente alheios, quando concluímos a nossa recolha, e apesar de todos os contactos e esforços envidados, verificámos que a grande maioria (cerca de 90%) dos respondentes pertenciam às faculdades de Engenharia e Ciências Naturais, a quem muito agradei e ainda agradeço a disponibilidade. Ou seja, apesar da disponibilidade que nos tinha sido prometida e dos espaços em aula que nos tinham sido prometidos, o departamento de Ciências da Educação da University of Strathclyde não conseguiu arranjar tempo junto dos seus alunos para possibilitar a passagem o inquérito. Os 10% restantes são de respondentes das Faculdades de Economia e Estatística. Considerando que grande parte dos respondentes da Universidade de Aveiro (cerca de 60%) é, obviamente, do Departamento da Educação, do qual fazemos parte, e que um dos nossos objetivos é perceber de que forma a escolha da área de estudos influencia as representações sociais e os valores dos estudantes, os resultados seriam enviesados por estas diferenças. E então, após quase 6 meses de trabalho nesta vertente das idiossincrasias culturais e dos consideráveis dispêndios monetários que acarretam viagens e estadias, chegámos à conclusão que todo este trabalho teria sido em vão.

Uma vez que já tínhamos os dados dos estudantes da Universidade de Aveiro, e de forma a não perder esse trabalho, resolvemos então fazer um estudo semelhante, utilizando outras universidades portuguesas como termo de comparação, pois para além das despesas serem mais reduzidas, colocava-se aqui uma outra questão de índole pessoal, ou seja, a partir de Julho a investigadora iria passar a residir na Arábia Saudita, o que implicava que a recolha dos dados tinha de ser feita o mais rapidamente possível. Procurámos fazer um estudo comparativo cujo objeto fosse a procura de um quadro de referência em termos de uma representação social dos valores nos estudantes universitários em Portugal que subjazem às escolhas e atitudes perante a vida desta população. Visava igualmente perceber se há variações dentro do quadro de referência ao introduzirmos as variáveis género, local de proveniência, classe social, área de estudos (ciências humanas ou ciências exatas), tipo de universidade, etc.

1.5. Instrumentos de recolha de informação

1.5.1. Questionário

Baseamos o nosso questionário no European Values Survey, EVS, realizado desde 1981, a cada 9 anos, e desde 1990 conta também com Portugal. Começou com dez países membros da então Comunidade Europeia, incluindo a Espanha, e atualmente, na sua quarta edição, conta com a participação 47 países/regiões da Europa ocidental, central e de leste. Para melhor conhecer os valores dos europeus foi criado em 1979 o European Values System Study Group, que visa descobrir os valores morais e sociais que estão na base das instituições políticas e sociais da Europa e da conduta governamental. O EVS é um programa de investigação sobre os valores humanos básicos em larga escala, transnacional e longitudinal. Visa fornecer perspetivas acerca das ideias, crenças, preferências, atitudes, valores e opiniões dos cidadãos europeus. é um projeto de investigação singular sobre a forma como os europeus pensam sobre a vida, a família, o trabalho, a religião, a política e a sociedade. (www.europeanvaluesstudy.eu/) no quadro seguinte apresentam-se os países participantes em cada uma das edições.

Country/region	1981	1990	1999/ 2000	2008	Country/region	1981	1990	1999/ 2000	2008
Belgium	1981	1990	1999	2009	Romania		1993	1999	2008
Denmark	1981	1990	1999	2008	Slovak Republic		1991	1999	2008
France	1981	1990	1999	2009	Slovenia		1992	1999	2008
Germany*	1981	1990	1999	2009	Belarus			2000	2008
Great Britain**	1981	1990	1999		Croatia**			1999	
Iceland**	1984	1990	1999		Greece			1999	2008
Ireland	1981	1990	2000	2008	Luxembourg			1999	2008
Italy**	1981	1990	1999		Russian Federation			1999	
Malta	1984	1991	1999	2008	Turkey**			1999	
The Netherlands	1981	1990	1999	2008	Ukraine			2001	2008
Northern Ireland	1981	1990	1999	2008	Albania				2008
Spain	1981	1990	1999	2008	Armenia				2008
Sweden**	1982	1990	2000		Azerbaijan				2008
Norway**	1982	1990			Bosnia Herzegovina				2008
Austria		1990	1999	2008	Cyprus				2008
Bulgaria		1991	1999	2008	Northern Cyprus				2008
Czech Republic		1991	1999	2008	Georgia				2008
Estonia		1990	1999	2008	Kosovo				2008
Finland		1990	2000	2009	Macedonia, Republic of**				2008
Hungary		1991	1999	2009	Moldova, Republic of				
Latvia		1990	1999	2008	Montenegro, Republic of				2008
Lithuania		1990	1999	2008	Serbia				2008
Poland		1990	1999	2008	Switzerland				2008
Portugal		1990	1999	2008					

Figura 11: Quadro dos Países Participantes do EVS 1981-2008

O EVS foi desenhado para permitir a análise empírica dos padrões de valores nos países europeus, análise esta que se pretende comparativa no tempo e no espaço, donde que os questionários vão sendo aplicados ao longo do tempo, obviamente, com algumas alterações, e contam também com questões específicas para cada país. Procuram responder a questões fundamentais acerca da nossa experiência de vida como uma Europa, nomeadamente se os europeus partilham de valores comuns; se há mudanças de valores na Europa e se sim em que direção; se os valores cristãos continuam a permear a vida e a cultura europeia; se haverá um sistema de significados coerente e alternativo a substituir o da cristandade; e, especialmente, que implicações trazem os resultados do estudo para a coesão da Europa. Este estudo longitudinal foi recentemente (2008) aplicado a amostras da população dos 47 países participantes, tendo sido publicados os resultados iniciais em Junho de 2010 e os resultados integrados já em Maio de 2011.

Em Portugal, o questionário do EVS está integrado num programa específico chamado European Social Survey (ESS), que por sua vez está integrado no programa Atitudes Sociais dos Portugueses do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Este programa é coordenado pelo Professor Doutor Jorge Vala e pelo Professor Doutor Manuel Villaverde Cabral. A execução deste projeto é assegurada por um consórcio entre o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). “Concretamente, os objectivos do projecto são: a criação de uma infraestrutura de conhecimento sobre atitudes sociais; a integração de investigadores nacionais em redes de estudo internacionais; a cooperação entre investigadores nacionais através da análise comum das mesmas bases de dados; o estabelecimento de redes multi-disciplinares; o desenvolvimento de metodologias de estudos transnacionais e longitudinais; o desenvolvimento de novas técnicas de construção de variáveis e de teste de validade e fidelidade em estudos correlacionais; e o incremento de qualidade nas técnicas de amostragem aleatória” (Vala, Torres & Ramos, 2008, pp.6-7).

A utilização do EVS (questionário de 1999) como base para a construção do nosso questionário deve-se ao facto de este ser não só um instrumento de pesquisa empírica de valores validado ao longo do tempo, mas também ao facto de os valores não serem avaliados de forma directa, a partir de escalas de julgamento em que se solicita aos respondentes que hierarquizem preposições ou palavras que são indicadores de valores (e.g. escala de valores de Rokeach), ou que optem por um valor num dado conjunto de valores (e.g. escala de valores sociopolíticos de Inglehart), ou ainda que avaliem o grau de importância ou rejeição de determinado valor (e.g. escala de valores pessoais de Schwartz). No EVS, e consequentemente no questionário que elaborámos, os valores são inferidos das respostas a preposições atitudinais, a perguntas de

opinião e a perguntas sobre intenções comportamentais. O estudo que procuramos realizar, à semelhança do EVS, cobre diversos contextos da vida dos estudantes universitários: família, religião, trabalho, política, e também procura igualmente determinar os valores transversais da moral e da solidariedade. Adicionalmente, usar este questionário como base do nosso, permitir-nos-ia utilizar os dados recolhidos junto de uma amostra da população portuguesa para efetuar comparações com a nossa amostra e procurar assim detetar semelhanças e diferenças de perceções e representações entre os estudantes universitários e a amostra representativa da população em geral.

O facto de nos basearmos no EVS significa que usámos algumas das perguntas *ipsis verbis*, contudo houve perguntas que suprimimos e outras que modificámos ligeiramente, quer em formulação, quer nas escalas de resposta, para melhor se adequarem à nossa população alvo. Houve ainda algumas perguntas que amalgamamos permitindo assim uma economia de tempo de resposta. No entanto e porque estamos perante Universitários procurámos ainda perceber alguns aspetos relacionados com o ensino, nomeadamente a escolha do curso e da universidade, etc., que não estão, obviamente, contemplados no questionário do EVS, mas que permitem traçar um perfil mais realista dos estudantes universitários.

A versão de teste do questionário constava de 98 questões e a versão final consta de 92 questões. Retiraram-se diversas questões da versão inicial, (cerca de 12) por se considerarem menos relevantes e incluíram-se outras que a nosso ver apresentavam maior pertinência. Escusado será referir que, uma vez que a intenção inicial era comparar os estudantes portugueses com os estudantes de outros países europeus, se fizeram duas versões do questionário, uma em português e outra em inglês. Contudo e dado que não se efetivou a sua utilização no presente estudo, apenas a versão portuguesa será apresentada em anexo.

1.5.2. Entrevistas

Nas entrevistas, utilizámos três técnicas de recolha de dados a associação livre; a associação a uma conotação positiva, negativa ou neutra e a construção de um mapa conceptual (mental) sobre a temática dos valores.

A associação livre fez-se a 100 itens, onde constavam 1) 24 itens diretamente percebidos como valores (nomeadamente: natureza, justiça, autonomia, autoridade, igreja, democracia, ordem, sociedade, tradição, respeito, moral, dinheiro, amor, competição, compromisso, valor, sexo, prazer, relação, mérito, liberdade, família, serviço, progresso e dever); 2) 14 itens diretamente percebidos como contravalores (nomeadamente: doente, fumar, mau, promiscuo, preconceito, morrer, desprezar, separar, fome, conflito, mentir, sofrer, angústia, dependência); 3) 37 itens (nomeadamente: salário, homem, virgem, cidade, orgulho, agulha,

confiar, errar, rico, pena, novo, caro, comunhão, comunicação, criança, cuidar, amigo, triste, herói, casar, lar, velho, bater, alma, político, irmão, mulher, falso, beijar, puro, imigrante, votar, noiva, contente, cruz, mãe e promessa) que se relacionavam com os valores e contravalores e que permitiam aferir as respostas anteriores e afinar os campos semânticos. Como exemplos os itens «salário», «rico» e «caro» relacionavam-se com o item «dinheiro» e os itens «homem», «confiar», «comunhão», «casar», «lar», «mulher», «beijar» e «noiva» referiam-se ao item «relação». Os restantes 25 itens pretendia-se serem usados como predispositores para o exercício ou como transição entre itens significantes. Aquando da descrição dos resultados das entrevistas daremos conta da totalidade dos relacionamentos e indicaremos inclusivamente associações inesperadas.

No caso da associação de 40 itens (valores e contravalores) a uma conotação positiva, negativa ou neutra, procurávamos avaliar o posicionamento pessoal face a valores e a contravalores. No caso dos valores incluímos autoridade, natureza, justiça, democracia, ordem, confiança, riqueza, sociedade, prazer, relação, mérito, serviço, amor, competição, responsabilidade, respeito, modernidade, compromisso, liberdade, família, dinheiro, tradição, sexo, moral, progresso, verdade, dever, sorte, beleza, autonomia, desinteresse e caridade. No caso dos contravalores incluímos os itens preconceito, violência, promiscuidade, desprezo, submissão, separação, dependência e conflito.

A cada um dos entrevistados foram lidas as duas listas de palavras e para além da resposta dada, verificava-se também o tempo de resposta, se imediata ou se retardada e esses dados eram apontados. Servimo-nos para o efeito de um cronómetro que iniciávamos no momento em que dávamos o estímulo. Se o entrevistado respondesse até 2 segundos considerávamos uma resposta imediata (I), se demorasse mais de 2 segundos contabilizávamos o número de segundos que demorava a responder, indicando a resposta como mediata (M). Usámos ainda a notação (+) para indicar tempos de resposta muito demorados.

Ainda na entrevista, pedíamos aos entrevistados que construíssem o mapa concetual (Novak, 2000) da palavra «valor», ou seja, pedia-se que escrevessem numa folha 10 palavras que associavam à palavra «Valor», e de seguida que criassem ligações entre as palavras por forma a utilizar todas as palavras num só esquema e por fim que descrevessem essas ligações (e.g. serve para, veio antes de...). Com esta tarefa procurávamos avaliar o que os entrevistados entendiam pelo conceito de «valor», e mais concretamente, perceber a que valores atribuíam mais importância na sua própria vida.

Segundo Novak (2000), por mapa conceptual deve entender-se uma ferramenta gráfica que serve para organizar e representar conhecimento. Um mapa concetual parte normalmente de uma questão focal (neste caso «valor»), a que se procura responder procedendo à organização

do conhecimento que se tem sobre essa mesma questão (leia-se conceito, situação ou acontecimento específico). Trata-se normalmente de um mapa construído de forma hierarquizada em que os conceitos mais genéricos surgem na parte superior do mapa e os conceitos mais específicos na parte inferior, organizados hierarquicamente, ou seja, dependendo dos conceitos mais gerais.

Graficamente verificamos que os conceitos surgem habitualmente dentro de círculos ou retângulos e as relações entre os conceitos são indicadas por linhas de ligação entre eles. Estas ligações são descritas pelo uso de partículas ou frases de ligação que procuram dar conta da relação estabelecida entre os dois conceitos, e que se escrevem sobre a linha de ligação. Adicionalmente verificamos ainda a existência de ligações cruzadas (“cross-links”) entre conceitos que pertencem a diferentes segmentos ou domínios do mapa concetual e que permitem estabelecer relações entre diferentes domínios, propiciando a expansão do conhecimento (Novak & Cañas, 2008).

1.6. Procedimento

Visto contarmos já com os dados recolhidos na Universidade de Aveiro, contactámos então a Universidade de Lisboa, a Universidade Católica Portuguesa e Universidade Lusófona. A escolha das universidades prendeu-se com a questão geográfica, ou seja, procurar uma universidade que se situasse no sul do país e que em termos de reputação tivesse uma reputação semelhante à Universidade de Aveiro, donde a nossa escolha ter recaído sobre a Universidade de Lisboa.¹⁴ Quanto às Universidades privadas, procurámos universidades que tivessem não só uma boa reputação, mas também uma dimensão considerável. A Universidade Católica Portuguesa, que aparece cotada no ranking de universidades portuguesas numa posição muito próxima da Universidade de Aveiro e da Universidade de Lisboa, e que tem uma dimensão considerável tendo diversos polos espalhados pelos países, pareceu-nos uma boa opção, e a Universidade Lusófona apesar de ter uma reputação bastante inferior em termos de ranking das universidades, tinha uma dimensão considerável em termos de número de alunos, sendo a segunda maior Universidade privada portuguesa, donde ter recaído sobre ela a nossa escolha.

Diga-se em abono da verdade que a Universidade Católica Portuguesa é uma universidade de ensino cooperativo, ou seja, com estatutos legais diferentes de uma unidade de ensino puramente privada, contudo, e para este efeito de trabalho de investigação, é

¹⁴ <http://www.topstudylinks.com/top-universities-in-portugal-c199.aspx> - “The ranking main factors are Size, Visibility, Research Papers and Scholars.” A Universidade de Lisboa surge na 5ª posição, a Universidade de Aveiro na 7ª posição e a Universidade Católica Portuguesa na 8ª posição. A Universidade Lusófona surge na 25ª posição.

comummente aceite enquanto entidade de ensino privado, como podemos ver nos estudos feitos por Almeida et al (2003) entre outros.

Conforme referido posteriormente, e dada a receptividade das universidades escolhidas, procedemos então à recolha presencial de dados juntos dos alunos de licenciatura e mestrado das Universidades de Lisboa, Católica Portuguesa (polos de Lisboa e Porto) e Lusófona (polo de Lisboa). Contudo, ao começarmos a passar o questionário junto dos alunos desta última universidade, e após termos recolhido mais de 80 questionários respondidos, resolvemos interromper o processo e excluir a Universidade Lusófona do presente estudo, pois detetámos uma realidade em termos de amostra de alunos extremamente diferente das amostras recolhidas nas outras 3 universidades. Ou seja, a faixa etária dos alunos da amostra, e pelo que conseguimos perceber da totalidade do corpo discente da universidade, era bastante mais elevada, sendo que a maioria dos estudantes tinha idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos (alguns substancialmente mais velhos) e eram maioritariamente trabalhadores-estudantes. Considerou-se que estas diferenças iriam de certa forma desequilibrar a amostra e enviesar os resultados, pois tratava-se de estudantes com uma maturidade e experiência de vida diferente, e que ao contrário das raras exceções encontradas nas universidades públicas e na UCP, seriam aqui a maioria¹⁵, uma vez que na amostra total, a maioria dos indivíduos, 60%, têm entre 18 e 21 anos, 26% têm entre 22 e 25 anos, e apenas 14% têm mais de 26 anos., sendo 80% estudantes a tempo inteiro e 14% trabalhadores-estudantes, verificando-se ainda outras respostas, com pouca frequência.

1.6.1. População e amostras

A população universitária em Portugal no ano letivo 2009-2010, ano da realização do presente estudo, era de 389 851 indivíduos, segundo dados do MCTES¹⁶, sendo 77% do Ensino Superior Público. O ensino universitário regista 63% das inscrições e o ensino politécnico 37%, e 53% dos inscritos são mulheres. Os estudantes são maioritariamente provenientes da área das Ciências Sociais, Comércio e Direito (32%), seguindo-se a Engenharia (22%) e a Saúde e Proteção Social (16%).

Por falta de dados sobre o período letivo em estudo, vamos socorrer-nos dos dados socioeconómicos do MCTES¹⁷, sobre os universitários em Portugal referentes ao ano letivo 2008-2009. Nesse ano o número de inscritos era ligeiramente inferior (373 002 alunos), sendo

¹⁵ Dos 80 questionários recolhidos na Universidade Lusófona apenas 7 indivíduos apresentavam idades inferiores a 25 anos e desses, apenas 2 tinham nacionalidade portuguesa.

¹⁶ www.gpeari.mctes.pt

¹⁷ Acedido em www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Inscritos_InformacaoSocioeconomica_vf.pdf - *Inscritos no Ensino Superior (2008-2009) Informação Socioeconómica*

que desses 75,7% frequentavam o ensino superior público. Da totalidade dos alunos, 46,6% eram do sexo masculino e 53,4% do sexo feminino, e 95,2% dos universitários tinham nacionalidade portuguesa. Desses, apenas 14,8% usufruem do estatuto de trabalhador/estudante. O grosso dos estudantes situa-se na faixa etária 18-24, havendo ainda um número significativo na faixa 25-34, sendo a média de idades dos estudantes de licenciatura na ordem dos 24-24 anos. 86,5% dos estudantes portugueses são solteiros. Infelizmente os dados sobre o estatuto socioeconómico dos alunos é algo deficitário pois apenas cerca de 30% dos universitários responderam a essas questões, desses podemos indicar que considerando o nível escolar verifica-se que a maior parte dos pais se ficou pelo ensino básico (até ao 9º ano de escolaridade), e que os pais licenciados não atingem os 20%.

Concretamente, na Universidade de Aveiro o número de inscritos refere um total de 12 419 alunos, dos quais 48,5% são do sexo masculino e 51,5% do sexo feminino. No caso da Universidade de Lisboa encontramos um total de 20 830 alunos inscritos, dos quais 61,5% são do sexo feminino e 38,5% do sexo masculino. Na Universidade Católica Portuguesa encontramos um total de 11 017 estudantes inscritos, sendo 39,3% do sexo masculino e 60,7% do sexo feminino.

1.6.1.1. Distribuição sociodemográfica da amostra

A amostra é constituída por 405 alunos, de três Universidades Portuguesas, uma universidade privada, a Universidade Católica Portuguesa (UCP) e duas universidades estatais, a Universidade de Aveiro (UA) e a Universidade de Lisboa (UL), distribuindo-se da seguinte forma: 39% da UCP (dos Polos de Lisboa e Porto), 35% da UA e 26% da UL.

Na amostra, 94,3% são de nacionalidade portuguesa, observando-se ainda outras nacionalidades, das quais as mais frequentes são Brasil, Angola e Cabo Verde. Observam-se as mais diversas naturalidades, com predomínio obviamente para Lisboa, Porto e Aveiro, verificando-se ainda 7,2% que responderam Portugal, interpretando erradamente a questão, visto confundirem naturalidade, o concelho onde nasceram, com nacionalidade, o país de origem. Quanto aos concelhos de residência da família e em tempo de aulas, verifica-se pouca variação, predominando os concelhos de Lisboa, Porto, Aveiro e Sintra. Verifica-se portanto que não há muita mobilidade geográfica.

Na amostra, 70% são do sexo feminino, o que de certa forma procura espelhar a realidade do ensino superior em Portugal, onde, segundo dados do INE, 56-57% dos estudantes universitários são mulheres, e no caso dos cursos de Ciências da Educação e Psicologia esta percentagem excede largamente os 85%. A recolha de uma maior amostra nestes dois cursos prende-se com o facto de o primeiro ser o curso que enforma este doutoramento, e o segundo, o

curso mais aproximado em termos de área de estudos, entre todos os que existem na UCP, visto não existir nesta universidade o curso de Ciências da Educação. De qualquer modo, a percentagem de alunos do sexo masculino (30%) e feminino (70%) é idêntica quer para as Universidades públicas, quer para a Universidade privada.

Na amostra total, 73% são de Ciências Sociais e Humanas e 27% de Ciências Naturais / Engenharia, sendo que na Universidade Privada a percentagem de estudantes de Ciências Naturais/Engenharia é maior (32,3%) que nas Universidades Públicas (23%) e consequentemente a percentagem de estudantes de Ciências Sociais e Humanas é superior nas Universidades Públicas (77%) que na Universidade Privada (67,7%). Contudo, e considerando os valores médios, a diferença de percentagem não é relevante para o estudo, e não enviesa os dados obtidos.

Considerou-se que a Universidade de Aveiro representaria a região norte do país, visto que a maioria dos seus alunos residem no concelho, ou são residentes em concelhos próximos, especialmente no Porto. Por outro lado, a Universidade de Lisboa representaria a região sul do país, uma vez que a maioria dos seus alunos reside na chamada área da Grande Lisboa, que inclui concelhos limítrofes, nomeadamente Sintra, Oeiras, Loures, Almada e Setúbal.

Quando comparamos os alunos da amostra quanto à sua distribuição por idade, verifica-se que os alunos são tendencialmente mais novos na Universidade privada, uma vez que a percentagem de idades 18-21 anos é superior na Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A Universidade de Aveiro apresenta também uma maior percentagem de estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, enquanto a percentagem de idades 22-25 anos, 26-30 anos e mais de 30 anos é superior na Universidade de Lisboa, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Os alunos são mais novos na Universidade do Norte.

A percentagem de idades 18-21 anos é superior no sexo feminino, a percentagem de idades 22-25 anos, 26-30 anos e mais de 30 anos é superior no sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Os alunos são mais novos no sexo feminino, o que possivelmente dá conta de um percurso escolar básico e secundário de maior sucesso para as raparigas.

No que concerne as áreas de estudo analisadas, verificamos que a percentagem de idades 18-21 anos é inferior em Engenharia, a percentagem de idades 22-25 e 26-30 anos é superior em Engenharia, e mais de 30 anos é superior em Ciências Humanas/ Humanidades, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como se pode ver no gráfico.

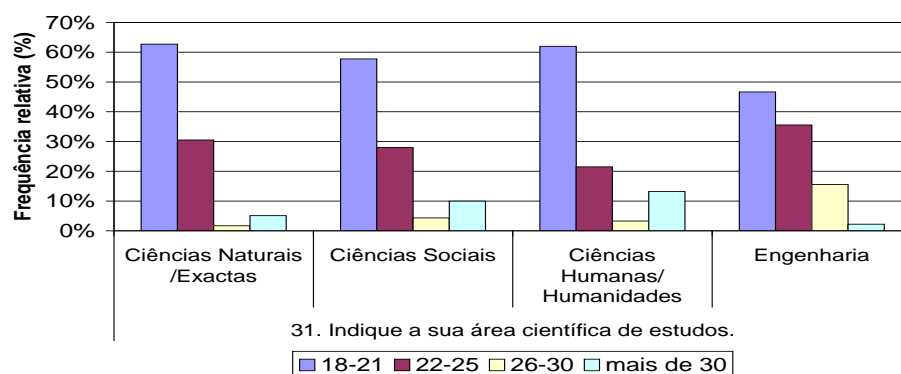


Figura 12: Distribuição dos Universitários por área de estudos e por idade

A percentagem de alunos do sexo masculino é superior em Engenharia, seguida de Ciências Naturais/ Exactas e a percentagem de alunos do sexo feminino é superior em Ciências Humanas/ Humanidades, seguida de Ciências Sociais, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Estes dados estão alinhados com os dados do INE sobre a distribuição da população estudantil por áreas de estudo, onde se dá conta que a área com maior «atraso» neste processo de feminização do ensino superior é a área das engenharias, onde as estudantes continuam em minoria, com cerca de 35,5%, contra 64,5% de estudantes do sexo masculino. No caso dos cursos de Ciências da Educação e Psicologia, a percentagem de estudantes do sexo feminino excede largamente os 85%, donde os resultados obtidos.

Na amostra, a grande maioria, 93%, são solteiros, 5% são casados, 2% vivem em união de facto e 0,5% são separados/ divorciados, sendo que a maioria, 72%, vive com os pais/ parentes, 11% vivem com amigos, 9% vivem com o cônjuge/ parceiro e 8% vivem sozinhos. Verifica-se ainda que a percentagem de quem vive com os pais e sozinho é superior na Universidade privada e a percentagem de quem vive com amigos é superior nas Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quando inquiridos sobre a pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado familiar, a maioria (58%) responde que é o pai, 29% indicam a mãe, 6% o próprio, 5% o cônjuge e 2% respondem outro, sendo que os dados recolhidos são equivalentes independentemente do tipo de universidade que frequentam. A percentagem de respostas o próprio é superior no sexo masculino, a percentagem de respostas o cônjuge é superior no sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quanto ao escalão a que corresponde ao rendimento do agregado familiar (médio, mensal, líquido, em Euros) 32% indicam entre 501 e 1250 €, 31% respondem entre 1251 e 2850 €, 16% indicam entre 2851 e 4500 €, 12% respondem mais de 4500 €, 7% indicam entre 331 e 500 € e 2% respondem até 330 €

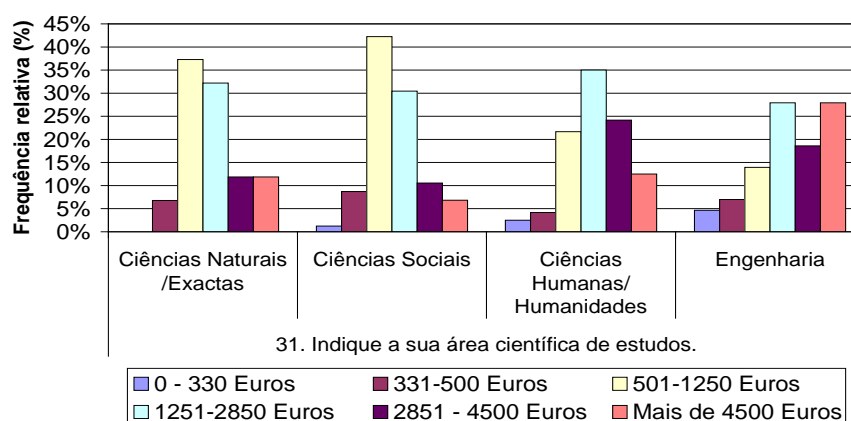


Figura 13: Distribuição dos Universitários por área de estudos e por rendimento.

O que significa que o grosso da população estudantil provém de agregados com rendimentos acima da média portuguesa, e proveniente dos escalões de rendimento mais baixo – 0 a 330 Euros e 331 a 500 Euros – encontramos apenas uma percentagem residual dos estudantes (7%), que se distribuem equitativamente pelas diferentes áreas de ensino, sendo que a percentagem de respostas nas categorias entre 0-330 Euros é inferior para Ciências Naturais /Exatas, na categoria 331-500 Euros é inferior nas Ciências Humanas/ Humanidades, na categoria 501-1250 Euros e na categoria 1252-2850 Euros é inferior na Engenharia, na categoria 2851-4500 Euros é superior nas Ciências Humanas/ Humanidades, na categoria mais de 4500 Euros é superior na Engenharia, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Ao somarmos as percentagens verificamos que a Engenharia é a área de estudos com mais estudantes provenientes dos estratos com maior rendimento, enquanto as restantes áreas de estudo têm distribuições mais heterogéneas, registando-se um maior número de respostas na categoria 501-1250, especialmente nas Ciências Sociais. A categoria 1251-2850 é a que apresenta uma distribuição mais uniforme em todas as áreas de estudos sendo mais representativa nas Ciências Humanas. As Ciências Humanas também são superiores em termos de distribuição para a categoria imediatamente a seguir.

Por outro lado, a percentagem de respostas nas categorias entre 2851-mais de 4500 Euros é superior na Universidade privada, a percentagem de respostas nas categorias entre 331-2850 Euros é superior nas Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Os alunos da Universidade privada são provenientes de agregados familiares com rendimentos mais elevados, uma vez que mais de 50% dos alunos da universidade privada refere valores acima dos 2850 Euros por contraponto a apenas 7% das universidades públicas, como se pode observar no gráfico:

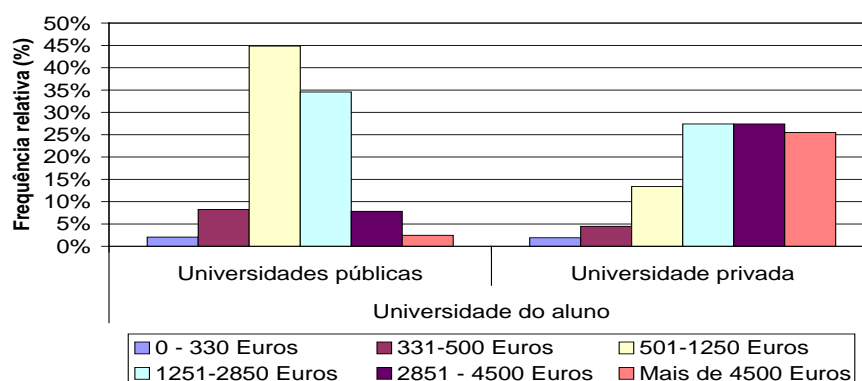


Figura 14: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino e por rendimento

Quanto ao posicionamento político, enquadrámos os estudantes em quatro grandes categorias: Esquerda; Centro-Esquerda; Centro-Direita e Direita. A percentagem de alunos do sexo feminino é superior em Centro-Esquerda e Centro-Direita e a percentagem de alunos do sexo masculino é superior em Esquerda e Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, o que parece significar, como veremos posteriormente, que os homens tendem a atribuir maior importância às questões políticas, o que se manifesta inclusive pelo maior extremar de posições Esquerda ou Direita, enquanto as mulheres apresentam uma maior indecisão e consequentemente uma tendência mais central.

Ao cruzarmos este posicionamento político com o rendimento do agregado familiar, ou seja a origem socioeconómica dos estudantes deparamo-nos com a situação apresentada no gráfico seguinte:

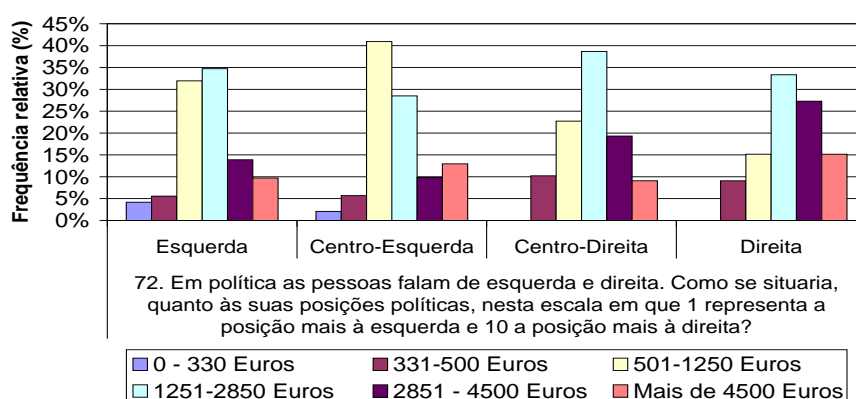


Figura 15: Distribuição dos Universitários por posição ideológica e por rendimento

Como podemos observar, os indivíduos provenientes do estrato socioeconómico mais elevado, repartem-se por todo o espectro político havendo no entanto maior predominância na posição centro-esquerda e na posição direita. Os do estrato socioeconómico imediatamente abaixo privilegiam claramente as posições direita e centro-direita. A categoria intermédia (1251-

2850 Euros) distribui-se uniformemente por todas as posições, sendo maioritária na posição centro-direita e esquerda. As categorias mais baixas privilegiam as posições esquerda e centro-esquerda. Convém também referir que em média, os alunos das Universidades públicas se situam mais à esquerda e os da Universidade privada mais à direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

1.6.2. Realização das Entrevistas

Aquando da passagem do questionário, procurámos encontrar potenciais candidatos que manifestassem disponibilidade e abertura para a entrevista. O nosso objetivo era realizar 20 entrevistas junto dos estudantes das 3 universidades e assim estabelecer um padrão de resposta extrapolável para a restante população. Procurámos privilegiar informantes que representem a população estudada tendo em conta as suas características de género, idade e área de estudos.

Apesar do grande número de potenciais entrevistados (mais de 80 que afirmaram a sua disponibilidade) apenas 20 responderam afirmativamente quando foram contactados para a realização da entrevista. Como já referimos, utilizámos três técnicas de recolha de dados, a associação livre de 100 palavras, ou seja, aos entrevistados foi lida uma lista de palavras e para além da resposta dada, verificava-se também o tempo de resposta, se imediata ou se retardada e esses dados eram apontados, a associação de 40 palavras a uma conotação positiva, negativa ou neutra e a construção de um mapa conceptual (mental) sobre a temática dos valores, em que se pedia que escrevessem numa folha 10 palavras que associavam à palavra «Valor», e de seguida que criassem ligações entre as palavras por forma a utilizar todas as palavras num só esquema e por fim que descrevessem essas ligações (e.g. serve para, veio antes de...).

Ensaíamos a utilização do software EVOC, cuja versão mais recente (2005) o Sr. Prof. Vergés gentilmente disponibilizou, para o tratamento dos dados da ficha de associação de palavras, contudo após diversas tentativas de introdução dos dados verificámos que o nosso corpus era demasiado extenso (o programa permitia apenas tratamento simultâneo de 50 conceitos-estímulo) e que a presença de uma mesma palavra associada a dois conceitos distintos fazia com que surgissem alguns erros no output dos dados, que não conseguíamos corrigir manualmente, pelo que, e calculada a relação custo-benefício, optámos por abandonar este procedimento.

Os resultados foram, então, analisados por frequência de itens e por tempo de resposta, no caso da associação de palavras, sendo também e quando pertinente feita uma análise de conteúdo (Bardin 1977). Por análise do conteúdo entenda-se um conjunto de técnicas de análise das iterações comunicativas que, pelo uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visa obter indicadores (quantitativos ou qualitativos) que

permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mesmas mensagens (Bardin, 1977, p.42). Não se procura aqui a mera descrição dos conteúdos, mas sim a interpretação destes conteúdos contextualizados num determinado espaço e tempo, por forma a, após tratamento, poderem contribuir para a construção de conhecimento científico.

Visto as nossas entrevistas partirem de fichas de associação de palavras, a categorização era facilitada pelo conceito-estímulo que conduzia à associação, o que permitiu desde logo construir quadros de frequência e trabalhar esta questão como indicador de maior ou menor predominância do conceito associado, ou seja, quanto maior a frequência de um conceito associado maior a sua disseminação social na representação do conceito-estímulo. A análise do conteúdo vai permitir-nos agregar outros conceitos menos frequentes dentro de conceitos mais aglutinadores ao inferirmos relações de maior ou menor proximidade entre um e outro conceito. O fator de maior ou menor mediação no tempo de resposta vai revelar um maior ou menor mecanismo de autocensura, pois haverá conceitos relativamente inócuos que merecerão uma resposta imediata e sem grande reflexão, e outros que pela sua complexidade ou grau de constrangimento poderão suscitar uma procura pela resposta socialmente correta, e consequentemente desencadearão uma resposta mediata.

Os mapas mentais foram igualmente analisados considerando a frequência dos conceitos representados e as relações diretas e cruzadas que se estabelecem entre os diversos conceitos (Novak, 2000). De salientar aqui que o nosso objetivo se prendia obviamente com a avaliação do conhecimento adquirido a priori sobre o conceito de valor, mas mais concretamente com a forma como esse conhecimento se organizava e se repetia, ou não, junto dos diversos entrevistados, contribuindo assim para uma determinação dos valores mais importantes para os estudantes.

As entrevistas foram gravadas em áudio, contudo não nos pareceu pertinente proceder à sua transcrição, pois na maior parte do tempo limitavam-se a ser respostas às palavras enunciadas, havendo também muito tempo de vazio em que os entrevistados se encontravam a construir o seu mapa conceptual. Utilizámo-las somente quando tínhamos alguma dúvida quanto ao tempo decorrido para dar esta ou aquela resposta, ou para esclarecer um ou outro ponto em que tenhamos tido dúvidas na explicitação dos mapas conceptuais. Os mapas e as tabelas de frequência serão apresentados em anexo. As gravações serão também entregues em formato CD-rom.

2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

2.1. Relatório do Questionário

Iremos proceder a uma análise comparativa colocando diferentes variáveis em contraposição procurando assim atingir alguns dos objetivos que traçamos. Nomeadamente procederemos à comparação das respostas dadas pelos alunos da Universidade privada (Católica) com as respostas dadas pelos alunos das Universidades públicas (Lisboa e Aveiro) e com esta análise tentaremos perceber se existem variações por fatores intrínsecos ou extrínsecos à esta pertença universitária. Iremos também proceder à comparação entre os alunos da Universidade Pública do Norte (Aveiro) com a Universidade Pública do Sul (Lisboa), procurando assim detetar se a variação geográfica de origem poderá explicar algumas das divergências de resposta. O género e a sua influência nas respostas, será também objeto do nosso estudo comparativo. Procederemos também à comparação entre os alunos das diferentes áreas de estudos para estudar a influência da área de estudos (questão 31) escolhida nas respostas dadas ao questionário, para a amostra global. Faremos ainda uma análise de inferência estatística, para estudar a relação entre a pertença social (questão 15 - rendimento do agregado e questão 72 - posicionamento político) com as restantes questões, comparando assim alunos dos diferentes rendimentos do agregado e alunos dos diferentes posicionamentos políticos.

2.1.1. Representações sobre a Família

A família é apontada pelos universitários como o aspeto mais importante da vida no quotidiano, visto que 89,6% dos inquiridos lhe atribui muita importância, seguindo-se os amigos e conhecidos com 62,7%. Estes dois aspetos são os únicos a merecer uma classificação de muita importância por parte dos estudantes uma vez que o trabalho surge primeiro considerado como importante para 55,9% dos inquiridos e só depois como muito importante para 39,2%, e o mesmo acontece com os tempos livres, que são considerados importantes por 61,5% e muito importantes por 35,7% dos inquiridos. A política e a religião são os aspetos considerados de somenos importância.

2.1.1.1. Representações sobre o casamento

Seria de esperar que os jovens, colocados perante o desmoronar da instituição familiar, se mostrassem algo céticos perante o casamento. Contudo, 55% dos estudantes inquiridos discorda ou discorda totalmente da afirmação “d. O casamento é uma instituição antiquada” e

apenas 16,2% expressa o seu acordo ou acordo total com esta afirmação. Em média, a concordância com “d. O casamento é uma instituição antiquada” é superior para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, o que seria de esperar uma vez que é aqui que se encontram os indivíduos com o posicionamento político mais à esquerda e a concordância com essa afirmação é superior para a Esquerda, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quando inquiridos quanto à conjugalização da felicidade, i.e., “e. Para que uma pessoa seja feliz precisa ter um casamento ou uma relação estável” 43,2% dos universitários diz concordar com esta afirmação. Em média, a concordância com esta afirmação é superior para a Universidade do Norte, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas,

A questão sobre os aspetos importantes para garantir um casamento feliz procura dar conta de dois conjuntos de fatores: o emocional e relacional, por um lado, e o material e instrumental, por outro. Nos fatores emocionais ou relacionais colocam-se questões como a fidelidade, a compreensão e tolerância mútuas, o respeito e estima mútuos, a satisfação na relação sexual, etc. No caso dos fatores materiais ou instrumentais, referimos, entre outras, as questões da habitação, do rendimento, a partilha das tarefas domésticas, e as origens sociais.

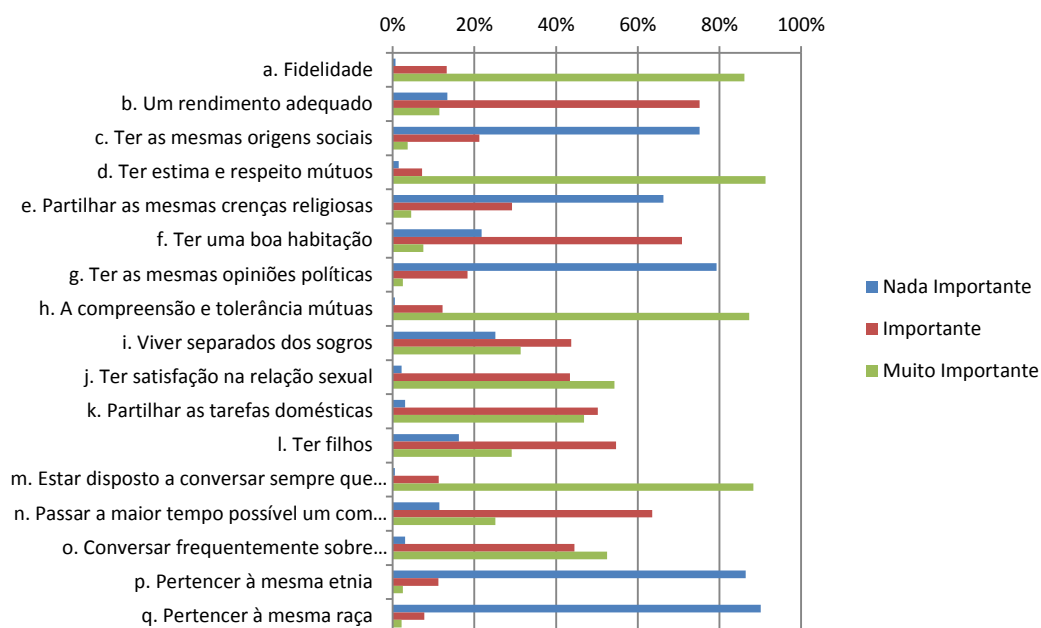


Figura 16: Importância atribuída pelos universitários aos diferentes fatores que contribuem para a felicidade conjugal.

Como podemos verificar no gráfico acima, é atribuída maior importância aos aspetos emocionais e relacionais com muita importância para “d. Ter estima e respeito mútuos” por 91,3%, “m. Estar disposto a conversar sempre que haja problemas no casal” por 88,3%, “h. A

compreensão e tolerância mútuas” por 87,3% e “a. Fidelidade” por 86,1%. A muita importância é ainda atribuída a “j. Ter satisfação na relação sexual” por 54,3% e também a “o. Conversar frequentemente sobre interesses comuns” por 52,5%. Só então surgem os primeiros aspetos materiais ou instrumentais “k. Partilhar as tarefas domésticas” por 46,8% e “i. Viver separados dos sogros” por 31,3%.

Questões relacionadas com a origem/posicionamento social, ou seja “q. Pertencer à mesma raça”, “p. Pertencer à mesma etnia”, “g. Ter as mesmas opiniões políticas”, “c. Ter as mesmas origens sociais” e “e. Partilhar as mesmas crenças religiosas”, apresentam valores quase residuais inferiores a 4% em termos de muita importância, sendo considerados como os menos importantes pelos estudantes. Verifica-se que, em média, a importância de “a. Fidelidade”, “b. Um rendimento adequado”, “c. Ter as mesmas origens sociais”, “l. Ter filhos” e “p. Pertencer à mesma etnia” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos ver no gráfico abaixo.

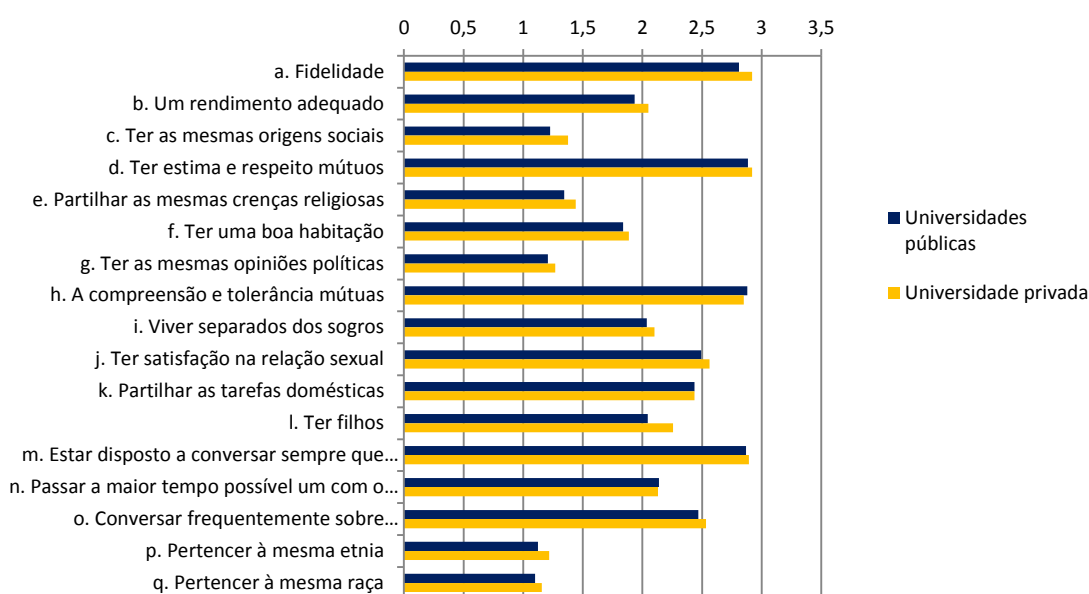


Figura 17: Importância média atribuída pelos universitários aos diferentes fatores que contribuem para a felicidade conjugal, por tipo de ensino.

A importância média de “f. Ter uma boa habitação” é superior para 0-500 Euros, a importância média de “h. A compreensão e tolerância mútuas” é inferior para 0-500 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A fidelidade é um dos fatores a que os jovens universitários conferem mais importância (86,1%), pelo que em média, a concordância é superior para a afirmação “g. A infidelidade leva inevitavelmente ao rompimento da relação” com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida e a concordância é inferior com “h. Na família deve perdoar-se tudo, até a

infidelidade” com valor médio inferior ao ponto intermédio da escala de medida. Por outro lado, o sexo masculino tende a conferir menor importância a esta questão do que o feminino, e em média, a concordância com “h. Na família deve perdoar-se tudo, até a infidelidade” é superior para o sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Estes dados são congruentes com os obtidos quando na questão 65 se requer uma opinião sobre uma hipotética quebra de fidelidade por parte de uma personagem ficcionada, o João, 85% da amostra pensam que a atitude significa desrespeito pela namorada e apenas 15% pensam que a atitude nada tem a ver com os sentimentos para com namorada. É certo que a percentagem de respostas “Atitude nada tem a ver com os sentimentos para com namorada” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “Atitude significa desrespeito pela namorada” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. E considerando que o número de respondentes do sexo masculino é maior nos dois extremos do posicionamento político, a resposta “Atitude nada tem a ver com os sentimentos para com namorada” é obviamente superior para Esquerda e Direita e a resposta “Atitude significa desrespeito pela namorada” é superior para Centro-Esquerda e Centro-Direita, com maior número de respondentes do sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.1.2.Representações sobre a União de Facto

Apesar da atitude geral favorável face ao casamento, 78,7% dos estudantes universitários concordam ou concordam totalmente que a união de facto é “a. Uma alternativa válida ao casamento” e chega a 80,2% os que creem que “c. É uma boa forma de experimentar a vida a dois.”

Em média, a concordância com “a. Uma alternativa válida ao casamento” e “c. Uma boa forma de experimentar a vida a dois” é superior para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. E obviamente a concordância média com b) e d) é superior para a Universidade privada, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas. Igualmente de referir que na amostra, a concordância média com b) e d) é superior para a Universidade do Norte, a concordância média com a) e c) é superior para a Universidade do Sul, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas. A concordância e a concordância total com as afirmações “d. Um ato revelador de irresponsabilidade” e “b. Uma maneira de viver moralmente não correta” é expressa por valores quase residuais de 2,5% e 3,7% respetivamente.

2.1.1.3. Representações sobre a Parentalidade

69,7% dos jovens universitários portugueses concordam ou concordam totalmente que “b. A família nuclear (pais e filhos) é a ideal”, contudo não estão alheados da realidade nacional, pois apenas 26,5% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “a. Uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe.” Em média, a concordância com “a. Uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe” e “b. A família nuclear (pais e filhos) é a ideal” é superior para o sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A concordância média com “a. Uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe”, “b. A família nuclear (pais e filhos) é a ideal”, “c. Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada” e “f. Um homem só se sente realizado se tiver filhos” aumenta da Esquerda para a Direita, na proporção em que aumenta o aceitar de um ideário mais conservador. O gráfico seguinte ilustra bem esta questão:

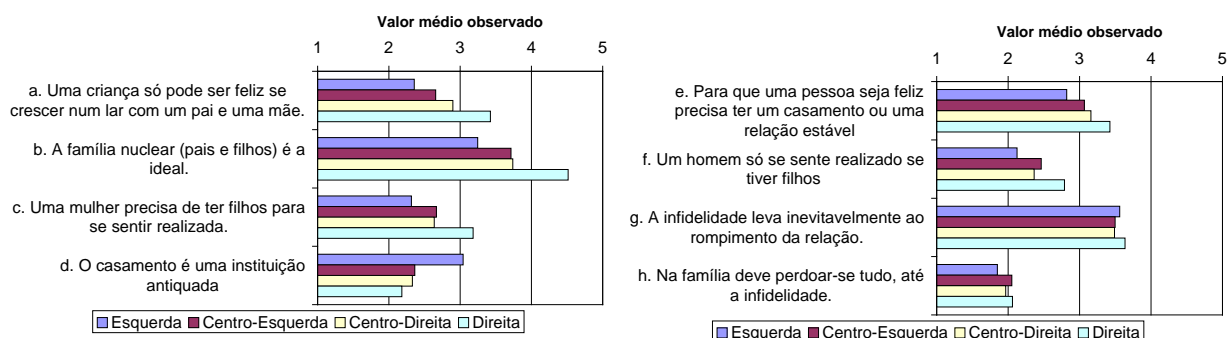


Figura 18: Distribuição dos Universitários por posição ideológica, em questões relacionadas com a parentalidade.

A afirmação “a. Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa”, apresenta 91,8 dos estudantes a concordarem e a concordarem totalmente, contudo apenas 52,3% discordam ou discordam totalmente da afirmação que “b. Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa”, o que parece fazer subir os custos da atividade profissional feminina, especialmente se nos colocamos na perspetiva da representação que o adulto-respondente tem do ponto de vista do sofrimento da criança. Em média, a concordância com “b. Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa” é superior para a Universidade do Norte e a concordância com “a. Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não

trabalha fora de casa” é superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Verificamos ainda que a concordância média com “a. Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa” é inferior para 501-1250 Euros e a concordância média com “b. Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa” é superior para 501-1250 Euros.

Quando se coloca a questão da monoparentalidade por opção, e não por circunstância da vida (divórcio, viuvez, imigração, etc.), perguntando a opinião dos estudantes sobre a situação em que uma mulher deseje um filho sem querer ter uma relação estável com um homem, a distribuição da amostra é a seguinte: 45% pensam que depende, 32% acham bem e 23% acham mal. A percentagem de respostas “Acha bem” e “Acha mal” é superior para as Universidades públicas, sendo que a percentagem de respostas “Acha mal” é superior para a Universidade do Norte e a percentagem de respostas “Acha bem” é superior para a Universidade do Sul, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas, e a percentagem de respostas “Depende” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A percentagem de respostas “Acha mal” é francamente superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “Acha bem” e “Depende” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos observar no gráfico.

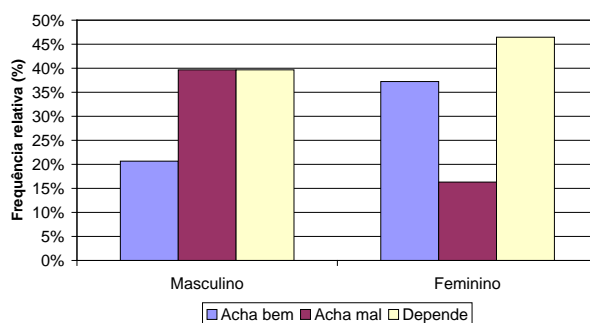


Figura 19: Distribuição dos Universitários por género, quanto à monoparentalidade por opção

Na amostra, a percentagem de respostas “Acha bem” é superior para a área de estudos Ciências Humanas/ Humanidades, onde predominam as estudantes e a percentagem de respostas “Acha mal” é superior para as áreas de estudos Ciências Naturais /Exatas e Engenharia, onde o *ratio* entre os géneros tende a favorecer o género masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A percentagem de respostas “Acha bem” e “Depende” diminui da Esquerda para a Direita, a percentagem de respostas “Acha mal” aumenta da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, o que é consentâneo com os resultados obtidos na concordância com as afirmações “a. Uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe” e “b. A família nuclear (pais e filhos) é a ideal”, que poderemos explicar mais uma vez por questões de conservadorismo ideológico.

2.1.1.3.1. Representações sobre as relações pais-filhos e socialização das crianças

Na amostra dos estudantes universitários, 59% respondem amar e respeitar pai e mãe, independentemente das qualidades e defeitos e 41% respondem que devemos amar e respeitar pai e mãe se o comportamento e atitudes destes merecerem. Adicionalmente verificamos que 2,5% dos estudantes da universidade do Norte respondem que se deve “Amar e respeitar pai e mãe se os comportamentos e atitudes merecerem”, e 71,6% dos alunos da universidade do Sul têm a opinião contrária, ou seja, consideram que se deve “Amar e respeitar pai e mãe, independentemente das qualidades e defeitos”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A variação em termos de posicionamento político é também interessante de verificar pois a incondicionalidade do amor para com os pais aumenta proporcionalmente na deslocação esquerda para a direita, como podemos verificar no gráfico. No entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

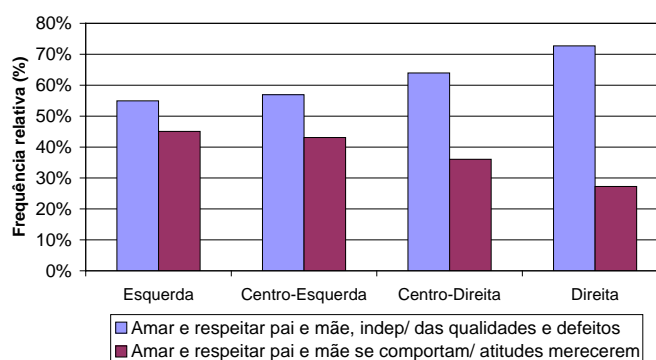


Figura 20: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto à incondicionalidade do amor para com os pais.

A percentagem de respostas “Amar e respeitar pai e mãe se comportamentos e atitudes merecerem” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “Amar e respeitar pai e mãe independentemente das qualidades e defeitos” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Na totalidade da amostra, 59% pensam que “é dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar”, 9% pensam que “os pais têm vida própria e não devem sacrificar o seu bem-estar” e 32% não concorda com nenhuma das opções.

Os alunos da Universidade Privada apresentam uma percentagem de respostas “É dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar” superior aos das Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Igualmente os estudantes provenientes de agregados familiares com rendimento superior a 2850 respondem o mesmo em percentagem superior à dos restantes alunos. A percentagem de respostas “É dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar” é superior para as áreas de estudos Engenharia e Ciências Humanas/ Humanidades, a percentagem de respostas “Os pais têm vida própria e não devem sacrificar o seu bem-estar” é superior para a área de estudos Ciências Sociais, e a percentagem de respostas “Nenhuma delas” é superior para a área de estudos Ciências Naturais /Exatas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Podemos observar ainda que, em termos de posicionamento político, a percentagem de respostas “É dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar” aumenta da Esquerda para a Direita, sendo inversamente proporcional à percentagem de respostas “Nenhuma delas” que diminui da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A percentagem de respostas “Os pais têm vida própria e não devem sacrificar o seu bem-estar” é também superior para a Direita.

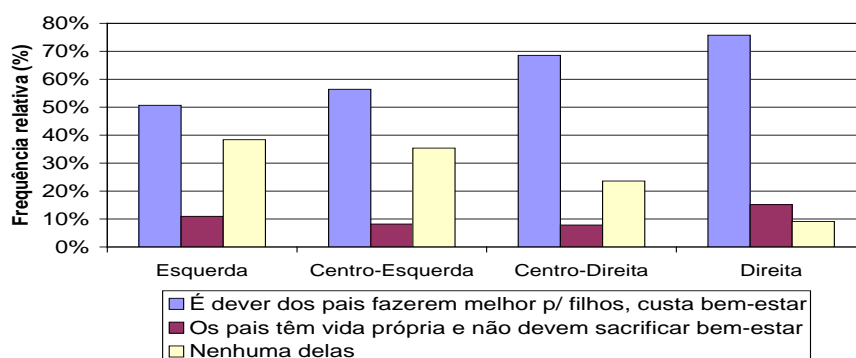


Figura 21: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto aos deveres dos pais.

Considerando o facto de os estudantes universitários estarem ainda, na sua larga maioria, dependentes dos pais, mas contudo a procurar fazer o seu processo de autonomização familiar através do namoro, procuramos saber quais as reações dos pais a essa situação e as representações que os estudantes atribuem aos pais sobre os possíveis motivos de oposição a essa relação. Na amostra, 60% respondem que, quando confrontados com a escolha de parceiro

dos filhos, os pais aceitam a escolha, 35% respondem que depende da escolha dos filhos e 5% respondem que os pais não querem que eles iniciem essa relação.

A percentagem de respostas “Sim, aceitam incondicionalmente a minha escolha” é superior para o sexo masculino por 70% dos homens, contra 56% de mulheres que dão a mesma resposta, e a percentagem de respostas “Depende do parceiro que escolher” é superior para o sexo feminino por 40% contra 26% para o sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Os motivos de oposição dos pais aos namoros dos filhos considerados mais comuns pelos estudantes são “d. Toxicodependência de um dos parceiros”, “b. Diferenças de idade” e “a. Diferenças étnicas/culturais/ religiosas entre namorados.” É menos comum “e. Namoro, hoje em dia, implica relações sexuais” e “c. Diferenças de classe social.” Em média, a concordância com “a. Diferenças étnicas/culturais/ religiosas entre namorados” é superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A frequência média de “b. Diferenças de idade” é superior para Ciências Humanas/ Humanidades e inferior para Engenharia, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Hoje em dia, a socialização das crianças dá-se maioritariamente na escola e em casa. É pela socialização que a criança adquire saberes, técnicas e competências sociais e morais importantes depois na sua vida adulta. O dever primordial da escola passa pela transmissão de saberes e técnicas, contudo a aquisição de competências sociais e morais é transversal aos dois espaços. Todavia o nosso objetivo é estudar a família e as normas de socialização que considera importantes, pelo que foi com esse fim em mente que solicitámos aos inquiridos que nos indicassem, das qualidades que podem ser ensinadas às crianças em casa, as cinco que consideravam particularmente importantes. Para facilitar o tratamento da informação, agrupámos as qualidades/ normas de socialização em dois grandes grupos: um destaca a conformidade social e o outro a autonomia. Dentro do grupo da conformidade social encontramos as qualidades: “a. Ter boas maneiras”, “c. Ser trabalhador”, “g. Ser poupado”, “i. Ter fé religiosa”, e “k. Ser obediente.” No grupo da autonomia colocámos as qualidades: “b. Ser independente”, “d. Sentido de responsabilidade”, “e. Ter imaginação”, “f. Ser tolerante e respeitar os outros”, “h. Ser determinado e perseverante” e “j. Não ser egoísta.”

As cinco qualidades mais importantes para os estudantes universitários são por ordem decrescente “d. Sentido de responsabilidade”, com 89%, “f. Ser tolerante e respeitar os outros”, por 88%, “a. Ter boas maneiras”, por 81%, “c. Ser trabalhador”, por 54,6% e “h. Ser determinado e perseverante”, por 49,6%, que está quase em pé de igualdade com “j. Não ser egoísta” por 49,4%.

Em termos de variações dentro da amostra, podemos observar que a resposta “d. Sentido de responsabilidade” é superior para as Universidades públicas, a resposta “c. Ser trabalhador” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Por outro lado, na variação entre os géneros, a resposta “e. Ter imaginação” é superior para o sexo masculino, enquanto as respostas “f. Ser tolerante e respeitar os outros”, “j. Não ser egoísta” e “k. Ser obediente” são superiores para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A resposta “a. Ter boas maneiras” é superior para 1251-2850 Euros e inferior para 0-500 Euros e 501-1250 Euros, e a resposta “g. Ser poupado” é superior para 0-500 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Confirmando as expectativas em termos dos diferentes ideários políticos, a resposta “a. Ter boas maneiras” e “i. Ter fé religiosa” aumenta da Esquerda para a Direita, a resposta “b. Ser independente” diminui da Esquerda para a Direita, a resposta “e. Ter imaginação” é superior para Esquerda, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.1.4. Representações sobre os papéis de género

Para a nossa amostra, a maternidade já não é condição indispensável para a realização da mulher, uma vez que o número dos que concordam ou concordam totalmente (21,4%) é francamente inferior ao número dos que discordam desta afirmação (32%) e se juntarmos os que discordam totalmente chegamos a 45,9%. E o mesmo acontece com a paternidade enquanto condição indispensável para a realização do homem, pois só 11,9% concordam ou concordam totalmente com a afirmação. São os estudantes do sexo masculino que expressam uma concordância superior com “c. Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada”, e com “f. Um homem só se sente realizado se tiver filhos” sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.,

98% dos estudantes universitários concordam com a afirmação “f. Marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa”, (66,3% afirmam que concordam totalmente) e 92% com a afirmação “g. De uma forma geral, os pais são capazes de educar os filhos tão bem como as mães” (com 45% a concordar totalmente).

No ponto inverso verificamos que apenas 22% concordam com a afirmação “c. Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” e 35% afirmam concordar com a afirmação “d. Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego.” Em média, a concordância com “d. Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego” é superior para as Universidades

públicas, a concordância com “e. A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Em média, a concordância com “c. Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” é superior para o sexo masculino, a concordância com “f. Marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa” e “h. Numa relação, os homens têm mais dificuldade em lidar com as emoções do que as mulheres” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos observar no gráfico:

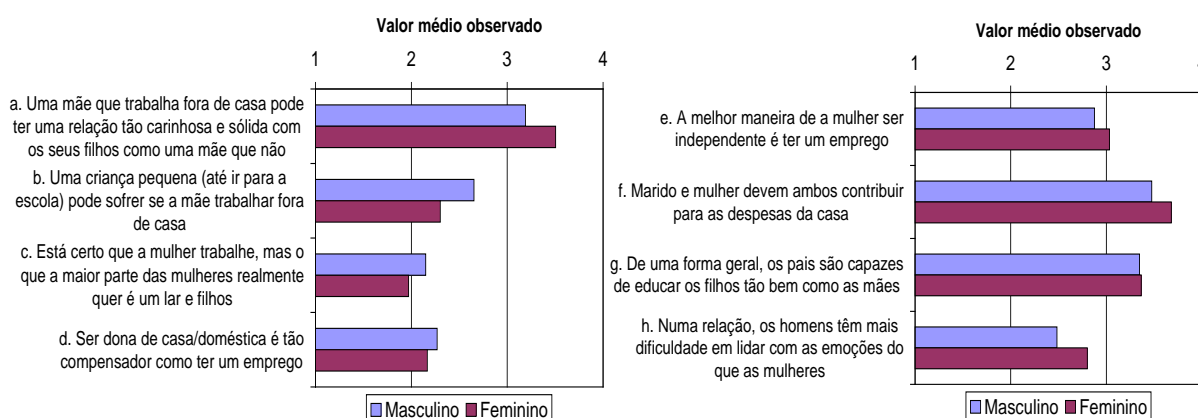


Figura 23: Distribuição dos Universitários por género, quanto aos papéis de género.

A concordância média com “c. Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” e “d. Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego” é superior para 0-500 Euros e inferior para Mais de 2851 Euros.

A concordância média com “c. Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” aumenta da Esquerda para a Direita, a concordância média com “d e. A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego” diminui da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas,

2.1.1.5. Representações sobre a interrupção voluntária da gravidez

No caso do inquérito aos estudantes universitários as respostas afirmativas são superiores para “g. Caso tenha ficado grávida devido a uma violação”, “e. Quando a saúde da

mulher esteja em risco devido à gravidez”, e “f. Quando existam fortes possibilidades de deformações graves para o bebê”, todas acima de 90%.

30% dos estudantes concordam com a interrupção da gravidez no caso de a mulher não ser casada, e 35,6% concordam com a questão “c. Quando a mulher não quer ter mais filhos”. 36,6%, concorda com “b. Quando o casal que não quer mais filhos” e 54% concordam com a afirmação “d. Quando o casal considerar que não pode ter mais filhos.”

A resposta “g. Caso tenha ficado grávida devido a uma violação” aumenta com o aumento do rendimento, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, nas restantes respostas verificamos que os rendimentos médios são os que mais discordam no geral. Verificámos que, à exceção da afirmação “g. Caso tenha ficado grávida devido a uma violação”, os estudantes do sexo masculino tendem a aprovar mais o aborto que as estudantes, mas os valores não são estatisticamente significativos.

O posicionamento político parece ser efetivamente o grande ponto diferenciador, pois as respostas “a. Quando a mulher não é casada e não pretenda casar com o pai da criança”, “b. Quando o casal não quer ter mais filhos” e “c. Quando a mulher não quer ter mais filhos” diminuem da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos ver no gráfico.

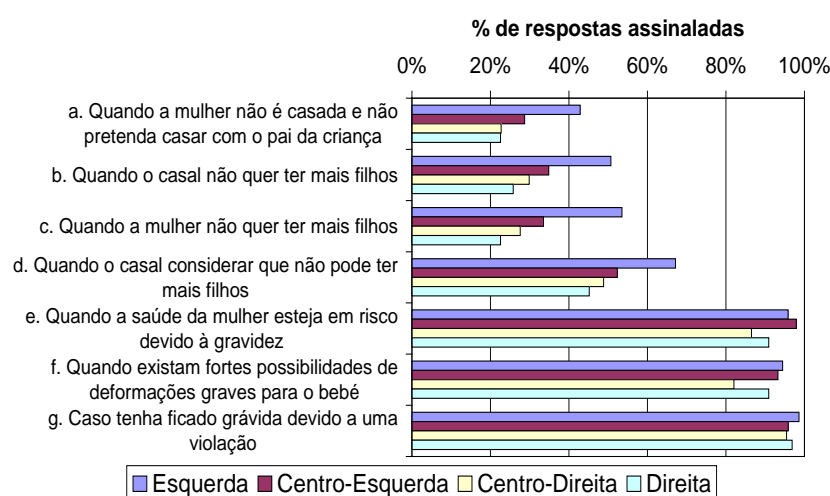


Figura 23: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto à interrupção voluntária da gravidez.

2.1.1.6. Representações sobre Relacionamentos e Relações Sexuais

Procuramos determinar quais as representações dos estudantes sobre o relacionamento sexual em geral, perguntando quando consideravam estar reunidas as condições para a existência de relações sexuais (os estudantes podiam indicar mais que uma opção). Verificamos

que para 72% dos estudantes o amor surge como condição essencial para o relacionamento sexual, e para 51% é necessário um compromisso.

A resposta “f. Mesmo quando não exista amor mas haja atração” é apenas indicada por 34% dos inquiridos. A resposta “d. Mesmo não havendo um compromisso mas havendo um acordo entre os parceiros” atinge valores de concordância ligeiramente abaixo dos 50% (48,1%).

As representações sobre o relacionamento sexual variam no masculino e no feminino. As respostas “d. Mesmo sem compromisso entre os parceiros se ambos estiverem de acordo” e “f. Mesmo quando não exista amor mas haja atração” são superiores para o sexo masculino, as respostas “c. Quando há um compromisso entre os parceiros” e “e. Quando as duas pessoas se amam” são superiores para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos observar no gráfico.

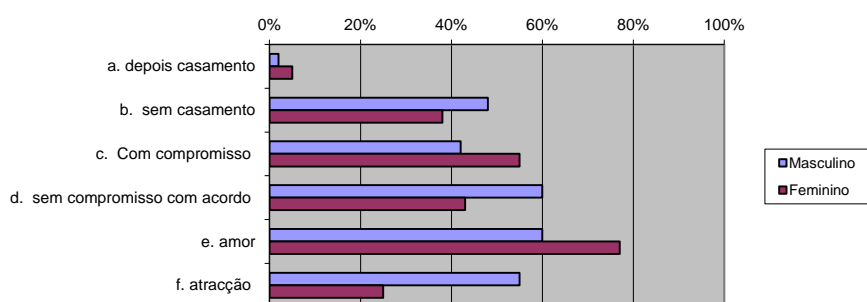


Figura 24: Distribuição dos Universitários por gênero, quanto às condições para a existência de relações sexuais

A relação sexual para a larga maioria das mulheres inquiridas (77%) faz sentido apenas em contexto de relacionamento amoroso, e apenas um quarto das inquiridas considera a atração como potencial desencadeador de um encontro íntimo. No caso dos inquiridos do sexo masculino, 55% dos inquiridos refere que basta haver atração física, e para 60% é suficiente que os dois parceiros estejam de acordo (mesmo sem envolvimento emocional), para estarem reunidas as condições para a existência de uma relação sexual.

Possivelmente porque vêm de agregados familiares tendencialmente mais tradicionalistas, os alunos da Universidade privada, e talvez para distanciar a sua posição da posição que lhes é apresentada pela família, escolhem a afirmação “b. Mesmo sem casamento” em número superior aos das Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

É, mais uma vez, em termos de posicionamento político que se destacam as maiores divergências, sendo que a Esquerda, mais liberal, apresenta respostas superiores para “d. Mesmo

sem compromisso entre os parceiros se ambos estiverem de acordo” e “f. Mesmo quando não exista amor mas haja atração”, enquanto a resposta “e. Quando as duas pessoas se amam” é superior para Centro-Esquerda, posicionamento político onde se situam grande parte das mulheres, e inferior para Esquerda e Direita, onde se situam a maior parte dos estudantes de sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos ver no gráfico.

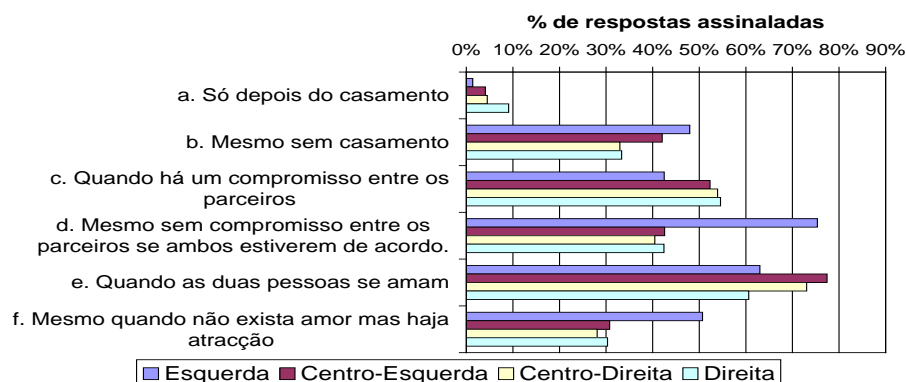


Figura 25: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto às condições para a existência de relações sexuais

No sentido de auscultar as práticas sexuais dos estudantes universitários colocávamos duas questões: uma prendia-se com a frequência de relações sexuais com o parceiro e a segunda com a frequência de relações sexuais com parceiros ocasionais. Verificamos que a frequência mais indicada no primeiro caso é as duas ou três vezes por semana (47%). Apesar de uma ligeira diferença, sem significância estatística, nos dados recolhidos entre os estudantes e as estudantes verificam-se índices de frequência quase iguais no caso das relações sexuais com o parceiro.

Quanto às relações sexuais com parceiros ocasionais, 81% respondem nunca, 13% com menos frequência, 3% várias vezes por ano, 2% pelo menos uma vez por mês, sendo as frequências superiores indicadas por poucos elementos. A frequência de relações sexuais com parceiros ocasionais é muito superior para o masculino, e também para a Universidade do Norte sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos observar nos gráficos:

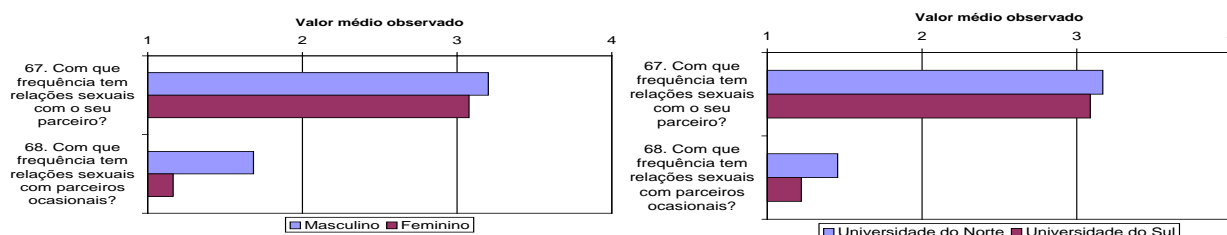


Figura 26: Distribuição dos Universitários por gênero e por área geográfica, quanto à frequência de relações sexuais com o parceiro e com parceiros ocasionais.

Na amostra, a frequência média de relações sexuais com o parceiro é igualmente superior para a Universidade do Norte, mas as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

Se fizermos a análise em termos de posicionamento político, e como o gráfico demonstra, verificamos que a frequência com que se tem relações sexuais com o parceiro é superior para Esquerda, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Contudo, no caso do relacionamento sexual com parceiros ocasionais, o posicionamento político, apesar de indicar uma tendência Esquerda-Direita por oposição ao Centro, não será por si só fator determinante, nem é estatisticamente significativo, e apenas se justificará se considerarmos que estes posicionamentos políticos são os escolhidos por uma maioria de estudantes do sexo masculino.

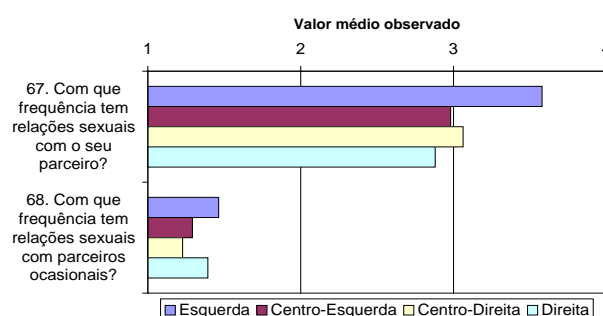


Figura 27: Distribuição dos Universitários por posicionamento político, quanto à frequência de relações sexuais com o parceiro e com parceiros ocasionais.

2.1.2. Representações sobre Ensino e Trabalho

2.1.2.1. Representações sobre o Ensino

Procuramos verificar quais as razões mais apontadas pelos estudantes universitários para se inscrever no curso que frequentam. A amostra referiu em primeiro lugar a “b. Opção pessoal / vocação”, com 69%, seguida de “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, por 36%, “i. Média de candidatura”, por 27% e “a. Qualidade do ensino”, por 23%.

As respostas “a. Qualidade do ensino”, “b. Opção pessoal / vocação”, “c. Prestígio que confere”, “d. Curso frequentado pelos pais/familiares no passado” são superiores para a Universidade privada, enquanto as respostas “i. Média de candidatura” e “k. Nenhum destes” são superiores para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

As respostas “a. Qualidade do ensino”, e “c. Prestígio que confere” são superiores para a Universidade do Norte, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A questão da “b. Opção pessoal / vocação” é também superior para a Universidade do Norte,

enquanto a resposta “j. Estratégia para mudar de curso posteriormente ” é superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quanto à área de estudos, a Engenharia apresenta respostas em número superior para “c. Prestígio que confere” e “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, para além “b. Opção pessoal / vocação”. Por outro lado, a resposta “i. Média de candidatura” é superior para Ciências Sociais, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas,

Quando comparamos os alunos por escalões de rendimento, verificamos que a “a. Qualidade do ensino” do curso é superior para os escalões Mais de 2851 Euros, e inversamente a resposta “i. Média de candidatura” é superior para 501-1250 Euros e inferior para Mais de 2851 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quando questionados acerca das razões para se inscrever na universidade que frequentam, as respostas afirmativas são superiores para “a. Qualidade do ensino”, por 67% e “c. Prestígio que confere”, por 59%, seguidas de “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, por 41% e “f. Proximidade da residência”, por 29%.

As respostas “a. Qualidade do ensino”, “c. Prestígio que confere”, “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, “h. Preferência dos pais/familiares” e “i. Média de candidatura” são superiores para a Universidade privada e as respostas “f. Proximidade da residência”, “g. Motivos económicos” e “k. Nenhum destes” são superiores para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Verificamos ainda as respostas “a. Qualidade do ensino”, “c. Prestígio que confere” e “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho” são superiores para a Universidade do Norte, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Os alunos de Ciências Sociais atribuem menor importância às respostas “a. Qualidade do ensino”, “c. Prestígio que confere” e “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Tendo em conta os escalões de rendimento damos conta de diversas diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a resposta “a. Qualidade do ensino” da universidade é superior para Mais de 2851 Euros e inferior para 501-1250 Euros, e inversamente as respostas “f. Proximidade da residência” e “g. Motivos económicos” são superiores para 501-1250 Euros e inferior para Mais de 2851 Euros. Adicionalmente, as respostas “c. Prestígio que confere” e “e. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho” são superiores para Mais de 2851 Euros e inferior para 1251-2850 Euros.

Quando perguntamos o nível de ensino mais elevado que pretende atingir, da amostra, 54% respondem Mestrado, 38% respondem Doutoramento, 5% respondem Licenciatura e 3% curso de Pós-graduação. Observamos ainda que a percentagem de respostas Doutoramento é

superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.2.2. Representações sobre o Trabalho

Quando inquiridos acerca da importância atribuída a determinados aspetos na sua vida, verifica-se, como já referimos, que para os estudantes universitários o mais importante é a «b. Família», (89% dos inquiridos) seguida dos «c. Amigos e Conhecidos» (63%) e só então surge o «a. Trabalho» (39%) com valores muito próximos de «d. Tempos Livres» (35%), todos com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. Observamos ainda que as diferenças apresentadas entre alunos das diferentes universidades são insignificantes do ponto de vista estatístico, pelo que esta hierarquização dos aspetos da vida é aplicável a todos os estudantes independente do tipo de ensino.

As estudantes apresentam uma média de resposta quanto à importância do trabalho superior à dos seus colegas do sexo masculino, sendo as diferenças estatisticamente significativas, dando os estudantes mais importância ao tempo livre. Esta tendência aparece também refletida nas respostas obtidas à questão 23) em que se pede para indicar a frequência com que convivem com determinados grupos e os estudantes do sexo masculino apresentam maior percentagem de respostas para a afirmação “d. Convive com pessoas em clubes e associações voluntárias (desporto, cultura, serviços de apoio à comunidade) ” e referem também, numa percentagem superior em 10%, a pertença a “k. Desporto e recreio”, quando inquiridos quanto à sua pertença a organizações e atividades voluntárias (questão 25.), sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Ainda na questão 75) onde se perguntam as mudanças que podem vir a ocorrer num futuro próximo no nosso modo de vida, a opinião média sobre “b. Menos importância ao trabalho nas nossas vidas” é superior para o sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Verifica-se ainda que os indivíduos que se posicionam politicamente à Esquerda são os que dão em média menos importância ao trabalho, sendo as diferenças estatisticamente significativas, e que mais importância dão aos tempos livres.

Quanto ao tipo de emprego que preferem após concluir os estudos as respostas são bastante variadas. 25% dos estudantes respondem “Emprego por conta de outrem em empresas multinacionais”, 21% “Emprego na Administração Pública”, 19% “Criar a sua própria empresa”, 16% “Emprego por conta de outrem em empresas privadas nacionais” e perto de 10% “Emprego por conta de outrem fora do país” ou “Emprego por conta própria como independente ou liberal.”

Na amostra, a percentagem de respostas “Emprego por conta de outrem em empresas privadas nacionais”, “Emprego por conta de outrem em empresas multinacionais”, “Emprego por conta própria como independente ou liberal” e “Criar a sua própria empresa” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas e “Emprego na Administração Pública” é superior para o sexo feminino, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

Os alunos das Universidades públicas preferem o “Emprego por conta de outrem em empresas privadas nacionais” e “Emprego na Administração Pública”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Enquanto isto os alunos da universidade privada apresentam uma percentagem de resposta superior para “Emprego por conta de outrem em empresas multinacionais”, “Emprego por conta de outrem fora do país”, “Emprego por conta própria como independente ou liberal” e “Criar a sua própria empresa”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos ver no gráfico abaixo.

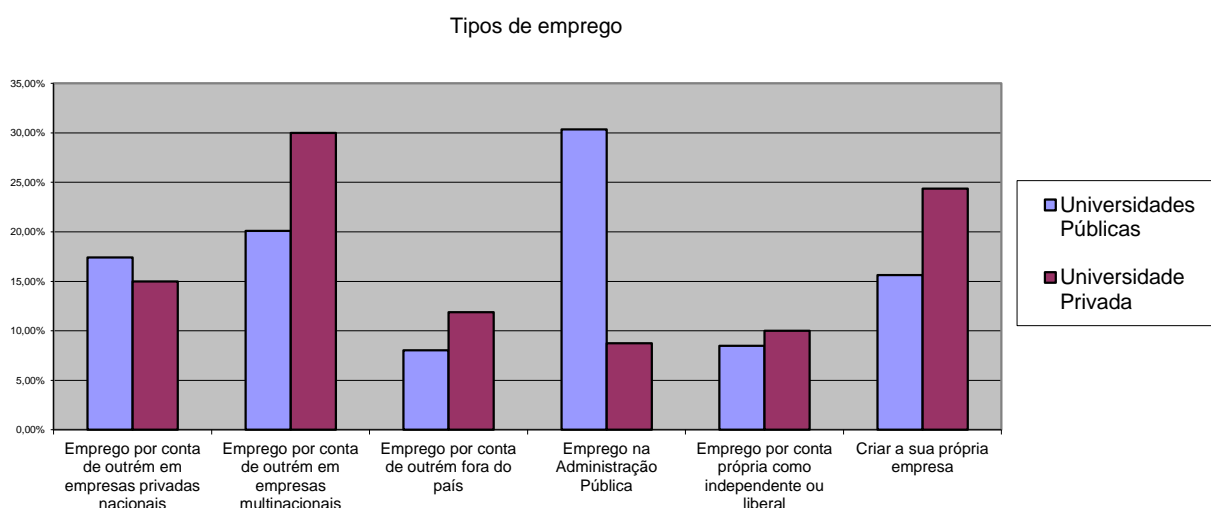


Figura 28: Distribuição dos Universitários por tipo de universidade, quanto ao tipo de emprego que preferem após conclusão dos estudos

Verificamos ainda que a percentagem de respostas “Emprego por conta de outrem em empresas multinacionais” é francamente superior para Engenharia, e a percentagem de respostas “Emprego na Administração Pública” é superior para Ciências Sociais, a percentagem de respostas “Emprego por conta própria como independente ou liberal” é superior para Ciências Humanas/ Humanidades, (onde estão incluídos os estudantes de Direito e Psicologia) e a percentagem de respostas “Criar a sua própria empresa” é superior para Ciências Naturais/ Exatas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Tomando em conta o posicionamento político verificamos que a Esquerda prefere um “Emprego na Administração Pública” ou “Emprego por conta de outrem fora do país”. O Centro-Esquerda e o Centro-Direita optam por ter um “Emprego por conta de outrem em empresas privadas nacionais” (superior para Centro-Esquerda), ou “Emprego por conta de outrem em empresas multinacionais”, com distribuições idênticas. Já a Direita apresenta percentagens superiores para “Emprego por conta própria como independente ou liberal” e “Criar a sua própria empresa”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quando inquiridos quanto às estratégias que estariam dispostos a utilizar para a inserção no mercado de trabalho, verifica-se que a grande maioria (76%) acredita em “a. Realizar estágios em empresas”, seguida de “i. Utilizar a sua rede de contactos sociais”, por 49%, e de “b. Frequentar pós-graduações” e “c. Frequentar cursos de formação profissional”, por 40% cada e “e. Sair do país”, por 36%.

As respostas “d. Mudar de local de residência” e “e. Sair do país” são superiores para a Universidade do Norte, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Por outro lado a resposta “c. Frequentar cursos de formação profissional” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Os alunos de Ciências Sociais apresentam as percentagens mais baixas quanto a “d. Mudar de local de residência” e “e. Sair do país”. Por outro lado os alunos de Engenharia parecem ser os que se encontram mais dispostos a “g. Esperar por uma atividade bem remunerada”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos observar no gráfico.

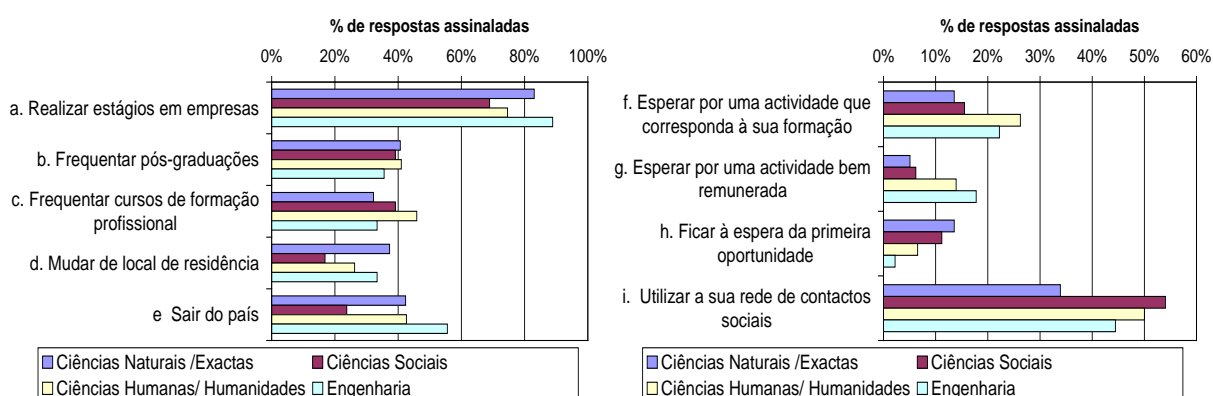


Figura 29: Distribuição dos Universitários por área de estudos, quanto às estratégias de inserção no mercado de trabalho

As respostas “a. Realizar estágios em empresas”, “b. Frequentar pós-graduações”, “e. Sair do país” e “i. Utilizar a sua rede de contactos sociais” são superiores para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.2.2.1. Representações sobre os Valores do Trabalho

Considerando que apenas 14% dos estudantes inquiridos exerce uma profissão e possivelmente os 86% que indicam ser estudantes a tempo inteiro nunca exerceram profissões remuneradas, as perceções que têm do mundo do trabalho derivam dos *inputs* que vão recebendo quer de familiares e amigos ou do que lhes é transmitido pelos *media* e simultaneamente das expectativas que traçam para o seu futuro profissional, bem como da sua experiência enquanto estudantes universitários.

Verificamos que os aspetos que os estudantes mais valorizam no trabalho, ou seja, os valores do trabalho são “b. Ter um bom ambiente de trabalho com os colegas”, por 92%, seguida de, por ordem decrescente, “q. Um trabalho em que possa aprender coisas novas”, “d. Um emprego seguro/estável”, “a. Ser bem pago”, “o. Um trabalho em que possa usar as suas capacidades” e “n. Um trabalho interessante”, por valores entre 78% e 74%.

Verificamos que há diferenças significativas entre sexos no que toca aos resultados apresentados: as respostas “b. Ter um bom ambiente de trabalho com os colegas”, “d. Um emprego seguro/estável”, “h. Um trabalho em que possa ter iniciativa”, “i. Um trabalho útil à sociedade”, “k. Um trabalho que permita contactar com pessoas”, “l. Um trabalho em que sinta que pode realizar alguma coisa”, “m. Um trabalho com responsabilidade(s)”, “o. Um trabalho em que possa usar as suas capacidades”, “p. Um trabalho em que possa ter autonomia” e “q. Um trabalho em que possa aprender coisas novas” são superiores para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Para os homens os valores superiores surgem apenas em “c. Não ser pressionado”, “j. Bons períodos de férias” e “n. Um trabalho interessante”, apesar das diferenças não serem estatisticamente significativas, como podemos observar no gráfico.

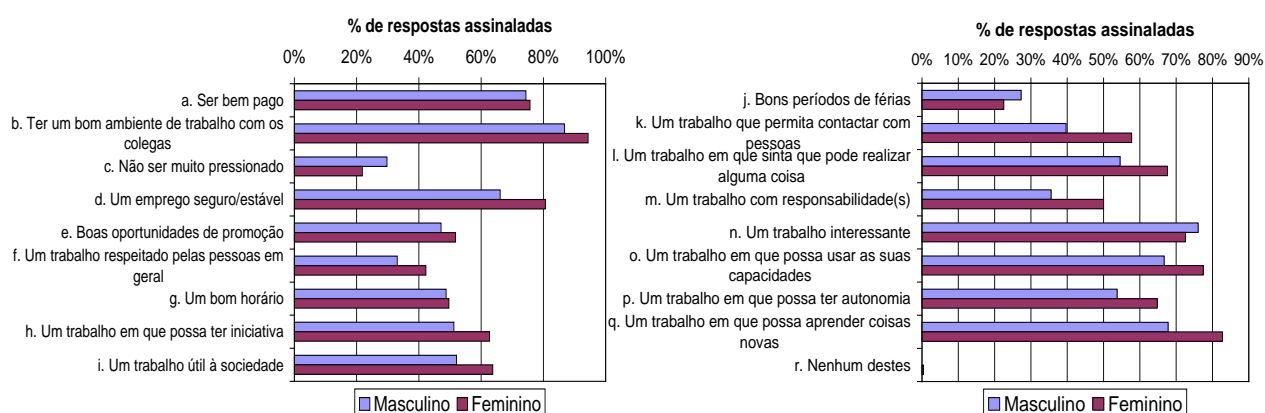


Figura 30: Distribuição dos Universitários por género, quanto aos aspetos que mais valorizam no trabalho.

As respostas “e. Boas oportunidades de promoção” e “m. Um trabalho com responsabilidade(s)” são superiores para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas..

No caso das diferenças no estrato económico, verificamos que a resposta “o. Um trabalho em que possa usar as suas capacidades” é superior para 1251-2850 Euros e inferior para 0-500 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quando questionados quanto às suas opiniões face ao trabalho no geral, verifica-se que, em média, a concordância é superior com “a. As pessoas têm que trabalhar para desenvolver plenamente as suas aptidões”, notando-se uma concordância ligeiramente inferior para “d. Trabalhar é um dever para com a sociedade” e “c. As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas” e ainda uma concordância com “b. É humilhante receber dinheiro sem ter trabalhado para isso”, com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida.

Verifica-se ainda uma discordância grande para com a afirmação “e. As pessoas não deviam ter que trabalhar se não quisessem”, que apresenta um valor médio bastante inferior ao ponto intermédio da escala de medida. E finalmente observamos que a concordância é inferior com “f. O trabalho devia ser sempre o mais importante na vida, mesmo que isso significasse menos tempo livre”. Ilustram-se graficamente os valores médios observados.

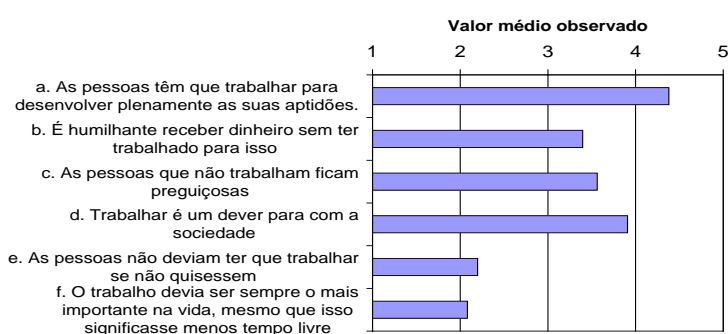


Figura 31: Distribuição dos Universitários quanto às suas opiniões sobre trabalho

Em média, a concordância com “d. Trabalhar é um dever para com a sociedade” é superior para a Universidade privada. Verificamos ainda que a concordância média com “d. Trabalhar é um dever para com a sociedade” é inferior para 501-1250 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas e que a concordância média com “d. Trabalhar é um dever para com a sociedade” aumenta da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quanto à questão da obediência aos superiores, na amostra apenas 5% respondem “Temos que cumprir as ordens dos nossos superiores”, 47% respondem “Devemos cumprir as ordens quando pensamos que são corretas”, enquanto 48% respondem que depende. As

diferenças observadas por universidade, género, categoria de rendimento, ou área de estudos não são estatisticamente significativas.

2.1.3. Representações sobre a Política e a Sociedade

2.1.3.1. Representações sobre a ideia de Política

Apenas 4% da nossa amostra revela muito interesse na política, sendo os indivíduos com autopoicionamento político mais à Direita na amostra dos universitários que revelam maior interesse e os indivíduos do Centro-Esquerda que revelam menor, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quando questionados diretamente sobre o seu interesse pela Política, os números são ligeiramente melhores, no entanto o desinteresse continua a ser notório, pois apenas 15% dos inquiridos referem ter muito interesse, e 10% referem mesmo não ter nenhum interesse. A grande maioria da amostra prefere optar por uma posição mais de tendência central, menos comprometedora, pelo que 40% respondem algum interesse e 35% respondem pouco interesse, 15%. Verificamos mais uma vez que o interesse médio é superior para o sexo masculino, e também para a Direita e a Esquerda, sendo inferior para o Centro-Esquerda, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Importância da Política - Universitários

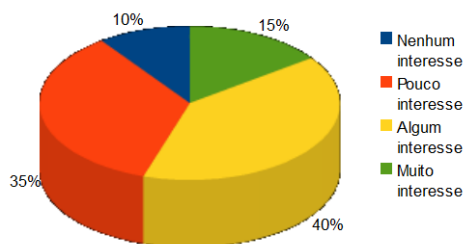


Figura 32: Distribuição dos Universitários quanto à importância da política

Apesar do pouco interesse manifestado pela política, é frequente para 28,5% dos inquiridos discutir assuntos políticos com os amigos, sendo frequente para 55% tentar convencer os outros da sua opinião, e apenas cerca de 7% nunca têm um ou outro comportamento, donde que ambas as respostas às questões 19 e 20 apresentam valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. A média da importância da frequência é superior para o sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas,

Verifica-se também que as posições mais extremadas em termos de espectro político, que, diga-se em abono da verdade, são maioritariamente assumidas por homens, apresentam maior tendência para discutir assuntos políticos, em detrimento das posições centrais que o fazem mais raramente, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Em termos de segmento económico, verifica-se que os estudantes que provêm de um agregado

familiar com rendimento 500-1250 Euros são também aqueles que evidenciam uma tendência menor para discutir política e procurar convencer os outros das suas ideias.

No sentido de perceber se o interesse em política é relativo ou real, procuramos determinar a frequência com que os estudantes seguem acontecimentos políticos através dos meios de comunicação social. Apesar do interesse relativo manifestado pela maioria, quase todos os estudantes seguem acontecimentos políticos nos meios de comunicação social pelo menos de uma a duas vezes por semana, como podemos ver no gráfico. 26% referem mesmo fazê-lo todos os dias, e apenas 3% nunca o faz.

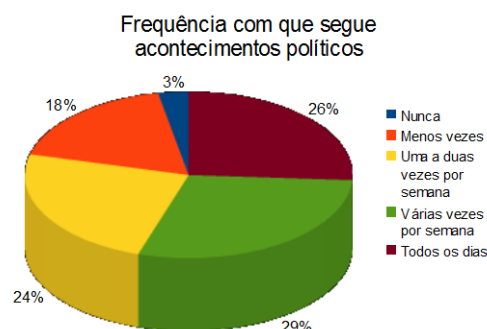


Figura 33: Distribuição dos Universitários quanto à frequência com que seguem acontecimentos políticos nos media

Quem segue mais os acontecimentos políticos são os estudantes do sexo masculino, os que pertencem à Universidade do Sul, os alunos de Ciências Sociais e os indivíduos autoposicionados à Direita. Dos menos interessados, há a destacar os estudantes de Ciências Naturais/Exatas e os indivíduos que se posicionam no Centro-Esquerda.

Para avaliarmos as perceções dos estudantes sobre a política pedimos que nos dissessem se concordavam ou discordavam de um conjunto de afirmações, que se prendiam com a participação política como forma de resolução de problemas sociais, a complexidade da ideia de política e a percepção do *gap* entre os políticos e os cidadãos comuns. Das respostas dos estudantes universitários podemos concluir que há uma quase unanimidade na concordância com a afirmação “c. A participação política (votando, etc.) dos indivíduos é importante para se poderem resolver os problemas sociais”, pois 94% dos inquiridos concordam ou concordam totalmente com ela. O caso já não é tão consensual para a afirmação “a. Os políticos não se preocupam com as pessoas como eu”, mas de qualquer modo há uma larga maioria (59,6%) que concorda ou concorda totalmente com a afirmação. Quanto à afirmação “b. A política é uma matéria muito complicada, só os especialistas a conseguem entender”, a tendência é contrária, visto que 72,5% da amostra discordam ou discordam totalmente.

2.1.3.2. Representações sobre o conceito de Democracia

Procurámos então avaliar as perceções dos estudantes sobre o sistema político democrático (questão 78), e verificámos que 96,4% dos inquiridos concorda ou concorda totalmente com a afirmação “a. A democracia pode ter alguns problemas mas é a melhor forma de governo” e 64,2% que concordam ou concordam totalmente que “c. Em democracia há muitas indecisões e conflitos”. Verifica-se ainda a discordância ou a discordância total com “b. Em democracia o sistema económico funciona mal” por 66,5%; e 63,4% dos inquiridos discordam ou discordam totalmente da afirmação “d. Em democracia é difícil manter a ordem”.

A concordância média com “c. Em democracia há muitas indecisões e conflitos” é superior para as Universidades públicas, e a concordância média com “a. A democracia pode ter alguns problemas mas é a melhor forma de governo” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A concordância média com “a. A democracia pode ter alguns problemas mas é a melhor forma de governo” é superior para agregados com Mais de 2851 Euros e inferior para as categorias de rendimento 0-500 Euros e 501-1250 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. As respostas globais são ligeiramente mais favoráveis à democracia para a Universidade Privada, como podemos observar no gráfico.

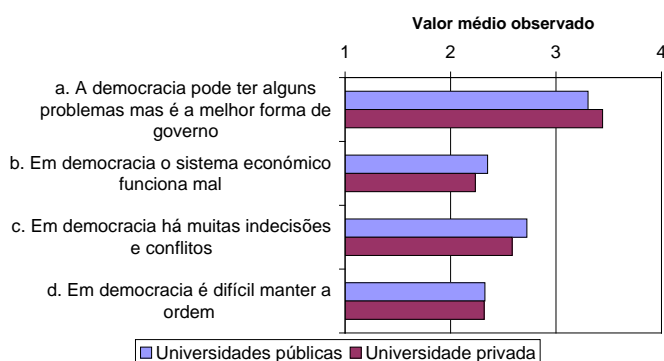


Figura 34: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino quanto às perceções sobre democracia

Quanto à avaliação dos sistemas de governo para Portugal, 92,6% da amostra concorda ou concorda totalmente com a afirmação “d. Ter um sistema político democrático”, com 51,7% a afirmar a concordância total. A afirmação “b. Serem os especialistas e não os governantes a tomar as decisões de acordo com o que consideram ser melhor para o país” recolhe uma percentagem de 67,8% de respostas concordantes. A afirmação “a. Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições”, consegue recolher a opinião favorável de quase um terço dos inquiridos com 32,1%, enquanto a

afirmação “c. Serem as forças armadas a governar o país”, recebe apenas 6,5% de opiniões favoráveis.

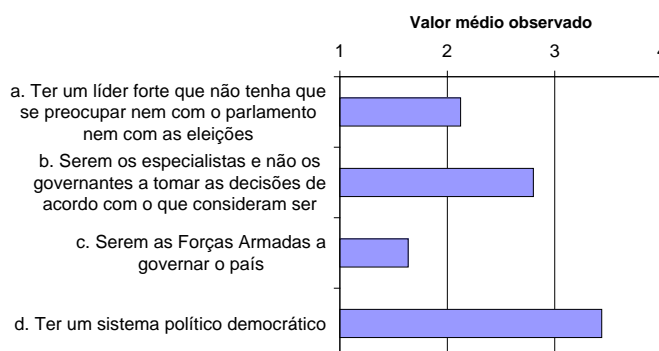


Figura 35: Distribuição dos Universitários quanto ao tipo de governo que preferem para Portugal

Verificamos que a opinião média sobre “a. Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições” e “b. Serem os especialistas e não os governantes a tomar as decisões de acordo com o que consideram ser melhor para o país.” é superior para o sexo masculino, e a opinião média sobre “c. Serem as Forças Armadas a governar o país” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A opinião média sobre “a. Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições” e “c. Serem as Forças Armadas a governar o país” é superior para estudantes provenientes de agregados familiares com rendimentos de 0-500 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Procuramos também determinar o grau de confiança nas instituições, e verificámos que em média, a confiança expressa é superior para “l. A Organização das Nações Unidas (ONU)” por 89%, seguida de “j. A União Europeia” por 84% e “k. A NATO” por 83%. Depois segue-se um conjunto de entidades nacionais que contém as forças de segurança e alguns serviços públicos: “b. As forças armadas”, por 76%, “c. O sistema educativo”, por 66%, “f. A polícia, por 63%, e “m. O sistema nacional de saúde”, por 61%. Ainda em terreno positivo situa-se a confiança em “o. As grandes empresas”, por 57%. Contrariamente, a instituição que evidencia maior nível de desconfiança é “n. O sistema judicial/ os Tribunais”, por 68%, seguida de perto por “g. O parlamento”, por 67% dos inquiridos, a que se segue, “d. A comunicação social/Imprensa”, por 63%, “e. Os sindicatos”, “a. A Igreja”, “h. A administração pública” e “i. O sistema de segurança social”, todas com valores médios entre 55% e 58% respetivamente.

Verificamos ainda que a confiança média em “c. O sistema educativo”, “e. Os sindicatos”, “h. A administração pública” e “n. O sistema judicial/ os Tribunais” é superior para as Universidades públicas, e a confiança média em “k. A NATO” e “o. As grandes empresas” é

superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A confiança média em “a. A Igreja”, “c. O sistema educativo”, “d. A comunicação social/Imprensa”, “e. Os sindicatos”, “g. O parlamento” e “n. O sistema judicial/ os Tribunais” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Verificamos ainda que a confiança média em “n. O sistema judicial/ os Tribunais” é superior para 0-500 Euros e 501-1250 Euros, e que a desconfiança face às instituições internacionais e as grandes empresas é superior para os estudantes provenientes de agregados familiares menos abastados (0-500 Euros) e que inversamente a confiança nestas mesmas instituições é superior para os estudantes de famílias mais afluentes (Mais de 2851 Euros)

Em termos de posicionamento político, a confiança média em “a. A Igreja” aumenta da Esquerda para a Direita e a confiança média em “b. As forças armadas” e “o. As grandes empresas” é inferior para Esquerda, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.3.3. Representações sobre Cidadania Democrática

A cidadania democrática engloba o nível dos direitos (à educação, à saúde, à habitação, ao emprego, etc.) e o nível das responsabilidades individuais (obediência à lei, pagamento de impostos, etc.). Procurámos perceber se os estudantes consideravam que os direitos humanos individuais eram respeitados, ou não, em Portugal. Da amostra, 65% afirmam que há algum respeito, 9% consideram que há muito respeito, 26% respondem que há pouco respeito, e 2% referem que na sua opinião não há nenhum respeito pelos direitos humanos dos cidadãos portugueses. Os alunos da Universidade privada têm uma opinião mais favorável sobre o nível de respeito médio pelos direitos humanos individuais à registada para os alunos das Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Procurámos também saber que formas de ação política alternativas os estudantes já fizeram, e igualmente as que admitem poder a vir realizar e as que consideram nunca vir a fazer em qualquer circunstância (Questão 70).

Na amostra dos universitários, a participação efetiva, determinada pela resposta “já fiz” é francamente superior para “a. Assinar uma petição ou um abaixo-assinado”, assinalada por 77%. Com valores inferiores surgem “k. Pertencer a uma "associação de estudantes"” por 35%, “c. Participar em manifestações legais” por 32% e “i. Colar cartazes distribuir folhetos” por 31%. A participação latente, determinada pela resposta “Não, mas admito fazer” é superior para “f. Escrever uma carta para um jornal”, assinalada por 80%, seguida de “g. Contactar diretamente um político ou um governante (na rua, por carta ou telefone)” por 73% e “h. Tomar

a iniciativa de organizar uma reunião”, assinaladas por 70%. Com valores entre 48% e 58% surgem “c. Participar em manifestações legais”, “i. Colar cartazes distribuir folhetos”, “l. Pertencer a um partido político/ Juventude partidária”, “k. Pertencer a uma "associação de estudantes”” e “b. Participar em boicotes”.

No que toca a formas de ação política que os estudantes universitários não ponderam fazer em circunstância alguma, encontramos “e. Ocupar edifícios ou fábricas”, por 74% e “j. Bloquear uma estrada ou uma linha férrea”, por 68%. O “d. Participar em greves não legais”, assinaladas por 58%, surge em terceiro lugar na lista das ações a nunca realizar.

Verificamos que os estudantes do sexo masculino indicam uma participação efetiva em maior percentagem para o item “Já fiz” a “k. Pertencer a uma "associação de estudantes”. Por outro lado as estudantes apresentam respostas superiores para “Já fiz” a “a. Assinar uma petição ou um abaixo-assinado” e “c. Participar em manifestações legais.” Por outro lado, os estudantes do sexo masculino admitem “b. Participar em boicotes” e “e. Ocupar edifícios ou fábricas” enquanto as estudantes admitem a possibilidade de “k. Pertencer a uma "associação de estudantes.””

Os estudantes das Universidades públicas apresentam percentagens de resposta superiores para “a. Assinar uma petição ou um abaixo-assinado”, “c. Participar em manifestações legais”, “d. Participar em greves não legais”, “i. Colar cartazes distribuir folhetos”, “j. Bloquear uma estrada ou uma linha férrea”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. As respostas “Admito Fazer” a “h. Tomar a iniciativa de organizar uma reunião” e “i. Colar cartazes distribuir folhetos” são superiores para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Das duas Universidades públicas verificamos que os estudantes da Universidade do Norte apresentam respostas superiores em termos de participação efetiva para “l. Pertencer a um partido político / Juventude partidária” e também respondem afirmativamente em número superior ao item “d. Participar em greves não legais”, e a participação potencial em “b. Participar em boicotes”, “d. Participar em greves não legais” e “e. Ocupar edifícios ou fábricas”, enquanto “a. Assinar uma petição ou um abaixo-assinado” e “c. Participar em manifestações legais” são assinaladas em percentagem superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quanto à área de estudos, os alunos de Engenharia apresentam os valores inferiores para um conjunto de itens, nomeadamente “c. Participar em manifestações legais”, “h. Tomar a iniciativa de organizar uma reunião”, “i. Colar cartazes distribuir folhetos” e “l. Pertencer a um partido político / Juventude partidária;” e os alunos de Ciências Sociais apresentam as

percentagens de resposta afirmativa mais elevada para os itens “c. Participar em manifestações legais” e “i. Colar cartazes distribuir folhetos”.

A pertença a um partido político ou a uma juventude partidária é superior para Direita, enquanto os indivíduos que se autoposicionam mais à Esquerda admitem “d. Participar em greves não legais”, “e. Ocupar edifícios ou fábricas” e “j. Bloquear uma estrada ou uma linha férrea”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Ao serem questionados sobre a disponibilidade para contribuir monetariamente para a prevenção da poluição do ambiente, 65% afirmaram concordar ou concordar plenamente com a afirmação “a. Daria parte do meu dinheiro se tivesse a certeza que ele seria usado na prevenção da poluição do ambiente,” e 54% dos inquiridos concorda com a afirmação “ b. Concordaria com um aumento dos impostos se esse aumento fosse usado na prevenção da poluição do ambiente.” A média da concordância “a. Daria parte do meu dinheiro se tivesse a certeza que ele seria usado na prevenção da poluição do ambiente” é superior para o sexo feminino, enquanto a concordância média com “b. Concordaria com um aumento dos impostos se esse aumento fosse usado na prevenção da poluição do ambiente” diminui da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

53% dos inquiridos crê que é exclusivamente ao governo que cabe a tarefa da redução da poluição ambiental sem intervenção monetária dos cidadãos. Este valor é superior para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.3.4. Representações sobre o posicionamento político

Quando inquirimos sobre o posicionamento político e pedimos para se posicionarem politicamente num eixo de dez posições que corre da Esquerda (1) até à Direita (10), verificamos que o posicionamento político mais frequente é o centro, visto a grande maioria das respostas se situar entre as categorias “3” e “6”, e a média ser a categoria intermédia “5”.

Verificamos ainda que em média, os alunos das Universidades públicas se situam mais à esquerda e os da Universidade privada mais à direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos ver no gráfico apresentado ao lado.

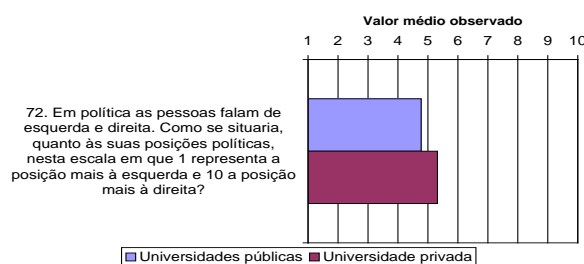


Figura 36: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto ao autopoicionamento político

De forma a verificar como se traduzia este posicionamento político em intenção de voto num determinado partido perguntamos claramente aos estudantes qual seria a sua intenção de voto nas próximas eleições legislativas. Na amostra, 24% votavam branco ou nulo, 23% votava PSD, 19% votava PS, 10% votava Bloco de Esquerda, 8% votava CDS/PP, 5% votava CDU/PCP, 1% votava MRPP, 4% votava noutro partido e 6% não votava.

Observamos ainda que a percentagem de respostas “Não votava”, “Bloco de Esquerda”, “CDU-PCP”, “MRPP”, “PS”, “PSR” e “Outro” é superior para as Universidades públicas, e a percentagem de respostas “Votava em branco/ nulo”, “CDS/PP” e “PPD/PSD” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos ver no gráfico seguinte:

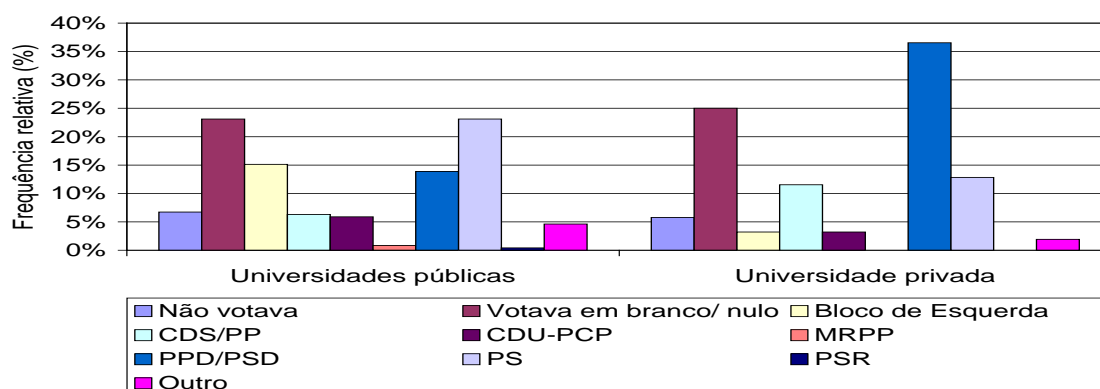


Figura 37: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto às intenções de voto

A percentagem de “Não votava” é superior para Centro-Esquerda, seguido de Esquerda e a percentagem de “Votava em branco/nulo” é superior para Centro-Esquerda, seguido de Esquerda. Obviamente a percentagem de intenções de voto no “Bloco de Esquerda”, no “CDU/PCP” e no “MRPP” é superior para Esquerda, a percentagem de intenções de voto “CDS/PP” é superior para Centro-Direita, e a percentagem de “PS” é superior para Centro-Esquerda e Esquerda. A percentagem de intenções de voto no “PPD/PSD” é superior para Centro-Esquerda, e só depois para Centro-Direita e Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

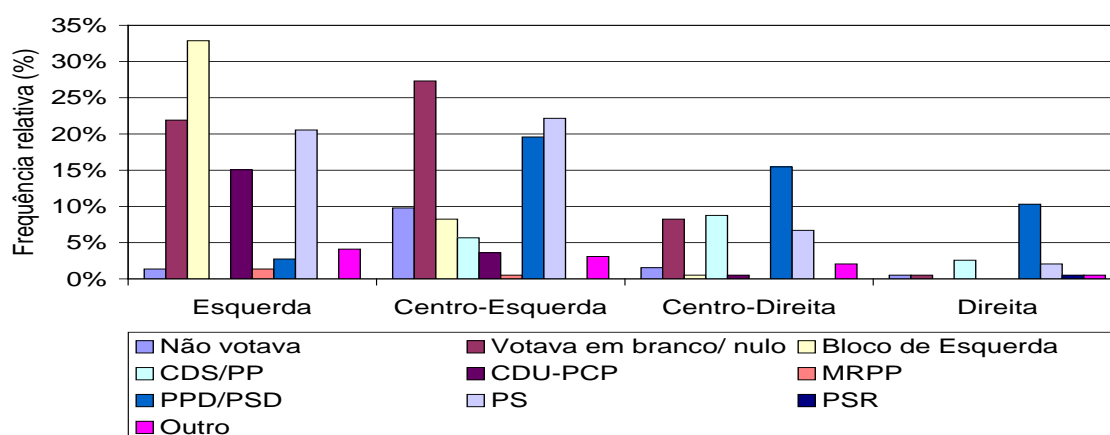


Figura 38: Distribuição dos Universitários por ideologia política, quanto às intenções de voto

Para percebermos melhor o posicionamento político dos estudantes, solicitamos a resposta a um conjunto de questões que visa determinar qual a posição ideológica real dos universitários. A primeira questão prende-se com a opção entre liberdade ou igualdade, em que a primeira afirmação (“A. Acho que a liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a liberdade, ou seja, cada um poder viver em liberdade e desenvolver-se à vontade.”) está claramente ligada a um ideário de direita e a segunda afirmação (“B. A liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a igualdade, ou seja, que ninguém seja desfavorecido e que as diferenças entre as classes sociais não sejam tão acentuadas.”) a um ideário de esquerda. Havia ainda uma terceira opção, ou seja, não concordar com nenhuma das afirmações, o que indicaria uma tendência mais central, uma vez que se atribuía importância igual à igualdade e à liberdade. Como podemos observar no gráfico 40% dão mais importância à igualdade e 37% dão mais importância à liberdade, e apenas 23% lhe atribuem igual importância.

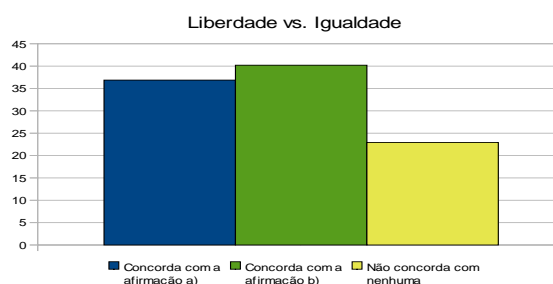


Figura 39: Distribuição dos Universitários quanto à opção entre liberdade e igualdade

Como podemos observar no gráfico abaixo, a percentagem de respostas “Concorda com a afirmação b)” é superior para as Universidades públicas e a percentagem de respostas

“Concorda com a afirmação a)” e “Não concorda com nenhuma” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

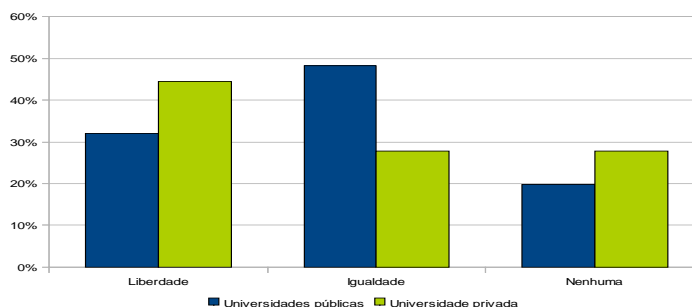


Figura 40: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à opção entre liberdade e igualdade

Apresentámos aos estudantes um eixo de posições contrárias em que ao número um correspondia a posição ideológica tradicionalmente conotada com a direita e obviamente ao número dez correspondia a posição tradicionalmente conotada com a esquerda. Colocávamos a questão do Estado-providência que se media com os eixos “a. As pessoas devem ser as principais responsáveis por assegurar a sua sobrevivência / O Estado deve ser o principal responsável em assegurar a sobrevivência de todos”, “b. Os desempregados deviam aceitar qualquer emprego ou então perder o subsídio de desemprego / Os desempregados deviam ter o direito de recusar um emprego que não querem” e “f. Cada pessoa devia ser responsável por arranjar a sua pensão/reforma / O Estado devia ser responsável pelas pensões/reformas de todos”. E também a questão do Estado-patrão que se media com os eixos “d. O Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas / O Estado devia controlar mais as empresas” e “e. A propriedade privada na indústria e nos negócios devia aumentar / A propriedade do Estado na indústria e nos negócios devia aumentar”. Pedia-se ainda que indicassem a sua opinião sobre a competição com o eixo “c. A competição é uma coisa boa. Estimula as pessoas a trabalhar mais e a desenvolver novas ideias / A competição é uma coisa má. As pessoas acabam por revelar o pior que há nelas”. Ilustram-se graficamente os valores médios observados.

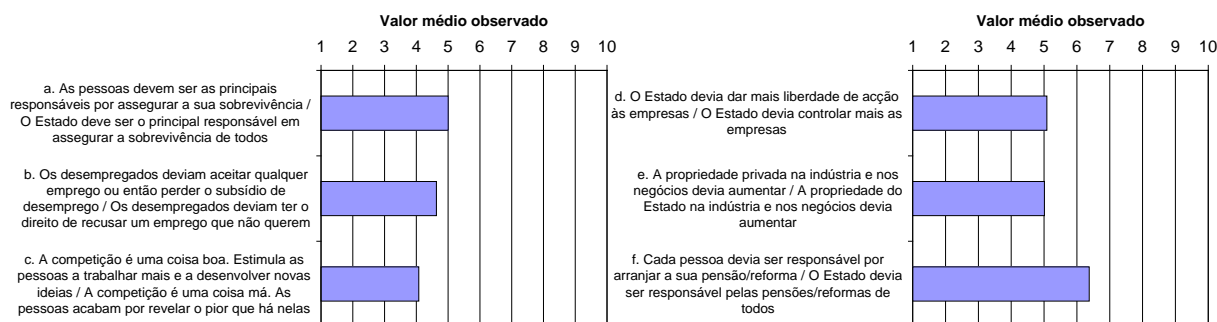


Figura 41: Distribuição dos Universitários quanto à opinião sobre questões político-ideológicas

Como podemos verificar, e à exceção da alínea f) em que a concordância é superior para a afirmação 2, todas as restantes alíneas apresentam uma concordância maior com a afirmação 1, especialmente a alínea c) cujo valor médio observado se encontra mais próximo da concordância total com a primeira afirmação.

Nas questões “a. As pessoas devem ser as principais responsáveis por assegurar a sua sobrevivência / O Estado deve ser o principal responsável em assegurar a sobrevivência de todos”, “c. A competição é uma coisa boa. Estimula as pessoas a trabalhar mais e a desenvolver novas ideias / A competição é uma coisa má. As pessoas acabam por revelar o pior que há nelas”, “d. O Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas / O Estado devia controlar mais as empresas” e “e. A propriedade privada na indústria e nos negócios devia aumentar / A propriedade do Estado na indústria e nos negócios devia aumentar”, a concordância média dos alunos da Universidade privada é superior para a afirmação 1 e a concordância média dos alunos das Universidade públicas é superior com a afirmação 2, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, como podemos observar no gráfico que ilustra os valores médios observados.

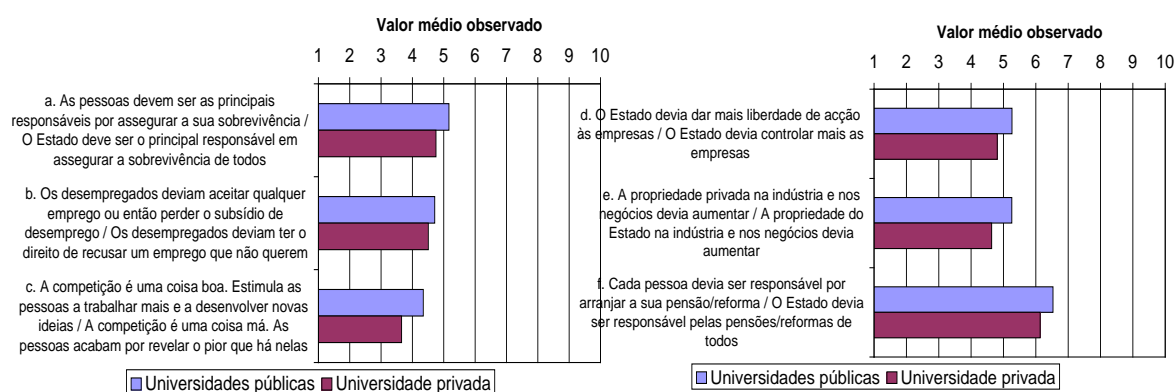


Figura 42: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto às questões político-ideológicas

Verifica-se ainda, e como esperado, uma clivagem em termos de resultados por rendimento, com os alunos provenientes de agregados familiares com Mais de 2851 Euros a concordar em média mais com a afirmação 1, ou seja, a “c. A competição é uma coisa boa. Estimula as pessoas a trabalhar mais e a desenvolver novas ideias”, “d. O Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas”, e “e. A propriedade privada na indústria e nos negócios devia aumentar”, e inversamente os estudantes provenientes de agregados familiares com rendimentos 0-500 Euros a concordarem mais com a afirmação 2, ou seja, “c. A competição é uma coisa má. As pessoas acabam por revelar o pior que há nelas”, “d. O Estado devia controlar mais as empresas” e “e. A propriedade do Estado na indústria e nos negócios devia aumentar”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Questionámos ainda a amostra quanto à sua opinião, positiva ou negativa, sobre um conjunto de mudanças que poderiam acontecer num futuro próximo na nossa sociedade. Ilustram-se graficamente os valores médios observados.

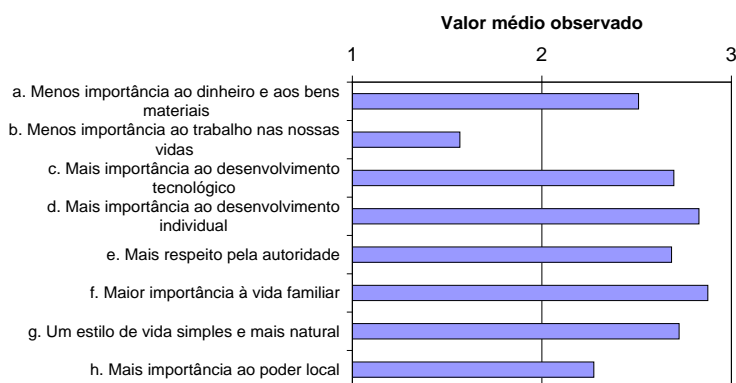


Figura 43: Distribuição dos Universitários quanto à opinião sobre mudanças na sociedade portuguesa

Os itens que pontuam melhor são, em média, “f. Maior importância à vida familiar” e “d. Mais importância ao desenvolvimento individual”. Seguem-se “g. Um estilo de vida simples e mais natural”, “c. Mais importância ao desenvolvimento tecnológico” e “e. Mais respeito pela autoridade” e depois de “a. Menos importância ao dinheiro e aos bens materiais” e de “h. Mais importância ao poder local”, todas com valor superior ao ponto intermédio da escala de medida. É considerada pior “b. Menos importância ao trabalho nas nossas vidas”, com valor inferior ao ponto intermédio da escala de medida.

A opinião média sobre “b. Menos importância ao trabalho nas nossas vidas” e “c. Mais importância ao desenvolvimento tecnológico” é superior para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

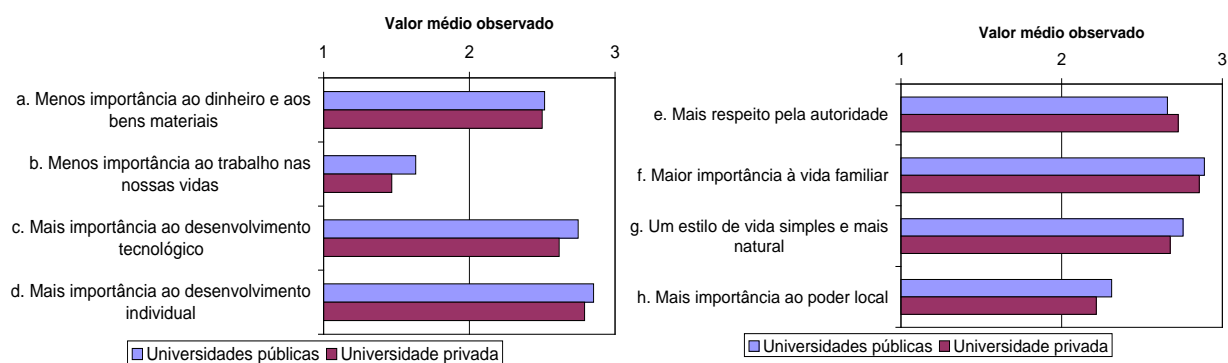


Figura 44: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à opinião sobre mudanças a ocorrer na sociedade portuguesa

Os estudantes da Universidade do Norte concordam mais com “c. Mais importância ao desenvolvimento tecnológico” enquanto os alunos da Universidade do Sul atribuem maior importância a “h. Mais importância ao poder local”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A opinião média sobre “b. Menos importância ao trabalho nas nossas vidas” é superior para o sexo masculino, enquanto a opinião média sobre “f. Maior importância à vida familiar” e “h. Mais importância ao poder local” ser superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A opinião média sobre “g. Um estilo de vida simples e mais natural” ser superior para 0-500 Euros e inferior para Mais de 2851 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A opinião média sobre “a. Menos importância ao dinheiro e aos bens materiais” diminui da Esquerda para a Direita e a opinião média sobre “e. Mais respeito pela autoridade” é inferior para a Esquerda, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Perguntávamos ainda aos estudantes, “Se tivesse que escolher, quais dos seguintes objetivos para Portugal consideraria os mais importantes?” e que se oferecia como opções de resposta “a. Manter a ordem no país”, “b. Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do Governo”, “c. Combater o aumento dos preços” e “d. Defender a liberdade de expressão”.

Para a amostra na primeira escolha, “a. Manter a ordem no país”, por 39%, é o objetivo mais importante, seguido de “c. Combater o aumento dos preços”, por 35% e “b. Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do Governo” por 33%, sendo “d. Defender a liberdade de expressão”, por 20%, o objetivo menos escolhido.

A importância média de “a. Manter a ordem no país” é superior para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Na amostra, as respostas aos itens apresentam as variações ilustradas com o rendimento, onde se nota uma ligeira tendência para maior incidência dos valores pós-materialistas (itens b. e d.) nos indivíduos com maiores rendimentos, no entanto verifica-se também uma tendência materialista, especialmente no que concerne o combate ao aumento dos preços, contudo, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

Ainda verificamos que são os indivíduos com posicionamento à direita que apresentam uma importância média superior para os itens b) e d), sendo inclusivamente os indivíduos que se situam à esquerda no eixo político que atribuem menor importância ao item “d. Defender a liberdade de expressão”, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

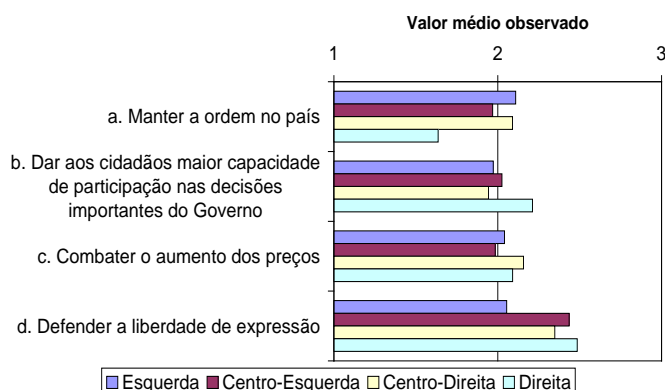


Figura 45: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto aos objetivos mais importantes para Portugal

2.1.4. Representações sobre Moral, Sociedade e Religião

2.1.4.1. Representações sobre os Valores Morais e Sociais

Colocámos neste capítulo um conjunto de valores de ordem moral que procurámos auscultar, nomeadamente, o bem e o mal, o certo e o errado, a tolerância, a justiça. Entretanto apercebemo-nos que muitos dos pontos aqui tratados apresentavam uma estreita ligação com a questão social, e como é impossível falar de tolerância sem falar de confiança interpessoal e de justiça social sem referir a solidariedade e o voluntariado, pelo que associámos as temáticas.

No sentido de auscultar as representações sobre o bem e o mal, solicitámos aos estudantes universitários que indicassem a sua concordância com “ (a) Na vida há forma de sabermos, com toda a clareza e segurança, onde está o bem e o mal e isso aplica-se a todas as pessoas, quaisquer que sejam as circunstâncias” ou, pelo contrário, com “(b) Na vida, não há meios seguros para sabermos onde está o bem e o mal. O bem e o mal dependem das circunstâncias de cada momento”. Verificámos que a vasta maioria, 69%, concorda com a afirmação b) e que apenas 20% concorda com a afirmação a).

Similarmente a questão do certo e do errado foi avaliada, e, neste caso, procurámos aqui perceber que comportamentos e atitudes sociais são justificáveis ou não justificáveis para os estudantes, usando uma escala de cinco posições que varia entre nunca justificável (1) até sempre justificável (5). Ilustram-se graficamente os valores médios observados:

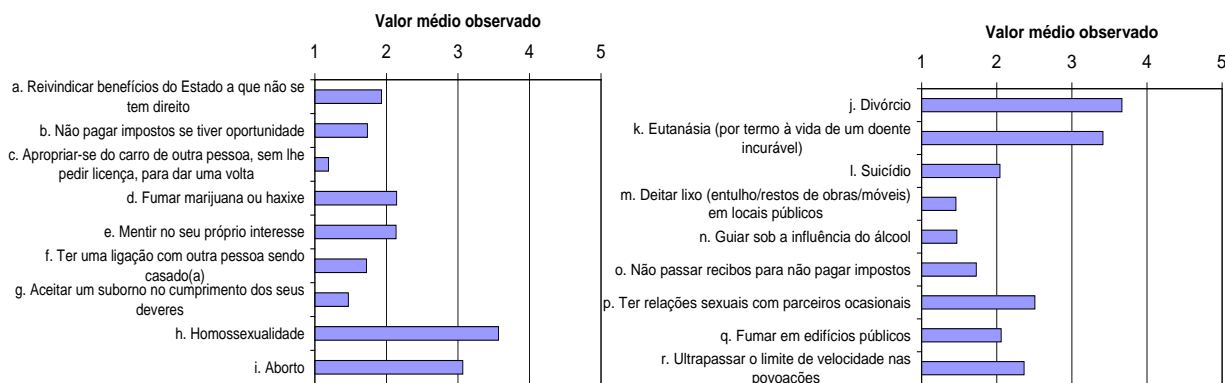


Figura 46: Distribuição dos Universitários quanto aos comportamentos e atitudes sociais que consideram justificáveis ou não justificáveis

Como podemos observar há quatro itens que apresentam um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida, nomeadamente e por ordem decrescente: “j. Divórcio”, “h. Homossexualidade” e “k. Eutanásia (por termo à vida de um doente incurável)”, e “i. Aborto”. Inversamente os comportamentos que os elementos da nossa amostra consideram menos justificáveis são “c. Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta”, seguido de “m. Deitar lixo (entulho/restos de obras/móveis) em locais públicos”, “n. Guiar sob a influência do álcool” e “g. Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres”.

“o. Não passar recibos para não pagar impostos”, “b. Não pagar impostos se tiver oportunidade” e “a. Reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito”, são os que aparecem de seguida na lista de condenações, não atingindo sequer a posição dois.

Quanto a variações da nossa amostra significativas do ponto de visto estatístico, podemos observar que é mais justificável, em média, para o sexo masculino “d. Fumar marijuana ou haxixe” e “p. Ter relações sexuais com parceiros ocasionais”, enquanto para o sexo feminino as respostas são superiores para “a. Reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito”, e “h. Homossexualidade”.

Verificamos que, os universitários com posição política na Esquerda apresentam valores superiores de aceitação para “d. Fumar marijuana ou haxixe”, “f. Ter uma ligação com outra pessoa sendo casado(a)”, “j. Divórcio”, “k. Eutanásia”, Homossexualidade”, “i. Aborto”, “l. Suicídio” e “p. Ter relações sexuais com parceiros ocasionais”, sendo que nos últimos quatro itens se verifica uma diminuição da Esquerda para a Direita. Inversamente a aceitação de “a. Reivindicar benefícios do Estado a que não se em direito” aumenta da Esquerda para a Direita.

Pela distribuição no gráfico seguinte podemos observar que há diferenças entre as respostas dos alunos da Universidade Privada e os das Universidades Públicas, apesar da maioria não ser significativa do ponto de vista. As diferenças apenas apontam para relevância estatística nos itens “f. Ter uma ligação com outra pessoa sendo casado(a)”, “g. Aceitar um

suborno no cumprimento dos seus deveres”, “i. Aborto” e “l. Suicídio” que é superior em termos de aceitação, em média, para as Universidades públicas, e “r. Ultrapassar o limite de velocidade nas povoações” que é superior em média, na aceitação para a Universidade privada.

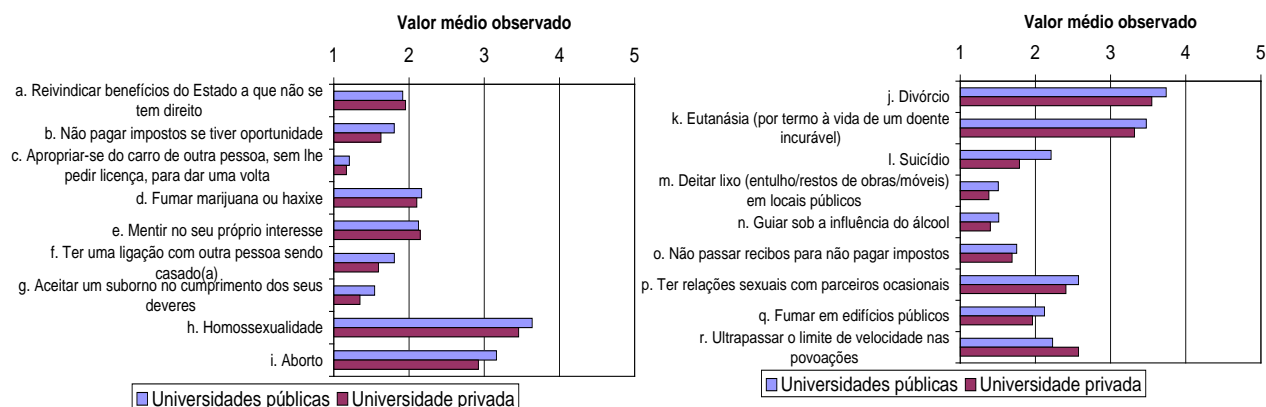


Figura 47: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto aos comportamentos e atitudes sociais que consideram justificáveis ou não justificáveis

Na distribuição por áreas de estudo verificamos que, em média, as Ciências Sociais são as que apresentam um número superior de itens que consideram mais justificáveis, nomeadamente “c. Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta”, e g. Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres”, “m. Deitar lixo (entulho/restos de obras/móveis) em locais públicos”, “e. Mentir no seu próprio interesse” e “j. Divórcio”. Em seguida aparecem as Ciências Humanas/ Humanidades com valores igualmente superiores de aceitação para “c. Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta”, e g. Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres”, e ainda “h. Homossexualidade”. Verificamos que as Ciências Exatas apresentam o valor de aceitação mais baixo para “e. Mentir no seu próprio interesse” e “k. Eutanásia” para a qual os estudantes de Engenharia apresentam o valor de aceitação superior, indicando por outro lado, os valores mais baixos para “c. Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta”, e g. Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres”, “m. Deitar lixo em locais públicos” e “h. Homossexualidade”.

2.1.4.1.2. Representações sobre Confiança Interpessoal

Pergunta-se de seguida o número de concidadãos que os estudantes consideram estar envolvidos nos comportamentos «condenáveis» da questão anterior, e verificamos que os níveis de confiança são efetivamente baixos, como podemos ver no gráfico seguinte.

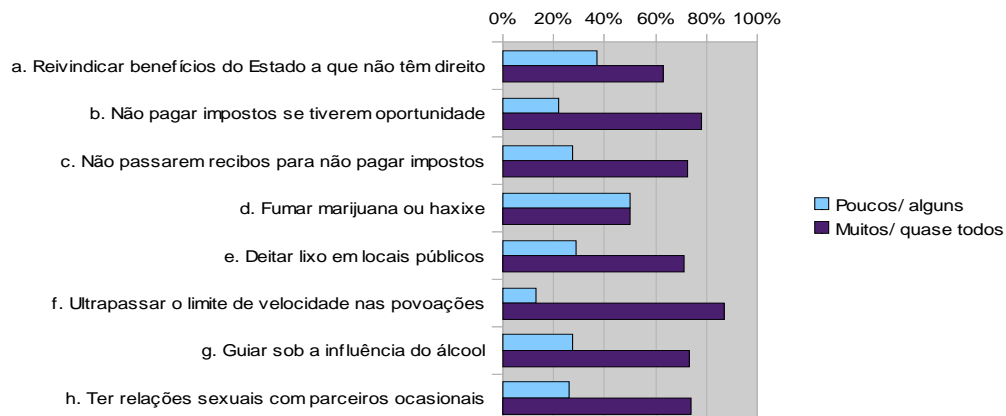


Figura 48: Distribuição dos Universitários, quanto aos portugueses que consideram estar envolvidos em comportamentos e atitudes sociais não justificáveis

Todos os comportamentos apresentam uma percentagem superior para o *cluster* «Muitos/Quase todos» o que significa que todos estes comportamentos, na opinião dos estudantes são praticados por muitos a quase todos os portugueses e considerando a percentagem obtida por “f. Ultrapassar o limite de velocidade nas povoações” (86,8%), verifica-se que os estudantes consideram que quase todos os portugueses desrespeitam os limites de velocidade nas povoações. Considera-se menos praticado, em média, “d. Fumar marijuana ou haxixe”, visto que as percentagens dos *clusters* quase se tocam.

Ao colocarmos a questão da confiança ou desconfiança diretamente aos estudantes, 70% da amostra concorda que “Todo o cuidado é pouco” e apenas 30% concordam com a afirmação “Pode confiar-se na maioria das pessoas”.

Perguntamos ainda aos estudantes universitários qual o grau de liberdade de escolha e capacidade de controlo que sentem ter sobre aquilo que lhe acontece na vida, utilizando uma escala de dez posições (1 Nenhum – 10 MUITÍSSIMO). Verificamos que a grande maioria das respostas se situa entre as categorias “5” e “9”, o que significa que os indivíduos inquiridos, independentemente da universidade de pertença, sentem bastante e mesmo muito controle sobre a sua vida.

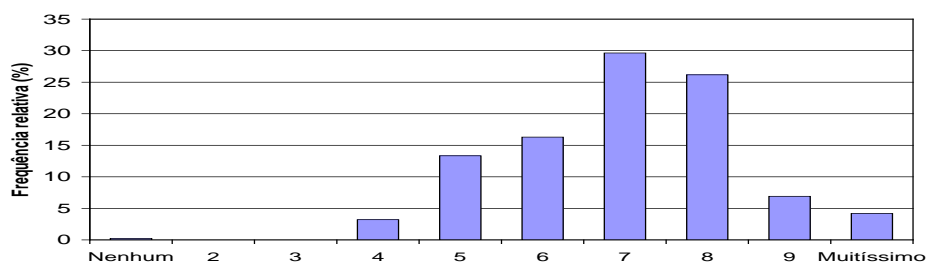


Figura 49: Distribuição dos Universitários, quanto ao grau de liberdade de escolha e capacidade de controlo sobre a sua vida

2.1.4.1.3. Representações sobre Tolerância e Preconceito

Quanto à questão da tolerância, o teste prático colocava os estudantes perante uma listagem de indivíduos pertencentes a grupos minoritários que por características diversas, nomeadamente, a cor da pele, a orientação sexual, a orientação política, etc., poderia ser alvo de intolerância e ostracismo social. Pretendíamos saber quais dos indivíduos os universitários não queriam ter como vizinhos. O primeiro dado digno de registo é que todos os itens sem exceção apareceram assinalados.

Se tomarmos em linha de conta a medida clássica da distância social, que pode ser encarada como uma medida do preconceito social face a um grupo, verificamos que os grupos mais assinalados pertencem a categorias de grupos de pessoas estigmatizadas, ou seja, os pedófilos (94%), as pessoas desequilibradas (51%), os toxicodependentes (50%), pessoas com passado criminal (44%) e os alcoólicos (42%).

Seguidamente apresenta-se o grupo dos ciganos, com 40%, pertencente a uma outra categoria, a das pessoas racializadas ou etnicizadas. Os restantes grupos desta categoria nomeadamente, pessoas de outra raça (2,5%), muçulmanos (4,5%), trabalhadores imigrantes (2,7%), judeus (2,2%), negros (4,2%) e pessoas de cultura diferente da sua (1,5%) por outro lado, como vemos apresentam para os universitários valores quase residuais.

Quanto às categorias políticas, ou seja, os extremistas de esquerda e de direita, e apesar de não haver uma diferença estatisticamente significativa, os alunos das universidades públicas são mais intolerantes face ao extremismo de direita, enquanto os alunos da universidade privada revelam maior preconceito face ao extremismo de esquerda.

Adicionalmente os itens “a. Pessoas com passado criminal”, “d. Alcoólicos” e “k. Toxicodependentes” são superiores para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. “a. Pessoas com passado criminal” é superior para Mais de 2851 Euros e inferior para 501-1250 Euros. Concomitantemente as respostas “d. Alcoólicos” são superiores para a Universidade do Norte, a resposta “g. Pessoas desequilibradas” é superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Quanto à distribuição por género, verifica-se que as respostas “c. Extremistas de esquerda”, “e. Extremistas de direita”, “l. Homossexuais”, “n. Ciganos” e “o. Negros” são superiores para o sexo masculino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Considerando o posicionamento político encontramos as respostas óbvias, ou seja: a resposta “c. Extremistas de esquerda” aumenta da Esquerda para a Direita e a resposta “e. Extremistas de direita” diminui da Esquerda para a Direita. Verificamos ainda que a resposta “l. Homossexuais” aumenta da

Esquerda para a Direita e a resposta “o. Negros” é superior para Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A opinião face aos trabalhadores imigrantes parece ser bastante positiva, como podemos ver, visto que apenas 2,7% dos estudantes revelam o seu desagrado face a esta população. Estes valores são, contudo, infirmados pelas respostas à questão 84) que solicita a opinião dos estudantes face à ação governamental no caso dos imigrantes económicos, i.e. pessoas de países menos desenvolvidos. Na amostra, 52% respondem “Deixar desde que houvesse empregos disponíveis”, 30% respondem “Estabelecer limites rigorosos ao n.º de trabalhadores estrangeiros”, 13% respondem “Deixar vir trabalhar para Portugal todos os quisessem” e 5% respondem “Proibir a vinda de trabalhadores estrangeiros para Portugal”. Esta posição complementa-se com a resposta à questão 40) em que se pergunta se devemos dar prioridade aos portugueses em relação aos imigrantes quando os empregos são poucos. 51% dos inquiridos é da opinião que os portugueses têm prioridade no acesso ao emprego enquanto 26% têm uma posição contrária.

No caso da manutenção das diferenças culturais ou da assimilação da cultura maioritária, verificamos que na amostra, 62% respondem “É melhor que imigrantes mantenham costumes e tradições” e 38% respondem “É melhor que imigrantes adotem costumes e tradições portuguesas.”

2.1.4.1.4. Representações sobre Justiça Social

Procurámos determinar quais, na opinião dos estudantes, as razões para as pessoas viverem em dificuldades económicas. A razão mais vezes considerada importante pela amostra é “b. Porque são preguiçosas ou não têm força de vontade” (35,8%), seguida de “c. Porque a sociedade é injusta” (27,7%) e depois de “d. Porque é uma consequência inevitável do progresso” (22,5%).

As duas últimas respostas, “c. Porque a sociedade é injusta.” e “d. Porque é uma consequência inevitável do progresso” são, em média, mais importantes para a Universidade privada, e também são as superiores para a categoria mais de 2851 Euros. A resposta “b. Porque são preguiçosas ou não têm força de vontade” é, em média, mais importante para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A resposta “b. Porque são preguiçosas ou não têm força de vontade” é, em média, mais importante para a Universidade do Sul, a resposta “c. Porque a sociedade é injusta” é, em média, mais importante para a Universidade do Norte, a sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A resposta “d. Porque é uma consequência inevitável do progresso” é, em média, mais importante para o sexo masculino, a resposta “b. Porque são preguiçosas ou não têm força de vontade” é, em média, mais importante para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Procurámos também perceber qual seria o aspeto constituinte da justiça social a que os estudantes confeririam maior importância (questão 88), considerando três posições bastante distintas no que concerne o posicionamento dos indivíduos face às desigualdades sociais, nomeadamente a justiça equitativa, a justiça sócio-caritativa e a justiça meritocrática. Como a distribuição no gráfico demonstra os universitários da nossa amostra consideram os três aspetos bastante importantes, pois todos apresentam um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. Em média, a importância é superior para “b. Satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas em termos de alimentação, habitação, vestuário, educação e saúde”, seguida de “c. Reconhecer o mérito individual” e “a. Eliminar as grandes desigualdades de rendimento entre os cidadãos”.

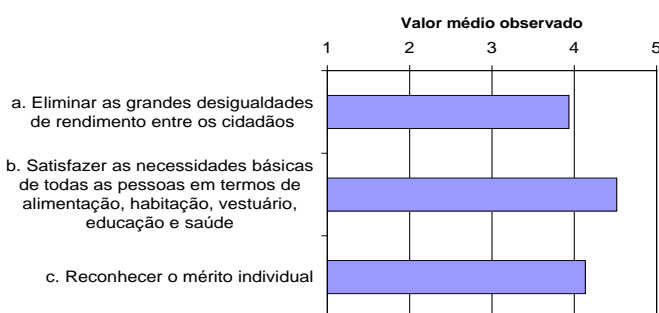


Figura 50: Distribuição dos Universitários, quanto à posição face às desigualdades sociais

A importância, em média, de “a. Eliminar as grandes desigualdades de rendimento entre os cidadãos” é superior para as Universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Adicionalmente verificamos que a meritocracia é mais defendida por indivíduos que se autoposicionaram à Esquerda e menos defendida pelos que se posicionaram à Direita, e a eliminação das desigualdades é superior para a Esquerda e em seguida para a Direita, e só depois surgem as posições centrais.

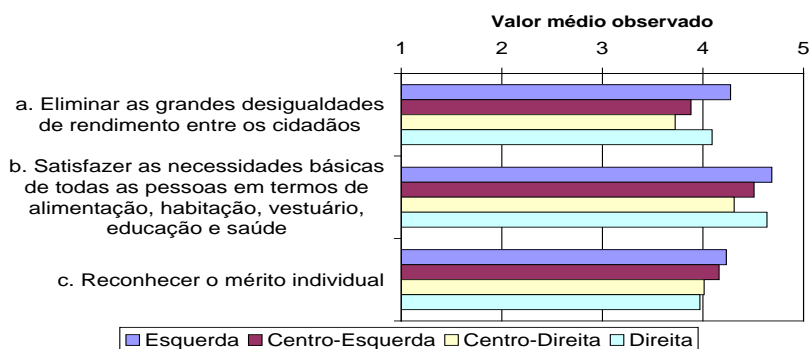


Figura 51: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto à posição face às desigualdades sociais

Verificamos ainda que a importância, em média, de “c. Reconhecer o mérito individual” é superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A importância, em média, de “a. Eliminar as grandes desigualdades de rendimento entre os cidadãos” é inferior para a categoria de rendimentos Mais de 2851 Euros, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Para perceber a perceção em termos de justiça ou injustiça do mundo (questão 92) foi pedido aos estudantes que indicassem o seu grau de concordância ou discordância com um conjunto de questões que podemos organizar segundo a sua tipologia – 1) Crença no primado da justiça contra a injustiça, que incluía as afirmações “a. Basicamente, o mundo em que vivemos é justo” “c. A justiça vence sempre a injustiça”. 2) Crença na «justiça do mundo» que incluía as afirmações “b. De uma maneira geral, as pessoas merecem o que lhes acontece.” e “d. Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas” e “e. As injustiças em todas as áreas da vida (por exemplo, profissão, família, política) são uma exceção à regra”. E finalmente 3) Crença na justiça moral, na afirmação “f. As pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes.”

Verificamos aqui que a concordância é superior para a afirmação “f. As pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes” (52,2% concordam ou concordam totalmente), a única que apresenta um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. Seguem-se depois em termos de concordância, as afirmações relacionadas com a «crença na justiça do mundo» com “d. Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas” a recorrer 26,3% de concordância; “b. De uma maneira geral, as pessoas merecem o que lhes acontece”, com 14,4% de inquiridos a concordar ou concordar totalmente com esta afirmação. A afirmação “c. A justiça vence sempre a injustiça” merece a concordância de 13,1% da amostra, enquanto “e. As injustiças em todas as áreas da vida (por exemplo, profissão, família, política) são uma exceção à regra” com 9,9%. Apresentando um valor de discordância na ordem dos 62,8%, e finalmente a afirmação “a. Basicamente, o mundo em que vivemos é justo”, a obter o score mais baixo em termos de concordância (8,8%) e o mais elevado em termos de discordância com 63,1%.

2.1.4.1.5. Representações sobre a Solidariedade

Para estudar a solidariedade, no sentido da prática de auxílio aos mais necessitados em nome da justiça social, considerámos duas vertentes : a preocupação com os outros (família, vizinhos, humanidade, grupos sociais desfavorecidos) e a disponibilidade para ajudar, não só a

expressa mas também a praticada na medida em que se procurará materializar a solidariedade através da prática de voluntariado. Os dados apenas permitem estudar a pertença e a prática de voluntariado em associações, excluindo assim a solidariedade de cariz informal como a entreajuda familiar (e.g. os avós ou outros familiares que se ocupam da guarda das crianças quando os pais estão no trabalho) e as redes de vizinhança, que contudo não parece revestir-se de particular relevância neste caso dada a idade, a ocupação e a proveniência urbana desta população.

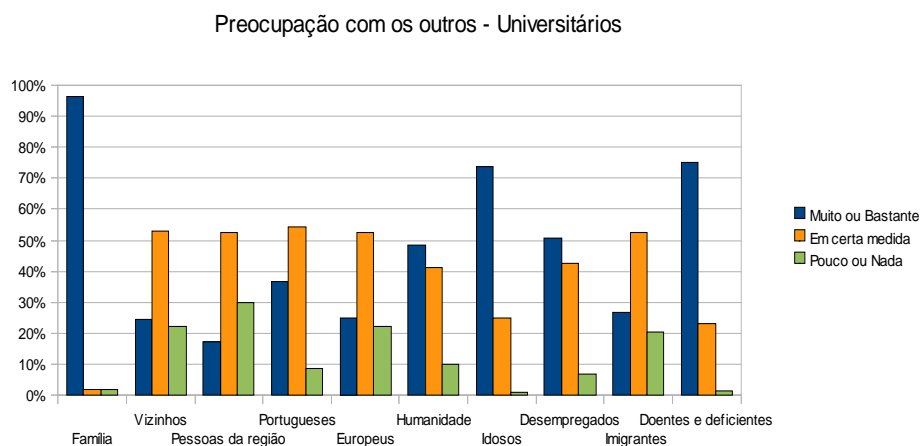


Figura 52: Distribuição dos Universitários, quanto à preocupação com os outros

No que toca à preocupação com os outros, as respostas foram superiores para a família (96,3%), seguido de os doentes e deficientes (75%) e dos idosos (73,8%) e ainda em terreno positivo os desempregados por 50,8%. Já abaixo do valor médio encontramos todos os outros grupos, encabeçados pela humanidade por 48,6%, sendo o grupo das pessoas da região a registar a menor preocupação (17,4%). Ilustram-se graficamente os valores observados:

No que toca à disposição para ajudar os outros verificamos que os universitários são bastante solícitos na sua intenção, uma vez que, como podemos ver no gráfico, todos os itens recebem respostas afirmativas que colocam o valor médio num nível superior ao ponto intermédio da escala de medida.

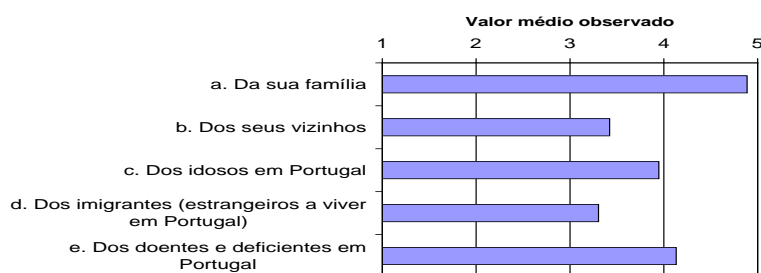


Figura 53: Distribuição dos Universitários, quanto à intenção de ajudar os outros

A disposição é obviamente superior para ajudar a “a. Família”, “e. Os doentes e deficientes em Portugal” e “c. Os idosos em Portugal”, depois segue-se “b. Os seus vizinhos” e “d. Os imigrantes”. Posições perfeitamente consentâneas com as preocupações expressas. Verifica-se que as estudantes do sexo feminino se preocupam mais e estão mais dispostas a ajudar que os seus congéneres masculinos.

2.1.4.1.6. Representações sobre a prática do Voluntariado

Quando inquiridos acerca da sua prática de voluntariado, da totalidade da amostra, 29% referem que são voluntários em alguma organização, contudo quando verificamos a distribuição por tipo de universidade verificamos uma clara diferença, ou seja 25% dos alunos das Universidades públicas referem esta prática, por contraponto a 35% dos alunos da Universidade privada e a Universidade do Norte revela uma pertença voluntária quase duas vezes superior à Universidade do Sul., como podemos observar no gráfico.

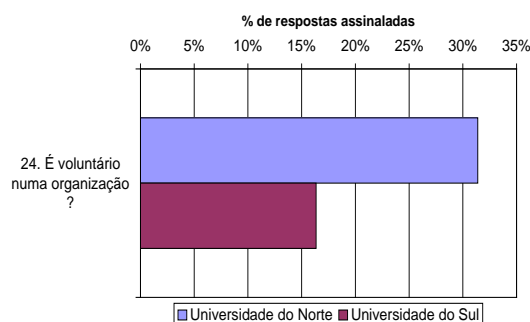


Figura 54: Distribuição dos Universitários por área geográfica, quanto à prática do voluntariado

Quanto ao tipo de associações promotoras de voluntariado as respostas mostram que para a amostra, a pertença é superior para organizações de “k. Desporto e recreio”, “c. Educação, artes, música ou atividades culturais”, com perto de 15%, seguidas de “j. Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.)” e “b. Organizações religiosas ou ligadas à Igreja”, sendo inferior para “l. Grupos femininos”, “m. Movimentos para a Paz”, “d. Sindicato”, “h. Património, ambiente, ecologia, direitos dos animais” e “i. Associações profissionais”, todas com valores inferiores a 3%. Os valores pouco variam consoante o tipo de universidade, exceto para a “n. Organizações voluntárias para promover a Saúde” onde a pertença é superior para Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

A pertença a “k. Desporto e recreio”, “b. Organizações religiosas ou ligadas à Igreja”, “c. Educação, artes, música ou atividades culturais” e “j. Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.)” é superior para Universidade do Norte, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Para os que são voluntários, a pertença a

“f. Ações comunitárias locais de apoio à pobreza, à igualdade racial, etc.”, “g. Desenvolvimento do Terceiro Mundo ou Direitos Humanos” e “n. Organizações voluntárias para promover a Saúde” é superior para a Universidade do Sul, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Na amostra, a pertença às restantes instituições é superior para a Universidade do Norte, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

A pertença a “k. Desporto e recreio” e “o. Outros grupos” é superior para o sexo masculino, a pertença a “f. Ações comunitárias locais de apoio à pobreza, à igualdade racial, etc.” e “j. Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.)” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. A maior presença de indivíduos de um e de outro sexo poderá explicar a distribuição por área de estudos em que a pertença a “f. Ações comunitárias locais de apoio à pobreza, à igualdade racial, etc.” é superior para as Ciências Humanas/ Humanidades e não ocorre para a Engenharia, e a pertença a “k. Desporto e recreio” é superior para Engenharia e inferior para Ciências Sociais e Ciências Humanas/ Humanidades, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Numa perspectiva de posicionamento político, verificamos que os estudantes de posicionamento mais à Direita se revelam mais voluntários que os estudantes mais à Esquerda, visto que as respostas “b. Organizações religiosas ou ligadas à Igreja” e “f. Ações comunitárias locais de apoio à pobreza, à igualdade racial, etc.” e “j. Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.)” aumentam da Esquerda para a Direita, a resposta “l. Grupos femininos” apenas ocorre para a Direita, e a resposta “e. Partidos ou grupos políticos” é superior para a Direita, e só a resposta “i. Associações profissionais” diminui da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.1.4.2. Representações sobre Religião

Considerando que apenas um valor na ordem dos 8% referiu a religião como aspeto importante para a sua vida seria de esperar um número muito reduzido de inquiridos a indicar-se como pessoa religiosa, mas esse não é o caso. Na amostra, 63% são pessoas religiosas, 26% são pessoas não religiosas e 11% são ateus convictos. Seria de esperar que a amostra da Universidade Privada (a Universidade Católica Portuguesa) fosse tendencialmente mais religiosa que a amostra das Universidades Públicas, contudo os valores são extremamente congruentes e praticamente todas as respostas dadas sobre este tema apresentam diferenças estatisticamente não significativas.

A percentagem de respostas “uma pessoa não religiosa” e “um ateu convicto” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “uma pessoa religiosa” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Como seria de esperar, a percentagem de respostas “Pessoa religiosa” aumenta da Esquerda para a Direita, a percentagem de respostas “Uma pessoa não religiosa” e “Um ateu convicto” diminui da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Dos 83% da amostra que pertencem a alguma religião, 94% são católicos, 3% protestantes, 3% pertencem a outra, e um elemento é muçulmano e outro hindu. Há maior diversidade de religião na percentagem das respostas não católica para as Universidades públicas, sendo que a percentagem de respostas católica é superior para a Universidade privada, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

A confessionalidade não surge obviamente associada a uma prática religiosa, pelo que não se verifica uma taxa elevada de idas à igreja. Cerca de 5% dos estudantes declaram ir mais de uma vez por semana à igreja e 13% vão uma vez. Não conseguimos determinar se a ida à igreja se reveste de um carácter mais intimista ou se visa uma celebração comunitária, mas somos levados a considerar que esta ida regular à igreja se prende com a prática dominical, pelo que se somarmos as duas percentagens, obtemos valores na ordem dos 18%.

Como seria de esperar a percentagem de respostas “nunca ou quase nunca” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “uma vez por semana”, “uma vez por mês”, “no Natal/Páscoa” e “Outros dias religiosos” é superior para o sexo feminino. Verifica-se igualmente que as respostas relativas à realização de cerimónias religiosas para assinalar ritos de passagem, ou seja, “a. Nascimento”, “b. Casamento” e “c. Morte” são superiores para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Quanto à importância para a amostra total verifica-se que as respostas afirmativas são de 74% para morte, 67% para casamento e 64% para nascimento.

Apenas no que toca à realização de celebrações religiosas se encontra alguma diferença estatisticamente significativa entre os dados obtidos nas universidades públicas e nas privadas pois a totalidade das respostas “a. Nascimento”, “b. Casamento” e “c. Morte” são superiores para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

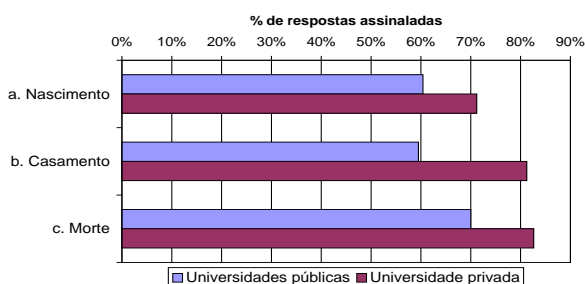


Figura 55: Distribuição dos Universitários por tipo de ensino, quanto à importância dos ritos de passagem religiosos

Parece-nos também pertinente aqui lembrar 55,5% dos estudantes universitários consideram que a Igreja enquanto instituição merece nenhuma ou pouca confiança e apenas 10,9% lhe atribuem muita confiança.

2.1.4.2.1. Representações sobre a Transcendência

Procurámos, ainda, saber quais as crenças sobre a transcendência, sobre o divino. Como podemos observar a larga maioria 75% acredita no transcendente, acredita na existência de algo superior ao ser humano. 43% da nossa amostra chamam-lhe Deus e 32% «uma espécie de espírito ou força viva». 14% não sabem o que pensar e 11% acreditam que não existe nenhuma entidade superior. Esta última percentagem corresponde grosso modo aos que anteriormente denominaram ateus convictos, pelo que é perfeitamente expectável. O interessante é verificar que o número dos que declaram acreditar nesta entidade superior é superior em 12% aos que se consideravam religiosos, o que parece indiciar que para estes indivíduos a transcendência transcende a própria religião, visto não ser necessário ser «religioso» para se acreditar nessa entidade superior.

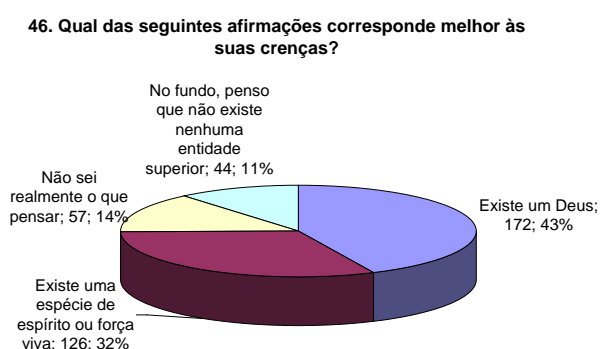


Figura 56: Distribuição dos Universitários, quanto à crença no transcendente

A percentagem de respostas “No fundo, penso que não existe nenhuma entidade superior” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “Existe um Deus” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Adicionalmente procurámos saber a importância de que se reveste Deus na vida dos estudantes universitários. A escala de importância, sendo uma escala decimal apresenta dois polos: um polo de importância negativa que vai de 1 a 5 e um polo de importância positiva de 6 a 10. Como podemos observar no gráfico, as respostas distribuem-se por toda a escala, sendo a polaridade favorável à menor importância por 51% a 49%. Verifica-se no entanto uma ligeira tendência central visto que o ponto intermédio da escala (5) é o que granjeia mais incidências

(14,4%). Verificamos que aparentemente os ateus convictos declarados se mantêm fiéis à sua posição, visto serem 12% os que afirmam atribuir «nenhuma importância» a Deus na sua vida.

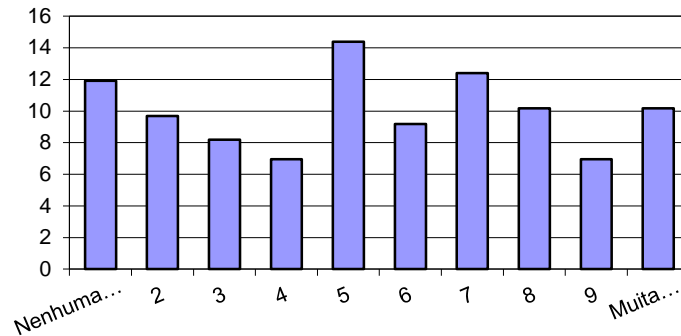


Figura 57: Distribuição dos Universitários, quanto à importância de Deus.

Observamos ainda que a importância que Deus tem na vida diminui com o aumento do rendimento, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Corroborando estes dados temos ainda a questão da frequência de ida à igreja em que a percentagem das respostas “Muito raramente” e “Nunca ou quase nunca” aumentam com o aumento do rendimento, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Conforme seria de esperar e tendo em conta o posicionamento político, a importância que Deus tem na vida aumenta da Esquerda para a Direita, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

2.2. Relatório das Entrevistas

Para proceder ao estudo das representações sociais dos valores junto dos estudantes universitários, elaborámos um questionário de associação livre que apresentava 100 vocábulos, dos quais 69 se prendiam mais ou menos diretamente com a questão dos valores e os restantes 21 serviam para promover a transição e manter a associação livre de qualquer fio condutor que não o estímulo verbal e consequentemente não serão objeto de tratamento em termos de análise de conteúdo. Elaborámos uma outra ficha onde pedíamos que atribuíssem a quarenta conceitos uma valoração positiva, neutra ou negativa, e medimos o tempo de resposta, no sentido de ver se a associação era imediata, ou mediata. Adicionalmente pedimos também que construíssem o mapa conceptual da palavra «valor». Realizámos no total 20 entrevistas com os estudantes universitários da amostra que se disponibilizaram para o fazer. Verificámos entretanto que uma das estudantes não tem nacionalidade portuguesa (é angolana) e que algumas das suas respostas apresentam um desvio relativo face ao padrão, diferença que vamos procurar apresentar no final deste capítulo, pelo que resolvemos excluí-la desta análise.

Por uma questão de organização esquemática, vamos apresentar primeiramente os resultados obtidos com a ficha de associação livre, contudo faremos conexões com os restantes instrumentos da entrevista sempre que considerarmos pertinente, para reforçar este ou aquele aspeto. Apresentaremos de seguida um gráfico com os resultados da valoração dos conceitos e procuraremos integrar os resultados no trabalho apresentado previamente. Por fim faremos uma análise sumária dos mapas concetuais, que apresentaremos em anexo no final do texto, detendo-nos apenas em aspetos que revelem alguma reincidência e significância para a problemática em estudo.

2.2.1. Questionário de Associação Livre

Na análise, que vamos efetuar, vamos representar as palavras que se referem a um mesmo valor sob a mesma categoria, (ex. salário, dinheiro, rico e caro na categoria materialismo) e vamos tratar dicotomias de valores (ex. novo / velho) como complementares. Apresentamos para exemplificar, a representação social de um vocábulo que introduzimos apenas para apresentar a temática e iniciar o questionário. Como podemos ver no esquema ao lado, a palavra «cabeça», surge representada em dois planos: o plano físico e o plano intelectual. As associações mais frequentes são «cabelo», com cinco ocorrências, seguida de «cérebro» e «pensamento», com três ocorrências. A literatura sobre metodologia científica (Bardin, 1977; Vergés, 2003) considera que cinco são o número a partir do qual se pode considerar a frequência como relevante, pelo que aqui apenas o vocábulo «cabelo» merece tal adjetivação.

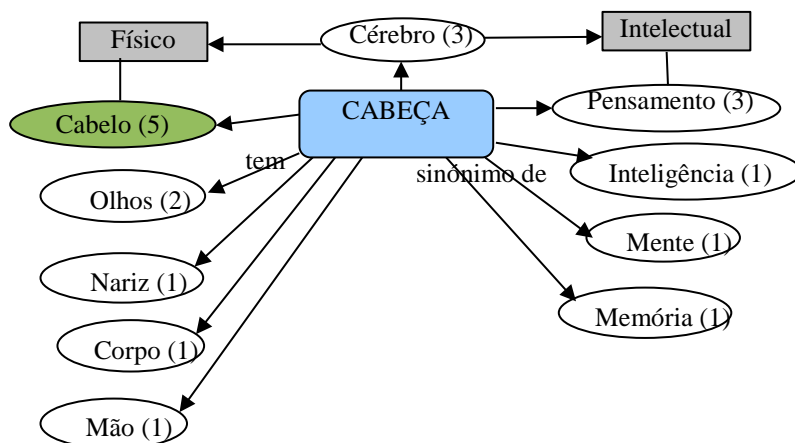


Figura 58: Representação social do conceito «cabeça» - esquema-modelo

Em termos gráficos, representamos o nóculo central, ou seja, o conceito-organizador da representação social, num retângulo azul de pontas arredondadas; os planos organizadores do conceito são introduzidos num retângulo cinzento, e a enunciação que possuir uma frequência igual ou superior a 5 numa oval verde. As restantes enunciações, representadas em ovals brancas e com a frequência de enunciação indicada entre parênteses, agregam-se ao redor do nóculo central, com setas direcionais e frases de ligação sempre que pertinente e/ou necessário. No caso de representações mais complexas, onde se agrupem vários conceitos convergentes, os vocábulos que despoletam a associação surgem capitalizados e num retângulo amarelo.

Apresentamos agora o conjunto das representações sociais de valores partindo dos resultados obtidos na ficha de associação livre das entrevistas. Começaremos por dar conta da representação do vocábulo «Valor», e seguidamente apresentaremos *clusters* de vocábulos que se prendem com a temática dos valores, agrupando-os tendo em conta as correlações que foram estabelecidas pelos entrevistados. Apresentaremos por isso 6 *clusters*: 1) Família; 2) Dinheiro; 3) Sociedade; 4) Moral; 5) Religião; e por último 6) Natureza. A ordem de apresentação dos *clusters* segue de certa forma a ordem de valores estabelecida pelo EVS e evidenciada no questionário que passámos e não se relaciona minimamente com a ordem de apresentação dos vocábulos no instrumento de Associação Livre que utilizámos nas entrevistas. Visto as temáticas serem bastante abrangentes, cada um destes *clusters* será composto por dois ou três subgrupos, que apresentarão um conceito-organizador secundário, que se correlaciona obviamente com a temática a abordar.

O *cluster* 2) Dinheiro, apesar de não ser um item trabalhado per si no questionário, onde surge associado ao item «Trabalho», aparece aqui na tentativa de explorar a relação dos inquiridos com a questão dos valores materiais. O trabalho é obviamente considerado um valor pela maioria dos inquiridos e dadas as respostas obtidas no questionário, que, como vimos, tratam a questão dos valores do trabalho de forma detalhada, pareceu-nos pouco pertinente

incluí-lo também aqui como item, pelo que preferimos dar maior importância à questão da remuneração e da relação com o dinheiro/riqueza. A relativa menor importância dada ao salário (que surgia em quarto lugar para os universitários, enquanto que para a população em geral se revestia de grande importância, estando em pé de igualdade com a segurança no emprego) levou-nos a procurar explorar mais esta questão da relação dos universitários com o dinheiro.

O último *cluster*, 6) Natureza, aparece apenas marginalmente tratado no questionário e também não se reveste de particular destaque aqui, pois é nosso entender que as questões ambientais, dada a sua proeminência na comunicação social e no *socialmente correto*, se banalizaram em termos de aceitação pelo menos teórica, pelo que dificilmente iríamos obter qualquer dado que pudesse contrariar esta tendência. Muitos dos itens relacionados com esta temática pretendiam apenas servir como conceitos de transição, contudo obtivemos alguns dados interessantes, pelo que vale a pena incluí-los.

2.2.1.1. Representação Social do conceito «Valor»

Como podemos verificar, surgem tentativas de definição do conceito enquanto «ideia» ou «crença», e qualificações que traduzem as atribuições positivas associadas a «valor», que é algo «valioso», «positivo», «bom» e «necessário». Adicionalmente e apesar de não surgir em número significativo (apenas 4 enunciações), a associação mais frequente com a palavra «valor» é «dinheiro». Surge ainda a palavra «riqueza» que podemos associar a «dinheiro» ao referirmos os valores materiais. Por outro lado surgem associações de natureza mais imaterial, na medida em que há referência à «moral» e à «ética» enquanto recetáculos de valores ou «princípios», ou seja, regras orientadoras da vida social. Surgem ainda exemplos de valores imateriais, possivelmente aqueles a que os entrevistados atribuem mais importância, ou seja, a «família», a «liberdade» e o «respeito»¹⁸.

¹⁸ Como veremos posteriormente, o respeito é o valor mais consensual em termos de valorização positiva junto dos estudantes entrevistados.

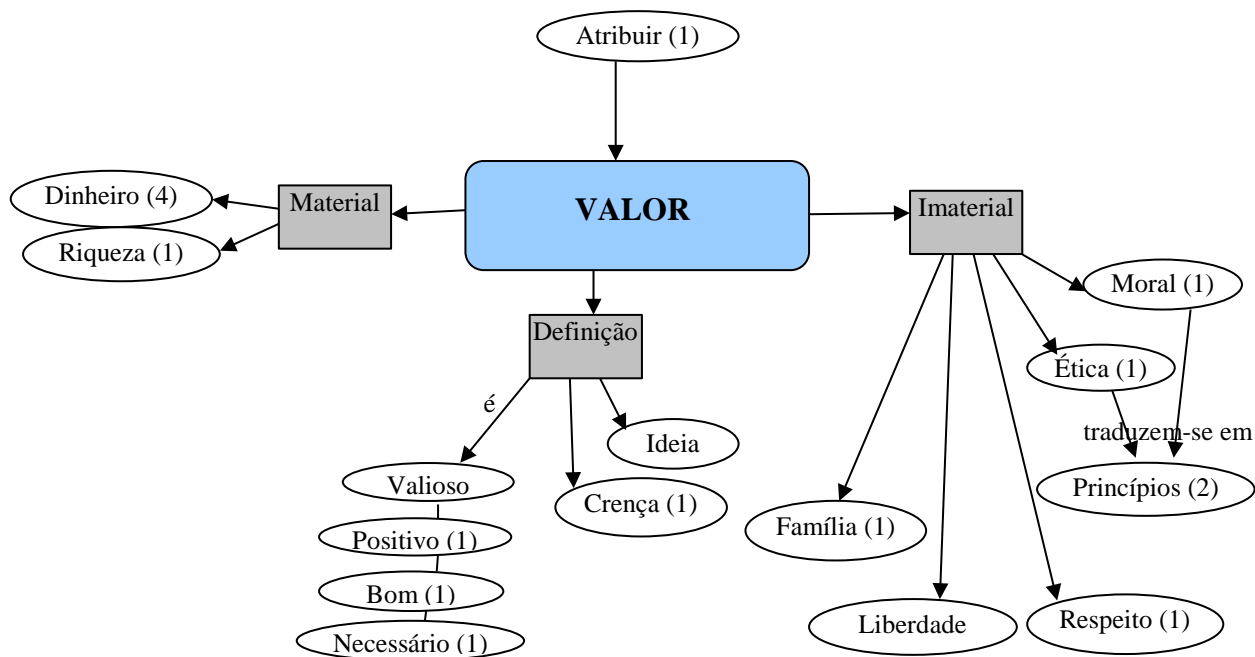


Figura 59: Representação social do conceito «valor»

A multiplicidade de associações, bem como a mediatização do tempo de resposta para quase todos os entrevistados, leva-nos a ponderar a dificuldade revelada pela maioria dos estudantes universitários entrevistados, que representam, de certo modo, a nata intelectual da sociedade, em definir consensualmente a questão dos valores, o que traduz, por um lado, a complexidade do termo dadas as conotações que lhe são atribuídas e por outro lado, revela a pertinência do nosso estudo, pois inclusivamente é um dos vocábulos onde o tempo de reação e resposta foi mais mediato, ou seja, verificámos que a resposta mais frequente («dinheiro» e «riqueza») surge sempre de forma imediata, contudo, respostas como «moral» ou «princípios», «família» ou «respeito» surgem apenas após reflexão, donde que a conotação mais frequente é mesmo com os valores materiais. No entanto, e como veremos posteriormente, o conceito «dinheiro» levanta algumas questões interessantes em termos de aceitação ou rejeição.

2.2.1.2. Representação Social do conceito «Família»

Sendo o aspeto da vida quotidiana a que os estudantes dão maior importância, este *cluster* é ainda um dos mais complexos, pois apresenta múltiplas dimensões, quer se trate da família *strictu sensu*, ou seja, a família enquanto laços familiares, quer se trate da dimensão relacional, ou da dicotomia homem/mulher, pelo que optámos em apresentar primeiro uma representação sumária dos conceitos associados, e seguidamente apresentamos as representações sociais respeitantes a este *cluster* de forma mais detalhada

Como podemos observar, na página seguinte, a quantidade de associações é bastante significativa, pelo que as agrupámos em cinco pilares, nomeadamente, 1) a família enquanto relação humana; 2) a família enquanto espaço de fidelidade; 3) a família enquanto base social; 4) a família enquanto espaço de abrigo; e finalmente 5) a família em processo de desintegração.

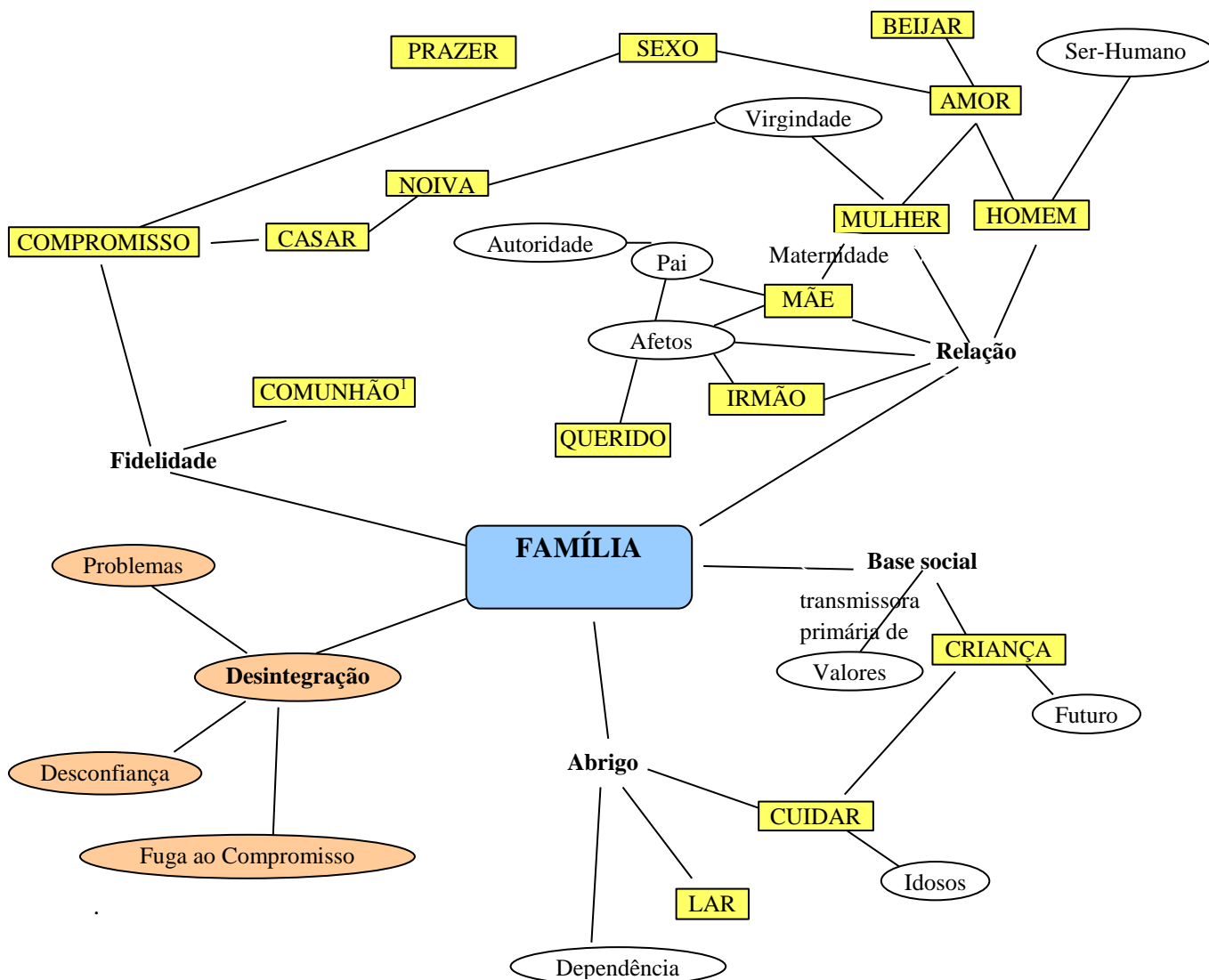


Figura 60: Representação social sumária do conceito «Família»

2.2.1.2.1. A família em processo de desintegração

Começaremos por este último, que se nos afigura como o mais preocupante, e infelizmente começa a ter maior expressão na sociedade portuguesa, mas é também o que apresenta aqui menos ramificações. O fator mais preocupante, a nosso ver, prende-se com a

perda completa do valor «família» pois ao dar-se esta desintegração, as representações mentais da família enquanto relação, enquanto espaço de compromisso e enquanto espaço de abrigo estilhaçam-se por completo, e verifica-se que inclusivamente passa a haver no indivíduo uma completa negação de tudo o que diga respeito a esta instituição social aplicada a si, ou seja, nega-se a possibilidade de casamento, afirma-se a descrença no amor e o compromisso surge apenas enquanto fuga, contudo aceita-se a instituição social no seu abstrato, uma vez que continua a pensar-se na relação enquanto compromisso, no casamento enquanto comunhão e na promiscuidade enquanto pecado.

Apesar de tudo, verifica-se que este processo de desintegração familiar não afeta, felizmente, a larga maioria dos estudantes e como referimos quase 90% dos inquiridos no questionário apresentam a família como aspeto mais importante do seu quotidiano, pelo que as associações que surgem motivadas pelo conceito «família» são bastante positivas e orientadas para os pilares de que falámos.

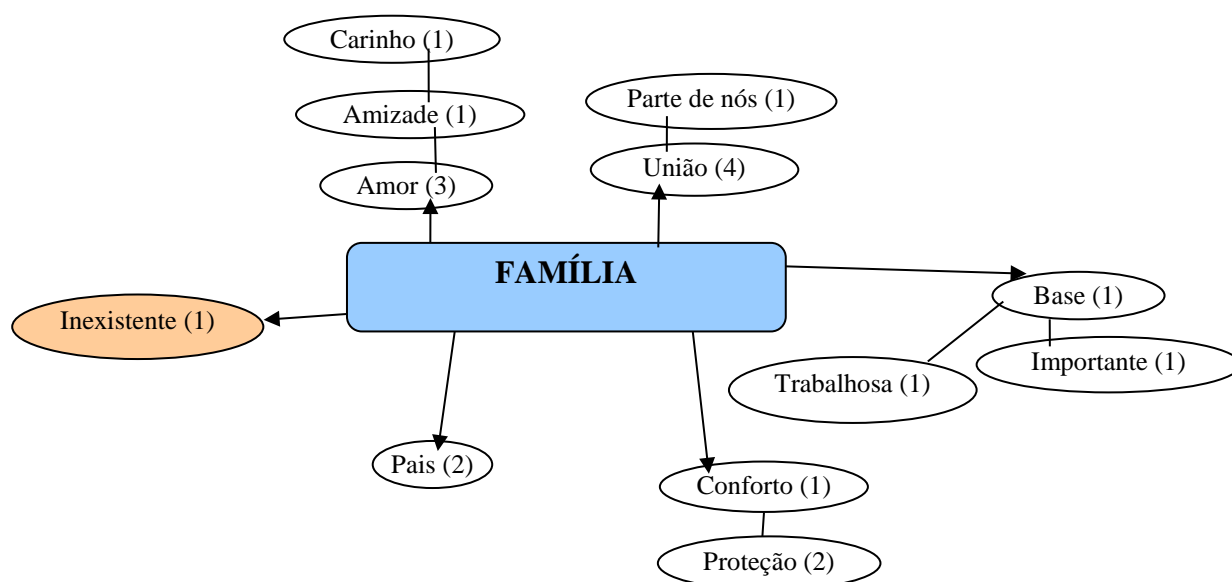


Figura 61: Representação social imediata do conceito «Família»

Convém mais uma vez salientar que a maior parte dos entrevistados, à semelhança do que acontecia com os respondentes do inquérito, são solteiros e vivem com os pais, pelo que as suas representações sobre a família derivam da sua posição de filhos e não de progenitor e situam-se muito no campo do desejável ou das expectativas que colocam a si mesmos em termos de futuro familiar. Verifica-se que a união familiar, que associamos ao pilar «fidelidade» e os afetos, associados ao pilar «relação», são as associações mais representadas.

2.2.1.2.2. A família enquanto espaço de abrigo

Observamos de seguida a representação da família enquanto espaço de abrigo. Associámos a este pilar seis dos conceitos- estímulos indutores que utilizámos na entrevista, nomeadamente «lar», «cuidar», «mãe», «velho», «dependência» e «autonomia», contudo, e dada a multiplicidade de conotações, nos quatro últimos apenas agregamos as associações especificamente relacionadas com este pilar do conceito «família». Aquando do desenho do guião de entrevista, o conceito «confiar» foi também incorporado para se agregar neste pilar, contudo verificámos pelos resultados que a família de origem (pais e irmãos) não surgia contemplada em nenhuma associação com o conceito e surgia apenas a associação «marido», a que a entrevistada acrescentou «É o meu melhor amigo.», pelo que nos apercebemos que a confiança se prende mais com a representação da amizade, especialmente com o guardar segredo, e não tanto com a representação da família enquanto espaço de abrigo.

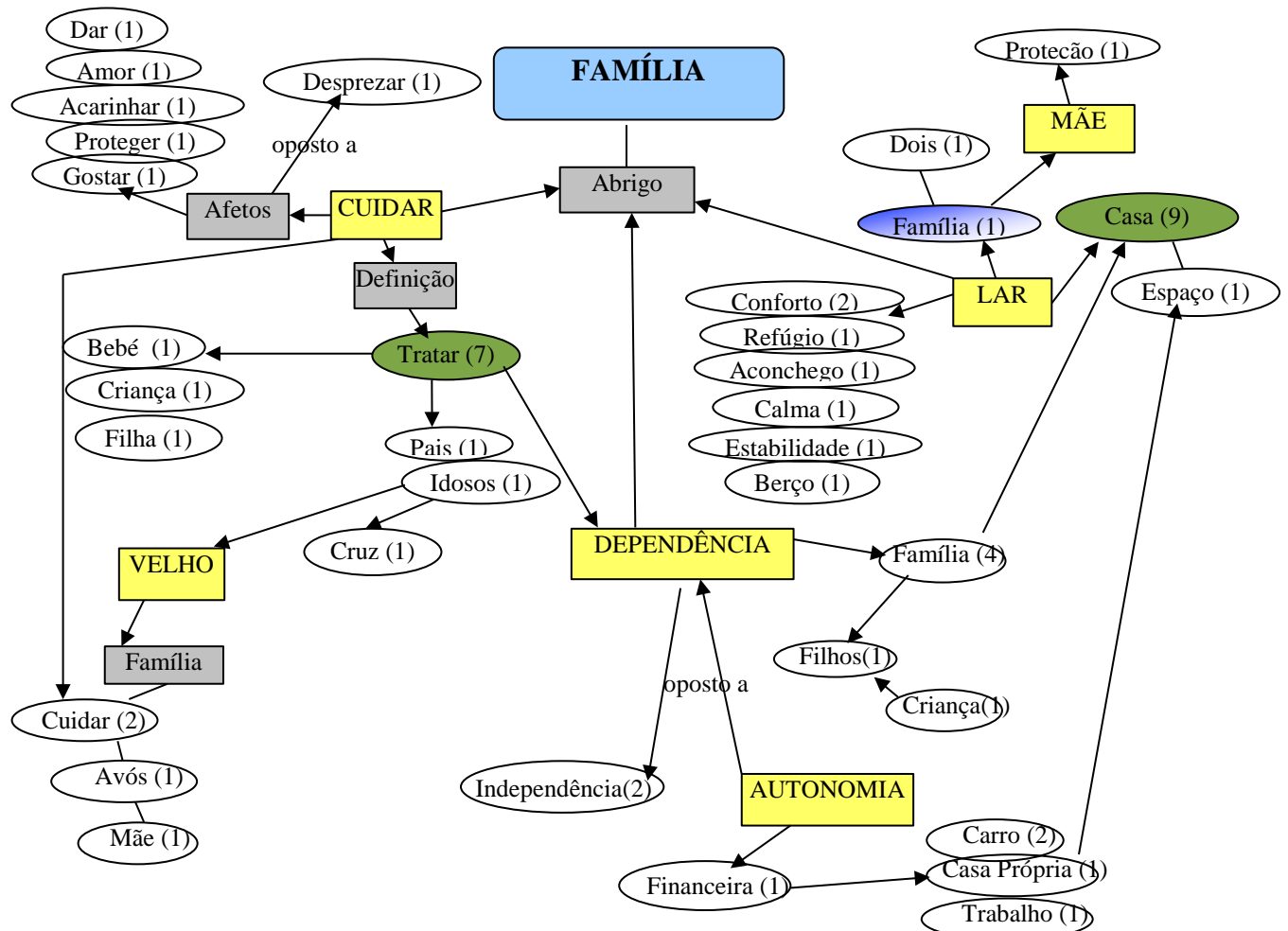


Figura 62: Representação social do conceito «Família - espaço de abrigo»

As associações relacionadas com o estímulo «lar», o mais imediato na percepção da família enquanto espaço de abrigo, são dominadas pelo aspeto físico, ou seja, nove entrevistados referem a associação «casa» e um refere claramente a noção de «espaço», remetendo claramente para uma associação com um espaço físico, em detrimento de um espaço emocional, conotado com conforto e proteção que é apontado por sete entrevistados, sendo que um dos entrevistados associa claramente o conceito «lar» com o conceito-organizador «família» e outro associa com uma projeção de futuro familiar ideal – o casal, o início da nova família. De salientar que apenas um dos entrevistados do sexo masculino referiu outra representação que a do lar enquanto espaço físico, pelo que é de colocar a suposição que o «lar» para os homens se prende primeiramente com o espaço físico, enquanto para as mulheres é fundamentalmente espaço emocional.

Verifica-se uma questão semelhante quando observamos o outro conceito-estímulo «cuidar» onde verificamos que a quase totalidade dos homens ou fornece uma definição, associando «cuidar» a «tratar» ou refere exemplos de pessoas a cuidar («pais», «idosos», «bebé»), enquanto as entrevistadas do sexo feminino associam «cuidar» a afetos («acarinhar», «amor», «gostar», «dar», «proteger», «desprezar»). Verifica-se ainda que um entrevistado associa negativamente «cuidar» a «cruz», nomeadamente à obrigação de ter de cuidar dos idosos, claramente em oposição a todos os sentimentos positivos referidos pelas entrevistadas. De qualquer modo, verifica-se que a associação mais frequente, com sete ocorrências, é o sinónimo «tratar». Os exemplos de pessoas a tratar, como vimos anteriormente, referem os idosos e por antecipação os pais, que serão idosos no futuro, o que nos remete para outro conceito-estímulo «velho» que se relaciona de forma parcelar com este conceito-organizador «família», na medida em que repete o conceito «cuidar» e acrescenta elementos da família que são considerados velhos: «avós» e «mãe».

O outro conceito-estímulo que se relaciona parcelarmente com este pilar é «dependência», uma vez que, e mais uma vez por estarmos perante um universo maioritariamente formado por jovens estudantes não emancipados, a associação que apresenta maior frequência (concorrendo com a associação «drogas», ambos com quatro ocorrências) com este conceito-estímulo é «família», o que significa que estes jovens se sentem claramente dependentes da família em questões financeiras, mas também emocionais, visto, como veremos posteriormente associarem a figura paterna à autoridade e a materna aos afetos («amor», «proteção», etc.).

Vemos refletido o exposto anteriormente nas representações que surgem aqui associadas ao conceito-estímulo «autonomia», que se refere neste caso à autonomia financeira

da família que o trabalho vai possibilitar no futuro, e que se traduz na compra de carro e de casa própria.

2.2.1.2.3. A família enquanto base social

A família enquanto base social surge fundamentalmente das associações traçadas nos mapas conceituais, e na sua explicitação, onde doze dos dezanove entrevistados referem a família como transmissora primária, fonte e origem dos valores sociais que lhes servem como referência para a vida, como por exemplo o «respeito», que dois entrevistados associam diretamente aos pais.

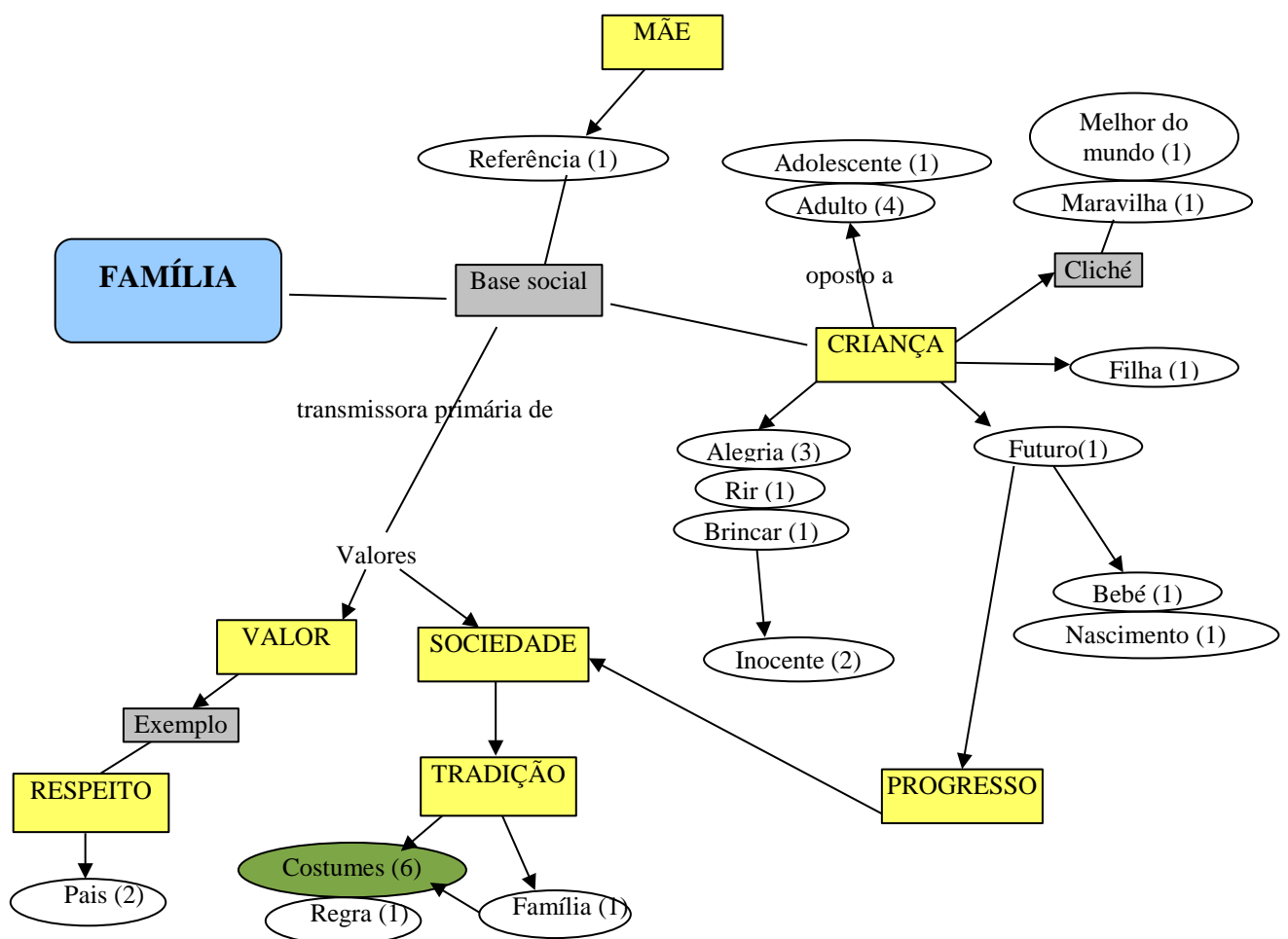


Figura 63: Representação social do conceito «Família – base social»

Deste pilar, apresentamos apenas por completo as associações ao conceito-estímulo «criança», visto que os restantes conceitos-estímulo associados a este pilar, nomeadamente «valor», «sociedade», «tradição» e «progresso», ou já foram objetos de tratamento – no caso do

conceito-estímulo «valor», ou serão objetos de tratamento ligados ao *cluster* «sociedade». Apresentamos ainda uma relação parcelar ao conceito-estímulo «mãe», que é referida como «referência», ou seja, alguém cujo comportamento é tido como modelo de atuação na sociedade. No caso deste conceito a maioria das associações prende-se com o pilar «relação» que apresentaremos de seguida.

A família surge ligada à tradição, ou seja, é no seio familiar que se perpetuam tradições (festas, celebrações, etc.), e se aprendem os costumes e regras sociais. Simultaneamente surge também associada ao progresso da sociedade por possibilitar a sua renovação através da procriação, donde uma das associações ao conceito-estímulo «criança» ser a ideia de que ela é o «futuro». Surge ainda o cliché emprestado do poema *Liberdade* de Fernando Pessoa de que são «o melhor do mundo» e uma «maravilha», contudo observamos que estes clichés são já relativamente datados, pois são os alunos mais velhos (com mais de 40 anos) que os utilizam. Verificamos ainda que a associação mais frequente, com quatro ocorrências, é a oposição ao vocábulo «adulto», e que a outra associação com pertinência é ao conceito «alegria» a que se juntam «rir» e «brincar», que traduzem a imagem da despreocupação infantil, da «inocência» (outro conceito referido) dos assuntos sérios do mundo dos adultos.

2.2.1.2.4.A família enquanto espaço de fidelidade

A este pilar da família enquanto espaço de fidelidade, associamos quatro conceitos-estímulo, a saber, «compromisso», «casar», «noiva» e «comunhão», este último de forma parcelar, pois esta foi apenas uma das interpretações dadas a este conceito-estímulo. Convém ainda frisar que estes conceitos surgem agregados ao nóculo central «relação» pois muitas das representações referentes à relação amorosa se encontram firmemente imbricadas com esta questão da fidelidade, e verificamos que a representação «compromisso», com seis ocorrências, é a mais frequente quando o estímulo-indutor é «relação».

Conforme tínhamos referido no ponto 2.2.1.2.1., a desintegração familiar, provocada pelo fim do casamento dos progenitores, associada a problemas de infidelidade e quebra do compromisso familiar, causa negação de todos os aspetos pessoais ligados ao casamento, como podemos observar nas representações que surgem nas ovas laranja, contudo não é suficiente para destruir as noções mais abstratas face ao casamento, pois, para a mesma entrevistada, a «comunhão» representa o «matrimónio».

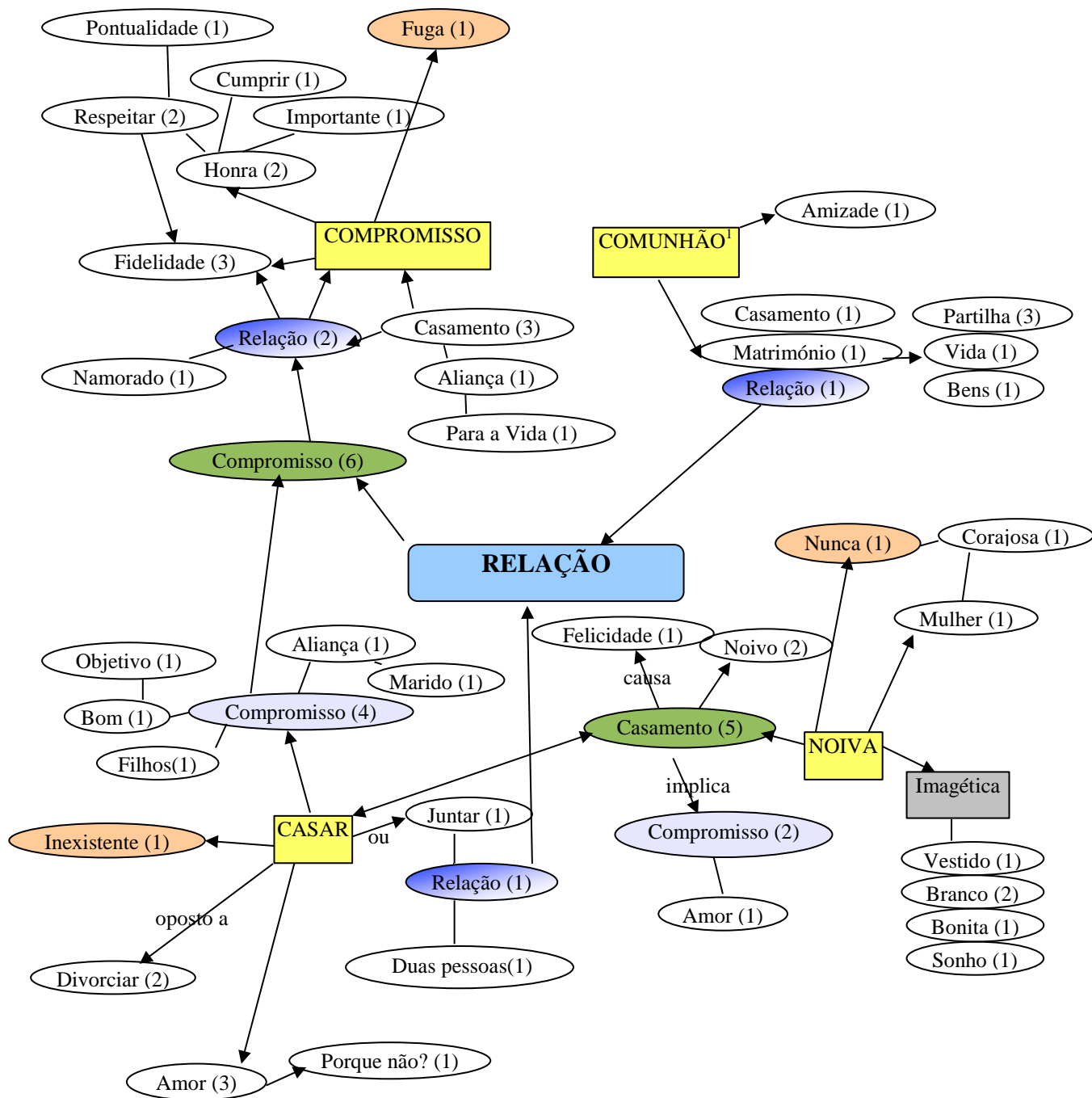


Figura 64: Representação social do conceito «Família – compromisso»

Verificamos então que as representações mais frequentes associadas ao conceito-estímulo «compromisso» são «fidelidade» e «casamento», com três ocorrências cada, que podemos alargar pelas imagens associadas da «aliança» e do «para a vida», apresentadas por mais dois entrevistados. É interessante verificar que a associação direta do compromisso ao casamento apenas surge nos entrevistados do sexo masculino, onde três entrevistados referem «casamento» e um refere «aliança», enquanto para o sexo feminino o compromisso parece ser prévio ao casamento, pois surgem ocorrências como «relação», «namorado», que pressupõem a

existência de um vínculo relacional sério antes do vínculo contratual efetivo, marcado pela troca das alianças. O que poderá fazer supor, e corroborando os dados recolhidos sobre a temática no inquérito, que a fidelidade pré-casamento é mais importante para as mulheres que para os homens. A representação «fidelidade» associada a «compromisso» surge, no entanto, para ambos os sexos, e como vimos anteriormente é apontada por 86% dos inquiridos como sendo muito importante para garantir um casamento feliz.

Existem ainda associações de «compromisso» a valores como «honra» e respeito, e, contrariamente ao que seria de esperar, por esse ideário estar mais relacionado com o cavalheirismo, nomeadamente, a palavra de honra que sela o acordo de cavalheiros, etc., o conceito «honra» é introduzido por duas entrevistadas. Assumimos aqui que as representações «respeitar» e «cumprir» surgem como sinónimos de «honrar» um «compromisso» donde a sua associação a este conceito.

O conceito-estímulo «casar» surge igualmente associado a «compromisso», que com quatro ocorrências é a representação mais frequente. Este conceito-estímulo, no entanto, introduz uma nova variável: o «amor», que no entanto tem apenas três ocorrências, pelo que amar não implica necessariamente casar, há ainda a possibilidade de uma relação entre duas pessoas sem o vínculo contratual, ou seja, o viver em união de fato, fato que nos é apresentado pelas ocorrências «juntar», «relação» e «duas pessoas», que associámos, pois são todas instâncias em que um casal pode experimentar a vida a dois sem efetivamente celebrar um contrato. De notar que estas três ocorrências surgem apresentadas por entrevistados do sexo masculino. Por contraponto, surgem duas ocorrências onde a oposição em termos de ideário é clara, ou seja, em que a representação induzida por «casar» é «divorciar».

Associada a questão do casamento e partilhando o mesmo espaço representacional, surge ainda o conceito-estímulo «noiva», cuja associação mais frequente é obviamente a «casamento» (cinco ocorrências). Verifica-se ainda duas ocorrências da associação de «noiva» a «compromisso» e apenas uma a «amor». Surge ainda toda a imagética associada à noiva no dia do casamento, ou seja, o «branco» (duas ocorrências), como sinónimo de virgindade, que como veremos posteriormente ainda é associado a mulher, o «vestido», a noiva que sempre está «bonita» e o casamento de «sonho».

Associados ainda ao nódulo central «relação», surge ainda um outro conjunto de conceitos-estímulo, que se prendem com a relação amorosa, como podemos ver no esquema, e que engloba os conceitos-estímulo «amor», «sexo», «prazer» e «beijar». Verificamos que o nódulo-central «relação» se subdivide em diferentes tipos, contudo, como já vimos, a representação «compromisso», de certo modo, funciona como condição *sine qua non* para a existência dessas relações, visto quase todas elas implicarem um compromisso e

simultaneamente uma «dádiva» de si, quer sejam relações de índole «amorosa», como o «casamento» e o namoro, quer sejam relações de «amizade» (quatro ocorrências), quer a relação «pedagógica», ou mesmo as relações na «sociedade», que implicam um compromisso, ou contrato social. Há ainda quem se revele «desorientado» na sua relação e quem busque o prazer numa relação «prazerosa».

Contudo se o compromisso se revelava extremamente importante para o casamento e para a percepção da família enquanto espaço de fidelidade, para a relação amorosa per si parece ser secundário. As representações associadas ao conceito-estímulo «amor» estão profundamente ligadas à experiência pessoal de amar e apesar de haver algum esboçar de uma definição ao falar de «relação» a «dois», ou «paixão», ou mesmo «romance», como acontecia com o conceito-estímulo «valor», a quantidade e diversidade de associações impõe-se como característica essencial. E se por um lado o «amor» traz «felicidade», é «muito bom», «reconfortante» e por isso “quero «muito»” amor, por outro lado revela-se «hoje» «elusivo» (esquivo), traz «dúvidas», por isso “sou «descrente»”.

De qualquer modo, as representações subjetivas positivas são superiores às negativas, e mesmo as negativas, (exceção feita à oval laranja) representam um desejo, uma vontade de amar, que se reflete, como veremos posteriormente, na associação do conceito «amor» a um valor positivo por todos os entrevistados, com exceção da entrevistada que se revela descrente pelos motivos já indicados de desintegração familiar, mas que mesmo assim lhe atribui um valor neutro.

Claramente associado à relação amorosa, surge outro conceito-estímulo, «beijar», visto que a representação mais frequente, com seis ocorrências, é «amor», que se desdobra ainda em «namorar», «acarinhar» e «sedução». As restantes representações prendem-se com a experiência sensorial de «beijar», e são «gostar», «agradável», «prazer», «bom», etc.

Seria igualmente de esperar que «amor» fosse a representação mais frequente para o conceito-estímulo «sexo» que também surge neste esquema, especialmente dadas as respostas ao questionário, em que 72% dos estudantes refere que o amor é condição essencial para o relacionamento sexual. Verifica-se, no entanto, que a representação mais frequente tem a ver com a caracterização da experiência sexual em si, visto ser «bom» que a palavra mais referida com cinco ocorrências. «Amor» surge apenas referido por duas das entrevistadas e «compromisso» e «relação» por dois dos entrevistados. Considerando, no entanto, as representações associadas a «beijar», que faz parte do universo dos preliminares sexuais, e especialmente a mais frequente, «amor», as respostas ao conceito-estímulo «sexo» parecem fazer-nos crer que beijar implica maior relação, maior intimidade que a relação sexual, o que, se nos afigura quase como uma sobrecompensação em termos discursivos, ou uma tentativa de

soar moderno e sem preconceitos, especialmente se atentarmos às restantes características que surgem como representações: «necessário», com duas ocorrências, «essencial» e «natural».

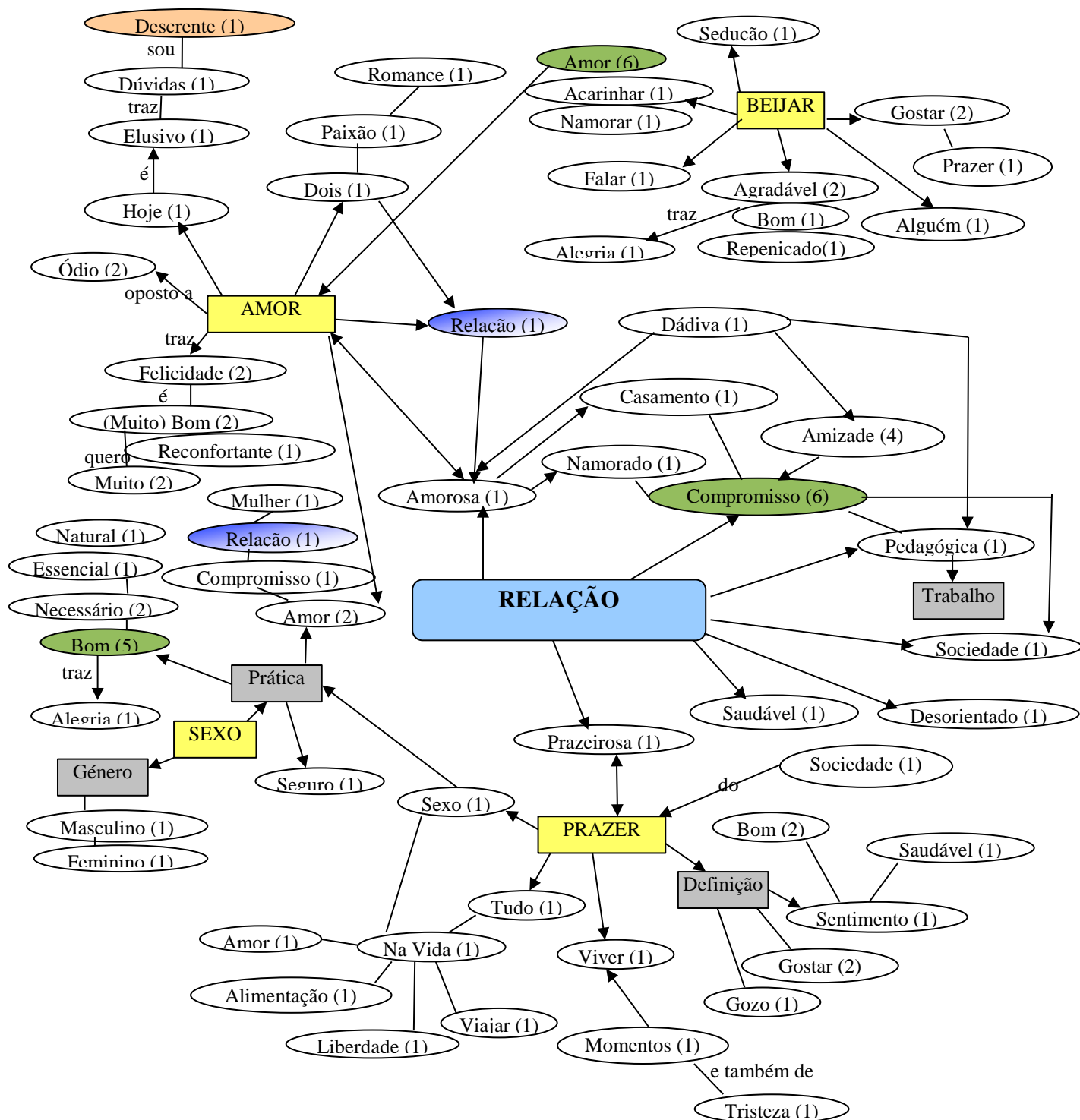


Figura 65: Representação social do conceito «Família – relação»

Não estamos, de forma alguma, a inferir que as representações são falsas, pelo contrário, estamos a sinalizar que, na tentativa de escapar de um pendor repressivo e velado sobre questões de índole sexual que caracterizava o discurso das décadas anteriores, estamos agora nos seus antípodas e torna-se imperativo afirmar a essencialidade, a naturalidade, a necessidade imanente à relação sexual. Este fato torna-se ainda mais evidente se atentarmos à imediatização ou à mediatização da resposta face aos estímulo-indutor. A característica «bom» é atribuída a «sexo» de forma imediata, ou seja, o tempo de resposta é um ou dois segundos após a indução, e o mesmo sucede com a resposta «amor» quando o estímulo-indutor é «beijar» ou «sexo», ou seja, a resposta é imediata. Quando as respostas são «necessário», «essencial» ou «natural», o tempo de resposta é mediato (de três a cinco segundos), ou seja, não ocorre imediatamente, o que implica que houve um tempo para analisar a resposta imediata que se ia dar e que não satisfaz os critérios discursivos e se procurou outra que fosse mais adequada.

Esta situação é igualmente muitíssimo frequente quando o conceito-estímulo é «prazer», ou seja, a maior parte dos entrevistados (treze em vinte) precisa de algum tempo para responder, na sua perspetiva adequadamente, a este indutor, e há inclusivamente uma não-resposta. Como podemos ver é um conceito com uma vasta rede de associações, sem que alguma apresente uma frequência significativa. As associações imediatas com este conceito-estímulo são as que oferecem sinónimos da palavra («gozo» e «gosto»), e as mais genéricas («sociedade» e «na vida»). Das restantes apenas «amor» surge como representação com associação imediata a «prazer», as restantes representações surgem sempre após período de reflexão, o que pode indiciar uma de duas situações: ou é um conceito-estímulo que causa alguma estranheza ou perplexidade aos entrevistados, ou o estímulo induz respostas que, na opinião do emissor, é necessário censurar, donde o tempo de resposta mediato.

As associações aos conceito-estímulo «prazer» situam-se em todo o espectro da escala hedonista na medida em que surge associado a «tudo» «na vida»: «alimentação», «viajar», «sexo», «amor», «liberdade», em suma, prazer de «viver». Há ainda a obscura associação de prazer a «tristeza» e a preocupação de o caracterizar como «saudável», não sabemos se por oposição a prazeres doentios, (e.g. pedofilia) ou se para reforçar a legitimidade de se sentir prazer.

2.2.1.2.5. A família enquanto relação humana

Ao falarmos da família enquanto relação humana temos inicialmente que falar da questão do relacionamento homem-mulher, e utilizaremos para isso as representações induzidas respetivamente pelos conceitos-estímulo «homem» e «mulher» e as diferentes associações que

lhe estão agregadas, incluindo a associação ao conceito-estímulo «virgem» e posteriormente falaremos das relações familiares, remetendo para as associações aos conceitos-estímulo «mãe», «irmão» e «querido».

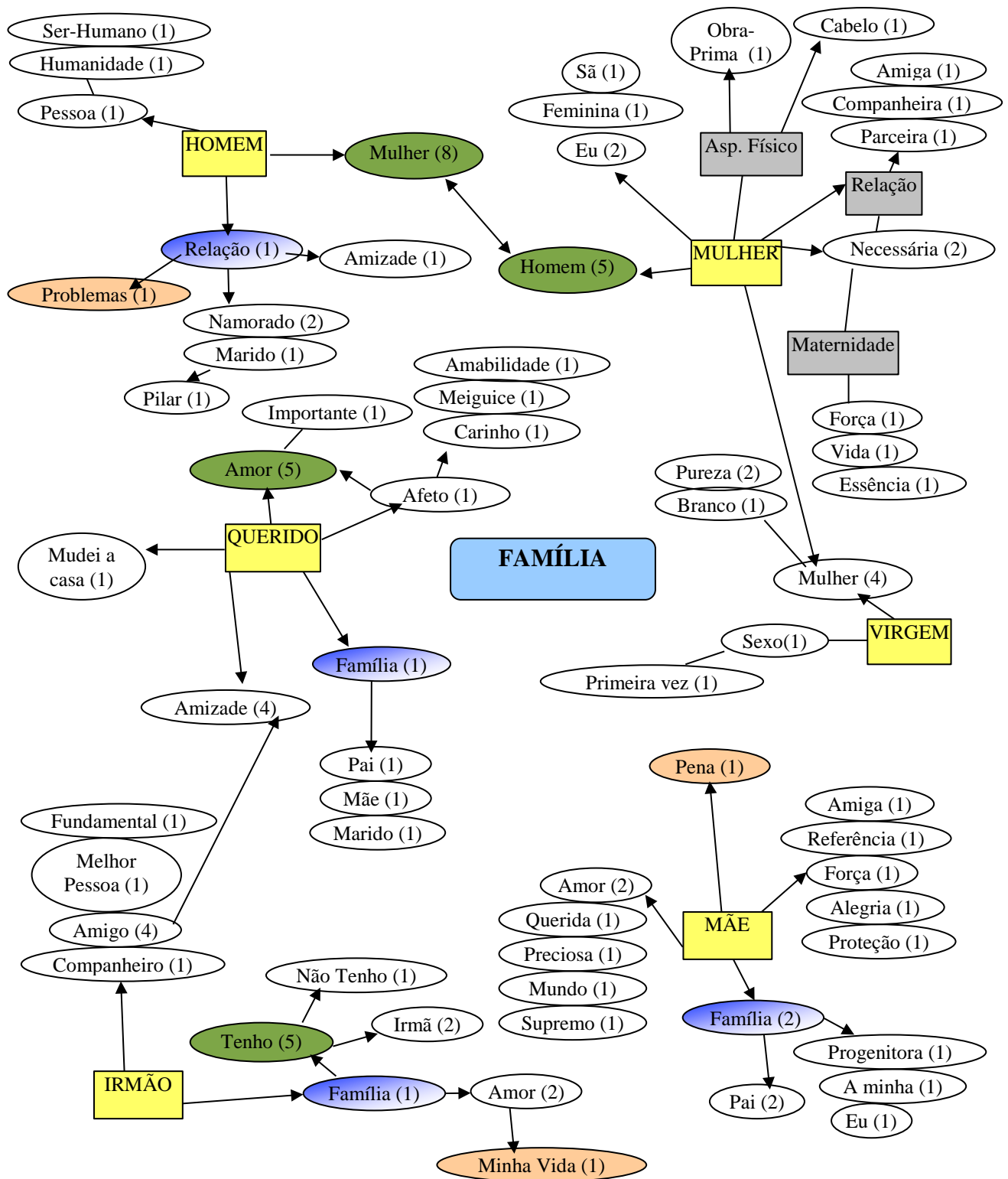


Figura 66: Representação social do conceito «Família – relação humana»

A representação que apresenta maior frequência associada ao conceito-estímulo «homem» é obviamente «mulher» com oito ocorrências. Adicionalmente surgem ainda representações associadas ao conceito «relação», nomeadamente «marido» e «namorado», por um lado, representando a relação amorosa, que por vezes causa «problemas» (oval laranja). Por outro lado temos relações de «amizade». Surge ainda uma outra representação pertinente, a representação de «homem» enquanto «pessoa», «ser humano» e «humanidade», ou seja, o conceito a que nos referimos frequentemente como Homem com H maiúsculo.

Quanto ao conceito-estímulo «mulher» a associação com «homem» é igualmente a mais frequente, contudo ocorre apenas cinco vezes, o que poderá indiciar que haverá um maior leque de representações. Surge como novidade a representação associada ao aspeto físico, nomeadamente o «cabelo», longo e sedoso, que representa a feminilidade para a maioria das culturas, e a menção «obra-prima» que remete para a beleza feminina e a perfeição associada normalmente à imagem do belo feminino. Existe ainda a mesma representação associada ao conceito «relação» em que a mulher é percebida como «amiga», «companheira» e «parceira», sendo ainda referida por dois entrevistados do sexo masculino como «necessária», quer como interveniente no relacionamento amoroso, quer no outro papel que lhe está igualmente atribuído nas representações habituais, e que aqui também se encontra presente: a maternidade. A mulher é representada enquanto mãe, sendo associada a conceitos como «força», «vida» e «essência», tradicionalmente relacionados com a capacidade procriadora e geradora de vida.

¹⁹No caso do conceito-estímulo «virgem», a representação mais frequente, signos (seis ocorrências) não foi incluída visto não ser pertinente para este esquema, que procura complementar a representação do conceito-estímulo «mulher». Verifica-se, no entanto, que a associação de «virgem» a «mulher» continua a estar muitíssimo presente na imagética feminina, especialmente no imaginário masculino, pois três destas associações são estabelecidas por homens. No imaginário feminino a associação faz-se pela imagem da noiva de «branco», símbolo de «pureza» virginal.

O conceito-estímulo «mãe» é igualmente um conceito com um leque muito vasto de associações diferenciadas, apesar de as podermos agrupar em três representações primárias: «mãe» enquanto sublimação do amor, a que surgem associados conceitos como «amor»,

¹⁹ De salientar que, ao contrário do que acontece com o conceito-estímulo «homem», não encontramos qualquer associação com a noção de «pessoa» ou «ser humano» na representação de «mulher» fato este que já tinha sido apontado por Amâncio (1993) e por Doise & Lorenzi-Cioldi (1991) a propósito das perceções identitárias femininas e masculinas.

«querida», «mundo», «preciosa» e «supremo»; «mãe» enquanto presença na vida dos entrevistados, onde surgem conceitos como «amiga», «referência», «força», «alegria» e «proteção»; e finalmente, «mãe» enquanto parte da «família», onde surge por contraponto o conceito «pai», a definição «progenitora» e ainda referências a pessoas concretas que são «mãe».

Ainda na esfera do relacionamento familiar, aparece o conceito-estímulo «irmão», cujo núcleo aglutinador é efetivamente a representação de «família», visto que a iteração mais frequente é a declaração «tenho» com cinco ocorrências, a que podemos adicionar a declaração «não tenho». Surge ainda a clarificação «irmã» para dois entrevistados. Verifica-se ainda a associação ao sentimento que preside ao relacionamento familiar, o «amor» e uma das entrevistadas, coloca inclusivamente todo o peso da relação familiar nesta relação fraternal (oval laranja).

Por outro lado há a representação do irmão enquanto «amigo», com quatro ocorrências, à qual podemos adicionar «companheiro». Adicionámos também as ocorrências «fundamental» e «melhor pessoa» a esta representação, pois estas caracterizações a nosso ver transcendem a mera perceção de mérito fraternal e situam-se mais no campo da relação entre indivíduos.

Para completar o quadro das representações sobre a família, observamos o conceito-estímulo «querido», cuja representação primária se situa no plano dos afetos, e onde «amor», com cinco ocorrências, surge como conceito mais frequente. Associado ao amor surge ainda toda uma panóplia de outros sentimentos: «afeto», «carinho», «meiguice» e «amabilidade». Num plano diferenciado, «querido» surge associado à representação de «amizade» (quatro ocorrências), um querido amigo enquanto alguém por quem sentimos afeto. Finalmente surge associado a «família», especialmente aos familiares mais próximos: «pai», «mãe» e «marido».

2.2.1.3. Representação social do conceito «Dinheiro»

Como referimos anteriormente, ao analisarmos as representações do conceito-estímulo «valor» verificámos que a associação mais frequente é «dinheiro» e se contabilizarmos o conceito «riqueza», como pertencendo à mesma representação de «valores materiais», podemos claramente indicar que estes são os de referência mais frequente e imediata junto dos estudantes entrevistados. Contudo a relação dos estudantes com o dinheiro está longe de ser consensual.

Em primeiro lugar, convém atentar à diversidade de respostas obtidas com o conceito-estímulo «dinheiro», e por outro lado a mediatização do tempo de resposta da maioria dos entrevistados (treze em dezanove, havendo inclusivamente tempos de resposta que ultrapassaram os dez segundos).

O conjunto de representações associadas ao trabalho, e especialmente à recompensa material por esse mesmo trabalho, é o mais vasto em termos de associações, e surgem conceitos como «salário» (duas ocorrências) e «ordenado», por um lado e «trabalho», «emprego» e «profissão» por outro, o que significa que os estudantes, que são maioritariamente não trabalhadores, fazem coincidir as expectativas de emprego com as expectativas financeiras, pois estão conscientes da necessidade de trabalhar para auferir um vencimento. São inclusivamente os estudantes entrevistados mais novos que fazem estas associações, e obviamente a associação de «dinheiro» a «independência». Os estudantes mais velhos, que são já trabalhadores-estudantes, fazem já associações mais informadas referindo o dinheiro ser «pouco», ser «agradável», e «bom e mau», e ainda a vontade de ter muito dinheiro ganhando o «euromilhões» e o dinheiro enquanto fonte de «poder». Os estudantes mais novos concentram a sua atenção ou nas expectativas futuras de obtenção de dinheiro, ou no que se pode fazer com o dinheiro no imediato: «comprar» (três ocorrências). A associação a «comprar» é a que apresenta respostas mais imediatas, concentrando-se no entanto no universo das respondentes, o que poderá querer dizer que efetivamente as mulheres apresentam uma maior tendência para as compras, como revelam a multitude de sondagens publicadas sobre o assunto, e aparentemente as universitárias não são exceção.

Surge ainda uma associação claramente negativa pela entrevistada que considera que o «dinheiro» é a causa da sua «infelicidade» porque conduziu aos problemas familiares de que anteriormente falámos.

Ao conceito-estímulo «dinheiro» associámos três outros conceitos-estímulo, a saber: «salário», «caro» e «rico», que pretendiam obviamente explorar em maior pormenor as representações que esperávamos obter com o conceito inicial, que pretendíamos fosse o nó central desta representação. O conceito-estímulo «salário» forneceria dados sobre a representação da associação ao trabalho, o conceito-estímulo «caro» faria a ponte com as representações associadas ao uso do dinheiro para comprar bens materiais e o conceito-estímulo «rico» funcionaria para explicitar as representações associadas ao desejo de ter dinheiro – a riqueza.

Ao solicitarmos associações com o conceito-estímulo «salário» obtemos a representação «dinheiro», com dez ocorrências, obviamente, como a mais frequente, o que claramente aponta para a representação do dinheiro enquanto recompensa por trabalho prestado. Mais uma vez verificamos que os estudantes não trabalhadores se situam numa área mais projetiva, e os estudantes-trabalhadores se situam numa área mais subjetivas, visto que estes últimos falam já de um salário real, que caracterizam como «baixo» (duas ocorrências) e «necessário».



178

O conceito-estímulo «caro» induz obviamente o seu oposto, «barato», como associação mais frequente (cinco ocorrências), contudo verifica-se ainda uma associação muito interessante entre «caro» e «bom», com duas ocorrências. Observamos ainda que os universitários entrevistados tendem a responder com um sinónimo: «dispendioso» (duas ocorrências), enquanto as universitárias entrevistadas referem exemplos de coisas caras: «carro», «custo de vida», «luxo», «objeto», «tudo». Ainda ao contrário dos homens que apontavam o caro como impossibilidade, «inatingível» ou «inacessível», a mulher tende a pensar no caro como «possibilidade».

No que concerne ao conceito-estímulo «rico» a associação mais evidente e mais frequente é com o seu oposto «pobre» (oito ocorrências). Esta clivagem rico-pobre é a representação não só mais frequente mas também a mais imediata. Este conceito-estímulo surge ainda associado aos bens materiais que se pode possuir, sendo que o conceito «dinheiro» aparece como o mais representado com quatro ocorrências, a que se acrescentam os vocábulos «bens» e «mansão», tipicamente associados a imagem de riqueza. Surge ainda uma associação de riqueza a cultura, sendo no entanto uma representação já algo datada, uma vez que esta associação é estabelecida pelo estudante mais velho, com mais de 45 anos, e não se verifica qualquer outra associação neste sentido. Adicionalmente não é uma associação imediata, ou seja, demorou cerca de cinco segundos a realizar-se pelo que implica que já existe uma certa autocensura no sentido de fornecer uma resposta considerada adequada para a imagem que se procura projetar. Existe ainda um conjunto de associações de cariz mais negativo em termos de imagem do «rico» que é caracterizado como sendo «triste» (oval laranja) e «fútil», sendo encarado com «indiferença».

A informação mais interessante sobre esta relação dos entrevistados com o conceito-organizador «dinheiro» surge nos dados referentes à associação do conceito a um valor positivo, negativo ou neutro, onde surgem os dois conceitos-estímulo «dinheiro» e «riqueza» associados maioritariamente a uma valorização neutra, havendo inclusivamente um entrevistado que confere ao dinheiro uma valorização negativa. Contudo verifica-se um fenómeno interessante: as valorizações positivas são as mais imediatas, o que nos leva a inferir que existe atualmente uma tendência para considerar que o desejo de riqueza e dinheiro é socialmente pouco atrativo, pelo que se autocensura a sua valorização.

2.2.1.4. Representação social do conceito «Sociedade»

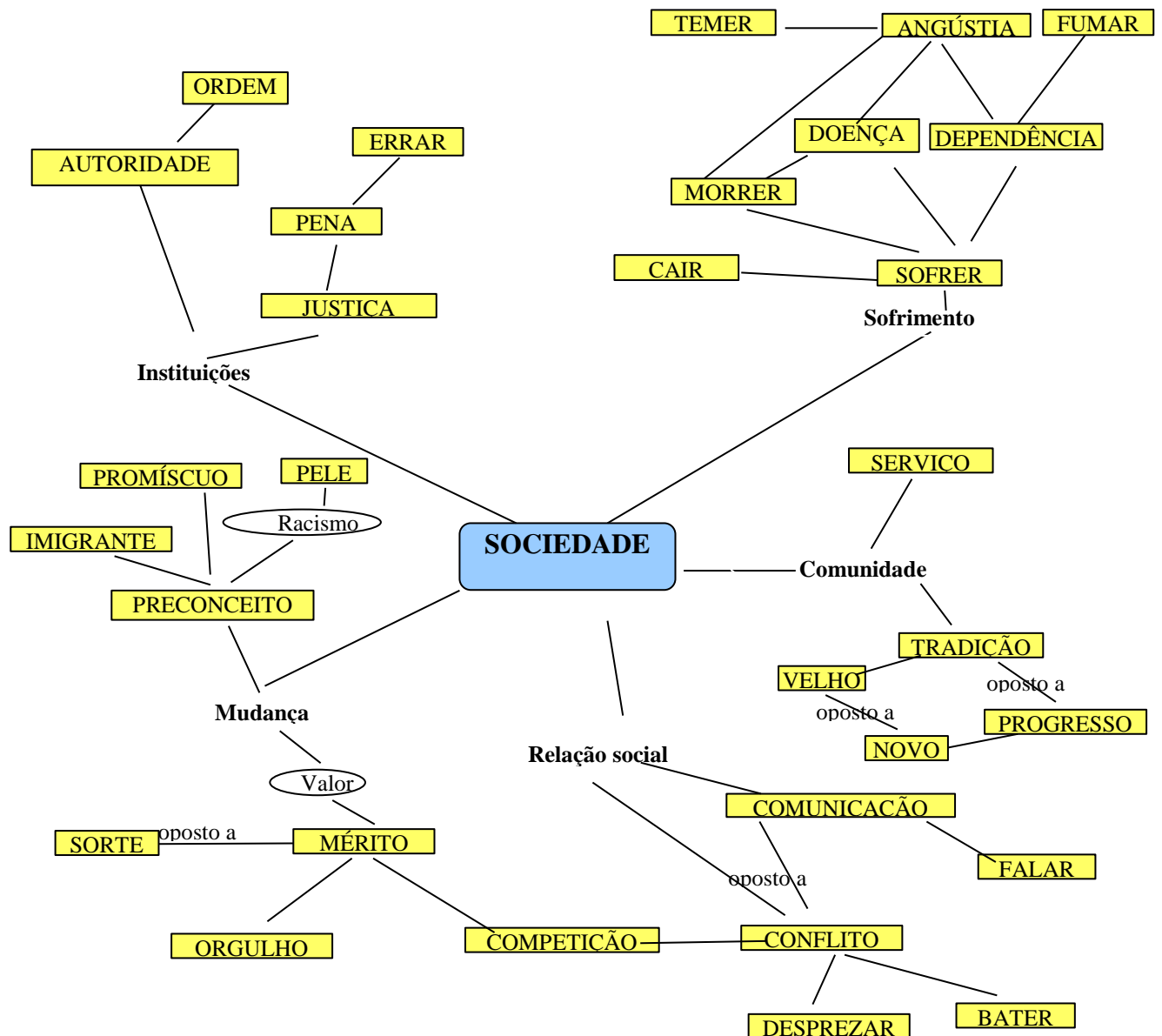


Figura 68: Representação social sumária do conceito «Sociedade»

O *cluster* «sociedade», à semelhança do que acontecia com o primeiro *cluster*, agrega um conjunto de dimensões diversificadas, visto tratar-se igualmente de uma realidade complexa, pelo que receberá um tratamento semelhante. Inicialmente apresentaremos um esquema básico que compreende todos os conceitos-estímulo que lhe estão associados e de seguida apresentaremos as diferentes vertentes constitutivas desse nó-central, em detalhe e procurando dar conta das representações de cada conceito-estímulo. Como podemos observar trataremos da 1) sociedade enquanto espaço de instituições; 2) sociedade enquanto espaço de relação social; 3)

sociedade enquanto espaço de comunidade; 4) sociedade enquanto espaço de sofrimento; e finalmente 5) sociedade enquanto espaço de mudança.

2.2.1.4.1.Sociedade enquanto espaço de instituições

Uma sociedade caracteriza-se pela presença de instituições, que são por definição, nas palavras de Giddens (1984, p.24) as características mais duradouras da vida social e cuja função é garantir que a organização social é mantida e as necessidades dos indivíduos são satisfeitas. A sociologia moderna usa o conceito de «instituição social» ao referir-se as entidades sociais complexas, como a família, o sistema judicial, os governos, o sistema educativo, etc., que se autorreproduzem, ou seja, que garantem a sua permanência fornecendo uma estrutura ou um conjunto de preceitos e regras que regem o comportamento de um determinado grupo social. Como refere Turner (1997, p.6) as instituições sociais são uma amálgama de posições, papéis, normas e valores que residem em certos tipos de estruturas sociais e que organizam padrões de atividade humana relativamente estáveis, no que diz respeito aos problemas fundamentais de produzir recursos que garantam a subsistência, a reprodução e a manutenção de estruturas societais viáveis num determinado contexto.

Neste sentido vamos debruçar-nos sobre as instituições sociais que procuram regular as interações dos indivíduos no contexto social mais genérico, e mais concretamente as que se prendem com a governabilidade e a legalidade social, pelo que agregámos a este pilar os conceitos-estímulo «autoridade», «ordem» e «justiça». A este último anexamos ainda os conceitos-estímulo «pena» e «errar».

Ao falarmos do conceito-estímulo «autoridade», a representação dos agentes da autoridade revela-se como a representação mais pertinente e imediata, o que podemos ver pelas associações estabelecidas com «polícia» (com sete ocorrências), a que se associa a «GNR». Surgem ainda, como já referimos ao falarmos do conceito-estímulo «família», associações a figuras de autoridade, nomeadamente «pai» (duas ocorrências) e «professor» (duas ocorrências). Aparece ainda a representação de autoridade enquanto «poder», associada a «chefia» e «hierarquia», e finalmente representações mais subjetivas, em que a autoridade é caracterizada positivamente como «necessária» (duas ocorrências) e negativamente enquanto «prepotência» e «aspereza». Neste tom, podemos ainda acrescentar que, como veremos posteriormente, três entrevistadas associam a «autoridade» uma conotação negativa.

O conceito-estímulo «ordem» surge fortemente relacionado com o conceito de autoridade, visto que a representação que apresenta mais associações ser a representação «autoridade» (duas ocorrências) a que se agregam os agentes da autoridade, «polícia» (duas ocorrências) e os órgãos de «soberania», nomeadamente, o «tribunal». Há no entanto outras representações a salientar, nomeadamente a representação de «ordem» associada ao foro científico, ou seja, o «método», os «números» e a ordem «principal»; e a «ordem» relacionada com o exercício de uma «profissão»: a ordem dos «médicos». Verifica-se ainda a tentativa de definir «ordem» enquanto «limpeza» ou «organização», e a associação ao conceito oposto «desordem» e «caos».

Ligado ainda ao plano institucional da sociedade surge o conceito-estímulo «justiça», que apresenta como representação mais frequente a noção de justiça retributiva ligada aos «tribunais» (seis ocorrências) e ao «direito» (duas ocorrências). Esta noção contudo surge também associada a uma forte carga negativa, que se prende com a noção do mau funcionamento da instituição judicial que perpassa a sociedade portuguesa, como já observámos nas respostas ao questionário acerca da confiança nas instituições. E consequentemente surge um conjunto de caracterizações pouco lisonjeiras para a justiça portuguesa, nomeadamente «ruim», «inexistente», «mentira», «pouca» e «difícil», contudo verifica-se que apenas um entrevistado, como veremos adiante, valoriza «justiça» de forma negativa. Adicionalmente surge ainda a representação da personificação da justiça, através dos vocábulos «balança» e «espada». Numa aceção mais ligada à justiça distributiva, verifica-se a associação do conceito-estímulo a outros valores, a saber, «paz», «liberdade», «direitos» e «perdão», o que indica a perceção da justiça enquanto valor social.

Partilhando o campo semântico da «justiça» retributiva, surge ainda a representação da sentença judicial associada ao conceito-estímulo «pena», («justiça», três ocorrências e «culpa», uma ocorrência), contudo a representação mais evidente para este conceito-estímulo encontra-se associada ao «sentimento» de comiseração, como podemos ver no esquema.

Ainda neste universo, introduzimos o conceito-estímulo «errar», cuja associação a «humano» obteve o maior número de ocorrências de todo o teste (catorze), o que demonstra que o adágio filosófico latino²⁰, mesmo quando a preposição é truncada, e da qual apenas o início se solidificou dito popular, se tornou verdadeiramente parte da cultura do senso comum, e a representação do erro enquanto algo «possível» e típico do ser humano, algo que propicia o «aprender» permanece.

20 Parte do adágio atribuído por alguns estudiosos a Séneca, por outros a Sto. Agostinho, onde se diz que “Errar é humano, repetir o erro é diabólico.”, Pope (séc. XVII) utiliza também parte deste adágio para escrever “Errar é humano, perdoar, divino.”

2.2.1.4.2. Sociedade enquanto espaço de relação social

Para as Ciências Sociais, a relação social refere-se à interação entre indivíduos ou às interações que têm lugar no interior de um dado grupo social. Para falarmos da sociedade enquanto espaço de relação social, vamos socorrer-nos da terminologia de Max Weber e da sua teoria da ação social. Ao propor o antipositivismo metódico, Weber abriu caminho para a interpretação das ações sociais (comportamentos e atitudes) enquanto dotadas de significado pelo seu agente, contextualizado numa época e numa cultura específica, e mais concretamente para a interpretação das relações causais que se estabelecem no seio da sociedade para essas mesmas ações sociais. Weber (2000, pp. 16 e ss) procura explicitar com maior detalhe o conceito de relação social, partindo do conceito primário de «ação social», que define como um movimento, um ato imbuído de significado e finalidade, que se dirige direta ou indiretamente para as outras pessoas e requer uma resposta.

A relação social é, então, definida por Weber, como um conjunto de ações sociais, ou seja, atos com significado e finalidade, realizadas por vários indivíduos, reciprocamente dirigida e cujo sentido é partilhado pelos diferentes agentes em presença nessa sociedade, ou nas palavras do autor: “Por «relação» social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes que se orienta por essa referência” (2000, p.16). O conteúdo pode ser o mais diverso, (luta, amor, concorrência económica, etc.) continua o autor, conquanto que haja um mínimo de comportamento que indicie a reciprocidade no relacionamento e mesmo que os participantes tenham expectativas erradas face ao sentido ou à reciprocidade da atitude do interlocutor face à sua própria pessoa, o que importa é que a sua ação seja orientada por essas expectativas.

Como podemos ver no esquema, os conceitos-estímulo que agregámos a esta temática são a «comunicação» e o «falar», bem como o seu oposto, o «conflito» e associado a este último, o «desprezar» e o «bater». Juntamente com estes conceitos-estímulo dicotómicos tínhamos também colocado o conceito-estímulo «competição», visto podermos descrever a competição também como uma relação social, ou seja, um conjunto atos com significado e finalidade, realizadas por vários indivíduos, reciprocamente dirigida e cujo sentido é socialmente partilhado. Fortuitamente apercebemo-nos de que um dos entrevistados relacionou este último conceito-estímulo com os anteriores ao representar a competição como um conflito.

Como seria de esperar os conceitos-estímulo «comunicação» e «falar» partilham da mesma representação, contudo há diferenças evidentes, especialmente no que diz respeito à maior formalidade ou informalidade associada a cada um respetivamente. No campo de associações a «comunicação» encontramos «diálogo» (quatro ocorrências), «falar» (quatro ocorrências) e «conversa» (duas ocorrências), verificando-se que o vocábulo «diálogo» tem um carácter mais formal, uma vez que é mais utilizado num registo de língua mais erudito, enquanto o vocábulo «conversa» é mais informal, prende-se a um registo de língua mais familiar, ou seja, falamos de um diálogo entre interlocutores privilegiados, mas não soa dizer-se um diálogo entre amigos. Por sua vez, no campo das associações ao conceito-estímulo «falar» encontramos «conversar» (cinco ocorrências), «diálogo» (duas ocorrências), «trocar ideias» e «comunicação», e ainda «conviver» (duas ocorrências), o que indicia claramente, apesar de serem sinónimos, a maior informalidade de «falar» face a «comunicação». «Falar» apresenta ainda a associação a «tagarelar» (duas ocorrências), o que significa um falar desprovido de propósito ou de pertinência, claramente distanciado de «comunicação», que visa servir um propósito, ou seja, levar a que haja um entendimento («entender-nos», duas ocorrências). «Falar» é «agradável», mas a «comunicação» é «essencial» (três ocorrências) e «necessária».

Ainda no campo das representações de «comunicação» surge também a associação a «oral», referente a tipos de comunicação (escrita, visual, etc.); a associação aos meios de comunicação em massa, nomeadamente a «jornal»; e à «sociedade» da «comunicação», resultante da difusão das novas tecnologias da comunicação.

O conceito-estímulo «conflito» apresenta alguns resultados, a nosso ver, surpreendentes, na medida em que para além das expetáveis associações a exemplos de conflito, nomeadamente, «guerra» (quatro ocorrências), «zanga», «discussão» e «porrada», há alguns entrevistados, a contra-corrente, para quem o conflito é «positivo» e «necessário», não o conflito bélico, ou a agressão, mas o confronto de ideias, o «conflito» que surge na presença de «interesses» contrários, que acontece na «sociedade» (duas ocorrências), e que propicia a mudança social. Aliás, na valorização do conceito-estímulo «conflito», verifica-se que três entrevistados o conotam como positivo, e seis como neutro, o que é surpreendente, visto o «conflito» ser comumente considerado como contravalor. Relacionados com o conceito-estímulo «conflito» encontramos os conceitos-estímulo «desprezar» e «bater», onde o primeiro é mais frequentemente representado por «ignorar» (seis ocorrências), mas no entanto também está conotado com violência psicológica, pela carga negativa associada pela caracterização «mau», «errado», «crueldade» e «defeito» e pela associação com «espezinhar». No caso de «bater» a conotação é claramente negativa e associa-se a «agressão» (duas ocorrências) apresentando diversos exemplos da ação e as suas consequências, nomeadamente «esmurrar», «ferir»,

«maltratar», «magoar», e «apanhar», «doer» e «chorar». Encontramos ainda dois exemplos de violência psicológica associados a «bater», a saber, «reprimir» e «censurar».

O conceito-estímulo «competição», por seu lado, apresenta a caracterização «saudável» como associação mais frequente (cinco ocorrências), ou seja, a ideia de que competir é possível de forma sadia e cooperativa, por oposição à competição predatória, caracterizada de «indecente». A competição saudável é apelidada de «positiva», «importante» «bom», uma vez que «competir» se prende com traçar «objetivos» e com o «desempenho» face a um «desafio» (duas ocorrências), cujo objetivo final é «ganhar» (duas ocorrências), como acontece numa «corrida» ou no «futebol». Este conceito-estímulo, apesar da clara valoração positiva (doze dos entrevistados valorizam-no como positivo, por oposição a dois que o valorizam negativamente), é um dos conceitos cujo tempo de resposta foi mais mediato, ou seja, é um dos conceitos face aos quais se verifica uma certa incerteza nos sentimentos que lhe estão associados, quase como se disséssemos “é positivo, mas...”

2.2.1.4.3. Sociedade enquanto espaço de comunidade

Sociedade e comunidade são dois conceitos aparentemente antagónicos, pelo menos na perspectiva do sociólogo alemão F. Tönnies (1887, cit. por Brancalione, 2008), que introduz a noção de comunidade enquanto grupo relativamente circunscrito de indivíduos que partilham os mesmos antepassados e as mesmas práticas sociais e rituais (religiosas), vivendo num contexto rural ou pré-industrial, por oposição a sociedade, que é descrito enquanto grupo mais alargado, vivendo em contexto urbano e onde existe a divisão social do trabalho, bem como práticas sociais e religiosas diversas. Por isso, em termos sociológicos, a comunidade surge associada a conceitos como «relações comunitárias» e «grupos de pertença primários», sendo caracterizada pela proximidade espacial ou territorial, e pela maior confluência de necessidades e interesses no seio do grupo, independentemente da vontade do indivíduo, como acontece em contexto familiar, ou numa aldeia ou bairro tradicional. A sociedade associa-se a conceitos como «relações societárias» e «grupos de pertença secundários», que surgem pelas relações voluntariamente estabelecidas entre indivíduos que partilham os mesmos interesses e necessidades a título individual, (por exemplo: clube, partido, fórum de discussão, etc.) mesmo que se encontrem em espaços geográficos distintos, ocorrendo normalmente em contexto urbano. Pelo que podemos afirmar que a comunidade ou as relações comunitárias fazem parte integrante da vida de cada indivíduo, na medida em que a nossa socialização inicial se faz em contexto primário: família nuclear, clã familiar, vizinhança, grupo de amigos, etc. A estes grupos primários solicitamos afeto, proteção, interajuda, convívio, etc. A tendência natural é

que com o decorrer do tempo os nossos grupos de pertença deixem de ser exclusivamente os primários e passem a ser também os secundários (escola, emprego, associação política, recreativa, etc.), e destes grupos solicitamos coisas distintas: conhecimento científico, reconhecimento, salário, confluência ideológica, etc.

As associações motivadas pelo conceito-estímulo «sociedade», que apresentamos aqui, levam-nos a elaborar uma definição do próprio conceito na medida em que por sociedade «onde vivemos» podemos entender um «grupo», um «conjunto» ou uma «comunidade» de «pessoas» (três ocorrências) que partilham os mesmos «valores» e a mesma «cultura», no nosso caso a «portuguesa» (duas ocorrências), e estabelecem relações de «interajuda», «comunicação» e «convívio». Existe ainda uma menção à sociedade «global», termo cada vez mais em voga para caracterizar a sociedade em rede, que surge com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação. É interessante verificar, mais uma vez, a pluralidade de associações a este conceito-estímulo, o que indicia que estamos perante um conceito complexo. De notar, no entanto, que a associação mais frequente é com o vocábulo «pessoas» (três ocorrências) e só depois surge a associação a hierarquia (duas ocorrências), que vimos no ponto 1 deste *cluster*.

Para explorar a temática da sociedade enquanto espaço de comunidade, associados ao princípio comunitário encontramos então os conceitos-estímulo «serviço» e «tradição» e ao princípio societário o conceito-estímulo «progresso» ao qual associámos a dicotomia «novo / velho», como vemos no esquema.

O conceito-estímulo «serviço» apresenta três representações fundamentais: o serviço enquanto «dom» (Mauss, 1924), o serviço público e a prestação de serviço remunerado. O «serviço» enquanto «dádiva» remete para o serviço voluntário e gratuito que visa criar valor sem esperar qualquer tipo de retribuição. Associados a esta representação estão os conceitos «comunitário» (duas ocorrências), «aos outros» e «sociedade», na medida em que este tipo de serviço visa favorecer a comunidade sem procurar recompensa material, o que sugere altruísmo de propósito, contudo, é um serviço que recebe reconhecimento na «sociedade», sendo considerado um serviço «justo» e «meritório», implicando um «compromisso» pessoal para com a sociedade, como por exemplo as ações de voluntariado dos «escuteiros». Encontramos de seguida uma linha ténue que separa este primeiro tipo de serviço do serviço «público», na medida que o serviço público também se destina a favorecer a sociedade, contudo os funcionários públicos recebem uma recompensa – salário, pelo que, e apesar do propósito – serviço ao público, às pessoas – ser igualmente «justo» e «meritório», não pode ser considerado ato gratuito de serviço aos outros.

Encontramos exemplos de serviço público em «finanças» (duas ocorrências) e «bombeiros» (duas ocorrências). Este último encontra-se no limiar entre serviço público e serviço voluntário, pois, para além dos corpos de bombeiros sapadores (profissionais), há muitos corpos de bombeiros voluntários em Portugal, que para realizar o seu trabalho dependem de associações humanitárias de âmbito local, que são financiadas através dos seus sócios, de peditórios à população, de subsídios públicos e do desenvolvimento de atividades de cariz lúdico e cultural.

Num registo claramente mercantilista, encontramos a terceira representação de serviço enquanto «trabalho» (três ocorrências), associado à «prestação» (duas ocorrências) de serviços, por exemplo «comerciais».

Quanto ao conceito-estímulo «tradição» verificamos que a associação mais frequente é com «costumes» (seis ocorrências) à qual agrupamos ainda «regras», colocando claramente a tónica na matriz comunitária da «tradição» enquanto garante da transmissão de saberes e usos comuns («comum») a um grupo de indivíduos, cujo recetáculo é habitualmente a «família». Quanto a manifestações exteriores dessa tradição comunitária encontramos as «festas» (duas ocorrências) e o «rancho» folclórico. Numa representação mais subjetiva encontramos duas opiniões contrárias, contudo verifica-se que apenas um dos entrevistados apoia a manutenção da tradição, enquanto quatro vozes discordantes referem que é «conservadorismo», «inutilidade», a tradição deve ser «quebrada», e repete-se o cliché «já não é o que era».

Associado ao princípio societário, verificamos então que o conceito-estímulo «progresso» surge numa luz francamente positiva, e qualquer que seja o tipo de progresso a que nos referimos para os entrevistados o «progresso» é «necessário» (duas ocorrências), «inevitável» e «bom» para a «sociedade». Apesar de apresentar múltiplas associações distintas, podemos agregá-las em duas grandes representações: o «progresso» da humanidade e o «progresso» pessoal. Associado este último, encontramos os substantivos «carreira» e «licenciatura», e igualmente os verbos «acreditar» e «conseguir», claramente associados ao progresso profissional individual.

Num nível intermédio aparece o conceito «futuro» (duas ocorrências), que é passível de associação com ambas representações, a que se contrapõe o conceito «atualidade», que parece indicar que o progresso não é o que esperamos nos venha a ser revelado num futuro longínquo típico da ficção científica, mas antes aquilo que já é presente e existe para algumas pessoas, e cuja disseminação em larga escala se encontra eminente, e por isso pensar no «progresso» é pensar no «inevitável».

À representação do «progresso» da humanidade, encontramos associados o conceito «evolução» (duas ocorrências), «avançar», «inovar». Todos estes vocábulos apresentam a ideia

de um movimento linear para a frente, marcado por momentos de «descoberta» científica, de «conquista» do desconhecido, de apresentação da «novidade», do «moderno» em detrimento do antigo. Esta última ideia coloca-nos no campo dicotômico do «novo» e «velho», em que o novo se revela como sendo «bom», ou pelo menos com potencial para isso («pode ser bom»), mas cuja representação mais frequente é claramente pela oposição a «velho» (nove ocorrências). No caso do conceito-estímulo «velho», o conceito oposto «novo» também surge de forma frequente (cinco ocorrências), contudo a representação mais frequente é a de «sabedoria» (seis ocorrências), a que se juntam as ideias de «história», «antigo» e «inspirador», o que denota a força desta associação mental para a produção de um discurso politicamente correto. Esta associação de velho a sabedoria aponta para a importância do saber feito de experiência, ligado aos usos e costumes, à tradição, contudo entrevistados que estabelecem esta mesma associação encaram a tradição como algo inútil e já ultrapassado, e o progresso, aliado ao conhecimento científico como necessário e inevitável, o que nos leva a concluir que esta representação, apesar de ser a mais frequente, situa-se apenas ao nível discursivo, do que é de bom-tom dizer acerca dos mais velhos.

Há ainda alguns entrevistados que associam «velho» a fragilidade, e por isso referem «cuidar» (duas ocorrências), e «avós» e «mãe» como exemplo de familiares que necessitam de cuidado.

2.2.1.4.4. Sociedade enquanto espaço de sofrimento

À semelhança do que acontecia com muitos cientistas na sua época, a preocupação com o social também perpassa a obra de Freud, uma vez que para ele não faz sentido estudar a patologia do indivíduo, sem estudar a patologia da sociedade em que ele se insere, e esse fato é por demais evidente no livro *O Mal Estar da Civilização*, que publica em 1930. Freud (1997, p. 87) refere que todo o homem, motivado pelo «princípio do prazer», tem como objetivo alcançar a felicidade (ou a idealização de felicidade que construiu para si), sendo no entanto contrariado nesta procura pelo «princípio da realidade», que causa sofrimento e que surge como obstáculo a esta procura da felicidade.

Para o autor o homem está condenado ao sofrimento, que lhe advém de três frentes inelutáveis: 1) do próprio corpo e da decrepitude e doença que lhe estão inerentes; 2) do mundo exterior, e todas as ameaças inerentes, desde desastres naturais a circunstancialismos históricos (guerras, fome, etc.); 3) do seu relacionamento com os outros, que se por um lado, lhe proporciona prazer (sexo, reconhecimento social, amizade, etc.), também é gerador de profundo sofrimento pela negação desse prazer (humilhação social, desamor, etc.), ou pela simples

negação do acesso imediato a esse prazer através das regras e limitações que a sociedade e a cultura impõem aos homens. Como forma de superação desse sofrimento, o homem pode isolar-se da sociedade para viver em «estado natural», procurar a alienação através do uso de drogas, ou ainda pela ascese libertar-se das pulsões que o conduzem à insatisfação.

É esta ideia de sofrimento que perpassa a organização deste nó central da sociedade enquanto espaço de sofrimento, donde o conceito-estímulo «sofrer». Associamos-lhe conceitos-estímulo que se prendem com a primeira fonte de sofrimento: a finitude do corpo, nomeadamente, os conceitos «doente» e «morrer», com os quais correlacionámos os conceitos-estímulo «temer» e «cair», e igualmente com as patologias que se prendem com o sofrimento, concretamente, os conceitos-estímulo «angústia» e «dependência», relacionando com este último um exemplo de dependência, «fumar».

Falemos então sobre o conceito-estímulo «sofrer», que se apresenta como um conceito muito complexo considerando as múltiplas representações que lhe estão associadas. Em primeiro lugar, há a ideia clara que o sofrimento é negativo, dadas as caracterizações «mau» (duas ocorrências) e «desagradável» e a indicação de que faz «chorar» (duas ocorrências) e que quero «pouco» na vida. Se atentarmos às fontes de sofrimento introduzidas por Freud, percebemos que há representações associadas com a primeira fonte – a decrepitude do corpo humano – visto surgirem associações com «dor» e «doer», e igualmente com a terceira fonte – as relações humanas – nomeadamente na associação com «amar», «luto», «cuidar» e «problemas». Os três primeiros conceitos estão claramente interligados, ou seja, é por «amar» que sofro com a morte de alguém e manifesto exteriormente esse sofrimento através do «luto», e é igualmente por «amar» que vou «cuidar» de alguém que sofre. Adicionalmente vou «sofrer» por encontrar «problemas» no meu relacionamento com os outros.

Por outro lado existe a percepção que «viver» é «sofrer», ou seja, a vida traz sofrimento, e que o sofrimento «acontece» e é «necessário» para o desenvolvimento humano, como já referia o psicanalista vienense, pois permite-nos aprender a «vencer» ou «recuperar» do sofrimento, tornando-nos mais fortes.

Estabelecemos aqui a correlação com o conceito-estímulo «cair», cuja associação mais frequente, com o seu oposto «levantar» (nove ocorrências), enfatiza esta noção da adversidade como dinâmica de crescimento humano, ao ser encarado como «parte da vida». Outra representação frequente é a relação de «cair» com a dor, representado pelos vocábulos «magoar» (cinco ocorrências) e «doer».

O conceito-estímulo «doente» remete-nos para a decrepitude do corpo humano e para a «doença» (três ocorrências), o «mal», apresentando o «cancro» como exemplo de uma das mais temidas, e simultaneamente para o sentimento de «fragilidade» e de «inutilidade» que provoca o

estar «incapacitado», bem como para as consequências de estar doente, ou seja, o sentir «dor», e a «infelicidade» e «preocupação» que sentimos perante a doença própria e alheia.

Num outro registo encontramos a imagética relacionada com o lidar com a doença que inclui o «hospital» (três ocorrências), o «termómetro» e os «bombeiros». É interessante que os estudantes tenham associado doente a hospital, mas não a centro de saúde, o que indica, de certo modo a pouca importância que esta instituição de saúde tem na vida desta população, que recorre ao hospital quando está doente e não ao médico de família do centro de saúde.

O conceito-estímulo «morrer» apresenta, por seu lado, como associação mais frequente o seu contrário – «viver» (seis ocorrências). Associados a este conceito surgem ainda duas representações distintas: a noção de irreversibilidade do «fim», onde se incluem os vocábulos «inevitável» (duas ocorrências), «sem solução», o eufemismo «partir» (duas ocorrências) e «última tarefa»; e a noção de sofrimento, associada ao vocábulo «sofrer» e presente nos sentimentos que presidem ao ato de morrer: o «luto» e a «tristeza», bem como à noção de querer morrer «rapidamente» evitando o sofrimento. A crença na vida após a morte parece ter sido afastada pelos universitários da lista de representações comumente associadas com a morte, visto apenas surgir uma associação – «continuar» – que poderá incluir-se nesta ideia.

Quanto ao conceito-estímulo «temer», a associação mais frequente é com o sentimento subjacente a temer, o «medo» (12 ocorrências) ou o «receio», sendo as restantes associações exemplos dos medos individuais, nomeadamente temer o «sonho» e o «acordar» do pesadelo, que causa uma profunda sensação de terror, temer a «invalidez», a projeção de um futuro de incapacidade, que advém do fato de isso ser uma realidade presente na sua vida (a entrevistada cuida da mãe que se encontra incapacitada), e o medo do desconhecido, da incerteza que se manifesta no temer a «vida» e o «amor», ou melhor ainda, temer o sofrimento que advém de viver e amar.

Concentrando-nos já na área das consequências patológicas do sofrimento, o conceito-estímulo «angústia» apresenta uma conexão próxima com o conceito-estímulo anterior, na medida em que o «medo» (seis ocorrências) surge como a associação mais frequente. O «medo» surge no âmbito da representação das sensações provocadas pela «angústia», juntamente com o «sofrimento» (quatro ocorrências), a «dor» (duas ocorrências), o desespero (duas ocorrências), a tristeza (duas ocorrências) e a «falta de ar».

Para além das sensações/sintomas provocadas pela angústia, encontramos ainda duas associações de pendor mais positivo: uma que se refere a «lutar» contra a doença e outra que aponta a «companhia» como possível remédio.

Outra patologia associada com o sofrimento, ou a tentativa de se anestesiarem contra o sofrimento é apresentada pelo conceito-estímulo «dependência». A este conceito surgem associadas diversas representações, levando um entrevistado a referir que o conceito-estímulo «poder ser mau». As representações possíveis são nomeadamente a dependência familiar, a que já nos referimos anteriormente, e a necessidade de «independência» (duas ocorrências), contudo a representação com maior número de associações é claramente a dependência de substâncias, caracterizada como sendo um «vício» e uma «tristeza» (duas ocorrências), e mais concretamente relacionada com «drogas» (quatro ocorrências) e «tabaco» (duas ocorrências). Associada de perto com esta representação de «dependência», surge o conceito-estímulo «fumar» que é obviamente representado por «cigarros» (três ocorrências) e «tabaco» (duas ocorrências), o que significa que a representação das drogas está mais ligada a drogas injetadas como algumas drogas «duras» (heroína, cocaína, etc), e não tanto a drogas fumadas, como algumas drogas consideradas «leves» (haxixe, cannabis, etc). Adicionalmente a mensagem anti-tabágica parece estar a surtir efeito pois a grande maioria dos entrevistados apresenta uma representação negativa do «vício» (três ocorrências) de fumar, enfatizando que fumar «mata» (três ocorrências), é um «perigo», é «não saudável» e «mau» (duas ocorrências). Surgem ainda mais duas associações relacionadas com a proibição de fumar, ou seja, «proibido» e «não». A única associação positiva prende-se com a representação individual de uma entrevistada que, por «altruísmo» (pelos filhos), deixou de fumar.

2.2.1.4.5. Sociedade enquanto espaço de mudança

Já dizia Heráclito de Éfeso (534a.C. - 475 a.C.) que a única constante é a mudança, e no caso da mudança social o fato é por demais evidente. A sociedade é espaço de mudança constante, na medida em que as forças sociais estão em permanente confronto, e a tentativa de encontrar um equilíbrio faz com que um ou outro lado da balança seja momentaneamente favorecido em detrimento do outro. A sociedade portuguesa mudou radicalmente nos últimos 50 anos, mercê de um vasto conjunto de acontecimentos históricos mas também de um cada vez maior número de atores e forças sociais em presença.

Colocamos neste nó central um conjunto de conceitos-estímulo organizado em dois polos: a meritocracia e a diferença. A meritocracia parte da ideia fundamental de que o mérito, ou seja, as competências, aptidões e esforço individual, deve reger as relações sociais, em detrimento de posição social, riqueza, género, etc. Nesta lógica, criam-se oportunidades iguais para todos e será o mérito individual a ditar o acesso as diferentes posições sociais assumidas por cada um, ou seja, na sociedade realiza-se uma seleção social baseada nas aptidões e

competências dos seus membros, sendo no caso português contemporâneo à instituição escolar que cabe reconhecer e validar estas aptidões e competências. Para Kaplan e Kaplan (1997, p. 495), a realidade sociopolítica vigente no ocidente, de que Portugal não é exceção, assenta numa versão de meritocracia, em que as decisões económicas e sociais são dominadas por uma minoria de indivíduos (“elite”) por terem uma educação superior, sendo escolhidos das mais variadas classes sociais e grupos étnicos pelo mecanismo seletivo da instituição educacional. Contudo, recordam os autores: “Members of the elite, however, rarely advocat for the interests of the nonelite group”, o que significa que a discriminação surge associada à meritocracia, na medida em que há a tendência do grupo dominante, para por um lado justificar as suas recompensas sociais pelos seus méritos, e simultaneamente, recriminar o grupo dominado associando a falta de recompensas sociais a ineptidões ou incompetências individuais dos seus membros.

Por outro lado, a sociedade contemporânea é inescapavelmente heterogénea e a diferença afirma-se cada vez mais como forma de ser e estar perante os outros. O culto do individual, do único, do que nos diferencia torna-se inequivocamente importante, especialmente num contexto meritocrático onde a competição é acirrada e os indivíduos tentam distinguir-se uns dos outros desenvolvendo esta ou aquela competência que os torna melhor que os demais. A diferença gera desigualdades e a procura do equilíbrio social vai conduzir à mudança, quer seja pela possibilidade de acesso meritocrático ao poder (económico, social, político) de indivíduos de origens sociais modestas em detrimento do acesso hereditário das classes privilegiadas, que promove a cultura do mérito e destitui a cultura do privilégio, quer pela necessidade de desconstrução de juízos de valor sobre indivíduos ou grupos sociais e mesmo sobre valores e contravalores.

Nesse sentido, neste esquema, associado à temática da meritocracia, encontramos os conceitos-estímulo «mérito», «orgulho» e «sorte» e, associados à temática da diferença, os conceitos-estímulo «imigrante», «preconceito» e «promíscuo». Após análise dos resultados resolvemos também adicionar o conceito-estímulo «pele».

O «mérito» é um conceito com uma carga muito positiva para os estudantes universitários, que o representam fundamentalmente enquanto «merecimento» (três ocorrências) e «valor» (duas ocorrências) resultante do «esforço» (duas ocorrências), «trabalho», «empenho», que leva um indivíduo, a «conquistar» os seus «objetivos», no caso concreto – «terminar» os «estudos». O fato do indivíduo, por si «próprio», ou seja, sem ajuda ou intervenção externa, conseguir atingir os seus objetivos faz com que ele seja digno de uma «recompensa», e deva sentir «orgulho» (duas ocorrências) por essa realização pessoal.

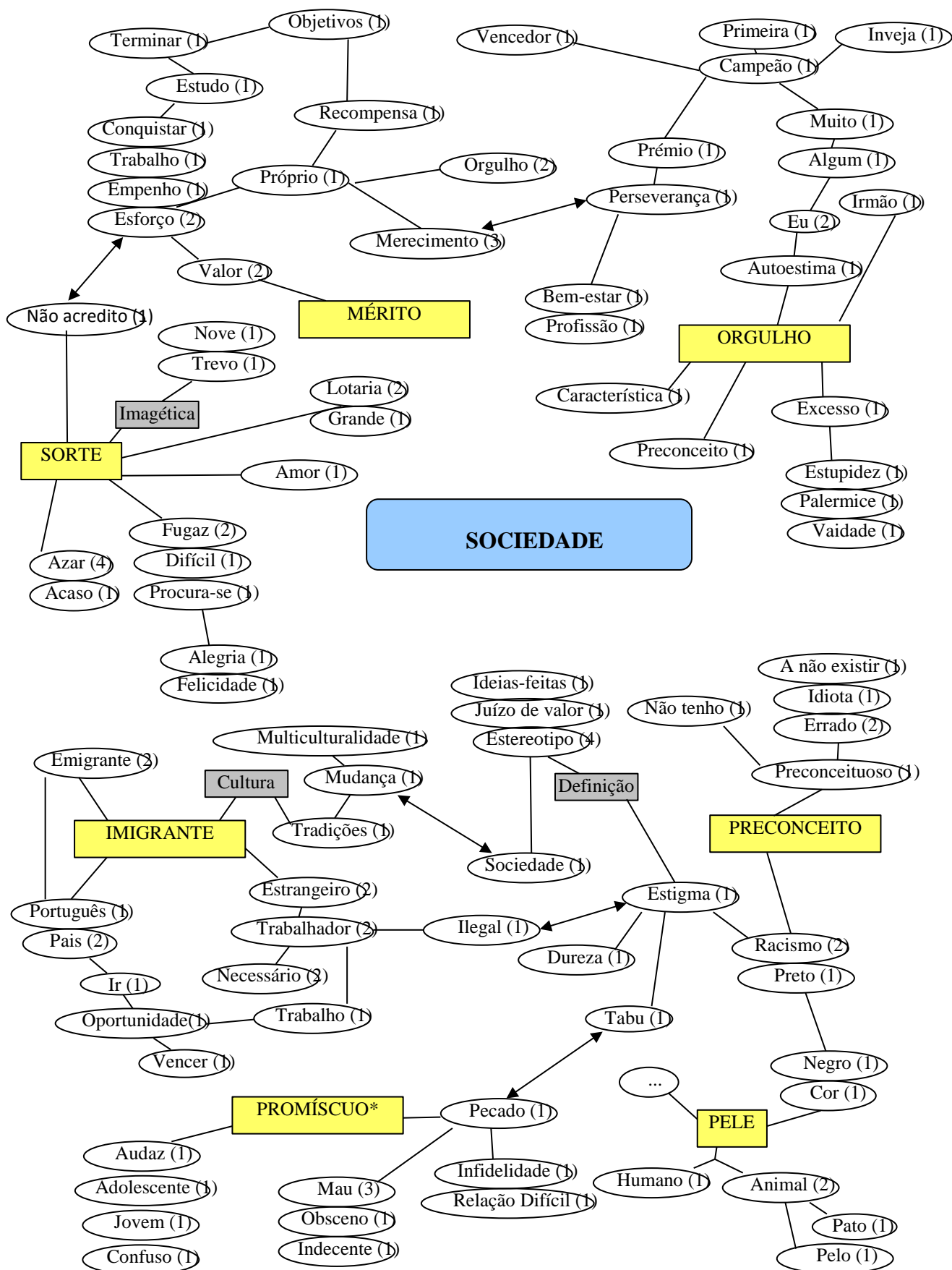


Figura 73: Representação social do conceito «Sociedade – Mudança»

O conceito-estímulo «orgulho», por seu lado, ancora esta ideia de mérito, na medida em que as associações são de uma maneira geral bastante positivas. Isto parece querer dizer que longe vai o tempo em que o orgulho era encarado como um pecado mortal, passando antes a ser visto como privilégio meritocrático, ou seja, um indivíduo deve sentir orgulho pelas suas realizações, fato claramente patente na associação mais frequente – «eu» (duas ocorrências). Orgulho surge então caracterizado como «autoestima», sendo fruto da «perseverança». Por isso o indivíduo deve sentir-se orgulhoso dos seus feitos: o seu «bem-estar», a sua «profissão». O orgulho é o «prémio» do «vencedor», da «primeira», do «campeão», e ser o melhor causa «inveja». Há, no entanto, algumas vozes discordantes para quem o «orgulho» é considerado «estupidez», «palermice» e « vaidade». É curioso observar que são exatamente os estudantes mais velhos (com mais de 35 anos) que apresentam esta discordância, o que parece querer dizer que nos últimos anos o orgulho deixou de ser considerado defeito, ou pecado, e atualmente é considerado como um direito dos que têm mérito, dos que têm algo de que se orgulhar.

Nos antípodas do mérito, surge o conceito-estímulo «sorte», cuja associação mais frequente é com o seu oposto – o «azar» (quatro ocorrências) e com o «acaso». O caráter inconstante da «sorte» é também uma representação comum, e encontramos associações com «fugaz» (duas ocorrências), «difícil» e «procura-se», claros indicativos de que apesar da sua inconstância há um desejo de se ser bafejado pela sorte, pois estando sob sua proteção o indivíduo encontra «alegria» e «felicidade» e mesmo o «amor». Surge ainda imagética associada à sorte como o «trevo» e o «nove» como número propício. Há ainda uma representação da sorte enquanto riqueza, ou enquanto possibilidade de obtenção de riqueza, que se traduz nas associações à sorte «grande», a «lotaria» (duas ocorrências). Há ainda um dos entrevistados que afirma: “«não acredito» na sorte mas sim no esforço.”

No que toca à diferença, começamos por centrar-nos no conceito-estímulo «imigrante», que apresenta uma miríade de associações que podemos englobar em dois nós mais centrais: a imigração portuguesa, e a imigração para Portugal. No primeiro caso encontramos a representação dos que experimentaram esta realidade enquanto sujeitos, e que associam «imigrante» ao seu oposto – «emigrante» (duas ocorrências), ou aos próprios «pais» (duas ocorrências) ou ainda a «português». Surgem ainda outras associações que podem referir-se quer ao imigrante português quer ao imigrante em Portugal, e que se prendem com os motivos do «ir»: a procura da «oportunidade» de «vencer» na vida, a procura de «trabalho».

No caso da imigração em Portugal, as associações são feitas com «estrangeiro» (duas ocorrências), «trabalhador» (duas ocorrências), «necessário» (duas ocorrências), e, «ilegal» o que demonstra que existe algum preconceito face à imagem do imigrante.

Verifica-se ainda uma outra representação ligada à cultura, onde se associa imigrante a «tradições», e à «mudança» na sociedade, fruto da presente «multiculturalidade». Estes dois últimos conceitos são introduzidos por estudantes da Universidade de Lisboa, o que poderá indiciar que existirá uma maior consciencialização para esta realidade social por parte dos habitantes da capital, visto as bolsas de imigração serem mais alargadas. Por outro lado verifica-se que as associações com a representação do «imigrante» enquanto «português», surgem nos estudantes do norte, quer da Universidade de Aveiro, quer no Polo do Porto da UCP, em detrimento dos estudantes do sul (Lisboa), o que poderá indiciar que a imigração portuguesa é (ou era) um fenómeno mais frequente no norte do país.

Um outro conceito-estímulo que situámos nesta área da diferença social, prende-se com uma manifestação possível face à diversidade: o «preconceito». Quanto ao preconceito encontrámos duas representações complementares: uma objetiva e uma subjetiva. A objetiva procura fornecer sinónimos do conceito-estímulo «preconceito» e à sua presença na «sociedade», dos quais considerámos «estereótipo» (quatro ocorrências), «juízo de valor» e «ideias feitas» como relativamente neutros, quando comparados com «estigma» e «tabu», que revelam uma maior «dureza» de apreciação. Como exemplos de preconceito encontramos as associações «racismo» (duas ocorrências) e «preto», o que parece indiciar que o racismo é ainda a forma de preconceito mais visível na sociedade portuguesa. Incidentalmente, donde incluirmos o conceito-estímulo «pele» quando inicialmente o pretendíamos usar apenas como conceito de transição, encontramos ainda duas associações de «pele» a preconceito racial, nomeadamente, «cor» e «negro», e por entrevistados diferentes dos que tinham indicado «racismo» e «preto» como exemplos de preconceito, inclusivamente «negro» por um estudante que tinha indicado o preconceito como «errado».

A representação subjetiva é clara na sua reação anti-preconceito, afirmando que ser «preconceituoso» é «errado» (duas ocorrências), é «idiota» e deve «não existir», havendo inclusivamente um entrevistado que afirma «Não tenho!».

O conceito-estímulo «promíscuo» foi o conceito que mais dificuldade colocou a alguns entrevistados, que não sabiam exatamente o que era ser «promíscuo», donde haver quatro entrevistados que nada responderam e dois que confundem a palavra com «picuinhas» e consequentemente a associação com «minucioso», «mediocre» e «interesse» ser considerada uma falsa associação e não introduzida. De salientar que todos os não respondentes ou os que responderam errado se encontram no grupo dos estudantes mais novos.

Todavia surgem duas representações interessantes associadas a este conceito-estímulo: a promiscuidade juvenil e a promiscuidade enquanto pecado. A promiscuidade surge claramente associada aos jovens através de vocábulos como «adolescente» e «jovem» e de forma mais subtil em «audaz» e «confuso». Quanto à promiscuidade enquanto imoralidade, a associação é clara com «pecado» e «infidelidade», sendo «promíscuo» caracterizado como «mau» (duas ocorrências), «obsceno» e «indecente», sendo a «relação difícil» uma possível causa para o comportamento promíscuo.

2.2.1.5. Representação social do conceito «Política»

Conforme constatámos já nos resultados do inquérito, a relação dos universitários com a política pode ser considerada de difícil, na medida em que o interesse em política, por eles manifestado, é muito baixo. Encontramo-nos perante sujeitos que já não conheceram a repressão ditatorial, pelo que as suas representações sobre política se fundamentam apenas nos governos democráticos subsequentes.

Centramos a nossa abordagem sobre a política nos conceitos-estímulo «democracia», «político» e «votar». Ao primeiro conceito associámos entretanto o conceito-estímulo «liberdade» e a este último «autonomia». Ao conceito-estímulo «político» associámos, após análise dos resultados o conceito-estímulo «falso», e a «votar» associámos o conceito-estímulo «dever».

O conceito-estímulo «democracia» apresenta duas representações diferenciadas: a primeira prende-se com o conceito teórico de democracia que associa a «liberdade» (quatro ocorrências), a «igualdade» e a «escolha», contrapondo-a a um regime contrário em termos de princípios: a «ditadura». Ainda neste registo surge a associação de democracia a «república» (duas ocorrências), e a uma das instituições democráticas em Portugal: a «assembleia». A associação a «república» é, a nosso ver, incorreta, pois a democracia não é um regime político exclusivo dos países republicanos, e há um vasto conjunto de monarquias que possuem instituições democráticas perfeitamente ativas e efetivas, como por exemplo, o Reino Unido, a Suécia e a Dinamarca. Contudo será aceitável se considerarmos a república não enquanto regime político, oposto à monarquia, mas enquanto princípio ideológico, na medida em que a democracia implica uma consciência republicana (no sentido de *res publica*), visto defender a igualdade e a liberdade de expressão de todos, da totalidade da nação.

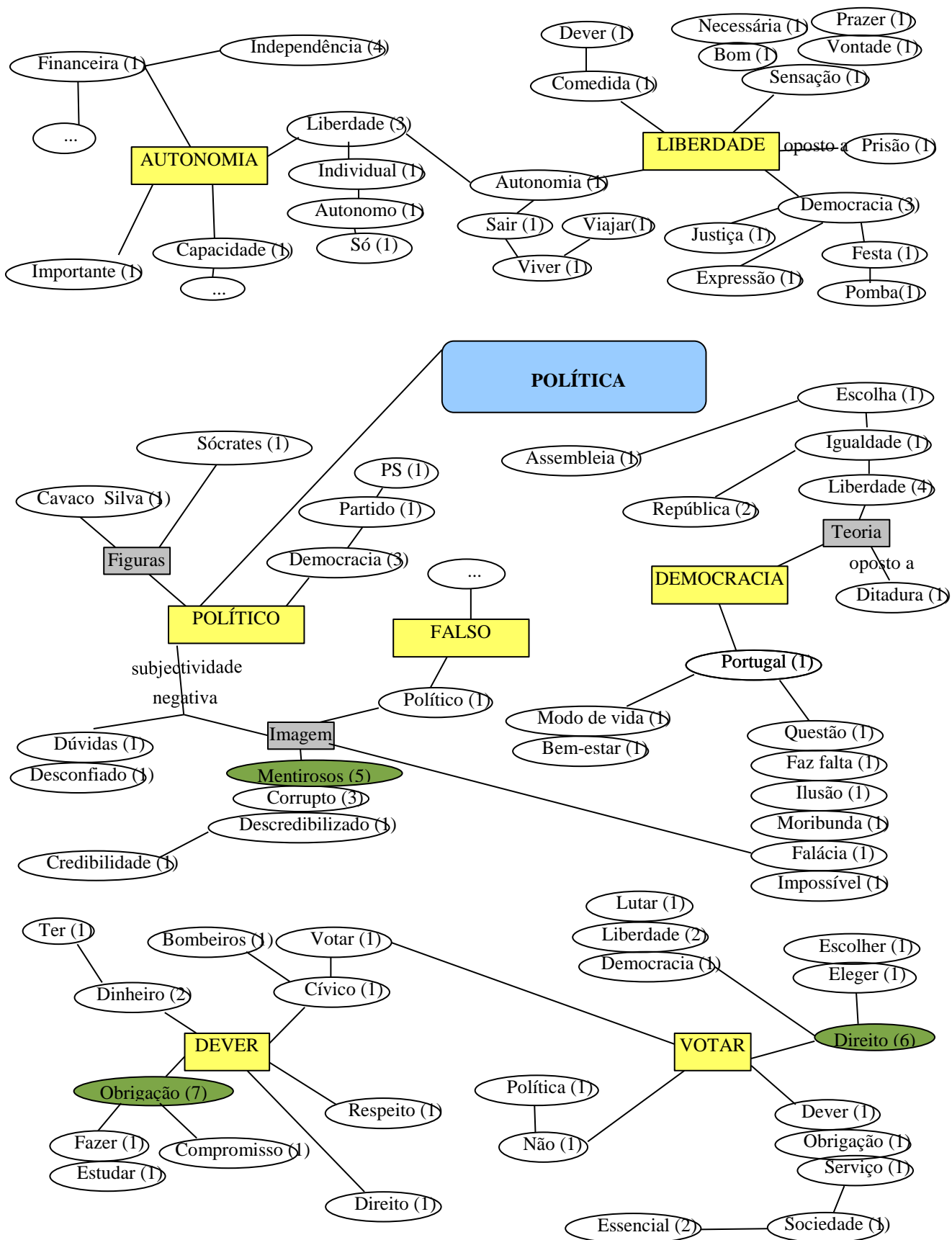


Figura 74: Representação social do conceito «Política»

A segunda representação prende-se com a democracia portuguesa, ou se quisermos, a forma como se vive a democracia em «Portugal», ou seja, um «modo de vida» associado ao «bem-estar», que, no entanto, merece ferozes críticas por cerca de um terço dos entrevistados, que consideram que a democracia em Portugal está posta em causa, é uma «questão» saber se existe ou não, e outro refere que «faz falta», ou seja, não existe, outro ainda afirma que está «moribunda» e outros que é uma «ilusão», uma «falácia», ou mesmo «impossível» de alcançar.

O conceito-estímulo «liberdade», apesar de ter sido indicado como um exemplo de valor, apresenta uma significação muito plural, pelo que se por um lado, surge relacionado com este nó da política, apresentando como associação mais frequente «democracia» (três ocorrências), por outro lado surge claramente representado como «autonomia» e ainda enquanto «sensação» agradável. Na representação política deste conceito-estímulo, para além do já mencionado («democracia»), surgem ainda os vocábulos «festa» e «pomba» que se prendem com a imagética associada à Revolução dos Cravos, e a ideia de «justiça» igualitária e de liberdade de «expressão», consequências da liberdade do regime democrático. Verifica-se ainda a associação de «liberdade» a «dever» e à necessidade da liberdade ser «comedida», ou seja, não excessiva.

No caso da liberdade enquanto «autonomia», de que já falámos anteriormente, as associações prendem-se claramente com o desejo de autonomia e independência face à família que impõe ainda limites em termos do «sair», do «viajar», do «viver».

Retomando a representação profundamente crítica da democracia em Portugal enquanto «falácia» e «ilusão», verificamos que os grandes culpados desta situação são inevitavelmente os políticos. O conceito-estímulo «político», para além da associação a «democracia» (três ocorrências), a «partido» político e ao «PS» em particular, e a figuras políticas como «Sócrates», o Primeiro-Ministro, e «Cavaco Silva», o Presidente da República, apresenta como associação mais frequente a caracterização do político enquanto «mentiroso» (cinco ocorrências) e «corrupto» (três ocorrências), referindo que o político se encontra «descredibilizado», ou tem falta de «credibilidade», enquanto um entrevistado refere ter «dúvidas» e outro sentir-se «desconfiado» face ao político. Inclusivamente, quando se pede aos estudantes associações com o conceito-estímulo «falso», que mais uma vez pretendia apenas ser um conceito de transição, se obtém uma associação a «político».

O conceito-estímulo «votar», por seu lado, apresenta-nos como associação mais frequente a noção de votar enquanto «direito» (seis ocorrências), a «democracia» dá-nos a «liberdade» (duas ocorrências) de «escolher», de «eleger» os nossos representantes políticos. Surge, por outro lado e com menos insistência, a ideia do votar enquanto «dever», «obrigação» e «serviço» para com a «sociedade», que é «essencial» (duas ocorrências) para garantir o

funcionamento das instituições democráticas. Surgem ainda dois entrevistados para quem votar está fora de questão e dizem: “«não», é «política», não me interessa”.

O conceito-estímulo «dever», obviamente, apresenta o sinónimo «obrigação» (sete ocorrências) como associação mais frequente, e ainda associa o dever a «dinheiro» (duas ocorrências), mas também refere o dever «cívico» de «votar».

2.2.1.6. Representação Social do conceito «Religião»

A religião surge como aspeto da vida a que os universitários conferem menor importância, contudo a herança cultural judaico-cristã impõe-se ainda no campo das representações, pois se as associações são imediatas com os conceitos-estímulo «igreja», «alma» e «cruz» a análise dos dados levou-nos ainda à inclusão de forma parcelar dos conceitos-estímulo «comunhão» e «virgem».

O conceito-estímulo «igreja» apresenta como associação mais frequente o nó central «religião» (seis ocorrências). Adicionalmente apresenta uma representação de «igreja» enquanto pessoas a elas pertencentes, já que se faz referência a «católicos» (três ocorrências) e «padres» e a «crença» ou «fé», simbolizada pela «cruz», e nomeadamente «fé» em «Deus» e nos «santos». Há ainda entrevistados para quem a igreja é associada com «paz», «calma» e «amizade», e outros para quem o conceito-estímulo «igreja» significa «farsa» e «mentira».

O conceito-estímulo «cruz» surge igualmente associado mais frequentemente com o nó central «religião» (quatro ocorrências) e com «igreja» (três ocorrências) e verificamos que todas as restantes associações, à exceção de «valor», se situam neste escopo, visto serem claramente relacionadas com a «morte» (duas ocorrências), «sacrifício» (duas ocorrências), «dor» (duas ocorrências) de «Jesus» (duas ocorrências) numa cruz de «madeira» (duas ocorrências).

O conceito-estímulo «comunhão» surpreendeu-nos pois não esperávamos tantas associações com este nó central. «Religião» (três ocorrências) surge como associação mais frequente, acompanhada de «igreja», «comungar», «hóstia» e «Deus». Associamos também aqui o termo «matrimónio» que não designa o contrato civil de casamento, mas antes o sacramento e consequentemente se prende a este ideário religioso. Neste mesmo registo, embora com menor expressão, surge a associação do conceito-estímulo «virgem» às figuras religiosas de «Nossa Senhora», «São José» e «Deusa».

O conceito-estímulo «alma», por outro lado, surpreende pela diminuta quantidade de associações a religião. Apenas «religião» e «Deus» surgem como associações com pendor religioso, o que demonstra que o conceito já ultrapassou a sua representação específica enquanto relação com a divindade, sendo que a maior representatividade se pode atribuir ao

campo filosófico (ou teosófico?) pelos conceitos «espírito» (quatro ocorrências), «ser» (duas ocorrências) e «pensar», para além de «espírito», «sobrenatural» e «éter».

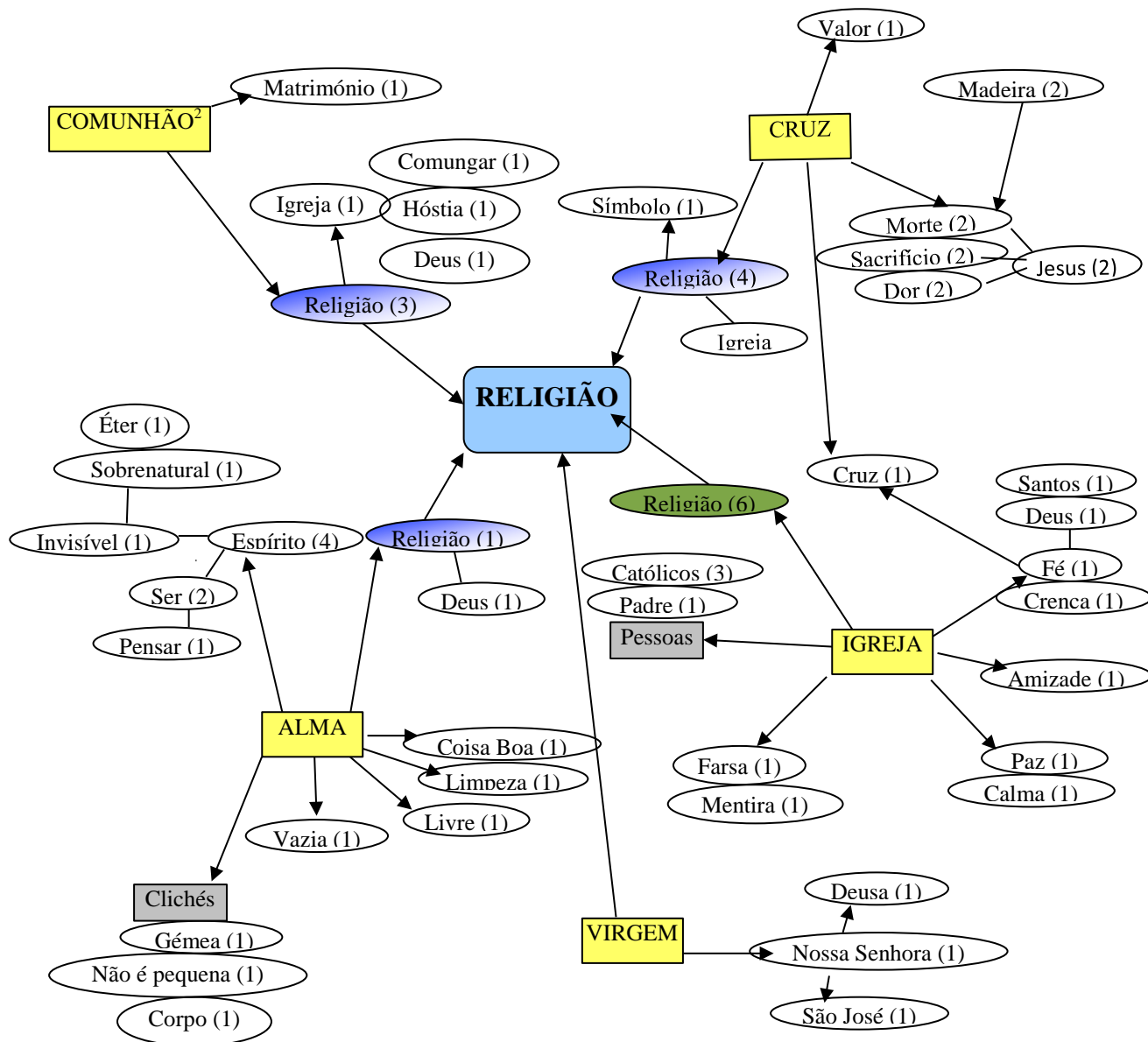


Figura 75: Representação social do conceito «Religião»

O conceito-estímulo «alma» surge igualmente associado a um conjunto de clichés, nomeadamente, alma «gémea», a alma «não é pequena» e «corpo» e alma, bem como um conjunto diverso de associações de natureza mais pessoal, como «limpeza», «coisa boa», etc.

2.2.1.7. Representação social do conceito «Moral»

A moral é encarada pelo senso comum como aquilo que permite ao indivíduo distinguir que intenções, decisões e ações são boas, ou certas, e quais são más, ou erradas. Tem a sua

origem etimológica no latim «mores» (costumes, hábito), ou seja, a «moralitas» é a forma de agir de acordo com os costumes, a tradição, a forma certa. A noção da moralidade, do que é certo ou errado fazer, tem vindo a modificar-se ao longo dos tempos e nos últimos anos de forma mais pronunciada, na medida em que as tradições e os costumes das sociedades se alteram. Algo que era considerado moralmente incorreto em Portugal, há cinquenta anos atrás, como o divórcio ou a união de fato, é hoje encarado com normalidade e os divorciados ou os casais em união de fato não são mais apontados como exemplo de imoralidade, o que demonstra que com a alteração dos hábitos sociais se verifica também a alteração da distinção entre o que é certo e errado.

Apesar de todas as mudanças sociais há, no entanto, um conjunto de valores morais que, segundo a UNESCO (Declaração do Milénio, 2000) são considerados universais e indispensáveis ao relacionamento intra e internacional neste novo século, nomeadamente, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade partilhada de pugnar pelo desenvolvimento económico e social, pela paz e pela segurança.

Na representação deste nó central começamos pelas associações ao conceito-estímulo «moral» que de seguida relacionámos com os valores morais que lhe foram atribuídos como exemplo, nomeadamente, os conceitos-estímulo «respeito» e «amigo» e associado a ambos surge também o conceito-estímulo «confiar».

O conceito-estímulo «moral» apresenta um conjunto vasto de associações diferenciadas, o que de certa forma traduz a ambivalência de que hoje se reveste o conceito. Aparece ligada ao seu oposto – «imoral» (duas ocorrências) e, conotada com moralismo, ou censura, surge associada à noção de «costume» (duas ocorrências) e «regras» sociais, que ditam comportamentos, e a «moralista», alguém que tece «julgamento», normalmente negativo, sobre o comportamento de outrem. Ainda neste mesmo universo, surge associada a «religião» (duas ocorrências), quer porque a religião também impõe regras de conduta, quer pela associação à disciplina escolar que se chamava Religião e Moral, e atualmente se chama Educação Moral e Religiosa, e ainda ao cliché “moral e «bons costumes»”. Parece, no entanto, que a «moral» está a perder terreno na vivência social, uma vez que um entrevistado refere que «não existe» e outro afirma que é «necessária».

Por outro lado a «moral» surge associada à «educação», e em especial à educação para os «valores», de que «respeito» (duas ocorrências) e «amizade» são exemplo, mas também às «histórias» que procuravam educar pela sua moralidade – o moral da história.

«essencial». É representado enquanto relação, na medida em que é caracterizado como «mútuo» (três ocorrências), e implica outros valores como «tolerância», «compreensão» e «amor». É considerado necessário e mesmo essencial para garantir a «harmonia» e a «justiça» sociais, na medida em que preside sobre a «vivência social» e as «relações humanas». O «respeito» surge ainda associado a «confiar», ou seja, se não há respeito não há confiança e vice-versa, e aos «pais» enquanto pessoas que devem ser respeitadas.

O conceito-estímulo «amigo», por seu lado, liga-se obviamente com o valor «amizade» (três ocorrências), e ter um amigo é considerado «bom», «importante» e «essencial». Uma outra representação que surge associada a «amigo» é a relação de «confiança» (duas ocorrências), a pessoa a quem podemos confiar um «segredo», o «companheiro», o que está «sempre» (três ocorrências) presente nos «momentos» em que precisamos de «apoio» e em quem podemos confiar para «cuidar» de nós. Como referimos anteriormente, esperávamos que esta representação de confiança surgisse associada à família, contudo verificamos que tal não foi o caso, e são os amigos que recebem esta associação.

O conceito-estímulo «confiar» remete-nos obviamente para a «amizade» (sete ocorrências), que é a associação mais frequente, e para a necessidade de haver uma «relação» para se estabelecer este vínculo, pelo que às sete ocorrências anteriores podemos adicionar «namorado» e «marido». Há um entrevistado que refere «confiar» nas «pessoas», mas logo outro acautela dizendo «confiar» em «poucas pessoas», ou seja, os amigos íntimos. Esta relação de confiança implica «acreditar» (duas ocorrências) e «compreender», o que nem sempre é percebido pelos jovens como possível em contexto familiar, e simultaneamente implica «coragem» para se expor perante o outro. As restantes associações são com o seu oposto – a «desconfiança» (duas ocorrências) – e a consequente necessidade que sentimos de «testar» as pessoas para saber em quem confiar.

2.2.1.7. Representação social do conceito «Natureza»

Basta atentarmos ao proposto pela UNESCO enquanto valores universais para percebermos a importância que a natureza assume para a sociedade atual. O respeito pela natureza surge associado a valores como a liberdade e a tolerância demonstrando claramente o empenho cada vez maior das instituições e dos indivíduos na causa ecológica. Como referimos, a questão da ecologia foi tratada marginalmente no questionário, pois a probabilidade de haver alguém que se aponte como anti-ecológico é surreal, e limitámo-nos a associar as questões ecológicas aos dinheiros públicos. As representações aqui apresentadas revestem-se também de um carácter acessório visto que, como já referimos, os conceitos-estímulo que se ligavam a esta

«árvores» (seis ocorrências), o «campo». Surge ainda conotada com «vida» (duas ocorrências) e «beleza», bem como com «calma» e «paz». Estas últimas ideias associam-se igualmente com «mar», «praia» e «água», o que parece querer dizer que esta representação está bastante enraizada. Considerando que estes mesmos sentimentos também se encontravam presentes quando se falava de «igreja», talvez estejamos perante o fenómeno do panenteísmo cósmico, de que falava Teillard du Chardin (1970), ou simplesmente do resultado da atitude interior de recolhimento que o espaço natural e a igreja propiciam.

Adicionalmente, e para terminar, salientamos ainda a idealização da natureza enquanto «beleza», visto que para além das associações esperadas do antónimo «feio» e dos sinónimos «bonito» e «belo», são as imagens da natureza que mais povoam o universo de associações ao conceito-estímulo «lindo».

2.2.2. Questionário de Atribuição de Valoração a Conceitos-Estímulo

Conforme já referimos o segundo exercício de associação solicitado aos entrevistados requeria a atribuição de uma valoração positiva, neutra ou negativa aos conceitos-estímulo que iam sendo apresentados. Trata-se de quarenta conceitos, que apresentam valores (34 positivos ou neutros) e contravalores (6 claramente negativos). Para além do posicionamento em termos valorativo, o tempo de resposta também foi contabilizado, pois como referimos anteriormente apenas um tempo de resposta inferior a dois segundos nos garante uma resposta imediata e sem autocensura. Temos consciência que há conceitos mais complexos em termos de desconstrução do significado que outros e que consequentemente exigem mais tempo de reflexão para atribuir a valoração, como é o caso de «promiscuidade», e isso foi tomado em conta, no entanto há conceitos de apreensão imediata que obtiveram valores de mediatização das respostas bastante elevados, um claro indício de autocensura no sentido de dar a resposta politicamente correta.

Dos quarenta conceitos apresentados apenas nove receberam a unanimidade total em termos de valoração, sendo oito percebidos por todos os entrevistados como sendo francamente positivos e um (violência) como totalmente negativo. Se atentarmos ao tempo de resposta, no entanto, verificamos que apenas o valor «respeito» recebe valoração positiva imediata por parte de todos os entrevistados, o que indicia que houve sempre nos outros casos um entrevistado, ou dois, que hesitou na escolha.

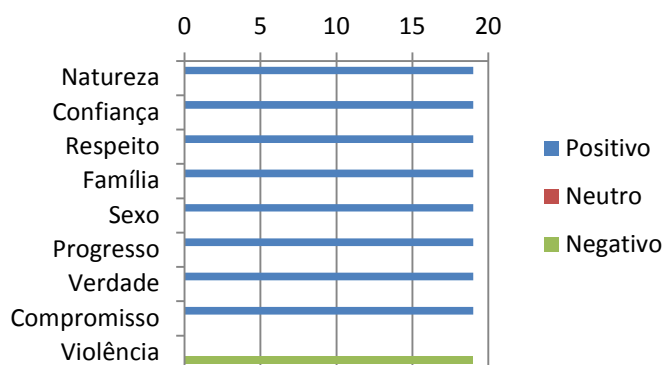


Figura 78: Conceitos com valoração unânime por parte dos entrevistados

De qualquer modo é interessante observar as escolhas em termos de valoração absolutamente positiva por parte dos estudantes. Por exemplo, considerando os resultados anteriores, especialmente no que diz respeito à família e ao compromisso encontramos uma entrevistada que, por motivos de desestruturação familiar, se mostrou crítica face a muitos dos conceitos-estímulo apresentados, que contudo revela que o valor «família» e o valor «compromisso» continuam a ser encarados de forma positiva. Outro fato interessante é a valoração positiva ser atribuída a valores que muitas vezes surgem como antagónicos, como é o caso de «natureza» e «progresso», visto que frequentemente para se alcançar o «progresso» científico, tecnológico e mesmo civilizacional se tem de sacrificar a «natureza». Como exemplo

deste fato, podemos apontar o aquecimento da atmosfera que é causado pelos reatores dos aviões e o lançamento de foguetões espaciais.

Surge de seguida um conjunto de valores que recebe uma valoração positiva ou neutra, sendo contudo a valoração positiva a mais frequente. Encontramos aqui valores que se prendem com o trabalho, como a «responsabilidade», o «mérito», a «autonomia» e o «dever»; bem como valores que se prendem com a família, como o «amor», o «prazer» e a «relação». Surgem também valores associados à política e à vida social, como a «liberdade», a «democracia», a «modernidade», a «ordem», a «sociedade»,

o «serviço», a «tradição» e a «moral».

Como podemos observar no gráfico, os valores que levantam mais celeuma são o «serviço», a «tradição», a «democracia» e a «moral», o que era expetável dadas as representações que recolhemos a propósito destes conceitos e que já indicavam no primeiro caso uma ligação a trabalho (prestação de serviço) donde a atribuição de valoração neutra. Nos casos seguintes verificava-se uma certa posição crítica, que permitia antever que a valoração não seria totalmente positiva.

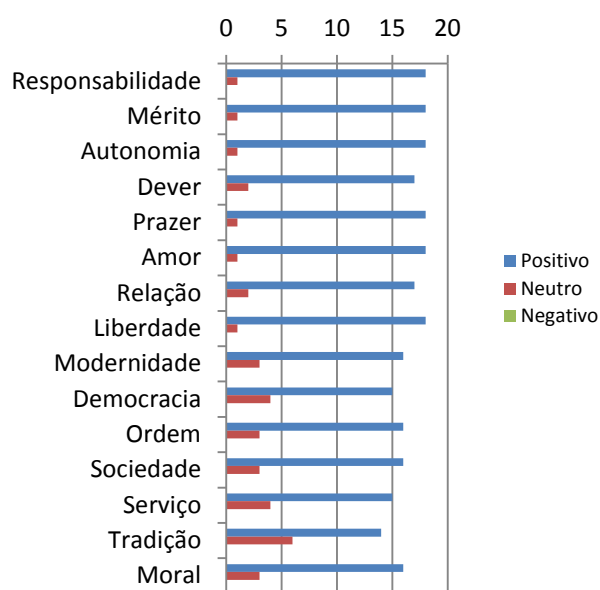


Figura 79: Conceitos com valoração positiva mais frequente

No caso dos contravalores, encontramos um caso – «preconceito» – em que a única voz discordante, na atribuição de valoração negativa, é uma ocorrência de valoração positiva, e um caso – «conflito» – em que a valoração embora maioritariamente negativa, apresenta ocorrências de valoração neutra e positiva quase no mesmo número (10-9). Aparentemente «conflito» está a perder a sua conotação bélica e violenta para começar, como vimos anteriormente, a ser encarado como representação de luta social e consequentemente ser encarado como neutro, ou positivo por ser facilitador da mudança. «Separação» e «dependência» dadas as representações diversas que podem evocar merecem este estatuto misto de neutralidade e negatividade em termos de valoração. Os resultados do contravalor «promiscuidade» parecem surpreendentes, contudo convém relembrar que vários entrevistados não atribuíram o significado correto ao termo.

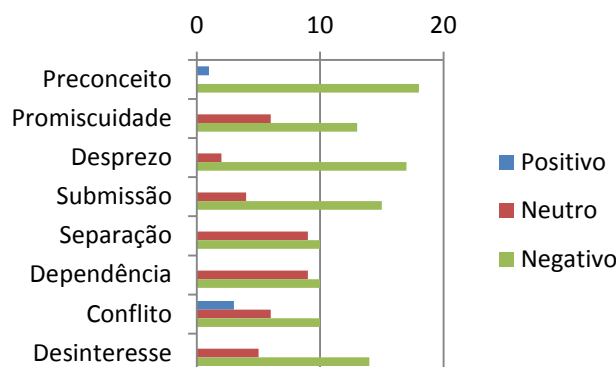


Figura 80: Conceitos com valoração negativa mais frequente

Por outro lado, o valor «desinteresse», que pretendíamos inicialmente fosse percecionado como sinónimo de «altruísmo»²¹, foi encarado como «falta de interesse» e consequentemente juntou-se ao rol dos contravalores.

O contravalor «submissão» apresenta valores interessantes, especialmente no que se prende com a distribuição por sexos, como podemos ver no gráfico seguinte: apenas uma mulher em doze indicou uma valoração neutra para este conceito, enquanto três homens em sete lhe atribuíram semelhante valoração. Estes dados levam-nos a colocar novamente a questão dos papéis tradicionais dos homens e das mulheres, e o sentimento de aversão manifestado pela clara maioria das mulheres a este conceito, enquanto representação clara do domínio masculino, e consequentemente a menor importância atribuída pelos entrevistados do sexo masculino que historicamente não foram sujeitos a submissão.

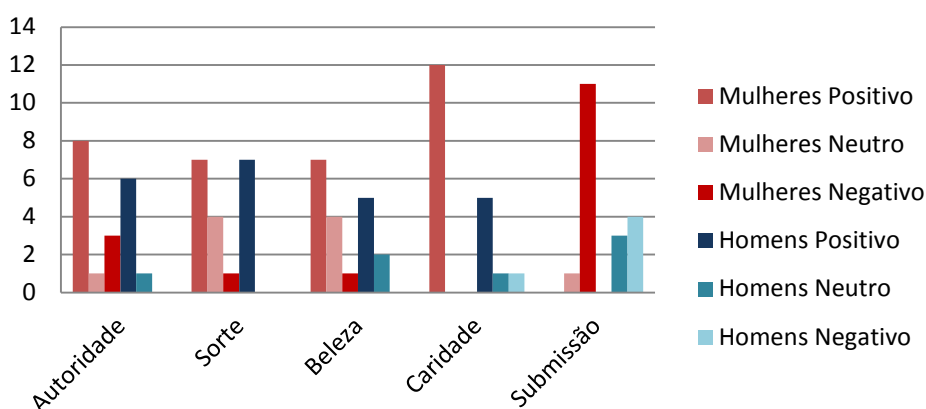


Figura 81: Conceitos que apresentaram valorações com variação pertinente face ao género

²¹ Ao testar a ficha de associações apercebemo-nos que quatro dos cinco jovens universitários a quem submetemos a ficha não sabiam o que altruísmo significava, pelo que incluímos um sinónimo que esperávamos fosse percebido por todos, infelizmente tal não aconteceu. Paralelamente, no teste não houve qualquer resultado de desconhecimento do significado de promiscuidade, o que, como vimos, não sucedeu nas entrevistas.

Encontramos um paralelo nas atribuições feitas pelas mulheres ao valor «autoridade», que três consideram ter valoração negativa, possivelmente, por contraponto com «submissão» à «autoridade».

Outros valores, cujas diferenças entre homens e mulheres são dignos de observação, são a «sorte», a «beleza» e a «caridade». A «sorte» apresenta valoração completamente positiva para os homens, mista para as mulheres, sendo que quase metade lhe atribui uma conotação neutra e mesmo negativa. Podemos, mais uma vez, estar aqui perante um caso de perceção do mundo historicamente dominado pelo sexo masculino, onde a mulher para se afirmar tem de se centrar no esforço e no trabalho e não na sorte. Sabemos que, mesmo nos dias que correm, quando colocados perante dois candidatos a um posto de trabalho com qualificações e aptidões idênticas, os empregadores ainda preferem o candidato do sexo masculino (Relatório OIT, 2011).

Um fenómeno contrário, apesar de não tão pronunciado, pode ser observado na valoração de «caridade», onde a totalidade das mulheres indica ter valoração positiva e no caso masculino encontramos valorações neutra e mesmo negativa. Poderá prender-se neste caso com a maior religiosidade percebida nas mulheres, e a caridade surge associada normalmente a religião, ou então ao papel de cuidadora frequentemente assumido pela mulher, de que a caridade é extensão.

A posição perante a beleza é de fato surpreendente pois, apesar do número de revistas, sites, blogues, etc., sobre beleza e moda continuar a crescer, e a indústria do bem-estar onde se incluem a cosmética e a estética ser dos negócios de maior crescimento em termos mundiais e Portugal não ser exceção²², parece ter-se dado um *volte-face* no que toca à valorização da «beleza», sendo as mulheres, o «belo sexo» as mais críticas.

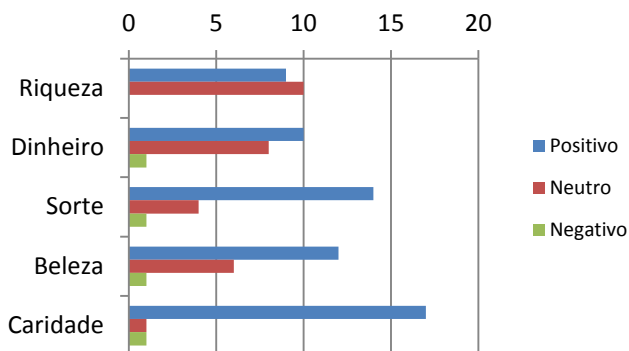


Figura 82: Conceitos que apresentaram valorações insólitas

Podemos encontrar posições semelhantes face aos valores materiais «riqueza» e «dinheiro», que no caso da primeira apresentam o valor neutro como posição mais frequente, e

²² <http://www.ic.gc.ca/cis-sic/cis-sic.nsf/IDE/cis-sic44612rdpe.html>, site oficial do governo canadiano que apresenta crescimentos anuais na ordem dos 20% para a indústria da beleza, cosméticos e perfumes e na ordem dos 8% na Europa segundo *A Study of the European Cosmetics Industry*, preparado para a Comissão Europeia em 2007 e acessível em http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/_getdocument.cfm?doc_id=4976

no caso do segundo, apesar de «dinheiro» receber atribuição positiva por parte da maioria dos entrevistados (dez), é um valor pouco seguro, pois oito atribuem uma valoração neutra e um chega mesmo a atribuir uma valoração negativa. Parece que querer ser rico e ter dinheiro deixou de fazer parte das aspirações politicamente corretas dos estudantes, ou pelo menos deixou de ser socialmente aceitável expressar essa vontade. Será a crise a travar as línguas, na medida em que expressar vontade de ter dinheiro num momento em que muitos estão privados dele poderá ser sinónimo de falta de solidariedade, ou será antes um traço tipicamente português, resultado da inveja combinada com a falta de iniciativa, de menosprezar o que se não tem para a sua falta não ser tão importante?

Por outro lado encontramos três instâncias onde as perceções se estão a alterar, duas no sentido neutro ou negativo e uma no sentido positivo. «Justiça» é considerada um dos valores cimeiros da humanidade desde que o ser humano se começou a preocupar com a questão dos valores (Ricouer, 2007), pelo que a sua representação enquanto valor começa a sofrer o impacto da insatisfação das pessoas perante o sistema judicial, uma das instâncias da justiça retributiva. Mais, as crises financeiras e económicas que abalaram o mundo nos últimos anos também fizeram derrapar a representação da justiça social, ou justiça distributiva, do seu patamar igualitário e tornaram patente com inequívoca clareza as assimetrias socioeconómicas entre os *have* e os *have not*, demonstrando que a justiça no que toca à distribuição da riqueza é apenas uma utopia.

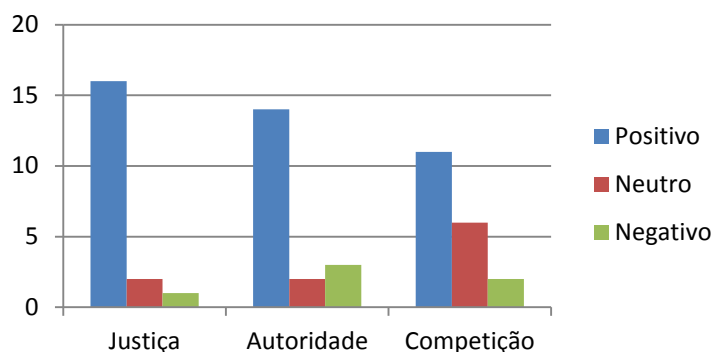


Figura 83: Conceitos que apresentaram valorações que indicam mudanças de perceção

Do mesmo modo, abusos de autoridade real ou percecionada, fazem com que o valor «autoridade» se encontre igualmente em declínio, e neste caso num declínio mais acentuado. As tradicionais figuras de autoridade, pais e professores, distanciaram-se nos últimos anos do exercício deste poder, que procuraram substituir pela amizade, pelo companheirismo. Atualmente na sociedade surgem vozes a clamar a necessidade de recuperar a autoridade do professor e dos pais, contudo para muitos autoridade surge associada a repressão, a censura e não a “conselho sábio a não ignorar” de acordo com a etimologia da palavra, pelo que tem vindo a adquirir uma conotação cada vez menos positiva.

Contrariamente, o conceito «competição», a que era, até recentemente, atribuído um pendor mais capitalista e consequentemente contrário a valores mais humanitários e igualitários, típicos de uma sociedade de esquerda, tem vindo a assumir novos contornos, e os universitários encaram a competição já como algo positivo, que leva os indivíduos à superação dos seus limites, conquanto que seja justa e salutar. Convém no entanto salientar que a mudança de perceção não é radical, ou seja, ainda existe um grupo alargado de estudantes para quem falar de competição ainda é incómodo, e ou têm uma perspetiva neutra, ou mesmo uma perspetiva negativa sobre este valor. Deste grupo fazem parte os estudantes mais velhos (com mais de 30 anos), e aqueles cuja formação base se situa na área da educação. Os estudantes com menos de 30 anos e com formação base nas áreas científicas e nas ciências sociais encaram a competição como algo positivo, o que poderá significar que este conceito é percecionado como valor pelas gerações mais novas e possivelmente transmitido enquanto tal nestas áreas do conhecimento, enquanto as gerações anteriores, defensoras mais acérrimas do anti-capitalismo, condenavam a prática e na área da educação se procura enfatizar a cooperação em detrimento da competição nas salas de aula.

2.2.3. Variação cultural dos valores

Conforme referimos uma das entrevistadas era uma estudante angolana que se encontrava a estudar em Portugal. Ao analisarmos os dados verificámos que havia um conjunto de resultados que apresentavam dados francamente díspares dos recolhidos junto dos estudantes portugueses, o que nos leva a crer que um estudo comparado entre as representações sociais de valores dos estudantes portugueses e dos estudantes angolanos, ou dos estudantes dos PALOP em Portugal, poderia trazer aportes muito interessantes, contudo não é esse o nosso objetivo, nem dispomos de dados suficientes para tecer considerações suficientemente sustentadas.

De qualquer modo, e começando pela atribuição da valoração aos conceitos, verificamos que apenas esta estudante diferia da total unanimidade dos estudantes portugueses face ao valor «compromisso», que valorava como neutro, e que a tendência era para assumir um posicionamento mais conservador, o que nos leva a crer que, em parte, a sociedade angolana poderá ainda conotar-se com valores de maior conservadorismo.

Quanto à associação livre, existem obviamente muitos conceitos-estímulo cujas associações estão dentro da norma das respostas dos universitários portugueses, mas há respostas claramente diferenciadas, como por exemplo, a associação de «autoridade» a «presidente», que faz sentido em Angola com o presidente José Eduardo dos Santos, mas que para o caso português seria uma associação de difícil explicação. Existem outras associações

dentro do mesmo padrão, nomeadamente «democracia» a «Estados Unidos», e «velho» a «jovem», que denotam outro espaço geográfico e linguístico, contudo há associações de carácter mais cultural que apresentam dados tão diversos que se tornou impraticável manter a estudante como sujeito de estudo. A associação de «homem» a «pai» e de «amigo» a «mãe», por exemplo, ou de «justiça» a «vantagem», de «progresso» a «independência», de «político» a «complicado», de «moral» a «liberdade de expressão», de «rico» a «desejo», de «preconceito» a «infetados», de «ordem» a «cumprir», de «desprezar» a «necessário», de «temer» a «morte», remete-nos claramente para representações sociais e culturais diversas das portuguesas, donde a sua exclusão do presente estudo.

2.2.4. Mapas Concetuais

A última tarefa que se solicitava aos estudantes aquando da entrevista era a construção de um mapa concetual. Apresentava-se uma folha, que tinha uma oval com a palavra «valor» ao centro, e solicitava-se que escrevessem dez palavras que associavam à palavra Valores, e de seguida tinham de criar ligações entre as palavras de forma a utilizá-las todas num só esquema construindo assim o seu mapa concetual da palavra «valor».

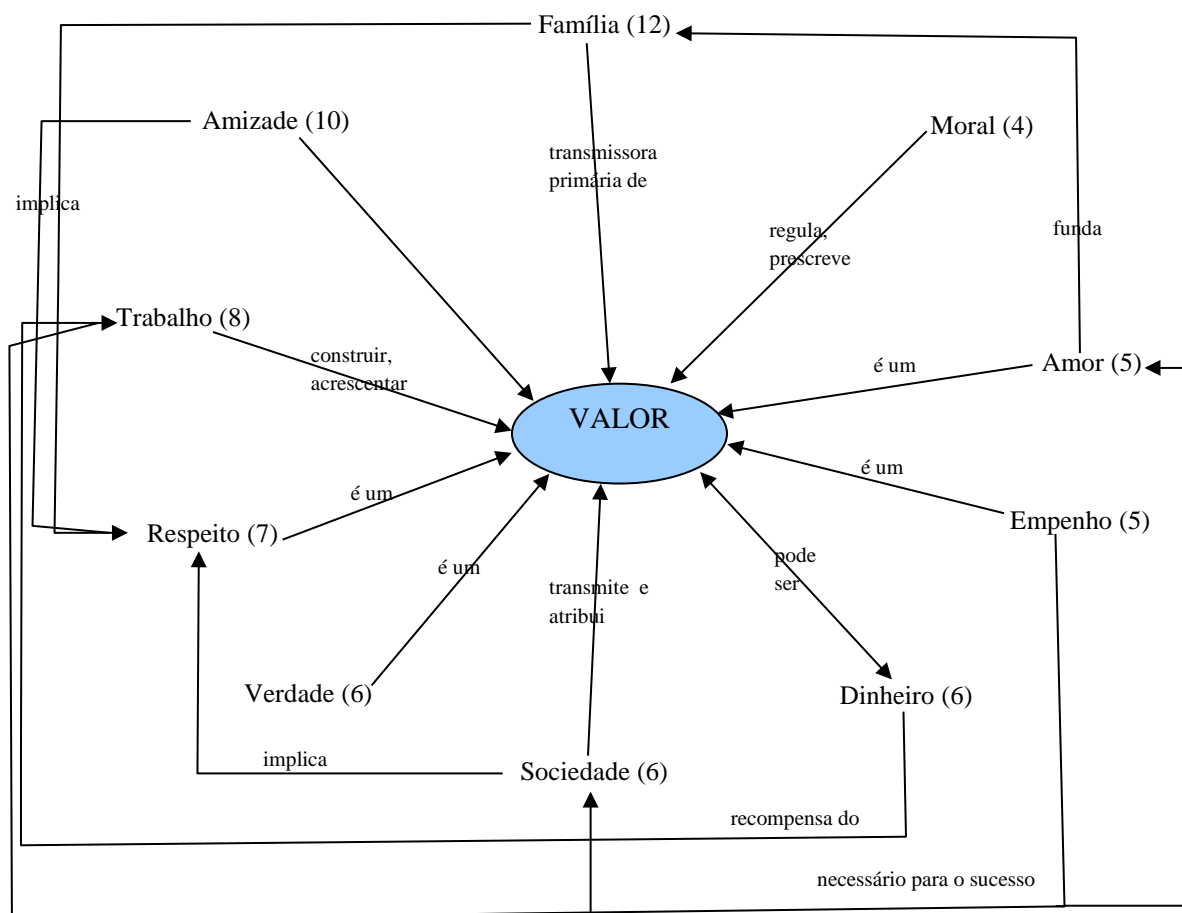


Figura 84: Mapa concetual elaborado a partir dos mapas individuais dos entrevistados, captando a frequência das ocorrências

Distinguiram-se duas abordagens possíveis em termos de realização da tarefa: alguns estudantes (cinco) procuraram definir a palavra e construíram o seu mapa concetual em torno dessa tentativa de definição, e outros, a maioria, construíram um mapa dos seus valores pessoais. As tentativas de definição, de que apresentaremos um exemplo posteriormente, são bastante díspares, e centram-se na distinção entre conceitos e tipologias de valores. Pelo contrário nos mapas de valores pessoais verificamos a repetição de valores e de nexos de causalidade, o que

nos permitiu construir o mapa concetual único, que apresentámos na página anterior, partindo dos catorze mapas individuais. É muito interessante verificar que os valores que surgem com maior número de ocorrências são exatamente e pela mesma ordem os que os estudantes indicaram no questionário como sendo os aspetos mais importantes da sua vida, nomeadamente a família, os amigos e o trabalho. Como valor mais frequente surge o respeito, seguido da verdade. O dinheiro surge igualmente indicado com ligações positivas e negativas e a questão da meritocracia revela-se na importância dada ao empenho. O amor surge normalmente associado à família e a moral revela-se uma espécie de recetáculo abstrato dos valores.

Apresentamos de seguida dois exemplos, escolhidos porque os considerámos menos confusos e de mais fácil visualização. Um dos exemplos apresenta a definição, e o outro, o mapa de valores pessoais.

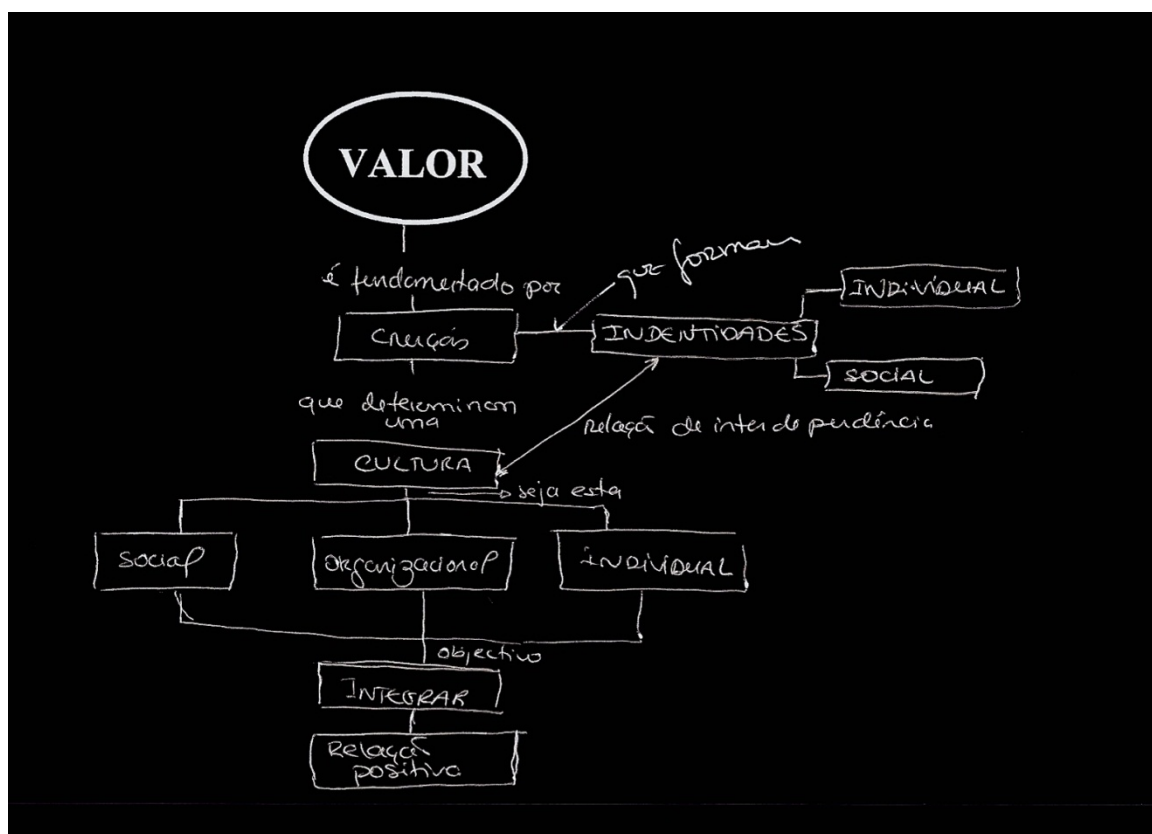


Figura 85: Mapa concetual elaborado por um dos entrevistados, que procura definir o conceito valor»

Este primeiro mapa, como podemos ver, apresenta um conjunto de conceitos que procuram explicitar o que é o «valor». A definição tentativa a partir deste esquema poderá ser a seguinte: o valor é fundamentado por crenças que formam dois tipos de identidades, a individual e a social. As crenças determinam a cultura, quer falemos de cultura social, quer de organizacional ou individual, e entre a cultura e as identidades estabelece-se uma relação de

interdependência. O objetivo subjacente à cultura, que tem na base crenças e valores, é integrar o indivíduo e proporcionar-lhe uma relação positiva com os outros.

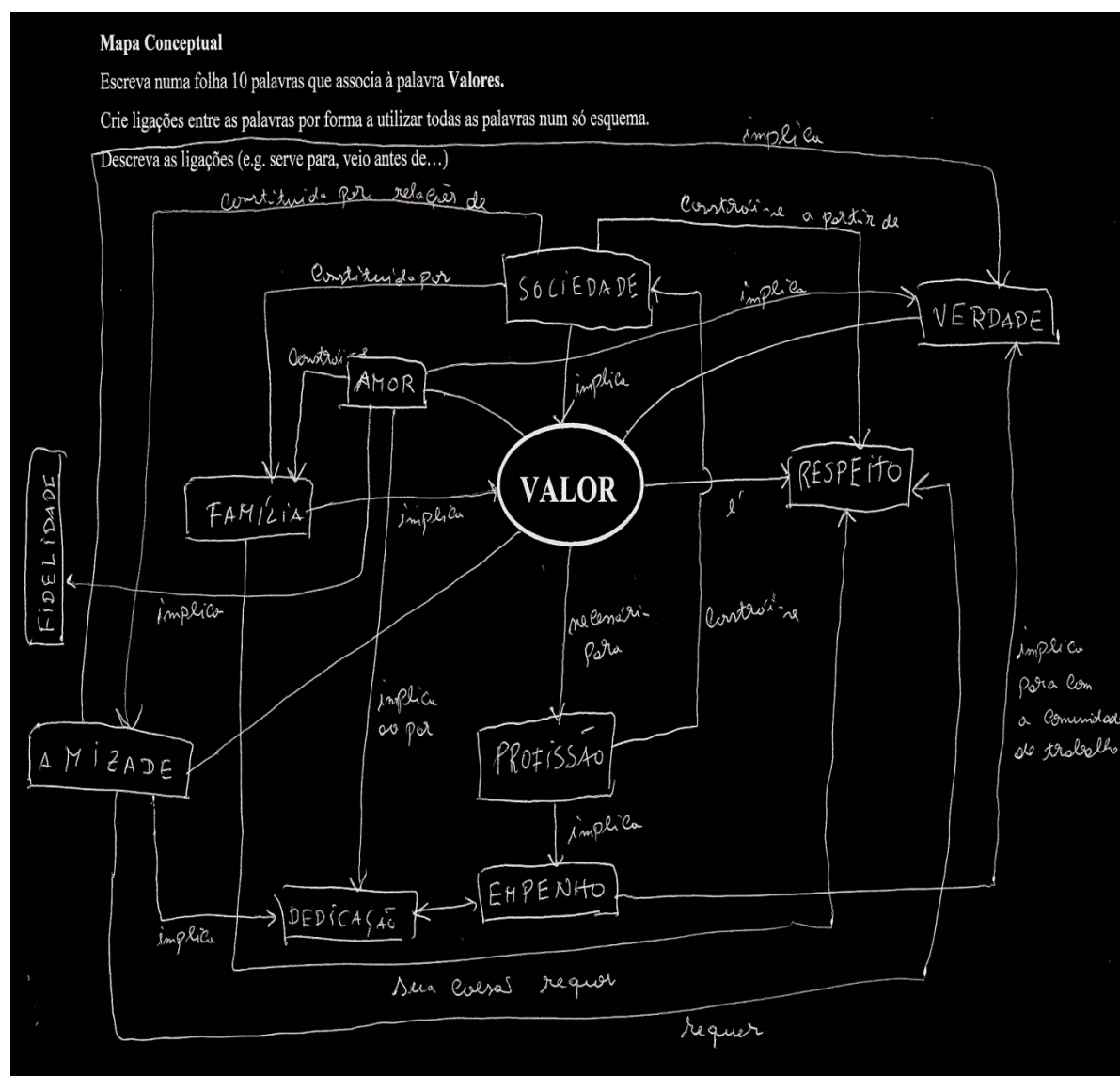


Figura 86: Mapa concetual elaborado por um dos entrevistados, que procura explicitar o mapa de valores pessoais.

O outro exemplo, como podemos verificar, trata-se de um mapa de valores pessoais que parte de dez valores que o entrevistado considera basilares nomeadamente, família, amizade, amor, profissão, sociedade, respeito, verdade, empenho, dedicação e fidelidade. Para este entrevistado, a família e a sociedade surgem como pontos de origem dos valores, na medida em que são implicadas na sua existência. A sociedade é constituída por famílias e por relações de amizade, sendo ainda o espaço onde se constrói a profissão, ou seja, o espaço onde o trabalho

acontece. Para estas quatro relações (sociais, familiares, de amizade e profissionais) existe, para este entrevistado, um valor moral imprescindível para a sua construção e manutenção – o respeito. A verdade é outro valor essencial para garantir a permanência das relações humanas para este universitário, na medida em que as relações profissionais, as relações de amizade e a relação amorosa, base da família, devem ser construídas tendo por base este valor. É interessante verificar que apesar de receberem nomes diferentes (empenho no caso da profissão e dedicação no caso do amor e da amizade), trata-se do mesmo sentimento, ou seja, compromisso, dedicação. Para este entrevistado, a relação amorosa, para além da dedicação ao par, implica também fidelidade.

Os dados das entrevistas aqui apresentados, para além da discussão específica a que serão sujeitos, e sempre que for pertinente, serão introduzidos na discussão dos resultados do questionário, pois servirão, como veremos de seguida, para ilustrar alguns pontos e consolidar algumas das conclusões

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como referimos anteriormente, a população que estudámos – os estudantes universitários – constitui um grupo minoritário em Portugal, visto fazerem parte da elite que frequenta ou atingiu um nível de educação terciário, os tais 18,1% (14,2% homens e 22,4% mulheres) que refere o INE²³, que poderá subir para 20-25% nos próximos anos se o número de ingressos e saídas da universidade continuar a aumentar ao ritmo atual.

Para o bem e para o mal, estamos num mundo em que as qualificações académicas ditam o acesso aos melhores e mais bem remunerados postos de trabalho, que cada vez mais exigem a autonomia de pensamento e a flexibilidade intelectual, características dos indivíduos com um nível de educação mais elevado, e que são também os cargos de chefia e supervisão. O que significa que dentro de 15, 20 anos serão estes jovens universitários aqueles que tomarão as decisões nas suas empresas, nos seus partidos, na sociedade em geral. Pelo que estudar os valores que norteiam as suas vidas se reveste de particular importância.

Adicionalmente, sabemos que a inserção na vida académica, fornece aos estudantes, não só as competências e aptidões necessárias para o seu futuro profissional, mas também um estatuto de exceção, independentemente das suas origens sociais. Durante o percurso académico dá-se um processo de adoção de novos valores, mais consentâneos com a sua condição de universitário e com as expectativas mais alargadas de inserção na vida social e profissional (Almeida et al, 2003, p.96).

Dados do *Sustaining Growth, Human Development and Social Cohesion in a Global World*, (PRIGC, 1999), referentes ao período 1989-1995, indicam que os trabalhadores manuais e não especializados se tornam cada vez mais excedentários no mercado de trabalho e o maior aumento em termos de criação de emprego foi para as áreas da gestão e das profissões liberais. Isto parece indicar que a criação de emprego parece estar a deslocar-se para áreas que requerem uma educação superior, e que os trabalhadores com baixo índice educacional se encontrarão em crescente desvantagem. Pelo que podemos afirmar que para a sociedade portuguesa uma educação terciária é sinónimo de oportunidades de trabalho no futuro, quer em Portugal, quer no estrangeiro, enquanto uma educação básica é sinónimo de desemprego ou sub-emprego.

²³ Dados relativos a 2011 retirados do quadro “Proporção da população activa (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual” acedido a 12/3/2012 em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

Ao discutirmos os resultados do nosso estudo, sempre que possível e pertinente iremos socorrer-nos dos dados do EVS 2008 relativos a Portugal para comparar os resultados da nossa amostra com os dados recolhidos pelo estudo do EVS sobre a totalidade da população portuguesa e simultaneamente fazer algumas inferências usando dos dados do EVS 2008 para corroborar algumas das questões de investigações propostas.

De referir que no EVS 2008 o número total de respondentes com educação de nível terciário é de 140, num universo de 1549, ou seja, abaixo dos 10 %. Nesse mesmo universo de 1549 respostas, 119 são de indivíduos entre os 18 e os 25 anos e desses apenas 19 apresentam um nível de educação terciário, como se pode ver no gráfico abaixo apresentado. Contudo dadas as animadoras percentagens de 43% para os indivíduos nascidos em 1983 e as de 21% registadas nos anos seguintes para a primeira fase da educação terciária a que se juntam as percentagens de indivíduos com a segunda fase da educação terciária completa, gostaríamos de acreditar que estes números são menos favoráveis nos anos seguintes apenas porque estes indivíduos ainda não completaram os seus estudos terciários.

EDUCATIONAL LEVEL RESPONDENT:	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Total	N=
0 : Pre-primary education or none education	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	100.0	1
1 : Primary education or first stage of basic education	36.4	9.1	18.2	0.0	9.1	0.0	0.0	27.3	100.0	11
2 : Lower secondary or second stage of basic education	17.5	15.0	7.5	12.5	5.0	7.5	12.5	22.5	100.0	40
3 : (Upper) secondary education	12.5	6.2	4.2	8.3	14.6	25.0	16.7	12.5	100.0	48
5 : First stage of tertiary education	42.9	21.4	21.4	7.1	7.1	0.0	0.0	0.0	100.0	14
6 : Second stage of tertiary education	0.0	40.0	20.0	20.0	20.0	0.0	0.0	0.0	100.0	5
Total	19.3	12.6	9.2	9.2	10.1	12.6	10.9	16.0	100.0	119

ZACAT © GESIS 2008 (<http://zocat.gesis.org>)

Figura 87: Distribuição dos respondentes (18-25 anos) do EVS 2008, por nível de ensino

2.3.1. Distribuição sociodemográfica da amostra

Como verificámos no ponto 2.1. quando comparamos os alunos da amostra quanto à sua distribuição por idade, verifica-se que os alunos são tendencialmente mais novos na Universidade privada do que nas Universidades públicas. Convém contudo aqui ressaltar que no caso português a Universidade Católica Portuguesa é uma exceção no universo das Universidades privadas, visto que compete em termos de acesso com as mais conceituadas

universidades públicas portuguesas aparecendo cotada no ranking de universidades portuguesas numa posição muito próxima da Universidade de Aveiro e da Universidade de Lisboa. No caso das restantes universidades privadas portuguesas, da qual a Universidade Lusófona serve como paradigma, a tendência é para uma faixa etária de alunos bastante mais elevada, em que a maioria dos estudantes terá idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos (alguns substancialmente mais velhos) e serão maioritariamente trabalhadores-estudantes. Já Almeida et al (2003, p.13) referiam este facto indicando que a facilidade de acesso a este ensino seria a principal razão para este facto visto estarmos perante alunos cujo percurso escolar não se pautava propriamente pela excelência. Adicionalmente o ensino privado português encontra-se atualmente a sofrer um processo de desaceleração da procura, depois do «boom» registado nos anos 80 e 90, e dos cerca de 118.000 alunos no ano 2000, encontramos agora valores na ordem dos 88.000 (www.pordata.pt), enquanto os números do ensino superior público continuam a crescer (cerca de 255.000 em 2000 e de 308.000 em 2011).

De qualquer modo e para efeitos do nosso estudo, o dado a ressaltar é o facto dos alunos da UCP serem maioritariamente mais jovens que os das Universidades públicas e mais ainda que os alunos da Universidade de Lisboa, o que revelará um percurso escolar de maior sucesso, mercê talvez das competências do corpo estudantil, mas possivelmente reforçado pelo facto destes alunos, por pertencerem a um estrato social mais favorecido, terem acesso a um conjunto de condições que propiciam o sucesso escolar, i.e., melhores escolas na formação básica, acesso mais facilitado, em termos económicos, a tutores e explicadores, espaço familiar mais conducente ao estudo, quer seja em termos de espaço físico quer em termos de espaço sociocultural, etc. Este facto, aliás, era já apresentado do Relatório Eurostudent IV (2008-2011) (Orr, Gwosć, & Netz, 2011), um relatório comparativo aos estudantes da EU, que refere claramente “the higher the social background of students, the younger they are”, que o estudo relaciona com a questão do acesso imediato à educação terciária, possibilitado por condições socioeconómicas mais favoráveis, ou diferido no caso de ter de ser o aluno a custear os seus próprios estudos.

Verifica-se ainda que os estudantes são igualmente mais novos na Universidade do Norte (Aveiro) do que na Universidade do Sul (Lisboa), o que poderá dever-se ao facto de haver uma maior percentagem de trabalhadores-estudantes na Universidade de Lisboa em relação às outras duas universidades, o que obviamente nos leva a concluir que a população desta instituição é tendencialmente mais velha. Adicionalmente poderemos ainda incluir a questão do acesso que é mais difícil nesta Universidade que na Universidade de Aveiro, o que poderá igualmente contribuir para esta faixa etária mais elevada. A dificuldade não se prende tanto com a média de candidatura ou o número de vagas mas antes pelo número de candidatos e pela

quantidade em absoluto de população que serve, visto haver uma tendência maior para permanecer na área de residência dos estudantes desta instituição, em detrimento de uma deslocação para outra região, quer por uma questão de comodismo, quer por uma questão de cosmopolitismo, ou seja, dificilmente um estudante que tenha vivido toda a sua vida na capital estará disposto a deixar esse espaço mais cosmopolita, para viver numa cidade mais pequena, se a oferta educativa lho permitir.

Os alunos são ainda mais novos no sexo feminino, o que possivelmente dá conta de uma percurso escolar básico e secundário de maior sucesso para as raparigas. Esta tendência já era apresentada por Almeida et al (2003) e Martins, Mauritti & Costa (2007), e surge num vasto conjunto de estudos (OCDE, PISA, Eurostat & HIS, 2009) que apresentam uma tendência semelhante por toda a Europa e mesmo EUA. Há estudos que falam na questão comportamental, ou melhor na questão da postura reflexiva adequada ao contexto de sala de aula típica do comportamento feminino, por oposição ao comportamento mais energético, e por vezes mais alienado do contexto, no caso masculino, que alguns procuram explicar por razões de socialização, e outros (McCRum, 1996) por questões de fisiologia (maturidade, desenvolvimento hormonal, etc.). Há outros autores que apontam a “self-fulfilling prophecy” como causa para este maior sucesso no feminino, referindo casos inclusivamente de discriminação positiva, ou seja, a teoria de que as mulheres são alunos mais bem-sucedidos difundiu-se e interiorizou-se de tal modo que os professores valorizam mais os resultados e a participação das alunas, em detrimento de alunos com a mesma prestação (Kruse, 1996). Outros autores ainda referem o caso da escola ser, neste momento, um universo feminino, e estar conseqüentemente preparada para as mulheres, da mesma forma que era um espaço masculino no passado e obviamente estava preparada para os homens (Epstein et al, 1998, Francis, 2006). Estes autores salientam o facto de mais de 90% do corpo docente na maioria das escolas ser do sexo feminino, e as competências que se valorizam, ou melhor, as que se avaliam, serem tipicamente femininas, ou seja, a memorização e reprodução de conceitos, a capacidade de ler e interpretar textos, a capacidade argumentativa, etc. Costa & Lopes, (2008, p.60) no caso português referem que a desproporção entre géneros poderá dever-se às diferentes estruturas nos processos de transição para a vida adulta, transição esta que parece provocar maior perturbação aos rapazes, que se nota já no facto do sexo feminino apresentar maior taxa de conclusão do ensino secundário e maior número de inscritos no primeiro ano do ensino superior, bem como posteriormente maior taxa de sucesso no processo formativo e conseqüente maior diplomação. Esta tendência refere ainda o estudo é partilhada pela maioria dos países ocidentais.

Consequentemente verifica-se que a média de idades é superior para Engenharia, a área de estudos que apresenta uma percentagem de estudantes do sexo masculino superior à do sexo

feminino, padrão que ainda é uma constante a nível europeu (Orr, Gwosć, & Netz, 2011) e mesmo mundial (OCDE).

Quanto ao escalão a que corresponde ao rendimento do agregado familiar (médio, mensal, líquido, em Euros) 32% indicam entre 501 e 1250 €, 31% respondem entre 1251 e 2850 €, 16% indicam entre 2851 e 4500 €, 12% respondem mais de 4500 €, 7% indicam entre 331 e 500 € e 2% respondem até 330 €. O que significa que o grosso da população estudantil provém de agregados com rendimentos acima da média portuguesa, que segundo dados do INE, em Outubro de 2010, se situava na casa dos 777 Euros/mês. Como refere Rosa Mauritti: “De forma genérica, o recrutamento da população estudantil que frequenta o ensino de licenciatura está predominantemente concentrado nas localizações de classe que detêm maiores recursos e influência na sociedade portuguesa actual. Isto embora se observe, paralelamente, um alargamento da base social de recrutamento, com o acesso ao ensino superior de indivíduos oriundos de famílias de classe com recursos socioeducacionais e/ou socioprofissionais escassos.” (Almeida et al, 2003, p.30) Esta tendência mantém-se estável em Portugal, como referem Martins, Mauritti & Costa (2007) e Pascueiro (2009) e (Orr, Gwosć, & Netz, 2011), pois apesar da democratização que se tem vindo a observar do acesso ao ensino superior, ainda são os alunos provenientes de agregados com rendimentos mais elevados que continuam a ser a maioria (58%).

Adicionalmente, no somatório das percentagens, verificamos que a Engenharia é a área de estudos com mais estudantes provenientes dos estratos com maior rendimento, o que confirma o que tinha sido observado no estudo de Almeida et al (2003), e posteriormente por Martins, Mauritti & Costa (2007, p. 24)), onde se refere o acesso «condicionado» a algumas áreas do ensino e se diz que “os alunos que frequentam a área das ciências médicas correspondem claramente ao segmento da população estudantil com origens sociais melhor providas de recursos. Dos alunos que frequentam esta área científica, 85,5% são provenientes das classes sociais dos empresários, dirigentes e profissionais liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento. (...) a área que se posiciona imediatamente a seguir, com uma estrutura de distribuição de capital cultural e económico semelhante, corresponde às engenharias (na qual 68,5% dos estudantes são oriundos das posições dominantes da estrutura de classes sociais)” e que o relatório Eurostudent IV (Orr, Gwosć, & Netz, 2011) continua a indicar.

Os alunos da Universidade privada são provenientes de agregados familiares com rendimentos mais elevados, uma vez que mais de 50% dos alunos da universidade privada refere valores acima dos 2850 Euros por contraponto a apenas 7% das universidades públicas.

Esta diferença de rendimentos dita a escolha da universidade de pertença, uma vez que os alunos da Universidade privada, sendo provenientes de agregados com rendimentos mais

elevados, têm a possibilidade de escolher a universidade por questões de qualidade do ensino, ou pelo prestígio que confere o estudar na dita universidade, ou mesmo pelas melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, enquanto os alunos das universidades públicas provenientes de agregados com rendimentos menos elevados escolhem a universidade por uma questão de proximidade da residência, ou por motivos económicos.

Rosário Mauritti (Almeida et al, 2003) traça a caracterização das origens sociais dos estudantes de licenciatura concluindo que apesar da aparente «democratização» do acesso ao ensino superior “o recrutamento da população estudantil que frequenta o ensino de licenciatura está predominantemente concentrada nas localizações de classe que detêm maiores recursos e influência na sociedade portuguesa actual. Isto embora se observe paralelamente, um alargamento da base social de recrutamento, com o acesso ao ensino superior de indivíduos oriundos de famílias de classe com recursos socioeducacionais e/ou socioprofissionais escassos” (p. 30), contudo e segundo o estudo da autora, estes últimos “têm 9 a 20 vezes menos probabilidade de acederem à universidade do que os que são provenientes de grupos domésticos que atingiram o mais alto nível de escolaridade” (p. 18).

Em termos de origens socioprofissionais dos estudantes, a autora destaca dois grandes grupos mobilizadores de um maior volume de recursos socioeducacionais: o grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento e o grupo dos empresários, dirigentes e profissionais liberais. No primeiro caso falamos da nova classe média assalariada, caracterizada concretamente pelo seu nível de escolaridade superior, i.e. 71,7% dos pais e 82,2% das mães pertencentes a este grupo socioprofissional são licenciados. No segundo caso falamos da burguesia, onde também o nível de escolaridade terciário domina a distribuição de frequências com 45,6% para os pais e 38% para as mães.

2.3.2. Representações sobre Família

É muito interessante verificar que, apesar da omnipresente «crise da família» que os media tanto apregoam, e independentemente da multiplicidade de significados que cada indivíduo pode atribuir ao termo, a família enquanto aspeto mais importante da vida no quotidiano continua a ter uma posição indisputada, sendo apontada por 89,6% dos universitários. Verifica-se igualmente que em termos das representações de valores, que recolhemos nas entrevistas, a família surge também como aspeto mais importante e mais especialmente como ponto de origem dos valores que os universitários abraçavam. No mapa concetual, é inclusivamente o item focado por maior número de estudantes (12 em 19). Considerando que 93% dos inquiridos são solteiros e que 72% vivem com os pais, podemos aqui concluir que falamos

de família nuclear de origem e não família constituída, ou seja, em que os inquiridos se encontram ainda numa posição de filhos e não de progenitores, o que significa que as suas representações sobre a família estão influenciadas pelo posicionamento familiar de dependência e marcadas especialmente em questões de conjugalidade pelo exemplo parental.

Contrariamente ao que seria de supor dada a nossa fortíssima herança cristã, a importância da família apesar de ser a mais referida, para a generalidade da população, não atinge uma percentagem tão elevada, ficando-se nos 78%, os respondentes do EVS 2008 que lhe atribuíram a maior importância na vida quotidiana. Nas duas vagas de EVS anteriores a família apresentava valores de importância muito distintos, ou seja, 61% no inquérito de 1990 e 84% no inquérito de 1999, este último valor já bastante mais próximo da média da União Europeia (87%). Verifica-se aqui novamente um recuo, que muitos associariam à «crise da família» de que tanto se fala. Contudo, convém lembrar que os anos noventa se caracterizaram, em Portugal, por um notório crescimento económico e por um otimismo generalizado. Esta situação fez com que os portugueses desviassem o seu foco de atenção dos problemas materiais quotidianos, que pareciam estar a desvanecer-se perante a percepção de prosperidade instalada, para a questão das relações humanas. Instaurou-se uma ética mais personalista – a idade de Aquário, disseram alguns, que se caracterizava pela maior atenção aos valores imateriais e personalistas, em claro contraste com a materialidade que vigorou na década anterior. A crise que se instalou no Ocidente na segunda metade da primeira década do novo milénio, poderá ser a causadora deste recuo, pois o materialismo cresce proporcionalmente à percepção de dificuldades económicas, e estas já se faziam sentir em 2008, quando se realizou o estudo.

As representações sociais da família sofreram alterações consideráveis nas últimas décadas em Portugal. Apesar de tudo e como vimos, a família continua a ser o aspeto da vida a que as pessoas sem exceção dão mais valor, ou seja, é um valor em si mesma. Contudo muitas das dimensões da família estão neste momento a ser postas em causa, especialmente questões relacionadas com a conjugalidade e a procriação. Verificamos uma diminuição moderada da taxa de casamentos e uma diminuição acentuada da taxa de casamentos católicos, esta mais acentuada no sul do país. Dá-se igualmente um avançar da idade média do primeiro casamento para o homem e para a mulher (34 e 32 respetivamente, segundo dados do INE, 2010), muito mercê da necessidade de completar percursos escolares, e uma tendência continuada para aumentar a taxa de divórcios. Por outro lado, observa-se uma queda abrupta da fecundidade, devido sem dúvida à generalização da contraceção feminina, e observa-se ainda um aumento dos nascimentos fora do casamento. A estrutura da família modifica-se, também havendo cada vez mais famílias monoparentais, pessoas que vivem sós e casais sem filhos a engrossar as fileiras da diversidade das representações familiares. Os nascimentos fora do casamento e o

aumento do número de divórcios por certo contribuirão para o aumentar das situações de monoparentalidade (Wall & Lobo, 1999), que segundo dados do INE (2011) atingem as 400.135 em Portugal, número que quase duplicou nos últimos 20 anos (203.645 em 1992). Verifica-se ainda que mais de 86% destas famílias monoparentais são encabeçadas por mulheres, são normalmente as mulheres que ficam com os filhos à sua guarda a seguir a um nascimento fora do casamento (ou de uma união de facto) e após uma separação ou um divórcio (Wall & Lobo, 1999, p.131).

Apesar da crescente independência económica da mulher, virtude de um acesso mais facilitado e qualificado ao mercado de trabalho, o fato mais preocupante no caso destas famílias continua ainda a ser a fraca ou precária condição económica. Segundo dados do relatório da OIT (2011), as mulheres continuam a ser menos bem pagas que os homens para a mesma tarefa ou posição, as oportunidades de desenvolvimento de carreira continuam a ser-lhes negadas em igual proporção aos homens, frisando o relatório que apenas 26% das posições de quadros diretores de empresas nos países ocidentais são detidas por mulheres. Adicionalmente uma só fonte de rendimento não permite à família aproveitar a economia de escala, visto que todas as despesas são suportadas por apenas um indivíduo, o que faz com que a grande maioria das famílias monoparentais tenha de recorrer a abonos, e subsídios e ajudas familiares.²⁴

A todo este cenário acresce ainda um outro fenómeno que nos parece deveras preocupante: a destruturação familiar motivada por divórcios e separações pouco amigáveis, que podem conduzir a situações de rotura com a própria representação social da família enquanto espaço de proteção, conforto físico e emocional, relação humana estável, etc., como verificámos numa das entrevistas que realizámos. Obviamente este não era o objeto do nosso estudo, contudo, consideramos que seria pertinente poder vir a estudar esta temática, ou seja, a forma como a rotura familiar influencia as representações psicossociais da família nos sujeitos submetidos a essa situação, e que consequências poderá esse fenómeno ter para a tessitura social. O sujeito entrevistado, como vimos, era profundamente crítico da instituição familiar dado o seu passado de filho de um divórcio conturbado.

Outras formas de família, que começam a assumir contornos diferenciados hoje em Portugal, são a família unipessoal e o casal sem filhos. Tradicionalmente ligava-se a família unipessoal a uma situação de viuvez, normalmente no feminino, (com idade superior a 65 anos e normalmente residente no interior), o que ainda ocorre em Portugal, e que é efetivamente responsável pela maioria destas situações (758.100 famílias unipessoais segundo o INE, 2011). Por outro lado, nota-se um aumento do número de pessoas mais jovens, especialmente mulheres

²⁴ Decreto -Lei n.º 245/2008, de 18 de Dezembro, e Portaria n.º 1113/2010, de 28 de Outubro preveem atribuição de majoração do abono a famílias monoparentais.

licenciadas em diferentes escalões etários que optam por viver sós (Mauritti, 2011), por forma a assim satisfazer necessidades materiais (ter um espaço próprio), mas igualmente necessidades pessoais inerentes ao seu projeto de vida. No entanto os números portugueses (cerca de 1/5 famílias em Lisboa, por exemplo) ainda estão muito longe dos números apresentados por Fukuyama (1999) há mais de uma década para o norte da Europa (75% dos lares em Oslo).

Por outro lado surge o casal sem filhos que, embora ainda muito ligado à ideia da infertilidade, tem vindo a assumir-se cada vez mais como uma opção de construção do espaço familiar (903.157 em Portugal segundo dados do INE, 2011). Pressões profissionais, desejos de realização pessoal, circunstâncias de vida, vão levando o casal a protelar a paternidade e mesmo a decidir conscientemente não ter filhos. São aqueles a quem o mundo da publicidade apelida de «Dinks», que é como quem diz os “Dual Income, No Kids”, os epitomes da hipermodernidade do que nos fala Lipovetsky (2006). O termo é usado para descrever um casal (25-35 anos) de rendimento elevado (em que ambos trabalham e auferem um bom salário), que não tem filhos e consequentemente pode usufruir de um estilo de vida mais luxuoso (viagens, carros topo de gama, etc.) do que os que têm filhos.

2.3.2.1. Representações sobre Casamento, Compromisso e Fidelidade

Pelo que seria de esperar que os jovens, colocados perante o desmoronar da instituição familiar, se mostrassem algo céticos perante o casamento. Contudo, 55%, contra uns meros 16,25, dos estudantes inquiridos discorda ou discorda totalmente da afirmação que o casamento é uma instituição antiquada. Inclusivamente, e à exceção de uma ou outra voz discordante, a larga maioria dos entrevistados apresenta representações muito positivas face ao casamento. Verificamos também que em média, a concordância com a afirmação anterior é superior para as Universidades públicas, o que seria de esperar uma vez que é aqui que se encontram os indivíduos com o posicionamento político mais à esquerda e a concordância com essa afirmação, por motivos ideológicos óbvios, é superior para a Esquerda.

Contudo, quando inquiridos quanto à conjugalização da felicidade, i.e., quando pretendemos saber se para que uma pessoa seja feliz precisa ter um casamento ou uma relação estável, verificamos que apenas 43,2% partilham desta opinião, por oposição aos esmagadores 71% dos respondentes do EVS 2008. Contudo, convém não esquecer que os estudantes universitários correspondem pelas suas próprias características ao grupo residual da população para quem a felicidade não pressupõe necessariamente uma vida em casal: ou seja, têm idades abaixo dos 40 anos, são maioritariamente solteiros, fizeram, ou estão a fazer, percursos

escolares mais longos e vivem ainda com a sua família de origem (cf. Almeida et al, 2003, p. 52).

A felicidade para os estudantes não depende claramente da vivência em casal, pois, apesar de apenas 64% afirmarem que estão envolvidos romanticamente com alguém, 95% dos estudantes, quando questionados quanto ao grau de felicidade que sentem atualmente, responde feliz ou muito feliz (72% e 24% respetivamente), e bastante satisfeitos com a sua vida.

Fazendo aqui um parêntese para abordar esta questão da felicidade, verifica-se que os alunos da Universidade privada se consideram mais felizes do que os das Universidades públicas, o que é corroborado pela verificação que a felicidade, em média, aumenta com o aumento do rendimento, o que parece confirmar o adágio que «o dinheiro não traz felicidade, mas ajuda muito.” Aparentemente juventude e dinheiro são duas das condições essenciais para a perceção da felicidade, pois, os valores são semelhantes para o grupo entre os 18 e 25 do EVS 2008, (76% considera-se feliz e 24% muito feliz) mas para a totalidade dos respondentes a perspetiva é menos otimista, visto que apenas 12% se consideram muito felizes e 69% felizes, e obviamente o número dos menos felizes é substancialmente superior – mais de 15% sem contudo assumir contornos preocupantes, pois a maioria está bastante satisfeita com a sua vida.

Voltando à questão do casamento, é interessante ainda notar que, em média, a concordância com a ideia da conjugalização da felicidade é superior para a Universidade do Norte, o que pode querer dizer que os estudantes do norte são mais conservadores e mais ligados à tradição e mais recetivos à ideia da nupcialidade, ou estão mais habituados a um modelo de vivência harmoniosa em casal, uma vez que os números absolutos do divórcio em Portugal (dados do INE para 2006) apresentam uma média de 7100 divórcios na região da grande Lisboa, para um total de 11778 casamentos, e 209 em Aveiro, e mesmo se pensarmos na totalidade da região Centro os números pouco passam dos 4 500, para um total de 10 342 casamentos celebrados (383 para Aveiro), ou seja, uma clara tendência para maior número de casamentos (6,2% para Lisboa e 6,6% para o Centro) e menos divórcios (3,7% para Lisboa e 2,8% para o Centro), pois as diferenças em termos de número total da população ativa (15-64 anos) favorecem a região de Lisboa em relação à região Centro com 1 889 779 contra 1 564 716.

Visto o casamento por amor ser hoje a regra, por oposição ao casamento por obrigação familiar ou por interesse do passado, as representações sociais ligadas a este ideário deverão ser igualmente diferentes, uma vez que são os sentimentos e as pulsões individuais que ditam a escolha do parceiro e não os motivos de ordem económica ou a razão familiar de outrora. Estará o interesse social ou material completamente alheado da nossa escolha conjugal, ou dar-se-á o caso de existir um balanço subtil entre o sentimento e a razão, entre a escolha

individual e o sentimento de pertença a uma classe social que tende a reproduzir posições procurando assim a manutenção do estatuto social?

Como referimos, a questão sobre os aspetos importantes para garantir felicidade conjugal procura dar conta de dois fatores: o emocional e relacional, (a fidelidade, a compreensão e tolerância mútuas, o respeito e estima mútuos, a satisfação na relação sexual, etc.) por um lado e o material e instrumental (habitação, do rendimento, a partilha das tarefas domésticas e as origens sociais) por outro.

Verificámos que é atribuída maior importância aos aspetos emocionais e relacionais, nomeadamente para o respeito mútuo (91,3%), a comunicação (88,3%), a tolerância (87,3%) e a fidelidade (86,1%). Os aspetos materiais ou instrumentais, nomeadamente a partilha das tarefas domésticas (46,8%) e a independência do casal face à família (31,3%) merecem uma importância muito menos notória, enquanto questões como o rendimento, a habitação e os filhos são consideradas importantes mas não muito importantes, o que deixa supor que o casamento é ainda um facto longínquo no horizonte dos estudantes, i.e., existe enquanto conceito desejável mas ainda não surge como conceito operacionalizável. Adicionalmente podemos também estar perante um desejo de, pelo menos temporariamente, ser «DINK», visto que estes jovens casais sem filhos se caracterizam pelo nível educacional elevado, que lhes possibilita uma boa inserção no mercado de trabalho, especialmente no caso da mulher, e consequente estatuto socioeconómico desafogado, que permite «gozar a vida».

Nota-se, junto dos estudantes, uma clara supremacia dos aspetos relacionados com a qualidade da relação e a comunicação entre parceiros em detrimento dos aspetos materiais. No EVS 2008 também se verifica a supremacia dos aspetos relacionais, contudo os valores materiais assumem uma maior importância com percentagens de 45,6% de muita importância atribuída ao rendimento e de 37,4% atribuída à habitação, o que se pode explicar pelo facto de a grande maioria dos inquiridos estar a viver em contexto de família constituída e não em família nuclear de origem como é o caso dos estudantes, e consequentemente estes fatores serem muito importantes para a operacionalização do quotidiano familiar. Verificamos ainda que os estudantes provenientes de estratos socioeconómicos mais desfavorecidos (0-500 Euros) tendem a dar mais importância a questões materiais, como a habitação, do que aqueles para quem a «boa habitação» é um dado adquirido.

Inclusivamente verificamos que os aspetos considerados mais pertinentes na questão da felicidade conjugal são exatamente aqueles valores que apresentam uma concordância unânime por parte dos entrevistados em termos de valoração positiva, nomeadamente, o «respeito», o «compromisso», a «confiança», a «família» e a «verdade».

As variantes raça, etnia, classe social, posicionamento político e religião, que registam valores de importância inferiores a 4%, são então relegadas para um plano secundário pelos estudantes, o que parece querer indicar que os inquiridos não permitem que preconceitos e estereótipos sociais ditem a sua escolha de parceiro, contudo sabemos que “afinal, e desde logo, a escolha afetiva do parceiro recai, quase sempre, sobre alguém com uma colocação muito próxima no espaço social,” (Vala et al, 2003, p. 56), o que poderá aqui querer dizer que essas questões não são importantes porque o parceiro escolhido já preenche todos esses requisitos.

Verifica-se que em média, a importância de “a. Fidelidade”, “b. Um rendimento adequado”, “c. Ter as mesmas origens sociais”, “l. Ter filhos” e “p. Pertencer à mesma etnia” é superior para a Universidade privada, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, o que parece sugerir um maior conservadorismo de posições possivelmente por questões de pertença a um determinado estrato social para o qual o rendimento económico, ou a manutenção de um estilo de vida semelhante ao anterior, a pertença à mesma classe social e à mesma etnia são ainda fatores importantes para a escolha do parceiro.

Similarmente, a importância média de “a. Fidelidade”, “b. Um rendimento adequado” e “l. Ter filhos” aumenta da Esquerda para a Direita, o que se prende com um ideário mais conservador associado ao posicionamento político mais de direita. Nos resultados do EVS 2008, verificamos situações semelhantes no que toca às duas primeiras afirmações com variações de 68% a 81% e 39% a 62% respetivamente, contudo quanto à questão “l. Ter filhos” a situação é francamente diferente e é inclusivamente no posicionamento político mais à direita que se atribui menor importância a esta questão (33,3%) e pelo contrário é no posicionamento político à esquerda (2) que se verifica a atribuição de maior importância: 60,3%. Possivelmente porque, na população portuguesa em geral, o posicionamento político mais à direita está normalmente associado a uma situação económica mais favorável, que pressupõe uma maior satisfação com a sua condição e realização pessoal, e ter filhos poderá ser importante, mas não será imprescindível para a felicidade conjugal.

De qualquer modo, à fidelidade é atribuída mais importância pelos jovens universitários (86,1%) que pela população em geral (76,2%), aproximando-se a percentagem das respostas dos europeus em geral – 85,3%. Como vimos a maioria dos jovens consideram que a infidelidade leva ao rompimento da relação e que não deve ser perdoada. Vimos ainda que o sexo masculino tende a conferir menor importância a esta questão do que o feminino, e em média, a concordância com o perdão da infidelidade é superior para o sexo masculino. Os dados do EVS 2008 corroboram estes resultados pois as diferenças observadas entre géneros são na ordem dos 10%, ou seja, 70,2% dos respondentes do sexo masculino apontam a fidelidade como muito importante, contra 80,3% de respondentes do sexo feminino. Estes dados são congruentes com

os obtidos quando se refere a uma hipotética quebra de fidelidade por parte de uma personagem ficcionada, o João, 85% da amostra pensam que a atitude significa desrespeito pela namorada e apenas 15% pensam que a atitude nada tem a ver com os sentimentos para com namorada, o que nos leva a concluir que o valor da fidelidade na relação amorosa é importante *per se*, e mesmo em situações que não envolvam diretamente o sujeito. A questão que aqui se coloca é se podemos ainda encarar a «fidelidade» no contexto das virtudes tradicionalmente associadas ao casamento, especialmente ao religioso, que referiam a fidelidade incondicional e até que a morte os separe, ou se pelo contrário, falamos de uma fidelidade temporária, ou seja, uma fidelidade devida enquanto o relacionamento (ou o amor) durar, de que nos fala Lipovetsky (1992, p.87). Este conceito de fidelidade, inscrito num quadro de «individualismo correto», valoriza a honestidade e o respeito nas relações entre as pessoas, e, claro está, entre os amantes, mas é, como tudo na sociedade pós-moderna, transitório.

A representação da relação sexual desconectada da relação afetiva aparentemente mais presente no ideário masculino, leva-nos à questão da maior dificuldade aparente ou real que os homens têm em lidar com as emoções numa relação. A concordância com a afirmação é bastante alta: 62% dos inquiridos tende a concordar ou a concordar totalmente. Obviamente as estudantes têm uma visão mais acutilante desta questão e são mais as que consideram a afirmação correta, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas. Contudo e em abono da verdade, quase metade dos inquiridos do sexo masculino tende também a concordar com a afirmação. Aparentemente no espaço de uma década este valor manteve-se inalterado, uma vez que, já no EVS 1999, 63% dos inquiridos tendiam a concordar com a afirmação, o que pode significar que os homens pouco ou nada fizeram para alterar esse estereótipo.

Apesar da atitude geral favorável face ao casamento e de 67% dos inquiridos ponderar a possibilidade de realizar um casamento religioso, 78,7% dos estudantes universitários concordam ou concordam totalmente que a união de facto é uma alternativa válida ao casamento e 80,2% creem que é uma boa forma de experimentar a vida a dois. A perceção de imoralidade ou pecado associada à união de fato tem efetivamente vindo a desaparecer visto que a concordância e a concordância total com as afirmações que se opõem à união de fato são expressas por valores quase residuais de estudantes (menos de 4%). Estes números encontram-se muito próximos dos do EVS 2008 em que 72,8% dos inquiridos responde concordar com a união de facto, contudo apenas 8,5% dos inquiridos afirma viver em união de facto e apenas 11,5% afirma ter experimentado a vida a dois antes do casamento. Segundo dados do INE (2001), no entanto, apenas 8% da população portuguesa vive em união de facto, contudo é uma situação com tendência a aumentar dada a crescente aceitação desta situação como normal pela maioria da população.

Em média, a concordância com as posições enunciadas anteriormente é superior para as Universidades públicas, e especialmente para a Universidade do Sul. Apesar das diferenças observadas não serem estatisticamente significativas, parece contudo traçar-se aqui uma tendência para um maior conservadorismo dos estudantes da universidade privada e da universidade do norte do país e consequentemente um maior liberalismo nas posições dos estudantes das universidades públicas e mais concretamente da universidade do sul, que é frequentada por alunos provenientes na sua maioria da área metropolitana da grande Lisboa.

2.3.2.2. Representações sobre Parentalidade e Papéis de Género

No entanto e apesar de todos os novos projetos alternativos de família, 69,7% dos jovens universitários portugueses concordam ou concordam totalmente que a família nuclear, por oposição à alargada e à monoparental, é a ideal, contudo não são idealistas ao ponto de considerar que uma criança numa família monoparental não é feliz, visto que apenas 26,5% concordam ou concordam totalmente com esta afirmação. Este valor é francamente diferente do valor apresentado para os respondentes do EVS 2008, onde 66,1% concordam ou concordam totalmente com esta 2ª afirmação. O que poderá significar que os estudantes são menos conservadores que a população em geral, ou que estão mais experimentados nestas lides da família monoparental (os próprios estudantes ou amigos) e não sentem que a felicidade da criança dependa deste fato.

O fato dos estudantes do sexo masculino terem *scores* mais elevados nestas duas questões, poderá querer dizer que no que toca à família constituída ou a constituir, os homens são mais conservadores que as mulheres. Estes dados parecem contrariar a ideia de que as mulheres são mais tradicionalistas no que toca à centralidade da criança (Wall & Amâncio, 2007), contudo as autoras ressaltam que em Portugal, as mulheres, especialmente as mais jovens e mais escolarizadas, são tendencialmente sempre menos conservadoras do que os homens, o que nos conduz à questão da importância das expectativas profissionais para as estudantes universitárias que abordaremos de seguida. Apenas para concluir este ponto salientamos que há mais homens a posicionar-se politicamente mais à direita do que mulheres, e que a concordância com este ideário familiar mais conservador de família nuclear ideal, aumenta da Esquerda para a Direita, na proporção em que aumenta o aceitar de um ideário mais conservador, pelo que este posicionamento ideológico mais à direita dos homens poderá condicionar este seu juízo.

E continuará a maternidade a ser encarada como questão fundamental para a realização feminina num momento em que outras vias, académica, profissional, social, se abrem para

assegurar a sua realização enquanto indivíduo? Para a amostra torna-se claro que não, ser mãe já não é condição indispensável para a realização da mulher, uma vez que o número dos que concordam ou concordam totalmente (21,4%) é francamente inferior ao número dos que discordam ou discordam totalmente desta afirmação (45,9%). Se compararmos este número com o obtido no EVS 1999²⁵, em que Portugal atingiu uma taxa de resposta afirmativa na casa dos 68% verificamos que as representações sobre a maternidade são francamente diferentes para os estudantes universitários. Verifiquemos agora o que sucede quando a pergunta é colocada no masculino. Será a paternidade condição indispensável para a realização do homem? Para os universitários é claramente um «não», pois só 11,9% concordam ou concordam totalmente com a afirmação, o que é um número extraordinariamente baixo quando comparado com os 60% de concordância apresentado nos resultados do EVS 1999. Estas respostas vêm reforçar a ideia anteriormente apresentada das novas representações sobre família, nomeadamente no caso dos casais sem filhos (os «DINKs»), na medida em que a conjugalidade é ainda encarada como desejável, e por mais de metade dos estudantes indispensável para a sua felicidade, contudo a parentalidade torna-se quase acessória, sendo considerada realmente importante por pouco mais de 1/5 dos estudantes.

Já no EVS de 1999 no conjunto dos que discordavam destas afirmações podíamos destacar os inquiridos mais novos, os solteiros, os indivíduos sem filhos, os que fizeram percursos escolares mais longos, os detentores de rendimentos mais elevados. Esta caracterização aplica-se à quase maioria dos estudantes universitários inquiridos, donde a coerência das percentagens obtidas no nosso estudo.

Podemos contudo observar um dado interessante: são os estudantes do sexo masculino, na sua visão mais dogmática sobre a família (Wall & Amâncio, 2007), que expressam uma concordância superior com a realização da mulher pela maternidade e do homem pela paternidade, ao contrário do que era descrito na análise do EVS 1999 onde “entre os mais acérrimos defensores da parentalização da identidade, feminina ou masculina, encontramos desde logo sobrerrepresentadas as mulheres” (Vala et al, 2003, p. 62). Estarão a realização académica e as expectativas de realização profissional a ocupar o espaço que anteriormente era quase exclusivamente reservado à maternidade, ou dar-se-á o caso do horizonte de projeção da procriação ser neste momento de tal forma longínquo que pouco ou nada influencia para o sentido de realização no presente. Os dados mais recentes do INE (2011) apontam para ambos os sexos idades próximas dos 30 anos para o casamento e mais um ou dois anos para experimentar a parentalidade. Se fizéssemos esta mesma pergunta a estes mesmos inquiridos daqui a dez anos, será que obtíamos os mesmos resultados de hoje?

²⁵ Esta pergunta não fazia parte do EVS 2008.

A entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho e na esfera universitária, universos tradicionalmente dominados pelo masculino, são dois dos processos mais emblemáticos da mudança que perpassa a sociedade portuguesa desde a revolução de Abril. Contudo continua a verificar-se uma certa reticência por parte dos homens em entrar em universos tipicamente vistos como femininos, como as tarefas domésticas e a educação dos filhos. Estes papéis sociais, inculcados desde o berço pelo modelo familiar, ditam as atribuições que fazemos para cada um dos géneros e de certo modo reforçam a identidade feminina ou masculina, pelo que a partilha de papéis é ainda encarada com alguma desconfiança (Wall & Amâncio, 2007). E embora seja aceite quase consensualmente que uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa, (91,8 dos estudantes concordam ou concordam totalmente), esta posição parece esvaziar-se quando verificamos que apenas 52,3% discordam ou discordam totalmente da afirmação que uma criança pequena pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa, o que parece fazer subir os custos da atividade profissional feminina, especialmente se nos colocamos na perspetiva da representação que o adulto-respondente tem do ponto de vista do sofrimento da criança.

Como vimos a concordância com o sofrimento infantil no caso da mãe trabalhadora é superior para a Universidade do Norte e a opinião contrária é superior para a Universidade do Sul. Atendendo à situação geográfica, verificamos que é no norte que se verificam as maiores taxas de domesticidade, por questões culturais ou de necessidade, pois o recurso à rede de pré-escolar e mesmo a redes informais de guarda das crianças (avós, familiares, etc.) é dificultado pela menor distribuição dos primeiros e pela ocupação dos segundos (por exemplo na agricultura) mesmo após a idade da reforma. No sul do país, e especialmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, as taxas de ocupação no feminino são muito maiores, mas existe também maior recurso a redes de pré-escolar e atualmente verifica-se um crescente recurso a redes informais e familiares, facilitada pela maior inatividade que caracteriza a idade da reforma em contexto urbano e forçada pelo período de contenção dos gastos do orçamento familiar, donde que a situação da mãe ausente do lar para desenvolver a atividade profissional seja mais percecionada como normal e não causadora de sofrimento para a criança no sul, onde é mais frequente e onde foi possivelmente experimentada pelos próprios estudantes aquando da sua infância.

Verificamos ainda que são os estudantes provenientes de agregados com rendimentos entre 501-1250 Euros, que tendem a atribuir maior índice de sofrimento à criança e menor capacidade de relacionamento carinhoso e estável por parte da progenitora, o que pode dever-se a questões relacionadas com o tipo de trabalho tipicamente associado a este rendimento, ou seja,

um trabalho não qualificado, gerador de insatisfação e tensões, cujo rendimento, apesar de necessário, não parece ser o adequado para compensar todo o desgaste físico e emocional sentido pela mulher e pela família (Wall & Amâncio, 2007).

A questão da monoparentalidade feminina por opção, e não por circunstância da vida (divórcio, viuvez, imigração, etc.), gera ainda bastante polémica mesmo junto da população universitária, pois a maioria (45%) situa-se numa posição intermédia de decisão de acordo com as circunstâncias. A percentagem de respostas “Acha mal” é superior para a Universidade do Norte e a percentagem de respostas “Acha bem” é superior para a Universidade do Sul, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas, o que poderá mais uma vez apontar para um ideário mais conservador a norte.

Obviamente, os estudantes do sexo masculino são os que menos concordam com esta situação (40%), e poderá ser a falta de controlo sobre a situação que leva a esta posição por parte dos homens, ou a sensação de se poderem tornar dispensáveis nas questões da procriação e parentalidade, ou mesmo a sensação de injustiça por não poderem tomar atitude semelhante sem direta intervenção feminina, contudo o facto é que a percentagem de respostas “Acha mal” é francamente superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “Acha bem” e “Depende” é superior para o sexo feminino.

No caso das relações intergeracionais, verificamos que o conceito de criança e o papel que ocupa hoje no seio da família e mesmo da sociedade sofreu profundas alterações. A contraceção e a consequente alteração das taxas de fecundidade fez com que a criança se tornasse um ser concebido, na maioria das vezes, propositadamente e para o qual devem ser asseguradas todas as condições necessárias à sobrevivência e ao sucesso. “Fruto da afeição do casal, no centro dos afetos do universo familiar, a criança passa a ser encarada como alguém com personalidade e identidade próprias, reconhecida como ser único e vulnerável, a merecer carinho e proteção” (Vala et al, 2003, p. 76).

Longe das relações distantes e hierárquicas do passado, é no campo da afetividade que se insere hoje a relação entre progenitores e criança, pelo que é esse valor relacional de que se procura dar conta ao questionar os estudantes, na sua ampla maioria ainda relegados à posição exclusiva de filhos, sobre os valores que norteiam a representação da relação pais-filhos. Mais, considerando que hoje em dia, a socialização das crianças se dá maioritariamente na escola e em casa, e que pela socialização a criança adquire saberes, técnicas e competências sociais e morais importantes depois na sua vida adulta, procurámos perceber as normas de socialização que os estudantes, reflexo do seu universo familiar, consideram importantes. Então solicitámos aos inquiridos que nos indicassem as cinco qualidades que consideravam particularmente importantes para serem ensinadas às crianças em casa, o que representa de certa forma as

qualidades que lhe foram passadas pela família, e que irão procurar reproduzir quando colocados na situação de parentalidade.

Como referimos as qualidades/ normas de socialização estão agrupadas em torno de dois eixos: a conformidade social e a autonomia. A conformidade social agrega as noções de ter boas maneiras, ser trabalhador, ser poupado, ter fé religiosa e ser obediente. O eixo da autonomia enfatiza a independência o sentido de responsabilidade, a imaginação, a tolerância e o respeito aos outros, a perseverança e o altruísmo.

Nota-se nas respostas dos estudantes uma clara propensão para a autonomia, mas com uma mistura saudável de conformidade social, na medida em que o sentido de responsabilidade e a tolerância e o respeito aos outros são escolhidos por perto de 90%, mas as boas maneiras, ou seja, a capacidade de se comportar de forma adequada ao ambiente social, são igualmente importantes, pois são escolhidas por 81% dos alunos. A capacidade de trabalho (por 55%) surge então como qualidade a ensinar aos filhos e a perseverança e o altruísmo com valores próximos dos 50% fecham a lista de competências chave a transmitir às gerações vindouras. Estas competências sociais refletem de certo modo os valores que os estudantes consideram como mais positivos, ou seja, o «respeito», a «responsabilidade», o «dever», o «mérito»

Em termos de variações dentro da amostra, como verificámos o sentido de responsabilidade é mais importante para os estudantes das Universidades públicas, e o ser trabalhador mais importante para os alunos da Universidade privada. Estamos de certo modo a falar de duas faces de uma mesma moeda, a ética laboral, a postura perante as suas obrigações, contudo para os alunos das Universidades públicas o mais importante será a autonomia, o assumir das responsabilidades, enquanto para os estudantes da Universidade privada o ênfase é posto na conformidade social, no cumprimento do seu dever, no esforço e no trabalho, o que mais uma vez nos leva a atribuir uma ideologia mais conservadora aos estudantes da Universidade privada.

Por outro lado, a variação entre os géneros dá conta das diferenças em termos de modos de estar no mundo no masculino e no feminino, uma vez que ter imaginação é mais importante para o sexo masculino, tendencialmente mais conceptualista e menos pragmático, enquanto as competências mais *soft* das relações humanas, a tolerância e o respeito aos outros, o altruísmo e a obediência são mais importantes para o sexo feminino, mais habituado a papéis de abnegação e compromisso nas relações. Não deixa no entanto de ser interessante que a obediência seja aqui mais referida pelas mulheres, que possivelmente pensam no seu papel de mãe que quer que os filhos lhe obedeçam, mas que estas apresentem a valoração mais crítica face ao contravalor «submissão», o que as posiciona numa posição algo contraditória de querer e não querer a obediência.

Faz ainda sentido que ter boas maneiras seja mais importante para o escalão de rendimento 1251-2850 Euros e menos importante para os escalões 0-500 Euros e 501-1250 Euros, dada a propensão para a repetição de padrões de socialização aprendidos na casa paterna, uma vez que à elevação do estatuto socioeconómico está normalmente associado uma aspiração à conformidade com os ideais de classe média e a procura da imitação dos traços estereotipados atribuídos a uma classe superior endinheirada, que supostamente tem «boas maneiras. Verifica-se ainda em Portugal que, em média, o rendimento económico é proporcional ao acesso à educação, e consequentemente, os estudantes provenientes de agregados familiares com rendimentos mais elevados são aqueles cujos progenitores tiveram mais acesso a educação de nível secundário e terciário, espaços onde, como vimos anteriormente, há maior propensão para uma maior heterogeneidade social e onde se dá a aquisição de competências de socialização secundária, nomeadamente a necessidade de adquirir polimento social. Igualmente é de esperar que a o ser poupado seja mais importante para o escalão 0-500 Euros, visto ser a classe socioeconómica que se depara mais com essa necessidade para fazer face às despesas do dia-a-dia.

Em Portugal a ideia prevalecente, segundo dados do EVS 1999²⁶, é que os filhos devem amar incondicionalmente os seus progenitores, ou seja, da amostra do EVS 1999, 83% eram categóricos e indisputados líderes europeus nessa ideia, por oposição ao caso da Suécia, por exemplo, onde apenas 44% dos inquiridos respondiam concordar com essa afirmação de amor incondicional.

Na amostra dos estudantes universitários, 59% respondem amar e respeitar pai e mãe, independentemente das qualidades e defeitos e 41% respondem que devemos amar e respeitar pai e mãe se o comportamento e atitudes destes merecerem. Contudo ao fazermos uma análise comparativa verificamos que os estudantes da universidade do Norte são mais céticos quanto a este amor incondicional devido aos pais, pois 52,5% respondem que se deve “Amar e respeitar pai e mãe se os comportamentos e atitudes merecerem”, contra 71,6% dos alunos da universidade do Sul que consideram que se deve “Amar e respeitar pai e mãe, independentemente das qualidades e defeitos”. Estes dados levantam algumas questões pertinentes, nomeadamente, quanto às diferenças no tipo de relação pais-filhos que se poderão observar num e noutro espaço geográfico, parecendo apontar para uma relação de maior formalidade e circunstancialidade no norte e de maior proximidade e cumplicidade no sul, contudo os dados de que dispomos não nos permitem avançar suposições conclusivas. Seria, no

²⁶ Esta questão não se colocava no EVS 2008. Colocava-se outra na perspetiva contrária, ou seja, se é dever dos filhos tomar conta dos pais doentes, e 85,1% dos respondentes concordavam ou concordavam fortemente com a afirmação. E mesmo quando filtramos as respostas e considerámos apenas os respondentes mais jovens (18-25 anos) verificámos uma percentagem de concordância de 81,5%.

entanto, um estudo que poderia vir a revelar dados interessantes quanto às variações geográficas dos estilos de parentalidade.

Na distribuição por géneros observa-se um fenómeno interessante, na medida em que a percentagem de respostas que condiciona o amar e respeitar os pais ao seu merecimento é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas que advoga o amor e o respeito incondicional é superior para o sexo feminino, o que faz sentido dado o pendor mais afetivo/relacional das mulheres. O que surpreende é que são igualmente os estudantes do sexo masculino que mais consideram que é dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu próprio bem-estar, o que nos coloca perante uma questão de reciprocidade mal gerida. Ou seja, seria de esperar que os que advogam o amor e respeito incondicional para com os progenitores (59%) fossem os mesmos 59% que esperam um comportamento recíproco por parte dos pais, ou seja, um amor incondicional que os leve a sacrificar mesmo o seu bem-estar em prol dos seus filhos, contudo, como vimos, a situação não é exatamente assim.

Para além dos estudantes do sexo masculino, são ainda os alunos da Universidade Privada que afirmem que é dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar, em percentagem superior, pelo que não surpreende que os estudantes provenientes de agregados familiares com rendimento superior a 2850 respondam o mesmo, visto a sua larga maioria se concentrar na universidade privada. Concomitantemente e partindo da mesma base justificatória, a percentagem de respostas “É dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar” é superior para as áreas de estudos Engenharia e Ciências Humanas/ Humanidades, com maior concentração de alunos na Universidade privada, a percentagem de respostas “Os pais têm vida própria e não devem sacrificar o seu bem-estar” é superior para a área de estudos Ciências Sociais, a percentagem de respostas “Nenhuma delas” é superior para a área de estudos Ciências Naturais /Exatas, as duas áreas de estudo com maior concentração de alunos nas universidades públicas, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Outro fato deveras interessante nesta questão das relações intergeracionais é a maior ou menor perceção de autonomia evidenciada pelos estudantes face às suas escolhas de parceiro em virtude do género. As mulheres continuam a sentir maior dependência perante a família quando chega o momento de escolher um parceiro, visto que 70% dos homens, contra 56% das mulheres, percecionam a escolha como sendo exclusivamente sua, e 40% das mulheres, contra 26% dos homens, percecionam a escolha do parceiro como uma decisão partilhada com a família, ou seja, sujeita a aprovação tácita ou efetiva. Estas perceções são coerentes com os papéis de género que se esperam do homem e da mulher, assertividade e submissão, respetivamente, donde a maior independência e autonomia atribuída aos rapazes pela família e a

maior sujeição das raparigas à vontade dos familiares. Inclusivamente, nas entrevistas, verifica-se que são exatamente as mulheres as mais críticas quanto a este contravalor – a submissão – na medida em que apenas uma mulher em doze lhe atribuiu uma valoração neutra, contra três homens em sete, ou seja, a submissão é realmente algo percecionado ou experimentado pelas mulheres como sendo profundamente negativo, enquanto para os homens, dada a sua maior autonomia aparente, a percepção de negatividade não se afirma com a mesma pertinência.

Estas respostas são coerentes com as dadas anteriormente por homens e mulheres no que diz respeito ao amor incondicional aos pais, que se traduzirá em respeito e dedicação por parte das raparigas, e mesmo nas qualidades que consideravam necessárias transmitir aos filhos, onde elas incluem o respeito, o altruísmo e a obediência. Isto fará com que estejam mais dispostas a aceitar a influência da família na sua vida, mesmo quando se trata da escolha do parceiro. Como salienta Amâncio (1993, p.130), o género é uma característica biológica que influencia a vida em todos os contextos, pelo que toda a socialização, desde o nascimento, está dependente dessa característica.

Os papéis de género são os que mais cedo são apreendidos mercê das expectativas sociais e dos modelos femininos (mãe, educadora, professora, etc.) A representação social do feminino, no estudo de Amâncio (1993) ainda associa os afetos (afável, afetuosa, emocional, meiga, etc.) e a subordinação (dependente, frágil, inferior) ao estereótipo da mulher, enquanto a ambição, a coragem, a autoridade, a aventura, são território masculino por excelência. É certo que já se passaram 20 anos desde este estudo, e que possivelmente a tendência para a afetividade permaneça um traço característico das mulheres (elas consideram inclusivamente que lidam melhor com as emoções que os homens), como podemos ver nas qualidades mais soft que elas continuam a preferir, contudo a questão da submissão parece já não ser tão consensual. Apesar de não conhecermos estudos mais recentes sobre o assunto, uma das formas de nos apercebermos das representações sociais sobre um dado assunto é analisar o que a comunicação social nos diz e vemos que se multiplicam os artigos nos media sobre a aquisição de competências mais hard (conotadas com o masculino) pelas mulheres e mais soft pelos homens, a nível institucional (nacional e europeu) continuamos a observar uma tendência para a promoção da igualdade no trabalho o feminino, incitando as mulheres a assumir posições tradicionalmente reservadas aos homens como membros de direção de grandes empresas, ou políticos, contudo não se nota o movimento inverso de estimular os homens a assumir posições tradicionalmente mais conotadas com o feminino, como donas de casa, educadoras de infância, esteticistas, etc. De salientar aqui que quando perguntamos aos universitários quais os fatores que valorizavam no trabalho, as respostas superiores para o sexo feminino se prendem fundamentalmente com questões de relacionamento humano, como o clima organizacional, a

utilidade social do trabalho, o contacto com pessoas (abordaremos esta questão com mais detalhe no ponto 2.3.3.2.).

E no campo do trabalho, dizia o ditado popular “O pai dá o pão e a mãe a educação” para expressar a ideia de que ao homem cabia ganhar o dinheiro para as despesas da casa e à mulher a criação dos filhos. Contudo o Portugal de hoje em dia há muito que abandonou esta visão parsoniana da vida familiar e no caso dos estudantes universitários uns esmagadores 98% concordam com a afirmação de que o marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa, com 66,3% a afirmar que concordam totalmente, e 92% com competência dos pais em educar os filhos tão bem como as mães, com 45% dos estudantes a concordar totalmente.

No ponto inverso verificamos que apenas 22% concordam com a ideia da realização da mulher se restringir ao lar e aos filhos, e que 35% afirmam concordar com a afirmação de que ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego. Em média, a concordância com esta última afirmação é superior para as Universidades públicas, enquanto a concordância com a autonomia da mulher pelo emprego é superior para a Universidade privada. Estes dados podem explicar-se pela maior incidência de mães domésticas no caso dos alunos das universidades públicas ou empregadas no caso da universidade privada, e as representações solidificam-se face ao modelo familiar. Contudo a concordância com a primeira afirmação continua a ter uma percentagem relativamente baixa mesmo nas universidades públicas e a segunda afirmação recebe grande concordância independentemente da universidade de pertença (79%), e essa autonomia da mulher, ou desejo de autonomia no caso das universitárias, é claramente visível nas totalidade das mulheres entrevistadas a declarar que o ideal é ter um emprego por forma a contribuir em igualdade para as despesas familiares.

Em média, e perfeitamente em linha com as conclusões que temos vindo a traçar, a concordância com a ideia das mulheres quererem ser apenas mães e donas de casa é superior para o sexo masculino, enquanto a concordância com a contribuição de ambos para as despesas da casa é superior para o sexo feminino. Como demonstra o gráfico as posições das mulheres tendem mais para as representações do trabalho no feminino enquanto autonomia, e igualdade no casal, mesmo enquanto mães sem que os filhos sejam prejudicados. Por outro lado, nestas questões de atribuição de papéis de género os estudantes do sexo masculino exibem maior tendência para a manutenção das representações tradicionais, possivelmente por sentirem a sua própria posição ameaçada pelo feminino, visto concordarem mais, do que as estudantes, com a ideia da esposa, mãe de família e dona de casa, que era propagandeada até aos anos 60 do século passado – a fada-do-lar.

2.3.2.4. Representações sobre Relacionamentos e Relações Sexuais

Apesar de estarem, na sua larga maioria, ainda ligados socioeconomicamente à família de origem, os estudantes universitários encontram-se num percurso de construção de identidade que passa também pela experimentação de novos relacionamentos sociais. Não é incidental que 63% considerem os amigos e conhecidos como aspetos da vida muito importantes, e refiram a frequência do convívio com os amigos (89%) e colegas de curso mesmo fora do local de estudo (52%), numa percentagem muito superior a outros espaços de socialização. Como refere Mauritti: “As relações de sociabilidade, em particular as referentes aos laços de amizade, constituem, assim, na fase actual do ciclo de vida que protagonizam, uma das mais importantes dimensões da vida quotidiana dos estudantes, tanto pelo papel que desempenham como meio de ajustamento e mediação entre a família, a universidade e a sociedade, como pelo facto de constituírem um importante factor de integração social, ou ainda de mudança social” (Almeida et al, 2003, p. 52).

Visto a universidade ser um dos contextos principais de socialização dos estudantes, “é em torno desta e das actividades com ela relacionada que se organizam uma grande parte das vivências quotidianas, o que envolve não apenas o ir às aulas ou o estudar, mas também o *estar* na escola e o participar nas diversas actividades de convívio e de lazer adjacentes ao universo escolar” (Almeida et al, 2003, p. 52), sendo que o meio académico oferece também as condições propícias para encontrar «o alguém especial», e 64% dos estudantes universitários inquiridos respondem afirmativamente que presentemente têm namorado/a ou se encontram romanticamente envolvidos com alguém.

Os estudos (Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000) demonstram que a percentagem de agregados em que ambos os progenitores têm o ensino superior (70%) é maior do que os agregados em que um indivíduo com o ensino superior casa com alguém com um nível educacional básico ou secundário, pelo que a probabilidade deste namoro / envolvimento romântico ser com alguém igualmente estudante universitário é enorme. Adicionalmente o universo de inserção é a universidade, pelo que os novos contactos, amizades e relacionamentos amorosos tendem também a encerrar-se neste espaço.

Procuramos então determinar quais as representações dos estudantes sobre o relacionamento sexual em geral, perguntando quando consideravam estar reunidas as condições para a existência de relações sexuais (os estudantes podiam indicar mais que uma opção). Verificamos que mais uma vez aqui impera um ideário de cariz amoroso, ou seja, para 72% dos estudantes o amor surge como condição essencial para o relacionamento sexual, e para 51% é

necessário um compromisso. Este compromisso não implica, como anteriormente, a seriedade de um noivado, mas simplesmente um comprometimento de ambos os parceiros em viver um relacionamento exclusivo a dois. E muito afastada está a ideia que a mulher permaneça virgem até ao casamento, pois o adiar da relação sexual até depois do casamento, surge apenas como opção para 4% dos estudantes. Isto não significa no entanto que apenas 4% dos estudantes são virgens, pois, apesar de essa pergunta não fazer parte do nosso questionário, os estudos de Alferes (1999) e Antunes (2005) referem respetivamente valores para os estudantes universitários portugueses na ordem dos 18% e 30% no sexo masculino e 43% e 76% no sexo feminino. A diferença entre valores poderá dever-se à média de idades de 21 no primeiro estudo, e 19 no segundo, o que parece querer indicar que a maioria das estudantes terá a sua primeira experiência sexual já em contexto universitário, enquanto a maioria dos estudantes terá a sua primeira experiência sexual ainda no ensino secundário. Nota-se nestes estudos uma clara diferenciação na atitude perante a sexualidade para os dois géneros, pois há um início mais precoce da vida sexual para o masculino, o que à partida fará com que o número de parceiras ao longo da vida também seja maior. E no campo dos julgamentos sobre a atividade sexual, observamos que os homens são mais permissivos e mais disponíveis para o sexo impessoal (sem sentimentos à mistura), enquanto as mulheres enfatizam mais a questão da responsabilidade sexual, possivelmente porque as consequências da irresponsabilidade recaem mais sobre elas, que podem ver-se a braços com uma gravidez indesejada, ou uma doença venérea que poderá por em causa a sua fertilidade futura. De notar que, no campo das representações sociais, ainda surgiram as associações de «virgem» ao feminino, nomeadamente a «mulher» e a «pureza», não havendo qualquer associação ao masculino, o que poderá indicar que esta noção da virgindade feminina até ao casamento não está completamente arredada do pensamento dos universitários.

Estamos, apesar de tudo, longe de um ideal de relacionamento sexual sem restrições, pois aparentemente a atração não é ainda fator suficiente para justificar um relacionamento sexual para 66% dos estudantes. Isto significa que apenas 34% dos estudantes consideram a atração razão suficiente para a existência de um relacionamento sexual, na sua maioria do sexo masculino visto que apenas um quarto das inquiridas considera a atração como potencial desencadeador de um encontro íntimo. O caso é aparentemente diferente mesmo não havendo um compromisso mas havendo um acordo entre os parceiros (48,1%), que faz com que mais mulheres tendam a concordar, no entanto, o fato destas duas situações receberem maior concordância por parte dos estudantes do sexo masculino, parece indicar que as representações sobre o relacionamento sexual variam no masculino e no feminino, um pouco à semelhança do que já observamos aquando da hipotética situação de infidelidade. A relação sexual para a larga maioria das mulheres inquiridas (77%) faz sentido apenas em contexto de relacionamento

amoroso, e apesar dos homens concordarem na sua maioria com esta afirmação, a afetividade não é condição *sine qua non* no caso dos inquiridos do sexo masculino, uma vez que mais de metade destes inquiridos refere que basta haver atração física (55%) ou que os dois parceiros estejam de acordo (60%), mesmo sem envolvimento emocional, para estarem reunidas as condições para a existência de uma relação sexual. Alferes (1997), num estudo denominado “Sexualidade e duplo padrão em estudantes universitários portugueses” (citado em Vala et al, 2004, p. 145), apresentava já uma tendência semelhante à da nossa amostra. Neste estudo, apenas 10% mulheres afirma ter a primeira relação sexual sem estar apaixonada pelo parceiro, enquanto 40% dos homens afirma ter tido a primeira relação sexual sem envolvimento amoroso.

Em termos de atitudes sexuais, verifica-se ainda que o sexo impessoal e a permissividade atingem *scores* muito mais elevados nos estudantes do sexo masculino, bem como o prazer (hedonismo) que é mencionado como motivação com muito maior frequência pelos homens que pelas mulheres (Alferes, 1999). De notar que apesar de uma ligeira diferença, os estudantes e as estudantes apresentam índices de frequência quase iguais no caso das relações sexuais com o parceiro. De salientar que «sexo» foi um dos valores que recebeu total unanimidade na valoração positiva aquando das entrevistas, e que a associação mais frequente foi «bom», o que parece querer significar que os estudantes estão a encarar o sexo com a naturalidade devida a uma necessidade fisiológica cuja satisfação proporciona prazer, contudo integram também na sua representação a noção de relacionamento afetivo, pois também associam sexo a amor, compromisso e relação. Não é a performance sexual, ou mesmo a frequência ou a variedade de parceiros que é importante para a generalidade dos estudantes, inclusivamente para os do sexo masculino, mas sim o «sexo emocional», “um modelo baseado na dimensão intersubjectiva, integrando a alteridade desejante do outro”, que “preconiza a troca de prazeres, a atenção ao desejo do outro, aos seus ritmos e preferências” (Lipovetsky, 2006, p.255).

Esta ideia da relação sexual complementar da relação afetiva, solidifica-se com as respostas à frequência das relações sexuais com parceiros ocasionais. Podemos inferir pelos resultados que este não é um comportamento frequente nos universitários, uma vez que 81% respondem nunca, 13% com menos frequência, 3% várias vezes por ano, 2% pelo menos uma vez por mês, sendo as frequências superiores indicadas por poucos elementos. Como seria de esperar, considerando as respostas dadas às situações que poderiam conduzir ao relacionamento sexual, a frequência de relações sexuais com parceiros ocasionais é muito superior para o masculino, o que poderá dever-se a fatores culturais, na medida em que o sexo ainda é encarado pelos homens como afirmação da masculinidade, a tal grande disponibilidade sexual dos homens de que falava Giddens (1996), ou seja, uma compulsão para a atividade sexual

independentemente das circunstâncias, e podemos inclusivamente considerar que existe a perceção de uma maior pressão social para terem mais experiências sexuais (Saavedra et al, 2010).

Encontramo-nos ainda num registo do Duplo Padrão Sexual. Este termo, cunhado por Reiss (1964), designa na verdade “um conjunto de normas sociais que determinam a prática de comportamentos sexuais diferenciados para cada um dos géneros, sendo que ao homem seria concedida uma maior liberdade sexual” (Ramos, Carvalho & Leal, 2005, p.174). Estas normas, resultantes de um longo percurso histórico-cultural nas relações entre homem e mulher, são obviamente sensíveis às transformações sociopolíticas que conduziram a uma mudança profunda nos valores, atitudes e comportamentos que presidem sobre as questões de género, relações e práticas sexuais. Na última metade do século XX, e no caso português desde a revolução de 1974, o ocidente viu as fronteiras entre os géneros enfraquecer consideravelmente, resultado da emancipação legal e financeira da mulher possibilitada em muito pela sua entrada no mundo do trabalho, desta feita em pé de igualdade com o homem em termos de qualificação académica, uma vez que o acesso à educação terciária no feminino se generalizou desde então, registando-se presentemente um decalagem no rácio masculino-feminino claramente favorável às mulheres (Orr, D., Gwosć, C. & Netz, N., 2011).

Um outro fator sobremaneira importante foi a possibilidade dada à mulher, ou ao casal, de controlar a sua fertilidade, através da divulgação da contraceção, o que vai pela primeira vez permitir que a relação sexual no casal seja encarada como uma atividade que não conduz forçosamente à procriação. Emancipados desse ónus reprodutivo inevitável, homem e mulher podem agora entregar-se com liberdade ao relacionamento sexual pois este não traz mais a sua fatal conclusão – uma gravidez indesejada.

Contudo verificamos que, apesar das inúmeras mudanças sentidas, ou pressentidas, o Script do duplo padrão sexual relativo aos relacionamentos pré-maritais, em que a rapariga com muitos parceiros é considerada permissiva e o rapaz com muitas parceiras é considerado viril, se encontra ainda presente na mentalidade portuguesa, mesmo nos mais jovens (Saavedra, Nogueira & Magalhães, 2010; Ramos, Carvalho & Leal, 2005). Ramos, Carvalho & Leal (2005) e Milhausen & Herold (1999) analisam a perceção da presença do duplo padrão sexual nos julgamentos sociais no que respeita à relação sexual pré-marital junto de estudantes universitárias e colocam igualmente como hipótese, que se confirma, a presença de um padrão sexual singular (permissividade social atribuída de forma igualitária aos comportamentos sexuais masculinos e femininos) nos julgamentos pessoais. Um fato interessante prende-se com as representações sociais que os sujeitos associam a um e outro género, no primeiro estudo, na medida em que os homens são percecionados mais frequentemente como «fogosos, garanhões,

mulherengos, etc.», enquanto as mulheres são representadas como «emocionalmente instáveis ou inconstantes», o que claramente indicia a presença de um script de duplo padrão mesmo nas estudantes universitárias.

A presença deste script caracterizado por um padrão de comportamento sexual singular é referido igualmente por Gentry & College (1998), aplicado quer a homens quer a mulheres, no entanto e dadas as amostras serem menos específicas, ou seja, não se centrarem apenas nas jovens universitárias, encontramos ainda a presença do duplo padrão mesmo no âmbito das atitudes pessoais, o que poderá querer dizer que em matéria de atitudes sexuais e julgamentos pessoais se tem verificado, embora lentamente, uma tendência para atribuir a mesma permissividade social aos comportamentos sexuais masculinos e femininos. A idade poderá ser um fator decisivo nesta mudança de padrão, mas possivelmente, a transformação da mentalidade deverá ser um produto da tal abertura e flexibilidade mental de que nos falava Michenet et al (1990), própria dos indivíduos com um nível de educação superior. Um outro fator concorrente poderá ser a importância atribuída à relação afetiva, ao ideal da «felicidade a dois» (Lipovetsky 2008), fruto da perceção social, claramente presente no ideário dos universitários, do amor enquanto relação/compromisso, baseada na fidelidade e no respeito mútuo.

Verificamos ainda, e ao contrário do que seria de esperar, que a tendência para o sexo impessoal (relações ocasionais e sem investimento emotivo) é mais manifesto para a Universidade do Norte. A tendência seria para associar uma maior promiscuidade à capital, dada a maior oferta, e não à cidade pequena. Contudo, convém não esquecer que já tínhamos notado uma maior tendência para a manutenção de papéis de género no norte, e inclusivamente o estudo de Saavedra, Nogueira & Magalhães (2010), que analisa discursos de jovens sobre a sexualidade e o amor, foi realizado junto de jovens portugueses do norte do país e notava-se a permanência, embora subtil, do Script Sexual do duplo padrão sexual mesmo nos discursos dos jovens estudantes do secundário mesmo no âmbito dos julgamentos pessoais, ou seja, a rapariga com muitos parceiros era considerada permissiva e o rapaz com muitas parceiras era considerado viril, pelo que a quantidade de encontros de sexo impessoal poderá ser mais importante enquanto experiência para um jovem do norte (contexto mais rural) do que para um jovem do sul, especialmente de Lisboa (contexto mais cosmopolita). Seria interessante poder inclusivamente verificar se se verificam variações a este nível em termos geográficos (norte-sul; interior-litoral; cidade pequena-Capital), ou se se tratará efetivamente de uma questão de nível de escolaridade, e quando (ou se) estes jovens chegarem à educação terciária mudarão de discurso?

2.3.2.4. Representações sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez

Associada à questão da sexualidade nos jovens surge muitas vezes o problema de uma gravidez indesejada e consequentemente uma das soluções possíveis é a interrupção voluntária da gravidez. A lei existente até 2007 definia que o aborto poderia ser feito legalmente até às 12 semanas ou até mesmo aos 9 meses de gestação se vida da mãe ou a sua saúde física ou mental corresse risco, até às 16 semanas em casos de violação e até às 24 semanas se o feto tivesse doenças incuráveis ou malformações.

Em 2007, a interrupção voluntária da gravidez (IVG), também denominada aborto, foi despenalizado em Portugal, por referendo, e é permitido até às 10 semanas de gravidez a pedido da mulher, independentemente das razões. Tendo o resultado oficial deste referendo sido 59,25% "sim" (2.231.529 votantes) e 40,75% "não" (1.534.669 votantes), a baixa afluência às urnas (46% de abstenção) não foi, no entanto, suficiente para o tornar vinculativo. Por isso, o Parlamento teve de discutir o assunto e aprovou por ampla maioria a legalização da interrupção da gravidez até a 10ª semana de gravidez, promulgando a Lei nº 16/2007 de 17 de Abril. Contudo esta questão continua a suscitar bastante polémica especialmente pelo facto de ser uma intervenção médica feita em meios hospitalares sem custos para a abortante e com custos para o erário público, ao contrário de tantos outros atos médicos e intervenções cirúrgicas indispensáveis, e fala-se inclusivamente de fazer-se um novo referendo.

IG/MOTIVO	2007 (15 JUL-31 DEZ)	2008	2009	2010
Perigo de morte ou grave lesão da grávida	34	121	88	75
Doença ou má formação congénita do nascituro	134	455	524	440
Gravidez resultante de violação	12	17	15	11
Opção da mulher	6.107	18.014	19.222	18.911
Total	6.287	18.607	19.848	19.436

Figura 88: Dados da DGS (2011) quanto às Interrupções da Gravidez, praticadas em Portugal desde a promulgação da Lei nº 16/2007 de 17 de Abril, que legaliza o aborto.

Considerando os números para as interrupções da gravidez desde a promulgação da lei, que se apresentam no quadro supra, o caso não é tão negro como podemos supor pois falamos de uma percentagem de 18-19% de interrupção de gravidez face aos nados-vivos do mesmo período. Contudo e falando em termos estritamente económicos seria bastante mais vantajoso do ponto de vista do controle de despesas públicas que as gravidezes que foram interrompidas por opção da mulher/família fossem prevenidas antes mesmo de acontecerem, com recurso a meios de contraceção francamente menos onerosos para o estado, mesmo que fossem oferecidos nos postos de atendimento público ou nas farmácias, pois o seu custo real em termos

económicos seria muitíssimo mais reduzido e possivelmente o custo psicológico completamente inexistente. Parece-nos que considerar o aborto mais um meio de contraceção é algo pernicioso, pois corremos o risco de atingir taxas de aborto (custeado pelos contribuintes) na ordem dos 80 ou 90.000 por ano, como é o caso dos países da Europa de Leste (OMS, 2011), onde o aborto é mais frequente que o recurso à contraceção. Em 2003, na Bielorrússia, Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Moldova, Roménia, Federação Russa, Eslováquia e Ucrânia verificou-se uma frequência de 103 abortos por cada 100 nascimentos. Esta tendência tem felizmente vindo a alterar-se na medida em que aumentam as taxas de recurso à contraceção.

Historicamente verificamos que a interrupção voluntária da gravidez, apesar de relativamente frequente, era uma prática considerada ilegal na maior parte do mundo até à segunda metade do século XX. Na década de 50 inicia-se, maioritariamente no ocidente, um processo de introdução de legislação destinada a permitir a interrupção da gravidez em condições de higiene e segurança, procurando assim minimizar o risco para a saúde, e em muitos casos para a vida, das mulheres que o aborto inseguro e clandestino representava. A maioria dos estados europeus vai adotar esta legislação despenalizante do aborto nas décadas de 60, 70 e 80, à qual normalmente associam a promoção do planeamento familiar e a divulgação de informação sobre métodos contraceptivos. Verifica-se desde então que o número de interrupções de gravidez nos países que procederam à sua despenalização ou legalização tem vindo a decrescer ou estabilizar (OMS, 2011).

No caso português, e até 1984 o aborto era condenado em qualquer circunstância, o que levava inúmeras mulheres a recorrer ao aborto clandestino. A Lei n.º 6/84 admitiu a despenalização da interrupção voluntária da gravidez nos casos em que fosse indispensável para: 1) remover perigo de morte ou lesão grave e irreversível para a saúde física ou psíquica da mulher, 2) grave doença ou malformação do feto e 3) violação. Simultaneamente procurou-se fazer com que o planeamento familiar se difundisse, nomeadamente através de consultas gratuitas nos centros de saúde. No entanto verificou-se que a situação do aborto clandestino permanecia, e dados recolhidos por Dias, Falcão & Falcão (2000) permitiram criar alguns cenários a partir de dados obtidos nos sistemas gerais da DGS.²⁷ As estimativas, pois trata-se de estimativas e não dados clínicos comprovados, referem os valores mais elevados do número absoluto e da taxa de incidência de IVG (por 100 000 mulheres entre os 15 e os 44 anos por ano) no grupo etário 25-34, e o número de IVG/1000 nados-vivos obtido com base nos dados de 1993 a 1997 poderá ter variado entre 401,6/1000 nados-vivos e 781,5/1000 nados-vivos, ou

²⁷ Este estudo baseou-se em dados obtidos a partir de sistemas de informação gerais, criados com outros objetivos que não a caracterização na população do problema da IVG, nomeadamente os Médicos-Sentinela e o grupo de diagnósticos homogéneos, a partir de mulheres que recebiam cuidados hospitalares com o diagnóstico «aborto» .

seja, taxas de IGV francamente superiores aos 18-19% que a DGS refere para o período pós-despenalização.

Estes dados parecem querer dizer que em Portugal a questão do aborto clandestino tinha vindo a ser resolvida, pois de 1997 a 2010 as taxas de IVG por nados-vivos desceram 20% a 60%, o que poderá ser indicativo de uma melhoria na divulgação de estratégias de planeamento familiar e uma maior vulgarização do uso de métodos contraceptivos. A Associação para o Planeamento da Família (APF) num estudo de 2006²⁸ refere que 14,5% das mulheres (18-49 anos) já fizeram uma IVG e que na maioria dos casos (65%) são mulheres solteiras e divorciadas ou separadas, sendo 25-35 anos (35,6%) e 17-20 anos (30%) as idades-média mais frequentes para realizar uma IGV. Este estudo refere ainda a prática religiosa como fator determinante para a menor incidência (2,6% praticantes frequentes vs. 16,7% não praticantes). A causa mais frequente para a necessidade de recorrer a uma IVG foi o não usar qualquer método contraceptivo (46%), e a maioria das inquiridas não o fez por estar a iniciar uma nova relação (28%), ou ainda por descuido (24%). Este fato, a nosso entender, é o que motiva maior perplexidade pois verificamos que 28% destas mulheres por iniciarem uma nova relação tiverem sexo sem proteção, o que, indo para além da questão da gravidez, denota uma clara inconsciência face ao perigo de contágio por uma qualquer doença sexualmente transmitida (DST).

No caso do inquérito aos estudantes universitários a aprovação expressa para a interrupção da gravidez refere-se fundamentalmente às três situações que já estavam contempladas na lei anterior (Lei n.º 6/84), ou seja, se a gravidez ocorrer resultante de uma violação, quando há risco para a saúde da mulher devido à gravidez, e no caso de fortes possibilidades de deformações graves para o bebé, todas com valores acima de 90%, situação que espelha a aceitação generalizada desses motivos para a realização da interrupção da gravidez (que são cerca de 3% das IG realizadas em Portugal por ano desde 2007).

Quando nos referimos apenas a motivos de opção da mulher, ou do casal, o caso muda de figura e deparamo-nos com números aprovação muito mais baixos. Apenas 30% aprova o aborto no caso de a mulher não ser casada, um número francamente baixo inclusivamente se comparado com a percentagem de indivíduos que dizem aprovar o aborto nessa circunstância no EVS 1999²⁹ – 40%. O mesmo sucede quando a questão é a mulher não querer ter mais filhos que recebe apenas 35,6% de aprovação. A subida é ligeira no caso de a decisão ser do casal que não quer mais filhos – 36,6%, mas é francamente superior quando se trata do casal considerar que não pode ter mais filhos, em que a percentagem de aprovação ultrapassa a de desaprovação

²⁸ Trata-se neste caso de abortos clandestinos, pois são referentes ao período até 2006.

²⁹ Esta questão não foi colocada no EVS 2008.

– 54% contra 46%. Aparentemente para os universitários a diferença entre «não querer» e «não poder» não é encarada com ligeireza, pois num dos casos falamos de um ato egoísta do casal que decide não ter mais filhos independentemente de ter ou não condições para o criar, e no outro trata-se de uma atitude ponderada que toma em linha de conta a situação e as condições de vida do casal e da família. De salientar aqui a maior importância que é dada à decisão do casal em detrimento da decisão individual da mulher.

Os dados obtidos no nosso estudo contrariam algumas das conclusões retiradas por Vala et al, 2003, no que respeita aos partidários do «sim» à interrupção da gravidez, onde se afirmava que esta posição surgia associada a “alguns meios sociais, certamente próximos das classes médias urbanas; neles sobressaem os indivíduos mais novos, os activos e os estudantes, os que acabaram os estudos mais tarde, os rendimentos mais altos, os residentes em aglomerados de mais de 10 000 habitantes e na metade sul do país – com particular destaque para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Do ponto de vista das suas condições familiares [...] os solteiros...” (p. 82)

Das conclusões apresentadas por Vala et al, seria de esperar junto dos estudantes universitários, os quase perfeitos exemplos das características apresentadas (mais novos, da classe média urbana, estudantes, etc.), uma franca adesão ao «sim» à interrupção da gravidez, contudo os resultados são francamente modestos, especialmente se considerarmos que passaram dez anos desde os resultados do EVS donde se retiraram as relações, e que eram, mesmo no seu todo, mais tendentes à aceitação, e que entretanto foi promulgada uma nova lei (Abril de 2007) que despenaliza a interrupção da gravidez em qualquer circunstância e que inclusivamente foram criadas as condições hospitalares para acabar com o aborto clandestino. E mesmo em termos geográfico (clivagem norte- sul) não encontramos grandes diferenças.

O posicionamento político dos estudantes parece ser efetivamente o grande ponto diferenciador, uma vez que a questão da escolha da mulher, ou do casal em não querer ter mais filhos é claramente mais apoiada pelos estudantes que perfilham uma ideologia de Esquerda e menos por aqueles que perfilham uma ideologia de Direita. Contudo e mesmo no caso dos respondentes de Esquerda verificamos que a adesão ao «sim» está longe de merecer uma unanimidade, pois os valores pouco ultrapassam os 40% no caso de a mulher não ser casada e os 50% no caso da mulher ou do casal não quererem ter mais filhos.

Estes dados colocam-nos algumas questões, nomeadamente, podemos pensar que o fato de nunca se terem encontrado perante uma situação de gravidez indesejada poderá fazer com que tenham uma visão menos permissiva face ao aborto. Contudo não temos dados que nos permitam suportar esta questão, sabemos no entanto que mais de 60% dos estudantes se encontra romanticamente envolvido com alguém e que apenas 4% consideram esperar até ao

casamento para iniciar o seu relacionamento sexual, pelo que o espectro de uma gravidez imprevista deve pesar sobre as suas cabeças, pelo que esta pressuposição deve ser rejeitada. E face à perceção da crescente autonomia da mulher na sociedade, especialmente a mulher qualificada, os estudantes claramente rejeitam (70%) a monoparentalidade como razão para interromper a gravidez.

Podemos também considerar que o nível de informação sobre métodos contraceptivos é hoje em dia muito mais relevante, e que possivelmente, mercê das várias iniciativas e projetos governamentais, estes estudantes receberam alguma formação a área da sexualidade e saúde reprodutiva nos seus anos de escolaridade obrigatória (área-escola?), pelo que a prática de sexo sem proteção, e especialmente com alguém que acabaram de conhecer, será para eles algo inconcebível e que denota profunda irresponsabilidade e falta de respeito por si próprio, donde percecionarem uma menor necessidade de recurso à IVG. Seria interessante explorar esta questão, e verificar o impacto da educação para a sexualidade e saúde reprodutiva na forma de encarar a prática sexual, a contraceção, o sexo seguro e mesmo a IVG.

Uma outra suposição que estes dados levantam, dadas as diferenças observadas entre os jovens universitários e a população portuguesa em geral, é a possibilidade de estarmos a observar um retorno a um certo conservadorismo no que diz respeito aos valores da vida. A tese habitualmente defendida pelos partidários *pro-choice* é que a mulher tem o direito a decidir sobre a sua vida e sobre o seu corpo, e o feto é encarado como parte do corpo da mulher. Esta tese é habitualmente defendida por pessoas com uma ideologia mais de Esquerda, pelo que os dados que obtivemos são perfeitamente concordantes. Ora o que verificamos é que os estudantes universitários apresentam uma ideologia política maioritariamente mais centro-direita, o que podia por em perigo a hegemonia desta posição *pro-choice* junto deste público. A tese defendida pelos indivíduos tendencialmente mais de direita é a *pro-life*, ou seja, a ideia de que o feto é uma entidade diferenciada da mãe, apesar de completamente dependente dela, pelo que a mulher estaria não a decidir sobre a sua vida e o seu corpo, mas sobre a vida e o corpo de outrem.

A questão do aborto, apesar de todos os argumentos socioeconomicistas a favor e dos referendos que a despenalizam, continua a encontrar-se ali no limiar da moralidade. A despenalização, ou mesmo a legalização, da IVG não faz com que o comportamento seja considerado moralmente correto, pois se é moralmente defensável que se interrompa uma gravidez inviável ou perigosa, ou cujo resultado seja uma criança com deficiência, ou ainda aquela resultante de uma violação, a ideia de interromper uma gravidez «porque se quer» é ainda difícil de integrar em consciência. Mesmo as mulheres que realizaram uma IVG referem que o que sentiram posteriormente foram maioritariamente sentimentos de culpa, dúvida,

vergonha, remorso, arrependimento, tristeza, frustração, etc. e apenas 31% delas refere ter sentido alívio, o que claramente demonstra que mesmo as mulheres que recorreram a esta prática se sentem moralmente divididas entre a necessidade (fatores socioeconômicos maioritariamente) de realizar um aborto e a incerteza de terem agido de forma justa, visto que quase todas (75,5%) referiram a decisão ter sido muito, ou muitíssimo difícil (APF, 2006).

2.3.3. Representações sobre o Trabalho, Emprego e Empregabilidade

O trabalho surge desde logo como um aspeto essencial na vida das pessoas, não só enquanto garante das necessidades básicas de alojamento e alimentação, mas também como elemento definidor da identidade pessoal e da posição social. No caso dos universitários o trabalho surge com um nível de importância muito próximo do lazer e dos tempos livres (39% e 35% respetivamente). As respostas obtidas no EVS 2008 quanto aos aspetos mais importantes para a vida das pessoas, são relativamente diferentes, pois 78% dos inquiridos aponta a família e seguidamente o trabalho (50%), e só depois os amigos e conhecidos (34%) e os tempos livres (22%). Se considerarmos apenas os respondentes com idades entre os 18 e os 25, verificamos que as percentagens variam relativamente apenas no que toca à importância dos amigos, uma vez que a percentagem referente à importância do trabalho ronda os 49%, sendo idêntica à importância atribuída aos amigos e conhecidos. O que nos permite pensar que os universitários, (1-2% da amostra do EVS 2008?) exatamente por ainda não se encontrarem em contexto laboral, tendem a atribuir menor importância ao trabalho quando comparados com indivíduos já inseridos no mercado de trabalho, e consequentemente maior importância aos amigos e conhecidos e aos tempos livres onde podem socializar com esses amigos.

Adicionalmente podemos pensar na questão da crescente perda de relação entre as noções de trabalho e de dever, na medida em que o dever se situa cada vez mais no campo das obrigações, do legalmente imposto, enquanto o trabalho assume cada vez mais um cunho de criação de valor, de realização de si, de colaboração no sucesso da empresa. Para o estudante universitário o trabalho, como vimos, é encarado como fator de realização pessoal, subjugando-se a esta ética da felicidade individual de que nos fala Lipovetsky (1992,2006) pelo que deixa de lhe ser concedida importância central, para passar a ser mais uma das componentes que contribuem para a realização do sujeito. Adicionalmente, a entrada tardia das mulheres no mercado de trabalho e a conquista tentativa da igualdade de tratamento em meio profissional poderão estar na origem desta diferenciação da valorização do trabalho, pois a tendência, de que já falavam Rokeach (1973) e Schwartz (2008), é considerar mais importante aquilo que não possuímos mas que antevemos como possibilidade, e menosprezar o que se nos afigura já

dominado. Mais, ao afirmarem com maior veemência a importância do trabalho, as estudantes estão claramente a indicar a existência de um processo de transição da realização pessoal no feminino da esfera doméstica para a esfera profissional, como já referimos ao falarmos sobre os papéis de género (ponto 2.3.2.2).

Nesta dicotomia «ócio/negócio», ou seja tempos livres versus trabalho, verificamos que as estudantes apresentam uma média de resposta quanto à importância do trabalho superior à dos seus colegas do sexo masculino que dão mais importância ao tempo livre. Esta tendência aparece também refletida na frequência com que os estudantes convivem com pessoas em clubes e associações voluntárias (desporto, cultura, serviços de apoio à comunidade) em percentagem superior às suas congéneres femininas e referindo também, numa percentagem superior em 10%, a pertença a organizações e atividades voluntárias de desporto e recreio. Adicionalmente e quando pensam nas mudanças que podem vir a ocorrer num futuro próximo no nosso modo de vida, o sexo masculino apresenta a menor importância ao trabalho nas nossas vidas em percentagem superior ao sexo feminino. Isto poderá querer dizer que em termos de perceção social, para o homem o trabalho é considerado um dado adquirido, donde poder ser considerado menos importante, enquanto sobre as mulheres pesa ainda o espectro da precaridade e da maior dificuldade na entrada e na progressão numa carreira profissional, donde que as mulheres procurem mais a estabilidade e segurança no emprego (preferindo empregos na Administração Pública, por exemplo), enquanto os homens privilegiam a assunção de riscos e o potencial para desenvolvimento de carreira (em empresas multinacionais, ou na criação da sua própria empresa). Mas aqui mais do que a perspetiva das motivações psicológicas associadas ao género, é necessário considerarmos a dimensão da conciliação entre a esfera profissional e a esfera privada que inclui a vida pessoal e familiar, pois à mulher cabe sempre uma maior responsabilidade sobre esta última, mesmo quando assume posições destacadas na vida profissional, o que acarreta como consequência a discriminação das mulheres no trabalho ao nível das carreiras e das remunerações, e simultaneamente a discriminação masculina ao nível do tempo disponível para a vida familiar e pessoal.

As constantes iniciativas governamentais e europeias para a igualdade de oportunidades³⁰ e à noção de maior igualdade de oportunidades que a Administração Pública garante face às demais empresas privadas poderão influenciar esta questão das diferentes expectativas de emprego no feminino e no masculino, pois verificamos que no sector privado as mulheres continuam a auferir cerca de -18% que os homens em termos de remuneração média

³⁰ A necessidade da existência da Comissão para a Igualdade no Trabalho e o Emprego (CITE), bem como a Iniciativa Comunitária EQUAL, por exemplo.

mensal de base,³¹ situação que atinge os -32% no caso dos quadros superiores (Carvalho, 2010), ou seja as função que exigem níveis de qualificação mais elevados e que, independentemente de serem as mulheres que possuem maior nível habilitacional, são as categorias que correspondem a um nível de qualificação mais baixo (profissionais semi-qualificados e não qualificados) e as profissões ligadas ao “pessoal de serviços e vendedores”, os “trabalhadores não qualificados” e ao “pessoal administrativo e similares” as que apresentam uma taxa de feminização mais elevada (CITE 2009). Similarmente, verificamos que as instituições de crédito são menos passíveis de apoiar o empreendedorismo no feminino (RTE,2011) donde a maioria das iniciativas de criação da sua própria empresa são desenvolvidas por homens.

De certa forma verificamos aqui um perpetuar da origem socioprofissional do núcleo familiar, visto os estudantes das universidades públicas serem maioritariamente provenientes de grupo dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento, e mais conservadores nas suas opções de emprego, procurando posições que permitam estabilidade económica e especialmente geográfica, acreditando ainda na administração pública e nas empresas privadas nacionais como fonte de emprego, e consequentemente centrando as suas expectativas de emprego na mesma categoria dos seus progenitores.

Os estudantes da universidade privada são provenientes maioritariamente da categoria profissional dos Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (Almeida et al, 2003, p 26), o que significa que muitas vezes irão seguir as pisadas dos progenitores fornecendo capital cultural e educacional à empresa da família (veja-se o caso do Belmiro de Azevedo e do seu filho Paulo de Azevedo, por exemplo), mas mais concretamente são oriundos de núcleos familiares onde a criação da sua própria empresa, o ser profissional liberal, ou o trabalhar para uma multinacional dentro e fora de Portugal são fenómenos frequentes, pelo que apresentam tendencialmente maior predisposição para correr riscos e aceitar um futuro mais incerto quer em termos monetários no imediato, quer em termos geográficos, mas com maior potencial de crescimento e promoção profissional.

Adicionalmente encontramos ainda um grupo alargado (mais de 40% da amostra) que se encontra em franca mobilidade ascendente, pois mesmo tratando-se, na sua maioria, de alunos provenientes de agregados com rendimentos acima da média portuguesa, a sua classe socioprofissional de origem denota a falta de qualificações terciárias dos pais, ou por vezes a subvalorização dessas credenciais no caso materno. Por outro lado, a perceção social de que um diploma universitário é o garante de um emprego fixo e bem remunerado ainda pesa muito na

³¹ Resolução do Parlamento Europeu, (RPE) de 8 de Março de 2011, sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia – 2010/2138(INI))

decisão do estudante em tirar um curso superior, contudo os números crescentes do desemprego entre os licenciados e a maior precaridade do mercado de trabalho português fazem com que essa convicção seja severamente abalada. Logo, grande parte destes indivíduos provenientes maioritariamente das universidades públicas, incluem-se nos que optam por apostar na Administração Pública e nas empresas privadas nacionais como fonte preferencial de emprego, minimizando assim o risco de precaridade no primeiro caso e de mobilidade contra vontade para o estrangeiro por questões de continuidade na progressão profissional.

No entanto, e dada a cada vez maior internacionalização de empresas portuguesas, como a Portucel, a Sonae, ou a Critical Software, só para citar algumas, e a cada vez mais complicada situação fiscal do país que leva a deslocalização das sedes fiscais das empresas nacionais para outros países com uma fiscalidade mais favorável (veja-se a Jerónimo Martins ou a Sonae, que têm a sua sede fiscal na Holanda), a probabilidade de se vir a trabalhar no estrangeiro mesmo numa empresa privada nacional é cada vez maior, ou até mesmo numa empresa pública (caso da CGD ou da EDP). A globalização da economia faz com que a mobilidade geográfica em contexto profissional seja quase uma certeza para a maioria destes estudantes universitários, pelo que a escolha mais segura para evitar esta mobilidade indesejada será certamente a Administração Pública. Contudo tem-se verificado que a precaridade de emprego se tem estendido também à função pública (contratados a prazo, recibos verdes, etc.) pelo que aparentemente já nem trabalhar para o estado garante emprego fixo.

A realização de estágios em empresas e a utilização da sua rede de contactos sociais são as estratégias de inserção no mercado de trabalho que os estudantes percecionam como mais bem-sucedidas. Estas duas estratégias são frequentemente concomitantes pois são as redes de contactos sociais que na maioria das vezes estão na origem da possibilidade de realizar um estágio profissional numa ou noutra empresa, através daquilo que é comumente chamado de *networking* e são preferidas especialmente pelos estudantes da universidade privada que possivelmente capitalizam o fato de terem uma rede social mais vasta e com mais recursos disponíveis.

Contudo o fato mais preocupante são os 36% que consideram que a solução é sair do país e procurar emprego além-fronteiras. Encontramo-nos aqui perante um fenómeno comumente conhecido por *brain drain*, ou «fuga de cérebros», ou seja, a saída de indivíduos academicamente ou profissionalmente qualificados de um país com vista a estabelecerem-se noutro que lhes ofereça melhores condições de vida e melhor remuneração. Esta mobilidade de indivíduos qualificados implica que estes recursos humanos não estarão disponíveis para contribuir produtivamente para a sociedade que investiu na sua formação, perdendo-se assim o

retorno do investimento, mas também todo o potencial de contribuição para o desenvolvimento económico do país destes indivíduos (Oliveira, 2011).

Segundo a OCDE (dados de 2008)³² 6,4% dos imigrantes portugueses são recursos humanos qualificados, comumente chamados de expatriados, o que significa que passamos de um valor na ordem dos 1,9% em 1999/2000 (Dados do Banco Mundial) para um valor quase 5% maior. Adicionalmente, e visto ser um fenómeno recente ainda não existem estudos ou estatísticas fiáveis sobre o assunto, mas tem-se assistido a uma crescente saída de recém-licenciados portugueses, que não conseguem encontrar trabalho em Portugal, ou apenas encontram trabalho precário e mal-pago, para países como Alemanha, Reino-Unido, E.U.A., Angola, Irlanda, etc. Desde que a crise económica se agudizou em Portugal, que encontramos notícias na comunicação social a referir entre outros arquitetos, enfermeiros e engenheiros portugueses que encontraram uma solução para o seu emprego no estrangeiro, especialmente na Europa dada a abertura dos mercados e a facilidade de deslocação. Na nossa amostra, os estudantes da Universidade de Aveiro, já então (2009/2010) conscientes da exiguidade da oferta de emprego na sua região, não se mostravam condicionados pela mobilidade geográfica estando dispostos a mudar de local de residência e mesmo sair do país para encontrar emprego.

2.3.3.1. Representações sobre os Valores do Trabalho

Os diversos estudos sobre os valores do trabalho (Cheung & Scheling, 1999; Peiró, Prieto e Roe, 1996; Vala, 2000) são unânimes em afirmar que existem fundamentalmente dois tipos de valores de trabalho comumente assumidos pelas pessoas: os intrínsecos e os extrínsecos, sendo que os primeiros se prendem com características inerentes à própria atividade (*trabalho interessante, autonomia, responsabilidade, realização, etc.*), e os segundos, menos dependentes da atividade realizada, *per se*, e mais resultados do ato de trabalhar no geral (*boa remuneração, bom clima organizacional, segurança, oportunidades de promoção, etc.*)

Os valores extrínsecos do trabalho relacionam-se *grosso modo* com os valores materialistas, ou seja, os valores que garantem a segurança física e económica (habitação, rendimento, etc.) enquanto os valores intrínsecos corresponderão mais aos valores pós-materialistas ou seja, valores ligados à realização pessoal, à autoestima, etc. (Inglehart, 1997). Isto significa que um indivíduo que privilegie os valores materialistas vai conferir maior

³² A Profile of Immigrant Populations in the 21st Century: Data from OECD Countries - OECD © 2008 - ISBN 9789264040908

importância aos valores extrínsecos do trabalho, a remuneração e os benefícios, enquanto um indivíduo que advoga valores pós-materialistas vai preferir as recompensas intrínsecas (o interesse, a autonomia, a responsabilidade) que advém do realizar uma dada atividade em concreto. Segundo o autor encontramos-nos num processo de mudança da modernidade para a pós-modernidade, em que a modernidade se caracterizava pela assunção de valores materialistas e a pós-modernidade se caracterizará pelo patrocínio de valores pós-materialistas. Este momento de mudança caracteriza-se pela coabitação destes dois tipos de valores, contudo a tendência crescente é o abandonar dos valores materialistas em detrimento dos valores pós-materialistas.

Se considerarmos ainda a pirâmide das necessidades humanas proposta por Maslow (1954), verificamos que às necessidades mais básicas correspondem os valores ou as recompensas extrínsecas – alimentação, habitação, segurança – e à medida que essas necessidades vão sendo satisfeitas, as pessoas começam a procurar outro tipo de recompensa intrínseca – o sentido de pertença, o respeito, a autorrealização.

Temos obviamente consciência que apenas uma minoria dos estudantes inquiridos (14%) exerce uma profissão e possivelmente os mais de 80% que indicam ser estudantes a tempo inteiro nunca exerceram profissões remuneradas, pelo que as perceções que têm do mundo do trabalho derivam dos *inputs* que vão recebendo quer de familiares e amigos ou do que lhes é transmitido pelos *media*. Verificamos que aquilo que os estudantes valorizam em primeiro lugar no trabalho ainda está muito ligado às suas perceções da vida universitária e à importância atribuída às relações sociais (ter um bom ambiente de trabalho com os colegas, por 92%), e ao seu estatuto de estudante (aprendizagem no trabalho), pelo que, e não descartando a importância do bom clima organizacional, ou da aprendizagem em contexto de trabalho para uma vida profissional satisfatória, as reais preocupações dos estudantes se prendem com a segurança e a remuneração.

Ao compararmos os resultados com os do EVS 2008, verificamos que a população portuguesa em geral considera que a segurança do posto de trabalho e ser bem pago são os aspetos mais importantes, com valores a rondar os 90% de respostas afirmativas, e a questão do clima organizacional, apontado como mais importante para os universitários, surge apenas em terceiro lugar. Por outro lado é interessante verificar que devido ao agravamento das condições económicas do país e ao clima de instabilidade que se sente hoje no mundo laboral, os resultados mais ligados ao rendimento e à segurança no emprego aumentaram em relação ao último estudo EVS de 1999. De 80,2% passaram para 88,9% e de 64,4% passaram para 89%, respetivamente, tornando-se assim a segurança no emprego o fator que mais preocupa os portugueses. A perceção de maior instabilidade económica, que têm vindo a fazer-se sentir nos últimos anos, contribui em muito para esta mudança de atitude face às necessidades percebidas

como primárias, e, como refere Inglehart (2005) conduz a recuos e avanços no processo de mudança de paradigma cultural da modernidade para a pós-modernidade.

Ao compararmos as duas populações (universitários e EVS 2008) verificamos no entanto que há diferenças claras, especialmente os dois itens considerados menos importantes para os universitários, – «ter bons períodos de férias» e «não ser muito pressionado» – com valores na ordem dos 24%, mais que duplicam em percentagem para a maioria da população, com valores na ordem dos 59% e 57% respetivamente, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

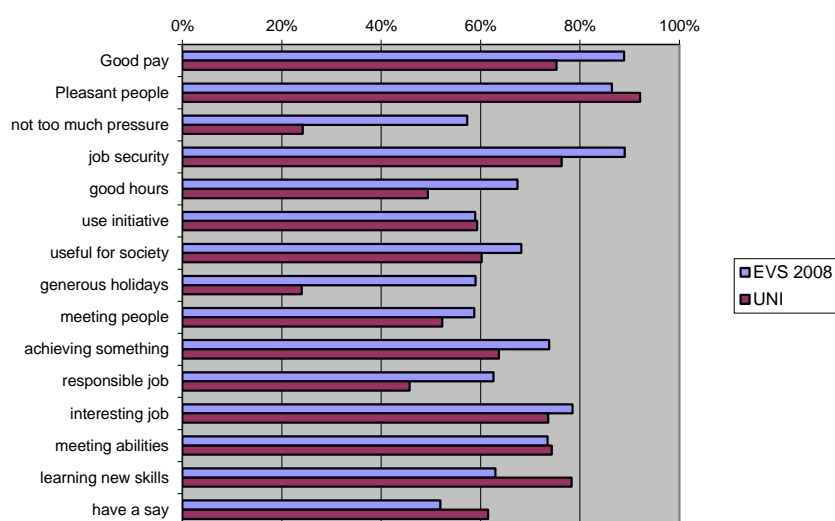


Figura 89: Comparação dos Estudantes com os Portugueses em geral, quanto aos valores do trabalho

Possivelmente por ainda não estarem inseridos no mundo do trabalho, os estudantes, que continuam a gozar de períodos de férias bem mais amplos que a maioria da população, não lhes atribuem tanta importância. Adicionalmente convém não esquecer que a «pressão» profissional e a noção de que não se têm qualquer controlo sobre o trabalho que se está a realizar são mais sentidas por parte dos empregados executantes, que são a maioria em Portugal, e obviamente, a maioria dos respondentes do EVS, pelo que os dados não são inesperados, pois como alguns estudos realizados sobre a temática dos valores do trabalho (Frick, 1995; Cheung & Scheling, 1999; Jesuino, 1993; Vala, 2000) parecem sugerir que o nível educacional e a categoria socioprofissional são das variáveis mais importantes para a definição dos valores do trabalho.

No caso português, o “estudo de Jesuino (1993) observa uma relação entre o tipo de valores enfatizado e as características sociodemográficas: os estratos mais favorecidos tendem a valorizar os factores intrínsecos do trabalho e as camadas menos favorecidas dão preferência aos aspectos extrínsecos.” (Vala et al, 2003, p. 435) Os dados recolhidos no nosso inquérito,

apresentam variações de importância no trabalho atribuída ao uso das suas capacidades em frequência superior para a categoria de rendimentos do agregado entre 1251-2850 Euros e inferior para a categoria de rendimentos mais baixa (0-500 Euros), e verificamos que os estudantes da Universidade privada referem com maior frequência as oportunidades de promoção e a responsabilidade no emprego, questões que estão normalmente associadas ao universo da gestão empresarial, e que os dados do EVS 2008 parecem sugerir essa tendência, contudo seria necessário um estudo mais aprofundado para poder tirar conclusões nesse sentido, o que não se enquadra particularmente no escopo deste trabalho.

Frick (1995), que utilizou para o seu estudo o *Values Survey Module* de Hofstede (1991), as diferenças baseadas no sexo não são significativas, e este parece ser o caso para amostra do EVS 2008, onde as mulheres apresentam na generalidade percentagens inferiores aos homens, exceto nas questões do clima organizacional e da segurança no emprego, onde se observa uma ligeira superioridade, contudo sem significado estatístico. Este não é o caso dos resultados da nossa investigação, pois verificamos que há diferenças significativas entre sexos: se excetuarmos a estabilidade no emprego, necessidade como já referimos mais tipicamente feminina por razões históricas e sociais, todas as outras respostas superiores para o sexo feminino se prendem com questões de valores intrínsecos ou de relacionamento humano. O clima organizacional, a iniciativa, a utilidade social do trabalho, o contacto com pessoas, a realização profissional, a responsabilidade, a utilização das competências pessoais e profissionais, a autonomia, a aprendizagem, são fatores evidenciados maioritariamente pelas estudantes, enquanto os estudantes se salientam pela atitude mais ociosa face ao trabalho, ou seja, a pouca pressão no emprego, os bons períodos de férias, o interesse do trabalho.

Inclusivamente, quando os cruzámos os dados no EVS 2008 obtidos com a variável nível educacional, verificámos que, para as mulheres com educação terciária, os níveis se aproximavam mais dos níveis masculinos, especialmente nas questões de valores intrínsecos, e ao isolarmos os indivíduos com nível educacional superior apercebemo-nos que o *ratio* valores intrínsecos e extrínsecos se tornava mais equilibrado, pelo que atentando à população em geral, consideramos que Frick (1995) está correto em afirmar a pouca relevância do sexo enquanto variável demográfica no caso dos valores do trabalho, mas atentando á nossa população universitária o caso muda de figura. Podemos aqui colocar como pressuposição que não é a questão dos valores do trabalho em si que difere no conjunto mas sim a postura face ao trabalho em geral neste momento da vida, pois as estudantes parecem encarar o seu futuro profissional com mais seriedade, dadas as dificuldades inerentes à sua condição de mulher, enquanto os estudantes, conforme já verificámos, se preocupam mais com o lazer e o bem-estar, pois sentem-se mais seguros da sua empregabilidade.

Rose (1986), citado por Vala et al (2003, p.430) “identificou cinco valores que constituem o padrão básico que se exprime na ética do trabalho: (1) esforço individualista para o sucesso; (2) gratificação diferida, ou seja, a capacidade para adiar o prazer imediato em favor da construção de sólidas vantagens futuras; (3) aceitação da obrigação moral de desempenhar um trabalho de forma diligente, independentemente do interesse da tarefa; (4) obrigação de obediência para com o empregador; (5) importância do trabalho enquanto fonte de realização e valor pessoal.” As valorizações que os indivíduos fazem deste ou daquele aspeto revela a forma como estão empenhados com a ética do trabalho.

As questões seguintes procuram avaliar esta dimensão de comprometimento com a ética do trabalho, pelo que quando se pede aos estudantes que refiram quais as atribuições que defendem face ao trabalho, aquilo que se procura determinar é na realidade se valorizam (1) o esforço individual para atingir um resultado concreto, que se traduz na concordância ou discordância com o fato do trabalho ser imprescindível para o desenvolvimento pleno das aptidões das pessoas; e também se (2) têm a capacidade de adiar a adiar o prazer imediato, construindo assim um futuro com potencial, que observamos pela concordância ou discordância com a importância a atribuir ao trabalho na vida quotidiana em prejuízo do tempo livre. Por outro lado a questão da “(3) aceitação da obrigação moral de desempenhar um trabalho de forma diligente”, verifica-se pela percepção do trabalho enquanto dever para com a sociedade, que condena a ociosidade equiparando-a à preguiça, que é contrariado pela ideia do trabalho por vontade e não por obrigação; e a “(5) importância do trabalho enquanto fonte de realização e valor pessoal” que é medida pela concordância ou discordância com a afirmação de que é humilhante receber dinheiro sem ter trabalhado para isso. A questão da “(4) obrigação de obediência para com o empregador” será tratada subsequentemente.

Verifica-se então que o valor da ética do trabalho mais valorizado é a do (1) esforço individual para atingir um objetivo, ou seja, o esforço que conduz ao mérito, uma vez que, em média, a concordância é superior com a afirmação que as pessoas têm que trabalhar para desenvolver plenamente as suas aptidões, sendo que de seguida surge o valor de (3) aceitar a obrigação moral de desempenhar um trabalho, visto a concordância ser ligeiramente inferior para a ideia do trabalho enquanto dever para com a sociedade e para a noção de que as pessoas que não trabalham ficam preguiçosas. Simultaneamente a discordância é grande para a ideia de que as pessoas não deviam ter que trabalhar se não quisessem, que apresenta um valor médio bastante inferior ao ponto intermédio da escala de medida. A questão da (5) importância do trabalho como fonte de realização pessoal surge então em terceiro lugar na medida em que a concordância com a afirmação de que é humilhante receber dinheiro sem ter trabalhado para isso, apresenta ainda um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. A “(2)

gratificação diferida, ou seja, a capacidade para adiar o prazer imediato em favor da construção de sólidas vantagens futuras” é efetivamente a menos apelativa para os estudantes, pois a concordância é inferior com a ideia de que o trabalho devia ser sempre o mais importante na vida, mesmo que isso significasse menos tempo livre.

Os resultados do EVS 2008 referem o mesmo tipo de respostas, ou seja a concordância é igualmente superior para as questões que refletem o esforço individual, a obrigação moral de trabalhar e o trabalho como fonte de realização pessoal, contudo, a questão da gratificação diferida recebe também um valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida, i.e., a população não partilha da visão mais hedonista dos estudantes universitários de que o trabalho não é o mais importante na vida. Estes resultados vêm corroborar os anteriormente referidos aquando da importância atribuída a determinados aspetos na sua vida, em que os estudantes colocavam o trabalho num grau de importância relativo, no terceiro lugar, após os amigos e conhecidos, com uma percentagem próxima da importância atribuída aos tempos livres (39% e 33% respetivamente) e a população em geral lhe conferia uma importância bastante superior (50%) colocando-o na segunda posição de importância, logo a seguir à família.

Em média, a concordância com a obrigatoriedade moral de trabalhar, expressa pela afirmação que trabalhar é um dever para com a sociedade, é superior para a Universidade privada, o que se pode explicar por dois motivos. Primeiro, pelo facto de, no estudo, as categorias com rendimentos mais elevados atribuírem mais importância a esta afirmação, pois a concordância média com “d. Trabalhar é um dever para com a sociedade” é inferior para os estudantes provenientes de agregados com rendimentos entre 501-1250 Euros, e segundo, porque a concordância média com esta mesma afirmação aumenta da Esquerda para a Direita e na Universidade privada a posição política mais à esquerda é mais excecional e a direita mais representada.

A obediência sem questionar aos superiores que reflete o valor de “(4) obrigação de obediência para com o empregador”, parece ser o valor da ética do trabalho que suscita mais hesitações nos estudantes universitários, pois na amostra, apenas 5% respondem que temos que cumprir as ordens dos nossos superiores, enquanto que 47% respondem que devemos cumprir as ordens quando pensamos que são corretas. 48% dos estudantes são mais ponderados e respondem que depende. Nas variáveis que analisámos (sexo, universidade, geografia, rendimento) não encontramos variações dignas de nota, pelo que esta parece ser a noção consensual.

Contudo ao atentarmos aos valores apresentados pelo EVS 2008 verificamos que a diferença percentual é enorme, visto que mais de 30% dos inquiridos do EVS concordam que temos que cumprir as ordens dos nossos superiores. Tentámos então equacionar diversas

suposições, nomeadamente, os detentores de rendimentos mais elevados são mais tendentes a questionar as ordens recebidas, mas este não é o caso, pois apenas os indivíduos que referem ganhar mais de 10.000 Euros mensais com 6%, e os que referem ganhar menos de 150 Euros mensais, com 8%, se aproximam do valor dos universitários, todos os restantes grupos remuneratórios se situam na ordem dos 30%. Poderíamos pensar tratar-se de irreverência própria da juventude, contudo o grupo 18-25 do EVS apresenta valores na ordem dos 25%. Consideramos ainda a questão da educação terciária como fator justificativo, mas mesmo assim encontramos um valor na ordem dos 19%. Apenas quando cruzamos o fator idade (18-25) com o fator nível educacional (terciário) encontramos valores aproximados, ou seja na ordem dos 10,5%. Contudo estamos a falar de um número quase residual de respondentes, 19.

Poderemos estar aqui perante uma mudança de paradigma em termos de obediência aos superiores, pois dos 404 respondentes apenas 21 referiram concordar com seguir as ordens dos superiores sem questionar, por oposição a 190 que referiram fazê-lo se considerassem que essas ordens eram corretas, ou seja, o ponto (4) da ética do trabalho poderá passar a ser dentro de alguns anos expresso desta forma: “obrigação de obediência para com o empregador quando consideramos que o empregador está correto”, ou ainda e considerando as tendências atuais de gestão de pessoas (Pina e Cunha et al, 2003; 2005) que se enfocam em temas como trabalho em equipas de alto rendimento, organizações aprendentes, organizações autenticizóticas, etc., onde de forma geral a linha seguida é mais a relação líder/membro de equipa do que Chefe/subordinado pode também haver outra forma de expressão deste ponto da ética do trabalho: “obrigação de respeito para com o empregador”.

Como vimos no estudo das representações, os valores de responsabilidade e mérito são encarados de forma muito positiva, contudo o mesmo não acontece para o valor autoridade onde já há instâncias de valoração negativa, e muito menos para o conceito «submissão», que poderemos considerar sinónimo de obediência, que é considerado contravalor e valorado de forma muito negativa.

2.3.4. Representações sobre a Política e a Sociedade

2.3.4.1. Representações sobre a ideia de Política

Se há temática em que os estudantes universitários e os inquiridos portugueses do EVS 2008 estão de acordo é, sem dúvida, na importância dada à política, ou seja, quase nenhuma. Apenas 4% da nossa amostra e 4,7% da amostra do EVS 2008 revela muito interesse na política, sendo os indivíduos com autopoicionamento político mais à Direita na amostra dos

universitários que revelam maior interesse e os indivíduos do Centro-Esquerda que revelam menor.

Um documento publicado em 2004 pelo Conselho da Europa, sobre a participação política dos jovens europeus (Lauritzen, Forbrig e Hoskins, 2004), apresenta uma juventude desencantada com as instituições e os modos tradicionais de participação política. Contudo, parece-nos que o problema não se limita aos jovens, pois ao compararmos os nossos dados com os do EVS 2008, verificamos que os estudantes demonstram um nível de interesse francamente superior ao da amostra portuguesa, pois 40% dos portugueses referem não ter interesse nenhum em política, contra apenas 10% dos estudantes, e onde apenas 4,5% dos portugueses se mostram muito interessados, os números dos estudantes revelam-se muito mais animadores (15%).

Verifica-se um pouco por toda a Europa e especialmente em Portugal, que a confiança nas instituições políticas está em decréscimo, o que se reflete num significativo abstencionismo eleitoral. Como é evidente, esta alienação da política limita o integral exercício da cidadania. Veja-se o caso das eleições legislativas de Junho 2011: a abstenção atingiu o recorde de 41% nas legislativas e a opinião pública era unânime ao realçar a importância deste ato eleitoral. Infelizmente o caso português não é um caso isolado, pois de acordo com o ‘index of detachment from politics’, (índice de afastamento da política) para 21 países comunitários, (Torres & Brites, 2006, p. 190) que resulta dos dados obtidos em resposta a quatro indicadores instrumentais, nomeadamente, “interesse em política”; “a política parece complicada”; “disponibilidade para a participação política” e “dificuldade em assumir posições políticas”, pode concluir-se que os países europeus estudados revelam um padrão semelhante, situado no ponto intermédio da escala, com a França e os países da Europa do Sul a apresentar o maior grau de afastamento.

A política é de uma maneira geral mais importante para o sexo masculino, que tendem também a assumir posições mais extremadas em termos de espectro político (Esquerda ou Direita) em detrimento das posições centrais que são normalmente assumidas pelas mulheres. As mulheres europeias no geral, e também as portuguesas, claro, tendem a revelar maior desinteresse pela política que os homens (Torres & Brites, 2006, p. 190)³³, e os homens independentemente do país manifestam mais interesse em política, e consideram em maior grau que poderiam vir pertencer a um grupo dedicado a discutir assuntos políticos. As mulheres, continua o estudo, referem mais frequentemente que consideram a política complicada e têm

³³ Este artigo de Torres & Brites (2006), faz uma análise comparativa por género de um conjunto de atitudes e valores presentes na Europa. Os resultados são no seu geral bastante próximos dos da nossa amostra no que toca à distinção estudantes do sexo masculino vs. estudantes do sexo feminino.

mais dificuldade em assumir uma posição em questões políticas. São também mais os homens que tendem mais a seguir os acontecimentos políticos através dos meios de comunicação social.

Perante tal situação não será de estranhar as baixíssimas taxas de participação feminina na política ativa (RPE, 2011), que em muitos casos não ultrapassa os 18% a participação feminina nos parlamentos nacionais, quando as mulheres representam mais de metade da população. No caso de Portugal, com a mudança de executivo, verificou-se uma diminuição, contracorrente mundial, da representação ministerial das mulheres, pois em 2010 tínhamos uma taxa de 31% de mulheres com pastas ministeriais (5 em 16), e atualmente (2012) contamos com 2 (em 11) mulheres ministras situando-se agora a percentagem na ordem dos 18%, o valor médio mundial. A representação parlamentar situa-se na ordem dos 28% com 63 mulheres em 230 membros parlamentares em 2010 e 66 parlamentares em 240 posições atualmente, (UN)³⁴ E se considerarmos que a presença de mulheres em cargos de decisão política e económica, revela e promove a aceitação da igualdade entre homens e mulheres na sociedade em geral, ainda estamos bastante longe de atingir os objetivos de igualdade de género traçados pela EU. É certo que não estamos sozinhos, pois muitos outros países parecem sofrer deste mesmo problema, contudo verificamos que os países nórdicos (Suécia, Noruega e Finlândia), onde as condições e os estilos de vida são muito mais promotoras desta igualdade, são dos países com taxas de produtividade e de desenvolvimento socioeconómico mais elevados da Europa, e igualmente os países onde o rácio homem/mulher no governo é muito mais equilibrado

Um outro ponto interessante, nesta relação entre as mulheres e a vida política prende-se exatamente com as representações sociais do masculino e do feminino, que se tornam evidentes quando observamos criticamente a atribuição de pastas ministeriais. Perpetuando as representações sociais da mulher enquanto educadora, cuidadora, sensível, etc., verificamos que as pastas normalmente entregues às ministras são a Educação, a Saúde, os Assuntos Sociais (ou Solidariedade), a Cultura,³⁵ enquanto as pastas da Defesa, da Administração Interna, da Economia, são normalmente território de dominação masculina, propagando as representações do homem enquanto defensor, gestor do património, etc.

Considerando que são normalmente estas as razões apontadas para o desinteresse na vida política (Torres & Brites, 2006, Magalhães 2009), pedimos a opinião dos estudantes sobre um leque de afirmações acerca da participação política como forma de resolução de problemas sociais, da complexidade da ideia de política e da perceção do fosso entre os políticos e os cidadãos comuns. Das respostas dos estudantes universitários podemos concluir que há uma

³⁴ Dados Disponíveis em <http://www.ipu.org>, *Women in Politics*: 2010; 2012,

³⁵ Verificamos, com agrado, que o atual governo fugiu à norma e entregou às suas ministras a pasta da Justiça e a da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, enquanto o governo anterior se manteve alinhado com o que é mais frequente, tendo mulheres em todas as pastas referidas.

quase unanimidade (94%) na concordância que a participação política, através do voto, por exemplo, permite aos indivíduos contribuir para a resolução dos problemas sociais. O fosso entre políticos e cidadãos é percebido como realidade por uma larga maioria (59,6%) que concorda que os políticos não se preocupam com o cidadão comum. A complexidade da política, como explicação do afastamento dos cidadãos, parece não merecer muito crédito por parte dos estudantes, pois 72,5% discordam desta afirmação. O estudo referido anteriormente (Torres & Brites, 2006), parece fazer crer que assim é, especialmente para as mulheres, contudo essa tendência não encontra eco nos nossos resultados acerca das estudantes universitárias, e inclusivamente a única associação de política a complexidade partiu, como já vimos, da entrevistada angolana que retirámos do nosso estudo, pois os dados não eram congruentes. Estas questões não constam no questionário EVS 2008, pelo que não é possível comparar estes dados, o que lamentamos pois consideramos que seria pertinente recolher as percepções dos portugueses sobre a política e os políticos e perceber de que forma os universitários se enquadram ou não no esquema global.

Os dados parecem sugerir que o desencanto com a política não se prende com a sua complexidade, ou com o desinteresse cívico, claramente contrariado pelos 94% de respostas concordantes, mas antes com a percepção de um fosso entre os cidadãos e a classe política. A ideia de que os políticos não se preocupam com os cidadãos que é suposto servirem, mas sim exclusivamente com os seus interesses, perpassa a opinião pública e atinge também os estudantes, sendo inclusivamente corroborada pelo grau de confiança que os universitários expressam face ao parlamento, que é francamente negativo, pois 67,5% referem não ter nenhuma ou pouca confiança na instituição e apenas 1,3% indicam ter muita confiança, e largamente corroborada pela representação feita do político como mentiroso, corrupto e descredibilizado, e da associação de falso a político, aquando da realização das entrevistas, que denota claramente que aos políticos, na percepção dos estudantes, faltam os valores morais que estes mais estimam, nomeadamente, o respeito e a integridade.

Magalhães (2009), num estudo sobre a democracia em Portugal, refere exatamente este como um dos grandes problemas da democracia portuguesa, uma vez que “mais de dois em cada três eleitores partilham a percepção de não terem qualquer influência nas decisões políticas, de que os políticos se preocupam exclusivamente com interesses pessoais, de que a sua opinião não é tomada em conta nas opções dos governantes e de que não há sintonia entre aquilo que consideram ser prioritário para o país e aquilo a que os governos dão prioridade. Estas percepções são tanto mais intensas quanto menores são os níveis de qualificações académicas dos inquiridos.” (p.3)

2.3.4.2. Representações sobre o Conceito de Democracia e a Cidadania Democrática

O 25 de Abril de 1975, com a eleição da Assembleia Constituinte, consagrou, pela primeira vez, em Portugal o princípio da legitimidade democrática, ultrapassadas que estavam as indefinições ideológicas do primeiro ano pós-revolução. Não foi só um sufrágio universal com uma participação de 91%; foi sobretudo a ideia de que não existe outro fundamento temporal para a autoridade dos governantes que não seja a vontade do povo expressa pelo voto. Foi a partir desse momento que se estabeleceu em Portugal a democracia, e se implantaram e consolidaram as instituições representativas a nível nacional, regional e local. Desde essa data, a liberdade política não tem tido falhas; o pluralismo e o contraditório tornaram-se naturais e irreversíveis; surgiu um sistema partidário moderno e estável, ainda que deficiente; e a alternância tem funcionado.

Ao considerarmos o conceito de democracia, temos de considerar três aspetos basilares: 1) a liberdade, manifesta na possibilidade dos cidadãos exercerem um conjunto de direitos fundamentais sem a interferência abusiva do Estado, mas também na responsabilidade desse mesmo Estado de proteger esses direitos contra as interferências de outros agentes; 2) igualdade, que se manifesta na garantia de que a todo o cidadão é dada a oportunidades de expressar as suas preferências para que sejam tidas em conta no processo de tomada de decisões políticas; e 3) controlo, que se manifesta não só através dos mecanismos eleitorais que permitem aos cidadãos exercer o poder sobre os agentes políticos, mas também pela sujeição do estado ao controle por outras instituições (PR, Tribunal Constitucional, Tribunais).

Procurámos então avaliar as perceções dos estudantes sobre o sistema político democrático e verificámos que é efetivamente, e apesar de todas as críticas, o sistema político de eleição de 96,4% dos universitários, não obstante os problemas resultantes do pluralismo e do contraditório sempre presente na democracia. Verificamos que os estudantes provenientes de agregados mais afluentes (a maioria dos alunos da Universidade privada) têm uma perceção ligeiramente melhor da democracia enquanto a melhor forma de governo, pois apresentam respostas globais ligeiramente mais favoráveis. Esta apreciação é muito semelhante à realizada pela amostra portuguesa do EVS 2008, inclusivamente no que toca à distribuição por rendimento, em que os inquiridos de rendimentos mais elevados têm uma apreciação mais favorável e os indivíduos com rendimentos mais baixos uma posição mais crítica, o que parece fazer crer que democracia e bem-estar económico são conceitos convergentes para a maioria das pessoas.

Quanto à avaliação dos sistemas de governo para Portugal, os universitários são mais uma vez unânimes a afirmar a sua crença no sistema político democrático, (92,6%) e a

tecnocracia surge como segunda escolha (67,8). Contudo aquilo que se nos afigura como preocupante é que a autocracia, ou seja, um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições, consiga recolher a opinião favorável de quase um terço dos inquiridos (32,1%).

Como vimos anteriormente, são os estudantes de origens sociais mais modestas, de agregados familiares com rendimentos entre 0-500 Euros, que se apresentam como mais críticos do regime democrático, e que consideram que a autocracia ou o regime militar poderão ser uma alternativa ao atual estado de coisas. É possível que considerem que as suas condições de vida, ou as condições de vida da sua família, poderiam ser diferentes se outro regime estivesse instituído. Os resultados do EVS 2008 apresentam uma tendência semelhante na distribuição por escalões de rendimento e considerando a presença de um maior número de indivíduos na amostra EVS 2008 provenientes dos escalões de rendimento mais baixos não é de espantar que a autocracia seja considerada como muito boa ou bastante boa enquanto regime político por cerca de metade (51%) dos inquiridos. Aparentemente a posição mais favorável ou mais crítica perante a democracia e as instituições democráticas é inversamente proporcional ao rendimento, pelo que, e tomando em consideração a tendência histórica para abandonar a democracia em períodos de crise económica como sucedeu no século passado com os regimes autoritários, podemos extrapolar dizendo que a componente económica e a sua estabilidade têm um papel muitíssimo importante na perceção da democracia. Se considerarmos as percentagens para as mesmas questões na vaga anterior do EVS (1999), onde as dificuldades económicas não se faziam sentir com tanto vigor, verificamos que as opiniões eram mais favoráveis à democracia (92%) e menos favoráveis à tecnocracia (49%), à autocracia (35%) ou mesmo ao regime militar (9%). Havia, no geral, uma perceção muito mais positiva do regime democrático que se perdeu no espaço de uma década abalada por sucessivas crises económicas.

Os valores que a democracia preconiza, a liberdade, a igualdade e a participação, são valores que se encerram no escopo da pós-modernidade, pois a democracia, os direitos do indivíduo e o bem-estar material são a base estruturante na construção da sociedade pós-materialista (Inglehart, 2005) ou supermoderna nas palavras de Lipovetsky (2004, p.60), que considera que a pós-modernidade já passou, tendo sido substituída por um paradigma cultural mais sincrético onde todos os valores e todas as expressões são integrados. A crise económica arrasta consigo o espectro da pobreza, da insegurança, do retorno à satisfação das necessidades mais básicas (alimentação, abrigo) em detrimento das necessidades mais abstratas (pertença, estima, autorrealização), o que faz recuar, ou pelo menos abrandar consideravelmente, este processo de mudança de valores sociais. O abandono do ideal democrático e a potencial aceitação de um regime autocrático por parte dos mais desfavorecidos faz sentido neste contexto

de incerteza, pois estão centrados na resolução dos seus problemas materiais mais imediatos. Como disse Franklin D. Roosevelt (1882-1945), as pessoas desempregadas e sem recursos materiais são a pilar das ditaduras, pois a verdadeira liberdade individual precisa de segurança económica e de autonomia para existir³⁶.

Central à questão da democracia é a confiança nas instituições, pelo que procuramos medir qual o grau de confiança nas instituições políticas, como o governo e o parlamento, a nível nacional e a União Europeia, a nível internacional. Procurámos igualmente medir o nível de confiança na autoridade, ou seja, os tribunais, a polícia, as forças armadas, bem como a confiança que conferem aos serviços públicos, nomeadamente à administração pública e aos sistemas nacionais educativo, da segurança social, e de saúde. Quisemos ainda ver qual a confiança sentida face a entidades publico-privadas sem outro poder que o de formar opiniões, como a Igreja, a comunicação social, os sindicatos e as grandes empresas. E finalmente medimos a confiança em duas organizações internacionais de que Portugal é membro: a NATO e a ONU.

Como podemos observar no gráfico, os contrastes entre o nível de confiança dos universitários e os da amostra portuguesa do EVS 2008 são notórios, uma vez que a polícia, as forças armadas e a igreja são as instituições que ocupam as posições cimeiras na confiança da generalidade dos portugueses, com valores entre 78%, no caso da primeira e 77% nas duas seguintes. Para os universitários são as organizações internacionais (ONU, 89%; UE, 84% e NATO, 83%) que merecem um maior voto de confiança.

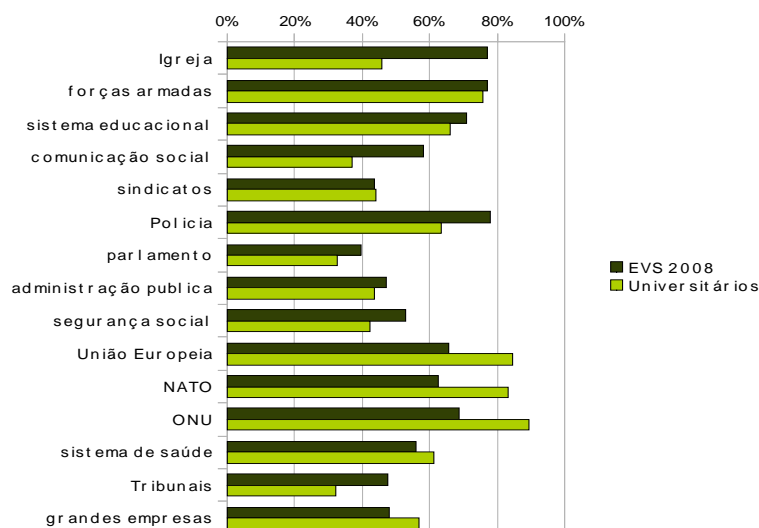


Figura 80: Comparação dos universitários com os Portugueses em geral, quanto à confiança nas instituições

³⁶ “True individual freedom cannot exist without economic security and independence. People who are hungry and out of a job are the stuff of which dictatorships are made.”

As forças de segurança (forças armadas e polícia) parecem gozar de um bom índice de confiança junto das duas amostras, mercê possivelmente do bom desempenho que as forças de segurança têm tido em missões humanitárias e na resolução de conflitos internacionais, tendo auferido boa exposição mediática. Alguns serviços públicos (sistemas educativo e nacional de saúde) são aqueles a que os estudantes e a população em geral reconhecem mais credibilidade, sendo possivelmente os únicos com que a maioria dos estudantes contactou em primeira mão.

As grandes diferenças entre as duas amostras prendem-se claramente com o nível de confiança muito elevado atribuído à igreja pelos portugueses em geral, e a já clara desconfiança dos estudantes, cujo valor não atinge os 50%, acontecendo o mesmo com a comunicação social, que é considerada de confiança por parte dos portugueses e de desconfiar por parte dos universitários.

Estes dados parecem indiciar que os estudantes universitários são mais céticos face às instituições nacionais do que os respondentes do EVS que representam a generalidade da população portuguesa. As suas perceções sobre as instituições públicas portuguesas são bastante negativas, à semelhança do que já se verificava quando procurámos averiguar a confiança interpessoal e chegámos à conclusão que, para os estudantes, a maioria dos portugueses tem comportamentos reprováveis, o que parece indicar que os estudantes se procuram de algum modo demarcar da sociedade portuguesa. Por outro lado “as condições de segurança (sobrevivência adquirida) em que são criadas as gerações nascidas nas sociedades pós-modernas (pós-industriais) tendem a gerar uma certa desconfiança e criticismo face às autoridades políticas. Ou seja, cada vez mais os cidadãos comuns se assumem como sujeitos ativos nos processos de tomada de decisões políticas” (Vala et al, 2003, p.310), e mesmo que a sociedade portuguesa não possa ser considerada de pós-moderna na sua totalidade, a situação de desafogo económico da maioria dos estudantes universitários, propiciava nos inquiridos esta sensação de segurança material levando-os a assumir comportamentos e valores pós-materialistas.

Por outro lado, os estudantes demonstram uma confiança muito forte nas instituições internacionais, sendo 20 pontos percentuais mais forte que a confiança atribuída às mesmas instituições pelos respondentes do EVS 2008, o que poderá indiciar um sentimento mais cosmopolita, mais globalizado desta elite universitária perante o comum dos portugueses, a noção de serem cidadãos do mundo.

O caso da instituição eclesial é possivelmente o mais paradigmático, pois revela o claro afastamento dos mais jovens não só da prática e da crença religiosa, mas especialmente da normatividade moralizadora que a Igreja procura impor, pois os jovens universitários, e os inquiridos mais jovens do EVS 2008, não lhe atribuem o mesmo crédito que as gerações anteriores. Apesar de termos 63% dos estudantes a afirmarem-se como pessoas religiosas, e

83% a afirmarem-se como pertencentes a uma religião (94% deste à Igreja Católica), verificamos que a confiança demonstrada na Igreja (46%) não é aparentemente condição *sine qua non* para se pertencer a essa instituição, o que denota que há claramente qualquer coisa de estranho nesta relação dos jovens com a Igreja. Os respondentes do EVS 2008 não apresentam esta disparidade, pois entre os 87% que afirmam pertencer a uma religião e os 77% que afirmam confiar na Igreja a diferença é francamente mais diminuta. A Igreja parece estar atenta a esta questão pois tem vindo a desenvolver esforços no sentido de comunicar com os jovens (veja-se por exemplo as Jornadas Mundiais da Juventude que têm vindo a ocorrer com cada vez maior frequência), contudo os diversos escândalos a que tem estado sujeita e as tomadas de posição nem sempre populares sobre assuntos vários da vida social levam a esta falta de entendimento e geram o tal clima de desconfiança que tem vindo a aumentar nos últimos anos e que é refletido nos resultados do nosso estudo.

De qualquer modo, os estudantes e os portugueses em geral parecem partilhar a desconfiança face ao parlamento e ao sistema judicial, o que é sinal de profundo descontentamento face a estes dois órgãos de soberania. Para a generalidade da população e para os estudantes universitários ainda em maior escala, a aura de impenetrabilidade, de complexidade e a descredibilização percecionada destas instituições poderá em muito contribuir para esta barreira percebida entre os cidadãos e estes órgãos de soberania, da qual advém uma profunda desconfiança. Política e justiça surgem no ideário dos estudantes, como vimos nas entrevistas, associadas a corrupção, a mentira, a desrespeito pelas pessoas, ou seja, o comportamento percebido dos políticos e dos juristas pauta-se pela adoção de práticas contrárias aos valores que os estudantes consideram essenciais, nomeadamente, o respeito, a confiança e a verdade.

A questão da corrupção em Portugal é de fato preocupante, pois encontramos-nos na 32ª posição em termos de perceção da corrupção, à frente apenas de países europeus como a Itália e a Grécia,³⁷ e nas perceções dos portugueses são exatamente a política e a justiça que mais são penalizadas pelo estigma da corrupção. A relação entre a instituição política e a instituição judiciária é efetivamente estreita, pois são os políticos (os parlamentares) que fazem as leis que a instituição judiciária faz cumprir, porém o sistema democrático é dotado de suficientes meios de regulação para que a relação não chegue à parentela. Contudo e como diz o adágio “à mulher de César não lhe basta ser séria, tem de parecê-lo,” pelo que estas perceções negativas sobre a política e sobre a justiça têm consequências bastante nefastas para a sociedade em geral.

³⁷ Dados relativos a 2011 da Transparency.org, uma ONG que se dedica à combater a corrupção, promovendo os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas

Ainda hoje ouvimos a comunicação social falar de implicações de políticos proeminentes em negociatas ilícitas, ou onde houve favorecimento, e o que os tribunais inicialmente julgaram como não provado, afinal veio a provar-se.³⁸ A dado momento, já não é tão importante para a opinião pública, cansada de ouvir especular sobre o assunto, quem é ou não culpado, ou se A ou B está implicado, o que permanece é efetivamente este ruído de fundo pernicioso que alimenta a nossa perceção de que aconteceu algo ilícito e políticos e magistrados estão coniventes num qualquer processo de encobrimento. É a instituição judicial que é posta em causa, a sua honestidade, o seu rigor, a sua integridade. É toda uma classe socioprofissional que é maltratada e vilipendiada pelo fato de num determinado momento ter havido um erro judiciário.

E no caso da classe política, corremos efetivamente o risco de deixar de ter cidadãos honestos e respeitáveis interessados em pertencer a um sistema que lhes confere à cabeça o estatuto de mentiroso e corrupto. E o mais interessante, é que os críticos são os mesmos que renunciam a participar democraticamente na vida política nacional, engrossando as fileiras da abstenção, os que apontam o dedo ao político corrupto mas não cumprem as suas obrigações fiscais, em última análise, só quando a corrupção política faz aumentar a despesa pública e consequentemente a carga fiscal, e que o cidadão se revela chocado e preocupado, só quando a esfera pública invade a esfera privada de cada indivíduo é que há motivo para contestação (Lipovetsky, 1992, p.259).

O Conselho da Europa declarou 2005 como o Ano Europeu da Cidadania pela Educação, procurando sensibilizar jovens e adultos para a necessidade do exercício ativo da cidadania e da participação democrática, associando assim estes dois conceitos num só: o de “Cidadania Democrática”, referindo que é uma competência que todos precisamos. Na sua forma mais prática, é o conhecimento acerca do funcionamento do país e da sociedade – porque é que o governo funciona da forma que funciona, onde obter informação e como votar. Mas a cidadania democrática, continua o COE, é mais que votar – é também a competência que precisamos para viver bem em família e em comunidade. Mostra-nos como resolver disputas de forma amigável, como negociar e encontrar uma base comum, e como garantir o respeito pelos nossos direitos. Um cidadão democrático conhece as regras da sociedade em que vive e as responsabilidades pessoais que tem de respeitar. (www.coe.int/T/E/Cultural_Co-operation/education/E.D.C)

A questão da cidadania democrática funciona, então, em dois níveis distintos mas complementares: o nível dos direitos e o nível das responsabilidades individuais. O primeiro nível engloba matérias como o direito à educação, à saúde, à habitação, ao emprego, à liberdade

³⁸ Refiro-me aqui ao Caso Freeport, que voltou novamente a ser tratado pela comunicação social (Julho 2012).

de expressão, de religião, de orientação sexual, etc. O segundo nível implica os deveres e as responsabilidades individuais que advém do facto de pertencermos a uma comunidade, a um país, a uma união de estados, enfim à humanidade. Deveres de obediência à legislação e às autoridades, de contribuição para o estado através do pagamento de impostos, de participação eleitoral, são alguns dos direitos que podemos incluir neste rol. Quanto a responsabilidades, podemos nomear, entre outras, a de denunciar um crime presenciado, a de agir com civismo e boa-fé nas nossas interações com os outros, a de proteger o ambiente e salvaguardar os recursos naturais, etc.

Contudo não existem direitos individuais sem responsabilidades e deveres individuais quando falamos de democracia. E aqui convém não esquecer que não há democracia sem participação cívica. Um sistema político pode ser livre e democrático nas suas instituições, e mesmo respeitador das liberdades, direitos e garantias individuais na essência, mas pode não ser nada disto na prática, se os costumes, a vida social e a participação dos cidadãos na vida pública apresentam falhas de democracia, e especialmente se a prática democrática quotidiana de cada cidadão é inexistente. Todos sabemos que a participação eleitoral, apesar de ser na sua prática um dever cívico circunstanciado e pontual, é menosprezada por mais de 40% dos eleitores, como se verificou na última eleição legislativa (Maio 2011). Os cidadãos já não se reveem nos partidos políticos e consideram que um governo é igual a outro, pelo que não participam das eleições e fazem desse desinteresse a sua maior crítica.

E quando nos referimos a outras formas de ação política que não estão diretamente relacionadas com filiações partidárias, que posições assumem os estudantes universitários e os portugueses em geral? Procurámos saber que formas de ação política alternativas os estudantes já fizeram, e igualmente as que admitem poder a vir realizar e as que consideram nunca vir a fazer em qualquer circunstância.

Verificamos que 77% dos universitários já assinaram uma petição ou um abaixo-assinado. Esta forma de participação política é a que implica menor esforço, visto que se limita a solicitar a identificação e a assinatura, e normalmente destina-se a apoiar ou promover causas simpáticas para os subscritores. Hoje em dia, o uso da Internet abreviou ainda mais este processo e daí a aparente facilidade com que colocamos o nosso nome e número de identificação fazendo fé num qualquer site de expedidor desconhecido que suporte esta ou aquela causa do nosso agrado. As outras formas de participação apresentam valores francamente inferiores: 35% pertence a uma associação de estudantes, 32% participou em manifestações legais, 31% colou cartazes ou distribuiu folhetos. Todas estas ações, contudo, encontram-se perfeitamente inscritas num quadro de legalidade e de respeitabilidade. Mesmo as formas de ação em potência mais assinaladas revelam este carácter respeitador da autoridade e das

instituições democráticas, pois trata-se de formas de participação cívica consideradas conformes ao exercício da democracia, socialmente aceites como corretas, sendo as formas de protesto ilegal as mais preteridas ou mesmo negadas em termos de prática.

Já referia Freire (Vala et al, 2003, p. 339) que “os indivíduos mais jovens participam mais nas formas de acção política extra-eleitoral” e que “na participação política extra-eleitoral o papel mais activo pertence aos indivíduos mais secularizados”, pelo que os dados relativos ao EVS 2008 são expectáveis, apesar de apresentarem um quadro ainda mais negro em termos de formas de acção política alternativas, um vez que mesmo as formas consideradas legais e socialmente consideradas corretas se ficam por percentagens mínimas de participação, com valores de apenas 21% para o assinar de uma petição ou um abaixo-assinado e de 12% para a participação em manifestações legais. A participação em formas de acção ilegais (ocupar edifícios, greves ilegais, etc.) apresenta apenas um valor residual na ordem dos 2% e 1% respetivamente. No caso da amostra portuguesa do EVS 2008, é a não realização destas formas de acção política em qualquer que seja a circunstância que é a escolhida pela maioria, e no caso das acções políticas ilegais a reprovação é expressa por mais de 80% dos inquiridos, com 83% no caso das greves ilegais e 88% no caso da ocupação de edifícios.

Poderia pensar-se que a idade, e o acesso às redes sociais e à internet, seria um fator pertinente no caso de por exemplo assinar uma petição mas apesar de se verificar uma maior predisposição para o fazer, apenas 24% o realizaram efetivamente. Ao cruzarmos o fator educação, verificamos que quanto maior o nível educacional maior a taxa de realização desta forma de acção política alternativa, pois passamos de uma percentagem na ordem dos 14% para os indivíduos com nível básico de escolaridade para uma percentagem de quase 50% para os indivíduos com nível de educação terciário, sendo inversamente proporcional a recusa em o fazer. De uma forma geral todas as formas alternativas de acção política apresentadas aos inquiridos receberam um acolhimento mais favorável por parte dos indivíduos com um nível de educação terciário, o que poderá significar que Kholberg (1981) teria razão ao afirmar que ao desenvolvimento cognitivo deve corresponder o desenvolvimento moral, e que as pessoas quando confrontadas com determinadas circunstâncias fazem as suas escolhas morais num clima de maior ou menor autonomia perante a autoridade quanto maior ou menor for o seu desenvolvimento cognitivo, e consequentemente o seu desenvolvimento moral.

Como referimos anteriormente esta questão da cidadania democrática engloba diversas temáticas, e de entre elas, ao nível da responsabilidade social encontra-se a proteção ambiental. O EVS 2008 tem um vasto conjunto de perguntas destinado a medir o índice de preocupação ambiental nas suas diversas vertentes, que vão desde a confiança nas organizações ecologistas aos hábitos de consumo mais amigos do ambiente, nomeadamente, comprar produtos de

agricultura biológica, usar lâmpadas economizadoras, reduzir desperdícios, reciclar produtos, reutilizar embalagens, etc. De tal forma se enfatiza a questão que existe uma secção inteira dedicada às percepções sobre o ambiente, que consta de quase 40 perguntas diferentes, o que tornaria o nosso questionário demasiado longo para ser operacionalizável caso quiséssemos também incluí-las, pelo que utilizámos apenas as questões de ordem política, pois consideramos que servem para medir a preocupação ambiental dentro deste âmbito da cidadania democrática, ou seja, medir a reação ao uso do erário público para combater a poluição ambiental.

São as estudantes que, mais atentas às necessidades e às causas sociais, revelam maior disponibilidade para contribuir monetariamente para a proteção ambiental, e os indivíduos mais à Direita que se opõem ao aumento dos impostos com fins ambientais, o que faz sentido, pois a proteção ambiental surge normalmente conotada com a Esquerda. Estranhamente, visto que dadas as respostas anteriores não faz muito sentido, cerca de metade dos inquiridos (53%), em maioria pertencentes às Universidades públicas, crê que é exclusivamente ao governo que cabe a tarefa da redução da poluição ambiental sem intervenção monetária dos cidadãos. Portanto, por um lado há a uma vontade manifesta por dois terços dos inquiridos em contribuir monetariamente para a prevenção da poluição ambiental, o que demonstra uma atitude de preocupação ecológica, muito em voga desde o final dos anos 90, mas por outro lado, há um recuo face a esta posição, pois mais de metade dos inquiridos crê que a redução da poluição é tarefa exclusiva do governo, o que podemos interpretar como, a prevenção da poluição ambiental é tarefa da responsabilidade do governo, contudo, considerando que este não está a fazer o seu trabalho tão bem como devia nesta matéria, dois terços dos inquiridos estão dispostos a colaborar monetariamente e mais de metade até não se opõe a um aumento dos impostos, se as verbas forem utilizadas para este fim, e não outro.

Os inquiridos do EVS 2008 não partilham desta visão mais favorável ao ambiente no que toca à disponibilidade para contribuir monetariamente para a proteção ambiental, visto que a concordância ou a concordância total é apontada por apenas 49% da amostra. Ao procurarmos testar a teoria da maior consciencialização ambiental dos mais jovens, verificamos que é efetivamente assim, pois 55% dos jovens entre os 18 e os 25 anos apoia esta ideia, no entanto este número ainda é bastante inferior ao que obtivemos na amostra universitária. Ao isolarmos os respondentes com educação de nível terciário obtivemos um valor semelhante: 54%, pelo que a percentagem que obtivemos se deve provavelmente ao cruzamento das duas variáveis: idade e escolaridade. Procurámos cruzá-las no EVS e obtivemos valores semelhantes ao da nossa amostra, contudo o número de indivíduos que partilha estas duas variáveis com os nossos sujeitos é demasiado reduzido (19 indivíduos) para poder considerar os resultados conclusivos.

2.3.4.3. Representações sobre o Posicionamento Político

Quando referimos o posicionamento político, entramos sempre em terreno instável, pois a auto-perceção dos indivíduos sobre a sua ideologia de eleição é frequentemente influenciada por fatores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, entre outras, o grupo socioprofissional de origem; o partido político que ocupa a posição de governo e a satisfação ou insatisfação com as suas políticas; e no caso português, o fator extrínseco incontornável é a associação entre ditadura e direita. Verificamos que, um pouco por todo o lado, o posicionamento político mais frequente é o centro, o que parece ligar-se à teoria da tendência central da estatística, e que em Portugal é por demais evidente, pois os dois partidos que tradicionalmente detêm as preferências maioritárias dos portugueses se situarem no centro-esquerda (PS) e no centro-direita (PSD). Inclusivamente, o facto da Constituição da República Portuguesa proibir a formação de forças partidárias de direita, leva o partido que tradicionalmente se posiciona mais à direita a assumir o nome de Centro Democrático Social (CDS). E esse é efetivamente o caso dos nossos inquiridos, pois como o gráfico demonstra há um claro caso de tendência central, pois quando pedimos para se posicionarem politicamente num eixo de dez posições que corre da Esquerda (1) até à Direita (10), a grande maioria das respostas situou-se entre as categorias “3” e “6”, sendo a moda a categoria intermédia “5”.

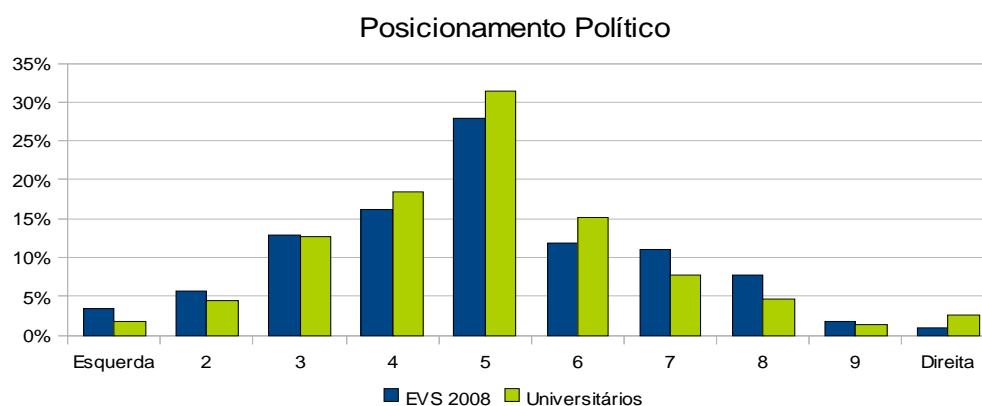


Figura 91: Comparação dos universitários com os Portugueses em geral, quanto ao posicionamento político.

Como podemos também verificar, a distribuição por posicionamento político da amostra portuguesa do EVS 2008 é quase idêntica, revelando mais uma vez uma forte tendência central. De salientar contudo que nos estudantes a posição mais à direita recolhe mais respostas que a posição mais à esquerda e que no caso dos inquiridos do EVS 2008 a tendência é contrária.

Para verificar como se traduzia este posicionamento político em intenção de voto num determinado partido perguntamos claramente aos estudantes qual seria a sua intenção de voto nas próximas eleições legislativas. Na amostra, 24% votavam branco ou nulo, 23% votava PSD, 19% votava PS, 10% votava Bloco de Esquerda, 8% votava CDS/PP, 5% votava CDU/PCP, 1% votava MRPP, 4% votava noutro partido e 6% não votava. Como podemos verificar a maior fatia dos estudantes é aquela que não se considera representada em termos ideológicos por nenhum partido político, o que de certa forma dá conta da dificuldade dos partidos políticos tradicionais em atrair a população mais jovem quando os objetivos não são partilhados. No entanto, e centrando-nos nas intenções que correspondem às forças políticas com representação parlamentar, e especialmente as que expetavelmente poderão formar governo, verificamos uma clara preferência pelo PSD, face ao PS. Verificamos ainda no campo da Esquerda política que o Bloco de Esquerda (com 10%) capta mais intenções de voto que a CDU/PCP, a força política de esquerda mais tradicional (com 5%).

Se compararmos as intenções de voto dos universitários com as intenções de voto da amostra portuguesa do EVS 2008, verificamos marcadas diferenças com o PS a obter 42% das intenções de voto e o PPD/PSD a receber 35%. Como terceira força política surge o CDU/PCP com 10% seguida do Bloco de Esquerda com 5% e do CDS/PP com 3%. Dos inquiridos do EVS 2008, 28% referiram ainda não ter intenção de votar. Ao restringirmos a amostra portuguesa do EVS2008 aos indivíduos com idades entre os 18 e os 25 anos, encontramos um quadro bastante mais próximo dos resultados dos universitários, ou seja, 39% votava PSD, 31% votava PS, 20% votava Bloco de Esquerda, 8% votava CDS/PP, 3% votava CDU/PCP. De ressaltar que aqui as percentagens são absolutas não levando em linha de conta os abstencionistas ou os votantes em branco, que atingia os 37% dos inquiridos mais jovens.

Verificamos ainda que em média, os alunos das Universidades públicas se situam mais à esquerda e os da Universidade privada mais à direita, pois, para além do autopoicionamento político que demonstra essa tendência, as intenções de voto expressas pelos alunos dos dois tipos de universidade indicam que os partidos de Esquerda e Centro-esquerda são os preferidos pelos estudantes das Universidades públicas e os partidos de Centro-direita e Direita os preferidos pelos da Universidade privada. Observamos ainda que a identificação com a igualdade é superior para os estudantes das Universidades públicas e a tendência para a liberdade, ou a tendência central, ou seja, os que atribuem igual importância aos dois conceitos, são superiores para os estudantes da Universidade privada, o que significa que para os alunos das Universidades públicas a igualdade é mais importante que a liberdade, sugerindo um posicionamento ideológico, percebido e efetivo, mais à Esquerda, enquanto para os alunos da Universidade privada a liberdade é mais importante, sugerindo um posicionamento ideológico

mais à Direita, o que parece de alguma forma confirmar a teoria que os mais abastados se situam normalmente à direita do espectro político e a classe média e os mais desfavorecidos à esquerda.

Verificamos ainda que os estudantes do ensino público referem mais frequentemente não votar enquanto os alunos do ensino privado referem mais frequentemente votar em branco ou votar nulo. Parece ser uma diferença subtil, especialmente se verificarmos que o voto em branco/nulo tem claramente muito mais adeptos em qualquer dos tipos de ensino que a abstenção, mas prende-se mais uma vez com a ideia contestar dentro do sistema que já tínhamos encontrado antes nos estudantes da Universidade privada, pois enquanto a abstenção poderá ser encarada como desinteresse na participação cívica, o ato de ir à mesa eleitoral e votar em branco ou nulo, significa que há vontade de participar, contudo o cidadão não se revê em nenhuma das forças políticas.

De verificar ainda que os partidos políticos com as posições mais extremadas no eixo esquerda - direita, ou seja, o MRPP e o PSR respetivamente, não obtêm qualquer intenção de voto na Universidade privada, o que poderá indiciar que as posições ideológicas mais radicais não encontram eco junto das classes mais abastadas, em maioria nesta Universidade e como observamos ao analisarmos a distribuição das intenções de voto por rendimento do agregado familiar, encontramos uma clara tendência de voto no PPD/PSD e no CDS/PP junto do *cluster* de estudantes provenientes de agregados com rendimento acima dos 2850 Euros, em detrimento das outras forças políticas, o que reforça a ideia de que as classes mais abastadas se posicionam politicamente mais à direita. Nos restantes *clusters* por rendimento verificamos uma onnipresente clivagem entre PPD/PSD e PS, com ligeira vantagem para o segundo partido no caso dos *clusters* de rendimentos 501-1250 Euros e 1250-2850 Euros. Verificamos ainda que para os estudantes provenientes dos agregados com rendimentos até 1250 Euros, o grande vencedor das intenções de voto é o «voto em branco».

De notar que os respondentes do EVS 2008 não apresentam uma distribuição semelhante, visto os 66 inquiridos do EVS 2008 que indicam auferir rendimentos superiores a 2500 Euros preferirem o PS (44%) depois o PPS/PSD (22%), 17% votariam na CDU/PCP e 11% no Bloco de Esquerda.

Quanto às diferenças apresentadas por posicionamento político verificamos que os estudantes com posicionamento à esquerda são os mais insatisfeitos com os presentes partidos políticos dessa fação, visto que a percentagem dos que não votavam ou que votavam em branco é superior para Centro-Esquerda, seguido de Esquerda. Obviamente a percentagem de intenções de voto no “Bloco de Esquerda”, na “CDU/PCP” e no “MRPP” é superior para Esquerda, a percentagem de intenções de voto “CDS/PP” é superior para Centro-Direita, e a percentagem de

“PS” é superior para Centro-Esquerda e Esquerda. Verifica-se ainda, algo inesperadamente, que a percentagem de intenções de voto no “PPD/PSD” é superior para Centro-Esquerda, e só depois para Centro-Direita e Direita, contudo o autoposicionamento político favorece claramente o Centro-Esquerda, pois as posições 3-5 são as mais frequentes, e além disso, o próprio PPD/PSD, nos seus estatutos, afirma-se como um partido de centro-esquerda.

Apesar dos estudos referidos por Torres e Brites (2006) referirem que no Sul da Europa as mulheres tendem para um posicionamento mais à direita, e que conforme vemos nos resultados eleitorais o norte ser tendencialmente mais de direita e o sul mais de esquerda, os resultados recolhidos junto da nossa amostra não revelam diferenças quanto a sexo ou posicionamento geográfico, o que é corroborado por todos os resultados em geral que se referem a esta temática.

Ao falarmos de posicionamento político à Esquerda ou à Direita em termos mais tradicionais, referimo-nos a uma clivagem que se colocava sobretudo nas questões relacionadas com “a propriedade dos meios de produção, a distribuição da riqueza e o nível de protecção social” (Vala et al, 2003, p.311). Os partidos de direita tradicionais, mais conservadores, procuravam manter um *status quo* que se apoiava fortemente em questões de nivelamento socioeconómico, ou seja, por um lado uma pequena elite das classes mais favorecidas que eram proprietárias dos meios de produção (terra, alfaías, edifícios, maquinaria, matérias-primas, etc.) e que consequentemente eram proprietários também do capital, e uma grande massa das classes mais desfavorecidas, por outro, que se limitavam a trabalhar para os proprietários mediante a compensação de um salário normalmente baixo, e sem qualquer tipo de protecção em caso de doença ou velhice. “Face aos tradicionais partidos de direita, os partidos de esquerda tradicionais advogavam não só uma maior intervenção do estado na economia, seja com uma função de proprietário dos meios de produção («Estado-patrão»), seja enquanto instância reguladora do mercado, mas também uma significativa redistribuição da riqueza, nomeadamente através da política fiscal, e maiores níveis de protecção social” (Vala et al, 2003, p.311)

Procurámos então perceber qual a opinião dos estudantes sobre o papel do Estado por forma a determinarem em qual dos eixos ideológicos se situavam, ou seja, se a sua preferência era para um Estado muito, ou pouco, interventivo na vida económica e que conceda grande, ou pequeno, escopo de ação à iniciativa privada, e que garanta, ou não, a protecção social em caso de desemprego ou reforma. Apresentámos aos estudantes um eixo de posições contrárias em que ao número um correspondia a posição ideológica tradicionalmente conotada com a direita e, obviamente, ao número dez a posição tradicionalmente conotada com a esquerda. Essas posições procuravam auscultar diferentes temáticas, nomeadamente a questão do Estado-

providência enquanto regulador de desigualdades socioeconómicas, e que focava a questão dos subsídios e pensões (sobrevivência, desemprego, pensão) e do Estado-patrão, que intervém na vida económica do país quer enquanto proprietário dos meios de produção (indústria e negócios) quer enquanto controlador, em maior ou menor grau, da atividade dos privados. Adicionalmente solicitava-se a opinião dos estudantes quanto à competição enquanto benefício ou malefício para a sociedade.

Exceto na questão da pensão/reforma, em que os estudantes consideram mais que deve ser responsabilidade do Estado garantir a sua existência, uma posição claramente de esquerda, as restantes questões indiciam uma clara tendência para uma ideologia mais de direita, ou pelo menos centro-direita. Podemos aqui colocar a questão desta posição sobre as pensões não ser motivada por ideologia política, mas antes por «medo do futuro» (Lipovetsky, 2004), pois dada a incerteza quanto ao futuro da segurança social enquanto garante de uma retribuição na velhice do que se contribuiu na vida ativa, estes jovens poderão estar a expressar esta preocupação, e não tanto a afirmar o princípio ideológico que lhe subjaz.

Verificamos inclusivamente que, no caso da perceção sobre a competição, a grande maioria dos estudantes considera que é um benefício e não um malefício. A competição estimula o esforço e a inovação, e não a inveja ou mesquinhez, dizem os estudantes. Esta questão serve também para confirmar o posicionamento mais à direita dos alunos da Universidade privada em detrimento dos alunos das Universidades públicas, pois em todas as alíneas, sem exceção, os alunos do ensino privado se situam mais à direita que os do ensino público.

Verifica-se ainda, e como esperado, uma clivagem em termos de resultados por rendimento, com os alunos provenientes de agregados familiares com rendimentos superiores a 2851 Euros a concordar em média mais com as posições relativas ao aumento da iniciativa privada e a liberdade de ação que lhe deveria ser concedida pelo estado, e simultaneamente com a ideia da competição enquanto benefício para a sociedade, pois favorece a produtividade e a inovação, e inversamente os estudantes provenientes de agregados familiares com rendimentos entre 0-500 Euros a concordarem mais com as posições que defendem maior controlo do estado face aos privados bem como o aumento da propriedade do estado na indústria e negócios, e simultaneamente a considerar que a competição é negativa para a sociedade.

A questão da competição, como observámos anteriormente, ainda divide posições, mas a perceção de benefício para a sociedade tem ganho terreno e as associações que os estudantes fizeram a este conceito são maioritariamente positivas, e mesmo em termos de valoração as atribuições positivas superaram as negativas ou neutras. No entanto, convém salientar a associação mais frequente a este conceito, o adjetivo «saudável», que remete para um universo

de competição regrada e pautada pelo respeito, o *fair play*, e não a competição desenfreada que leva a ilegalidades e atropelos em nome do lucro.

Quando observamos as respostas aos itens na perspectiva do autopoicionamento político, os resultados são bastante surpreendentes, apesar das variações ilustradas não apresentarem diferenças estatisticamente significativas. Verificamos no entanto um fenómeno interessante, que podemos observar no gráfico abaixo: os estudantes que se posicionam mais à direita tendem mais a concordar com a afirmação 2 e os estudantes que se posicionam mais à esquerda tendem mais a concordar com a afirmação 1, o que é um contrassenso.

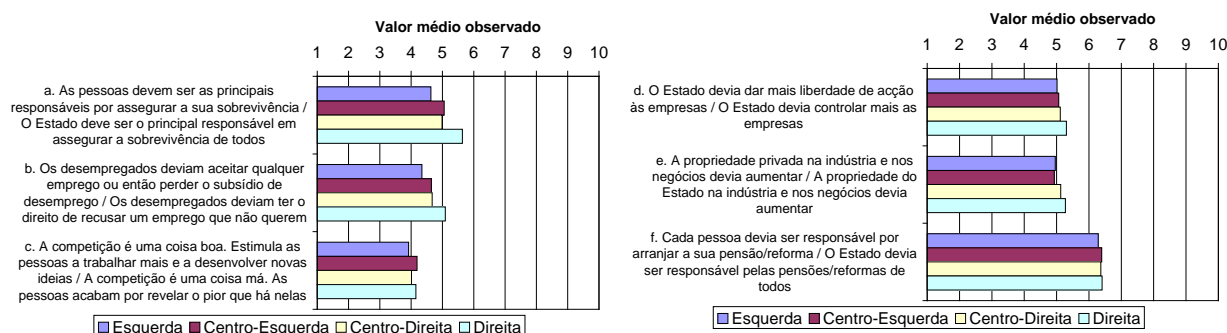


Figura 92: Distribuição dos Universitários por posicionamento ideológico, quanto às questões político-ideológicas

Podemos aqui então considerar que possivelmente estes estudantes não se encontram verdadeiramente alinhados com as ideologias mais tradicionais de esquerda e direita, antes pertencerão ao que atualmente se chama de «nova esquerda» e «nova direita» cujas questões ideológicas centrais não se colocam já no campo dos valores materialistas do capital e da produção, mas antes nos valores pós-materialistas, sendo a diferença visível “sobretudo em torno de questões como a qualidade de vida (protecção ambiental, realização individual, etc.), as questões da moral (direitos das mulheres, dos homossexuais, etc.), da lei e da ordem e das atitudes perante os indivíduos de outros meios sociais e culturais (tolerância *versus* intolerância/xenofobia), nomeadamente os estrangeiros” (Inglehart, citado por Vala et al, 2003, p.311). Este conceito de «nova esquerda», caracteriza-se pela defesa dos princípios e valores democráticos, mais concretamente, procura promover a persecução ativa dos direitos, liberdades e garantias de cada cidadão, sendo, na sua origem, conotado com os círculos intelectuais e o meio universitário. Como defensores deste movimento encontramos intelectuais de renome, como Noam Chomsky ou Michel Foucault. A «nova direita» caracteriza-se por demonstrar uma maior preocupação com assuntos sociais como a família, a educação, o crime e a moralidade, e com a questão da soberania nacional, questões que são sempre populares em momento de «crise socioeconómica». Simultaneamente procura liberalizar e energizar a economia, retirando a

regulação dos mercados da alçada dos estados, e promovendo o conceito de liberdade individual e de individualismo. A defensora mais conhecida deste movimento é Margaret Thatcher.

O que verificamos é que a pós-modernidade, ou ultramodernidade, sincretiza estes dois polos supostamente opostos e promove um posicionamento híbrido onde todas as teorias são válidas e dialógicas: o «culto democrático» onde tudo é pluralismo, tudo é contraditório, tudo é possível (Lipovetsky, 2004, p.71). Assim é conciliável defender a responsabilidade individual do indivíduo sobre a sua própria sobrevivência e simultaneamente defender o papel do estado-providência; defender a propriedade privada e o menor controlo do estado às empresas e afirmar-se ideologicamente de esquerda.

Para verificarmos a pertinência desta questão de investigação procuramos então verificar o posicionamento dos estudantes não na escala ideológica esquerda – direita, mas no eixo sociopolítico de valores materialistas – valores pós-materialistas. Questionámos a amostra quanto à sua opinião, positiva ou negativa, sobre um conjunto de mudanças que poderiam acontecer num futuro próximo na nossa sociedade. Como seria de esperar as mudanças percecionadas mais positivamente prendem-se com a maior importância da vida familiar, que parece mais uma vez indicar a família como aspeto da vida mais importante para os estudantes, e do desenvolvimento individual, que se prende à questão, já focada, da meritocracia e da importância da realização pessoal do indivíduo em detrimento do desenvolvimento comunitário ou social, e que nos remete para o individualismo *soft* típico dos valores pós-materialistas. Por outro lado a única mudança que parece não receber aprovação é a menor importância do trabalho, visto que para os estudantes nesta altura o trabalho é encarado como um meio para atingir um conjunto de estádios que possibilitarão o desenvolvimento individual, pois proporcionará autonomia financeira, oportunidades de carreira, abertura a experiências de crescimento individual, etc.

De referir que é natural que, dada a falta de experiência dos estudantes no mundo do trabalho, estes não se tenham apercebido que a maior importância dada à família e a menor importância dada ao trabalho serviria para promover um maior equilíbrio entre a vida privada e a vida familiar, o tal *life/work balance* de que tanto se fala hoje em dia, e que se procura implementar através de políticas e recomendações oficiais. O que acontece na maioria das vezes é que as políticas não estão adequadas às situações, ou seja, e a título de exemplo, a Legislação do Trabalho limita o número de horas diários dos colaboradores de uma empresa, mas ressalva que esta limitação se aplica somente aos trabalhadores executantes e não aos quadros da empresa. Como resultado com a progressão na carreira os trabalhadores veem o seu horário de trabalho a alargar-se devido às responsabilidades sempre crescentes, e um indivíduo que inicialmente trabalhava 8 horas/dia, quando era mais jovem e sem grandes responsabilidades

familiares, trabalha agora, que possivelmente constituiu família e tem um ou dois filhos, 12, 14 ou mais horas.

Seguem-se depois duas mudanças aparentemente antagónicas: o regresso a um estilo de vida simples e mais natural, por um lado, e mais desenvolvimento tecnológico, por outro. Este regresso ao orgânico, ao natural, tem vindo a criar raízes no imaginário coletivo, contudo não passa de um arquétipo, um estado de ecologia ideal que a sociedade de consumo estabeleceu como padrão de comportamento para o consumidor eco-responsável. Seria impensável para a maioria destes jovens viver sem telemóvel ou sem *facebook*, donde enfatizarem simultaneamente a importância do desenvolvimento tecnológico. Possivelmente o que os universitários pretendem é o desenvolvimento de uma tecnologia mais *clean*, mais eco-consciente, mais orgânica, como por exemplo o uso de microalgas para filtrar químicos na água. Aquilo a que nos remetem as respostas dos estudantes é do ponto de vista ideológico uma amálgama de diferentes fatores, em que fatores ligados à pós-modernidade (menos importância ao dinheiro e aos bens materiais e mais importância ao desenvolvimento individual) se colocam em pé de igualdade com fatores conotados com a era moderna como o trabalho e a autoridade e mesmo com fatores conotados com a era pré-industrial/rural como um estilo de vida simples e mais natural e maior importância à vida familiar. Aparentemente todas as mudanças, à exceção da menor importância do trabalho seriam bem acolhidas pelos estudantes, que procuram assim fazer uma síntese de tudo o que percebem estar em falta na sociedade atual.

Para categorizarmos claramente os estudantes no eixo materialista / pós-materialista colocámos ainda uma questão que se prendia com os objetivos para o país e que se oferecia como possibilidades de resposta o manter a ordem, a possibilidade de maior participação cívica nas decisões governamentais, o combate ao aumento dos preços e a defesa da liberdade de expressão. A primeira e terceira opção classificam os indivíduos como materialistas, enquanto o segundo e quarto objetivos os classificam como pós-materialistas.

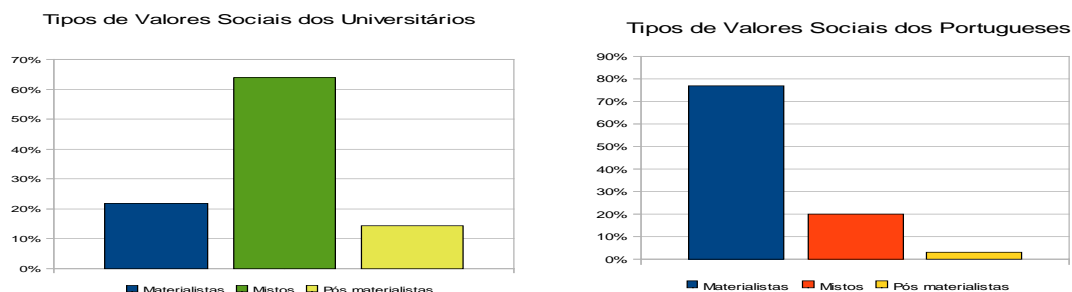


Figura 93: Comparação dos universitários com os Portugueses em geral, quanto ao tipo de valores sociais.

Como vemos no gráfico, o grosso da população universitária é misto (64%), havendo dois segmentos menores dos materialistas (22%) e dos pós-materialistas (14%), enquanto no caso dos inquiridos do EVS 2008 se verifica que o grosso da população (77%) permanece defensora dos valores materialistas e que apenas 3% dos inquiridos apontaram exclusivamente valores pós-materialistas, o que significa um decréscimo significativo face aos 10% registados em 1990 e 1999, e inclusivamente uma forte diminuição dos indivíduos mistos, ou seja, que apresentavam como escolha um valor materialista e um pós-materialista, pois ficam-se agora pelos 20%, situando-se perto dos 50% em 1999. Estes dados parecem confirmar a teoria de que os momentos de maior recessão económica fazem retroceder a «revolução silenciosa» que, no dizer de Inglehart (1997), faria a transição entre modernidade e pós-modernidade. Este retrocesso já se vinha a fazer sentir na Europa pois os valores de 1999 são piores para o pós-materialismo que os de 1990, contudo o agudizar da crise generalizada e todas as consequentes medidas para travá-la apenas contribuíram para a perceção de maior insegurança económica, donde o retrocesso em termos de valores.

Verificamos que a incidência de valores materialistas é mais notória na Universidade privada que apresenta 28% de alunos que defendem os valores materialistas contrastando com os 17% das Universidades públicas, verificando-se igualmente um valor menor em termos de indivíduos que apresentam valores mistos, ou seja, 56% dos alunos da Universidade privada *versus* 69% dos alunos das Universidades públicas. Estes resultados reforçam a ideia de que os indivíduos da Universidade privada apresentam valores tendencialmente mais materialistas que os indivíduos das Universidades públicas, o que poderá dever-se ao seu ideário político colocado mais à direita e talvez aos valores que lhes são transmitidos pela família, pois, e contrariamente aos que seria de pensar, considerando a hipótese da escassez de Inglehart (1997), não encontramos diferenças significativas no que toca à distribuição por rendimentos, ou seja, os indivíduos não são mais ou menos materialistas considerando a sua condição económica.

Em termos de posicionamento político, verifica-se, no entanto, um fenómeno muito curioso. Ao contrário do esperado são os indivíduos com posicionamento à direita que assumem posições mais claramente pós-materialistas, uma vez que apresentam uma importância média superior para os itens pós materialistas (participação dos cidadãos e liberdade de expressão), sendo inclusivamente os indivíduos que se situam à esquerda no eixo político os que atribuem menor importância à defesa da liberdade de expressão.

Estes resultados levantam algumas questões, pois seria de esperar que os indivíduos com posicionamento ideológico mais à direita fossem mais conservadores e defendessem a manutenção da ordem e a regulação económica, os habituais slogans conotados com os partidos de direita. E esperávamos igualmente que a participação cívica e a liberdade de expressão,

cavalos de batalha da esquerda política portuguesa, fossem as escolhas dos estudantes de esquerda. Nota-se aqui uma clara inversão nas posições defendidas por um e outro lado do espectro político. Os dados até agora apontavam para uma tendência mais materialista e conservadora dos estudantes mais à direita, que coincidiam em maior número com os estudantes da Universidade privada. Podemos colocar a pressuposição da situação política vigente levar os indivíduos com posicionamento mais à direita a perceberem a participação política e a liberdade de expressão como deficitária. De salientar que aquando da realização do questionário (Novembro 2009 a Abril 2010) o décimo oitavo governo constitucional de maioria (relativa) socialista, chefiado pelo Eng.º José Sócrates, tinha acabado de ser eleito (27 de Setembro 2009), apesar de toda a controvérsia que tinha caracterizado o governo anterior, igualmente de maioria socialista. Os indivíduos mais à esquerda, perante um poder instituído de esquerda, possivelmente centram mais a sua atenção nas dificuldades económicas e na manutenção da ordem do país, enquanto os indivíduos mais à direita visam tornar as suas posições mais visíveis, procurando incrementar a participação dos cidadãos nas decisões do governo e defendendo a liberdade de expressão que sentem ameaçada pelo discurso político maioritário, tudo numa lógica do tal «culto democrático», o consenso em torno dos valores humanistas democráticos, de que nos fala Lipovetsky (2004, 2006) e que caracteriza a sociedade ultramoderna atual.

2.3.4.4. Representações sobre Confiança Interpessoal e Justiça Social

Como verificámos os resultados obtidos colocam os estudantes no seio de uma cultura social mista, entre o materialismo e o pós-materialismo, e “uma das características mais pronunciadas das sociedades mais marcadas por valores pós-materialistas consiste no facto de exibirem climas de tolerância e níveis de confiança interpessoal mais elevado. Neste sentido pode admitir-se que é precisamente porque põem em causa estes valores que estas sociedades tendem a repudiar os comportamentos que traduzem falta de civismo e de desrespeito das obrigações de cidadania.” (Vala et al, 2003, p. 109) Será portanto de esperar que estes estudantes universitários demonstrem níveis mais elevados de confiança interpessoal de tolerância e simultaneamente que assumam uma postura mais crítica face a comportamentos que demonstrem falta de civismo.

A transição dos valores materialistas para os valores pós-materialistas, diz-nos Inglehart (2005), apresenta uma condicionante deveras importante: a segurança económica. Só é possível atingir um estágio pós-materialista quando as necessidades de cariz material estão satisfeitas, o que permite que as pessoas orientem as suas necessidades para outras áreas, nomeadamente, o

bem-estar ou a autorrealização. Sociedades mais desenvolvidas do ponto de vista socioeconómico tendem a ser mais abertas a valores pós-materialistas, pois à segurança económica estão normalmente associados climas de tolerância social e níveis de confiança interpessoal mais elevados. No caso português a segurança económica está longe de ser uma realidade para a larga maioria da população, uma vez que o salário médio português, segundos os últimos dados do INE, se situa abaixo dos 800 Euros/Mês, as taxas de desemprego têm vindo a aumentar, a instabilidade dos mercados financeiros faz aumentar as taxas de juro, etc., e consequentemente a desconfiança e a intolerância ganham terreno.

Contudo ao colocarmos a questão da confiança ou desconfiança diretamente aos estudantes, a amostra, apesar de cuidadosa, uma vez que 70% pensam que todo o cuidado é pouco e apenas 30% que se pode confiar na maioria das pessoas, revela-se, no entanto, menos desconfiada que a população em geral, uma vez que os dados do EVS 2008 referem que 82,8% da amostra pensa que todo o cuidado é pouco. E se considerarmos os resultados do EVS 1999 verificamos que a percentagem é ainda mais alta com 87,7% a revelar desconfiança face às outras pessoas. O que claramente significa que o nível de confiança interpessoal manifestado pelos estudantes universitários é claramente superior ao atingido pela população em geral.

Na esteira de Inglehart, procuramos verificar se o grupo etário de pertença e o nível educacional mostrariam alguma variação, pelo quando restringimos as respostas do EVS 2008 a respondentes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 obtemos um número intermédio, ou seja, 23,5% referem que se pode confiar na maioria das pessoas e 76,5% referem que todo o cuidado é pouco. E quando considerámos os dados relativos aos indivíduos com educação de nível terciário em todos os escalões etários, estes aproximam-se mais dos dados recolhidos com 73% a expressar a desconfiança e 27% a confiança. Contudo cruzarmos as duas variáveis e restringirmos as respostas aos indivíduos deste grupo etário com educação de nível terciário obtemos então valores semelhantes aos recolhidos no nosso inquérito, ou seja, 31,6% referem que se pode confiar na maior parte das pessoas e 68,4% que todo o cuidado é pouco. Os dados obtidos parecem então apontar para o pressuposto de que os indivíduos mais novos e com educação de nível superior demonstram maior grau de confiança interpessoal que os indivíduos com nível de educação básico e secundário.

Poderemos aqui colocar a questão de investigação empírica de que um maior conhecimento do mundo se correlaciona com uma maior abertura aos outros, i.e. as redes sociais mais alargadas associadas a este nível educacional poderão gerar um maior clima de confiança interpessoal, e, por outro lado, o maior sucesso académico e o consequente estatuto social associado potenciará o desenvolvimento da autoconfiança e da autoimagem e promoverá o seu sentido de *empowerment* facilitando assim as interações com os outros (Fukuyama, 1999).

Mas convém também não esquecer que como verificámos e larga maioria destes jovens universitários vem de agregados familiares se não abastados pelo menos desafogados do ponto de vista da segurança económica, o que poderá ser a principal razão para as diferenças, ou seja, um nível educacional mais elevado, e consequentemente melhor emprego e rendimento, possivelmente levará as pessoas a afastar-se de uma sociedade materialista mais caracterizada pelo exercício da autoridade, pelo rigor normativo e pela procura de segurança económica ou material, e a procurar uma sociedade com maior liberdade de decisão pessoal, com maior respeito e tolerância pelos outros, e em última análise mais preocupada com o bem-estar físico, emocional e espiritual que com a posse de bens materiais, pois, socorrendo-nos mais uma vez de Maslow, as necessidades mais básicas parecem estar satisfeitas.

A confiança interpessoal depende também e em última análise da confiança que cada um tem nas suas próprias competências e nas suas escolhas enquanto indivíduos, o que procurámos medir quando perguntamos aos estudantes universitários qual o grau de liberdade de escolha e capacidade de controlo que sentem ter sobre aquilo que lhe acontece na vida, utilizando uma escala de dez posições (1 Nenhum – 10 MUITÍSSIMO). Verificamos que a grande maioria das respostas se situa entre as categorias “5” e “9”, o que significa que os indivíduos inquiridos, independentemente da universidade de pertença, sentem bastante e mesmo muito controle sobre a sua vida

Os inquiridos do EVS quando colocados perante a mesma questão apresentam valores mais elevados nas mesmas categorias, contudo a categoria com maior número de respostas é para eles a 5 (22%) e todas as outras rondam os 15, 16%. Por outro lado o número de indivíduos a indicar as categorias mais baixas (de 1 a 4) é também superior, perfazendo 18,4%, que é um número francamente superior aos cerca de 4% nas mesmas categorias dos respondentes universitários. Quando nos centramos apenas nos respondentes do EVS com idade entre os 18 e os 26 verificamos que os valores estão distribuídos mais de acordo com o apresentado pelos universitários mas são francamente mais baixos e as categorias 5 a 8 apresentam valores muito próximos (entre 18,4% e 20,6%). Por outro lado, ao isolarmos os respondentes do EVS com educação terciária, verificamos que os valores são relativamente semelhantes aos dos universitários, o que nos leva a colocar a questão da educação como condição necessária para experimentar um grau de controlo sobre a vida elevado. Podemos aqui extrapolar dizendo que quanto mais alto é o nível educacional, tanto mais alto é o grau de controlo que consideramos ter sobre a nossa vida.

Há também alguns estudos (Weiner, 1984) no âmbito da chamada Teoria da Atribuição Causal, que referem a importância do locus de controlo (cf. Rotter, 1966) no sucesso educacional, i.e., quanto maior o locus de controlo interno, ou seja, quanto maior for a

expectativa generalizada de um indivíduo na sua capacidade de controlar os acontecimentos que percebe como consequência das suas ações, maior será o seu sucesso ou seja, quanto maior for a percepção do esforço, em detrimento da sorte, por parte de um indivíduo para realizar uma tarefa, tanto maior será a sua percepção de mérito próprio, e inversamente, quanto maior o sucesso tanto maior a tendência a atribuir a sua causa a fatores internos, como o esforço e a dedicação, invés de a fatores externos, como a sorte, o azar ou as circunstâncias.

Como verificámos a questão do mérito e da meritocracia reveste-se de particular importância para os estudantes universitários, na medida em que a sua percepção de mérito se baseia na recompensa social resultante do esforço individual, aliado a competências e aptidões pessoais que geram sucesso. O acesso ao ensino superior é já, em si, um fator digno de mérito e o sucesso académico percebe-se como resultado de esforço e dedicação continuados, ou seja, como percepção de controlo sobre os acontecimentos da sua vida, que podemos observar na representação maioritariamente positiva que é feita do conceito «orgulho», representado como autoestima, visto os entrevistados estarem a situar a sua história de vida nesta perspetiva meritocrática e obviamente considerarem-se responsáveis pela criação do seu próprio sucesso.

Por outro lado a percepção de sucesso e de mérito individual leva os universitários a considerarem-se membros de uma elite, e consequentemente colocarem-se à parte das atribuições que fazem para a maioria da população, que descriminam pela sua falta de cultura, conhecimento, civismo, etc. Simultaneamente e dada a percepção do seu estatuto excecional, resultante do seu sucesso académico, do seu mérito, e muito especialmente das próprias representações sociais acerca dos universitários, numa sociedade que constantemente afirma que para ser alguém se tem de ter um curso, o estudante universitário acredita estar na universidade é ter prestígio, ter qualidade, é garante da felicidade, é ser extraordinário, melhor que os outros. Casanova (Almeida et al, 2003) reflete sobre a questão do status e das expectativas de status dos estudantes universitários e considera que a escolaridade é percebida pelos estudantes como “o fundamento mais afirmado da sua importância social”(p.114), e especialmente no caso dos estudantes com agregados de origem pouco escolarizados a percepção da distância social entre a situação anterior e a situação de estudante universitário e a condição socioprofissional futura aumentava consideravelmente. Adicionalmente, e por contraste com a imagem dourada e brilhante do universitário, vemos os «outros», os sem estatuto, os que não são o que eu sou, pois são ignorantes, preguiçosos e desrespeitadores. A construção da nossa autoimagem depende da imagem que temos do outro e a nossa é tanto melhor quanto a do outro for pior (Lipovetsky, 2006, p.272).

Como teste prático a esta questão, perguntava-se o número de concidadãos que os estudantes consideram estar envolvidos em comportamentos que os estudantes consideravam

«condenáveis», e verificamos que quase 90% dos universitários consideram que quase todos os portugueses ultrapassam o limite de velocidade nas povoações, que quase 80% consideram que todos ou quase todos os portugueses não pagam impostos se tiverem oportunidade, e que guiam sob influência do álcool, deitam lixo em locais públicos e têm relações com parceiros ocasionais, etc. Todos estes comportamentos foram considerados, como veremos posteriormente, pouco ou nada justificáveis, o que significará que não deverão ser feitos pelos universitários, mas são aparentemente percebidos como feitos por quase todos os portugueses. Ora, “considerar que a maior parte dos cidadãos violam as leis, têm falta de civismo e transgridem em matéria sexual revela uma atitude de desconfiança perante os outros” (Vala et al, 2003, p. 110).

Ao compararmos os valores registados para os universitários com os observados no EVS 1999³⁹, verificamos que a situação é preocupante, ou seja, as percentagens apresentadas pelos estudantes revelam um maior índice de desconfiança do que as percentagens indicadas para a generalidade da população em 1999, como podemos observar no gráfico. Em todos os itens sem exceção a percentagem de respostas que considera que muitos ou quase todos os portugueses têm comportamentos não aceitáveis é superior para os estudantes.

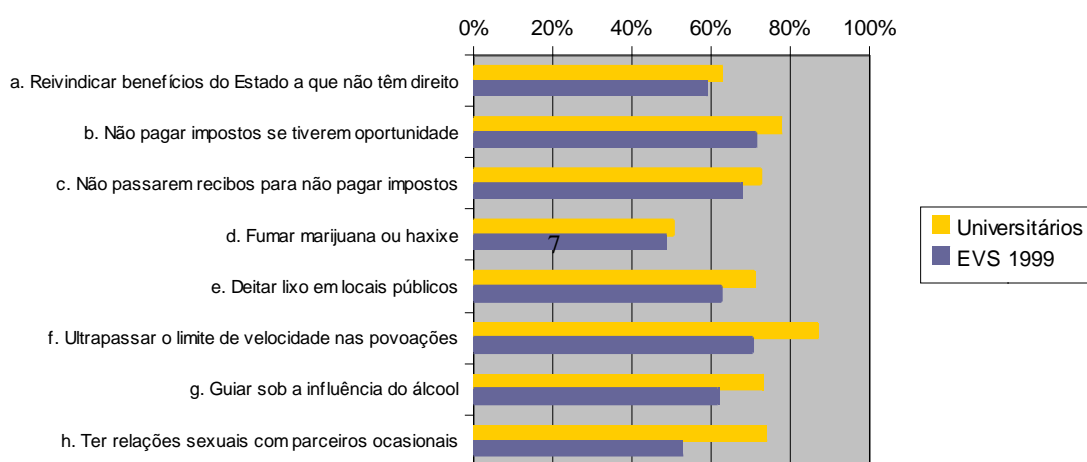


Figura 86: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto aos que consideram que muitos ou quase todos os portugueses têm comportamentos não aceitáveis.

Como verificamos estes dados que indicam falta de confiança interpessoal são contrários aos dados iniciais em que 30% da amostra dos universitários, face a 17% da amostra da população em geral, indicava que se podia confiar na maior parte das pessoas, pelo que podemos aqui colocar a questão da distância social enquanto motivadora destes resultados. Ou seja, os universitários percecionam-se como um grupo de exceção na sociedade portuguesa e não se colocam no rol dos cidadãos ditos médios. Para procurar verificar esta questão de

³⁹ Esta questão não se colocava no EVS 2008.

investigação colocamos os estudantes perante a realidade da injustiça social, e procurámos determinar atribuições que estes fazem para explicar as razões para as pessoas viverem em dificuldades económicas. Foram apresentadas cinco opções: a primeira desresponsabilizando o indivíduo e culpabilizando o destino (falta de sorte); a segunda colocando todo o ónus da culpa sobre o indivíduo (preguiça ou falta de vontade); a terceira condenando a sociedade e as desigualdades sociais (injustiça social), a quarta sendo um misto de fatalismo e responsabilidade social (consequência inevitável do progresso) e a quinta, nenhuma das anteriores.

Verificamos que o mérito é mais uma vez a justificação por detrás da atribuição, pois a razão mais vezes considerada importante pela amostra é a preguiça ou a falta de força de vontade (35,8%), o que significa claramente que mais de um terço dos universitários considera que os outros, os que vivem com dificuldades económicas, os portugueses médios são preguiçosos, não têm mérito pois não se esforçam por conseguir o sucesso. A questão da sorte não chega sequer a atingir uma percentagem de 5% de respostas, o que claramente indicia esta percepção do sucesso associado ao *locus* de controlo interno. As questões circunstanciais, ligadas à injustiça social (27,7%) e o progresso (22,5%) são relegadas para segundo plano nas atribuições de causalidade, e os dados do EVS 2008 confirmam esta tendência, sendo contudo os portugueses ligeiramente menos críticos da preguiça ou falta de vontade dos seus concidadãos mais desprivilegiados, com 34,5% e mais críticos para com a sociedade ou mais crentes no destino. Diz-nos Delicado em (Vala, 2003, p.242), a propósito do EVS 1999, que “Portugal é o único país da Europa em que as causas individuais se sobrepõem às causas societais na atribuição de uma justificação para as situações de carência: 41% dos inquiridos apontaram a preguiça e a falta de iniciativa como primeira razão para viverem em situação de necessidade, o que representa uma subida relativamente aos 24% registados em 1990 (altura em que o país seguia o padrão europeu, com quase 38% a optarem pelo postulado da injustiça da sociedade) ”. Como podemos verificar no gráfico, apesar da descida da percentagem registada no EVS 2008, a situação não se alterou.

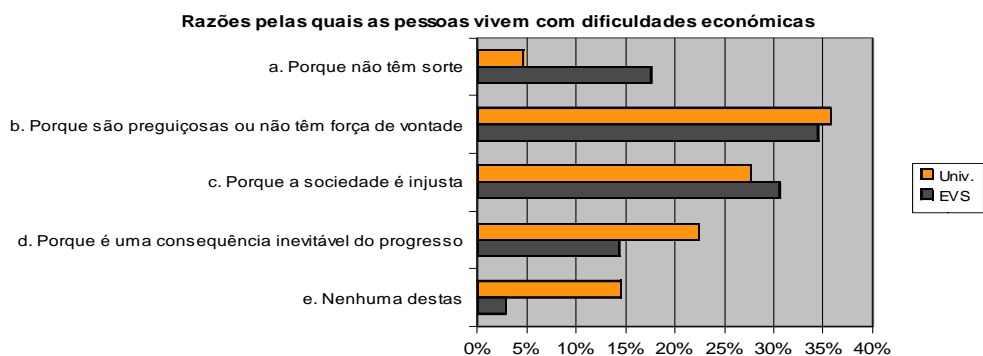


Figura 95: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto às razões pelas quais as pessoas vivem com dificuldades económicas.

As atribuições de causa circunstancial, ou seja, a injustiça da sociedade e a consequência do progresso, são, em média, mais importantes para os estudantes da Universidade privada e para os alunos provenientes de agregados com rendimentos acima de 2851 Euros, que são maioritariamente os mesmos. A atribuição da causa da pobreza à preguiça ou falta de vontade é, em média, mais importante para as Universidades públicas especialmente para a Universidade do Sul, enquanto a Universidade do Norte considera a injustiça social como fator mais importante para explicar a pobreza. Adicionalmente os estudantes do sexo masculino postulam que a pobreza é uma consequência inevitável do progresso, enquanto a preguiça é o fator explicativo mais relevante para as estudantes. Estes dados parecem indicar que quanto maior o esforço desenvolvido pelos estudantes para lutar contra condições adversas (baixo rendimento do agregado familiar, maior competição no acesso à universidade, questões de discriminação baseadas no género, etc.), e consequentemente, maior a percepção de sucesso, menor a propensão para a compaixão face àqueles que não conseguiram atingir esse mesmo sucesso: a responsabilidade perante o sucesso ou o fracasso é agora do indivíduo que tende cada vez mais a culpabilizar-se a si próprio e não ao sistema (Lipovetsky, 2006, p.282)

Os nossos resultados contrariam o que foi indicado por Delicado (2003) a respeito da categoria social mais predisposta a explicações sociais, nomeadamente “ mais jovens, mais escolarizados, estudantes, solteiros sem filhos, habitantes de grandes cidades, mais expostos aos meios de comunicação social, mais favoráveis a valores pós-materialistas e de fraca religiosidade (em concordância com Lewis, 1999).” (p.243). Esta descrição é exata e ao pormenor da nossa amostra, contudo os resultados não são os esperados. Do nosso estudo podemos verificar que os fatores de ordem económica são efetivamente mais importantes: quanto mais alto o rendimento maior a tendência para justificações sociais. Poderá dar-se o caso de os indivíduos pertencentes às categorias de rendimento inferiores a 2850 Euros façam o paralelo com a sua própria situação e experiência de vida, e claro está com a da sua própria família e os exemplos e modelos passados, e considerem que com esforço e dedicação ao trabalho as pessoas conseguem ultrapassar as dificuldades económicas, donde atribuírem a causas individuais (a autorresponsabilização) e não sociais a razão do sucesso ou fracasso em termos de subsistência económica.

Considerando, no entanto, a injustiça social como fator importante para justificar as situações de carência, procuramos então perceber qual seria o aspeto constituinte da justiça social a que os estudantes confeririam maior importância, considerando três posições bastante distintas no que concerne o posicionamento dos indivíduos face às desigualdades sociais. Em primeiro lugar surge a questão dos valores igualitários – a justiça social obtém-se pelo nivelamento de salários, eliminando assim as desigualdades de rendimento e consequentemente

as desigualdades sociais. Em segundo lugar vem a posição sócio-caritativa, que visa satisfazer as necessidades básicas da população. A terceira posição prende-se ao individualismo meritocrático, ou seja a crença em que se o indivíduo se esforçar atinge os seus objetivos e que a competição promove desenvolvimento.

Como verificámos a posição sócio-caritativa é a que se assume como mais importante em termos de justiça social. A satisfação das necessidades básicas de todas as pessoas é claramente a posição mais frequente, o que faz sentido no nível mais elementar da justiça distributiva. O que procuramos realmente perceber é a dicotomia igualdade vs. mérito, pois como refere Paul Ricoeur (1995) “a sociedade [é] considerada como uma vasta empresa de distribuição de bens, desde os bens mercantis, tais como remunerações, patrimónios e benefícios sociais, passando pelos bens não mercantis, tais como cidadania, segurança, saúde e educação, até às posições de comando, de autoridade e de responsabilidade exercidas no quadro de todo o tipo de instituições. Todos estes bens são para distribuir. Ora, uma tal distribuição levanta problemas, na medida em que consiste, no essencial, em partilhas aritmeticamente desiguais. A questão é então a de se saber se existem partilhas desiguais mais justas, ou menos injustas, do que outras” (p.18).

Verificamos ainda que, apesar de considerarem a injustiça social como causa de pobreza, quer a opção igualitária quer a opção meritocrática não são muito atrativas para os estudantes provenientes de agregados mais afluentes, pois, eliminar as grandes desigualdades de rendimento entre os cidadãos e recompensar o esforço individual implicam que todos terão acesso ao mesmo tipo de regalias que até agora são apenas privilégio dos mais abastados, e “quando todos se tornam iguais, o indivíduo pode comparar-se com os outros e tende a considerar intolerável o mínimo privilégio de que goza o outro” (Lipovetsky, 2006, p.275), pelo que a manutenção do *status quo* em termos sociais, que é reforçado pela posição sócio-caritativa, é claramente o preferido destes estudantes, que como já referimos são maioritariamente provenientes da Universidade privada.

O que verificamos na nossa amostra é que a meritocracia apresenta uma ligeira vantagem face à posição igualitária. Mais, são os indivíduos com posicionamento mais à Esquerda que mais favoráveis são ao reconhecimento do mérito individual, o não se coaduna em nada com o expectável, uma vez que o individualismo meritocrático está normalmente associado a posições mais à direita e que a posição igualitária mais conotada com um ideário de esquerda. São ainda os indivíduos da Universidade do Sul que mais defendem esta posição, o que reflete a posição anterior face à pobreza, em que os alunos desta universidade consideravam a preguiça como causa principal. Estes resultados parecem indiciar que para os estudantes da

Universidade de Lisboa o mérito é claramente uma questão essencial na distinção entre o endogrupo e o exogrupo, que é como quem diz entre os universitários e os outros.

Uma outra possibilidade de explicação para o facto de a nossa amostra ter, por um lado, indicado as causas individuais como justificativas para as situações de carência, em detrimento das causas sociais que parecem mais em voga por essa Europa fora, e esses resultados serem corroborados pela amostra portuguesa do EVS, e simultaneamente considerar a meritocracia mais importante que a eliminação das desigualdades sociais, no que toca à justiça social, pode dever-se à crença na «justiça do mundo». Termo cunhado por Lerner, em 1980, para explicar um comportamento psicossocial paradoxal, ou seja, a ideia que as pessoas obtêm na vida aquilo que merecem. As pessoas que partilham desta crença ao verem alguém em desgraça ou sofrimento acreditam que essa pessoa terá feito algo para merecer esse sofrimento ou essa desgraça. Para Lerner, aquilo que sustenta formalmente e em última análise a atitude do homem confrontado com o sofrimento do outro e a injustiça da sociedade, é a ideia de que o mundo é fundamentalmente previsível e controlável, pois seria impossível viver num ambiente percecionado como caótico, desordenado e imprevisível, o que não só tornaria toda a ação numa incerteza, mas também deixaria o sujeito numa situação desesperada, «sans recours et sans secours» (Lerner citado por Moscovici, 1984, p.351).

De certo modo é a ideia subjacente à visão de que as pessoas preguiçosas e com pouca vontade de trabalhar merecem viver em dificuldades económicas, e que se uma pessoa se esforça o seu mérito deve ser reconhecido, ou seja “a «crença no mundo justo» [é] uma crença que, tal como a «ética protestante do trabalho», é expressão do individualismo meritocrático e justifica as hierarquias sociais, pode facilitar o preconceito, na medida em que associa as desigualdades sociais a esforços desiguais, facilitando a vitimização secundária das pessoas e grupos discriminados” (Vala, 2003, p.408), quer seja pela minimização do sofrimento da vítima, quer pela evitação, pela desvalorização ou mesmo pela culpabilização da vítima, ou seja, se o indivíduo vive em dificuldades económicas é culpabilizado pela sua preguiça, e mais as dificuldades económicas não devem ser demasiado grandes, caso contrário o sujeito procuraria sair dessa situação, e o ideal é evitar todo o contacto com esses indivíduos pois a pobreza e a preguiça podem ser infecciosas.

Para perceber a perceção em termos de justiça ou injustiça do mundo foi pedido aos estudantes que indicassem o seu grau de concordância ou discordância com um conjunto de questões que podemos organizar segundo a sua tipologia – 1) crença no primado da justiça contra a injustiça, (o mundo em que vivemos é justo e a justiça vence sempre a injustiça); 2) crença na «justiça do mundo» na perspetiva de Lerner, (as pessoas merecem o que lhes acontece e as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofrida e as injustiças em todas as

áreas da vida são uma exceção à regra); e finalmente 3) crença na justiça moral, na esteira de Paul Ricoeur (1995), que defende que as pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes.

Esta última crença – na justiça enquanto valor moral do indivíduo, recebe maior concordância do que todas as outras afirmações, e verificamos que mais de metade dos estudantes creem que as pessoas procuram tomar decisões importantes com base em critérios objetivos e justos e não com base em interesses pessoais ou caprichos, o que reforça a ideia da confiança interpessoal e revela uma visão bastante otimista quanto à justiça moral individual, ou seja, a consciência moral que preside às nossas decisões. No entanto, e como observámos nas representações do conceito «justiça» aquando da realização das entrevistas, a associação de justiça a outros valores morais é pouco representativa (quatro ocorrências), sendo a justiça enquanto instituição judicial a representação mais frequente. Os resultados mostram-nos claramente que os jovens universitários têm uma visão muito pessimista da justiça institucional, que inclusivamente caracterizavam de mentirosa e inexistente na fase das entrevistas. Podemos também relembrar o nível de confiança no sistema judicial/tribunais que é, juntamente com o parlamento, a instituição que suscita maior desconfiança, como vimos quando tratámos dos valores políticos.

Esta representação institucional surge, como vimos, conotada negativamente, o que nos leva a pensar que a justiça enquanto conceito é virtualmente dissociada da ideia de «indivíduo justo». Os estudantes estão aqui a generalizar partindo do seu próprio processo de tomada de decisão, que para cada um é iminentemente justo, pois considerando que se trata de indivíduos situados num nível de moralidade pós-convencional (Kohlberg, 1981), e pertencentes a um espaço social determinado – a universidade, as suas decisões situam-se num plano de respeito pelos outros e de consciencialização das consequências, e a tendência é considerarmos que todos os indivíduos, ao atingirem uma certa idade, atingem um estágio de desenvolvimento cognitivo e moral semelhante ao nosso, e consequentemente realizam um processo de tomada de decisão com base nos mesmos critérios, donde a concordância com esta afirmação acerca da justiça moral individual. Esta posição parece-nos ambivalente, ao relembramos a perceção mais crítica face à generalidade da população que acusam de agir de forma amoral, pois segundo os estudantes quase todos os portugueses, de que eles são a honrosa exceção, agem de forma irresponsável guiando sob influência do álcool e tendo múltiplos parceiros sexuais, e desrespeitam as mais elementares formas de civismo, pois deitam lixo em locais públicos, fogem aos impostos, recebem subsídios a que não têm direito, etc.

E apesar de os indivíduos serem percecionados como justos, retos nas suas decisões, a perceção de justiça na sociedade não prevalece e isso conduz-nos aos resultados que mostram a

crença, apontada por dois terços dos estudantes, na injustiça do mundo, visto discordarem da afirmação de que basicamente o mundo é justo e negarem o primado maniqueísta da justiça sobre a injustiça, e apenas um quarto dos estudantes acreditar que as pessoas são recompensadas das injustiças sofridas. E quanto a esta «crença na justiça do mundo», nota-se a sua presença especialmente no que se refere à compensação futura face às injustiças, e quando comparamos os valores com os dos inquiridos do EVS 2008, notamos que há uma certa tendência para essa crença nos estudantes universitários em detrimento da amostra total dos portugueses, pois os níveis de concordância e concordância total são francamente maiores no caso da afirmação “d. Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas” (26,3% dos Universitários e 10,1% dos inquiridos do EVS) e ligeiramente maiores no caso das outras afirmações.

2.3.4.5. Representações sobre Tolerância e Preconceito

Quanto à questão da tolerância, colocavam-se os estudantes perante uma listagem de indivíduos pertencentes a grupos minoritários que por características diversas, nomeadamente, a cor da pele, a orientação sexual, a orientação política, etc., poderia ser alvo de intolerância e ostracismo social. Pretendíamos saber quais dos indivíduos os universitários não queriam ter como vizinhos. O primeiro dado digno de registo é que todos os itens sem exceção apareceram assinalados e que as respostas dos universitários são bastante consentâneas com as da população em geral, uma vez que as respostas afirmativas são francamente superiores para as mesmas categorias, o que parece indiciar que o preconceito, apesar de todas as associações censórias feitas aquando da realização das entrevistas, que o caracterizam como errado, idiota, a não existir, etc., continua efetivamente a manifestar-se enquanto estereótipo que reduz as características do indivíduo aos traços comuns mais básicos do grupo minoritário que representa. Ilustram-se graficamente as percentagens de respostas afirmativas, dadas pelas duas amostras, os universitários e os inquiridos do EVS 2008, ⁴⁰ exceção feita a «Negros», «Pessoas de cultura diferente da sua» e «Pedófilos» que não constam do questionário do EVS.

⁴⁰ A inclusão destas três categorias não foi feita por acaso, antes visava contrastar as respostas por forma a obter dados mais fidedignos, pois por exemplo, «pessoas de outra raça» apresenta um valor na ordem dos 2,5% mas a categoria «negros» apresenta um valor na ordem dos 5%, e do mesmo modo, «pessoas de cultura diferente da sua» apresenta um valor na ordem dos 1,5%, mas a categoria «ciganos» recebe um valor de 40%.

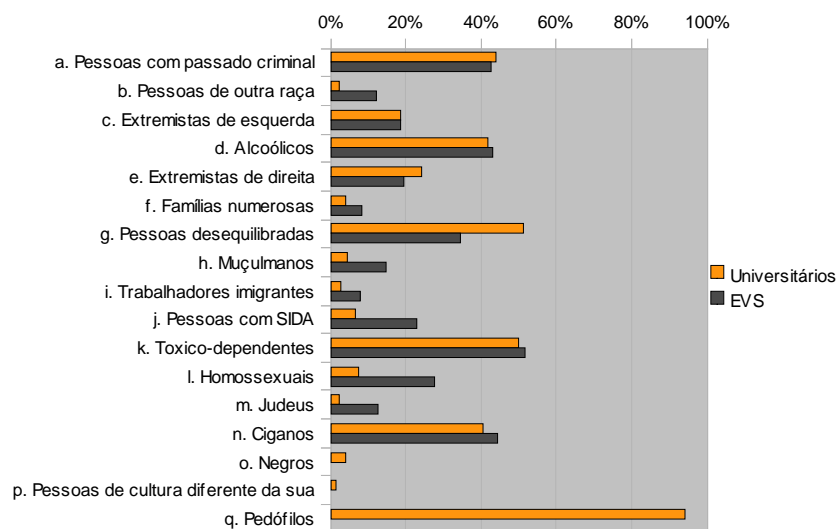


Figura 96: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto à intolerância face aos grupos minoritários

Se tomarmos em linha de conta a medida clássica da distância social, que pode ser encarada como uma medida do preconceito social face a um grupo, verificamos que os grupos mais assinalados, pertencem a categorias de grupos de pessoas estigmatizadas, ou seja, e por ordem decrescente, as pessoas desequilibradas, os toxicodependentes, as pessoas com passado criminal, e os alcoólicos, no caso dos universitários, e para a população em geral, aparecem os toxicodependentes em primeiro lugar, seguidos dos alcoólicos, as pessoas com passado criminal e finalmente as pessoas desequilibradas, que são relegadas para a última posição.

Os dados sobre saúde mental em Portugal (www.eurotrials.com, nº 28, Setembro 2009) referem que 27,6% da população residente em Portugal com 15 ou mais anos estava em provável sofrimento psicológico em 2005/2006, e que a maioria das patologias incide sobretudo nos indivíduos entre 35 e 65 anos, sendo as mulheres quase duas vezes mais afetadas que os homens. Enquanto o Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental apresentado em Março de 2010 revela que quase 23% dos portugueses tiveram uma doença mental no ano que antecedeu o estudo.

Há uma perceção generalizada que as pessoas com desequilíbrios mentais ou emocionais podem comportar-se de forma violenta, imprevisível e perigosa, perceção esta criada pela exploração nos *media* da ligação entre crimes violentos e doença mental, especialmente quando referem casos de *serial killers*. Esta perceção é corroborada por filmes e livros (filmes como “The Silence of the Lambs” e séries de televisão como «Mentes Criminosas», e livros como “Perfume”, etc.) que exploram a relação entre a doença mental (psicose ou esquizofrenia, na maior parte dos casos) e homicídio.

Dados do NHS (www.nhsconfed.org) do Reino Unido (2010) indicam que as atitudes perante a doença mental continuam a ser francamente negativas, uma vez que só 40% dos empregadores consideraria contratar uma pessoa com um problema de saúde mental, enquanto 62% estariam dispostos a empregar uma pessoa que tivesse um problema de saúde físico e 57% da população britânica crê que o lugar dos doentes mentais é num hospital psiquiátrico, e não na comunidade. O EVS 2008 refere uma percentagem de discriminação na ordem dos 30% para a população britânica em geral, no que diz respeito a este grupo, o que permite traçar algum paralelismo com os dados da amostra portuguesa. Uma questão interessante será considerar que muitos destes jovens terão, no futuro, posições de alguma responsabilidade em empresas ou organizações, e possivelmente terão de tomar decisões no âmbito do recrutamento. Que atitudes terão então face a esta população que engloba quase 25% dos portugueses?

Perante estes dados a discriminação das pessoas desequilibradas assume contornos preocupantes, pois a percentagem de estudantes que afirma discriminar este grupo (51%) é francamente maior que a percentagem referida pela população em geral (35,5%). Alguns estudos (Crisp et al, s.d.; Byrne, 2000), referem que a falta de conhecimento, como muitas vezes é sugerido pela comunicação social, não é a causa para a estigmatização dos doentes mentais, e que os jovens (18-24) apresentam atitudes discriminatórias com a mesma frequência que os adultos, contudo apresentam uma maior perceção, na ordem dos 7-8%, do risco associado à doença mental que os respondentes com idades superiores a 25 anos e especialmente junto dos jovens que afirmam não conhecer pessoas com doença mental, na ordem dos 12%. (Crisp, s.d., p.2)

Os dados do EVS 2008 não parecem suportar esta questão de investigação, pois quando isoladas as respostas dos jovens portugueses (18-24) encontramos uma taxa de resposta afirmativa de 33%, ou seja dentro do padrão normal da população. Quando isolamos a variável educação, por outro lado, deparamo-nos com valores ligeiramente superiores aos da amostra total, ou seja, na ordem dos 38% para indivíduos com nível de educação terciária. Apenas quando associamos a variável rendimento nos deparamos com números aproximados nas categorias de rendimento acima de 2500 Euros (47%).

Um estudo sobre a perceção do estado de saúde da população ativa portuguesa (Ferreira & Santana, 2003) refere que a perceção do estado de saúde pessoal aumenta na proporção do nível educacional, passando, em termos de saúde geral e mental respetivamente, de 51,5% e 60,5% nos indivíduos com nível de instrução básica, para 65,5% e 72% nos indivíduos com nível de educação terciária, e do tipo de ocupação, com os trabalhadores manuais a apresentar scores mais baixos nas duas categorias que os trabalhadores não manuais, e obviamente diminui com a idade. Estes dados poderão suportar a pressuposição que a perceção pessoal de saúde

mental junto dos estudantes universitários é superior do que a percepção da população em geral, visto não só serem mais jovens, e terem uma educação de nível superior mas também serem maioritariamente provenientes de agregados familiares com rendimentos acima da média, o que poderá fazer aumentar a percepção de maior distância social face a este grupo e consequentemente aumentar a expressão da discriminação.

Um estudo de Campos e Palha (2009) intitulado “Percepções dos Estudantes Universitários face às Doenças Mentais Pré e Pós Movimento UPA08” que como o título indica foi feito em duas fases, antes e após campanha de fornecimento de informação sobre as doenças mentais, apresenta dados muito curiosos. São avaliadas as percepções face a 7 doenças mentais, nomeadamente a depressão, as fobias, a demência, a perturbação do comportamento alimentar, o alcoolismo, a toxicodependência e a esquizofrenia. Como seria de esperar, na primeira fase, o alcoolismo e a toxicodependência atingem os scores mais elevados de percepção negativa (64% e 61%, respetivamente), mas havendo ainda alguns estudantes (6% e 8%) a referir percepção positiva. Seguem-se a esquizofrenia com 32% e a depressão, com 27% de percepções negativas. Na segunda fase os scores do alcoolismo e da toxicodependência aumentam em termos de percepção negativa (77% e 73% respetivamente) e desaparecem as percepções positivas, enquanto os scores da esquizofrenia e da depressão diminuem para 27% e 10%, respetivamente.

Os estudos sobre doenças mentais incluem, como vimos, a toxicodependência e o alcoolismo no rol das perturbações psíquicas, e os toxicodependentes, com um valor a rondar os 50% para as duas populações, são claramente uma minoria que sofre grande descriminação. O Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa (Balsa et al., 2008) refere uma percentagem de 17,4% para a faixa etária 15-34 anos, de indivíduos que consomem drogas, sendo a maioria consumidora de cannabis (17%), havendo ainda um número mais reduzido de indivíduos que associa a este consumo a cocaína (2,8%), as anfetaminas (1,35), o ecstasy (2,6%) e a LSD (0,9%).

A percepção da toxicodependência e de todas as consequências que acarreta, nomeadamente a autoexclusão social (perda de hábitos de higiene, vivência alheada da realidade, etc.) e o recurso a meios ilícitos (roubo, prostituição, tráfico, etc.) para conseguir pagar a próxima dose, leva claramente à heteroexclusão pois dá-se a perda dos vínculos relacionais e dos hábitos de socialização. E sendo percecionada pelos estudantes como um dos fatores motivadores de maior ostracismo social, é inclusivamente apontada como fator mais comum de oposição dos pais ao namoro dos filhos. A discriminação negativa desta população é evidente nos discursos sociais comuns, e inclusivamente se atentarmos as associações com o conceito «dependência», aquando da realização das entrevistas, verificamos que a associação mais frequente é com as drogas, e esta dependência é considerada uma «tristeza». De notar aqui

que o conceito-estímulo indicado não era «toxicodependência» mas simplesmente «dependência» que sugeria, como vimos, as mais diversas interpretações, contudo nenhuma delas suscita nos estudantes uma valoração positiva, e é claramente a valoração negativa que mais se distingue pela frequência, pois é associada à toxicodependência.

Um fato interessante a reter aqui é a avaliação que é feita por parte dos estudantes ao consumo de marijuana e haxixe, quando os questionamos quanto a comportamentos e atitudes sociais que são ou não justificáveis para os estudantes. O fumar «drogas leves», aparentemente, não merece o mesmo tipo de condenação que o apropriar-se do carro de uma pessoa, sem permissão, para dar uma volta, ou mesmo que o não pagar impostos. E mesmos os números dos portugueses que parecem ter este comportamento são na opinião dos estudantes e da população em geral mais moderados que os que praticam todos os outros atos condenáveis. Pelo que, esta discriminação tão flagrante face aos toxicodependentes nos parece um caso de duplo padrão, o que nos pode levar a considerar que, para os estudantes e a população em geral, a noção de toxicodependência surge associada ao consumo de «drogas duras» e não de drogas «recreacionais». As propostas de legalização das drogas leves multiplicam-se e na opinião pública, especialmente nos mais jovens, fica cada vez mais presente a ideia de que as drogas leves são menos perigosas e mesmo menos viciantes que o álcool ou o tabaco⁴¹.

Santana e Negreiros (2008) compararam duas amostras de jovens estudantes do secundário (283) e da universidade (199), e referem, no entanto, que apesar da maioria dos jovens (92%) testados apresentar abstinência ou consumo normal de álcool, dos 8% que apresentavam consumo de risco 61% eram universitários e 59% encontravam-se na faixa etária 20-24 anos. Adicionalmente encontraram uma correlação significativa entre o género e o consumo de álcool, ou seja, o consumo de álcool normal e o consumo de risco é mais frequente nos estudantes do sexo masculino, sendo os estudantes universitários do sexo masculino que apresentam consumo prejudicial e dependência, fruto muitas vezes do «binge drinking», ou seja, o consumo episódico de um número excessivo de bebidas alcoólicas fortes num curto espaço de tempo, com o objetivo de ficar inebriado o mais rapidamente possível, popularizado por muitos filmes e séries televisivas sobre jovens estudantes.

Verificamos ainda que para a população em geral as personalidades aditivas são efetivamente as que merecem maior discriminação, pois aos toxicodependentes seguem-se os alcoólicos nos grupos minoritários mais merecedores de ostracismo social. Apesar de apresentar uma percentagem elevada de discriminação (42%) na amostra estudantil, a perceção do alcoolismo enquanto fator de discriminação é apenas ligeiramente maior (44%) para a

⁴¹ Ao fazermos uma pesquisa sobre o assunto na internet deparámo-nos com inúmeros sites e iniciativas que veiculavam esta mensagem, inclusivamente sites criados no âmbito da área de projecto na escola que manifestavam explicitamente esta opinião, nomeadamente, <http://sites.google.com/site/drogas12c6>.

população em geral. O caso contrário acontece para o terceiro grupo de excluídos – as pessoas com passado criminal, ou seja, aqui a percentagem é de 42% para a amostra da população portuguesa e ligeiramente maior para os estudantes (44%).

Dadas as diferenças não serem estatisticamente significativas, podemos considerar que a perceção destes três grupos minoritários junto dos estudantes reflete a posição da sociedade portuguesa, ou seja, os toxicodependentes, os alcoólicos e as pessoas com passado criminal são as que estão sujeitas a maior discriminação na sociedade portuguesa em geral, pois a sua representação social tende a associar os dois primeiros conceitos a degradação e a destruição enquanto a toxicodependência é frequentemente associada à marginalidade e criminalidade (Pereira & Pires, 2006), embora no caso dos mais jovens a associação também seja frequente à noção de diversão (Calado & Lavado, 2010) esta insere-se no contexto dos consumos «recreacionais» e não no contexto da representação da toxicodependência propriamente dita, que continua a ter uma perceção francamente negativa. De qualquer modo a associação entre toxicodependência e criminalidade não é despicienda, pois os dados relativos ao abuso de drogas de forma prolongada antes e durante o período de reclusão, referem uma percentagem de 21% dos reclusos a consumir drogas injetáveis (mais frequentemente heroína) e 59% a referir o consumo de qualquer droga (Torres et al, 2008).

Podemos ainda observar que os para estes três itens as percentagens são superiores para a Universidade privada, ou seja, os alunos da Universidade privada expressam maior sentimento de discriminação face a estes grupos que os alunos das Universidades públicas, o que poderá indiciar uma perceção de maior distância social perante estes grupos, que são normalmente conotados com posicionamento socioeconómico mais baixo, pressuposição esta que parece ser suportada pelo facto dos alunos provenientes de agregados com rendimento superior a 2851 Euros manifestarem maior discriminação face a pessoas com passado criminal, e os alunos provenientes de agregados com rendimentos entre 501-1250 Euros manifestarem menor índice discriminatório.

No nosso estudo, encontramos maior discriminação para o grupo dos alcoólicos nos estudantes da Universidade do Norte, e para o grupo das pessoas desequilibradas para os alunos da Universidade do Sul, o que poderá dever-se à maior presença ou visibilidade deste ou daquele grupo nos diferentes contextos regionais. Das pesquisas que efetuámos, não encontramos nenhum estudo que pusesse em evidência a questão geográfica no tratamento das questões de investigação, quer no caso do alcoolismo, quer no caso da doença mental, apesar de haver um conjunto de autores que indicam a maior tendência para a discriminação das perturbações mentais nos meios urbanos em detrimento do meio rural, pelo que poderia ser interessante perceber realmente se a hipótese que avançamos é pertinente ou se as diferenças se

devem a outros fatores. Também não encontramos estudos que comparassem percepções de estudantes universitários e da população em geral perante esta questão, pelo que as questões de investigação que apresentamos precisavam de mais aprofundamento para poderem ser validadas.

Verifica-se também que outros grupos de pessoas estigmatizadas por comportamentos sexuais fora da norma padrão, ou seja, as pessoas com SIDA (6,5%) e os homossexuais (7,4%), apresentam valores de preconceito relativamente reduzidos quando comparados com os valores da população portuguesa em geral (23% e 28% respetivamente), possivelmente pela maior abertura à diferença e o maior nível de instrução, e especialmente pelo maior pendor pós-materialista das suas convicções, pois exibem um clima de tolerância face à diferença mais elevado. Estes valores apresentados pelos universitários contrastam, no entanto, com a quase unânime condenação da pedofilia, comportamento sexual desviante que foi adquirindo proeminência na comunicação social sensivelmente ao mesmo tempo que os restantes comportamentos aqui apresentados foram sendo «normalizados». O SIDA, que inicialmente tinha sido estigmatizada por ser conotada com «grupos de risco», prostituição, promiscuidade sexual e toxicodependência, é hoje encarada como uma doença crónica que atinge todas as camadas da população e a percepção de desvio no comportamento reduziu-se, e consequentemente adotou-se o discurso da normalização, ou seja, o poder acontecer a qualquer pessoa, o que obviamente reduz o índice de preconceito que lhe está associado. Nos trinta anos que passaram desde a primeira identificação da doença, os números da mortalidade por causa do VIH reduziram-se drasticamente junto dos homossexuais, o grupo de risco conotado inicialmente com a doença, e aumentaram drasticamente junto dos heterossexuais. Desmistificam-se as formas de contágio e identificam-se estratégias para o evitar, surgem medicamentos retrovirais que permitem controlar os sintomas e já não se fala de doentes de SIDA mas de seropositivos, testam-se todas as mulheres grávidas ou que pretendam engravidar, e instala-se um clima de normalidade perante a questão. A própria comunicação social, que inicialmente tinha instigado o pânico e o preconceito face a esta epidemia e aos infetados por ela, surge agora como desmistificadora e defensora dos direitos dos seropositivos, e como sabemos, o que já não gera polémica deixa de ser notícia.

A homossexualidade recebeu um tratamento semelhante por parte da opinião pública nos últimos anos. Inicialmente os homossexuais eram ostracizados e condenados à ocultação e à duplicidade, e mercê dos *lobbies gays* e das campanhas promotoras da tolerância face à diferença, a homossexualidade é agora aceite como comportamento sexual alternativo e em diversos países, Portugal incluído desde 2010, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado e fala-se atualmente na legalização da adoção por casais homossexuais. Tal grau de

normalização poderia fazer crer que o número de homossexuais tinha grande expressão demográfica, mas segundo Ferreira & Cabral (2010) a percentagem de indivíduos com uma orientação sexual alternativa ronda os 2-2,5% da população, se considerarmos o conjunto dos homossexuais e bissexuais⁴² e de 4-5% da população mundial, ou seja, um grupo claramente minoritário mas que consegue fazer valer os seus direitos.

A pedofilia não goza do mesmo beneplácito, pois a quase totalidade dos estudantes afirma uma notória discriminação contra a população que apresenta este comportamento. As imagens chocantes de crianças prostituídas e abusadas sexualmente e do pedófilo-predador fazem com que não haja qualquer margem para dúvida quanto à indesejabilidade destes indivíduos como vizinhos. Convém no entanto lembrar que até ao princípio do século passado na Europa, e ainda hoje em grande parte do resto do mundo, a prática do casamento com crianças era frequente. As legislações mais estritas, até então, falavam da idade núbil mínima de 12 anos, e apesar das pressões para alterar esta idade para os 18, ou 16 anos, em muitos países europeus, (Portugal incluído) a idade de consentimento é ainda 14 anos. Por outro lado desde os anos 90 que em alguns países europeus (Bélgica, França, Holanda e Reino Unido) foram apresentadas petições que visavam baixar a idade de consentimento para os 12.

Verifica-se ainda que alguns grupos étnicos específicos, como é o caso dos ciganos, continuam a manter esta prática de casamento infantil, pois há muitas crianças ciganas, maioritariamente raparigas, que «casam» com 9 ou 10 anos com outro membro do grupo, com a conivência dos pais e sem conhecimento oficial, pelo que a aplicação da lei é inviabilizada.

O grupo dos ciganos por outro lado apresenta uma percentagem de discriminação por parte dos estudantes que atinge os 40%. Este grupo minoritário pertencente a uma outra categoria, a das pessoas racializadas ou etnicizadas. Esta categoria tem por base, como refere Vala, Brito e Lopes (1999), uma “configuração multidimensionada, e tendencialmente articulada, de crenças e emoções negativas face a um exogrupo, ou a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado como um grupo “racial” a partir da cor” (Vala, 1999, p.32), ou, neste caso concreto, a emoções e crenças negativas face a um exogrupo objectivado como um grupo “étnico” com padrões culturais e atitudes que não conseguem ser integradas na norma. Os restantes grupos desta categoria (pessoas de outra raça, muçulmanos, trabalhadores imigrantes, judeus, negros e pessoas de cultura diferente da sua) por outro lado, apresentam para os universitários valores quase residuais (inferiores a 5%), o que de certa forma com algumas

⁴²Estudo “Comportamentos Sexuais e a infecção HIV/Sida em Portugal” do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), apresentação de resultados no dia 6 de Maio de 2008. Os resultados do estudo encontram-se em: Ferreira, Pedro Moura, Cabral, Manuel Villaverde (Eds.). (2010). *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio.

variações espelha o sentimento da população em geral que apresenta uma percentagem na ordem dos 46% para a categoria «ciganos» e os restantes valores, apesar de superiores aos registados pelos universitários, não ultrapassarem os 15%.

Poderemos aqui estar perante um exemplo daquilo que Vala (1999, p.35) refere como “teoria da ambivalência das atitudes raciais” que “pressupõe a coexistência de atitudes negativas (racistas) e positivas (anti-racistas) nos mesmos indivíduos. Assim não se trata propriamente da conceptualização de uma forma velada ou subtil de racismo, admitindo-se explicitamente que os indivíduos podem expressar abertamente tantas atitudes raciais positivas como negativas dependendo do contexto.”

Contudo, não deixa de ser interessante que os mesmos indivíduos (estudantes) que apresentem valores de 2% quando se referem a pessoas de outra raça e 1,5% quando a indicação é pessoas de cultura diferente da sua, apresentem uma reação de discriminação tão flagrante face aos ciganos. Este racismo flagrante face aos ciganos é uma constante na maior parte dos países europeus, por oposição aos restantes grupos, e Portugal, e mais concretamente os universitários portugueses, não fogem à regra. Estima-se que vivam na Europa há pelo menos 500 anos, e que apesar das tentativas de assimilação ou de perseguição, consoante os períodos históricos, sejam “entre sete e oito milhões de ciganos os que continuam a preservar o seu modo de vida, a sua forma de vestir, a sua atitude face à escola, à saúde, à habitação, ao habitat, à higiene. Numa palavra, a sua identidade cultural” (Moscovici e Perez, em Vala, 1999, p.104). A longevidade do cisma cultural, por um lado, e a indómita prevalência de valores culturais minoritários que enfatizam a diferença, por outro, poderão, na opinião dos autores, ser as razões pelas quais esta representação assaz negativa permanece, mesmo quando outros racismos se esbatem e subtilizam.

A manutenção inexorável dos costumes e tradições desta população e a sua resistência à assimilação cultural poderão ser então os motivos pelos quais há esta discriminação face aos ciganos. E os 40% que discriminam esta população poderão ser os mesmos que apontam a assimilação cultural como sendo mais benéfica para a sociedade no caso dos imigrantes, contudo não temos forma de confirmar esta questão de investigação. Por outro lado, ao introduzirmos o conceito-estímulo «preconceito» nas entrevistas obtivemos duas associações a «racismo e uma a «preto», contudo, e apesar da clara manifestação de ostracismo, não se verificou uma única referência a cigano, ou mesmo a associação de cigano a «imigrante», pelo que possivelmente não estaremos perante a mesma população. Por outro lado, a representação do cigano, e por extensão de toda a etnia cigana, como iletrado, não escolarizado, oportunista sem mérito, etc., pode também contribuir para esta perceção negativa, visto esta etnia

desvalorizar, por arrogância, tudo o que os estudantes e a sociedade em geral tende a valorizar: a educação, o esforço, o mérito.

Quanto à distribuição por género, verifica-se que os estudantes do sexo masculino apresentam maior propensão para a discriminação, pois discriminam mais os extremistas, quer de esquerda quer de direita, os homossexuais, os ciganos e os negros, o que poderá dever-se a uma representação de ameaça percebida do exogrupo minoritário contra o endogrupo, contra a qual os indivíduos do sexo masculino, a quem são tradicionalmente atribuídos papéis de defesa, devem reagir mesmo inconscientemente. Dos diferentes estudos sobre a temática do racismo (Vala, 1999, Pettigrew & Meertens, 1995, Nunes, 2010, Galeão-Silva, 2007) só os dois últimos, feitos no Brasil, referiam o maior pendor para a discriminação racial por parte dos homens. O estudo de Galeão-Silva (2007) inclusivamente utilizou estudantes universitários de São Paulo. Os dados do EVS 2008 apresentam uma diferença pouco acentuada face às pessoas de outra raça entre homens e mulheres (0,3%) o que não é significativo e mesmo valores mais elevados para as mulheres o caso dos ciganos. Quanto à discriminação face aos extremistas existe uma diferença ligeira (6%) com os homens a revelar maior intolerância nos dois casos e no caso dos homossexuais a diferença é efetivamente mais acentuada (8%). Estes dados no entanto, e especialmente no que toca ao racismo não suportam a noção de maior racismo por parte dos homens, visto os valores serem muito próximos. Possivelmente por apresentar maior interesse em política o sexo masculino será mais sensível á questão dos extremismos ideológicos que as mulheres.

Quanto à intolerância face aos homossexuais, possivelmente por a homossexualidade se apresentar como uma representação alternativa da sexualidade que contraria o ideal da masculinidade percecionada enquanto virilidade, força, robustez física (Amâncio, 1993) é encarada como uma ameaça aos valores heterossexuais da maioria, donde sofrer maior preconceito no masculino (Harek 1988). Verifica-se ainda que os indivíduos com posicionamento político mais à direita (nota-se também aqui maior presença de indivíduos do sexo masculino) apresentam maior tendência para discriminar de forma flagrante os homossexuais e os negros, (Vala 1999), o que, de certa forma, espelha a ideologia mais conservadora que defendem, e que atualmente enfatiza a questão dos valores morais e sociais (família, educação, virtude) e a questão da soberania nacional, que, na sua perceção, um e outro grupo minoritário estão a ameaçar.

A opinião face aos trabalhadores imigrantes parece ser bastante positiva, como podemos ver, visto que apenas 2,7% dos estudantes revelam o seu desagrado face a esta população, sendo os valores do EVS 2008 relativamente superiores (7,9%) mas mesmo assim dos mais modestos. Estes valores são, contudo, infirmados quando se solicita a opinião dos estudantes face à ação

governamental no caso dos imigrantes económicos, i.e. pessoas de países menos desenvolvidos. Só 13% manifestam uma posição de total abertura das fronteiras aos imigrantes, e, apesar de só 5% se manifestarem a favor da proibição – recordamos aqui que só 2,7% manifestava preconceito flagrante face a este grupo –, mais de 80% consideram que a condição de entrada está dependente de haver empregos disponíveis, ou seja, quando os portugueses estiverem todos empregados ou não quiserem aquela função então o trabalhador imigrante poderá assumi-la. Podemos aqui estar perante aquilo que Vala (1999) refere ser o «racismo subtil», ou seja, os estudantes universitários, que aliás se encaixam perfeitamente no perfil traçado pelo autor, (p.12) sendo mais escolarizados, mais jovens, e politicamente não conservadores, rejeitam as expressões flagrantes de racismo, mas tendem a considerar as minorias, neste caso os trabalhadores migrantes, como «os outros», pertencentes a um grupo à parte pelo qual não nutrem particular simpatia, em especial se consideram que estes trabalhadores poderão ocupar postos de trabalho que são pertença prioritária dos portugueses na opinião de 51% dos inquiridos.

Se considerarmos que a situação económica em Portugal se deteriorou e as taxas de desemprego aumentaram, podemos inclusivamente extrapolar dizendo que o número dos que consideram o emprego ser prioridade dos portugueses tenderia a aumentar, considerando que havia mais de 20% indecisos. Estes valores encontram eco nas respostas dos inquiridos portugueses do EVS 2008, ou seja, os valores médios da expressão aberta de rejeição de imigrantes são, como verificámos, relativamente baixos (8%), mas a discriminação no emprego a favor dos nacionais é muito elevada – 73% dos inquiridos concorda que se deve dar prioridade aos portugueses. Como observámos nas representações sobre a imigração aquando da realização das entrevistas, enquanto país de imigração recente Portugal ainda está muito disponível para acolher, pois recorda-se da sua história recente de emigração, e inclusivamente muitos dos estudantes contam com emigrados nas suas famílias, tendência que apresenta uma variação geográfica grande em termos norte-sul, com clara vantagem para o norte. No entanto, o estigma da ilegalidade, apesar de pouco referido, permanece associado a esta população.

No caso da manutenção das diferenças culturais ou da assimilação da cultura maioritária, verificamos que apesar de francamente maioritária a posição de integração, quase 40% dos inquiridos crê ser melhor a assimilação cultural, ou seja, estes indivíduos percecionam a sua própria forma de pensar e de viver como correta, normal e consequentemente consideram que os membros do exogrupo, por agirem de forma diferente estão a fugir ao padrão de normalidade, pelo que se torna necessário incutir-lhes a norma, padronizar o seu comportamento, assimilá-los, torna-los iguais.

Segundo Rokeach (1968) a semelhança entre valores e crenças conduz à atração entre dois grupos diferenciados, e a diferença cria tensões, faz aumentar a distância social e a percepção de ameaça aos valores do endogrupo quando confrontados com os valores do exogrupo. Grupos que preconizam valores que se encontrem nos extremos opostos do modelo das orientações culturais de valores (Schwartz, 2008) vão defender padrões de comportamento de tal forma diferentes que é necessário neutralizar uns em detrimento dos outros e normalmente o grupo maioritário prevalece face ao minoritário. Seria interessante perceber (contudo terá de ficar para um outro estudo, pois não dispomos de dados para tal) se esta posição se prende com um grupo minoritário emigrante em concreto, ou seja, se tinham um grupo específico em mente quando responderam a esta pergunta, ou se efetivamente consideram que a mono-tonia cultural é a situação mais acertada.

2.3.4.6. Representações sobre a Solidariedade e a prática do Voluntariado

O conceito de solidariedade deve a sua introdução nas Ciências Sociais a Durkheim, e segundo o autor diz respeito à relação entre indivíduo e comunidade. Segundo o autor diferentes tipos de solidariedade social correspondem a diferentes tipos de sociedades. Partindo de uma abordagem socio-evolucionária, Durkheim, na sua obra The Division of Labour in Society (1893), descreve a evolução das sociedades da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. Na primeira, a coesão da sociedade e a integração do indivíduo provém da homogeneidade: realização do mesmo trabalho, educação, religião e estilos de vida partilhados, característicos de uma sociedade em pequena escala de cariz mais agrário e/ou familiar. A solidariedade orgânica, por seu lado, ocorre nas sociedades modernas ou industriais sendo uma coesão social baseada na interdependência entre indivíduos provocada pela especialização do trabalho e consequente necessidade de recorrer aos outros, que podem ter valores ou interesses diferentes, para suprir as suas próprias necessidades. Segundo Durkheim, esta evolução resultou do natural crescimento populacional e resultante densidade populacional em certas áreas, o que conduziu à especialização do trabalho para satisfazer a procura, e consequentemente conduzir a uma «densidade moral», ou seja, a relações sociais mais complexas.

Contudo com o passar do tempo e a miscigenação com outros conceitos e outras ideologias, especialmente ideologias de esquerda, o termo solidariedade passou a usar-se para referir em termos laicos à caridade, prática de ajuda aos necessitados, enraizada no pensamento cristão. A ideia que lhe subjaz continua a ser a de integrar o indivíduo no seio da sociedade, contudo restringiu-se à questão da benfeitoria, à prática de auxílio aos mais necessitados em nome da justiça social. É nesta aceção que o conceito é usado aqui neste estudo.

Perante as mudanças que se vislumbram na sociedade dos nossos dias, alguns estudiosos de Ciências Sociais debatem a persistência da solidariedade e a sua pertinência num contexto de individualização, secularização e perda de identidade classista. Schwartz (1994) fala do contributo voluntário para o bem comum e a internalização da preocupação altruísta. Lipovetsky (1992) e Giddens (1991) referem a solidariedade como mais uma opção entre todas as que são oferecidas pela sociedade e que contribui para o processo de construção da identidade na medida em que permite descobrir valores em si mesmo e a autoexpressão: a minha escolha como voluntário identifica-me com este ou aquele movimento e permite que os outros se apercebam quem eu sou. “A ação benemérita já não se alicerça num imperativo universalista rigorista, ela é terapêutica e identitária; o novo individualismo não erradica a compaixão e o desejo de ajudar os seus semelhantes, antes une-os à busca de si mesmo.”⁴³ (Lipovetsky, 1992, p.184)

Para estudar a solidariedade considerámos duas vertentes: a preocupação com os outros (família, vizinhos, humanidade, grupos sociais desfavorecidos) e a disponibilidade para ajudar, não só a expressa mas também a praticada na medida em que se procurará materializar a solidariedade através da prática de voluntariado. Os dados apenas permitem estudar a pertença e a prática de voluntariado em associações, excluindo assim a solidariedade de cariz informal como a interajuda familiar (p.e., os avós ou outros familiares que se ocupam da guarda das crianças quando os pais estão no trabalho) e as redes de vizinhança, que contudo não parece revestir-se de particular relevância neste caso dada a idade, a ocupação e a proveniência urbana desta população.

Que toca à preocupação com os outros, as respostas foram superiores para a família (96,3%), seguido de os doentes e deficientes (75%) e dos idosos (73,8%) e ainda em terreno positivo os desempregados por 50,8%. Já abaixo do valor médio encontramos todos os outros grupos, encabeçados pela humanidade por 48,6%, sendo o grupo das pessoas da região a registar a menor preocupação (17,4%). De qualquer modo nestes grupos a resposta maioritária é «em certa medida» o que apesar de não implicar grande compromisso, ainda se considera socialmente aceitável.

Verificámos, como seria de esperar face aos valores registados anteriormente pelo item família, que a preocupação com a família é o valor mais consensual, uma vez que a sua linha de dispersão é a menor. Os grupos dos mais desfavorecidos, à exceção dos imigrantes, parecem também ser merecedores de preocupação, sendo os doentes e os idosos os que suscitam maior

⁴³ “L’action bienveillante ne s’arc-boute plus sur un impératif universaliste rigoriste, elle est Thérapeutique et identitaire ; le nouvel individualisme n’éradique pas la compassion et le désir d’aider ses semblables, mais les marie avec la quête de soi”

cuidado aos estudantes. Os desempregados situam-se quase no limiar mas, e dada a incerteza dum futuro profissional que paira sobre as cabeças dos estudantes, não é de espantar que recebam simpatia pois podem representar uma projeção eventual das necessidades dos próprios estudantes. Observa-se aqui que os estudantes de Engenharia, que apresentam maior convicção quanto à certeza das suas saídas profissionais, serem os que apresentam menor preocupação face a este grupo.

Ao observarmos os restantes grupos, verificamos que a Humanidade se sobrepõe a outros grupos em termos de preocupação. Este conceito vago de pertença à uma espécie sujeita aos caprichos da natureza, à fome e à guerra, a imagem televisionada do sofrimento humano num ponto longínquo do planeta suscita aquilo a que Lipovetsky (1992) chama «solidariedade epidérmica» ou seja, “*légère et ponctuelle, temporaire et indolore*” (p.173).

Surge de seguida a preocupação com os portugueses, que recolhem ainda quase 40% de simpatias. Contudo surgem depois dois grupos que parecem indiciar a maior universalidade desta amostra em relação à amostra total da população: os grupos que apresentam maior índice de preocupação são os imigrantes e os europeus e só depois surgem os vizinhos e as pessoas da região. Podemos estar aqui a observar o crescente individualismo que caracteriza a pós-modernidade, pois verifica-se o estíolar das relações de proximidade e o incremento da sensação de pertença planetária, como refere Lipovetsky (1992, p. 175) “o altruísmo do pós-materialismo deleita-se com a distância : tornámo-nos mais sensíveis à miséria exposta no pequeno ecrã que àquela imediatamente tangível, há mais comiseração pelo outro distante, que pelo nosso próximo do quotidiano.”⁴⁴ As redes de vizinhança, típicas de comunidades de escala mais reduzida e cada vez menos frequentes nas cidades, estão a ser substituídas por redes sociais que se encontram enformadas pela *World Wide Web*. Esta tendência para a globalização fazia-se já sentir, como vimos, na confiança expressa perante as instituições, em que os estudantes apontavam as organizações internacionais (ONU, União Europeia e NATO) como sendo as que mereciam maior confiança, em detrimento das organizações nacionais.

Ao compararmos a distribuição dos valores da amostra dos universitários com a amostra do EVS 2008, podemos verificar imediatamente que as discordâncias se situam especialmente nas categorias que expressam essa proximidade geográfica, mas sem vínculo relacional, ou seja, os vizinhos e as pessoas da região. Os inquiridos do EVS 2008 colocam os vizinhos no limiar das suas preocupações maioritárias, por 55%, uma subida de mais de 20% se considerarmos os 31,3% do EVS 1999 e de seguida os Portugueses com 47,7% dos inquiridos a expressar a sua

⁴⁴ “L’altruisme de l’après-devoir se complaît dans la distance: nous sommes devenus plus sensibles à la misère exposée par le petit écran qu’à celle immédiatement tangible, il y a plus de commisération pour l’autre distant que pour notre prochain quotidien”

preocupação. Seguem-se as pessoas da região por 44,1% e a Humanidade por 43%. Todos os valores sugerem que a preocupação é maior nos dias de hoje (2008) do que a expressa em 1999, visto todas as percentagens registarem aumentos de 15 a 20%.

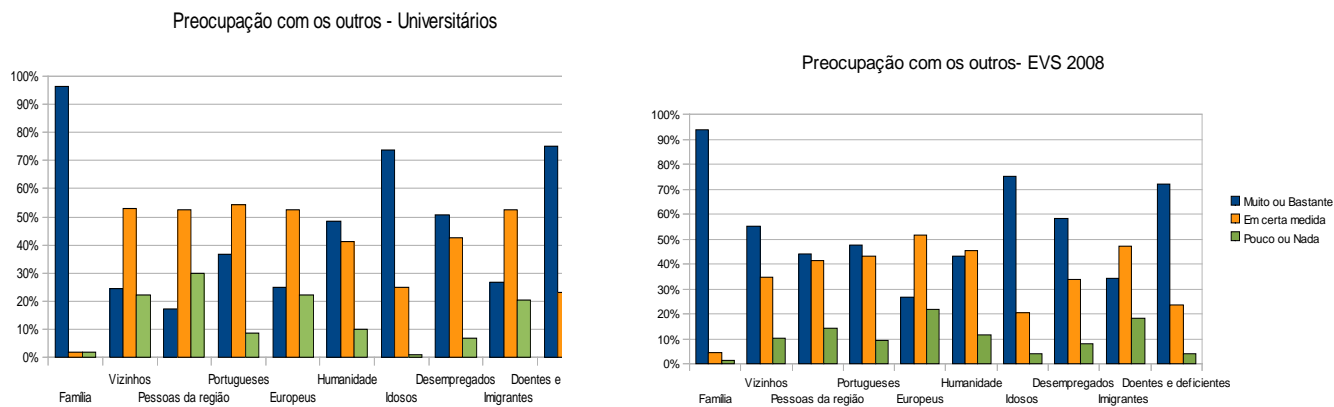


Figura 97: Comparação dos Universitários com os Portugueses em geral, quanto à preocupação com os outros

Conforme refere Delicado (2003) “Portugal é o país que demonstra os níveis de preocupação com os outros mais elevados, face aos congéneres europeus, sobretudo no respeitante à preocupação com os seus compatriotas, com a humanidade em geral e com os grupos mais desfavorecidos”. (p. 208), pois como podemos observar, e à semelhança dos universitários, os itens que mais preocupam os respondentes do EVS 2008 são a família, os idosos e os doentes com percentagens muito semelhantes às recolhidas para a nossa amostra. A inversão dos idosos/doentes que se verifica aqui será possivelmente devida à potencial proximidade de uma e de outra ao tratar-se dos jovens universitários ou da população em geral que é tendencialmente menos jovem. Seguem-se os desempregados, categoria que em 1999 não era merecedora de tanta preocupação, uma vez que não ultrapassava os 49%, e que agora consegue recolher mais de 58% das expressões de muita ou bastante preocupação. O sentimento de instabilidade económica e o aumento das taxas de desemprego poderão ser apontados como instigadores desta expressão, que não deixa de ecoar as preocupações, embora em menor escala, dos estudantes.

É muito interessante verificar que o agravamento das condições económicas e a instabilidade social, o aumento do desemprego e o crescente empobrecimento da população fez os Portugueses muito mais atentos às necessidades dos mais próximos (os vizinhos, os concidadãos, etc.). Parece que os valores do pós-dever, os valores pós-materialistas ainda (ou já) não fazem eco na mente portuguesa. Quando as realidades materiais são ainda uma necessidade e não uma certeza, o pós-materialismo desintegra-se no ideário da população, encontrando

apenas alguma expressão nos estudantes universitários que, para o bem e para o mal, se encontram maioritariamente em maior conforto material.

No entanto e no que toca à disposição para ajudar os outros verificamos que os universitários são bastante solícitos na sua intenção, e que as posições que assumem são perfeitamente consentâneas com as preocupações expressas, uma vez que, a família os doentes e os idosos são os que recebem maior intenção expressa de auxílio, contudo mesmo os vizinhos e os imigrantes recebem respostas afirmativas que colocam o valor médio num nível superior ao ponto intermédio da escala de medida, o que revela o carácter benevolente dos estudantes. Tal fenómeno não é, contudo, inesperado, pois já Schwartz (1992, pp. 11-12), no seu estudo sobre valores universais, coloca Portugal numa posição de compromisso entre a benevolência, ou seja a preocupação com o bem-estar dos que estão próximos nas interações sociais quotidianas, e o universalismo, a compreensão, a valorização, a tolerância e a proteção do bem-estar da humanidade, em geral, e da natureza. Verifica-se, ainda, que as estudantes do sexo feminino se preocupam mais e estão mais dispostas a ajudar que os seus congéneres masculinos, o que não é accidental, uma vez que as mulheres demonstram normalmente maior atenção e cuidado pelos outros e mais simpatia pelos fracos. (Hofstede, 1991)

O voluntariado, por seu lado, esteve presente desde sempre na história da humanidade, e foi assumindo diferentes formas de intervenção, por resposta às diferentes necessidades sociais e históricas. Inicialmente tinha por base relações de amizade e de boa vizinhança, contudo com a mutação da sociedade tradicional em sociedade moderna passou a assumir um espaço próprio para o exercício da cidadania muitas vezes complementando o trabalho de profissionais e de instituições sociais. O estado português reconhece o valor social do voluntariado na Lei nº 71/98 de 3 de Novembro, onde se define o conceito do seguinte modo: “Voluntariado é o conjunto de acções de interesse social e comunitárias realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.” (art.º 2.1)

Os diferentes tipos de associações revelam diferentes motivações para a atividade voluntária, ou seja, as atividades de ação social e comunitária, como apoio a idosos e doentes, desenvolvimento no terceiro mundo, etc., revelam uma maior atenção e cuidado com os outros, enquanto a pertença a associações de cariz político e/ou socioprofissional revela preocupações de cidadania e a pertença a grupos desportivos e culturais dá conta de uma vontade de viver em grupo, não isolado. “A pertença a associações é tomada geralmente como indicador do grau de coesão de uma sociedade (uma forma organizada de promover a ligação e a cooperação entre os membros de uma sociedade) e a vitalidade da sua cultura cívica (mesmo tomando como

referência as associações sem cariz político, atendendo q que a participação permite a entrada em redes de sociabilidade que facilitam não só a aquisição de informação como o desenvolvimento de competências de debate e influência sobre as decisões colectivas)” (Delicado, 2003, p. 233).

Quando inquiridos acerca da sua prática de voluntariado, da totalidade da amostra 29% referem que são voluntários em alguma organização, contudo quando verificamos a distribuição por tipo de universidade verificamos uma clara diferença, ou seja 25% dos alunos das Universidades públicas referem esta prática, por contraponto a 35% dos alunos da Universidade privada. A Universidade Católica, fazendo jus ao seu nome, tem desenvolvido ao longo dos anos uma política de incentivo ao voluntariado, e consequentemente tem apoiado inúmeras ações concretas de apoio social e caritativo, donde que é natural que os alunos desta universidade revelem uma maior prática voluntária. A Universidade de Aveiro também procura incentivar esta prática, desde 2011 com a VUAR (Voluntariado na UA em rede) que procura coordenar as diferentes atividades de cariz voluntario que já aconteciam e acontecem na instituição (LUA, HortUA, erasmus buddy, etc) razão pela qual a Universidade do Norte revela uma pertença voluntária quase duas vezes superior à Universidade do Sul. Por outro lado a Universidade de Lisboa, apesar de alguns núcleos de solidariedade e voluntariado pontuais dentro das faculdades não promove esta prática enquanto instituição, fato que poderá justificar a menor adesão dos seus alunos à prática do voluntariado.

Este número (29%) é, no entanto, bastante superior ao indicado no EVS para a totalidade da população, onde apenas 17,9% indicam ser voluntários. Este número que tem vindo a decrescer desde 1990 quando 34% afirmavam pertencer a uma associação, sendo 25,6% em 1999. Os números são significativamente melhores (23,5%) quando isolamos o grupo dos 18-25 anos, o que parece indicar que os jovens são tendencialmente mais adeptos à prática do voluntariado. Por outro lado reitera-se aqui o nível de escolaridade elevado como fator de pertença associativa e prática de voluntariado, facto que já havia sido remarcado nas vagas anteriores do EVS (Vala et al., 2003, pp. 238-241). De qualquer modo e quando comparado com a expressão que o voluntariado tem no resto da Europa e o crescimento que se tem verificado, os números portugueses e mesmo os números dos universitários são muito modestos. A média europeia regista-se na ordem dos 43%, tendo o voluntariado nos países do norte da Europa muito maior expressão que nos países da Europa do sul.⁴⁵ Considerando que a preocupação expressa com os outros apresenta níveis mais elevados em Portugal que nos restantes países europeus, surpreende-nos que esta preocupação não se traduza em ação.

⁴⁵ Delicado em Vala et al, 2003, p. 236-8, refere as razões para o fraco associativismo e voluntariado em Portugal.

Quanto ao tipo de associações promotoras de voluntariado as respostas mostram que para a amostra, a pertença é superior para organizações de desporto e recreio, e de atividades culturais, com perto de 15%, a que se segue o trabalho com e para jovens (escuteiros, guias, etc.) e as organizações ligadas à Igreja, ou seja, as associações promotoras de voluntariado mais tradicionais. As atividades que merecem menor interesse por parte dos universitários são as que se enfocam em questões mais recentes e típicas do movimento «New Age», nomeadamente, a promoção da paz, a ecologia, etc., e as que enfocam em questões do foro profissional, (sindicatos, etc.) que parece ainda não fazer parte do âmbito das preocupações destes universitários. Nota-se ainda que as escolhas dos estudantes do norte recaem mais sobre as formas de voluntariado mais tradicionais (desporto, atividades culturais, organizações ligadas à Igreja, etc.) e que os estudantes da universidade do sul optam por organizações de cariz mais pós-materialista, como ações comunitárias locais de apoio à pobreza, desenvolvimento do terceiro mundo ou apoio aos direitos humanos, promoção da saúde, etc. Verifica-se ainda que os estudantes da universidade privada também indicam maior pertença a este último tipo de organização voluntária.

A pertença a organizações de desporto e recreio é superior para o sexo masculino, enquanto a pertença a associações que promovem ações comunitárias locais de apoio à pobreza, à igualdade racial, etc. e o trabalho com/para jovens é superior para o sexo feminino, o que mais uma vez é revelador do papel de género normalmente associado aos indivíduos de um e outro sexo: homens mais competitivos, as mulheres mais prestadoras de cuidado e educadoras dos mais novos. A maior presença de indivíduos de um e de outro sexo poderá explicar a distribuição por área de estudos. Numa perspetiva de posicionamento político, verificamos que os estudantes de posicionamento mais à Direita se revelam mais voluntários que os estudantes mais à Esquerda. Esta questão estará possivelmente ligada à questão da universidade de pertença, pois como vimos a Direita era a posição predominante na Universidade privada, que apresenta também um maior número de voluntários.

2.3.5. Representações sobre a Moral e sobre a Religião

Moral e religião são dois campos que ainda hoje, e apesar da secularização das normas morais, se entrecruzam. Os Mandamentos, continuam hoje a ser tão atuais em termos de regulação dos comportamentos e relações humanas como foram há mais de três mil anos. O não matar, o não roubar, o não mentir, etc., são normas morais aceites na nossa sociedade, independentemente de se professar ou não uma religião. Contudo a razão pela qual associamos aqui estes dois campos é bastante mais prosaica. Na realidade as representações sobre a religião apresentam dados com muito pouca variância, pelo que atribuir-lhe um capítulo pareceu-nos

demasiado fastidioso, e considerámos então que não seria despicienda a sua colocação neste considerando a relação estreita que aparentemente existe entre as suas realidades. Dito isto, convém frisar que não será nossa intenção aprofundar este assunto e os dois campos serão tratados em separado.

3.4.1. Representações sobre Valores Morais: o Bem e o Mal, o Certo e o Errado

O bem e o mal são relativos para 69% dos universitários que consideram que o bem e o mal não podem ser vistos em si mesmos e independentemente das circunstâncias, mas têm de ser avaliado e discernidos casuisticamente. Apenas 20% os considera absolutos, ou seja, têm a certeza de saberem onde está o bem e onde está o mal quaisquer que sejam as circunstâncias. Este resultado aponta para uma relativização dos valores de bem e de mal, consequência de uma secularização da moral que se afasta de dogmas e verdades absolutas, e simultaneamente de uma maior abertura à racionalidade e ao conhecimento científico, se considerarmos que a mudança dos valores sociais se realiza de acordo com as duas dimensões propostas por Inglehart (1997), em que uma das dimensões reflete a clivagem da sociedade em torno da questão da autoridade, ou seja, as orientações tradicionais (religião, poder instituído,) por um lado, e as orientações mais seculares e racionais (lei, ciência) por outro, enquanto a segunda dimensão se centra na oposição entre valores de sobrevivência, típicos da sociedade moderna e valores de bem-estar, típicos da pós-modernidade. A sociedade pós-modernista torna-se também pós-moralista, uma vez que repudia a retórica da obrigação austera, integral, maniqueísta e simultaneamente, promove como corolário os direitos individuais à autonomia, ao desejo e à felicidade (Lipotetsky, 1992, p.16).⁴⁶ Ou seja, a sociedade pós-moderna é a sociedade que repudia todas as imposições morais, por serem excessivamente limitantes e rigoristas, e que apenas permite uma ética ligeira, prenhe de exceções e flexibilidades, que não cause tensões ou sofrimento no sujeito. Torna-se por isso cada vez mais complicado distinguir com certeza o bem do mal, o certo do errado.

Esta questão é central desde o dealbar da humanidade e durante muitos séculos, mercê de imposições rigoristas centradas em valores e dogmas religiosos, ou verdades dogmáticas e absolutas da ciência, esta antinomia era aparentemente de compreensão imediata. O bem é bom, é valor, o mal é mau, é anti-valor, e similarmente o certo é certo e o errado é errado. Esta visão maniqueísta entretanto esbateu-se, relativizou-se, pelo que a nossa tarefa de discernimento

⁴⁶ “une société répudiant de la rhétorique du devoir austère, intégral, manichéen et, en parallèle, couronnant les droits individuels à l'autonomie, au désir, au bonheur. Société délestée en son tréfonds des prédications maximalistes et n'accordant son crédit qu'aux normes indolores de la vie éthique. »

moral complicou-se, e desde que acordamos até adormecermos, enfrentamos mil e uma situações em que temos de determinar por nós próprios o que é bom e o que é mau, o que é certo e o que é errado. Ao substituírmos a autoridade moral exterior (igrejas, estado) pela autoridade moral interior (consciência) adquirimos maior liberdade e autoexpressão, mas também dificultámos a nossa vida, pois nada mais é certo, absoluto, bom para além de qualquer dúvida. E aquilo que é certo, absoluto e bom para um indivíduo poderá ser errado e mau para outro, pelo que, ao abandonarmos a sociedade moderna e os seus valores, abandonamos também a possibilidade da certeza moral. Na sociedade pós-moderna, tudo é relativo. A teoria da relatividade é levada às últimas consequências: dois referenciais diferentes (dois indivíduos, por exemplo) oferecem visões perfeitamente plausíveis, ainda que diferentes, de um mesmo efeito, pelo que já não existe a Verdade, mas sim a verdade de acordo com um indivíduo. O Bom, o Belo, o Justo, todas as noções que se procuravam afirmar como absolutas, relativizam-se.

Não é por isso de espantar que os valores morais que os universitários mais prezem apontem exatamente para esta questão da relatividade. O respeito, que recebeu valoração positiva imediata por parte de todos os entrevistados, é a epítome da relatividade, uma vez que se ancora na mutualidade, na reciprocidade da relação humana, na medida em que toda a verdade, leia-se percepção individual da realidade, deve ser respeitada, mesmo que seja contrária à minha e/ou se manifeste perniciosa, por ser expressão da individualidade de cada um. Neste clima de relatividade não é de estranhar que a autoridade receba valorações negativas, pois ao procurar impor, do exterior, uma norma moral, uma regra de conduta, ou mesmo uma obrigação legal, está em desacordo com o primado da relatividade. Igualmente o Belo ideal perdeu o seu atractivo, e a beleza, como tudo, é relativa. Já dizia Somerset Maugham que a perfeição tende a ser enfadonha, por isso, e apesar de se cobiçar a beleza alheia e de se gastarem milhões diariamente para atingir um ideal estético, a palavra de ordem é o sentir-se bem consigo mesmo, ser único e original. A originalidade substituiu a beleza, por isso, o belo deixou de ser atribuído a um sujeito e passou a referir-se à natureza, ao mundo, e todas as representações de beleza pessoal passaram a ser encaradas com neutralidade e mesmo negatividade, por se considerarem vaidade, autoconceito, visto tudo ser relativo.

Do mesmo modo, a justiça tornou-se relativa. Justo é aquilo que é legítimo, ou seja, que se baseia na lei, e equitativo, ou seja, no princípio da igualdade. Contudo as leis tornam-se cada vez mais arbitrárias, i.e., reúnem formalmente todos os elementos constitutivos da lei, mas ferem a consciência jurídica pelo tratamento absurdo ou caprichoso que impõem a certos casos, na medida em que se criam normas especiais para casos concretos e determinados, diferentes da norma que rege os casos gerais e que prevalecem sobre a lei geral (critério da especialidade), como é o caso da lei que regulamenta a contratação temporária da função pública (recibos

verdes), que atropela e infringe a lei geral do trabalho, mas continua a ser aplicada, conferindo à função pública enquanto empregador um tratamento discriminatório positivo. Muitas leis surgem devido à influência de grupos de pressão (*lobby groups*) que advogam interesses especiais para o seu grupo e consequentemente recebem tratamento legislativo especial, ou seja, criam-se normas especiais para dar resposta a determinadas necessidades de um conjunto específico de indivíduos, quer sejam associações profissionais, organizações internacionais, empresas, organizações não-governamentais, ativistas, etc., criando-se uma legislação feita à medida dos indivíduos. Lembre-se a questiúncula dos toiros de morte em Barrancos, que uma Lei nº 12-B/2000, de 8 de Julho, veio proibir, por pressão dos grupos ativistas pró-direitos dos animais, e que face ao notório desrespeito por parte da população de Barrancos, uma pequena vila alentejana com menos de 2000 habitantes, e a pressão dos grupos de aficionados e defensores das tradições nacionais, foi alterada pela Lei n.º 19/2002, de 31 de Julho, que cria um regime de exceção no sentido de atender a tradições locais e à expressão da cultura popular.

Como referimos anteriormente, os estudantes acreditam na justiça individual, ou seja, na capacidade de cada indivíduo tomar decisões eminentemente justas, mas a justiça enquanto abstração moral, enquanto princípio e instituição social está a ser posta em causa. O que nos leva perceber de que forma o certo e errado são relativos na opinião dos estudantes, uma vez que, para além de uma opinião, ou uma preferência, procurámos aqui perceber que comportamentos e atitudes sociais são justificáveis ou não justificáveis para os estudantes, usando uma escala de cinco posições que varia entre nunca justificável, ou seja a condenação absoluta, até sempre justificável, i.e. a aceitação total. Trata-se de comportamentos e atitudes que se relacionam com o indivíduo enquanto pessoa, como as atitudes perante a vida (suicídio, eutanásia, aborto) ou a sexualidade (infidelidade, homossexualidade), mas também enquanto cidadão, como o cumprimento da lei, as obrigações fiscais, etc.

A primeira conclusão a que chegamos é que os estudantes são tendencialmente moralistas, pois verifica-se uma propensão para a condenação, na maioria dos itens, exceção feita para o divórcio, a homossexualidade, a eutanásia e o aborto (áreas consideradas do foro pessoal), todos com valor médio superior ao ponto intermédio da escala de medida. Convém, no entanto, referir que mesmo estes valores nunca atingem o ponto quatro da escala, e que pelo contrário há o dobro das atitudes que não atinge sequer o nível dois. Estes resultados parecem indicar que existe um consenso alargado entre o que é considerado moralmente aceitável ou condenável, pois não se verifica uma completa individualização ou pulverização no sentido dos valores morais. Em segundo lugar, verifica-se, como percebemos, que as áreas onde a permissividade é maior são domínios relativos à sexualidade e à vida. Mais ainda, ao compararmos os dados com os recolhidos no EVS 2008 verificamos que os resultados são

consentâneos com os da generalidade da população portuguesa, visto que estes quatro são os comportamentos para os quais a percentagem de condenação absoluta é inferior a 50%. A ordenação no entanto difere da dos resultados obtidos junto dos universitários, ou seja, o divórcio surge em primeiro lugar com apenas 13% de inquiridos a condenar absolutamente este comportamento, em segundo lugar aparece a eutanásia por 31%, seguido do aborto por 33% e da homossexualidade por 38%. O que quer dizer que hoje em dia a indissolubilidade do casamento deixou claramente de ser encarada como valor, e o divórcio passou a ser aceite como moralmente correto.

Embora com uma aceitação maior por parte dos universitários que da população em geral, a homossexualidade, a eutanásia e o aborto, que eram considerados comportamentos moralmente incorretos, passam a ser encarados com normalidade, e justificados como sendo algo da esfera íntima do indivíduo, sem qualquer repercussão na esfera social. “Tal não significa que esses comportamentos e decisões não sejam socialmente e até legalmente regulamentados, mas são sobretudo vistos como dizendo respeito à própria liberdade do indivíduo e não condicionando ou afetando a liberdade dos outros.” (Vala et al, 2003, p. 103) Inclusivamente o comportamento que aparece de seguida com menor taxa de reprovação é ainda um destes comportamentos ligados ao foro íntimo: o ter relações sexuais com parceiros ocasionais, que, visto não atingir um valor médio na escala, ainda é considerado moralmente reprovável. E se atentarmos aos números dos estudantes que afirmam ter relações sexuais com parceiros ocasionais percebemos que não só é moralmente reprovável mas evitado pela larguíssima maioria.

Inversamente os comportamentos que os elementos da nossa amostra consideram menos justificáveis são o apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta, ou deitar lixo em locais públicos, guiar sob a influência do álcool e aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres. Estes são exatamente os itens que os portugueses e os europeus no geral no estudo de 1999 consideravam ser menos aceitáveis. No caso do EVS 2008, dois dos itens foram retirados contudo os que permanecem (apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta e aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres) continuam a ser os mais condenados. Verificamos que se falávamos de comportamentos do foro íntimo ou da esfera privada anteriormente, aqui nos encontramos claramente na esfera pública, ou seja, as ações mais condenáveis são aquelas que afetam negativamente os outros, sendo contrários ao princípio moral mais apreciado pelos estudantes – o respeito. Os atentados contra a cidadania e mais concretamente contra os outros indivíduos são os mais severamente condenados na medida que são encarados como desrespeito pela liberdade e direitos dos outros, e pelas leis que regem a sociedade.

Os comportamentos que se prendem à fuga às obrigações perante o estado (não passar recibos, não pagar impostos, reivindicar benefícios sem direito a eles) são os que aparecem de seguida na lista de condenações, o que parece indiciar que os estudantes universitários estão igualmente bastantes conscientes dos seus deveres cívicos.

Verificamos que, fiéis ao seu ideário mais progressista e liberal, os universitários com posição política na Esquerda consideram menos condenável o uso de drogas leves, o adultério, o divórcio, a eutanásia, a homossexualidade, o aborto, o suicídio e as relações sexuais ocasionais. Estes valores estão conotados, como já vimos, com uma maior permissividade moral no sentido de reconhecer que o direito de decidir sobre o corpo e a vida pertence à esfera da liberdade individual e que nenhum constrangimento coletivo se deve sobrepor a essa liberdade. Muitas destas questões são os cavalos de batalha no conflito direita-esquerda, pelo que estas posições são perfeitamente coerentes em termos ideológicos. Por questões de distribuição ideológica, como já referimos, verificamos que na Universidade privada os estudantes são tendencialmente mais conservadores e nas Universidades públicas mais progressistas, uma vez que a distribuição das respostas revela padrões semelhantes aos observados para o posicionamento ideológico.

2.3.5.2. Representações sobre Religião – Crença e Prática

Considerando que apenas um valor na ordem dos 8% referiu a religião como aspeto importante para a sua vida seria de esperar um número muito reduzido de inquiridos a indicar-se como pessoa religiosa, mas esse não é o caso. Na amostra, 63% são pessoas religiosas, 26% são pessoas não religiosas e 11% são ateus convictos. Os números do EVS 2008 referem 83% de inquiridos que se intitulam pessoas religiosas, 13% assumem-se como não religiosos e 4% como ateus, o que significará que a tendência para um aumento da secularização nas populações mais jovens. E as respostas obtidas no EVS 2008 relativamente à importância da religião (25%), confirmam a tendência e são francamente diferentes dos números apresentados pelos estudantes, sobrepondo-se mesmo à importância atribuída aos tempos livres (22%). Ao considerarmos apenas os respondentes com idades entre os 18 e os 25, verificamos que a religião, com 12% das respostas, demonstra valores, apesar de superiores, mais próximos dos apresentados pela nossa amostra. Já referia Fernandes (2003) a propósito dos resultados do EVS 1999, que é “entre os 18 e os 30 anos que se tende a considerar a religião como «nada importante». A variação vai aqui dos 16,6% (18-30 anos) aos 3,8% (61 e mais anos). A consideração da religião como importante tende a crescer ao longo do processo de envelhecimento das pessoas. Trata-se igualmente de um facto por toda a parte verificado”. (Vala et al, 2003, p. 131)

A percentagem de respostas “uma pessoa não religiosa” e “um ateu convicto” é superior para o sexo masculino e a percentagem de respostas “uma pessoa religiosa” é superior para o sexo feminino, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas, o que vem confirmar a tendência evidenciada nos estudos do EVS, nos quais as mulheres são as que encontram na religião maior importância. A observação da prática religiosa *in loco* sugere exatamente o mesmo, pois o *ratio* homens/mulheres é claramente favorável para o sexo feminino, confirmado pelos dados relativos à prática religiosa e à realização de cerimónias religiosas para assinalar ritos de passagem. Similarmente a crença em Deus tende a ser maior para o sexo feminino e a negação da transcendência maior para o sexo masculino. Poderíamos daí concluir que as mulheres são mais religiosas que os homens, contudo convém não esquecer que a religião é um espaço masculino por excelência, uma vez que são os homens que ditam as regras, as doutrinas, os preceitos em praticamente todas as religiões, e mais concretamente na Igreja Católica, a que 94% dos estudantes que se afirmam religiosos declaram pertencer. Apesar de mais presentes nos espaços físicos pela prática e presença nos ritos, “as mulheres continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas”(Nunes, 2005). Continua a ser-lhes negado o acesso ao sacerdócio, apesar de tantas campanhas para a promoção da igualdade de género, e só muito recentemente foram aceites como acólitos. A ideia do sacerdócio no feminino é frequentemente referida na comunicação social, e foi tratada com maior acutilância quando começou a haver ordenações de mulheres sacerdotes na igreja anglicana, contudo a cúpula eclesial católica foi unanime em afirmar que antes preferiam ter homens casados que mulheres como sacerdotes, tendo o assunto motivado o então Papa João Paulo II a lançar uma epístola relativa ao assunto (Ordinatio Sacerdotalis, 1994).

A maioria dos estudantes (94%), assim como a maioria da população (95%) que afirmam pertencer a uma religião, são católicos, contudo a confessionalidade não surge obviamente associada a uma prática religiosa. É-se católico por tradição, por que se foi batizado em criança e não porque se professa uma fé católica, ou se tem uma prática litúrgica, fato este que não é recente e que tem vindo a agudizar-se desde o início do século XX, com a implantação da república e a criação de um estado laico. Notou-se um período de alguma estabilização durante o Estado Novo, momento em que os laços entre estado e igreja se voltaram a estreitar, nomeadamente com a criação de movimentos católicos que procuravam ter um papel na ação social junto dos jovens (JAC; JEC, JIC, JOC e JUC – Juventude Agrária, Escolar, Independente, Operária e Universitária Católica respetivamente), pois notava-se desde já um afastamento progressivo da religião na transição da para a vida adulta. A revolução de Abril, a consequente secularização da sociedade fez novamente escalar não-prática religiosa. O

panorama português não era uma exceção, muito pelo contrário, seguia um padrão europeu de indiferença religiosa, ou arreligiosidade, que tinha motivado o Concílio Vaticano II (1962-1965) e levou o então Papa Paulo VI a escrever sobre a necessidade de recristianizar a Europa (*Evangelii Nuntiandi*", 1975).

O problema da indiferença religiosa persiste e amplia-se e verificamos que apenas 18% dos estudantes declaram ir uma vez, ou mais, por semana à igreja e apesar de não conseguirmos determinar se esta ida à igreja se reveste de um carácter mais intimista ou se visa uma celebração comunitária, somos levados a considerar que esta ida regular à igreja se prende com a prática dominical. Este valor é idêntico ao apresentado pelos inquiridos do EVS 2008, pelo que a secularização das gerações mais novas não se prende tanto com a prática religiosa regular, mas, como podemos observar, na não-prática, uma vez que as percentagens dos que nunca vão e/ou vão menos vezes que uma vez por ano são superiores para os jovens universitários atingindo valores superiores a 50%, não ultrapassando os 38% para a amostra da população portuguesa.

Comparando as diferentes vagas do EVS, nota-se um acentuado decréscimo (para metade) na prática religiosa, pois em 1999 eram 36,4% os que apresentavam idas semanais à igreja, e o grupo etário dos 18-30 apresentava uma prática mais reduzida, na ordem dos 23% (Fernandes, 2003). Dez anos depois verificamos que o fosso entre os dois grupos se esbateu, pois a percentagem dos jovens 18-25 no EVS 2008 apresenta um valor de 14,6% de prática dominical, sendo apenas 2,4% inferior à totalidade da população e inclusivamente 1% superior ao grupo 30-40 anos (os que na vaga anterior apresentavam o valor inferior face à população). Isto significa que não é já o grupo dos mais jovens que apresenta fraca prática religiosa, mas a totalidade da população.

Um dado curioso é que parte dos que se caracterizam como não-religiosos, ou mesmo ateus, sentem necessidade de marcar os ritos de passagem (nascimento, 64%, casamento, 67%, e morte, 74%) com uma cerimónia religiosa. De certo modo estes dados confirmam os dados obtidos para a amostra da população total, em que a morte é considerada o mais importante por 83% da amostra, surgindo depois o casamento, por 73% e o nascimento, por 71%. Verifica-se ainda que os respondentes do EVS mais jovens (18-25 anos) dão menos importância ao nascimento (68%) mas apresentam valores idênticos para o casamento e a morte. De observar que os inquiridos que apresentam um nível educacional mais elevados tendem a sentir menos necessidade em marcar os ritos de passagem, sendo os valores próximos dos obtidos para os estudantes – morte por 78%, casamento por 70%, e nascimento por 68%. A junção das duas variáveis (idade e nível de escolaridade) poderá explicar os valores mais baixos da amostra dos universitários.

Contudo estes valores demonstram que os ritos de passagem religiosos mantêm ainda uma forte radicação quer junto da população portuguesa em geral quer junto dos universitários, se bem que a motivação é mais o conformismo social, ou a tradição, que a devoção. Verificamos ainda que os estudantes da Universidade privada manifestam maior apego a estes ritos de passagem, apresentando valores iguais ou mesmo superiores aos da população em geral, o que poderá levantar as possibilidades de haver maior pressão social e/ou familiar para observar tradições por parte das classes economicamente mais favorecidas, ou poderá dar-se o caso de os próprios indivíduos serem mais tradicionalistas ou com maior índice de conformidade social, ou mesmo a ideologia política que perfilham maioritariamente ser mais propícia a esta prática, uma vez que os dados anteriormente expostos não revelam maior religiosidade, ou maior prática religiosa, desta população face aos estudantes das Universidades públicas.

Parece-nos também pertinente verificar que a Igreja enquanto instituição merece nenhuma ou pouca confiança por 55,5% dos estudantes universitários, e que apenas 10,9% lhe atribuem muita confiança. Números francamente diferentes continuam a ser apresentados pelos respondentes do EVS 2008, que evidenciam uma elevada confiança na igreja com 33% a afirmar confiar muito e 42% a confiar bastante, sendo que apenas 9% não confiam nada. Os jovens respondentes do EVS, embora apresentem valores mais modestos ainda apresentam uma tendência de confiança positiva, com 59% a confiar muito e bastante e apenas 13% a não confiar nada. Só quando cruzamos as variáveis idade com o nível de instrução terciária atingimos um nível de desconfiança semelhante aos resultados da nossa amostra, pelo que esta será uma tendência exclusiva dos jovens universitários.

Aparentemente, como demonstram os dados apresentados, é o aumento dos níveis de escolarização que é diretamente proporcional à diminuição da religiosidade, e não a idade. Contudo dada a tendência, que tem vindo a verificar-se nos últimos 20 anos do aumento do nível escolarização nas gerações mais novas é natural que as duas variáveis concorram para um mesmo resultado. De qualquer modo verifica-se que as sociedades mais secularizadas, ou seja, aquelas que apresentam percentagens mais baixas de indivíduos que se afirmam religiosos, como por exemplo os países escandinavos, são também as sociedades que apresentam níveis de escolaridade média mais elevados.

Esperávamos que a amostra da Universidade Privada (a Universidade Católica Portuguesa) fosse tendencialmente mais religiosa que a amostra das Universidades Públicas, contudo os valores são extremamente congruentes e praticamente todas as respostas dadas sobre este tema apresentam diferenças estatisticamente não significativas, o que parece querer dizer que ser religioso, ou católico não é condição para se frequentar a Universidade Católica.

2.3.5.3. Representações sobre a Transcendência

Num nível mais íntimo, ou seja, que não implique a mediação de uma religião, procurámos saber quais as crenças sobre a transcendência, sobre o divino e como podemos observar a larga maioria 75% dos universitários acredita no transcendente, acredita na existência de algo superior ao ser humano (Deus, um espírito superior, uma força viva) e apenas 11% acreditam que não existe nenhuma entidade superior, ou seja os que anteriormente de denominaram ateus convictos, pelo que é perfeitamente expectável. O interessante é verificar que o número dos que declaram acreditar nesta entidade superior é superior em 12% aos que se consideravam religiosos, o que parece indiciar que para estes indivíduos a crença na transcendência transcende a própria religião, visto não ser necessário ser «religioso» para se acreditar nessa entidade superior.

Dos 75% que creem na transcendência, 43% afirmam a existência de Deus, e 32% a existência de um espírito ou força viva. Estes valores aproximam-se dos registados, no EVS 2008, para os inquiridos com educação terciária, onde existe uma maior repartição entre a conceção humanizada de Deus e a ideia de um espírito ou força superior do que para os restantes níveis educacionais. Infirma-se aqui o que foi afirmado por Fernandes (2003, p.163) a propósito da radicação da crença de um Deus pessoal, ou seja, com rosto humano, nos grupos mais escolarizados em detrimento de uma visão espiritual que estaria mais presente nos indivíduos com níveis de instrução mais baixos. Faz sentido que indivíduos com menor nível educacional tendam a representar Deus enquanto figura humana ou humanizada, por uma questão de simplificação de processos mentais e que, pelo contrário, indivíduos com um nível educacional superior recorram a uma imagética mais científica e menos corpórea para explicitar o sentido de transcendência.⁴⁷ Neste grupo dos indivíduos com educação terciária nota-se também um número muito maior de indivíduos que não creem em nenhuma entidade superior. Quando isolamos os inquiridos do EVS com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, encontramos valores mais próximos com os da generalidade da amostra o que indicará que a idade poderá não ser o fator determinante na perceção da transcendência mas sim a escolaridade. A amostra do EVS 2008 apresenta valores muito superiores para a crença em Deus (69%) e muito inferiores nas outras questões, ou seja; crença num espírito ou força viva por 19%, não saber o que pensar por 7% e não acreditar em nenhuma entidade superior por 5%.

Quanto à importância de que se reveste Deus na vida dos estudantes universitários e comparando os valores com os dos inquiridos do EVS 2008, verificamos que Deus se reveste de

⁴⁷ Esta visão imaterial de Deus radica na Teologia e apenas os espíritos mais esclarecidos pela fé e pela educação conseguem apreender esta noção de um Deus invisível sem querer atribuir-lhe uma forma. (cf. Catecismo da Igreja Católica)

muito pouca importância para os universitários, e de muito maior importância para a população em geral.

Vala (2003, p 165-6) refere a variável idade como justificção para esta tendência ao referir que as gerações mais idosas mantêm os valores e as normas tradicionais, entre as quais a religiosidade, enquanto os grupos mais jovens adotam outras orientações, procurando romper com a tradição, referindo inclusivamente que “à medida que se passa dos valores materialistas para os valores pós-materialistas, haverá um certo repúdio das representações religiosas tradicionais e que os jovens são o grupo etário mais sensível a tal mudança”. Contudo os nossos dados, como já vimos tendem a apresentar outras variáveis concorrentes para esta explicação, nomeadamente a variável rendimento, pois observamos que quer a importância que Deus tem na vida, quer a prática religiosa, diminuem com o aumento do rendimento, o que parece querer confirmar a tese de Inglehart exposta por Fernandes (2003, p.166), que “os pós-materialistas têm cerca de duas vezes mais tendência do que os materialistas a declarar que Deus tem pouca importância na sua vida”, e paralelamente o nível educacional, pois os indivíduos com um nível de escolaridade mais elevado tendem a atribuir menor importância a Deus e à religião, sendo mais secularizados, na medida em que baseiam mais as suas decisões em fatos e evidências científicas e menos na fé ou na superstição.

4. Conclusões

Este estudo sobre os valores e a representação social dos valores que empreendemos junto dos estudantes portugueses neste nível de ensino terciário, visava esclarecer se efetivamente existe um quadro de referência homogéneo em termos valorativos que subjaza às atitudes perante a vida desta «elite intelectual», que como vimos tem experimentado um engrossar das suas fileiras nos últimos vinte anos, mercê de um acesso mais democratizado ao ensino superior.

As questões a que nos propúnhamos responder eram as seguintes: como se caracterizam os estudantes universitários portugueses em termos de valores? Que valores norteiam as suas relações com o mundo e com os outros e que representações sociais fazem os estudantes deles?

Para isso elaborámos um conjunto de questões de investigação, a saber:

1) Há uma matriz comum a todos os universitários portugueses em termos de valores e representações sociais, ou

1.a) a pertença a uma determinada universidade, pública ou privada, determina quais os valores e as representações dominantes;

1.b) existe diferenciação geográfica, ou seja, o fato de se ser oriundo do norte, tendencialmente mais rural, ou do sul, mais urbano, determina o tipo de valores a que se adere;

1.c) os valores e representações sociais dominantes variam de acordo com a área de estudos que os alunos escolheram;

1.d) há disparidades de valores preferenciais consoante o género;

1.e) há distinções de valores preferenciais consoante as origens socioeconómicas dos estudantes;

1.f) existe diferenciação ideológica, ou seja, os valores variam de acordo com a ideologia política a que se adere.

2) os valores e representações sociais dos estudantes universitários portugueses diferem dos valores e representações sociais da população portuguesa em geral.

2.a) a diferença depende da variável idade

2.b) a diferença depende da variável nível educacional

Para testar as nossas questões de investigação procedemos à preparação de um questionário sobre valores, baseado no European Values Survey (EVS), um instrumento de pesquisa empírica de valores validado ao longo do tempo, pois tem vindo a ser usado desde os anos 90 em Portugal integrado no programa Atitudes Sociais dos Portugueses do Instituto de

Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O fato de se ter realizado uma edição do EVS em 2008, permitiu-nos usar os dados entretanto publicados para comparar os nossos resultados com os resultados desta 4ª edição, e sempre que pertinente com dados recolhidos nas edições anteriores. O nosso questionário permite, à semelhança do EVS, a análise empírica dos padrões de valores, mas não de forma direta uma vez que os valores são inferidos das respostas a proposições atitudinais, a perguntas de opinião e a perguntas sobre intenções comportamentais a propósito de diferentes aspetos da vida dos estudantes universitários: família, religião, trabalho, política e sociedade. Numa segunda etapa, examinámos a temática dos valores e especialmente a sua representação social através de entrevistas, onde utilizámos técnicas específicas à recolha de representações sociais, nomeadamente, as associações de palavras e a construção de mapas mentais. Os resultados obtidos nas associações livres aos diversos conceitos-estímulo foram apresentados utilizando a representação gráfica da árvore máxima de similitude (Flament, 1986), que possibilita visualizar a frequência e a organização das associações recolhidas. Entendemos que a frequência dos vocábulos se correlaciona com a sua centralidade, e que as associações frequentes entre conceito significam que pertencem à mesma representação. O nosso trabalho tinha assim um duplo objetivo: por um lado identificava o quadro de referência dos estudantes em termos de valores sociais; e por outro lado, explicitava a forma como os estudantes se relacionam com esses mesmos valores, através das representações sociais que constroem sobre o tema.

A amostra era constituída por 405 alunos, de três Universidades Portuguesas escolhidas pela sua boa reputação académica e pela sua dimensão, sendo uma universidade privada, a Universidade Católica Portuguesa (UCP) e duas universidades estatais, a Universidade de Aveiro (UA) e a Universidade de Lisboa (UL). Consideramos, para testar a questão geográfica, que a Universidade de Aveiro representava o norte do país, e a Universidade de Lisboa representava o sul do país, dividimos os estudantes por escalão de rendimento do agregado familiar, o que nos permitia testar a questão da pertença socioeconómica, e usamos o autopoicionamento ideológico indicado pelos alunos para avaliar a questão da diferenciação ideológica, procedendo a uma análise de tipo comparativo.

Na generalidade, os seres humanos adaptam os seus valores às circunstâncias da sua vida, ou seja, as realidades que valorizam variam de importância tendo em conta a presença ou a escassez de uma determinada circunstância, e os estudantes universitários, dadas as suas características demográficas, apresentam tendências claras para a abertura à mudança (autodireção e estimulação), para o hedonismo, para o autoengrandecimento (poder, ambição), apresentando fraca tendência para valores ligados ao conformismo e à tradição. As variáveis demográficas, idade e o nível educacional parecem efetivamente, e como verificámos, determinar

as prioridades em termos de valores, visto que determinam grandemente o tipo de vivências e as circunstâncias da vida a que um indivíduo está exposto, donde serem determinantes na explicação das diferenças entre os universitários portugueses e a população portuguesa em geral. As variáveis género, estatuto socioeconómico de origem e posicionamento ideológico mostraram-se igualmente pertinentes para determinar as diferenças no seio da amostra dos universitários, mais do que o tipo de ensino (privado ou público) ou a área de estudos. Posto isto, vamos então procurar responder às nossas questões de investigação:

1) Há uma matriz comum a todos os universitários portugueses em termos de valores e representações sociais:

Que conclusões podemos então retirar do nosso estudo? Existe, ou não, um quadro de referência, uma matriz em termos de valores específica aos universitários portugueses? Os resultados do estudo parecem corroborar que há um conjunto de valores que constituem uma base comum aos universitários portugueses, nomeadamente uma orientação cultural para a autonomia intelectual e emocional, o que significa que enfatizam a liberdade de pensamento, a criatividade e a curiosidade, por um lado, e o prazer e a vida excitante e variada, por outro; e também uma orientação cultural para o igualitarismo, ou seja, os estudantes valorizam a igualdade, a justiça social, a responsabilidade, a ajuda e a honestidade (Schwartz, 2009). No caso da população portuguesa em geral, não podemos afirmar com tanta certeza, pois apesar do igualitarismo nos parecer estar presente como orientação cultural para os valores, a autonomia, quer intelectual, quer emocional não nos parece ser tão relevante. Contudo falaremos mais tarde e com mais pormenor desta questão da adequação ou não dos resultados à população portuguesa, para já o que nos interessa é traçar o perfil dos universitários.

A orientação para autonomia intelectual e a tendência para a autodireção parece ser partilhada pela maioria dos estudantes, que assumem maioritariamente uma perspetiva meritocrática, valorizando o esforço individual para atingir um objetivo e o trabalho como meio para desenvolver plenamente as suas aptidões. Esta questão assume ainda maior pertinência quando o que está em causa é a dicotomia autonomia/obediência, pois mesmo no mundo do trabalho, geralmente pautado por relações hierárquicas rígidas, os estudantes não se mostram dispostos à obediência sem restrições, especialmente se a ordem fosse contrária ao que consideram como correto. Poderemos estar aqui perante uma mudança de paradigma em termos de obediência aos superiores, típica da pós-modernidade (ou ultramodernidade), onde o respeito para com os diferentes *stakeholders* em presença, substituirá o dever de obediência ao empregador, como se observa já ser o caso das equipas de alto rendimento nas organizações aprendentes ou autenticizadoras (Pina e Cunha et al, 2003; 2005).

As representações sociais dos conceitos responsabilidade e mérito são muito positivas, por contraponto às dos conceitos autoridade e submissão, o que implica que os primeiros são encarados como valores importantes, como vemos quando os estudantes referem as qualidades a passar à próxima geração, ou seja, o sentido de responsabilidade e o esforço (capacidade de trabalho). Como verificámos a questão do mérito, que podemos associar à tendência para o autoengrandecimento que caracteriza esta população, reveste-se de particular importância para os estudantes universitários, na medida em que a sua percepção de mérito se baseia na recompensa social resultante do esforço individual, aliado a competências e aptidões pessoais que geram sucesso sendo inclusivamente o acesso ao ensino superior percebido já, e por si, um fator digno de mérito (e orgulho). Nesta perspectiva os indivíduos consideram-se responsáveis pela criação do seu próprio sucesso que resulta de um esforço e dedicação continuados.

A percepção deste sucesso e mérito individual leva-os a considerarem-se membros de uma elite, e consequentemente colocarem-se à parte das atribuições que fazem para a maioria da população, nomeadamente no que diz respeito aos comportamentos moralmente reprováveis, de que falaremos adiante, e simultaneamente leva-nos a colocar a questão do tipo de valores igualitários que os estudantes parecem defender, pois parece-nos que a noção de igualdade no tratamento do endogrupo (elite com habilitação terciária) não corresponde a igualdade de tratamento do exogrupo (os outros portugueses). Mas disto falaremos a propósito da igualdade.

Ainda no escopo da autonomia intelectual, e claramente associado à liberdade de pensamento, encontramos a questão da defesa do ideal democrático não obstante a percepção social expressa do político como mentiroso, corrupto e descredibilizado, o que os leva a manifestar pouca ou nenhuma confiança nas instituições políticas. As formas alternativas de expressar a cidadania democrática, desde que inscritas num quadro de legalidade e de respeitabilidade, (especialmente o assinar petições ou abaixo-assinados, muito facilitado pelo uso da internet) são formas de participação política muitíssimo frequentes junto dos estudantes portugueses. Em termos de posicionamento ideológico, no geral, nota-se nos estudantes uma tendência mais para a direita, especialmente no que diz respeito à autonomia (dos indivíduos e das empresas) face ao estado, e mesmo na tendência mais centro-direita das suas intenções de voto.

A contracorrente desta tendência para a autonomia intelectual, encontramos a questão da religião, pois apesar de apenas um número muito reduzido lhe conferir importância, a grande maioria assume-se como religiosa e mais ainda parecem sentir necessidade de marcar os ritos de passagem com uma cerimónia religiosa, o que indica claramente, visto não ser por devoção, um claro apego à tradição, ou à convenção social, típico da orientação para valores de conformidade.

A orientação para a autonomia emocional e mais concretamente para o hedonismo é também notória nesta população, que considera que o trabalho é importante como fonte de realização pessoal, mas não deve sobrepor-se a outros aspetos da vida, como o convívio com os amigos ou o lazer. Esta orientação para valorizar experiências emocionais positivas para si próprios preside também as escolhas dos estudantes quanto à importância do amor como condição essencial para o relacionamento sexual. A sexualidade é aliás encarada, pelos estudantes, com a naturalidade devida a uma necessidade fisiológica cuja satisfação proporciona prazer, pois apenas um número residual considera a virgindade até ao casamento, contudo integram também na sua representação a noção de relacionamento afetivo, pois associam sexo a amor, compromisso e relação, verificando-se ainda que a larga maioria dos estudantes apresenta representações muito positivas face ao casamento. Estamos, por isso, ainda (ou já?) longe de um ideal de relacionamento sexual sem restrições, pois o relacionamento sexual impessoal não parece gozar de grande aceitação nesta população.

Apesar deste ideário de cariz amoroso, verificamos também, e mantendo esta ideia de autonomia emocional, que a conjugalidade, e mais especialmente a parentalidade, quer no feminino quer no masculino, já não parecem ser essenciais para a sua felicidade e realização pessoal. A realização dos objetivos profissionais, garante de estabilidade económica, e a tendência para ambicionar uma vida excitante e variada fazem com que estes jovens antevejam estas duas situações, especialmente a segunda, ainda num horizonte longínquo, pelo que possivelmente para já irão contribuir para o engrossar das fileiras das famílias unipessoais, ou dos casais “DINKs” (Double income, no kids).

Quanto à orientação para a igualdade nota-se aqui uma clara tendência para o reconhecimento dos outros enquanto pessoas com igual dignidade e direitos, nomeadamente no que diz respeito à questão da igualdade de género, pois a larguíssima maioria dos estudantes é favorável ao emprego no feminino, embora se note ainda uma certa tendência (minoritária) para considerar que isso pode impactar negativamente os filhos, e à contribuição de ambos os cônjuges para a economia doméstica, quer em termos de salário quer na partilha das tarefas, embora este último mereça menor entusiasmo. De igual modo, quase todos são perentórios a afirmar que pai e mãe são igualmente competentes na educação dos filhos. Para além destas questões, e ainda dentro da igualdade de género, temos a assinalar que, contrariamente ao script do duplo padrão que atribui normalmente maior atividade sexual ao masculino, na nossa amostra, os estudantes e as estudantes apresentam índices de frequência quase iguais no caso das relações sexuais com o parceiro.

Verificámos ainda que, na generalidade é expressa a maior importância aos aspetos valorativos associados à igualdade, nomeadamente o respeito mútuo, a comunicação, a

tolerância, a honestidade, quer o âmbito das relações conjugais quer ainda nas qualidades a passar à próxima geração. Parece-nos, no entanto, que há alguma areia nesta engrenagem igualitária, nomeadamente no que diz respeito a duas questões essenciais: o individualismo meritocrático e a discriminação.

Dada a propensão para o autoengrandecimento, verificamos uma séria propensão para o individualismo meritocrático nos estudantes portugueses dada a (auto)perceção do seu estatuto excecional, o que a sociedade portuguesa tende a corroborar, pois à maior ou menor escolaridade ainda é associada maior ou menor importância social. Daí que verificamos a perceção de que os outros (os que não conseguiram sucesso académico, ou seja, quase todos os portugueses) se comportam, com frequência, de forma cívica e moralmente condenável, fugindo aos impostos, guiando sob influência de álcool, deitando lixo em locais públicos, ou tendo relações com parceiros ocasionais, e os que vivem com dificuldades económicas são considerados preguiçosos, contrariando o que foi indicado por Delicado (2003) a respeito da categoria social mais predisposta a explicações sociais da pobreza, que parecia descrever ao pormenor a nossa amostra (mais jovens, mais escolarizados, estudantes, solteiros sem filhos, habitantes de grandes cidades, mais expostos aos meios de comunicação social, mais favoráveis a valores pós-materialistas e de fraca religiosidade). No nosso estudo, observamos que os fatores de ordem económica são a variável mais importante: quanto mais alto o rendimento maior a tendência para justificações sociais. Poderá dar-se o caso de que os indivíduos pertencentes às categorias de rendimento inferiores a 2850 Euros façam o paralelo com a sua própria situação e experiência de vida e considerem que com esforço e dedicação ao trabalho as pessoas conseguem ultrapassar as dificuldades económicas, donde atribuírem a causas individuais e não sociais o sucesso ou o insucesso (o individualismo meritocrático).

Quanto à questão da tolerância e do preconceito, apesar de todas as associações censórias feitas aquando da realização das entrevistas, que o caracterizam como errado, idiota, a não existir, etc., este continua efetivamente a manifestar-se, na proporção direta da distância social percebida. No caso concreto dos estudantes verificamos uma tendência para a discriminação das pessoas desequilibradas, dos toxicodependentes, das pessoas com passado criminal, e dos alcoólicos. No caso deste primeiro grupo, que constitui quase um quarto da população portuguesa, colocamos a pressuposição da perceção pessoal de saúde mental junto dos estudantes universitários ser superior à perceção da população em geral, uma vez que são mais jovens, têm uma educação de nível superior e são maioritariamente provenientes de agregados familiares com rendimentos acima da média, o que poderá fazer aumentar a perceção de maior distância social face a este grupo e consequentemente aumentar a expressão da discriminação (Ferreira & Santana, 2003). A questão que se nos afigura preocupante, e

possivelmente digna de estudo posterior, é que estes indivíduos estarão dentro de alguns anos em posições de responsabilidade dentro de empresas e organizações profissionais. Será que conseguirão distanciar-se deste preconceito quando colocados numa situação de recrutamento de uma pessoa com historial de desequilíbrio mental? E dada a tendência para o aumento do número de casos que tem vindo a verificar-se, haverá um aumento ou uma diminuição desta intolerância?

Uma outra questão interessante quanto a estes grupos discriminados prende-se com a distinção entre toxicodependentes e consumidores de drogas leves, pois o último grupo merece inclusivamente pouca recriminação por parte dos estudantes, enquanto o grupo dos toxicodependentes e alcoólicos é encarado com particular intolerância. Esta discriminação tão flagrante face aos toxicodependentes parece-nos um caso de duplo padrão, uma vez que a noção de toxicodependência surge associada ao consumo de «drogas duras» e não de drogas «recreacionais», muitas vezes consideradas menos perigosas e mesmo menos viciantes que o álcool ou o tabaco.

Observamos ainda a coexistência de atitudes negativas (racistas) e positivas (anti-racistas) nos estudantes, exemplo claro da “teoria da ambivalência das atitudes raciais” (Vala, 1999), na atitude claramente discriminatória face aos ciganos e virtualmente indiferente face aos outros grupos raciais. A representação da etnia cigana, como não escolarizada, oportunista e sem mérito, contribuirá seguramente para esta perceção negativa, visto esta etnia desvalorizar o que os estudantes tendem a sobrevalorizar: a educação, o esforço, o mérito. Notamos ainda a presença de algum racismo subtil, especialmente na abordagem aos trabalhadores imigrantes, que consideram um grupo à parte, e que será bem aceite se houver empregos disponíveis para eles, caso contrário deve deixar os empregos disponíveis para os portugueses, atitude certamente cimentada pela atual crise económica, devendo ainda, na perspetiva de 40% dos estudantes, submeter-se à assimilação cultural.

Há ainda um conjunto de outras questões que nos parecem pertinentes pois parecem indiciar que os estudantes universitários são eminentemente moralistas, o que resta saber é se se trata de conservadorismo moral ou de moralidade pós-convencional (Kohlberg, 1984). A condenação quase unanime de determinados comportamentos parecem indiciar que existe um consenso alargado entre o que é considerado moralmente aceitável ou condenável, pois não se verifica uma completa individualização ou pulverização no sentido dos valores morais, apesar da relatividade moral expressa em termos de bem e mal. Verifica-se que as áreas onde a permissividade é maior são domínios relativos à sexualidade e à vida (homossexualidade, aborto, divórcio e eutanásia), considerados aspetos do foro íntimo, enquanto os atentados contra a cidadania e mais concretamente contra os outros indivíduos são os mais severamente

condenados na medida que, sendo da esfera pública, são encarados como desrespeito pela liberdade e direitos dos outros, e pelas leis que regem a sociedade.

O aborto, por seu lado, e apesar de não merecer particular condenação, é uma questão dilemática para os estudantes pois continua a encontrar-se no limiar da moralidade. Contrariando algumas das conclusões retiradas por Vala et al, 2003, no que respeita aos partidários do «sim» à interrupção da gravidez, pois aparentemente nem a despenalização, ou mesmo a legalização, da IVG faz com que o comportamento seja considerado moralmente correto, pois se é moralmente defensável, para os universitários, que se interrompa uma gravidez inviável ou perigosa, ou cujo resultado seja uma criança com deficiência, ou ainda aquela resultante de uma violação, a ideia de interromper uma gravidez «porque se quer» ainda lhe é difícil de aceitar.

Em suma e retomando a classificação de Schwartz (2009) que colocava Portugal no triângulo entre a autonomia intelectual, a autonomia emocional e a igualdade em termos de orientações culturais para os valores, podemos considerar que em termos de autonomia, os estudantes universitários parecem conformes ao apresentado pelo autor. Quanto à orientação para a igualdade, os nossos dados sugerem duas questões distintas, se por um lado a igualdade enquanto abstração é considerada importante e consequentemente as posições expressas tendam a salientar esta postura, na medida em que se enfatiza o respeito, a tolerância, o diálogo, etc. Por outro lado verificamos que a propensão meritocrática tende a impor-se no campo das atitudes e comportamentos que levam a percecionar, creio que de forma inconsciente, os outros como inferiores, pois são mais pobres, mais ignorantes, mais incumpridores das leis e normas sociais, mais preguiçosos, em suma, mais sem mérito. Seria interessante poder estudar mais profundamente esta questão da meritocracia que aflorou frequentemente neste trabalho, pois parece querer apontar para uma maior implacabilidade dos sujeitos que se consideram merecedores dado o seu sucesso académico e expectativa de sucesso profissional, que não se coaduna de todo com uma orientação para a igualdade.

1.a) A pertença a uma determinada universidade, pública ou privada, determina quais os valores e as representações dominantes:

Verificámos efetivamente diferenças nos resultados dos estudantes da Universidade Privada face aos estudantes das Universidades Públicas, mas contrariamente ao que seria de esperar visto tratar-se da Universidade Católica, não encontramos maior religiosidade, ou maior prática religiosa, nesta população. Verificamos apenas que os estudantes da Universidade privada manifestam maior apego aos ritos de passagem, o que poderá levantar as possibilidades

de haver maior pressão social e/ou familiar para observar tradições por parte das classes economicamente mais favorecidas, ou poderá dar-se o caso de os próprios indivíduos serem mais tradicionalistas ou com maior índice de conformidade social. Os resultados no global parecem confirmar que em algumas questões estes estudantes parecem exibir um maior conservadorismo de posições, ou maior conformismo social, pois enfatizam questões de estatuto social e de etnia na escolha do parceiro, de cumprimento do seu dever laboral, e revelam um posicionamento ideológico expresso e medido mais à direita. Verificamos ainda que os estudantes do ensino público referem mais frequentemente não votar enquanto os alunos do ensino privado referem mais frequentemente votar em branco ou votar nulo, preservando a expressão mais tradicional do exercício da democracia, mas simultaneamente, e pela contestação dentro do sistema, indicando que apesar de participar, o cidadão não se revê em nenhuma das forças políticas.

Verificamos ainda que a incidência de valores materialistas é mais notória na Universidade privada e menor em termos de indivíduos que apresentam valores mistos, o que poderá dever-se ao seu ideário político colocado mais à direita e talvez aos valores que lhes são transmitidos pela família, pois, e contrariamente aos que seria de pensar, considerando a hipótese da escassez de Inglehart (1997), não encontramos diferenças significativas no que toca à distribuição por rendimentos, ou seja, os indivíduos não são mais ou menos materialistas considerando a sua condição económica.

Observamos também que os alunos da Universidade privada expressam maior sentimento de discriminação face aos toxicodependentes, aos alcoólicos e às pessoas com passado criminal, o que poderá indiciar uma perceção de maior distância social perante estes grupos, que são normalmente conotados com um posicionamento socioeconómico mais baixo.

Inversamente notamos uma posição de maior liberalismo por parte dos alunos do ensino privado quer na concordância com a autonomia da mulher pelo emprego, quer na maior predisposição para correr riscos e aceitar um futuro mais incerto, monetária e geograficamente, mas com maior potencial de crescimento e promoção profissional.

Hesitamos no entanto em atribuir as causas das diferenças apontadas ao fato dos alunos se encontrarem numa instituição de ensino privado, pois consideramos que as explicações socioeconómicas parecem ser mais pertinentes. Contudo, dada a quase coincidência entre os grupos, (alunos da UCP e estudantes provenientes de agregados mais afluentes) será possivelmente necessário proceder a um estudo que garanta amostras iguais em termos de rendimento para conseguirmos detetar os nexos de causalidade.

No que toca à prática de voluntariado, verificamos uma clara diferença e possivelmente a única que podemos atribuir a causas institucionais uma vez que a Universidade Católica tem

desenvolvido ao longo dos anos uma política de incentivo ao voluntariado, e consequentemente tem apoiado inúmeras ações concretas de apoio social e caritativo, donde que é natural que os alunos desta universidade revelem uma maior prática voluntária.

1.b) Existe diferenciação geográfica, ou seja, o fato de se ser oriundo do norte, tendencialmente mais rural, ou do sul, mais urbano, determina o tipo de valores a que se adere:

Podemos afirmar que no que diz respeito à família e aos papéis de gênero os estudantes do norte exibem maior conservadorismo, ou conformidade social, especialmente na ideia da conjugalização da felicidade, sendo mais recetivos ao casamento, e na concordância com o sofrimento infantil no caso da mãe trabalhadora, mercê possivelmente dos seus modelos sociais de origem. E muito especialmente na tendência para o sexo impessoal (relações ocasionais e sem investimento emotivo) que é mais manifesto para a Universidade do Norte, colocando-se aqui a pressuposição da manutenção do script do duplo padrão sexual. Os nossos dados não são explícitos quanto a esta questão, pelo que seria interessante investigar se se verificam variações a este nível em termos geográficos (norte-sul; interior-litoral; cidade pequena-Capital).

Verificamos no entanto que os estudantes da universidade do Norte são mais céticos quanto ao amor incondicional devido aos pais, o que levanta algumas questões pertinentes, nomeadamente, quanto às diferenças no tipo de relação pais-filhos que se poderão observar num e noutro espaço geográfico, parecendo apontar para uma relação de maior formalidade e circunstancialidade no norte e de maior proximidade e cumplicidade no sul, contudo os dados de que dispomos não nos permitem avançar pressuposições conclusivas. Seria, no entanto, um estudo que poderia vir a revelar dados interessantes quanto às variações geográficas dos estilos de parentalidade.

1.c) Os valores e representações sociais dominantes variam de acordo com a área de estudos que os alunos escolheram:

Os nossos resultados, se excetuarmos alguns que poderão ter uma outra explicação societal (gênero e rendimento), não revelam grande variação tendo em conta a área de estudos. O único fator de relevo poderá ser a maior perceção de maior empregabilidade dos estudantes de Engenharia face aos demais, que inclusivamente já tinha sido apontado por Almeida et al (2003), e que pode igualmente cair no grupo dos dados anteriores, pois estes alunos são tendencialmente do sexo masculino e provenientes de agregados mais abastados.

1.d) Há disparidades de valores preferenciais consoante o género:

O género é considerado uma variável demográfica importante também na vertente dos valores, visto tendencialmente os homens apresentarem posições mais associadas ao autoengrandecimento e ao hedonismo, valorizando em maior escala o poder, a ambição e o prazer e as mulheres apresentarem uma tendência inversa para a autotranscendência, valorizando mais a benevolência e a preocupação com os outros. É esta efetivamente a variável que apresenta maior quantidade de disparidades, uma vez que a variação entre os géneros dá conta das diferenças em termos de modos de estar no mundo no masculino e no feminino, pois o género é uma característica biológica que influencia a vida em todos os contextos, pelo que toda a socialização, desde o nascimento, está dependente dessa característica (Amâncio, 1993). Que diferenças encontramos então nos valores dos estudantes face aos valores das estudantes?

Em primeiro lugar, e ao contrário do esperado deve dizer-se, verificamos que os estudantes do sexo masculino apresentam posições mais conservadoras face à família, expressando maior preocupação com a centralidade da criança e com a manutenção da imagem tradicional de família (nuclear vs monoparental). São ainda eles que expressam uma concordância superior com a realização da mulher pela maternidade e do homem pela paternidade, contrariando a hipótese da mulher estar sobre-representada entre os mais acérrimos defensores da parentalização da identidade, feminina ou masculina (Vala et al, 2003). Estes dados levantam a questão da realização académica e das expectativas de realização profissional estarem a ocupar o espaço que era quase exclusivamente reservado à maternidade, ou dar-se-á o caso do horizonte de projeção da procriação ser neste momento de tal forma longínquo que pouco ou nada influencia a construção identitária das mulheres no presente? Contudo e sendo este o caso, porque esta maior preocupação no masculino? Parece-nos ser necessário estudar esta questão mais a fundo, pois somos capazes de nos encontrar no dealbar de um novo paradigma em termos de papéis de género, no que concerne esta população.

Ainda nesta esteira da manutenção dos papéis tradicionais de género, as posições das mulheres, como esperávamos, tendem mais para as representações do trabalho no feminino enquanto autonomia, e igualdade no casal, mesmo enquanto mães sem que os filhos sejam prejudicados. Enquanto os estudantes do sexo masculino, apesar de manifestarem o seu acordo com o emprego no feminino, exibem maior tendência para a manutenção das representações tradicionais, possivelmente por sentirem a sua própria posição ameaçada.

Na questão do trabalho, verificamos que as estudantes tendem a encarar a vida profissional com maior seriedade e apreensão face ao futuro, enquanto os estudantes privilegiam mais o lazer e revelam maior certeza na sua empregabilidade, pois para o homem o trabalho é

considerado um dado adquirido, e apesar das constantes iniciativas governamentais e europeias para a igualdade de oportunidades, sobre as mulheres pesa ainda o espectro da precaridade e da maior dificuldade na entrada e na progressão numa carreira profissional, donde que as mulheres privilegiarem mais a estabilidade e segurança no emprego enquanto os homens favorecem a assunção de riscos e o potencial para desenvolvimento de carreira.

No que diz respeito à sexualidade, e como seria expectável, verificamos que os homens revelam uma maior tendência para o hedonismo, na medida em que a relação sexual para a larga maioria das mulheres inquiridas faz sentido apenas em contexto de relacionamento amoroso, e apesar dos homens concordarem na sua maioria com esta afirmação, mais de metade refere que basta haver atração física ou que os dois parceiros estejam de acordo, mesmo sem envolvimento emocional. Os homens revelam igualmente maior frequência de relações sexuais com parceiros ocasionais, bem como menor condenação desta ocorrência e assim como de situações de infidelidade. Tudo isto parece indicar que as representações sobre o relacionamento sexual variam no masculino e no feminino, o que poderá dever-se a fatores culturais, na medida em que o sexo ainda é encarado como afirmação da masculinidade, a tal grande disponibilidade sexual dos homens de que falava Giddens (1996), ou seja, uma compulsão para a atividade sexual independentemente das circunstâncias, e podemos inclusivamente considerar que existe a perceção de uma maior pressão social para terem mais experiências sexuais (Saavedra et al, 2010).

Quanto à tendência para a autotranscendência no feminino (Schwartz, 2005), ela encontra eco nos nossos resultados que enfatizam a importância para as mulheres das competências mais *soft* das relações humanas, a tolerância e o respeito aos outros, o altruísmo e a obediência, bem como na relação com os progenitores, uma vez que a percentagem de respostas que advoga o amor e o respeito incondicional pelos pais é francamente superior para o sexo feminino, sendo no entanto os estudantes do sexo masculino que mais consideram que é dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu próprio bem-estar. Verifica-se também nas estudantes uma menor perceção de autonomia perante a família, face às suas escolhas de parceiro. Estas perceções são coerentes com os papéis de género que se esperam do homem e da mulher, assertividade e submissão, respetivamente, donde a maior independência e autonomia atribuída aos rapazes pela família e a maior sujeição das raparigas à vontade dos familiares.

Verificamos ainda que a política é de uma maneira geral mais importante para o sexo masculino, que tende também a assumir posições mais extremadas em termos de espectro político (Esquerda ou Direita) em detrimento das posições centrais que são normalmente assumidas pelas mulheres (Torres & Brites, 2006). Perante tal situação não será de estranhar as

baixíssimas taxas de participação feminina na política ativa quando as mulheres representam mais de metade da população.

Os estudantes do sexo masculino postulam que a pobreza é uma consequência inevitável do progresso, enquanto a preguiça é o fator explicativo mais relevante para as estudantes. Estes dados parecem indiciar que quanto maior o esforço desenvolvido pelas estudantes para lutar contra condições adversas (questões de discriminação baseadas no género), e consequentemente, maior a perceção de sucesso, menor a propensão para a compaixão face àqueles que não conseguiram atingir esse mesmo sucesso, o que é manifestamente contrária à tendência para a autotranscendência, revelando uma propensão para o autoengrandecimento, característica tipicamente masculina.

Verifica-se ainda que as mulheres são as que encontram maior importância na religião e na crença em Deus, que se verifica quer na prática religiosa quer na realização de cerimónias religiosas para assinalar ritos de passagem. Poderíamos daí concluir que as mulheres são mais religiosas que os homens, contudo convém não esquecer que a religião é um espaço masculino por excelência, uma vez que são os homens que ditam as regras, as doutrinas e os preceitos.

Verifica-se ainda que os estudantes do sexo masculino apresentam maior propensão para a discriminação dos extremistas, quer de esquerda quer de direita, dos homossexuais, dos ciganos e dos negros, o que poderá dever-se a uma representação de ameaça percebida do exogrupo minoritário contra o endogrupo, contra a qual os indivíduos do sexo masculino, a quem são tradicionalmente atribuídos papéis de defesa, devem reagir mesmo inconscientemente. Possivelmente por apresentar maior interesse em política o sexo masculino será mais sensível à questão dos extremismos ideológicos que as mulheres. Quanto à intolerância face aos homossexuais, possivelmente a homossexualidade é encarada como uma ameaça aos valores heterossexuais da maioria, donde sofrer maior preconceito no masculino (Harek 1988).

1.e) Há distinções de valores preferenciais consoante as origens socioeconómicas dos estudantes:

Em termos de estatuto socioeconómico presente, verificamos que, e embora se verifique um alargamento da base socioeconómica de pertença, os universitários continuam a ser recrutados maioritariamente nas classes sociais que detêm maiores recursos económicos e maior influência social, visto a larga maioria da população universitária provir de agregados com rendimentos mensais acima dos 1250 Euros (cerca de um quarto da população portuguesa, segundo dados da DGI), sendo que os alunos da Universidade privada são os que apresentam

agregados familiares de origem com rendimentos mais elevados, pois metade dos alunos da universidade privada refere valores acima dos 2850 Euros (cerca de 10% da população portuguesa), por contraponto a apenas 7% das universidades públicas, pelo que existe uma estreita correlação entre os resultados dos estudantes da UCP e os resultados dos estudantes provenientes de agregados familiares mais afluentes.

No que toca às expetativas de emprego encontramos ainda um grupo alargado de estudantes que se encontra em franca mobilidade ascendente, pois embora provenientes de agregados com rendimentos acima da média portuguesa, a sua classe socioprofissional de origem denota a falta de qualificações terciárias dos pais.

Os estudantes provenientes dos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos tendem a dar mais importância a questões materiais, como a habitação e a atribuir maior índice de sofrimento à criança e menor capacidade de relacionamento carinhoso e estável por parte da progenitora o que pode dever-se a questões relacionadas com o tipo de trabalho tipicamente associado a este rendimento, ou seja, um trabalho não qualificado, gerador de insatisfação e tensões, cujo rendimento, apesar de necessário, não parece ser o adequado para compensar todo o desgaste físico e emocional sentido pela mulher e pela família (Wall & Amâncio, 2007).

Verificamos que os estudantes provenientes de agregados mais afluentes (a maioria dos alunos da Universidade privada) têm uma perceção ligeiramente melhor da democracia enquanto a melhor forma de governo, e os indivíduos com rendimentos mais baixos uma posição mais crítica, considerando que a autocracia ou o regime militar poderão ser uma alternativa ao atual estado de coisas, o que parece fazer crer que democracia e bem-estar económico são conceitos convergentes para a maioria das pessoas. Estes estudantes mais afluentes defendem a manutenção do *status quo* em termos sociais, favorecendo uma posição sócio-caritativa, em detrimento da igualitária ou da meritocrática, no que toca as ações para minimizar as desigualdades sociais, apesar de considerarem a injustiça social como causa maior de pobreza.

Verifica-se, e como esperado, uma clivagem em termos ideológicos entre a esquerda e a direita, com os alunos de mais fracos rendimentos a defenderem posições, expressas e medidas, mais à esquerda e os mais abastados mais de direita.

1.f) existe diferenciação ideológica, ou seja, os valores variam de acordo com a ideologia política a que se adere:

A orientação política surge também como variável importante para determinar o sistema de valores do indivíduo (Schwartz, 2005), sendo que as posições políticas mais à direita, mais

conservadoras, tendem a apresentar uma correlação positiva com os valores da segurança, tradição e conformidade e as posições políticas mais à esquerda, mais liberais, tendem a enfatizar valores mais ligados à autodireção e ao universalismo (tolerância, direitos civis, liberdade individual, etc.).

Como seria de esperar, e no que diz respeito a questões mais estreitamente ligadas com a conformidade social (casamento, parentalidade, fidelidade, estrato social etc.), o posicionamento dos indivíduos mais à direita é mais tendente à manutenção e o dos indivíduos mais à esquerda de maior rotura, e que, fiéis ao seu ideário mais progressista, os universitários com posição política na Esquerda consideram menos condenável o uso de drogas leves, o adultério, o divórcio, a eutanásia, a homossexualidade, o aborto, o suicídio e as relações sexuais ocasionais. Estas situações estão conotadas, como já vimos, com uma maior permissividade moral no sentido de reconhecer que o direito de decidir sobre o corpo e a vida pertence à esfera da liberdade individual e que nenhum constrangimento coletivo se deve sobrepôr a essa liberdade.

Há, no entanto, dados surpreendentes que se prendem com as posições defendidas pelos estudantes a propósito dos princípios ideológicos mais de direita ou de esquerda, especialmente se visto à luz do autopoicionamento político, pois verificamos que os estudantes que se autopoicionam mais à direita tendem mais a concordar com princípios ideológicos de esquerda e os estudantes que se autopoicionam mais à esquerda tendem mais a concordar princípios ideológicos de direita, o que nos parece um contrassenso. Similarmente e ao contrário do esperado são os indivíduos com posicionamento à direita que apresentam uma importância média superior para a participação dos cidadãos e liberdade de expressão. Adicionalmente vemos os indivíduos que se autopoicionam mais à esquerda a favorecer a meritocracia em detrimento da posição igualitária. Podemos aqui então considerar que possivelmente estes estudantes não se encontram verdadeiramente alinhados com as ideologias mais tradicionais de esquerda e direita, antes pertencerão ao que atualmente se chama de «nova esquerda» e «nova direita» cujas questões ideológicas centrais se colocam sobretudo em torno de questões como a qualidade de vida, direitos, liberdades e garantias, da lei e da ordem e das atitudes perante imigrantes e mais desfavorecidos. Tanto quanto nos foi dado a perceber este assunto ainda não foi tratado em profundidade, pelo que seria sem dúvida uma questão interessante, perceber de que forma a nova ordem política e as novas ideologias emergentes se inserem na representação do espectro político dicotómico tradicional, se estamos a observar o estíolar das ideologias tradicionais ou se estamos perante uma reformulação ultramoderna das ideologias.

2) os valores e representações sociais dos estudantes universitários portugueses diferem dos valores e representações sociais da população portuguesa em geral:

2.a) a diferença depende da variável idade:

2.b) a diferença depende da variável nível educacional:

Comparámos ainda os resultados obtidos na amostra global dos estudantes universitários com os resultados apresentados pelo EVS 2008 referentes a Portugal, apoiando-nos sobretudo em duas variáveis: a variável idade e a variável nível educacional. De referir que no EVS 2008, num universo de 1549 inquiridos, o número total de respondentes com educação de nível terciário é de 140, ou seja, abaixo dos 10 %, e, da amostra total, apenas 119 são indivíduos com idades entre os 18 e os 25 anos e desses apenas 19 apresentam um nível de educação terciário. Contudo gostaríamos de acreditar que pelo menos metade (40%-50%) destes 119 são indivíduos que ainda não completaram os seus estudos terciários, dada a tendência atual, pelo que falamos de 19 indivíduos afirmados e de cerca de 50-60 indivíduos que potencialmente poderão ser caracterizados de forma semelhante à nossa amostra em termos sociodemográficos.

Os estudos longitudinais sobre valores (Inglehart, 1997) parecem indicar que a mudança geracional é coincidente com a mudança na orientação para os valores, pelo que este parece ser um fator demográfico determinante neste caso, pois à medida que as pessoas envelhecem, tendem a ficar mais imbricadas em redes sociais (conformismo), mais resistentes à mudança dos seus hábitos (tradição) e menos predispostas ao risco (segurança) e consequentemente menos expostas a acontecimentos excitantes, o que a idade se correlaciona mais positivamente com valores de conservação e mais negativamente com valores de abertura à mudança e com o hedonismo. O percurso familiar e profissional ao atingir uma certa estabilidade faz com que as pessoas se descentrem dos seus próprios interesses e comecem a ficar mais preocupados com o bem-estar dos outros o que parece igualmente indicar que existe uma correlação positiva entre a idade e os valores de autotranscendência e uma negativa com os valores do autoengrandecimento (Schwartz, 2008).

No que diz respeito ao nível educacional, e se como se considera as experiências educacionais, por um lado, promovem a abertura intelectual, a flexibilidade e o alargamento dos horizontes que conduzem à assunção de valores de autodireção (Kohn & Schooler 1983), e, por outro lado, aumentam a abertura de espírito a ideias e atividades não rotineiras, epicentro dos valores de estimulação, enquanto debilitam a importância dos valores associados ao conformismo e à tradição, visto questionarem a aceitação cega das normas, expectativas e tradições vigentes (Schwartz, 2008), podemos inferir que o nível educacional mais elevado se

correlaciona positivamente com valores associados à autodireção e hedonismo e simultaneamente se correlaciona negativamente com valores associados à manutenção da tradição e ao conformismo.

Consequentemente não é inesperado que os portugueses revelem maior conformismo social que os estudantes no que respeita à família, ao casamento, à parentalidade (especialmente à maternidade) e inclusivamente à maior aceitação da infidelidade conjugal, sendo mais críticos da monoparentalidade e do emprego no feminino enquanto fator de sofrimento da criança, e por contraste com os universitários, os portugueses tendem a confiar mais nas instituições igreja e comunicação social.

Revelam igualmente maior preocupação com a segurança material, pois colocam maior ênfase nos bens materiais (habitação, rendimento) e na segurança do posto de trabalho que os estudantes. É interessante verificar que devido ao agravamento das condições económicas do país e ao clima de instabilidade que se sente hoje no mundo laboral, a segurança no emprego tornou-se o fator que mais preocupa os portugueses, pois a percentagem relativa a este fator aumentou em 25% em relação ao EVS anterior (de 64,4% em 1999 para 89% em 2008). Possivelmente a perceção de insegurança levará os portugueses a considerar que temos que cumprir as ordens dos nossos superiores, pois mais de 30% dos inquiridos concordam com esta posição contra 5% dos universitários.

Os dados analisados parecem fazer crer que o pendor para a autonomia intelectual ou emocional não é muito forte no caso da população portuguesa em geral, pois revelam claramente uma maior tendência para o conformismo social, do que para a autodireção ou estimulação. Os dados de Schwartz (2009) foram recolhidos na década anterior (1999, 2000), numa altura em que as condições económicas eram mais propícias, pelo que ponderamos se poderá ser essa a causa da incongruência, ou se o fato do autor não ter utilizado amostras representativas da população, mas sim amostras de professores e estudantes universitários, poderá comprometer as inferências a extrair acerca da orientação cultural do país no seu todo. Seria provavelmente necessário ensaiar um novo estudo, desta vez com uma amostra representativa da população para se poder determinar com exatidão as orientações culturais para valores dos portugueses.

Quanto ao pendor igualitário podemos considerar que se encontra definitivamente mais presente nos resultados do EVS 2008, pois nota-se claramente uma maior preocupação com as populações mais desfavorecidas, especialmente as que são geograficamente mais próximas, os vizinhos, as pessoas da região, que não se encontrava nos estudantes. Adicionalmente e apesar de indicarem menor confiança interpessoal expressa, são francamente menos críticos do que os estudantes perante o número de portugueses que consideram ter comportamentos reprováveis,

pois onde estes indicam todos ou quase todos, os respondentes do EVS indicam maioritariamente que apenas alguns portugueses se comportam de forma reprovável. Um outro dado interessante é o posicionamento político (expresso e manifesto) onde os portugueses, apesar de revelarem uma forte tendência central, se colocam mais à esquerda que os estudantes, inclusivamente em termos de intenção de voto onde os universitários preferiam mais o PPD/PSD e os portugueses o PS.

No caso do EVS 2008, não podemos possivelmente colocar a distinção entre novas e antigas ideologias políticas, pois apesar de revelarem um posicionamento mais de esquerda, verificamos que ainda são muito resistentes a alguns conceitos ideológicos mais ligados à defesa dos direitos, liberdades e garantias, pois o seu índice discriminatório face às minorias étnicas e aos estigmatizados por comportamentos sexuais alternativos ainda é muito notório, quando comparado com os números quase residuais dos estudantes.

A nossa comparação com os dados do EVS 2008 confirmou algumas das nossas questões de investigação, nomeadamente, o fato da educação de nível terciário, mais do que a idade, se correlacionar positivamente com valores do pós-materialismo: tolerância, liberdade, autonomia, individualização (Inglehart & Welzel, 2005), pois verificámos que quando cruzávamos estas duas variáveis nos resultados do EVS, os dados tornavam-se obviamente mais próximos dos da nossa amostra, contudo com frequência a variável nível educacional (independente da idade) fazia convergir posições, especialmente se as questões não se prendiam com valores associados ao hedonismo. Como exemplos, encontramos a participação política alternativa que apresenta maior incidência nos indivíduos com maior nível educacional do EVS, do que nos indivíduos mais novos, ou ainda o nível de confiança interpessoal expresso, ou mesmo a intolerância face a comportamentos sexuais alternativos.

Posto isto impõe-se a questão: quais são os valores a que os estudantes são prioridade? Baseando-nos no mapa mental que os estudantes construíram, verificamos que os dez valores que se apresentam como prioritários para eles são, e por ordem de importância, a família, a amizade, o trabalho, o respeito, a verdade, a sociedade, o dinheiro, o empenho, o amor e a moral.

O valor família surge para o universitário como aspeto mais importante da sua vida e mais especialmente como ponto de origem dos valores que norteiam as suas vidas. Verificamos que os estudantes são bastante conservadores no que toca à representação de família (nuclear), uma vez que, embora não se oponham à união de fato, ou desconsiderem a família monoparental, defendem o casamento e sobretudo a fidelidade conjugal, embora não façam depender disso a sua felicidade. Nota-se, ainda, uma clara supremacia dos aspetos relacionados com a qualidade da relação e a comunicação entre parceiros em detrimento dos aspetos

materiais, enfatizando o «respeito», o «compromisso», a «confiança», e a «verdade», valores considerados prioritários para os universitários.

Segue-se o valor amizade, que funciona como fator integrador social, permitindo múltiplos tipos de socialização (ascendente e descendente), uma vez que funciona como intermediária entre a família, a universidade e a sociedade. O convívio com os amigos e a partilha do mesmo espaço físico e social fazem da universidade o contexto privilegiado para a socialização dos estudantes, facilitando inclusivamente o encontro do parceiro romântico ideal.

Em terceiro lugar na lista de valores dos estudantes surge o trabalho, que, para os estudantes, significa mais que um emprego, pois encaram-no como uma forma de construir a sua identidade e acrescentar valor para si e para a sociedade. Verificamos que, em média, as estudantes dão mais importância ao trabalho, e parecem encarar o seu futuro profissional com mais seriedade, pela promessa de emancipação que comporta, e os estudantes preocupam-se mais com o lazer e o bem-estar nesta fase da sua vida. Em termos da ética do trabalho, valorizam mais o esforço individual para atingir um objetivo. A obrigação de obediência para com o empregador parece ser o valor da ética do trabalho que suscita mais controvérsia para os estudantes universitários, que não parecem dispostos a aceitar qualquer ordem com a qual não concordem, pelo possivelmente termos de reescrever este valor no futuro como “obrigação de respeito para com o empregador”.

Na enumeração dos valores, surgem de seguida valores eminentemente morais como o respeito e a verdade. O respeito, ou tolerância, é uma constante nas atribuições positivas dos estudantes, que o encaram como condição impreterível para as relações sociais, quer em sentido lato, englobando a vivência em sociedade como um todo, quer em sentido restrito, e aplicando-se às relações familiares, de amizade e profissionais. O respeito é a epítome da relatividade, uma vez que se ancora na mutualidade, na reciprocidade da relação humana, na medida em que toda a perceção individual da realidade, deve ser respeitada, mesmo que seja contrária à minha e/ou se manifeste perniciosa, por ser expressão da individualidade de cada um.

A verdade, equacionada como integridade, significa para eles uma vivência pessoal e social coerente com os princípios e ideais de cada indivíduo, e indissociável da dignidade humana. Os universitários, mercê do nível educacional mais elevado, sentem muito controle sobre as circunstâncias da sua vida e ponderam as suas ações inscrevendo-as num quadro de legalidade e de respeitabilidade, favorecendo a participação cívica e o exercício da democracia.

A sociedade apresenta-se também, para os estudantes, como valor em si, pois funciona como espaço e meio agregador das pessoas, conferindo-lhes funções e papéis, contribuindo assim para a criação da identidade de cada indivíduo; e como fonte e origem de valores na

medida em que valora, positiva ou negativamente, determinados conceitos e transmite essa representação enquanto medida de desejabilidade social.

O valor seguinte na lista é exemplo de como a sociedade e a desejabilidade social interferem na percepção e nas representações dos valores, na medida em que, apesar de ser considerado necessário e recompensa merecida do trabalho, o dinheiro, é encarado com alguma relutância por parte dos estudantes. É considerado socialmente incorreto, de «mau tom», querer ser rico, possivelmente fruto da nossa herança católica, e/ou resultado do pós-materialismo, que menospreza o material em detrimento do relacional.

O empenho, ou seja, a perseverança e o mérito associado a ela, é igualmente alvo de valoração positiva por parte dos estudantes, que consideram a meritocracia como a melhor estratégia de diferenciação social.

No fim da lista de valores dos estudantes encontramos o amor e a moral. O amor surge aqui em todas as suas manifestações, ou seja, enquanto dedicação ao outro na família, na relação de amizade, no trabalho, e mesmo na sociedade. Para a larga maioria dos estudantes o amor (*eros*) e o compromisso surgem como condição essencial para o relacionamento sexual. O amor familiar, expresso pela preocupação com a família e pela vontade de ajudar, é igualmente notório. Simultaneamente encontramos forte evidência do amor (*caritas*) para com os mais necessitados, os doentes e deficientes, os idosos e os desempregados, expresso pela preocupação com e pela disponibilidade de ajudar.

Por fim surge a moral, entenda-se aqui a consciência humana individual, enquanto garante e guardião dos valores morais interiores. Para os universitários, são os comportamentos e atitudes que se relacionam com o indivíduo enquanto pessoa, ou seja, a sexualidade e a vida, que merecem maior permissividade moral, e a área social, ou seja, a cidadania e a legalidade, que merecem menor permissividade, existindo um consenso alargado entre o que é considerado moralmente aceitável ou condenável. Embora desconfiados da justiça institucional, consideram que as pessoas fazem escolhas justas, partindo dessa consciência moral individual. Para eles, o bem e o mal, o certo e o errado são eminentemente relativos às circunstâncias, pelo que os estudantes já não subscrevem princípios morais absolutos, antes preferem, numa lógica pós-convencional, uma autoridade moral interior, casuística e flexível, que não cause tensões ou sofrimento no sujeito por quebrá-la, pois fá-lo em consciência.

Longe do anunciado estíolar dos valores nas gerações mais novas, o nosso estudo revela uma população universitária com um conjunto bastante homogêneo de realidades a que dão valor, como a família, os amigos, e o trabalho (associado a empenho e a mérito) e um conjunto de valores morais consensuais, nomeadamente o respeito e a verdade (leia-se honestidade), valores estes que apontam claramente para uma lógica moral pós-moderna, ou hipermoderna,

em que se verifica o primado da consciência individual interior face às convenções e imposições sociais, no que toca a questões do foro íntimo, e uma clara inflexibilidade no que respeita a questões cívicas, o que remete para a noção da liberdade individual responsável, ou seja, que não pode exercer-se num clima de total desrespeito pelos outros e pela coisa pública, mas onde o indivíduo é soberano quando se trata de exercer o seu livre arbítrio nas decisões que dizem respeito apenas a si e que não apresentam consequências sociais evidentes.

No entanto sabemos que a mudança na orientação cultural dos valores é inconstante, lenta e condicionada entre outros fatores pelo contexto económico. A crise que se tem feito sentir em Portugal nestes últimos anos certamente condicionará hoje o posicionamento pessoal dos estudantes universitários face aos valores, e é de considerar que, dado o lento estíolar das condições de vida dos portugueses desde que procedemos à recolha dos dados, alguns dos valores considerados prioritários tenham visto a sua posição alterada, sendo substituídos por outros que anteriormente eram menosprezados.

Para finalizar, resta ainda refletir sobre a enorme tarefa que há ainda para fazer no que toca a tratar exaustivamente esta temática. O trabalho que realizámos desbravou caminho no sentido de conhecermos o que pensam os estudantes sobre os valores e a forma como realizam a vivência quotidiana desses valores. Parece-nos, no entanto, que apenas tocámos a ponta do iceberg, pois verificamos que os nossos resultados suscitam um sem número de interrogações que apenas um tratamento aprofundado de cada uma das vertentes poderá conseguir responder. Como exemplo, menciono a questão da patente discordância com a despenalização total do aborto, que contraria tudo aquilo que nos foi dado a perceber. Que razões poderão subjazer a esta posição? Ou ainda, a questão, que por razões de tempo nem sequer foi afluída no texto, do número ínfimo dos estudantes que afirmam confiar mais nos amigos que conhecem *online*. Estarão os universitários portugueses «atrasados» em relação ao resto do mundo ocidental que aparentemente «vive na rede» ou pelo contrário, já substituíram essa rede artificial por uma rede vital? Como afirmámos atrás, com este nosso trabalho construímos um «esqueleto» que precisa de ser musculado com trabalhos adicionais, quem sabe num futuro não muito distante.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, (1998). *Filosofía de la Educación Hoy*. Dykinson. Madrid.
- ABRIC, J.C. (1994). *Pratiques Sociales et Représentations*, PUF. Paris.
- ABRIC, J.C. (1993), “Central system, peripheral system. Roles and dynamics of social representations”, in *Papers on Social Representations*, Vol. 2, acedido em <http://www.swp.uni-linz.ac.at/content/psr/psrindex.htm>
- ALFERES, V.R. (1999). “Escala de Atitudes sexuais” in Simões, M.R., M.M. Gonçalves & L.A. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (vol. 2, pp.131-148). Braga: SHO/APPORT
- ALMEIDA, J.F. et al (2003). *Diversidade na Universidade*, Celta. Oeiras
- ALMEIDA, L. & Tavares, P. (2009). “Valores de vida em estudantes universitários de cursos tecnológicos e de humanidades”, *Avaliação Psicológica*. Vol.8, n.º2, Porto Alegre, Agosto 2009
- AMÂNCIO, L. (1993). “Género – Representações e Identidades”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 14, pp.127-140.
- AMÂNCIO, L. (2003). “O género no discurso das ciências sociais”. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), pp. 687-714
- ANTUNES, T. (2005). “Atitudes e Comportamentos Sexuais de Estudantes do Ensino Superior”, ESEAF.PT
- BALSA, C. et al. (2008). *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Geral – Portugal 200*. IDT.Lisboa.
- BARDIN, L. (1977), *Análise de Conteúdo*, Ed. 70, Lisboa.
- BAUDRILLARD, J. (1970), *La Société de Consommation*, Gallimard, France.
- BYRNE, P. (2000). “Stigma of mental illness and ways of diminishing it”, in *Advances in Psychiatric Treatment*, no.6, pp.65-72.
- CALADO, V.G.& Lavado, E. (2010) Representações Sociais Da Droga E Da Toxicodependência. Inquérito À População Jovem Presente No Rock In Rio – Lisboa 2008, *Revista Toxicodependências* | Edição IDT | Volume 16 | Número 3 | 2010 | Pp. 17-27
- CAMPOS E PALHA (2009) “Perceções dos Estudantes Universitários face às Doenças Mentais Pré e Pós Movimento UPA08”, apresentado no II Congresso de Reabilitação e Inclusão na Saúde Mental (Coimbra, 14/10/2009), Acedido online em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/2914/4/com-nac_2009_FEP_1581_Campos
- CAMPOS, B. P. (1997). *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*, (2ª ed.) Edições Afrontamento, Porto.

- CAMPOS, B. P, Costa, ME. & Menezes, I. (1989) Valores dos Estudantes Universitários, Cadernos de Consulta Psicológica n.º 5, pp.53-68.
- CARVALHO, M. (2011). “A persistência das desigualdades remuneratórias de género nas empresas portuguesas: 1988-2008”, Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL, acessível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>
- CITE. (2009). *Relatório Sobre O Progresso Da Igualdade De Oportunidades Entre Mulheres E Homens No Trabalho, No Emprego E Na Formação Profissional- Relatório lei n.º 10/2001*, de 21 de Maio 2006/2008, acedido em <http://www.cite.gov.pt> a 20/4/2012
- COSTA, A.F. & Lopes J.T. (coord.). (2008), “Os Estudantes E Os Seus Trajectos No Ensino Superior: Sucesso E Insucesso, Factores e Processos, Promoção de Boas Práticas”, ISCTE – CIES, acedido em Junho, 2012, em http://etes.cies.iscte.pt/Ficheiros/relatorio_ETES_completo.pdf
- COSTA, A.F., Caetano A., Martins, S.C. & Mauritti R. (2009) “Estudantes do Ensino Superior e Empréstimos com Garantia Mútua: Inquérito de 2009”, ISCTE – CIES acedido em Junho, 2012, em http://www.crup.pt/images/documentos/Financiamento/EESEGAM_Relatorio_Inquerito_2009.pdf
- CRISP, A.H., (s.d.), “Stigmatisation of peoples with mental illnesses”, acedido em Junho, 2012, em <http://hawaii.edu/hivandaids/stigmatization>, pp.1-4.
- DIAS, C.M., Falcão I.M. & Falcão J.M. (2000). “Contribuição Para O Estudo Da Ocorrência Da Interrupção Voluntária Da Gravidez Em Portugal Continental (1993 A 1997): estimativas utilizando dados da rede de médicos sentinela e dos diagnósticos das altas hospitalares (grupos de diagnósticos homogéneos)”, *Epidemiologia*, Vol. 18, n.º 2 — Julho/Dezembro 2000.
- DOISE, W., Clemence, A & Lorenzi.Cioldi, F. (1992), *Représentations sociales et analyses de femmes*, Presses Universitaires de Grenoble, Grenoble.
- DOISE, W. (1986), « Les Représentations Sociales: Définition d’un Concept ». in DOISE, W. Palmonari, A. (1986) *Textes de Base en Psychologie: l’Étude des Représentations Sociales*. Ed. Delachaux et Niestlé, Lausanne, p.81-94.
- DURKHEIM, E. (1968). *The Elementary Forms of Religious Life*, The Free Press, New York
- DURKHEIM, E. (1979) *Essays on Morals and Education*, Routledge & Kegan Paul, London
- DURKHEIM, E. (1984). *The Division of Labor in Society*, The Free Press, New York,
- EUROSTAT & HIS (2009), *The Bologna Process in Higher Education in Europe Key indicators on the social, dimension and mobility*, acedido em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/conference/documents/>

- FARR, R. (1994) “Representações sociais: a teoria e sua história” in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*, Vozes, Petrópolis.
- FERREIRA, P.L. & Santana, P. “Percepção do estado de saúde e de qualidade de vida da população activa: contributo para a definição de normas portuguesas”, *Qualidade de vida*, VOL. 21, N. 02 — JULHO/DEZEMBRO 2003
- FERREIRA, P.M. & Cabral, M.V. (Eds.). (2010). *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*, Bizâncio, Lisboa
- FODDY, W. (2001), *Constructing Questions for Interviews and Questionnaires*, CUP, Cambridge.
- FREUD, S. (1997) *O Mal Estar na Civilização*, Imago Editora, Rio de Janeiro.
- FUKUYAMA, F., (1999). *A Grande Ruptura*, Quetzal Editores, Lisboa.
- GALEÃO-SILVA, L.G. (2007). “Adesão ao fascismo e preconceito contra negros. Um estudo com universitários na cidade de São Paulo”. Tese de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- GARCIA-MARQUES, T. & Garcia-Marques, L. (2003). *Estereótipos e Cognição Social*, ISPA, Lisboa.
- GENTRY, M. & College, H. (1998), “The Sexual Double Standard – Influence of number of Relationship and Level of Sexual Activity on Judgment of Women and Men”, *Psychology of Women Quarterly*, n.º 22, pp.501-511.
- GERVILLA CASTILLO, (1998) in AAVV, (1998) *Filosofía de la Educación Hoy*, Editorial Dykinson, Madrid.
- GIDDENS, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Polity Press, Cambridge.
- GUARESCHI, P. & Jovchelovitch, S. (orgs.) (1994). *Textos em representações sociais*, Vozes, Petrópolis.
- HANSEN, O., Richard S.& Tol J. (2003) “A Refined Inglehart Index Of Materialism And Postmaterialism”, October 21, 2003, Working Paper FNU-35, Research Unit Sustainability and Global Change, Centre for Marine and Climate Research, Hamburg University, Hamburg
- HEREK, G.M. (1988), “Heterosexuals’ attitudes toward lesbian and gay men: Correlates and gender differences”, in *Journal of Sex Research*, 25, pp.451-477.
- HOFSTEDE, G. (1991), *Culturas e Organizações*, Sílabo, Lisboa.
- INGLEHART, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton University Press, NJersey

- INGLEHART, R. (1997) *Modernization and Postmodernization*, Princeton University Press, NJersey
- INGLEHART, R. & Welzel, C. (2005) *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*, Cambridge University Press, Cambridge.
- JODELET, D. (org.). (1989), *Les Représentations sociales*, PUF, Paris.
- JOFFE, H. (1994). “Eu não, meu grupo não: representações sociais da AIDS”. in Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p.297-322.
- KAPLAN, L. D. & Kaplan C. (1997). “Democracy, meritocracy, and the cognitive elite: The real thesis of the bell curve”. in *Educational Theory*, Vol. 47.3, Psychology and Behavioral Sciences Collection: [http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=4&hid=9&sid=d453df6f-2796-4180-9756-f0046df93d1e%40SRC\\$M1#toc](http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=4&hid=9&sid=d453df6f-2796-4180-9756-f0046df93d1e%40SRC$M1#toc), acedido em Março, 2012
- KOHLBERG, L. (1981). *Essays on Moral Development*, Harper and Row, San Francisco.
- KRUSE, A-M. (1996). “Approaches to teaching girls and boys: Current debates, practices, and perspectives in Denmark” *Women’s Studies International Forum*, no.19(4), pp. 429-445.
- LIPOVETSKY, G. (1989). *A Era do Vazio*, Relógio d’Água, Lisboa.
- LIPOVETSKY, G. (1992). *Le Crépuscule du Devoir*, Gallimard, France.
- LIPOVETSKY, G. (2006). *A Felicidade Paradoxal, Ensaios sobre a Sociedade do Hiperconsumo*, Ed. 70, Lisboa.
- LIPOVETSKY, G. & Charles, S. (2004). *Os Tempos Hipermodernos*, Ed. 70, Lisboa.
- LOURENÇO, O.M. (2002) *Psicologia do Desenvolvimento Moral* (3ª ed.), Almedina, Coimbra.
- MARTINS, S.C., Mauritti R. & Costa A.F. (2007). *Condições Socioeconómicas Dos Estudantes Do Ensino Superior Em Portugal*, acedido em <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/C2284055-A07C-460E-BF13E635ACCC87C9/543/ESTUDONACIONAL.pdf>
- MAURITTI, R. (2011) *Viver só*, Ed. Mundos Sociais,
- MAUSS, M., (1924) *Essai sur le don*, acedido em <http://classiques.uqac.ca/>
- MCCRUM, N.G., 1994, “The academic gender deficit at Oxford and Cambridge”, in *Oxford Review of Education* no.20(1)3, pp. 3-26.
- MICHENER, H.A., DeLameter, J.D. & Schwartz, S.H., (1990) *Social Psychology* (2nd Ed), HBJ, NY.
- MILHAUSEN, R. & Herold, S. (1999), “Does the Sexual Double Standard still exist? Perceptions of University Women”, *Journal of Sex Research*, n.º 36 (4), pp. 361-368.
- MORA, F.J. (1991) *Dicionário de Filosofia*, D. Quixote, Lisboa.
- MOSCOVICI, S. (1984). *Psychologie Sociale*, PUF, Paris.
- MOSCOVICI, S & DUVEEN, G. (2000) *Social Representations*, Polity, Cambridge

MOSCOVICI, S. (1989) « Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire ». JODELET, D. (org.). *Les Représentations sociales*. PUF, Paris, p.79-103.

MOSCOVICI, S.; MARKOVA, I. (1998). “Presenting social representations: a conversation”. *Culture & Society*, v. 4, n. 3, p.371-41,.

NAISBITT, J. & Aburdene, P., (1990) *Megatrends 2000*, Avon Books, NY

NETO, F. (1998) *Psicologia Social*, Universidade Aberta, Lisboa.

NOVAK, J.D. (2000) *Aprender, Criar e Utilizar o Conhecimento*, Plátano, Lisboa.

NOVAK, J. D. & A. J. Cañas (2008) “The Theory Underlying Concept Maps and How to Construct Them”, Technical Report IHMC CmapTools 2006-01 Rev 01-2008, Florida Institute for Human and Machine Cognition, acessado em:
<http://cmap.ihmc.us/Publications/ResearchPapers/TheoryUnderlyingConceptMaps.pdf>.

NUNES, S. (2010). “ Racismo contra negros: estudo sobre o preconceito subtil”, Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Psicologia

NUNES, M.J.R. (2005). Género e Religião, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2): 256, maio--agosto/2005 pp.363-365.

OLIVEIRA, A.C. (2011) Mobilidade dos Investigadores em Biomedicina – Estudo De Caso Num Instituto De Investigação Português, Tese de Mestrado em Economia e Gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação, ISEG – UTL, acessada em www.repository.utl.pt

ORR, D.; Gwosć, C. & Netz, N. (2011): Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of indicators. Final report. Eurostudent IV 2008–2011. Bielefeld: W. Bertelsmann Verlag.
p.479-490,.

PASCUEIRO, L. (2009), “Breve Contextualização Ao Tema Da Democratização Do Acesso Ao Ensino Superior: A presença de novos públicos em contexto universitário”, *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 28, 2009, 31-52.

PATRÍCIO, M.F. (2006) “Antropologia”; “Educação Cultural”; “Escola Cultural”. In Dicionário de Filosofia da Educação (coordenação de Adalberto Dias de Carvalho), Porto, Editora Porto.

PATRÍCIO, M.F. (2000). *Lições de Filosofia da Educação I*, Universidade Aberta, Lisboa.

PATRÍCIO, M.F. (org.) (1997) *A Escola Cultural e os Valores*, Porto Editora, Porto.

P.E. (2010). *Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Março de 2011, sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia – 2010 (2010/2138(INI)) (2012/C 199 E/08)* acessado em <http://eur-lex.europa.eu>

PEDRO, A.P. (2002). Percursos de Uma Educação em Valores em Portugal : Influências e

Estratégias, FCG/FCT, Lisboa

PENIN & SILVA (2009), “Lefebvre e Moscovici: algumas interfaces para o estudo das representações na área da educação” em SOUSA, PARDAL & VILLAS BOAS (2009), *Representações Sociais sobre o Trabalho Docente*, Universidade de Aveiro.

PEREIRA, O. & Pires, J. (2006). “Representações Sociais do Alcoolismo e Toxicodependência em Meio Laboral Português”, *Salud Y Drogas*, Año/vol. 6, número 001, Instituto de Investigación de Drogodependencias, Alicante, España, pp.27-46.

PINA E CUNHA, M., Rego, A. (2005). *Liderar*, Publicações D. Quixote, Lisboa.

PINA E CUNHA, M., Rego, A., Campos e Cunha, R, e Cabral-Cardoso, C. (2003). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, Editora RH, Lisboa.

PRIGG. (1999), *Sustaining Growth, Human Development and Social Cohesion in a Global World*, Policy Research Initiative, Ottawa.

PUNCH, K.H. (2005). *Introduction to Social Research*, Sage, NY.

RAGIN, C.C. (1987). *The Comparative Method*, University of California Press, Berkley.

RESWEBER, JP., (2002). *Filosofia dos Valores*, Almedina, Coimbra.

RICOEUR, P. (2007) *O Justo ou a Essência da Justiça*, Instituto Piaget, Lisboa.

RODRIGUEZ S., T & Curiel, M.L.G. (2007). *Representaciones sociales. Teoría e investigación*, Universidade de Guadalajara, México.

ROKEACH, M. (1968). *Beliefs, Attitudes and Values*, Josey-Bass Publs., San Francisco.

ROKEACH, M. (1979) *Understanding Human Values*, Free-Press, NY.

SAAVEDRA,L., Nogueira, C. & Magalhães, S. (2010). “Discursos de Jovens Adolescentes Portugueses sobre Sexualidade e Amor: Implicações para a Educação Sexual”, *Educação Social*, Campinas, v.31, n.110, p.135-156, jan-mar. 2010

SANTANA & Negreiros (2008). “Consumo de álcool e depressão em jovens portugueses” *Revista Toxicodependências*, Vol. 14, nº 1, pp.17-24. (acedido em repositório-aberto.up.pt).

SCHULER, M. (1973). *Formalism in Ethics and Non-Formal Ethics of Values*, Northwestern University Press, Evanston .

SCHWARTZ, (2008). “Basic Human Values: An Overview”, The Hebrew University of Jerusalem

SCHWARTZ, S.H. (1996). Value priorities and behavior: Applying a theory of integrated value systems. In C. Seligman, J.M. Olson, & M.P. Zanna (Eds.), *The psychology of values: The Ontario Symposium*, Vol. 8 (pp.1-24). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

SCHWARTZ, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theory and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25) (pp. 1-65). New York: Academic Press.

- SCHWARTZ, S. H., & Bardi, A. (2001). Value hierarchies across cultures: Taking a similarities perspective. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 32, 268-290
- SCHWARTZ, S.H., & Bilsky, W. (1987). "Toward a universal psychological structure of human values". *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- SCHWARTZ, S.H. & SAGIV, L. (1995) "Identifying culture-specifics in the content and structure of values", *Journal of Cross Cultural Psychology*. Jan-1995; Vol.26(1), pp.92-116 , Sage, NY.
- TOFFLER, Alvin, 1984 *A Terceira Vaga*, Edições Livros do Brasil, Lisboa.
- TORRES & Brites, (2006) "European attitudes and values: The perspective of gender in a transverse analysis", *Portuguese Journal of Social Science*, Volume 5 Number 3, pp. 5.3.179/1,
- TORRES A., Maciel D., Sousa, I. & Cruz R. (2008). *Drogas e prisões: Portugal 2001-2007*, IDT, Lisboa.
- TURNER, Jonathan (1997) *The Institutional Order*, Longman, New York.
- VALA, J., Cabral, M.V. & Ramos, A.(2003). *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, ICS, Lisboa.
- VALA, J. & Monteiro, M.B. (2004) *Psicologia Social* (6ª ed.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- VALA, J, (org). (1999). *Novos Racismos*, Celta, Oeiras
- VILAR, D., Souto, E., Sampaio, M. & Alves, MJ. (2006). A situação do aborto em Portugal: práticas, contextos e problemas, APF.
- WAGNER, W. et al, (1999) "Theory and method of social representations", LSE Research Online acedido em <http://eprints.lse.ac.uk/2640>
- WALL K. & Amâncio, L. (orgs.).(2007).*Família e Género em Portugal e na Europa*, ICS, Lisboa.
- WALL, K. & Lobo, C. (1999) "Famílias monoparentais em Portugal", *Análise Social*, vol. xxxiv (150), pp.123-145.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Brasília, Ed. Universidade Brasília, 2000, p. 16-7
- WEINER, B. (1985) "An attributional theory of achievement motivation and emotion", *Psychology Review*, v. 92, n.4, pp. 548-573.

ANEXOS

1. Questionário
2. Associação Livre de palavras
3. Associação de Palavras a conotações positivas, negativas e neutras
4. Mapa Conceptual de «Valor»

1. Questionário

Estudo sobre Representações e Valores Sociais dos Universitários

Este estudo insere-se no âmbito de uma tese de doutoramento sobre as Representações e Valores Sociais dos Universitários a apresentar na Universidade de Aveiro. É um estudo sobre as opiniões dos Universitários acerca de vários aspectos da sua vida e da vida do País. É para este estudo que pedimos a sua colaboração, que agradecemos desde já. Todas as respostas são estritamente confidenciais, não havendo respostas certas ou erradas. **Por favor seja sincero.**

MÓDULO SOCIOGRÁFICO

1. Sexo

A. Masculino	
B. Feminino	

2. Idade

A. 18-21	
B. 22-25	
C. 26-30	
D. mais de 30	

3. Naturalidade

4. Nacionalidade

5. Estado civil

A. Solteiro	
B. Casado	
C. Separado/divorciado	
D. União de facto	
E. Viúvo	

6. Habitação

A. Vive com os pais	
B. Vive com cônjuge/parceiro	
C. Vive com amigos	
D. Vive sozinho	

7. Qual das seguintes situações se aplica à sua condição perante o trabalho?

A. Empregado a trabalhar 30 horas ou mais/semana	
B. Empregado a trabalhar menos de 30 horas/semana	
C. Trabalhador por conta própria/ Proprietário	
D. Reformado/pensionista	
E. Doméstica	
F. Estudante	
G. Trabalhador-estudante	
H. Desempregado	
I. Não trabalha nem procura emprego	

14. Quem é a pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado familiar?

A. O próprio	
B. Pai	
C. Mãe	
D. Cônjuge	
E. Irmão	
F. Outro	

15. Diga-me, por favor qual dos seguintes escalões corresponde ao rendimento do agregado familiar (médio, mensal, líquido, em Euros)

A. 0 - 330 Euros	
B. 331-500 Euros	
C. 501-1250 Euros	
D. 1251-2850 Euros	
E. 2851 - 4500 Euros	
F. Mais de 4500 Euros	

16. Concelho de residência do agregado familiar

17. Concelho de residência em tempo de aulas

REPRESENTAÇÕES E VALORES SOCIAIS GERAIS

18. Diga, por favor, a importância que atribui a cada um dos seguintes aspectos na sua vida.

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
A. Trabalho				
B. Família				
C. Amigos e conhecidos				
D. Tempos livres				
E. Política				
F. Religião				

19. Quando está com pessoas amigas, com que frequência discute assuntos políticos:

A. Frequentemente	
B. Raramente	
C. Nunca	

20. Quando tem uma opinião firme sobre qualquer assunto tenta convencer os seus amigos, colegas de trabalho, familiares, a adoptar essa opinião.

A. Frequentemente	
B. Raramente	
C. Nunca	

21. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma destas frases sobre o ambiente.

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
Daria parte do meu dinheiro se tivesse a certeza que ele seria usado na prevenção da poluição do ambiente				
Concordaria com um aumento dos impostos se esse aumento fosse usado na prevenção da poluição do ambiente				
O Governo tem que reduzir a poluição do ambiente, mas não à custa do meu dinheiro.				

22. Considerando todos os aspectos da sua vida diria que é:

A. Muito feliz	
B. Feliz	
C. Pouco feliz	
D. Nada feliz	

23. Diga, por favor, com que frequência é que:

	Todas as semanas	Uma ou duas vezes por mês	Poucas vezes ao ano	Nunca
Convive com os amigos				
Convive com colegas de trabalho ou profissão fora do local de trabalho				
Convive com pessoas na sua Igreja/Templo				
Convive com pessoas em clubes e associações voluntárias (desporto, cultura, serviços de apoio à comunidade)				

24. É voluntário numa organização ?

Sim	
Não	

25. Se respondeu **sim** à pergunta anterior, da seguinte lista de organizações e actividades voluntárias diga:

- a) Aquela(s) a que pertence
- b) Aquela(s) para que trabalha, actualmente, como voluntário(a)/não pago

	a		b	
	sim	não	sim	não
A. Serviços sociais para idosos, deficientes ou pessoas incapacitadas				
B. Organizações religiosas ou ligadas à Igreja				
C. Educação, artes, música ou actividades culturais				
D. Sindicato				
E. Partidos ou grupos políticos				
F. Acções comunitárias locais de apoio à pobreza, à igualdade racial, etc.				
G. Desenvolvimento do Terceiro Mundo ou Direitos Humanos				
H. Património, ambiente, ecologia, direitos dos animais				
I. Associações profissionais				
J. Trabalho com/para jovens (por ex., escuteiros, guias, clubes de jovens, etc)				
K. Desporto e recreio				

L. Grupos femininos				
M. Movimentos para a Paz				
N. Organizações voluntárias para promover a Saúde				
O. Outros grupos				

26. Dos grupos de pessoas que se apresentam na seguinte lista, diga, por favor, aqueles que não gostaria de ter como vizinhos.

A. Pessoas com passado criminal	
B. Pessoas de outra raça	
C. Extremistas de esquerda	
D. Alcoólicos	
E. Extremistas de direita	
F. Famílias numerosas	
G. Pessoas desequilibradas	
H. Muçulmanos	
I. Trabalhadores imigrantes	
J. Pessoas com SIDA	
K. Tóxico-dependentes	
L. Homossexuais	
M. Judeus	
N. Ciganos	
O. Negros	
P. Pessoas de cultura diferente da sua	
Q. Pedófilos	

27. De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?

A. Pode-se confiar na maioria das pessoas	
B. Todo o cuidado é pouco	

28. Utilizando a seguinte escala, diga, por favor, qual o grau de liberdade de escolha e capacidade de controlo que sente ter sobre aquilo que lhe acontece na vida.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhum									Muitíssimo

29. Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de satisfação que sente actualmente

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Muito Insatisfeito									Muito satisfeito

30. Das quatro razões apresentadas para explicar porque é que algumas pessoas em Portugal vivem com dificuldades económicas, diga quais as duas razões que, pessoalmente, considera mais importantes

	mais importante	segunda mais importante
A. Porque não têm sorte		
B. Porque são preguiçosas ou não têm força de vontade		
C. Porque a sociedade é injusta		
D. Porque é uma consequência inevitável do progresso		
E. Nenhuma destas		

ENSINO E TRABALHO

31. Indique a sua área científica de estudos.

A. Ciências Naturais /Exactas	
B. Ciências Sociais	
C. Ciências Humanas/ Humanidades	
D. Engenharia	

33 Refira quais as principais razões para se inscrever no curso e na universidade que frequenta.

	Curso	Universidade
A. Qualidade do ensino		
B. Opção pessoal / vocação		
C. Prestígio que confere		
D. Curso frequentado pelos pais/familiares no passado		
E. Boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho		
F. Proximidade da residência		
G. Motivos económicos		
H. Preferência dos pais/familiares		
I. Média de candidatura		
J. Estratégia para mudar de curso posteriormente		
K. Nenhum destes		

34. Qual é o nível de ensino mais elevado que pretende atingir

A. Licenciatura	
B. Curso de pós-graduação	
C. Mestrado	
D. Doutoramento	

35. Qual é o tipo de emprego que prefere após concluir os seus estudos:

A. Emprego por conta de outrem em empresas privadas nacionais	
B. Emprego por conta de outrem em empresas multinacionais	
C. Emprego por conta de outrem fora do país	
D. Emprego na Administração Pública	
E. Emprego por conta própria como independente ou liberal	
F. Criar a sua própria empresa	

36. Diga quais as estratégias que está disposto a utilizar para a sua inserção no mercado de trabalho:

A. Realizar estágios em empresas	
B. Frequentar pós-graduações	
C. Frequentar cursos de formação profissional	
D. Mudar de local de residência	
E. Sair do país	
F. Esperar por uma actividade que corresponda à sua formação	
G. Esperar por uma actividade bem remunerada	
H. Ficar à espera da primeira oportunidade	
I. Utilizar a sua rede de contactos sociais	

37. Seguidamente apresentamos alguns aspectos que as pessoas consideram importantes no trabalho.

Diga, por favor, quais os aspectos que, pessoalmente, considera importantes no trabalho.

A. Ser bem pago	
B. Ter um bom ambiente de trabalho com os colegas	
C. Não ser muito pressionado	
D. Um emprego seguro/estável	
E. Boas oportunidades de promoção	
F. Um trabalho respeitado pelas pessoas em geral	
G. Um bom horário	
H. Um trabalho em que possa ter iniciativa	
I. Um trabalho útil à sociedade	
J. Bons períodos de férias	
K. Um trabalho que permita contactar com pessoas	
L. Um trabalho em que sinta que pode realizar alguma coisa	

M. Um trabalho com responsabilidade(s)	
N. Um trabalho interessante	
O. Um trabalho em que possa usar as suas capacidades	
P. Um trabalho em que possa ter autonomia	
Q. Um trabalho em que possa aprender coisas novas	
R. Nenhum destes	

38. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
As pessoas têm que trabalhar para desenvolver plenamente as suas aptidões.					
É humilhante receber dinheiro sem ter trabalhado para isso					
As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas					
Trabalhar é um dever para com a sociedade					
As pessoas não deviam ter que trabalhar se não quisessem					
O trabalho devia ser sempre o mais importante na vida, mesmo que isso significasse menos tempo livre					

39. Qual destas duas opiniões se aproxima mais da sua.

A. Temos que cumprir as ordens dos nossos superiores em quaisquer circunstâncias	
B. Devemos cumprir as ordens quando estamos convencidos de que elas são correctas	
C. Depende	

40. Em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações:

	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo
A. Quando os empregos são poucos devia-se dar prioridade aos portugueses em relação aos imigrantes			
B. Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres			

41. Indique o que mais o preocuparia numa situação de desemprego.

A. Não ter nada que fazer	
B. Falta de dinheiro	
C. Pressões e comentários da família	
D. Pressões e comentários de amigos e colegas	
E. Humilhação de uma situação de inutilidade	
F. Nada	

RELIGIÃO

42. Independentemente de ir ou não à Igreja, diria que é

A. Uma pessoa religiosa	
B. Uma pessoa não religiosa	
C. Um ateu convicto	

42. A) Pertence/ Pertenceu a alguma religião?

Sim	
Não	

43. Qual?

Anglicana	
Budista	
Católica	
Hindu	
Muçulmana	
Protestante	
Outra	

44. Sem contar com casamentos, funerais e baptizados, quantas vezes vai, actualmente, à Igreja?

A. Mais do que uma vez por semana	
B. Uma vez por semana	
C. Uma vez por mês	
D. No Natal / Na Páscoa	
E. Outros dias religiosos/festivos	
F. Uma vez por ano	
G. Muito raramente	
H. Nunca ou quase nunca	

45. Acha importante realizar uma celebração religiosa para cada um dos seguintes acontecimentos?

	Sim	Não
A. Nascimento		
B. Casamento		
C. Morte		

46. Qual das seguintes afirmações corresponde melhor às suas crenças?

A. Existe um Deus	
B. Existe uma espécie de espírito ou força viva	
C. Não sei realmente o que pensar	
D. No fundo, penso que não existe nenhum espírito absoluto, Deus ou força viva	

47. Utilizando a seguinte escala, em que 1 significa nenhuma importância e 10 muita importância, indique, por favor, qual a importância que Deus tem na sua vida

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nenhuma importância									Muita importância

48. Tem algum amuleto, como uma mascote ou um talismã?

Sim	
Não	

49. Utilizando a seguinte escala, em que 1 significa não acredito e 10 acredito totalmente, indique, por favor, se acredita que os amuletos protegem ou dão sorte?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Não acredito									Acredito totalmente

50. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Os políticos que não creem em Deus não deviam ocupar cargos públicos					
As autoridades religiosas não devem influenciar as pessoas na sua opção de voto.					
Seria melhor para Portugal se houvesse mais pessoas com fortes convicções religiosas a ocupar cargos públicos					
As autoridades religiosas não devem influenciar as decisões dos Governantes					

FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS

51. Das seguintes pessoas, e para cada item, indique aquela com/a quem: (indique apenas uma escolha por coluna)

	passa mais tempo livre	mais fala	tem mais opiniões comuns	se sente mais à vontade	recorre quando tem problemas	se aconselha para tomar decisões
A. Pais						
B. Irmãos						
C. Amigos/ Colegas						
D. Namorado						
E. Cônjuge						
F. Ninguém						
G. Parente em 1º Grau						
H. Parente em 2º e 3º graus						
I. Elementos não familiares						
J. Conhecidos da Internet						

52. Seguidamente apresentamos uma lista com uma série de aspectos que muitas pessoas acham importantes para garantir um casamento feliz. Diga, por favor, se acha cada um deles muito importante, importante ou nada importante para manter a felicidade no casamento.

	Muito importante	Importante	Nada importante
A. Fidelidade			
B. Um rendimento adequado			
C. Ter as mesmas origens sociais			
D. Ter estima e respeito mútuos			
E. Partilhar as mesmas crenças religiosas			
F. Ter uma boa habitação			
G. Ter as mesmas opiniões políticas			
H. A compreensão e tolerância mútuas			
I. Viver separados dos sogros			
J. Ter satisfação na relação sexual			
K. Partilhar as tarefas domésticas			
L. Ter filhos			
M. Estar disposto a conversar sempre que haja problemas no casal			
N. Passar a maior tempo possível um com o outro			
O. Conversar frequentemente sobre interesses comuns			
P. Pertencer à mesma etnia			
Q. Pertencer à mesma raça			

53. Apresentamos agora uma lista de problemas que podem surgir no meio familiar. Diga, por favor, se acha cada um deles muito comum, comum ou nada comum nas famílias portuguesas

	Muito comum	Comum	Nada comum
A. Infidelidade entre os cônjuges			
B. Conflitos por causa do dinheiro e bens / heranças			
C. Discussões conflituosas por causa da educação dos filhos			
D. Conflitos intergeracionais			
E. Violência física entre cônjuges			
F. Mau relacionamento entre irmãos			
G. Violência física entre pais e filhos			
H. Discussões conflituosas por causa do desemprego na família			
I. Alcoolismo			
J. Toxico-dependência			

54. Em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Uma criança só pode ser feliz se crescer num lar com um pai e uma mãe.					
A família nuclear (pais e filhos) é a ideal.					
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada.					
O casamento é uma instituição antiquada					
Para que uma pessoa seja feliz precisa ter um casamento ou uma relação estável					
Um homem só se sente realizado se tiver filhos					
A infidelidade leva inevitavelmente ao rompimento da relação.					
Na família deve perdoar-se tudo, até a infidelidade.					

57. Qual das seguintes afirmações corresponde melhor à sua opinião?

A. Devemos sempre amar e respeitar o pai e a mãe, independentemente das suas qualidades e defeitos.	
B. Só devemos amar e respeitar o pai e a mãe se o seu comportamento e atitudes forem merecedores disso.	

55. Hoje em dia fala-se da mudança de papéis/funções entre homens e mulheres. Diga-me, por favor, se concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa				
Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa				
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos				
Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego				
A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego				
Marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa				
De uma forma geral, os pais são capazes de educar os filhos tão bem como as mães				
Numa relação, os homens têm mais dificuldade em lidar com as emoções do que as mulheres				

58. Qual das seguintes afirmações corresponde melhor à sua opinião?

A. É dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo que seja à custa do seu próprio bem-estar	
B. Os pais têm a sua própria vida e não devem ser obrigados a sacrificar o seu bem-estar por causa dos filhos	
C. Nenhuma delas	

59. Da seguinte lista fazem parte uma série de qualidades que podem ser ensinadas às crianças em casa. Diga quais as que considera particularmente importantes (**máximo de cinco respostas**).

A. Ter boas maneiras	
B. Ser independente	
C. Ser trabalhador	
D. Sentido de responsabilidade	
E. Ter imaginação	
F. Ser tolerante e respeitar os outros	
G. Ser poupado	
H. Ser determinado e perseverante	
I. Ter fé religiosa	
J. Não ser egoísta	
K. Ser obediente	

56. Acha bem ou mal que uma mulher deseje um filho sem querer ter uma relação estável com um homem?

A. Acha bem	
B. Acha mal	
C. Depende	

60. Aprova ou desaprova o aborto nas seguintes circunstâncias

	Aprova	Desaprova
A. Quando a mulher não é casada e não pretenda casar com o pai da criança		
B. Quando o casal não quer ter mais filhos		
C. Quando a mulher não quer ter mais filhos		
D. Quando o casal considerar que não pode ter mais filhos		
E. Quando a saúde da mulher esteja em risco devido à gravidez		
F. Quando existam fortes possibilidades de deformações graves para o bebé		
G. Caso tenha ficado grávida devido a uma violação		

61 Em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações sobre a união de facto

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
A. Uma alternativa válida ao casamento					
B. Uma maneira de viver moralmente não correcta					
C. Uma boa forma de experimentar a vida a dois					
D. Um acto revelador de irresponsabilidade					

62. Desta lista de motivos de oposição dos pais aos namoros dos filhos, diga se acha cada um deles muito comum, comum ou nada comum nas famílias portuguesas.

	Muito comum	Comum	Nada comum
A. Diferenças étnicas/culturais/ religiosas entre namorados			
B. Diferenças de idade			
C. Diferenças de classe social			
D. Toxico-dependência de um dos parceiros			
E. Namoro, hoje em dia, implica relações sexuais			

63. No seu caso pessoal, considera os seus pais pessoas tolerantes e abertas no que diz respeito ao seu namoro?

A. Sim, aceitam incondicionalmente a minha escolha.	
B. Não, não querem que eu namore.	
C. Depende do parceiro que escolher	

64 Presentemente tem namorado/a ou encontra-se romanticamente envolvido com alguém?

Sim	
Não	

65. Considere a seguinte situação:

“João namora há alguns anos com Teresa. Numa noite em que ela decidiu não sair com ele, ele foi á discoteca com os amigos. Aí conheceu uma rapariga, Maria, pela qual sentiu uma atracção imediata. Ele ama a namorada e tem com ela uma vida sexual activa, pelo que o envolvimento sexual com Maria apenas valerá pelo prazer imediato que possa proporcionar.”

Qual das seguintes afirmações corresponde melhor à sua opinião?

A. Essa atitude nada tem a ver com os seus sentimentos para com a namorada	
B. Essa atitude significa desrespeito pela namorada	

66. Na sua opinião quando estão reunidas as condições para a existência de relações sexuais. (pode indicar mais que uma opção)

A. Só depois do casamento	
B. Mesmo sem casamento	
C. Quando há um compromisso entre os parceiros	
D. Mesmo sem compromisso entre os parceiros se ambos estiverem de acordo.	
E. Quando as duas pessoas se amam	
F. Mesmo quando não exista amor mas haja atracção	

67. Com que frequência tem relações sexuais com o seu parceiro?

A. Todos os dias	
B. Duas a três vezes por semana	
C. Uma vez por semana	
D. Pelo menos, uma vez por mês	
E. Nunca	

68. Com que frequência tem relações sexuais com parceiros ocasionais?

A. Todos os dias	
B. Duas a três vezes por semana	
C. Uma vez por semana	
D. Pelo menos, uma vez por mês	
E. Várias vezes por ano	
F. Com menos frequência	
G. Nunca	

POLÍTICA

69. Qual o seu interesse pela política?

A. Muito interesse	
B. Algum interesse	
C. Pouco interesse	
D. Nenhum interesse	

70. Para cada uma das diferentes formas de acção política apresentadas, gostava que me dissesse se alguma vez fez, se não fez, mas admite fazer ou se não fez e não admite fazer em qualquer circunstância.

	Já fiz	Não, mas admito fazer	Não e não admito fazer
A. Assinar uma petição ou um abaixo-assinado			
B. Participar em boicotes			
C. Participar em manifestações legais			
D. Participar em greves não legais			
E. Ocupar edifícios ou fábricas			
F. Escrever uma carta para um jornal			
G. Contactar directamente um político ou um governante (na rua, por carta ou telefone)			
H. Tomar a iniciativa de organizar uma reunião			
I. Colar cartazes distribuir folhetos			
J. Bloquear uma estrada ou uma linha férrea			
K. Pertencer a uma «associação de estudantes»			
L. Pertencer a um partido político / Juventude partidária			

71. Qual das seguintes afirmações corresponde melhor à sua opinião:

- A. Acho que a liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a liberdade, ou seja, cada um poder viver em liberdade e desenvolver-se à vontade.
- B. A liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a igualdade, ou seja, que ninguém seja desfavorecido e que as diferenças entre as classes sociais não sejam tão acentuadas.

A. Concorda com a afirmação a)	
B. Concorda com a afirmação b)	
C. Não concorda com nenhuma	

72. Em política as pessoas falam de esquerda e direita. Como se situaria, quanto às suas posições políticas, nesta escala em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Esquerda									Direita

73. Utilizando a seguinte escala, como é que se posiciona face a cada uma destas questões.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As pessoas devem ser as principais responsáveis por assegurar a sua sobrevivência									O Estado deve ser o principal responsável em assegurar a sobrevivência de todos
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Os desempregados deviam aceitar qualquer emprego ou então perder o subsídio de desemprego									Os desempregados deviam ter o direito de recusar um emprego que não querem
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A competição é uma coisa boa. Estimula as pessoas a trabalhar mais e a desenvolver novas ideias									A competição é uma coisa má. As pessoas acabam por revelar o pior que há nelas
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O Estado devia dar mais liberdade de acção às empresas									O Estado devia controlar mais as empresas
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A propriedade privada na indústria e nos negócios devia aumentar									A propriedade do Estado na indústria e nos negócios devia aumentar
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Cada pessoa devia ser responsável por arranjar a sua pensão/reforma									O Estado devia ser responsável pelas pensões/reformas de todos

74. Se tivesse que escolher, quais dos seguintes objectivos para Portugal consideraria os mais importantes?

	Primeira escolha	Segunda escolha
A. Manter a ordem no país		
B. Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do Governo		
C. Combater o aumento dos preços		
D. Defender a liberdade de expressão		

75 Desta lista de mudanças que podem vir a ocorrer num futuro próximo no nosso modo de vida, diga, para cada uma delas, se acha que isso seria uma coisa boa, indiferente ou má.

	Bom	Mau	Indiferente
A. Menos importância ao dinheiro e aos bens materiais			
B. Menos importância ao trabalho nas nossas vidas			
C. Mais importância ao desenvolvimento tecnológico			
D. Mais importância ao desenvolvimento individual			
E. Mais respeito pela autoridade			
F. Maior importância à vida familiar			
G. Um estilo de vida simples e mais natural			
H. Mais importância ao poder local			

76 Das seguintes instituições, diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma delas

	Muita confiança	Alguma confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança
A. A Igreja				
B. As forças armadas				
C. O sistema educativo				
D. A comunicação social/Imprensa				
E. Os sindicatos				
F. A polícia				
G. O parlamento				
H. A administração pública				
I. O sistema de segurança social				
J. A União Europeia				
K. A NATO				
L. A Organização das Nações Unidas (ONU)				
M. O sistema nacional de saúde				
N. O sistema judicial/os Tribunais				
O. As grandes empresas				

77. Diga como avalia cada uma das seguintes formas de governo para Portugal

	Muito boa	Boa	Má	Muito má
A. Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições				
B. Serem os especialistas e não os governantes a tomar as decisões de acordo com o que consideram ser melhor para o país.				
C. Serem as Forças Armadas a governar o país				
D. Ter um sistema político democrático				

78. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com algumas opiniões que as pessoas têm sobre o sistema político democrático.

	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente
A. A democracia pode ter alguns problemas mas é a melhor forma de governo				
B. Em democracia o sistema económico funciona mal				
C. Em democracia há muitas indecisões e conflitos				
D. Em democracia é difícil manter a ordem				

79 Na sua opinião, qual é, em Portugal, o nível de respeito pelos direitos humanos individuais?

A. Há muito respeito pelos direitos humanos individuais	
B. Há algum respeito	
C. Há pouco respeito	
D. Não há respeito nenhum	

80 Se amanhã houvesse eleições legislativas (para a assembleia da república), em que partido votaria?

A. Bloco de Esquerda	
B. CDS/PP	
C. CDU-PCP	
D. MRPP	
E. PPD/PSD	
F. PS	
G. PSR	
H. UDP	
I. Outro	
Não votava	
Votava em branco	

MORAL

81. Com qual das afirmações está mais de acordo?

- A. Na vida, há forma de sabermos, com toda a clareza e segurança, onde está o bem e o mal. E isso aplica-se a todas as pessoas quaisquer que sejam as circunstâncias
- B. Na vida, não há meios seguros para sabermos onde está o bem e o mal. O bem e o mal dependem das circunstâncias de cada momento.

A. Concorda com a afirmação A	
B. Concorda com a afirmação B	
C. Discorda das duas afirmações	

82. Utilizando a seguinte escala diga se acha que se justificam as seguintes acções

	Nunca		Sempre justificável		
	Justificável				
	1	2	4	4	5
A. Reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito					
B. Não pagar impostos se tiver oportunidade					
C. Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta					
D. Fumar marijuana ou haxixe					
E. Mentir no seu próprio interesse					
F. Ter uma ligação com outra pessoa sendo casado(a)					
G. Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres					
H. Homossexualidade					
I. Aborto					
J. Divórcio					
K. Eutanásia (por termo à vida de um doente incurável)					
L. Suicídio					
M. Deitar lixo (entulho/restos de obras/móveis) em locais públicos					
N. Guiar sob a influência do álcool					
O. Não passar recibos para não pagar impostos					
P. Ter relações sexuais com parceiros ocasionais					
Q. Fumar em edifícios públicos					
R. Ultrapassar o limite de velocidade nas povoações					

83. Na sua opinião, quantos portugueses fazem cada uma destas coisas

	Quase todos	Muitos	Alguns	Poucos
A. Reivindicar benefícios do Estado a que não têm direito				
A. Não pagar impostos se tiverem oportunidade				
B. Não passarem recibos para não pagar impostos				
C. Fumar marijuana ou haxixe				
D. Deitar lixo (entulho/restos de obras/móveis) em locais públicos				
E. Ultrapassar o limite de velocidade nas povoações				
F. Guiar sob a influência do álcool				
G. Ter relações sexuais com parceiros ocasionais				

84. Há pessoas de países menos desenvolvidos que vêm trabalhar para Portugal. Na sua opinião, o que é que o Governo português devia fazer?

A. Devia deixar vir trabalhar para Portugal todos os quisessem	
B. Devia deixar desde que houvesse empregos disponíveis	
C. Devia estabelecer limites rigorosos ao número de trabalhadores estrangeiros em Portugal	
D. Devia proibir a vinda de trabalhadores estrangeiros para Portugal	

85. Qual das seguintes afirmações se aproxima mais daquilo que pensa?

A. É melhor para Portugal que os imigrantes (estrangeiros a viver em Portugal) mantenham os seus costumes e tradições.	
B. É melhor para Portugal que os imigrantes adoptem os costumes e tradições dos portugueses.	

86. Com que frequência segue os acontecimentos políticos através dos meios de comunicação social?

A. Todos os dias	
B. Várias vezes por semana	
C. Uma a duas vezes por semana	
D. Menos vezes	
E. Nunca	

87. Diga, por favor em que medida concorda com cada uma das seguintes afirmações

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
A. Os políticos não se preocupam com as pessoas como eu				
B. A política é uma matéria muito complicada, só os especialistas a conseguem entender				
C. A participação política (votando, etc.) dos indivíduos é importante para se poderem resolver os problemas sociais.				
A. Quando alguém sabe alguma coisa que pode ajudar a Justiça, deve informar as autoridades				
B. Cada um deve preocupar-se com a sua vida e não ligar muito ao que os outros dizem ou fazem.				

SOLIDARIEDADE SOCIAL

88. Para uma sociedade ser justa qual a importância que atribui a cada um dos seguintes aspectos.

Utilize a seguinte escala em que 1 significa Muito importante e 5 Nada importante.

	Muito importante		Nada importante		
	1	2	4	4	5
A. Eliminar as grandes desigualdades de rendimento entre os cidadãos					
B. Satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas em termos de alimentação, habitação, vestuário, educação e saúde					
C. Reconhecer o mérito individual					

89. Em que medida se preocupa com as condições em que vivem os seguintes grupos de pessoas:

	Muito	Bastante	Em certa medida	Pouco	Nada
A. A sua família					
B. Os seus vizinhos					
C. As pessoas da sua região					
D. Os portugueses					
E. Os europeus					
F. A Humanidade					

90. E em que medida se preocupa com as condições de vida das seguintes pessoas em Portugal

	Muito	Bastante	Em certa medida	Pouco	Nada
A. Os idosos					
B. Os desempregados					
C. Os imigrantes (estrangeiros a viver em Portugal)					
D. Os doentes e deficientes					

91. Estaria disposto a fazer alguma coisa de concreto para melhorar as condições de vida :

	Certamente que sim	Sim	Talvez	Não	Certamente que não
A. Da sua família					
B. Dos seus vizinhos					
C. Dos idosos em Portugal					
D. Dos imigrantes (estrangeiros a viver em Portugal)					
E. Dos doentes e deficientes em Portugal					

92. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações.

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente
A. Basicamente, o mundo em que vivemos é justo					
B. De uma maneira geral, as pessoas merecem o que lhes acontece.					
C. A justiça vence sempre a injustiça.					
D. Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas.					
E. As injustiças em todas as áreas da vida (por exemplo, profissão, família, política) são uma excepção à regra.					
F. As pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes.					

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

2. Associação livre de palavras

n.º	Palavra	Reacção (I /M)	Resposta	Reprod. correta	Indicadores complexos
1	Cabeça				
2	Cor				
3	Água				
4	Cantar				
5	Salário				
6	Homem				
7	Natureza				
8	Contar				
9	Justiça				
10	Virgem				
11	Mesa				
12	Perguntar				
13	Cidade				
14	Autonomia				
15	Animal				
16	Autoridade				
17	Mar				
18	Doente				
19	Orgulho				
20	Igreja				
21	Fumar				
22	Mau				
23	Agulha				
24	Confiar				

25	Viagem				
26	Democracia				
27	Ordem				
28	Errar				
29	Pão				
30	Promíscuo				
31	Rico				
32	Sociedade				
33	Pena				
34	Preconceito				
35	Surpresa				
36	Tradição				
37	Respeito				
38	Novo				
39	Moral				
40	Falar				
41	Dinheiro				
42	Morrer				
43	Amor				
44	Desprezar				
45	Competição				
46	Caro				
47	Compromisso				
48	Cair				
49	Livro				
50	Comunhão				
51	Comunicação				

52	Separar				
52	Fome				
54	Valor				
55	Criança				
56	Cuidar				
57	Amigo				
58	Triste				
59	Herói				
60	Casar				
61	Sexo				
62	Querido				
63	Lar				
64	Conflito				
65	Pele				
66	Prazer				
67	Relação				
68	Mérito				
69	Parte				
70	Velho				
71	Liberdade				
72	Bater				
73	Alma				
74	Praia				
75	Família				
76	Serviço				
77	Político				
78	Guia				

79	Sorte				
80	Mentir				
81	Sofrer				
82	Progresso				
83	Irmão				
84	Temer				
85	Mulher				
86	Falso				
87	Angústia				
88	Beijar				
89	Sete				
90	Puro				
91	Imigrante				
92	Votar				
93	Noiva				
94	Contente				
95	Dever				
96	Cruz				
97	Dependência				
98	Lindo				
99	Mãe				
100	Promessa				

3. Associação de Palavras a conotações positivas, negativas e neutras

n.º	Palavra	Positivo	Neutro	Negativo	Reacção (I /M)	Reprod. corr	Indicadores complexos
1	Autoridade						
2	Natureza						
3	Justiça						
4	Preconceito						
5	Democracia						
6	Violência						
7	Ordem						
8	Promiscuidade						
9	Confiança						
10	Riqueza						
11	Sociedade						
12	Prazer						
13	Relação						
14	Mérito						
15	Desprezo						
16	Serviço						
17	Amor						
18	Competição						
19	Responsabilidade						
20	Respeito						
21	Modernidade						
22	Compromisso						

23	Liberdade						
24	Família						
25	Submissão						
26	Separação						
27	Dinheiro						
28	Tradição						
29	Sexo						
30	Moral						
31	Progresso						
32	Verdade						
33	Dever						
34	Dependência						
35	Sorte						
36	Conflito						
37	Beleza						
38	Autonomia						
39	Desinteresse						
40	Caridade						

4. Mapa Conceptual de «Valor»

Escreva numa folha 10 palavras que associa à palavra **Valores**.

Crie ligações entre as palavras por forma a utilizar todas as palavras num só esquema.

Descreva as ligações (e.g. serve para, veio antes de...)

